



IV INTERNATIONAL CONGRESS

6 • 7 • 8

september • 2023

University of Coimbra, Faculty of Economics (Portugal)



FOOD SOVEREIGNTY

PRODUCTION AND SUPPLY DYNAMICS IN
THE LONG TERM



**COMMUNICATIONS
BOOK**

XI Encontro Rural RePort

XVIII Congresso de Historia Agraria – SEHA

IV Congresso Internacional

6-7-8 setembro 2023

Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia (Portugal)

Soberania Alimentar. Dinâmicas de produção e abastecimento na longa duração.

Livro de Comunicações

EDITORES

Dulce Freire

Ana Isabel Ribeiro

Pedro C. Carvalho

Elisa Botella Rodríguez

Mário Martins

João Tereso

Carlos Manuel Faisca

Alberto González Remuiñán

Sofia Lacerda

Leonardo Aboim Pires

DESIGN

ja!diseño

essedê.design ~ essede.design@gmail.com

ISBN: 978-972-96347-7-2



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



INSTITUTO DE
INVESTIGAÇÃO
INTERDISCIPLINAR
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



ReSEED



CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Rural
Report



6 • 7 • 8

setembro de 2023
Universidade de Coimbra

SOBERANIA ALIMENTAR

DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E
ABASTECIMENTO NA LONGA DURAÇÃO



Índice / Indice / Index

- 7 Comissão Organizadora | Secretariado | Organização
- 8 Nota de Abertura
- 9 Nota Introdutoria
- 10 Introductory Note

Sessões paralelas 1 / Sesiones paralelas 1 / Parallel sessions 1

- 12 **1.2 - Interwar national policies in the face of global agricultural markets**
12 Food sovereignty in times of war: Estado Novo and techno-scientific policies for the fields of Brazil
- 28 **1.3 - A (in)segurança alimentar no Brasil (2003-2023)**
28 A Fome e a Produção involucra de Alimentos
42 A (in)segurança alimentar no Brasil: do golpe de 2016 ao projeto genocida do governo Bolsonaro
50 Políticas de incentivo à agricultura familiar e escoamento da produção: do campo à cidade
- 61 **1.4 - Sessão de Jovens investigadores / jóvenes investigadores / young researchers**
61 O Instituto Internacional de Agricultura e a Sociedade das Nações: perspectivas sobre os contributos das Organizações Internacionais em prol da "Crise Mundial do Trigo" no pós-Grande Guerra
- 79 **1.6 - Conflitos, ocupação territorial e direitos relacionados à dinâmicas de produção e de abastecimento na capitania, província e estado do Rio de Janeiro – Brasil – século XVIII ao século XX**
79 Cultivos de subsistência na grande lavoura cafeeira de exportação fluminense: a fazenda Santo Inácio e a região serrana do Rio de Janeiro (1871-1987)
- 95 **1.7 - Alimentação, Comida e Patrimônios Alimentares: o saber popular nas cozinhas da América Latina e do Caribe**
95 Mandioca (Manihot esculenta CRANTZ) a Raiz da Resistência no Brasil
114 Gastronomia chica doida, patrimônio cultural e imaterial de Goiás/Brasil

Sessões paralelas 2 / Sesiones paralelas 2 / Parallel sessions 2

- 132 **2.6 Tierras, jurisdicciones y procesos. Transformaciones en la regulación del acceso a la tierra en la América hispana y portuguesa (s. XVIII-XIX)**
132 Tierras y jurisdicción especial: la eliminación de los foros privilegiados y la tutela de los bienes de los indios en los inicios del constitucionalismo brasileño

Sessões paralelas 3 / Sesiones paralelas 3 / Parallel sessions 3

- 144 **3.3 - Más allá de la propiedad: nuevas aproximaciones al estudio de la relación entre tierra y derecho en el mundo ibérico (s. 1500-1860)**
- 144 Más allá de Rivadavia. Los debates sobre la Ley de Enfitéusis en la Provincia de Buenos Aires (1828)
- 154 **3.5 - Sessão de Jovens investigadores / jóvenes investigadores / young researchers_2**
- 154 "Según la costumbre". Conflictividad socioambiental y metabolismo orgánico en la montaña leonesa durante el Antiguo Régimen (s. XIV-XIX)

Sessões paralelas 4 / Sesiones paralelas 4 / Parallel sessions 4

- 182 **4.3 - Retro inovação: inovar, revisitando práticas do passado**
- 182 Entre cultura e património: uma encruzilhada contemporânea nas denominações de origem
- 196 **4.5 - Sistemas agrícolas en América Latina, siglos XIX-XXI**
- 196 Aspectos ambientales, agrícolas y alimenticios del sistema de terrazas en el Estado de México

Sessão plenária 2 / Sesión plenaria 2 / Plenary session 2

- 211 **Tenencia de la tierra, reforma agraria y sistemas agroalimentarios. Perspectivas globales y de largo plazo**
- 211 Pecuária rotativa e regenerativa para recuperar o património agrário: um exemplo prático na Andaluzia

Sessões paralelas 5 / Sesiones paralelas 5 / Parallel sessions 5

- 232 **5.2 - Quantitative Agricultural History: institutions, markets and natural resources**
- 232 New Estimates for the of the Rural Economy Contribution to GDP (1650-1850)
- 263 **5.3 - Apropriação territorial e controle da propriedade: um panorama geral da história rural luso-brasileira 2**
- 263 Terra, família e agência escrava: estratégias da gente de cor nas minas setecentistas
- 277 **5.4 - Looking for the cultivated seeds memory. Methodologies for analysing long term changes in agriculture, food and agrobiodiversity**
- 277 ¿Y para qué sirve el arte? Obras artísticas como fuente para reconstruir la historia de las plantas americanas en Europa (siglos XVI-XVIII)
- 295 **5.5 - De la comunidad: concepto, historia y transmisión**
- 295 La comunidad campesina en tierra de mansos: representación y exclusión (obispado de Girona, 1486-1716)
- 324 **5.6 - Usos do solo e intensificação agrícola: práticas de fertilização orgânica para produção de bens alimentares (1750-1900)**
- 324 Fertilización orgánica del suelo e intensificación agropecuaria: producción de nuevas plantas y alimentación campesina en Galicia, siglos XVII-XIX

Comissão Organizadora/ Comisión Organizadora / Organizing committee

Dulce Freire - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Economia

Ana Isabel Ribeiro - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras

Pedro C. Carvalho - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras

Elisa Botella Rodríguez - Universidade de Salamanca, Faculdade de Economia, Instituto de Iberoamerica

Mário Martins - Universidade Federal do Ceará

João Tereso - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras; BIOPOLIS-CIBIO, Universidade do Porto

Carlos Manuel Faísca - Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares

Alberto González Remuiñán - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares

Sofia Lacerda - Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares

Leonardo Aboim Pires - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares; Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Secretariado/Administrative services

Ferlanda Luna – Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia

José Filipe Barbosa – Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

Organização:

Research Group_ Changing Landscapes. Long Term Lab, Center for Interdisciplinary Studies, University of Coimbra

Nota de Abertura

Neste e-book estão reunidas as comunicações recebidas pela Comissão Organizadora do IV Congresso Internacional Rural RePort & SEHA, que tem por tema *Soberania Alimentar. Dinâmicas de produção e abastecimento na longa duração*. As comunicações surgem inseridas nas sessões e pela mesma ordem em que estão no programa geral do congresso.

Apesar deste e-book não coletar todas as comunicações trazidas para a discussão, os textos publicados apresentam contributos relevantes para as pesquisas em curso. Neste e-book, a flexibilidade dos formatos de publicação oferece mais possibilidades para adequar o manuscrito às exigências do conteúdo, o que se pode revelar importante para o desenvolvimento do argumento e para contribuir para os debates em curso.

Seguindo o que tem vindo a ser praticado em edições anteriores deste congresso, cabe aos organizadores das sessões e aos autores das comunicações a definição das modalidades de organização dos trabalhos em cada sessão. Continua a ser habitual a prévia distribuição de uma versão provisória de cada comunicação entre os participantes da mesma sessão, o que favorece o aprofundamento da discussão conjunta. Contudo, por diversas razões, muitos autores têm optado por não enviar os textos para publicação em acesso aberto no âmbito do congresso. Assim, pode considerar-se que este e-book reflete também de diversas formas as circunstâncias atuais em que decorre a nossa a investigação científica.

O IV Congresso Internacional tem lugar nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2023 na Universidade de Coimbra. A organização deste evento faz parte das iniciativas do Grupo de Investigação *Paisagens em mudança - Laboratório da longa duração*, que integra o Centro de Estudos Interdisciplinares, beneficiando igualmente dos contributos do projeto ReSEED – *Rescuing seed's heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century* e de outros que estão em curso neste centro. Para a organização local foram ainda indispensáveis os apoios do Centro de História da Sociedade e da Cultura e, particularmente, da Faculdade de Economia, que acolhe o congresso nas suas instalações.

À semelhança do que se verifica desde 2016, este congresso é promovido conjuntamente pela Rede de História Rural em Português (Rural RePort), que faz parte da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (fundada em 1985), e pela Sociedade de Estudos de Historia Agraria (SEHA), que surgiu em inícios dos anos de 1990. Como cada uma destas associações científicas promove outros eventos dirigidos sobretudo aos respetivos associados, este congresso integra também o XI Encontro Rural RePort e o XVIII Congresso de Historia Agraria – SEHA.

Os congressos internacionais conjuntos, realizados em universidades de Portugal (Lisboa 2016) e Espanha (Santiago de Compostela 2018/7, Salamanca 2020/2021), têm contribuído para reunir investigadores que trabalham em temáticas de História Agrária e Rural nos dois lados do Atlântico. Em 2023, na Universidade de Coimbra estão em discussão os resultados da investigação desenvolvida por mais de 300 autores de 17 países. Especialmente após anos das restrições associadas à pandemia, esta é, certamente, uma oportunidade renovada para promover a inovação e o intercâmbio científicos.

Nota Introductoria

Este e-book recoge las comunicaciones recibidas por la Comisión Organizadora del IV Congreso Internacional Rural RePort & SEHA sobre el tema *Soberanía Alimentaria. Dinámicas de producción y consumo a largo plazo*. Las ponencias aparecen dentro de las sesiones y en el mismo orden que en el programa general del congreso.

Aunque este e-book no recoge todos los trabajos sometidos a debate, los textos publicados suponen aportaciones relevantes para las investigaciones en curso. En este e-book, la flexibilidad de los formatos de publicación ofrece más posibilidades para adaptar el manuscrito a las exigencias del contenido, lo que puede resultar importante para desarrollar el argumento y contribuir a los debates en curso.

Como ha sido práctica habitual en ediciones anteriores de este congreso, corresponde a los organizadores de las sesiones y a los autores de las comunicaciones definir cómo se organizarán los trabajos en cada sesión. Sigue siendo habitual distribuir previamente una versión provisional de cada ponencia entre los participantes de la misma sesión, lo que favorece una discusión conjunta más profunda. Sin embargo, por diversas razones, muchos autores han optado por no presentar sus textos para su publicación en acceso abierto en el marco del congreso. Por ello, también puede considerarse que este libro electrónico refleja en diversas formas las circunstancias actuales en las que se desarrolla nuestra investigación científica.

El IV Congreso Internacional se celebra los días 6, 7 y 8 de septiembre de 2023 en la Universidad de Coímbra. La organización de este evento se inscribe en las iniciativas del Grupo de Investigación *Paisagens em mudança - Laboratório da longa duração*, integrado en el Centro de Estudos Interdisciplinares, beneficiándose también de las contribuciones del proyecto ReSEED – *Rescuing seed's heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century* y de otros que se desarrollan en este centro. En la organización local también han sido esenciales los apoyos del Centro de História da Sociedade e da Cultura y, en particular, de la Facultad de Economía, que acoge el congreso en sus instalaciones.

Como viene ocurriendo desde 2016, este congreso está organizado conjuntamente por la Rede de História Rural em Português (Rural RePort), que forma parte de la Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (fundada en 1985), y por la Sociedad de Estudios de Historia Agraria (SEHA), fundada a principios de la década de 1990. Dado que cada una de estas asociaciones científicas organiza otros eventos dirigidos principalmente a sus respectivos miembros, este congreso integra también el XI Encuentro Rural RePort y el XVIII Congreso de Historia Agraria – SEHA.

Los congresos internacionales conjuntos, celebrados en universidades de Portugal (Lisboa 2016) y España (Santiago de Compostela 2018, Salamanca 2020/2021), han contribuido a reunir a investigadores que trabajan temas de Historia Agraria y Rural a ambos lados del Atlántico. En 2023, en la Universidad de Coímbra se debaten los resultados de la investigación desarrollada por más de 300 autores de 17 países. Especialmente tras años de restricciones asociadas a la pandemia, esta es, sin duda, una oportunidad renovada para fomentar la innovación y el intercambio científicos.

Introductory Note

This e-book brings together the papers received by the Organising Committee of the IV International Rural RePort & SEHA Congress, on the theme of *Food Sovereignty. Production and supply dynamics in the long term*. The papers appear within the sessions and in the same order as in the general congress programme.

Although this e-book does not collect all the papers presented for discussion, the texts published make relevant contributions to ongoing research. In this e-book, the flexibility of the publication formats offers more possibilities for adapting the manuscript to the demands of the content, which may prove important for developing the argument and contributing to the ongoing debates.

As has been the practice in previous editions of this congress, it is up to the organisers of the sessions and the authors of the papers to define how the work in each session will be organised. It is still customary to distribute a provisional version of each paper to the participants in the same session, which favours a more in-depth joint discussion. However, for various reasons, many authors have chosen not to submit their texts for publication in open access within the framework of the congress. As such, this e-book can also be considered to reflect the current circumstances of our scientific research in many ways.

The IV International Congress will take place on 6, 7 and 8 September 2023 at the University of Coimbra. The organisation of this event is part of the initiatives of the Research Group Landscapes in Change – Laboratory of the Long Term, which is part of the Centre for Interdisciplinary Studies, also benefiting from the contributions of the ReSEED project – *Rescuing seed's heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century* and others underway at this centre. The support of the Centre for the History of Society and Culture and, in particular, the Faculty of Economics, which is hosting the congress on its premises, was also essential for the local organisation.

As has been the case since 2016, this congress is jointly organised by the Portuguese Rural History Network (Rural RePort), which is part of the Portuguese Society for Rural Studies (founded in 1985), and the Society for Studies in Agricultural History (SEHA), which was founded in the early 1990s. As each of these scientific associations organises other events aimed mainly at their members, this congress also includes the 11th Rural RePort Meeting and the 18th Congress of Agricultural History – SEHA.

The joint international congresses, held at universities in Portugal (Lisbon 2016) and Spain (Santiago de Compostela 2018, Salamanca 2020/2021), have helped to bring together researchers working on agrarian and rural history issues on both sides of the Atlantic. In 2023, the University of Coimbra is discussing the results of research carried out by more than 300 authors from 17 countries. Especially after years of restrictions associated with the pandemic, this is certainly a renewed opportunity to promote scientific innovation and exchange.

Coimbra, August 2023z
Dulce Freire
Organizing Committee

Sessões paralelas 1 / Sesiones paralelas 1 / Parallel sessions 1

1.2 - Interwar national policies in the face of global agricultural markets

[06.09.2023 SALA / ROOM 3.1]

Food sovereignty in times of war: Estado Novo and techno-scientific policies for the fields of Brazil (1937-1945)

Carolina da Cunha Rocha - Escola Nacional de Administração Pública do Brasil, Brasil | carolinatrazom@gmail.com

The Second World War in Brazil coincided with the consolidation in the power of Getúlio Vargas and his *Estado Novo*, a process that encouraged agrarian management supported by the institutionalization of science in the State apparatus, as well as the scientific training of State technicians. Thus, a techno-scientific authoritarianism was constituted that sought national development by correcting the defects of nature and transforming traditional agriculture. This moment coincides with the process of urbanization, rural exodus, and demographic increase, factors that pressured national rural production and required policies from the State aimed both at conquering international markets and, above all, at supplying domestic food demands. Thus, the work analyses some mechanisms used to guarantee Brazilian food sovereignty, such as the formation of agricultural research networks, the expansion of mass rural education, and the actuation in international agrarian diplomacy.

BRAZIL, FOOD SOVEREIGNTY, INTERWAR, AGRARIAN DIPLOMACY, TECHNO-SCIENTIFIC EXCHANGE

1. Introduction

Today, Brazil is projecting itself as a food-supplying power, not only in coffee but also in tropical products, both in the Americas and on a world scale. Brazil is currently a giant in the agro-food industry, appearing as a major exporter in the dairy and juice industries (especially orange concentrate, among other fruits), to countries and regions such as the United States, the European Union, and Asia. Brazil also emerges as one of the main exporters of meat products, and, above all, oilseeds and their derivatives, such as soy. Finally, due to the growing world demand, the extraction of products originating from the Amazon region (such as palm oil for the food and energy industry, as well as fruits and herbs for use in the cosmetic and pharmaceutical industry) emerges as a relevant fact.

The explanation to achieve such kind of results in contemporary times has its roots in the gradual development of the management and agrarian administration of the Brazilian State between 1930 and 1945, a period of time located between the two Great World Wars and the beginning of the Cold War, a moment that coincided with significant domestic contexts, such as the 1930 Revolution, the *Estado Novo* in 1937 and the rise of authoritarianism, Brazil's participation in the Second World War, the deposition of Vargas in 1945 and, finally, for his return to power in 1950, giving new impetus to the era of national

development.

During this period, the Brazilian government sought to achieve its food sovereignty through foreign trade, foreign investment, opening up to immigration, promoting national agriculture and industry, encouraging mass education, and the formation and consolidation of a techno-scientific and bureaucratic apparatus for and by the field. One of the most important actors responsible at these times was the Ministry of Agriculture (MA), an institution that focused on the training and consolidation of a body of agrarian technicians within the state apparatus (high and medium-level bureaucrats and also base scale), who were both responsible for thinking and elaborating and implementing public policies for the rural sector in their national and foreign territory during the interwar period.

Thus, this communication analyses the management of the MA and its technicians during the *Estado Novo* and the Second World War, periods that acted as direct actors in the growing weight of science and technique in the management of policies for the countryside, making it fundamental elements for the organ's reforms in the period between 1939 and 1945. Basing itself on the analysis of the annual reports of the MA, in the bulletins of the organ, as well as in the material produced by the Agricultural Information Service (SIA) and also by the Ministry of International Relations (MRE) it was possible to identify that in this period an agrarian administration was consolidated in Brazil based on a technical bureaucracy specialized in the study of rural problems, in the elaboration of projects that aimed at rural modernization and food sovereignty, as well as the control and reform of society and of the national economy. Finally, this work is mainly focused in analyse some mechanisms used to guarantee Brazilian food sovereignty, such as the formation of agricultural research networks, the expansion of mass rural education, and the actuation in international agrarian diplomacy. Elements that revealed the close connection between the elaboration and implementation of national agrarian policies accompanied by the intervention of science in agricultural production.

2. The Brazilian state's reformation and the rising of the second world war

To better understand Brazilian policies aimed at guaranteeing food sovereignty, it is necessary is essential to appreciate what kind of modernist agriculture was desired and defended by those who made the agrarian policies of the period after 1930. According to Timothy Michtell, since the beginning of the 20th century, the national development policy and the economic growth of many Western countries was the techno-scientific policy, the one that was based on promoting a type of knowledge capable of improving the defects of nature, transforming traditional agriculture, rectifying the errors of society and, in this way, repairing the national economy (2002, pp.12-15). In the Brazilian case, this process of intellectual elaboration was not different, since in the first place it was necessary to eradicate a double illness: the first one, from the State; the second, from your citizens. In the case of sanitation of the State, according to Tiago Saraiva, the national soil should feed the national body (2016, p.7). There was in those times a radical nationalism of scientific inspiration, where the scientific leadership was an indisputable authority, making science and the State not seen as occupants of different bodies (SARAIVA, 2016, p.7).

According to Mitchell, the technicians offered more than the promise of agricultural development or technical progress, they offered the possibility of readjusting the natural space as a means of

demonstrating the strength of the Modern State and its economic power (2002, pp.12-15). In this way, it was necessary to institutionalize social and economic progress, to build a strong State, where nature was seen as supporting national development. Ideas that were perpetuated in the agrarian policy of the period and that were directly associated with a civilizing process of national scope, which sought to abandon the old concepts of the Brazilian countryside and replace them with the notion of a productive agrarian sector, formed by healthy and able rural workers to boost the country's economy.

In the case of recovering the Brazilian citizens, it was necessary to develop what Regina Horta Duarte called the “pedagogy of national nature”, where it was necessary to instruct rural workers on the best methods of cultivation and action on the natural world to strengthen the economy national (2010, p.10). At that time, the Brazilian population was still predominantly rural, a situation that gradually changed in the middle of the 1940 decade. At that time, to be a rural worker identified with the new techniques, the so-called “progressive farmer”, it was necessary to have broad agricultural knowledge and for that reason the need to expand agricultural education. There was faith in science and technology as redeemers of poverty, cultural attitudes and traditional values considered retrograde, as well as certain ethnic characteristics seen as synonymous with deviance or abnormality.

The people who caused disruption to the progressive ideas of the State were usually identified as the illiterate, the malnourished and sick *caboclo* (mestizo), the poor immigrant, and the small ignorant farmer. They had to be reformed by means of rural education, since this is the right path for the creation of a new type of citizen able to live in a country that, according to the elites and the bureaucrats, was marching toward progress. Therefore, some of the mechanisms used in educational policies for the countryside had wide dissemination just like the agricultural extension programs, the creation of agricultural clubs for the formation of young leaders, the ruralist weeks, the sanitation campaigns, rural missions, propaganda of new techniques by radio cinema and home economics courses for women, among other methods.

It's important to say that some of the main administrative transformations in the MA followed this logic and coincided with the implementation of the *Estado Novo*, a historical stage that initiated a wide range of managerial and political reforms, especially with the implementation of the Public Service Administrative Department (DASP). The department promoted the formation of a bureaucratic elite, supported by a specialized scientific and technical culture, dispersed in different ministries, which assumed positions of leadership of divisions and sections, ordering budgets, introducing new methods and techniques considered more rational and efficient for the services bureaucratic (for example, the universalization of procedures), as well as organized the selection processes for entering the public career (meritocratic access and public tenders). In specific terms of personnel training, DASP acted directly in coordination with the MA, whether in campaigns to disseminate best administrative practices or guide the holding of courses, both in Brazil and abroad. The Ministerial Bulletin of July 1941 informed that the Agricultural Information Service (SIA) of the MA operated in perfect integration with the Department of Press and Propaganda (DIP) and the DASP, especially in the dissemination of agricultural campaigns and good administrative practices for the sector between departments of the ministry, as well as between state secretariats (BMA, 1941, pp.7-8). In addition, according to the president of DASP, Luís Simões Lopes (1903-1994), the MA concentrated the largest group of valuable technicians in agronomy, veterinary medicine, chemistry, and mining engineering, among other areas, in the country, something that would facilitate the technical and economic progress in Brazil. For this reason, the first courses of improvement, specialization, and

extension (CAE) were first implemented in the MA in 1939, even before the other ministries, functioning as a kind of training laboratory for State technicians, something that would be expanded to the entire federal sphere (BMA, 1941, pp.7-8).

Between 1938 and 1939, the MA passed through a structural reformation that was not limited to an exclusive action in the agricultural domain, since its attributions included, from then on, the promotion and guidance of all extractive production, essential to the country's economic independence and food sovereignty. The organ's reform followed three main axes: 1) maintenance of the three great national departments created in 1934, which were the National Departments of Animal, Vegetal and Mineral Production; 2) implantation of new bodies detached from the national departments and which guaranteed the minister direct control over certain areas classified as priorities; 3) acceleration of the process of centralization/nationalization of economic decisions in the field of agriculture through the installation of ministerial agencies in all regions of the country. In this last case, Plant Production Promotion services were set up (one per state), Animal Sanitary Defense inspectorates (in a total of seven across the country's major regions), Plant Health Defense inspectorates (in a total of eight per region), and State Agricultural Inspectorates (MENDONÇA, 2013, pp.43/61/80).

The command of this major ministerial reform, which took place between 1938 and 1939, fell to the Minister of Agriculture Fernando Costa (1886-1946), whose management began in 1937 and who would remain in office until 1941. In the Ministerial Bulletin of December 1940, Costa was defined as: "the first agronomist director, the first agronomist deputy, the first agronomist state secretary, and the first agronomist minister" (BMA, 1940, p.48). His election as Minister of Agriculture was based both on technical factors since he was the first agronomist to occupy the highest position in the country's federal agrarian management (in obedience to DASP principles), and on political factors, Costa was from São Paulo state, and the MA had been occupied by representatives of states not linked to the hegemonic coffee production, with representatives from São Paulo relegated to the background in the management of the body until his ascension as Ministry. It was precisely during the administration of Minister Costa that the Second World War began.

Brazil's position during the conflict, both in terms of the international market and the American continent, has been widely studied by national historiography. For this reason, this communication focuses mainly on the impacts and effects of the war on policies related to the MA, on the reforms that this body gave rise to in its organizational structure, and on the policies that were promoted for the national productive sector, especially related to the national goal of food sovereignty. In the years before the war, the pendular game established by Brazil between Germany and the United States sought to extract greater commercial and technological advantages from both, a policy defined by Gerson Moura as "pragmatic equidistance", mainly between 1935 and 1941. For Amado Cervo, this policy it aimed to extract development inputs from the international system, in line with the goals established to meet domestic demands (2015, p.32). Therefore, the decision to align or not with the totalitarian or democratic powers was postponed as long as possible to the point of asserting the negotiating power in case of eventual participation in the war conflict.

Germany was considered an alternative to British and American domination by a large part of the intellectual elite and the highest echelons of the Brazilian government between the 1930s and 1940s, who showed great admiration for the German model of administrative management. Despite the great

rapprochement with Germany between 1934 and 1938, with the increase in commercial agreements, the numerous presence of German immigrants on the national soil, the exchange of weapons and police collaboration, and the ambiguity of Vargas before the totalitarian regimes, Brazil did not support the powers of the Axes. According to Clodoaldo Bueno, however, the III Reich had objective conditions to meet the Brazilian demands, the alignment of Brazil with the United States did not take place solely for reasons of material nature, but that was how the continuity of a friendship was reaffirmed and leadership was recognized North American to honor Pan-Americanism (2015, p.52). Thus, the wavering policy of Getúlio Vargas throughout the 1930s ended with the Japanese attack on Pearl Harbour on December 7, 1941, at which time the United States demanded continental solidarity among the American countries.

It is a fact that much of the Brazilian support for the Allies is due to the Good Neighbour policy of Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). According to Bóris Fausto, by supporting the aligned countries, Vargas went on to speak more clearly to the language of Pan-Americanism, at the same time that he wanted to re-equip the country economically and militarily, he imposed conditions of support for the United States. Behind the edifying rhetoric was a strategy to promote economic integration in the hemisphere: on the one hand, the desire of the Brazilian government to access the United States market; on the other hand, the United States is interested in recovering the destabilized economy after the war (FAUSTO, 2001, p.211). Different results came from this cooperation, from the establishment of the Volta Redonda national iron and steel industry in Rio de Janeiro, to the sending of military support by Brazil with the Brazilian Expedition Force (FEB) for operations in Italy, to the permission to install military bases Americans in the North and Northeast of the country, tied to the hiring of workers for the removal of drunkards, the so-called "rubber soldiers", raw material considered essential for the war efforts. In this way, President Vargas understood that Brazil was an important factor in the defense plans of the United States and tried to extract from the Allies as many advantages as possible in the field of international relations. This dynamic was quite evident in the cooperation agreements for the realization of public policies for the rural sector, at a time when the interference of the United States government in the Brazilian countryside became more evident, once its performance was turned towards the achievement of economic and productive ends, the food sovereignty as well as the defense of non-continental geopolitical and ideological interests.

In this sense, the role of Brazil as a supplier of raw materials for the Allies was a relevant factor in the conduct of the country's agricultural policy by the MA, appearing both as a justification for the implementation of protection measures for the products, and for the internal organization of production on its various levels, especially related to the food offer for the domestic consumer market. Alongside a ministry at war, it is possible to state that there was a ministry dedicated to the promotion of agro-industrial and industrial production, extractive structures, and technical and rural education in general. Thus, as a result of the pressures on the world economy and the binational strategic agreements between Brazil and the allied countries, there was a very clear orientation for the conduction of the economy of production, seen from then on as a strategic issue. In this way, the most diverse sectors, both energy, mining, and the promotion of animal and vegetable production (and even the olive oil, vegetable oil, dairy products, and rubber agroindustries) were in charge of different bodies of the federal administration and also of the government itself. MA, leading to strategic priorities oriented both towards a growth plan and internal industrialization, as well as towards alignment with the allied forces.

Thus, a new chapter of economic policy was created with the organization of markets for agricultural

products, with the creation of bodies in charge of coordinating the measures for each product, in addition to measures of control, organization, inspection, and defense of agricultural production that now aimed to follow the export parameters and thus guarantee a space for Brazil in the expanding international market. According to Costa, in these bodies, the public power began to act in collaboration with individuals, producers, and consumers, applying principles of directed economy, and passing the technical methods to exert a decisive action on the agricultural professions. At the same time, production plans became the responsibility of technical and economic councils, with broad powers of intervention in national production, even in fiscal and commercial matters, all of this in the face of difficult economic conditions worldwide and the need to guarantee a space for Brazilian products in the international market.

At the same time, this new political orientation for the agricultural sector was also exposed in the Ministry of Agriculture Bulletin of August 1941, which featured an interview with the agronomist Arthur Torres Filho (1889-1960), a nationally renowned intellectual and technician, who at the time was Director of the Rural Economy Service (SER) of the MA, about the consequences of the international conflict on Brazilian rural life. It is possible to say that his speeches synthesized some of the ideas that were adopted by the MA when Brazil entered the world conflict. Torres Filho stated that, with the closure of European consumer markets for around 50% of Brazilian products, it was necessary to strengthen the internal market and stimulate the exchange of products in the Pan-American space, with the aim of guaranteeing Brazil's food sovereignty in the region. According to the agronomist, the basis of Brazil's political economy lay in the ruralization of the country, and industrial growth depended on the support found in the sources of agricultural production (BMA, 1941, pp.17-23). The progress of agriculture in times of war was therefore subject to the articulation of technique, economics, and agrarian sociology. The tripod would be supported by social and economic assistance to rural workers (from the recovery of health and education to the formation of unions and agricultural unions), by carrying out economic and social research, and, finally, by financial and credit assistance (BMA, 1941, pp.17-23). Tripod that would be expanded at the end of the war, especially from the context of the Cold War, and in governments subsequent to Vargas.

Costa's mandate ended in 1941, and in 1942 Apolônio Sales (1904-1982), a specialist in tropical products such as cotton and sugar cane, took over the MA's direction. Sales had been a professor of Rural Economics at the Higher School of Agriculture of Pernambuco, as well as an assistant at the Agricultural Experimentation Service and Secretary of Agriculture of the state of Pernambuco, a state located in the Northeast region of Brazil, characterized for its dry season and the neediest population at that time. It's important to mention that the expansion of state policies aimed at the development of the Northeast region, many related to the social and economic impact generated by the periods of severe droughts (the ones from 1945 and 1951 to 1953 being especially serious). In addition, the scarce productive resources and the large population contingent in a situation of poverty made the region a propitious space for rural migration, causing rural exodus towards the metropolis, and also demands for agrarian reform, which led to the formation of the first Peasant Leagues¹, as they would be driven by the Brazilian Communist Party – PCB, from 1945 onwards.

¹ Given the difficulty of organizing a rural union - which should be recognized by the Ministry of Labor (MT), as well as receive authorization from the landowners, who mostly did not accept the creation of unions of rural workers in their possessions -, the peasant league emerged as an alternative for political organization in a context of frank dispute between workers and the regional agrarian elite. They operated mainly in the Northeast region, in the state of Pernambuco, and, starting in 1945, they expanded, when legal demands were associated with political mobilization. With the military coup of 1964, the associations were harshly repressed.

According to Newton de Castro Belleza, Sales was used to the financial limitations of the public administration when he served as secretary of Agriculture in Pernambuco, an area accustomed to periods of severe drought, slower production rates, and little investment, which is why his choice as minister at the height of Wartime served the idea that it was necessary to save as much as possible the small resources available (1955, pp.30-31). In this way, the new minister intended to give MA management a sense of greater economy, especially with regard to state budgets in times of war, not necessarily restricting expenses, but, above all, seeking to translate into income the agricultural activity of the organizations that were under ministry competence. It is possible to state that the new rural ideology defended by Torres Filho would become a political practice in the Brazilian agrarian world under the management of Sales.

With Sales, the agrarian transformation was prepared for the new international demands that demanded greater productive participation from Brazil, following the motto of "total mobilization" to face the great war. The campaign initiated by Vargas, whose summary phrase was "Produce more and better", expressed the objective of joining efforts to accelerate the pace of economic progress by stimulating agriculture and food production. In this way, the objective was to guarantee both the requirements of the domestic market and the conquest of leadership in the supply of raw materials in international markets. According to Vargas: "Like the foresighted ants, it was necessary to have barns full of food" (BMA, 1942, p.63). In order for the presidential order to be fulfilled, the MA began to demand the collaboration of all producers in the country, in order to intensify their activities and improve production, encouraging farmers, breeders, and rural industrialists to follow the advice of the ministry's technicians, in addition, to be encouraged to seek their support.

It was common to find in MA ministerial bulletins during the war years phrases such as: "Food is a weapon in the fight against Hitlerism"; "Food will win the war and make peace"; "The mission of the agronomist is peace and civilization"; "Brazilian producers, fulfil your duties by filling our country's barns"; and, the most popular of them, "Plant for victory". From then on, the Vargas government's media campaign aimed to incite moral and civic duties towards the nation in rural workers, with the producing classes understood as soldiers on the front line of the war effort. The same stimulus was applied to the ministry's technicians, whose social function began to assume new magnitudes in the face of the war context. In the ministerial bulletins of the body, the published articles presented the MA as a body of vital importance for the Brazilian public administration, mainly because it had a large group of specialists, including agronomists, veterinarians, mining engineers, chemists, and economists. In many texts, it was stated that the success of the mission of the ministry's agrarian technicians "depended on the economic future of Brazil" (BMA, 1942, pp.23-24). In this sense, it can be said that the ideology promoted by the government attributed to some of the technical classes of the MA the responsibility of feeding the troops, as well as the duty of supplying raw materials to the allied countries, and mainly, to achieve the national food sovereignty. Thus, the correlation between the reforms inserted in a situation of profound political transformation in Brazil and the changes inspired by geopolitical circumstances is evident. Factors that led, on the one hand, to a new positioning of the country in the international order and, on the other hand, the demand for a specific technical profile to achieve rural production goals in international food organizations arena.

3. The food supply program in Brazil and the Brazilian-American Commission for Food Products (CBAGA)

Thinking in terms of food sovereignty in times of war, it's important to say that different types of cooperation between Brazil and the United States were launched in terms of food sovereignty policies from the moment that Brazil started to support the Allied countries. From 1941, Brazil allowed the installation of US naval and air bases in the coastal zone of the Northeast, especially in the state of Rio Grande do Norte, and in this way, agreements were signed between both countries for the agricultural development of the zone, which was also destined to guarantee the supply of the allied military troops installed in the country. The main agreement was signed by both governments, with the participation of the MA and the Institute of Inter-American Affairs (IIAA), in 1942. Entitled *Food Supply Program in Brazil*, lasting for two years, the treaty had the following objectives: 1) increase the local production of food items to meet the needs of the United States Armed Forces in Brazil; 2) facilitate its storage in areas of strategic importance in the needs of war; 3) help the Brazilian government to develop food sources; and 4) provide training in agricultural practices and home economics for Brazilians technicians and rural population, which should give continuity to the food program (MENDONÇA, 2010, p.71).

Originated from the *Food Supply Program*, one of the first technical exchange programs with the United States was the Brazilian-American Commission for Food Products (CBAGA), which functioned as the executive body of the signed agreement and offered technical assistance, distribution of seeds, machinery, and agricultural credits to an area that included the North and Northeast regions of the country. Through the agreement to create the CBAGA, while the Brazilian government provided personnel, land, and money for works aimed at cultivating practices, the IIAA would contribute American with technicians and training. In this sense, the CBAGA developed five main programs: distribution of seeds (rice, beans, corn, and cassava); expansion of fruit and vegetable production; seed production and storage; distribution of agricultural tools and materials; and, finally, vocational training for rural workers and techno-scientific training for Brazilian technicians from the MA.

For the training of rural workers, about 9 schools were organized and installed for their training, which were supported by the pedagogy of "learning-by-doing", an opportunity in which farmers were introduced to modern farming methods brought by the farmers. American experts. More than contributing to the training of these workers and promoting their socio-professional insertion in the labour market, the US intervention in the North and Northeast regions of Brazil ended up reinforcing the idea of subalternity of the rural population located in those areas. Although material from Brazilian archives has been reviewed, and to a lesser extent from US collections, it can be said that the documentary sources draw a picture of scepticism about the learning potential of national workers. According to some reports, it was found that very few trained men were capable of intelligently using the basic production equipment and tools, a problem to which the experts proposed as a solution the establishment of six training units in mechanized agriculture, whose objectives would be to train young people with a greater inclination to operate agricultural machines, help Brazil to mechanize its agriculture and develop a training program in the United States (MENDONÇA, 2010, p.77). The main idea, therefore, was to contribute to the commercialization of machines at the national level, thus generating the mechanization of the Brazilian countryside as it is considered the most effective method of production, without providing a true educational or labour

transformation in the areas covered by the project.

Regarding the training of State technicians, it is important to highlight that, due to the agreement signed, with the development of rational agriculture in perspective, more than 50 agrarian technicians from different specialties and degrees were sent to the United States with scholarships for study and research to training. It should also be mentioned that a nutrition course was started in the city of Fortaleza, in the state of Ceará, aimed at preparing personnel dedicated to rural extension work, with more than 250,000 brochures and publications on feeding issues. At this point, it is important to say that the work carried out by the CBAGA included the presentation of cinematographic films organized by the Agricultural Information Service (SIA), of the MA, being the material, to a large extent, of American origin which was translated in an agreement made between both countries (SALES, 1945, p.13).

It is important to mention that the inputs received by this agreement were varied and on a large scale. Until the end of the war, 40 aviaries, 31 rice processing plants, 10 flour houses, 9 large-scale pig-rearing pigsties, 870-grain storage silos, 24 large commercial orchards, 5 stations were built and installed, 37 experimental seed fields, 27 development fields, 21 irrigation fields, in addition to the distribution of 6,560,000 kilos of corn, bean, and rice seeds, in addition to the distribution of 1,500,000 kilos of seeds, 20,000 hoes among other tools farms, 12 tractors, 394 plows among other materials (SALES, 1945, p.12). Finally, rather than contributing to the increase in production in areas considered to be of low national production, the Brazilian-American Commission for Food Products (CBAGA) represented the outline of a new rural intervention mechanism in the countryside that would be better developed at the beginning of the Cold War, which would promote a specific type of modernization supported by extension tactics, rural credit, and technical assistance, encouragement of mechanization, and massive rural education.

4. Brazilian agrarian diplomacy in search of food sovereignty in the initial years of the food and agriculture organization (FAO)

In the context of the Second World War, numerous factors contributed so that agriculture and food strategies were seen as an essential dimension in global relations, and its recovery was the centre of debates in the planning of public policies nationals. Vargas's policy pursued a clear goal, which was the transformation of an essentially agricultural country into an industrial power, an element that was vital for the definition of an identity and a mode of action in the international sphere. According to Clodoaldo Bueno, in the mid-1930s, economic and social transformations led the elites in power to a new perception of national interest, with foreign policy being used as an instrument for a centralizing national development project (2015, p.252). For Pedro Fonseca, the main change that took place from this moment on was the preference for signing bilateral agreements, which represents a shift in the liberal conception of international trade of the preceding period (2013, p.158). In 1934, Vargas named no less than 30 countries with which he had signed bilateral trade agreements. The trade treaty signed in 1935 with the United States may be the one that arouses the most historiographical interest, since it established advantages for some Brazilian export products (such as cocoa, coffee, and rubber) and reduced import tariffs on certain products from 20% to 60%. US industrial items, such as machines and technical supplies (FONSECA, 2013, p.159). It should also be mentioned that the reform of the Ministry of Foreign Relations

(MRE) in 1934 opened space for broad cultural diplomacy and for the systematization of agreements on cooperation with other Latin American countries (for example, the country was represented in all American International Conferences).

In this sense, the case study that is presented below is directly connected to the national and international policy of Vargas for the years from 1937 to 1945, and perhaps they can explain how the agricultural theme, especially based on the technical and scientific knowledge held by the servants of MA, acted as an instrument for a new role for Brazil on the continent and in the world in the war period. The technical strength achieved by the MA in Varguismo, therefore, was a determining factor in the decision of the MRE to have the support of experts in international agrarian change projects, even though they did not have a diplomatic profile or direct performance in that career, which is the case of Newton de Castro Belleza, agronomist of the MA whose career as an agronomist is directly linked with the formative moments of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Belleza, an elite technobureaucrat, was appointed to act as a permanent delegate, as well as a member of the Executive Committee and deputy director of the body between 1943 and 1950, without being a career diplomat. The questions revolve around the options that were available to Latin America and Brazil in particular at the time of the end of the great war, when the international community sought to coordinate efforts to order the food and agricultural scenario in a global context of concertation in the post-war conflict. It should be mentioned that, in addition to serving the achievement of the main national political goal (industrial transformation), the technical performance abroad of Belleza served as a foreign policy strategy, especially concerned about food sovereignty, by positioning Brazil as an active interlocutor and protagonist in advisory missions, technical and agricultural diplomacy at the global and regional level.

In 1943, the discussion about the need to create a world organization to promote agriculture was not new. The creation of the International Institute of Agriculture (IIA), in Rome in 1905, for example, represented the first attempt at an organization aimed at promoting innovative resources for the countryside and the circulation of knowledge, such as the cooperative and credit rural system (FAO, 2003, p.28). However, the socioeconomic challenges that arose from the 1929 crisis and the Second World War contributed to fostering the development of an organization with greater international expression. The institution should have a permanent nature, be eminently technical and aimed at rescuing agriculture, provide means of solving the urgent problem of food and hunger, and at the same time, generate greater political support and international links (FAO, 2003, p.27). In the context of the end of the Second World War, three factors were considered relevant for the convocation of the First United Nations Conference on Food and Agriculture.

The first one is based on the consequences of the war blockades at an intercontinental level, this produced a new binational institution (United Kingdom-United States) destined to regulate the trade of raw materials and food. To solve the possibility of a resurgence of isolationist ideas and self-sufficiency, the victorious powers thought of a multilateral scheme that would promote the solution of problems related to agriculture and food at a global level. A second factor was that the victorious capitalist countries agreed to promote technological development in the so-called Third World, within the framework of the bipolar tension, the Cold War, and above all the Green Revolution. Finally, food needs and the debates on the new demands posed by the European and Asian economic reconstruction, and the imminent processes of decolonization had an influence. The very concept of hunger had changed, it was no longer

considered an issue determined solely by the cycles of nature, but a social, economic, and public health problem that could be combated with appropriate measures. In this sense, it is worth noting the role of the dissemination and circulation of research by medical experts and nutritionists among politicians. This is the case of the contact, in 1943, of the President of the United States, Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), with the Australian nutritionist Frank McDougall (1884-1958), who since the 1930s promoted international measures on food products, and he was a promoter of the cause of food health to solve the problems of poverty and malnutrition (FAO, 1985, pp.5-7).

The First Conference was held in 1943, in the US city of Hot Springs, with the participation of 44 countries. In it, it was decided to create a permanent organization, which would integrate the activities of the IIA and which sought to order and rationalize food consumption, as well as promote the increase in its production and systematize its distribution. According to Belleza's report addressed to Foreign Minister Aranha, the Hot Springs conference was considered the first peace conference, despite being held in full belligerence, since it was necessary to plan the global collective behaviour during the post-war period, especially in relation to the production of food since "it was not only necessary to win the war, but to build peace of course"². The first impression of Belleza's performance at the Hot Springs conference is her propaganda role for the Vargas government. This did not happen by chance, propaganda was one of the main weapons of President Getúlio Vargas for the creation of a nationalist culture, an instrument for the construction of an imaginary and representations that defined him as a visionary statesman, who would drive Brazil to a vanguard position on the continent.

In this first conference, surveys were carried out on the nutritional specificities of the countries in order to order the organization and understanding of the nutritional situation among the participating nations. Belleza was the technical manager designated to answer the document, which very soon became material for the frank disclosure of the advantages of producing on Brazilian soil. According to the agronomist, in Brazil there would be no restriction on climate or land for the expansion of food production,³ and "the world should consider Brazil as one of the great food reserves for food production". For Belleza, Brazil had already taken clear steps to achieve food stability, especially in the case of the rural population, and the document went on to highlight the numerous projects carried out in the country to improve the food transport and storage system, the manufacture of agricultural machinery through the development of the steel and iron industries, the creation of experimental stations for the improvement of seeds, new cultivation methods and the creation of livestock. The text highlighted the achievements of the educational system in rural areas, having the Brazilian government created agricultural clubs as an extension of elementary schools, which taught children what they should eat, and, above all, how to grow their own food. Popular public kitchens had also been established in Rio de Janeiro and other parts of the country, where food necessary for maintaining health was offered at very low prices, while production was stimulated. Even more, the Legislative Power guaranteed the right to the national minimum wage in order to increase the quality of life of the population. In addition to this, Belleza argued that the country was already carrying out a more convenient immigration policy for Brazil, with the aim of avoiding possible

² MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January -February 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to Oswaldo Aranha, 31.05.1943

³ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January -April, 1944-1946. *General Statement Regarding Food Situation in Brazil*, 21.05.1943. Answer for Section I, Committee1, FAO.

ethnic complications.⁴

Another important theme in Belleza's work is her performance at a time when a new food and production geopolitics was defined for the post-war period. The promoters of the Hot Springs conference justified the creation of the organization with the problem of poor distribution of food products among the people, reasons that led the nations to a state of international belligerence. However, in the perception of Belleza, there were other reasons at play, which were not openly expressed, but which prompted the creation of an international body. According to him, the organization's campaign to create a rational diet, increase agricultural production and facilitate the circulation of products throughout the world would raise the standard of living and develop the purchasing power of many countries. This was cause for concern in the US press, since the improvement in the living standards of the other nations after the war would cause development and economic expansion, generating unsustainable economic competition. According to him, each of the powers participating in the conference sought to guarantee the satisfaction of their own interests in the competition against other countries, and thus order the post-war space of influence of each nation.⁵

Thus, as a delegate, one of Belleza's main concerns was to provide relevant information for the construction of a geopolitical map that could guide Brazil in its international actions. The official realized two geopolitical concerns: one global and the other regional, at the Latin American level. Regarding the first, Belleza pointed out that the United Kingdom wanted to restore the old formulas of economic liberalism and rejected any measure that implied a relaxation of liberal principles. On the other hand, in the Latin American concert, Belleza's concerns revolved around Brazil's leadership in South America. In 1943, the official alerted Foreign Minister Aranha about the possibility of losing Latin American leadership if Argentina joined the organization:

The commentators at the Hot Springs conference, in which the Argentine Republic did not participate, when they cite the reserve sources of supply of the world's food products, refer to Canada, Argentina, New Zealand, the United States, and other exporting countries... Brazil is among the others, which shows that our production is not considered. It is not surprising, therefore, that, in the post-war period, there is a risk of displacement of the leadership of the Latin American countries in favor of the Argentine Republic, due to the volume of its production, under the influence of the interests of some great power. It is advisable that we remain empowered to make the most of the international situation that is going to be created. (...) Under the creative guidance of President Getúlio Vargas, we have unique political, economic, and financial interests in South America to defend and sustain as much as possible, in the guidelines that must be drawn for life after the war.⁶

It is interesting to note the difference in perception within the Brazilian delegation, since the concerns of the Brazilian diplomatic agents were different from those of Belleza and were more focused on Mexico. The plenipotentiary minister Carlos Maximiano de Figueiredo (1894-1973), chief delegate at the Hot

⁴ The new ethnic complications were related to the entry of German and Italian immigrants, peoples identified with the Axis and considered unwanted in times of war. MRE/BR, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April 1944-1946. *Resposta ao sumário proposto pela Seção II, Comitê 4.*

⁵ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to Oswaldo Aranha, 31.05.1943.

⁶ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to Oswaldo Aranha, 31.05.1943.

Springs Conference, in a report addressed to Foreign Minister Aranha affirmed the desire that Brazil be part of the organization's Board of Directors, since there were few positions and several countries that wanted them. Figueiredo's concern with the Mexican performance in the Interim Commission was clear, since the delegate of that country sought to stand out in the Latin American group. His discomfort lay in the fact that Mexico was cited with some frequency both in the United States press as the country that had contributed the most to the harmony of the continent. In addition, Russia was enjoying extraordinary influence within the United Nations and had its best political-diplomatic facility in Mexico. With a possible entry of Russia into the organization, the expansion of its political prestige could be based on Mexico or another Latin American country, but not on Brazil, which until now had not recognized the Soviet government.⁷

In another Belleza report addressed to the Minister of Agriculture Apolônio Sales, the agronomist defended the indispensable participation of Brazil in the international organization and the need to make the most of the situation that would be created, even if it was small. the Brazilian influence in the solution of the problems. Perhaps in a kind of corporatist protection, the great novelty of this document is Belleza's clear defense of the actions of agronomists in the new international organization. A larger Brazilian diplomatic representation was necessary, he argued, since the nature of the organization was technical and required experts. In his understanding, an ideal delegation demanded "the presence of a diplomat and three technicians, one specialized in food, another in agricultural production, and another in product circulation".⁸ According to Belleza, the Brazilian representation should not "passively await requests regarding technical issues, such as food, agricultural production and circulation of products" and defended that the country could be an active disseminator of techno-scientific information.⁹ This defense of the value of officials of agrarian diplomacy would continue later, in the following meetings in Quebec, in 1945.

The beginning of the report does not clash with the rest of the document on the Hot Spring conference in 1945. By taking part in the Agriculture Subcommittee, Belleza actively collaborated so that the rural education program was accepted by the organization, in addition, he defended the need for electrification as a means for social welfare in rural areas. At the agriculture subcommittee meeting, Belleza noted an absence of education issues on the conference agenda. Among the extensive forms of teaching was the visual, provided through the cinema, but there was no mention of education through the radio, so he devoted himself to explaining that auditory education was at least as important as visual education and it even presented greater facilities for diffusion. The agronomist proposed that the organization promote radio education in its programs, for having functions of greater value. His proposal, according to his account, was accepted unanimously. Once again it can be added that his statement that hearing education was important was correlated with the ideas of agricultural extension that were current in the United States and that, hand in hand with development policies, would spread in Latin America in the post-war period. It seems that, at the Quebec meeting, and earlier at the Hot Spring, the interventionist schemes

⁷ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to Oswaldo Aranha, 31.05.1943.

⁸ MRE, Álbum 80.2.1, Delegação do Brasil na FAO, 1947-1948. Report from Newton de Castro Belleza to Carlos Silvestre de Ouro Preto, 20.08.1948.

⁹ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to Oswaldo Aranha, 31.05.1943.

that would later become transnational instruments of agrarian diplomacy of the countries aligned with the United States in the Cold War were being built.

However, at the end of the Quebec conference, Belleza, in her communication with Minister João Neves da Fontoura of Itamaraty, recounted that Brazil's performance was less than desirable. In Brazilian Quebec's delegation, there were no representatives of the various specialties required on the agenda, or at least those that should be the most important for Brazil. The result was that "almost everything happened without our participation, without our assistance, while other countries of lesser importance than Brazil were playing a more prominent role in the progress of the work".¹⁰ For him, all this picture in the Quebec Conference led Canada to take the lead and that very soon Mexico would not be far from wresting primacy from us in Latin America, the tragedy being completed with the possible entry of Argentina into the organization. For Belleza, Brazil's loss of prestige at the Quebec conference went against the great potential that the country presented. According to him, the geographical (location and extension), economic (the possibilities of almost complete self-sufficiency), and political (its performance abroad) conditions pointed to Brazil as one of the four great centres of universal equilibrium in terms of food sovereignty and food exportation, next to China, Russia and the United States.¹¹ As proposed solutions to improve Brazil's performance in international conferences an abundant agricultural production would be essential and this could only be guaranteed by the technique and state technicians of the MA.

In the period that goes from 1946 to 1950, it is known that in 1946, at the Conference in Copenhagen, Denmark, the performance of the Brazilian delegation managed to consolidate a certain international prestige for the country, obtaining several successes in voting proposed by Belleza. In 1947, Belleza participated as a permanent delegate in the Conference of Geneva, Switzerland, in the World Emergency Food Council, in the Rural Welfare Committee, and in the World Food Council. In Washington Conference in 1948, Belleza was chosen as one of the three vice-delegates in the Washington Conference in 1948, occupying one of the highest positions in the agency before Josué de Castro (1908-1973)¹² himself, who would be the second Brazilian with the greatest projection to achieve key positions in the agency, mainly in matters related to nutrition. In 1950, Belleza was dismissed from the mission and no longer acted in FAO. Despite the fact that the available documents do not allow a deeper analysis of Belleza's actions in the function of an agrarian diplomat, the theme that stands out in these papers is humanism, referring to Belleza's ideology about the preponderance of the human over the institution. This idea was already present in his participation in Hot Springs, when he highlighted that the institutions arose for the service of man and that they would be worthless if they were against his well-being or his balance. Also in Copenhagen, Belleza championed the idea that rural prosperity was not the exclusive concern of the Agriculture Committee, much less the Rural Hygiene Committee, being more a problem of social improvement than agrarian. For Belleza, the problem was above all related to education, and for this reason, the Social Welfare Committee should examine effective action mechanisms to improve people's living conditions:

¹⁰ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to João Neves da Fontoura, October 1945.

¹¹ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to João Neves da Fontoura, October 1945.

¹² Castro was a Brazilian physician, expert on nutrition and activist against world hunger. His book *Geopolitics of Hunger* was granted The Franklin D. Roosevelt Foundation Award, in 1952.

Food depends on agriculture and agriculture depends on education. Only education can dispel the apathy and indifference related to the acceptance of poor food, a poor house, and the lack of desire to improve living conditions. If the purposes of the FAO are achieved, the people of the world must be educated in the direction of a better life. This is the great work of education which must be an integral part of FAO¹³

5. Final considerations

The objective of the communication was to present the strategies of Brazil in search of food sovereignty in interwar years. During this period, the Brazilian government tried, through the techno-scientific apparatus, to guarantee the modernization of the State and its citizens through agrarian policies that sought to transform the rural space from an archaic place to a modern one. It was intended to identify the alternatives of action that were presented to Brazil in a still unpredictable international context and where Latin America was no longer the centre of investment of developed countries.

In one hand, it was possible to understand the internal agrarian policy of Vargas in the years related to that world conflict and the strategies used by the MA to guarantee national interests in time of international crisis and internal government reformations. It was fundamental to have agronomists in the most important technical positions, such as ministers and delegates at international organizations, technical roles that was characterized by seeking to leverage the productive and commercial force in Brazil both to supply the internal market, achieve food sovereignty and to integrate itself into the expanding international trade. On the other hand, the interaction of technicians from Brazil and United States in projects of food production in the Northeast of the country, acted in the creation of a network of knowledge and in the capitalization of techniques and methodologies of cultivation of tropical products that served the location of the country in the post-war international market, serving as a sample button of a techno-scientific connections that would be expanded from 1946, with the largest presence of public and private agencies from the United States in the region.

Finally, this communication aimed to understand how the outbreak of World War II acted as a catalyst for defining the directions of Brazilian foreign and internal policy in terms of food sovereignty, as well as serving to support studies that would evaluate the strategies used by the Brazilian government to guarantee national interests at a time of great economic and social instability.

¹³ MRE, Álbum 80.1.17, Conferência de Alimentação e Agricultura, Copenhague-Washington, January-April, 1944-1946. Report from Newton de Castro Belleza to Samuel de Sousa Leão Gracie, 30.10.1946.

Bibliographic reference

BELLEZA, Newton de Castro. *A evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.

CERVO, Amado y **BUENO**, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

FONSECA, Pedro César Dutra. *Desenvolvimentismo, a construção do conceito*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

HORTA, Regina Duarte. *A biologia militante – o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945)*. Belo Horizonte: UFMG, 2010

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade civil, sociedade política e agricultura no Brasil (1910-1945). In *História e Perspectivas* v.48, Uberlândia, 2013, pp.43-80.

_____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EDUFF, 2010.

MINISTRY OF AGRICULTURE OF BRAZIL (MA). Reports and Bulletins (1937-1945). Rio de Janeiro: MA, XX century.

MINISTRY OF INTERNATIONAL RELATIONS OF BRAZIL (MRE). Brasília-Rio de Janeiro: MRE, XX Century.

MITCHELL, Timothy. *Rule of experts: Egypt, technopolitics and modernity*. Berkeley/ Los Angeles/ Londres: University of California Press, 2002.

SALES, Apolônio. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945.

SARAIVA, Tiago. *Fascist pigs – technoscientific organisms and the history of facism*. Cambridge: MIT Press, 2016

THE FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *70 años de la FAO (1945-2015)*. Roma: FAO, 2015.

1.3 - A (in)segurança alimentar no Brasil (2003-2023)

[06.09.2023 Sala/Room 3.2]

A Fome e a Produção involucra de Alimentos

Jumara Soares das Chagas | Universidade Santa Cruz do Sul, Brasil | sojumara@gmail.com

Silvio Cesar Arend | Universidade Santa Cruz do Sul, Brasil | silvio@unisc.br

Na América Latina, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos agrícolas são descartados em diversas fases da produção e, apesar da disponibilidade em prateleiras nas redes de supermercados, o problema do acesso e da insegurança alimentar só aumenta. Alguns estudos no Brasil invalidam o cultivo de subsistência e incrementam as políticas de concentração de terras, aliada a produção de alimentos economicamente rentável aos grupos que dominam os mercados das redes atacadistas e varejistas, e a exportação de commodities. Apesar da agricultura de subsistência sofrer críticas, ela se mostra como alternativa viável do combate a insegurança alimentar, principalmente para determinados grupos humanos que vivem isolados, como comunidades tradicionais que vivem na Amazônia. Através da agricultura de subsistência, as comunidades tradicionais têm evidenciado, ao longo dos anos, que quintais, roçados, coleta e captura de alimentos envolvendo espécies vegetais e animais apresenta-se como um modelo sustentável de desenvolvimento no combate a insegurança alimentar.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS; COMMODITIES; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Introdução

No mundo todo, embora a maioria da população passe por situações de insegurança alimentar¹, os alimentos dispostos em prateleiras das redes de supermercados atacadistas e varejistas seriam suficientes para alimentar a população. Mas isso acontece devido à falta de recursos financeiros da maioria para realizar a compra, o que denuncia o problema do acesso aos alimentos disponibilizados nesse tipo de estabelecimento.

No Brasil do século XXI, em meio pandemia de SARS-CoV-2², os noticiários denunciam o aumento do número de pessoas famintas que praticam pequenos furtos de alimentos nas redes de supermercados atacadistas e varejistas. Por outro lado, outras notícias denunciam o desperdício de alimentos que não são vendidos por essas redes.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, do inglês Food and

¹ Não se trata conceituar a Insegurança Alimentar (IA) pelo ponto de vista das ciências agrárias, que considera como IA a contaminação de alimentos por patógenos, toxinas etc. (Borchers, 2010), nem de questionar as verdades nutricionais que estão contidas nos alimentos, como acontece nos laboratórios científicos de nutrição (Azevedo, 2013). Esse número retrata o conceito de IA do ponto de vista social, onde a falta de alimentos ou a fome pode levar uma pessoa a morte (Barret, 2002).

² Doença provocada por vírus, mais conhecida como Covid.

Agriculture Organization (FAO, 2022)³, no âmbito da venda de alimentos agrícolas, no Brasil é desperdiçado o equivalente a 22 bilhões de calorias, o que atenderia às necessidades nutricionais de 11 milhões de brasileiros que vivem em situação de insegurança alimentar. No que tange à produção, só na América Latina, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos agrícolas são descartados em diversas fases, seja na produção, na pós-colheita, no armazenamento ou transporte. Esses números abrangem todas as fases da produção, incluindo safras, indústria, logística, varejo, etc.

Uma política de doações de alimentos pelas redes de supermercados atacadistas e varejistas para pessoas de baixa ou nenhuma renda inexistente. Mesmo para aqueles produtos que se aproximam da data de validade, não existe qualquer movimento dessas redes para facilitar a doação ou o barateamento de alimentos, principalmente na Amazônia do século XXI. Ademais, ainda que os alimentos dispostos em prateleiras de supermercados atacadistas e varejistas não resolvam o problema da fome, no Brasil, todo mercado que compõe a rede de produtos alimentícios só expandem.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar o incremento das cadeias da produção de alimentos em paralelo ao crescente número de famintos, evidenciar os alimentos de quintais cultivados pelas Comunidades Tradicionais (CTs) como alternativa no combate à insegurança alimentar, além de demonstrar os possíveis riscos à autonomia e à segurança alimentar dessas comunidades. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica sobre a produção de alimentos e a fome e uma pesquisa de campo em duas Comunidades Tradicionais residentes em ilhas fluviais amazônicas.

2. A produção de alimentos agropecuários e industriais e seus mercados

Alimentos Agropecuários e Industrializados Produzidos para Mercados Atacadistas e Varejistas, que aqui chamaremos de AGROMAS (Figura 1), são produtos de origem vegetal e animal, vendidos *in natura* ou processados, com características que divergem quanto à quantidade, tamanho, forma, sabor, cheiro, composição química, coloração etc. A produção de AGROMAS tem como finalidade principal preencher as prateleiras de supermercados (pequenos, médios ou de grande porte) e, ainda, atacadões (empresas

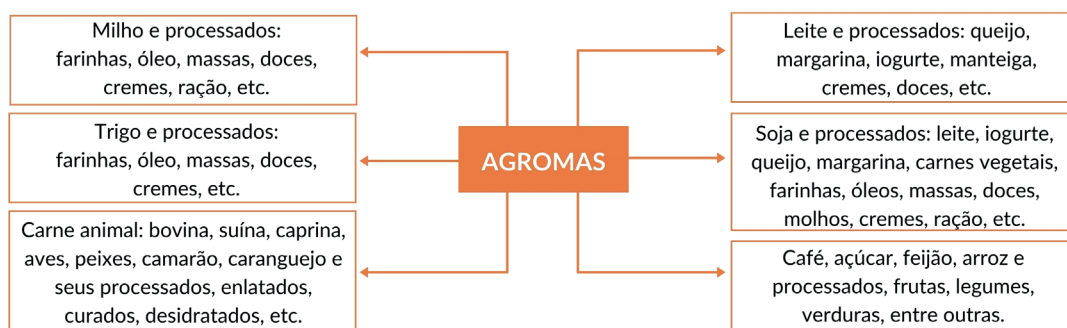


FIGURA 1
Alimentos Agropecuários e Industrializados Produzidos para Mercados Atacadistas e Varejistas (AGROMAS) – Ativos da Cadeia do AGROMAS.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

³ A agência também trabalha no apoio a formulação e execução de políticas, projetos e programas na área agrícola para países em desenvolvimento (FAO, 2022).

comerciais que vendem uma variedade de produtos em grande quantidade), no qual o acesso só é possível para aqueles que tem poder de compra – ou seja, renda monetária suficiente para a aquisição dos produtos e disposição a pagar os preços vigentes.

A produção de AGROMAS envolve vários grupos de interesse, incluindo atores governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas, sociedade civil, Organizações de Governança Global (OGG), além de instituições que compõem as Cadeias Globais de Valor (CGV)⁴. Esses grupos de interesse atuam em campos diversos, como definição de políticas públicas que irão definir e facilitar a cadeia de mercados que compõe o AGROMAS. Outros, atuam na execução da produção dos AGROMAS ou ainda nos planos de governança das cadeias de mercado.

A maioria dos grupos de interesse está sediada em países desenvolvidos envolvendo empresas de grande e médio porte que buscam maior abertura de capital gerado por essa fonte, além de serviços em escala mundial⁵. Esses grupos influenciam diretamente na produção, na disponibilidade e nos preços dos alimentos até chegar ao consumidor final.

A geração dos AGROMAS, apontada como solução para o problema da fome, virou uma espécie de falácia nos discursos das grandes corporações e de diversos estudos científicos que estimulam o mercado da produção de alimentos. Essas corporações agregam diferentes grupos de interesse em diversos países e influenciam diretamente na geração de AGROMAS.

Como exemplo de Organizações de Governança Global (OGG), pode-se citar a ONU-FAO, como entusiastas da produção de alimentos agrícolas. Com o objetivo declarado de acabar com a fome no mundo, essas instituições desempenham um importante papel na validação de diversos estudos que influenciam no avanço da produção de alimentos em países em desenvolvimento, além de mobilização social e intelectual através em fóruns, programas, convenções e projetos, ditando as tendências e os desafios globais no desenvolvimento agrícola (FAO, 2022).

A ONU atualmente conta com 194 países membros que trabalham num esforço coletivo de erradicar a fome no mundo através de políticas de incentivo à produção e disponibilidade dos alimentos, além de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável nos países membros e incremento das cadeias de valor em diversos países.

Com a crescente globalização, a agricultura vai deixar de ser um setor independente e vai tornar-se parte de uma cadeia de valor. A cadeia de valor tem várias fases, desde a produção, ao processamento e à venda, e todos os elementos estão agora altamente concentrados, integrados e globalizados (FAO, 2023).

Já as instituições que fazem parte das Cadeias de Valor Global (CGV) ou Cadeias Globais de Fornecimento, são empresas multinacionais gigantescas do setor agroindustrial, na sua grande maioria,

⁴ Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2022) as *global value chains* ou cadeias globais de valor (CGV) podem ser definidas como o conjunto de atividades necessárias à produção e entrega do produto ao consumidor final. Segundo Fleury (2020), as CGV também podem ser consideradas como Cadeias Globais de Fornecimento e são lideradas por empresas multinacionais que apresentam processos de produção fragmentados e geograficamente dispersos localizados em países diferentes.

⁵ Esse fenômeno provocado pela globalização, se evidencia a partir do fim da guerra fria, onde as disputas acirradas no âmbito do mercado global, entre empresas e países que favoreceram uma “guerra” de mercado (Farias & Sáfadi, 2010)

multinacionais multiníveis, que tem suas origens em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Japão, Austrália etc., sendo líderes em tecnológicas digitais. Segundo Adas (1988), as multinacionais possuem grande poder e controle sobre vários tipos de mercados que são a elas submetidos.

Essas empresas comandam sistemas de produção em todos os campos (alimentícios, vestuário, telecomunicação, etc) e possuem um sistema fragmentado com estágios de produção dispersos e concentrados em países de baixa renda. Tais países são atrativos do ponto de vista da produção, pois a maioria apresenta grande quantidade de recursos naturais, grande quantidade de terras disponíveis para o cultivo, mão de obra barata, sem grandes cobranças de custos ambientais, desmatamentos, alteração do solo, entre outros (Adas, 1988; Fleury & Fleury, 2020).

Como exemplo de empresas que representam as cadeias globais de fornecimento pode-se citar: Cargill, Tesco, Walmart, Carrefour, Nestle, entre outras (Adas, 1988; Fleury & Fleury, 2020). Segundo Fleury e Fleury (2020), as empresas que se encontram dentro das CGV possuem suas atividades relacionadas a obtenção de insumos para distribuição no mercado de produção.

As multinacionais são as principais responsáveis pela geração de Alimentos Agropecuários e Industrializados Produzidos para Mercados Atacadistas e Varejistas. No AGROMAS, essas empresas controlam a cadeia de mercados (Figura 2), a produção e a distribuição de alimentos no mundo.

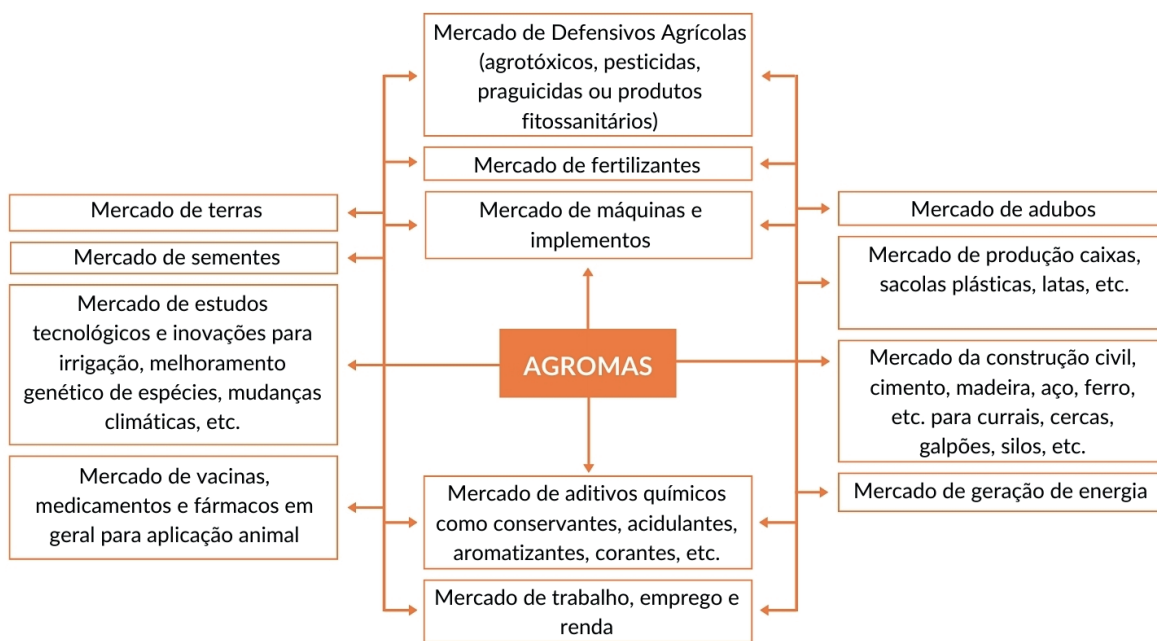


FIGURA 2
 Mercados que formam a Cadeia de produção do AGROMAS
 Fonte: elaborado pela autora (2023).

Dois alvos são atrativos para as multinacionais quando se trata de levar a produção de alimentos para países de baixa renda. 1) Recursos Humanos: grande quantidade de pessoas de baixa renda atraídas com oferta de emprego e qualificação. Por outro lado, as multinacionais ganham com mão de obra barata e mais pessoas aderentes a política de produção; 2) Recursos naturais: transformação ou destruição de florestas com desmatamento em alta escala para construção de estradas para escoamento da produção por via terrestre, construção de portos marítimos para escoamento da produção por via marítima, construção de agroindústrias processadoras de alimentos, construção de silos, escritórios, etc.

Com o foco na produção e no lucro dos mercados que movimentam o AGROMAS, a produção final atende, especificamente, a população de maior renda oferecendo pouca vantagem a população de baixa renda e nenhum acesso para a população sem renda. Contudo, além de todos os mercados já mencionados, há outros que levam a uma grande procura por esses tipos de alimentos. O mercado do Marketing é um exemplo. Nesse mercado encontra-se uma lógica Shumpeteriana de consumo, onde as pessoas são induzidas a mudar seus hábitos alimentares originais, sendo influenciadas pela comunicação de mídia (propaganda, redes sociais, novelas, filmes, etc) a terem novas necessidades de consumo.

Um exemplo desse estímulo ao consumo dos AGROMAS, especialmente sobre os produtos industrializados, recai na introdução desses alimentos para o público mais jovem. Produtos como biscoitos recheados, iogurtes, sucos artificiais, salgadinhos, doces, refrigerantes, chocolates etc., são massivamente lançados na mídia digital, garantindo: 1) o desejo e consumo por esse tipo de alimento; 2) o escoamento da produção; e 3) faturamento e a manutenção dos mercados que movimentam essa economia, entre outros.

Outro importante veículo de publicidade que movimenta a cadeia de produção do AGROMAS são os estudos que validam o título de produção sustentável aos mercados que compõem o AGROMAS. Geralmente, esses estudos são feitos por instituições de governança global, instituições públicas e privadas envolvendo universidades, faculdades e outras, que integram o mercado de estudos tecnológicos, inovações e mudanças climáticas. Alguns desses estudos servem para evidenciar os problemas causados por esse tipo de produção, como desmatamentos, assoreamentos, erosão, etc., e outros servem para maquiagem os rastros ambientais que essa produção provoca. Nesse sentido, o título de produção sustentável passa a ser estratégico para que os mercados dos AGROMAS continuem expandindo.

Para o Brasil, as ações envolvendo o AGROMAS são economicamente rentáveis. Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2022), em 2022 as exportações de produtos brasileiros como óleo de soja foram a US\$ 326,08 milhões e as vendas externas de carne bovina responderam por 52,6% do valor total exportado pelo Brasil com relação a carne suína. As exportações também foram recordes, rendendo o equivalente a US\$ 266,59 milhões (+28,9%) ou a segunda melhor cifra de toda a série histórica desde 1997. A exportação de milho superou a série histórica, chegando à cifra recorde de US\$ 2,03 bilhões.

Ademais, os setores que mais contribuíram para o crescimento das vendas externas do agronegócio entre janeiro e agosto de 2022 foram: soja (+US\$ 10,80 bilhões); carnes (+US\$ 4,01 bilhões); cereais, farinhas e preparações (+US\$ 3,90 bilhões); produtos florestais (+US\$ 2,13 bilhões) e café (+US\$ 2,08 bilhões), tendo como principais importadores a China, a União Europeia, Japão, Índia, Irã, Egito, Colômbia, Estados Unidos, Indonésia, entre outros (MAPA, 2022).

A ambição de fortalecer o agro para integrar o Brasil ao mundo dos negócios tem elevado a balança comercial do Brasil em um superávit de US\$ 128,56 bilhões (MAPA, 2022). Considerado com o player no mercado internacional, o Brasil tem elevado a participação na disponibilidade de commodities (Ipea, 2022), o que significa que uma grande parcela da produção dos AGROMAS, envolvendo alimentos *in natura*, como grãos, segue para outros países.

A alta geração de produtos agroindustriais leva a toneladas de alimentos que são disponibilizados anualmente nas redes de supermercados atacadistas e varejistas. No Brasil, os empresários desse ramo só expandem. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados, (ABRAS, 2022) a rede Pão de Açúcar ⁶ deve expandir mais 300 lojas até 2024 em todo Brasil.

Apesar do aumento desse tipo de estabelecimento e da disponibilidade de alimentos em prateleiras nessas redes de supermercados atacadistas e varejistas, o problema da insegurança alimentar parece persistir. Segundo o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI)* da FAO, a pobreza e a fome alcançaram, aproximadamente, 811 milhões de pessoas em 2021 (UNICEF, 2022) e a mesma reconhece que, apesar do esforço na produção de alimentos, o problema da fome continua crescente.

Apesar dos progressos realizados nas últimas duas décadas, 870 milhões de pessoas ainda sofrem de fome crônica. Entre as crianças, estima-se que 171 milhões de crianças menores de cinco anos sofram de desnutrição crônica (baixa estatura para a idade), quase 104 milhões tenham baixo peso para a idade e 55 milhões sofram de desnutrição aguda (FAO, 2023).

Segundo dados de uma pesquisa realizada sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 acerca da alimentação da população⁷, 59% dos domicílios brasileiros apresentaram algum quadro de insegurança alimentar durante a pandemia com diminuição de consumos de alimentos considerados importantes para a subsistência, como carnes (redução de 44%) e frutas (redução de 41%). Durante o período, o aumento dos preços dos alimentos disponíveis em prateleiras subiu para 14,09%, maior índice já registrado desde 2016 (6,29%), com maior destaque a alimentos como tomate e óleo de soja (Galindo *et al.*, 2021).

3. Alimentos de quintais: uma nova alternativa no combate a insegurança alimentar?

No século XXI, diante das novas tecnologias voltadas para a produção de alimentos, confronta-se, por outro lado o aumento da insegurança alimentar no mundo todo. Na contramão dessa realidade, no Brasil, as comunidades tradicionais que se mantiveram em seus territórios, com acesso à terra e a biodiversidade, possuem um modelo autossustentável de subsistência, evidenciando um tipo de desenvolvimento que envolve a produção autônoma de alimentos em quintais agroflorestais. Esse

⁶ Se constituiu hoje como um dos maiores grupos de varejo e atacado da América Latina.

⁷ Estudo coordenado Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy), sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin. O survey foi organizado em parceria com pesquisadores(as) do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). A coleta de dados foi realizada via ligação telefônica num período de 2 (dois) meses, novembro e dezembro de 2020 (Galindo *et al.*, 2021).

modelo é o que tem resolvido o problema da fome e o combate a insegurança alimentar em várias regiões.

Na Amazônia, a agricultura subsistência evidencia uma alternativa viável aos grupos humanos que tem pouco ou nenhum acesso ao AGROMAS. No caso das CTs, o não acesso ao AGROMAS pode ocorrer por diversos motivos: 1) falta de recursos financeiros para realizar a compra de alimentos nas redes de supermercados atacadistas e varejistas (problema que não afeta somente pessoas que vivem em áreas rurais, mas, principalmente, as que vivem em áreas urbanas); 2) distanciamento geográfico das redes de supermercados atacadistas e varejistas, já que estes se concentram em áreas urbanas e as CTs em áreas rurais; 3) em caso das CTs residentes em ilhas fluviais, limitação na locomoção das famílias feitas por hidrovias, as quais não podem ser navegáveis em qualquer hora do dia, pois o transporte feito por pequenas embarcações obedecem aos movimentos das marés; entre outros.

Como a maioria das CTs não tem acesso direto às redes de supermercados atacadistas e varejistas, a agricultura subsistência praticada em quintais agroflorestais tem garantido a segurança alimentar dessas populações ao longo de anos.

Autores como Lunz (2007), Lourenço (2009; 2012), Martins *et al.* (2012), Pereira (2017), entre outros, ressaltam a importância dos quintais nas pequenas propriedades rurais como estratégia de cultivo e coleta, principalmente de espécies frutíferas que auxiliam na alimentação diária das famílias. Nesse sentido, os quintais representam uma fonte segura de recursos essenciais para a soberania alimentar e para geração de renda das comunidades tradicionais.

Segundo Lunz, o quintal agroflorestal, também chamado de horto caseiro ou pomar caseiro, consiste na associação de espécies florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e animais, ao redor da residência, com o objetivo de fornecer várias formas de bens e serviços. Esses quintais são muito comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as frutíferas apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes. Estas frutíferas constituem-se em uma opção econômica viável para as condições da Região Amazônica e têm se tornado um componente, cada dia mais comum, dos sistemas de produção dos pequenos agricultores (LUNZ, 2007).

Lunz, em estudo realizado em 2007, ao retratar a importância das espécies vegetais existentes em quintais agroflorestais que contribuem para segurança alimentar e geração de renda das populações amazônicas, apontou 50 espécies frutíferas no distrito de Nova Califórnia, em Rondônia, entre elas taperebá, pupunha, tucumã, jambo, açaí, manga, entre outras (LUNZ, 2007). E acrescenta ainda

Esses quintais, são muito comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as frutíferas apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes. [...]. Os quintais agroflorestais estão presentes em todas as propriedades estudadas e são manejados normalmente para subsistência, no entanto, algum excedente é comercializado, permitindo uma renda suplementar a essas famílias. [...] As frutíferas desempenham um papel importante na alimentação dessas famílias e todas as espécies encontradas possuem valor alimentício (LUNZ, 2007, p.3).

Martins, ao retratar espécies alimentícias disponíveis nos quintais com ecossistemas de várzea na

Comunidade Boca do Moa, no Acre, identificou 54 espécies vegetais, entre elas, açaí, bacaba, buriti entre outras, com predominância do cultivo da mandioca em 90% dos espaços visitados (DE OLIVEIRA MARTINS, 2012). E acrescenta ainda:

Os roçados e quintais ribeirinhos representam uma alternativa sustentável de produção alimentícia e medicinal para as comunidades tradicionais da Amazônia, principalmente no que se refere à diversidade de produtos e à geração de renda. [...] tanto os quintais quanto os roçados auxiliam na subsistência e na renda das famílias ribeirinhas [...]. Assim, a produção destina-se na sua maioria para a subsistência e o excedente para a venda, auxiliando na renda da família (DE OLIVEIRA MARTINS, 2012, p. 115).

Lourenço (2009), ao tratar de espécies vegetais constantes em quintais de CTs de três assentamentos rurais, Tarumã-mirim, ZF7 e Vila Amazônia, no Estado do Amazonas, apontou a existência de 70 espécies vegetais, entre elas o ingá, o tucumã, o muruci e a sapotilha, sendo que algumas dessas espécies, além de garantir segurança alimentar, apresentam usos múltiplos, como o da árvore do ingá, que além de oferecer o fruto que é consumido in natura, sua madeira é usada para lenhas e as folhas na compostagem (Lourenço, 2009). E ainda enfatiza:

A agrobiodiversidade dos quintais agroflorestais vem sendo destacada como determinante da sustentabilidade das comunidades tradicionais na Amazônia. [...] Além disso, os quintais agroflorestais vêm produzindo colheitas sustentáveis por séculos, utilizando os recursos naturais, na maioria das vezes, de forma eficiente. [...] Esses quintais são muito comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as fruteiras apresentam papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes (LOURENÇO, 2009, p.1)

Segundo Lourenço, a agrobiodiversidade⁸ disposta em quintais agroflorestais tem papel importante na sustentabilidades das CTs amazônicas. As espécies vegetais dispostas em quintais agroflorestais, permite uma variedade de culturas agrícolas, com árvores de múltiplos uso, atendendo as necessidades básicas das populações locais. A vantagem em ter várias espécies arbóreas nos quintais evita um quadro de deterioração ambiental. Além de gerar produção e colheita de forma sustentável (LOURENÇO, 2009).

Esses estudos provam que, em tempos diferentes, a biodiversidade disposta em quintais tem desempenhado um importante papel na subsistência e na autonomia alimentar de seus povos. A diversificação de espécies vegetais e animais, tem servido, ao longo dos séculos, para manutenção dos ecossistemas amazônicos, além de servirem, muitos deles, como importante fonte de proteína e energia para milhares de gerações que povoam a Amazônia.

Embora haja o reconhecimento de um estilo de vida sustentável na alimentação das CTs em diversos estudos acadêmicos, a agricultura subsistência praticada em quintais parece sucumbir diante da intensa produção de AGROMAS. De forma geral, a ausência de dados oficiais sobre a diversidade de espécies usadas como fonte de alimentos em diversas regiões da Amazônia Legal (Ipea, 2016) provoca uma invisibilidade sobre as dinâmicas que envolvem a biodiversidade e as populações da Amazônia.

⁸ Segundo a FAO, agrobiodiversidade envolve a diversificação de plantas, animais e microrganismos que são utilizados diretamente ou indiretamente para geração de alimentação, de energia, de combustíveis ou para fins fármacos (FAO, 1999).

A invisibilidade sobre a diversificação de espécies locais usadas como fonte de alimento na região pode acontecer por diversos motivos, tais sendo: 1) as características peculiares da Amazônia, considerando os grandes e distintos territórios, com grande diversidade biológica, vegetal e animal; 2) grande quantidade de agrupamentos humanos que vivem isolados. Esse item leva a um outro ponto que é: 3) dificuldades no acesso as áreas habitadas, isoladas, incluindo terras indígenas, ilhas fluviais que, na maioria dos casos, possuem grande distanciamento de áreas urbanas; 4) falta de recurso público ou vontade política para investimento em pesquisas dentro das áreas mais isoladas da Amazônia; 5) desvalorização da produção de baixo impacto econômico, onde a produção de alimentos é feita em pequena escala, a nível de subsistência 6) não participação do extrativismo de coleta em políticas de exportação, sem que esses alimentos componham as prateleiras das redes de supermercados atacadistas e varejistas. Esses podem ser alguns dos entraves para que não haja valorização, conhecimento e reconhecimento nos registros oficiais sobre o consumo diversificado de alimentos existentes nas diferentes amazônias⁹.

Como a invisibilidade persiste, muitas regiões habitadas podem ser tratadas como territórios imensos, vazios, desprovidos de desenvolvimento local, mas, com grande potencial para as novas políticas desenvolvimentistas envolvendo o uso da biodiversidade que passa a ser vista como moeda de troca. As florestas, o solo, mananciais aquíferos e toda diversidade biológica são considerados como o novo ouro verde para a intensificação da produção dos AGROMAS.

Na Amazônia, as empresas multinacionais, produtoras e processadora de alimentos, disputam territórios com os Povos Originários a fim de expandir a produção de grãos, além de portos marítimos e terrestres para a exportação de *commodities*. Como exemplo de empresas que expandem a cadeia de AGROMAS, podemos citar a Cargill S.A. Com Sede em Minnesota nos EUA, a CARGILL, se enquadra nos padrões da Indústria 4.0¹⁰, envolvendo bioindustrialização e bioeconomia, atuando em vários segmentos como: agricultura, *food servisse*, *Trade & Structured Finance*, entre outros. A empresa se apresenta como uma das maiores comerciantes de grãos e oleaginosas do planeta, ajudando formatar a agricultura de alto impacto, conectando produtores e usuários do mundo.

Como indústria que compõe a Cadeia de Valor Global, a Cargill tem um papel importante no mercado das *Comodities* agropecuárias. Com filiais no Brasil e em diversos países, essa indústria tem aumentado ainda mais movimentando a criação bovina na Guatemala, El Salvador, Costa Rica e outros países da América Central, para ao final, exportar a carne bovina a países da Europa e Estados Unidos (Cargill, 2022). Ademais, com o discurso de “nutrir o mundo” aumentando a oferta de alimentos, a empresa tem concentrado seus esforços no escoamento de grãos, como soja e milho produzidos em Estados Amazônicos como Rondônia, Mato Grosso e Pará (Cargill, 2022), com único objetivo de continuar produzindo e aumentando as cadeias de AGROMAS.

Na agricultura, a empresa oferece serviços de armazenamento, comercialização, processamento e distribuição de grãos e sementes oleaginosas como trigo, milho, oleaginosas, cevada e sorgo, assim como, óleos vegetais e rações. Na linha *food servisse*, a empresa oferece produtos e soluções que fornecem mais

⁹ A Amazônia legal abrange duas amazônias: a Oriental (Amapá, Tocantins e Mato Grosso, Pará, Maranhão, municípios situados a oeste do meridiano 44°W) e a Ocidental (estados do Amazonas e Acre e Rondônia e Roraima (Decreto nº 291, de 28 de fevereiro de 1967).

¹⁰ Para estudiosos como Shwab (2016), essa nova Revolução Industrial ou Indústria 4.0 envolveria uma série de tecnologias, envolvendo biotecnologia e genética, manufatura aditiva, robótica e tecnologia digital.

sabor, rendimento, facilidade de manuseio, versatilidade.

No *food service* algumas marcas tradicionais fazem parte do portfólio, como: Liza, Pomarola, Elefante e Mazola. No *Trade & Structured Finance* (Comércio e Finanças Estruturadas), sediada em Singapura com 300 funcionários localizados em 18 escritórios ao redor do mundo (Cargill, 2022), oferece soluções financeiras para a conduzir o comércio global e reduzir os riscos associados a produtores e processadores de mercadorias, comerciantes de bens materiais, importadores, etc. (Cargill, 2023), além de oferecer produtos como: acidulantes, citratos, hidrocoloides e lecitinas¹¹, cacau, chocolate, óleos e gorduras, amidos e adoçantes.

No Estado do Pará, em Santarém, município pertencente ao Baixo Amazonas, pessoas pertencentes a etnia *Mundurukú e Apiaká* (Silva, 2022) tem enfrentado situações de violência com a invasão de suas terras pela empresa Cargill.

O contexto de Santarém, em termos de políticas para os povos indígenas, é marcado por conflitos agrários, disputas e violência, dentro de uma região caracterizada pela diversidade étnica constantemente ameaçada e que resiste à atuação dos empresários das commodities (Silva, 2022, p.46).

Outro município amazônico, o de Abaetetuba e suas ilhas adjacentes, também têm sido palco de mais um novo projeto desenvolvimentista envolvendo uma multinacional da indústria alimentícia. Para o atendimento a exportação de *commodities agrícolas*¹², a empresa, com apoio do Estado, está com um projeto de instalação portuária¹³ nas terras das Comunidades Tradicionais que vivem na Ilha Xingu, vizinha da Ilha Caripetuba, com o uso aproximado de 400 hectares de terra (Cargill, 2022) que serão utilizadas para construção do terminal marítimo, além de silos para depósito dos grãos que serão exportados. Na **Figura 3** ilustra-se o mapa da região envolvendo ações de operações da Cargill, Ilhas Xingu, Caripetuba e Capim.

Na **Figura 4** apresenta-se uma imagem Projeto inicial do terminal portuário na ilha Xingu, banhada pelo Rio Urubueua.

A previsão é que haja uma intensa movimentação da malha hidroviária no entorno das ilhas fluviais de Abaetetuba, algo que já é perceptível pelas CTs locais que fizeram parte deste estudo. A empresa apresenta uma possível ameaça à autonomia e à segurança alimentar das populações que vivem nessas áreas mais isoladas da Amazônia. Muitas comunidades têm resistido e se posicionado contra a instalação da empresa na região.

¹¹ Acidulantes e citratos são ingredientes amplamente utilizados em alimentos e bebidas devido as propriedades que proporcionam ao produto final. Há uma grande diversificação de suas funções, que podem variar de ajuste de pH e realce de sabor, a prevenção do escurecimento enzimático em alimentos frescos. Já os Hidrocoloides são usados como coagulantes e espessantes em todas as áreas da indústria de alimentos e em um número crescente de aplicações cosméticas e farmacêuticas. E a Lecitina serve para desenvolver produtos como NGMO e não-alergênicos, clean label, alternativas à emulsificantes artificiais (Cargill, 2022).

¹² As *commodities agrícolas* são produtos primários de alto valor estratégico, comercializados em bolsas de valores de todo o mundo e negociados globalmente. A soja é um exemplo de produto cultivado que tem alto valor no mercado internacional. Além da soja, entram na lista de *commodities agrícolas*, outros produtos como milho, café, açúcar, carne bovina, suco de laranja, algodão e trigo (UFMS, 2022).

¹³ O porto deve atender diretamente o agronegócio de grãos. Abaetetuba deve sediar um dos portos da empresa, entre eles estão as Estações de Transbordo de Cargas em Marituba (PA) e Porto Velho (RO) e os terminais portuários de Paranaguá (PR) e Santarém (PA). A companhia possui ainda *joint venture com Louis Dreyfus Commodities* (consórcio) para operação de grãos no Terminal Exportador de Santos (TES), em Santos (SP) e no Terminal Exportador do Guarujá (TEG), no Guarujá (SP), além do Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (TEAG), também no Guarujá (SP), para exportação de açúcar.



FIGURA 3
 Mapa da região envolvendo ações de operações da Cargill, Ilhas Xingu, Caripetuba e Capim
 Fonte: Cargill (2018).

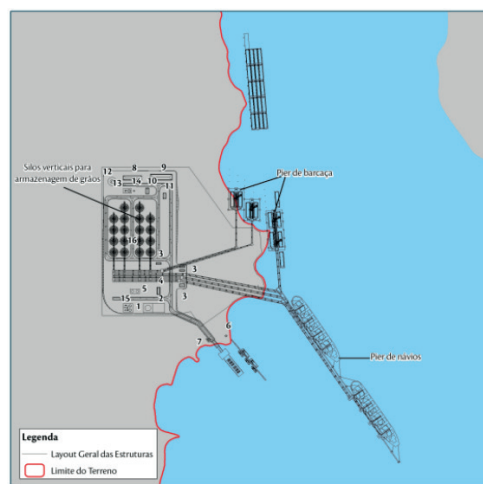


FIGURA 4
 Imagem Projeto inicial do terminal portuário na ilha Xingu, banhada pelo Rio Urubueua.
 Fonte: Cargill (2018).

Uma das sequelas provocadas pela instalação portuária na região envolve o desmatamento e a devastação da vegetação nativa e exótica, além de risco ao desaparecimento de algumas espécies animais da área, incluindo espécies aquícolas. No entanto, essas sequelas são inevitáveis, uma vez que para construir os canteiros, as áreas de apoio, acessos a área do Terminal de Uso Privado (TUP) Abaetetuba algumas espécies vegetais, animais, marinhas e terrestres devem sofrer impacto. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) realizado pela empresa em 2018, confirma as situações de alteração na área para construção do TUP.

“Durante as atividades de corte da vegetação estes podem se acidentar em função da ação dos equipamentos e queda de árvores. Durante a fase de obras, a emissão de ruídos e a movimentação de veículos e maquinários, perturbam os animais e os afastam da área” (Cargill, 2018. P.53).

Outro impacto potencial é a chegada de trabalhadores na área e a necessária eliminação da vegetação para construção de áreas de habitação para esses trabalhadores. A tendência é que haja também um possível aumento da caça de animais silvestres. Com relação aos recursos hídricos, durante a execução das obras, as águas dos rios e dos furos poderão perder a qualidade, uma vez que os sedimentos da obra ocasionarão a suspensão do terreno arenoso que compõe a área. Além disso, o movimento das embarcações gerará alterações importantes no fluxo das águas, o que deve provocar a diminuição de uma grande variedade de espécies aquícolas, incluindo as que tem garantido a autonomia e a segurança alimentar das populações ribeirinhas que vivem nessas áreas ao longo dos séculos.

Instituições como o Ministério Público do Pará (MPPA, 2021), através de inquérito civil público¹⁴, tem

¹⁴ O inquérito civil público é um procedimento investigatório instaurado pelo Ministério Público para descobrir se um direito coletivo foi violado. Para tanto, o membro do Ministério Público pode solicitar perícia, fazer inspeções, ouvir testemunhas e requisitar documentos para firmar seu convencimento, conforme o § 1º do art. 8º da Lei 7347/85 (CNMP, 2022)

acompanhado o processo de licenciamento da empresa. Instituições religiosas como a igreja católica, juntamente com as comunidades religiosas localizadas nas CTs, também tem se mobilizado contra a empresa, em defesa do território. Na **Figura 5** é mostrada uma imagem da bandeira de protesto contra a empresa norte americana CARGILL em terras ribeirinhas.

Com a promessa de “nutrir o mundo” (Cargill, 2022) fomentando o crescimento econômico da Amazônia, a empresa parece invisibilizar os impactos que o terminal portuário pode causar no sistema alimentar das famílias que dependem diretamente das florestas e dos rios para manter uma rotina de alimentação diária. Segundo a moradora da Ilha Tabatinga, Raimunda, uma das entrevistadas deste estudo, há uma evidente diminuição de peixes e camarões no principal rio da ilha, o Rio Tocantins, que banha não só a Ilha do Tabatinga, como também todas as 72 ilhas do território, e serve como principal provedor de alimentos pesqueiros da região.

Esta situação é evidenciada na fala de Raimunda (Assentada da CTs Ribeirinha da Ilha Tabatinga) mencionando: “a gente tem percebido que a quantidade de peixe e camarão tem diminuído, mas não é pra menos porque o barulho das grandes embarcações afasta os peixes que a gente come. Antes não era assim”. De modo semelhante, Maria Santos, também assentada da Ilha Caripetuba, complementa que “já não se tem peixe, e com a chegada dessas empresas vai piorar mais ainda”.

As promessas envolvendo os benefícios da instalação portuária na região são velhos conhecidos das propostas desenvolvimentistas apresentadas para as populações amazônicas desde o início da exploração das jazidas minerais na década de 70. As promessas envolvem geração de emprego, renda, qualificação e agora a disponibilidade de internet em todo território. Como contrapartida, há uma transformação das áreas de florestas que passam a ser desmatadas para abertura de estradas, desmatamento de grandes hectares para plantação de grãos e pastagens, construção de silos, entre outros.

Porém, o atendimento às multinacionais e a uma política de intensificação da bioindustrialização na Amazônia pode provocar o desaparecimento de espécies da fauna e flora que, muitas vezes, não são nem catalogadas em estudos científicos. Há uma perda de grande impacto sem precedentes.



FIGURA 5
Bandeira de protesto contra a empresa norte americana CARGILL em terras ribeirinhas
Fonte: MPPA (2021).

4. Considerações finais

Apesar da alta geração de alimentos se mostrar economicamente rentável para alguns grupos que dominam os mercados de produção, esse sistema tem se mostrado ineficiente quando se trata do problema da fome. Diante de um quadro progressivo de insegurança alimentar, a agricultura de subsistência tem se mostrado como uma alternativa viável do combate a insegurança alimentar, principalmente no que se refere aos grupos humanos com posse de quintais agroflorestais.

Na Amazônia brasileira os discursos parecem convergir para a intensificação da produção de AGROMAS, mesmo que seu acesso seja limitado ao poder de compra e ele não resolve o problema da fome. De fato, muitos estudos, dependendo dos grupos de interesse de que façam parte, tem influenciado de maneira positiva a opinião de milhares de pessoas que olham a Amazônia como território promissor de produção agrícola e industrial. A questão é que a produção de alimentos virou um grande negócio na mão de produtores, graneleiros, fazendeiros e de toda cadeia de mercados que compõe os AGROMAS. O alimento, tão precioso para sobrevivência humana, constando como direito básico constitucional, virou instrumento de disputa mercadológica.

Apesar do sucesso na produção de AGROMAS com incremento de grande quantidade de alimentos que abastecem as prateleiras das redes de supermercados atacadistas e varejistas, os alimentos de necessidade básica não chegam à mesa de boa parte da população brasileira. Tal situação denuncia um grave problema do acesso aos alimentos e a necessidade de se pensar novas alternativas autossustentáveis e autônomas de se combater a insegurança alimentar no país.

Referências

- ABRAS** - Associação Brasileira de Supermercados. (2022). *Pão de Açúcar: plano de expansão prevê 300 novas lojas até 2024*. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/redes-de-supermercados/112539/pao-de-acucar-plano-de-expansao-preve-300-novas-lojas-ate-2024>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.
- ADAS, M.** (1988). *A fome: crise ou escândalo?* Moderna. São Paulo.
- AZEVEDO, E.** (2013). Segurança Alimentar e Nutricional e controvérsias científicas. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 20(1supl), 147-155.
- BARRETT, C. B.** (2002). Food security and food assistance programs. *Handbook of agricultural economics*, 2, 2103-2190.
- BORCHERS, A., TEUBER, S. S., KEEN, C. L., & GERSHWIN, M. E.** (2010). Food safety. *Clinical reviews in allergy & immunology*, 39, 95-141.
- BOSCOLO, O. H., & ROCHA, J. A.** (2018). Saberes tradicionais e a segurança alimentar. *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas*, 51.
- CARGILL.** (2018). *Relatório de Impacto Ambiental Terminal de Uso Privado - Tup Abaetetuba*. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba-estudos. Acesso em: 08 de janeiro de 2023.
- CARGILL.** (2022). *O mais novo projeto da Cargill no Brasil*. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba. Acesso em: 27 de setembro de 2022.
- CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO.** (2019). *Açaí: Análise Mensal. Dezembro 2019*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-acai>. Acesso em: 31 de março 2022.
- FAO.** (2022). *Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe*. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

- FAO.** (2023). *Fao in Portugal*. Disponível em <https://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/>. Acesso em: 01 de junho de 2023.
- FARIAS, H. P., & SÁFADI, T.** (2010). Causalidade entre as principais bolsas de valores do mundo. *Revista de Administração Mackenzie*, 11, 96-122.
- FLEURY, A., & FLEURY, M. T. L.** (2020). A reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (global value chains) pós-pandemia. *Estudos Avançados*, 34, 203-219.
- GALINDO, E., TEIXEIRA, M. A., DE ARAÚJO, M., MOTTA, R., PESSOA, M., MENDES, L., & RENNÓ, L.** (2022). Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, 2.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA.** (2022). *Mercados e preços agropecuários*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/12/mercados-e-precos-agropecuarios-6/>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.
- LOURENCO, J. D. P., SOUSA, S. G. A., WANDELLI, E. V., LOURENÇO, F. D. S., GUIMARAES, R. D. R., CAMPOS, L. D. S., ... & MARTINS, V. F. C.** (2009). Agrobiodiversidade nos quintais agroflorestais em três assentamentos na Amazônia Central. In: *Congresso Brasileiro de Agroecologia, 6.; Congresso Latino-Americano de Agroecologia, 2.*, 2009, Curitiba. Anais: agricultura familiar e camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável. Curitiba: ABA: SOCLA, 2009. 1 CD-ROM. p. 01121-01125.
- LUNZ, A. M. P.** (2007). Quintais agroflorestais e o cultivo de espécies frutíferas na Amazônia. *Cadernos de Agroecologia*, 2(2).
- MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.** *Balança comercial do agronegócio: agosto/2022*. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/brasil-exporta-us-14-8-bilhoes-em-produtos-do-agronegocio-em-agosto/Notaaimprensa08_2022.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2022.
- MARTINS, W. M. O., MARTINS, L. M. O., PAIVA, F. S., MARTINS, W. J. O., & JÚNIOR, S. F. L.** (2012). Agrobiodiversidade nos quintais e roçados ribeirinhos na comunidade Boca do Mõa-Acre. *Biotemas*, 25(3), 111-120.
- SEPLAN.** (1987). *Plano diretor do corredor da estrada de ferro carajas*. Seplan-Secretaria da Planejamento. da Presidência da República.
- SILVA, K.** (2022). Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas. *Anuário Antropológico*, 47(1), 44-65.
- UNICEF.** (2021). *The state of food security and nutrition in the world 2021*. Disponível em: https://data.unicef.org/resources/sofi2021/?_ga=2.71491987.1621895241.1663676880-191143017.1663676880. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

A (in)segurança alimentar no Brasil: do golpe de 2016 ao projeto genocida do governo Bolsonaro

Luiz Bezerra Neto | Universidade Federal de São Carlos, Brasil | lbezerra@ufscar.br

Um dos grandes problemas dos países pobres sempre foi a (in)segurança alimentar e Nutricional de vastas parcelas da sua população. No Brasil, de acordo com a Oxfam (2020), 58,7% da população convive com esta em algum grau. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, em 2002, havia 50 milhões de miseráveis no Brasil, ou seja, 25,1% da população. Durante os governos do PT, o Brasil saiu do mapa da fome, no entanto, após o golpe de 2016 e, a eleição do governo Bolsonaro, a fome voltou a patamares praticamente igual àqueles da década de 1990. A fome provocada pelo governo Bolsonaro/Guedes, é mais profunda na região norte e nordeste, atingindo mais os trabalhadores do campo, sobretudo as pessoas pretas e pardas, além dos lares em que a chefe de família é do sexo feminino e conta com crianças na residência. Durante o período de pandemia mesmo com o aumento da miséria em nossa sociedade, em agosto de 2022 Jair Bolsonaro e seu ministro da economia, o banqueiro Paulo Guedes vetaram a proposição no orçamento, de destinação de mais verbas para a merenda dos estudantes do ensino público para a compra de merenda para os estudantes do ensino básico. O veto ao aumento de valores prejudica não apenas os estudantes, mas, sobretudo os pequenos produtores rurais, pois, são eles, os principais fornecedores de hortifruti utilizados nos alimentos das crianças, aumentando a insegurança alimentar.

FOME DURANTE O GOVERNO BOLSONARO; O BRASIL NO MAPA DA FOME; RETORNO AO MAPA DA FOME

1. A (in)segurança alimentar no Brasil (2003-2023)

O objetivo deste texto é discutir um dos principais problemas do mundo contemporâneo, problema que atinge as pessoas pobres de todos os países, mas sobretudo as pessoas pobres dos países mais pobres, principalmente na África e na América Latina, países que historicamente tiveram suas riquezas expropriadas por países da Europa e pelos países ricos da América do Norte.

O histórico de exploração das riquezas destes países, denunciado por Eduardo Galeano em suas “veias abertas da América Latina”, tem servido para ampliar o que apareceu como um dos grandes problemas dos países pobres, dentre eles o Brasil, ou seja, a insegurança alimentar e nutricional de suas populações mais pobres, cuja discussão é de extrema relevância, sobretudo, no atual contexto histórico, político e social.

Esta discussão se faz necessária, pois, no momento em que mais se produz grãos no mundo e em especial no Brasil, também é o momento em que a fome e a carência nutricional atingem o maior número de pessoas, não por falta de alimentos, mas, dada a má distribuição das riquezas produzidas e dos mecanismos de exploração do solo, das águas, das florestas e das riquezas em geral, inclusive com a tentativa de genocídios de povos pobres, como tem sido o caso do Brasil, onde povos originários, como os ianomamis tem sofrido com ataques de garimpeiros, com a complacência de agentes do Estado, que ao estimular desmatamentos, pescas predatórias, garimpos ilegais, acabam estimulando também o assassinato das pessoas que lutam em defesa dos mais pobres.

No Brasil, a insegurança alimentar vem crescendo de forma assustadora, sobretudo após o golpe parlamentar midiático, articulado pela burguesia brasileira a partir de 2013 e consolidado em 2016 com a deposição da presidenta eleita, Dilma Vana Rousseff. Com o golpe de estado, setores como os de saúde,

educação e segurança alimentar passaram a ser desmontados pelos usurpadores do poder, dando lugar à livre concorrência entre ricos abastados e trabalhadores que lutam pela sobrevivência.

É sempre muito importante compreender os motivos do golpe de estado, pois, neste processo, vários direitos da classe trabalhadora, dentre eles muitos direitos trabalhistas e previdenciários foram dilapidados pela burguesia brasileira, visando aprofundar o processo de acumulação de capital pelas camadas que controlam economicamente este país. Com a supressão de direitos da classe trabalhadora, aprofundou-se também o aumento da fome entre aqueles que vivem da venda da força de trabalho.

Devido a estas condições de superexploração da classe trabalhadora a fome tem aumentado. Neste sentido de acordo com a Oxfam (2020), 58,7% da população brasileira tem convivido com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). Estes dados apontam que o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990, após ter passado por um período em que a miséria absoluta havia sido considerado superada, após três governos liderados pelo partido dos trabalhadores - PT, nas pessoas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, entre os anos de 2003 e maio de 2016.

Para compreender melhor a questão da insegurança alimentar no Brasil, nas últimas décadas é preciso observar que, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio Janeiro estimava-se que no ano de 2002, quando a população brasileira era de cerca de 180,5 milhões de habitantes, haveria 50 milhões de miseráveis. [revistaepoca.globo.com (acessado em 15/02/2023)]

A mesma fundação apontou que, a pobreza extrema subiu 3,9% em 2003, primeiro ano do governo Lula, mas, caiu 8% em 2004, restando, portanto, cerca de 48 milhões de miseráveis, ou 25,1% da população brasileira daquele momento. Esse patamar, atingido no primeiro ano do governo Lula, foi considerado o menor desde 1992, quando começou a série histórica deste tipo de pesquisas, pelo instituto. [revistaepoca.globo.com (acessado em 15/02/2023)]

Embora a Fundação Getúlio Vargas tenha indicado este dado em suas pesquisas, para seus pesquisadores, nem todos os 48 milhões de pessoas que se situavam abaixo da linha da miséria passavam fome, dado que as estatísticas tomavam como base apenas a renda das famílias. Vale destacar que muitos Brasileiros conseguem driblar as carências de alimentos com agricultura de subsistência, criações de fundo de quintal, realização de campanhas de arrecadação de alimentos ou mesmo com auxílio de amigos e parentes que vivem em situação de menor vulnerabilidade social. [revistaepoca.globo.com (acessado em 15/02/2023)]

Para dirimir as dúvidas existentes sobre o tamanho da insegurança alimentar no Brasil, dado que há várias divergências entre os institutos de pesquisas, o Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE fez em 2004 uma pesquisa sobre segurança alimentar e investigou quantos de fato passavam fome. De acordo com os dados obtidos,

14 milhões de brasileiros sofriam com o que o IBGE classificou de "insegurança alimentar grave". Em outras palavras, passavam fome. Isso em 2004, o ano mais próspero do governo, quando a economia cresceu 4,9% e a geração de empregos deu um salto. [revistaepoca.globo.com (acessado em 15/02/2023)]

É claro que o quadro de fome da população não poderia ser atribuído a um governo que havia tomado

posse a menos de dois anos, pois o problema de insegurança alimentar da população brasileira já vinha de algumas décadas. Para amenizar os problemas da fome no Brasil, o governo de Luís Inácio Lula da Silva implementou algumas ações, substituindo o programa denominado de Fome Zero pela estratégia de dar prioridade ao Bolsa-Família, criado em outubro de 2003 e, tido como o maior e mais abrangente programa de transferência de renda do mundo.

Assim, programas de distribuição de rendas como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e Vale-Gás, contribuíram para aumentar o valor dos benefícios, além de ampliar o seu alcance para 11,1 milhões de famílias, o triplo do que havia no início do governo, em janeiro de 2003, reduzindo a miséria absoluta a patamares nunca vistos na história do Brasil.

Entre os anos de 2004 e 2013 a situação melhorou, sendo que neste último ano,

Os domicílios com moradores vivendo em situação de insegurança alimentar moderada representavam 4,6% do total. Ao todo 10,3 milhões de pessoas nessa situação ou 5,1% conviviam com limitação de acesso quantitativo aos alimentos. A prevalência de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave era 3,2%. [ibge.gov.br (acessado em 14/05/2023)]

A partir de 2013 iniciou-se o processo que resultou no golpe de estado de 2016 e, com ele o aumento da insegurança alimentar seguida de fome que só foi aumentando, chegando a se transformar numa situação inaceitável, especialmente aqui no Brasil, que ano após ano bate recordes no agronegócio e somente em 2019 desperdiçou 23,6 milhões de toneladas de alimentos. Em meio a todo este desperdício, segundo o banco de alimentos, o país convivia com 125 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. [bancodealimentos.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Outro fator que contribuiu para o avanço da fome no Brasil, foi o aparecimento da pandemia de Covid-19, que provocou um processo de isolamento social, fazendo com que a falta de alimentação adequada atingisse 33,1 milhões de pessoas no ano de 2022. Durante o período mais grave da pandemia houve uma tentativa de negação da mesma por parte do governo de Jair Messias Bolsonaro e Paulo Guedes. Com isso, a penalização aos mais pobres só aumentou.

Assim, através do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado em 8/6 de 2022, foi possível verificar que naquele ano, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer. Assim, 14 milhões de novos brasileiros entraram em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. A pesquisa acima foi

realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), constituída por pesquisadores, professores, estudantes e profissionais, e teve execução em campo do Instituto Vox Populi. [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Dentre os motivos para o agravamento da fome no Brasil, está o fim das políticas de combate à pobreza e à miséria, iniciadas em 2004 e interrompidas a partir de 2016 após o golpe de estado. Estas políticas foram retomadas somente neste ano de 2023, com o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república.

Apesar do retorno do governo Lula no plano do executivo, no legislativo, a maioria dos deputados e senadores eleitos compõem o campo da direita e extrema direita, o que dificulta o combate à fome, dado que as bancadas mais numerosas do congresso estão ligadas ao agronegócio, através das bancadas ruralistas e, das chamadas bancadas evangélicas, defensoras do malafaísmos¹, macedismos² e suas congêneres. Estes grupos defendem propostas neoliberais e são contrárias que os governos criem políticas de assistências sociais.

É importante lembrar que as políticas introduzidas pelo governo Lula durante seus dois mandatos, mais a continuidade do governo liderado pela presidenta Dilma Rousseff contribuíram para reduzir a,

fome a apenas 4,2% dos lares brasileiros. As medidas tomadas pelo governo para contenção da fome hoje [2022] são isoladas e insuficientes, diante de um cenário de alta da inflação, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda da população, com maior intensidade nos segmentos mais vulnerabilizados”, avalia Renato Maluf, Coordenador da Rede PENSSAN. [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Ao se ampliar a discussão sobre a insegurança alimentar, podemos perceber que o maior problema enfrentado pelo Brasil é que, dadas as condições de concentração de terras e de rendas, as regiões Norte e Nordeste são as mais impactadas pela situação de pobreza no país. O Nordeste é conhecido pela seca em algumas áreas, como o agreste e o sertão. O povo que vive no semiárido nordestino sempre conviveu com a fome, não necessariamente por causa da seca, mas, principalmente em função da cerca, dado que aqueles que detem a grande propriedade também são detentores das águas, enquanto o pequeno proprietário de terras não tem acesso à mesma.

Durante os governos Lula/Dilma, foi desenvolvido alguns programas de construção de cisternas, que visavam criar condições para acumulação de água da chuva para a utilização durante os períodos de seca. Este processo ajudou a amenizar a fome por algum tempo, mas o programa foi bastante reduzido após o golpe.

A região Norte, embora conte com muita água, há poucos investimentos no seu tratamento e no uso racional, dado que é uma região ainda pouco povoada que conta com grandes reservas nativas, bem como reservas de povos indígenas. A região norte é a menos industrializada do país, com grande parte de seus habitantes vivendo de lavoura de subsistência. Em função disto, após o golpe pudemos constatar que,

A insegurança alimentar segue como uma questão que atinge as regiões do Brasil de forma desigual. No Norte e no Nordeste, os números chegam, respectivamente, a 71,6% e 68% – são índices expressivamente maiores do que a média nacional de 58,7%. A fome fez parte do dia a dia de 25,7% das famílias na região Norte e de 21% no Nordeste. A média nacional é de aproximadamente 15%, e, do Sul, de 10%.

[oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Ao atingir as regiões de forma desigual, a fome atinge também de forma desigual aqueles que vivem no campo, em relação à cidade, dado que os salários no campo, via de regra são menores do que nas cidades. No campo, além do emprego ser considerado de condição inferior, é também onde mais temos acompanhado os casos de trabalho análogos à condição de escravidão.

Os níveis de escolaridade no campo também são inferiores aos níveis de escolaridade das pessoas que vivem na cidade. Outra dificuldade é que as agências do estado também não se encontram no meio rural, dificultando os mecanismos de luta dos trabalhadores deste meio. Energia elétrica, internet, estradas em boas condições e com asfalto, também não são uma constante no campo, assim, ao se comparar o campo e a cidade, podemos perceber que,

Nas áreas rurais, a insegurança alimentar (em todos os níveis) esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Destes, 18,6% das famílias convivem com a insegurança alimentar grave (fome), valor maior do que a média nacional. E até quem produz alimento está pagando um preço alto: a fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores. A pobreza das populações rurais associada ao desmonte das políticas de apoio às populações do campo, da floresta e das águas, seguem impondo escassez. [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

A fome se agravou sobremaneira durante o período de pandemia da Covid-19, dado que com a necessidade de se fazer um certo isolamento social, a maioria das escolas tiveram que permanecer fechadas. Com o aumento da pobreza e do desemprego em geral, as escolas, em muitos lugares são responsáveis por servir a única refeição de muitas crianças. Ao se manter as escolas fechadas, percebeu-se também que

Em pouco mais de um ano, a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos – de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade no grupo familiar, a fome atingiu 25,7% dos lares. Já nos domicílios apenas com moradores adultos a segurança alimentar chegou a 47,4%, número maior do que a média nacional. [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Embora tenhamos acompanhado uma situação de insegurança alimentar por grande parte da população brasileira, de acordo com a rede PENSSAN, resolver o problema da fome no Brasil não seria tão difícil e nem tão caro, dado que a pesquisa revelou que,

A fome quase desaparece nos lares com renda superior a um salário mínimo por pessoa. Em 67% dos domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa, o acesso a alimentos (segurança alimentar) é pleno e garantido. Porém, se em 2020 não havia domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa em situação de fome, no início de 2022 essa deixou de ser uma garantia contra a privação do consumo de alimentos – consequência da

crise econômica e dos reajustes do salário mínimo abaixo da inflação. (...) [ao final desse ano], 3% dos lares nesta faixa de renda tem seus moradores em situação de fome, e 6% convivem com algum grau de restrição quantitativa de alimentos (insegurança alimentar moderada) e 24% não conseguem manter a qualidade adequada de sua alimentação (insegurança alimentar leve). [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Ocorre que como já apontado, o problema da fome no Brasil advém da grande concentração de terras e recursos naturais, bem como da renda nas mãos de uma minoria que se apropriou das riquezas do país. No Brasil, durante o período da pandemia a concentração de rendas se ampliou e, juntamente com esta concentração, o aumento da pobreza, através do desemprego e da redução da massa salarial.

Com o aumento do desemprego, derivado da crise econômica desencadeada pelo aumento das taxas de juros e descontrole inflacionário, tivemos aumento significativo da insegurança alimentar, dado que, a fome se tornou maior

nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%). Já a segurança alimentar é maior nos lares onde o chefe da família trabalha com carteira assinada, chegando a 53,8% dos domicílios. [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Além disso, com o isolamento social por causa pandemia, as crianças e adolescentes não puderam frequentar as escolas. Como muitas famílias não tem como alimentar suas crianças, às vezes este é tido como o lugar utilizado para a obtenção das poucas refeições, por grande parte das crianças mais pobres.

Com o fechamento temporário das escolas, sem que estas fornecessem às famílias a possibilidade de fornecer os alimentos que seriam consumidos nas mesmas, pode-se constatar que havia

fome em 22,3% dos domicílios com responsáveis com baixa escolaridade — 4 anos ou menos de estudo. Em 2020 esse percentual era de 14,9%. O maior percentual de segurança alimentar é em domicílios cujos responsáveis têm mais de 8 anos de estudo: 50,6%. [oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

A insegurança alimentar no Brasil pode ser causada também por falta de água, um problema recorrente na região nordeste, onde a seca afeta milhões de pessoas, que muitas vezes não tem sequer a quantidade suficiente deste líquido para cozinhar a comida do dia-a-dia.

Em outras regiões há o problema da ausência de tratamento da água, sobretudo devido a dispersão da sociedade em grandes áreas. Este é um problema grave, que há séculos está presente, sobretudo junto à população mais pobre, o que ocasiona a insegurança hídrica, uma realidade para 12% da população geral brasileira. Em decorrência desta insegurança hídrica,

A insegurança alimentar moderada esteve presente em 22,8% desses lares, e a fome, em 42,0%. A insegurança alimentar se manifesta em 48,3% dos lares com restrição de acesso à água na região Norte, em 43,0% no Sudeste, em 41,8% do Centro-Oeste e em 41,2% no Nordeste. Onde falta água, também falta alimento.

[oxfam.org.br (acessado em 15/02/2023)]

Diante de tudo que foi exposto, podemos deduzir que a insegurança alimentar no Brasil é parte de um projeto político da burguesia, dado que apesar do aumento da miséria em nossa sociedade, inclusive com o retorno do Brasil ao mapa da fome conforme tem apontado os vários órgãos de pesquisa, em agosto de 2022 o governo liderado por Jair Messias Bolsonaro e seu ministro da economia, o banqueiro Paulo Guedes vetou-se a proposição no orçamento, de destinação de mais verbas para a merenda dos estudantes do ensino público conforme pode ser observado a seguir

o presidente da República, **Jair Bolsonaro**, vetou o orçamento que afeta diretamente os **estudantes do ensino público**. O montante já aprovado pelo Congresso Nacional, seria repassado aos Estados e municípios, com foco na merenda escolar.

Atualmente, o governo repassa somente **R\$ 0,36** para a compra de merenda para os estudantes do ensino público **fundamental e médio**. O investimento para os **alunos do pré-escolar** é de **R\$ 0,53**. [fdr.com.br]

Vale lembrar que estes valores foram corrigidos a partir de 2023, com a eleição do novo governo, liderado por Luís Inácio Lula da Silva. No entanto, o veto ao aumento de valores imposto pelo governo anterior prejudicou, não apenas os estudantes, mas, sobretudo os pequenos produtores rurais, pois, são eles, os principais fornecedores de hortifruti utilizados nos alimentos das crianças. Assim, o governo federal da época atingiu os trabalhadores nas duas pontas, na escola com a negação da comida e no campo com a inviabilização da agricultura familiar que deixou de ter uma importante fonte de renda que seria utilizada basicamente para seu consumo, para onde a produção era destinada. Como apontado, estes valores não passavam por nenhuma atualização desde 2017, e com o veto de Bolsonaro, a situação ficaria ainda mais grave levando em consideração a alta nos preços dos alimentos, durante o período, o que implicava em

uma combinação perigosa, afetando os **estudantes do ensino público** que, por vezes, têm a merenda escolar como única refeição do dia.

Destacando que o aumento na merenda escolar aprovado pelo **Congresso Nacional**, já está[va] incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De acordo com o texto, o reajuste (...) [foi] baseado na inflação e no orçamento do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**.

[fdr.com.br]

O maior problema deste veto é que em tempos de desemprego elevado e, com queda na remuneração dos trabalhadores, a merenda escolar é, muitas vezes, a única refeição a que crianças das periferias das cidades tem acesso durante o dia.

Referências

<https://www.camara.leg.br/noticias/737836-bolsonaro-veta-ajuda-financeira-para-internet-de-alunos-e-professores-das-escolas-publicas>

<https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

<https://fdr.com.br/2022/08/11/bolsonaro-veta-orcamento-que-afeta-os-estudantes-do-ensino-publico/>

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2022/08/14/veto-de-bolsonaro-e-oportunidade-perdida-de-apoiar-defensores-da-amazonia.htm>

ibge.gov.br (acessado em 14/05/2023).

Políticas de incentivo à agricultura familiar e escoamento da produção: do campo à cidade

Maria Cristina dos Santos | Universidade Federal de São Carlos, Brasil | cbezerra@ufscar.br

A problemática da insegurança alimentar assola o mundo e no Brasil não é diferente. O avanço desenfreado do capitalismo no campo brasileiro tem provocado um aumento da produção de grãos, de commodities e de lucros exorbitantes e, na mesma proporção, amplia a desigualdade, a destruição da natureza e também, a fome, que assola a população rural como também a urbana. Sendo a lógica da produção agrícola capitalista a acumulação de capital e não a produção de alimentos de consumo imediato, a carência de alimentos se faz cada dia mais evidente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo no país. Nesse texto abordarei as políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil no tocante ao reconhecimento, a delimitação conceitual, a valorização e os investimentos na área, como também a criação de mecanismos para fazer com que o alimento chegue à mesa dos brasileiros, quer seja pelas feiras agroecológicas, feiras da agricultura familiar, pela merenda escolar e pelos programas de restaurantes populares. Essas políticas não resolverão o problema da fome e da insegurança alimentar no Brasil, que é estrutural, mas, se aliadas a outras políticas de emprego e renda, podem ser um prenúncio de dias melhores e comida no prato.

INSEGURANÇA ALIMENTAR. FOME. AGRONEGÓCIO. POLÍTICA PÚBLICA. AGRICULTURA FAMILIAR.

1. Políticas de incentivo à agricultura familiar e escoamento da produção: do campo à cidade

O Brasil é um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo. De acordo com a *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)*, o Brasil continua na quarta posição na produção mundial de grãos (arroz, cevada, milho, soja e trigo) atrás dos Estados Unidos e China, que são os líderes, seguidos da Índia e Brasil. Porém, em 2023, a previsão é de o Brasil superar a Índia e se tornar o terceiro produtor mundial (GUARALDO, 2022). A produção estimada de grãos para o ciclo 2022/2023 é de 315 milhões de toneladas, um acréscimo de 15% em relação ao período anterior, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2023). Esses números indicam o potencial produtor agrícola que o país tem.

Outros dados indicam que as exportações do agronegócio somaram US\$ 159,09 bilhões em 2022, com alta de 32% em relação ao ano anterior. De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura e Pecuária, o que influenciou esse desempenho foram os preços internacionais das commodities agrícolas (BRASIL, 2023).

A problemática da insegurança alimentar assola o mundo e no Brasil não é diferente. O avanço desenfreado do capitalismo no campo brasileiro tem provocado um aumento da produção de grãos, de commodities e de lucros exorbitantes e, na mesma proporção, amplia a desigualdade, a destruição da natureza e, a fome, que assola a população rural como também a urbana.

Em contrapartida, no mesmo período de aumento de produção de alimentos e de altos lucros do

agronegócio (2020-2022), na mesma proporção, o país produziu índices de miséria, insegurança alimentar e fome, ao ponto de em 2022 atingir o patamar de 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer e, atualmente, mais de 58% da população convive com a insegurança alimentar em algum grau (leve, moderada ou grave) (REDE PENSSAN, 2021).

Esse contraste entre o desenvolvimento das forças produtivas e a presença de contingentes populacionais submetidos à miséria e à fome é prova do fracasso do capitalismo como projeto civilizatório. Em uma sociedade mercantilizada e com grande concentração de renda, como a brasileira, quem é privado de dinheiro não tem acesso à comida. Essa contradição entre ampliação da riqueza e a perpetuação das carências sociais são faces da relação capital-trabalho, da extração da mais valia que impulsiona a acumulação do capital, já denunciada por Marx (2013) e Engels (2010) em suas análises sobre a sociedade do capital.

De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Junior (2023), “a miséria em grande escala funciona, assim, como uma âncora que reduz o custo de reprodução da força de trabalho, potencializando a extração de mais valia e a elevação da taxa de lucro”. Segundo ele, “a relação entre acumulação de capital e acumulação de pobreza é direta e inexorável” e tem a ver com a taxa de exploração do trabalho.

O grau de desigualdade em cada formação social é produzido historicamente de acordo com as condições objetivas e subjetivas, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, pela estrutura técnica e financeira do capital que determinam as taxas de produtividade e de exploração do trabalho bem como pela correlação de forças entre o capital e o trabalho na luta pela determinação dos salários (SAMPAIO JUNIOR, 2023). Nessa luta em que as armas de combate são o capital, a propriedade direta e indireta dos meios de produção e dos meios de subsistência, óbvio está que o ônus de tal situação recai sobre os pobres. A burguesia enriquece com a miséria dos trabalhadores, entretanto ela não se interessa e não assume a responsabilidade moral por essa miséria. De acordo com Engels, “lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem sorte de encontrar trabalho [...] espera-o um trabalho apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome...” (ENGELS, 2010, p. 61,69).

Essa acepção está na base do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na contradição que permite ser o segundo maior produtor de grãos, responsável por alimentar 800 milhões de pessoas no mundo graças ao agronegócio e ao mesmo tempo ter 116,8 milhões de brasileiras/os convivendo com algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

O Brasil é um país de capitalismo dependente e, na divisão internacional do trabalho figura como um produtor agroexportador de matérias primas de base agrícola e mineral. Como a preocupação da burguesia rural não é com a alimentação da população nacional, mas com os lucros provenientes da balança comercial internacional, impacta na inflação dos alimentos, já que o alto preço do dólar torna mais vantajoso para o agronegócio a venda dos seus produtos em moeda estrangeira, ampliando a acumulação do capital. Acresce à busca infundável pelo lucro um outro elemento que foi introduzido no mercado de comercialização dos produtos agrícolas: a especulação financeira sobre os alimentos em forma de commodities que torna os preços muito voláteis e submetidos ao controle total dos monopólios que controlam o mercado financeiro. Estes e outros fatores conjunturais demonstram a complexidade do fenômeno e a falta preocupações da burguesia brasileira com a fome. O motivo da fome, portanto, não

está relacionado a escassez de alimentos e nem a dificuldades de produção na agricultura, motivados por questões técnicas, geográficas ou climáticas, é uma questão de concentração de renda e super exploração do trabalho. É também, uma questão política.

Sendo a lógica da produção agrícola capitalista a acumulação de capital e não a produção de alimentos de consumo imediato, a carência de alimentos se faz cada dia mais evidente. A quem cabe então alimentar a população? De onde provém os alimentos in natura que deveriam estar na mesa de todos os brasileiros? Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo no país.

Nesse texto abordarei as políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil no tocante ao reconhecimento, a delimitação conceitual, a valorização e as políticas de financiamento na área, como também a criação de mecanismos para fazer com que o alimento chegue à mesa dos brasileiros, quer seja pelas feiras agroecológicas, feiras da agricultura familiar, pela merenda escolar e pelos programas de restaurantes populares.

Após esta introdução, apresento o contexto sócio histórico de criação do conceito agricultura familiar, que, para além de uma formulação teórico conceitual, tem uma empiria e uma concretude, sendo resultado de múltiplas determinações, incluindo as ações dos sujeitos históricos. Uma dessas determinações é a atuação do Estado como instituição posicionada na luta de classes e que, portanto, em determinadas medidas, precisa agir em função do desenvolvimento social. Isso significa que vai atender demandas de grupos, na maioria das vezes atende aos interesses dos dominantes, em outros, sob forte pressão, precisa articular com os interesses dos dominados. Neste caso, o Estado criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em seguida, discuto outras políticas sociais que são decorrentes, parte ou, subsidiárias desse Programa. Por fim, apresento as feiras da agricultura familiar, ou feiras agroecológicas, que são encontros comerciais semanais em que os produtores rurais expõem os seus produtos à venda direta ao consumidor. Essas feiras ocorrem no âmbito dos municípios em uma articulação União, estados e municípios, como parte da política nacional de incentivo a agricultura familiar, combate à fome, à miséria e a insegurança alimentar. A agricultura familiar leva à mesa do brasileiro o alimento que o agronegócio não produz.

1.1 Agricultura familiar no contexto brasileiro: dicotomias capital-trabalho

Compreendido o contexto sócio econômico ao qual o Brasil está submetido conforme apresentado acima, abordarei as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e para isso, o papel do Estado é relevante. Em determinados momentos, até mesmo diante da deterioração das formas tradicionais de uso e até mesmo de destruição da força de trabalho, o estado assume um papel regulador, mesmo que a despeito da classe dominante. De acordo com Klaus Offe (1984) em momentos de assimetria profunda nas relações entre os proprietários do capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto através da política social. Entretanto, as ações empreendidas pelo Estado têm movimento, tem contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados, ou seja, não se implementam automaticamente, pois sofre o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais (HOFFLING, 2001).

No decorrer dos anos 1990, no bojo da abertura política pós ditadura civil militar, os movimentos sociais representativos da classe trabalhadora reivindicavam a democratização da sociedade, maior participação nas decisões, na formulação, controle e fiscalização das ações políticas, o que culminou com uma ação mais conciliatória do Estado que introduziu “novos aportes às políticas públicas, como o enfoque territorial, o estímulo à participação dos beneficiários e/ou de suas formas de representação e a organização coletiva dos atores sociais” (HESPANHOL, 2008).

Os movimentos sociais pressionavam para a inserção da função social da terra como condição para a utilização de terras no Brasil. Se essa função não se cumprisse, a terra poderia ser desapropriada para a reforma agrária. O poder dos grandes proprietários de terra impossibilitou a política de reforma agrária como prevista e isso acirrou os conflitos no campo. Essa dicotomia entre o esperado e o realizado levou ao fortalecimento da ação dos movimentos sociais que passaram, então, a pressionar o governo a desapropriar as terras para que a reforma agrária acontecesse. A reação por parte dos detentores do capital foi violenta o que acabou por aprofundar os conflitos no campo, gerando muitas mortes, como as chacinas de Corumbiara (RO), na qual morreram 12 pessoas, e Eldorado dos Carajás (PA), com 21 mortes. Diante do agravamento da violência no campo é que as políticas públicas para o desenvolvimento rural passaram a ser fomentadas e a agricultura familiar tornou-se um conceito para designar práticas de atividades no meio rural desenvolvidas em médias e pequenas propriedades.

De acordo com Cattelan e outros (2020, p. 142), as pressões dos movimentos de trabalhadores rurais e sem terras sobre o governo FHC (1995-1998) resultaram em tentativas de reduzir o conflito agrário o que fez com que priorizasse a criação de assentamentos e o período foi um dos que mais assentou famílias na história da reforma agrária recente no Brasil. Essa situação sócio política também gerou a condição para o fortalecimento da agricultura familiar e o governo distinguiu conceitualmente a agricultura familiar da agricultura patronal. Até então a agricultura familiar era vista como produção de subsistência, atrasada, arcaica, com técnicas rudimentares de produção e de baixa produtividade. Entretanto, sabia-se que para expandir a economia do país era necessário aumentar a produtividade da economia como um todo, minimizar os problemas sociais e gerar renda.

A política pública para a agricultura familiar mais relevante é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 com o objetivo de estimular a geração de renda, fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Iniciava-se com o Pronaf a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares.

A pressão social e a ação dos movimentos sociais de luta pela terra também foram indutoras de mudanças no âmbito da administração estatal, como no caso da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001. No ano de 2006 foi regulamentada a Lei da Agricultura familiar que reconheceu a categoria social, definiu a estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Pode-se inferir que a criação do Pronaf e a política de assentamentos de reforma agrária são as respostas do estado às pressões oriundas das mobilizações sociais. De acordo com Catia Grisa e Sergio Schneider (2015, p. 33),

após a institucionalização do Pronaf as próprias organizações da agricultura familiar começaram a pautar a necessidade do Pronaf atender a diversidade socioeconômica da agricultura familiar, culminando na criação de grupos e linhas direcionadas aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social a exemplo da criação do “pronafinho” em 1997 e do Grupo B9 em 1999.

De acordo com os autores, a preocupação era no sentido de que a continuidade das regras e normas inicialmente estabelecidas no Pronaf reproduzissem desigualdades expressivas no interior da agricultura familiar (Grisa, Shneider, p. 33).

Aliadas às políticas de incentivo à produção da agricultura familiar, outras estratégias de transferência de renda foram adotadas no sentido de combate à fome, à miséria e melhoria da qualidade alimentar da população.

1.2 Outras estratégias de transferência de renda e combate à fome

Entre 1998 até meados de 2000 foram criadas ações de transferência de renda que contemplavam a agricultura familiar, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. A partir de 2003 essas três ações foram integradas e incorporadas no Programa Bolsa Família. No início do governo Lula (2003-2006) foi criado o Programa Fome Zero, que daria um novo impulso a essas ações de combate à pobreza rural e urbana.

O combate à fome e a miséria ocuparam lugar de destaque nos governos Lula e Dilma (2003-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). No governo Dilma essas políticas foram potencializadas de duas formas: pela elaboração de políticas de ação imediata sobre os impactos da pobreza com a criação do Plano Brasil sem Miséria¹, do incremento do Programa Bolsa Família², criação do Programa Brasil Carinhoso³ e do Programa Bolsa Verde⁴; como também com ações visando a inclusão socioprodutiva da população rural em pobreza extrema por meio da disponibilização de crédito de fomento para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica específica para esse público e doação de sementes e tecnologias da EMBRAPA para o início dos processos produtivos (GRISA, SHNEIDER, 2015, p. 34).

¹ O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva à pessoas em situação de extrema pobreza. Inclui diversas ações, dentre elas, segurança alimentar e nutricional com fomento à sozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Ministério do Desenvolvimento Social. <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/planomiseria.pdf> acesso em 15/06/2023.

² O Bolsa Família é um Programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, e busca garantir a essas famílias o direito à alimentação, o acesso à educação e à saúde. Ministério do Meio Ambiente. <http://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/siderurgia-sustentavel/itemlist/category/74-bolsa-verde.html> acesso em 15/06/2023.

³ O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/brasil-carinhoso> acesso em 15/06/2023.

⁴ O Bolsa Verde é um programa que visa ajudar as famílias em situação de extrema pobreza incentivando práticas de proteção à natureza para famílias que sejam beneficiárias em áreas de prioridade de conservação ambiental. São direcionados para assentamentos, unidades de conservação da natureza e territórios ocupados por ribeirinhos. Ministério do Meio Ambiente. <https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/siderurgia-sustentavel/itemlist/category/74-bolsa-verde.html> acesso em 15/06/2023.

Além desses programas, ao longo dos governos acima citados foram criadas outras políticas diferenciadas para a agricultura familiar, como o Programa Garantia Safra (2002), voltado ao segmento mais vulnerável atingidos pelas intempéries da natureza que perdeu a safra por motivos de seca ou excesso de chuvas, principalmente da região nordeste do país, norte do estado de Minas Gerais, e norte do estado do Espírito Santo.

Vou citar também um outro programa subsidiário voltado à melhoria da qualidade de vida e da produção dos agricultores familiares: O Programa de Habitação Rural (2003) que disponibilizou recursos financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou reforma de unidades habitacionais de agricultores familiares e trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais, que se enquadravam nos critérios do PRONAF.

Dentro das políticas do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003) é um dos mais importantes pois está ligado a produção e comercialização dos alimentos produzidos na agricultura familiar. Este programa articula a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social. (GRISA, SHNEIDER P. 39), que gera um impacto tanto sobre as populações rurais quanto as urbanas.

O PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais e escoamento da produção da agricultura familiar, fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais que são destinados para a alimentação escolar sejam utilizados para a aquisição de alimentos dos produtores familiares. Mais recentemente, em 2012, foi inserida mais uma modalidade ao PAA que visa ampliar as possibilidades de mercados de aquisição dos produtos.

Trata-se da Compra Institucional que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação. Em termos práticos, isto significa o acesso a mercados alimentares demandados por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. (GRISA, SHNEIDER, 2015, p. 39)

O PAA é um programa estratégico por articular, como se vê, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da produção da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. Com isso impacta, diretamente, tanto na qualidade de vida dos pequenos e médios produtores rurais que são estimulados a produzir e tem mercado para escoar sua produção, como também na vida da população urbana que tem acesso a alimentação produzida no entorno das cidades, o que faz com que diminua o tempo de transporte e armazenamento, melhorando a qualidade da alimentação diária. Em termos gerais, o PAA

compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para a formação de estoques estratégicos (GRISA, PORTO, 2015, p. 156).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PAA compra alimentos de mais de 140 mil agricultores familiares para abastecer mais de 80 mil entidades de assistência social e a rede de equipamentos públicos. O programa permite a compra de uma grande variedade de produtos, utilizados no abastecimento da rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Banco de Alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares). Além da Conab, o MDS também estabelece parcerias com governos estaduais e municipais para implementação do PAA. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 147)

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm dado outros significados para os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, produção artesanal, cultura, tradição, preservação ambiental etc. (GRISA, SHNEIDER, 2015, p. 39).

Por fim e não menos importante, destaco o Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal, hoje sob responsabilidade da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), existe no Brasil desde meados da década de 1950, o que o configura como um dos mais antigos programas de política pública alimentares do Brasil e pode ser considerado um marco nesse quesito pela sua longa e ininterrupta duração, pela abrangência do público atendido, pelos progressos e aperfeiçoamentos e, principalmente, pelas interfaces e pela intersectorialidade de seus objetivos.

Na sua origem tinha um caráter assistencialista e relacionado com o rendimento escolar. Era conhecido como programa da merenda escolar e tinha como um dos seus objetivos oficiais melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, com a consequente melhoria do rendimento escolar (ABREU, 1995). Somente nas primeiras décadas do século XXI que ele deixa de ser pensado como um problema escolar e passa a ser discutido como um problema social e como instrumento de desenvolvimento rural sustentável a partir das compras públicas de alimentos de pequenos agricultores locais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Sua execução é descentralizada e regionalizada, uma articulação integrada entre governo federal, estados e municípios. A gestão e controle cabe à União que repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

A lei prevê o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009)

Diante da condição de país subdesenvolvido posicionado na periferia do capital cujo papel na divisão social do trabalho é produzir e fornecer matéria prima e mão de obra barata, em que a produção agrícola majoritária se empenha em obter altas taxas de lucratividade em mercados financeiros e exportadores,

não é de se estranhar o índice de desigualdade social, a pobreza rural e urbana e, em consequência, o baixo acesso a alimentação, origem da insegurança alimentar em que vive maior parte da população brasileira. Diante disto é que

Propõe-se que os programas alimentares sejam instrumentos do Estado para favorecer a aquisição local de gêneros, preferencialmente de pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, oferecer produtos de melhor qualidade nutricional, ambiental e cultural aos escolares, beneficiando a ambos (CONCEIÇÃO, 2015, p. 183)

Esta política pública com esses dois vieses mostra como o dinheiro público pode ser usado para promover justiça social, saúde e desenvolvimento econômico e ambiental. O fato de induzir a aquisição dos alimentos via agricultura familiar viabiliza uma relação do produtor com o mercado, maior equidade no meio rural e gera renda para o agricultor garantir sua segurança alimentar. Por outro lado, possibilita também a aquisição de alimentos mais saudáveis, melhorando a qualidade alimentar. Por fim, por meio da alimentação escolar, pode-se desenvolver hábitos alimentares mais saudáveis, ao possibilitar contato e consumo de alimentos locais mais naturais, sazonais, ecológicos e tradicionais às crianças e jovens da Educação Básica, contrapondo-se ao marketing e a cultura do consumo massificado de produtos industrializados e baixo valor nutricional.

2. Feira da agricultura familiar

As políticas públicas de apoio à comercialização da agricultura familiar citados acima como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, têm contribuído na constituição de práticas de comercialização direta produtor/consumidor, como é o caso das feiras livres, do incentivo a comercialização direta para escolas públicas, entidades e, no fomento a implantação de sistemas produtivos diversificados e agroecológicos.

As feiras são mercados abertos que pressupõem o contato direto entre o agricultor ou produtores de um determinado local com o consumidor para vender sua produção. É uma importante estrutura de fomento da economia local e de suprimento de alimentos das cidades e ajudam na promoção do desenvolvimento econômico e social. Oferecem produtos de primeira necessidade, geralmente cultivados, criados, capturados, fabricados, cozidos, defumados ou processados pelo próprio produtor. A feira da Agricultura Familiar tem como intuito inserir os pequenos produtores no mercado de trabalho, gerando emprego e renda e melhorando as condições de vida no campo. Nas feiras os produtores vendem seus produtos diretamente na cidade.

Os produtores que participam da feira da Agricultura Familiar são beneficiários de vários programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esses programas de incentivo à produção agrícola servem para dar suporte técnico e financeiro aos pequenos produtores inserindo-os no mercado de trabalho e na produção de alimentos, visto que a partir desta produção de hortifrúteis os produtores rurais conseguem um complemento na renda familiar muito importante e conseqüentemente melhoram suas qualidades de vida. Essas feiras são voltadas para os pequenos produtores rurais que são

atendidos pelos programas de agricultura familiar e por seguirem métodos tradicionais de cultivo que crescentemente lhes conferem um diferencial qualitativo muito importante, tais produtos são em geral, fruto do trabalho destes núcleos familiares. Possibilitam o acesso dos agricultores ao mercado, gerando renda para compra de produtos para consumo familiar, de forma a ser considerada uma importante Iniciativa para o Fortalecimento da Agricultura Familiar política distributiva, possibilitando que a renda da população permaneça no município contribuindo para seu desenvolvimento.

Essas atividades de comercialização dos produtos da agricultura familiar recebem o apoio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) cujo objetivo é apoiar os órgãos públicos oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Dentre os objetivos do PNATER estão: contribuir para a segurança e soberania alimentar, apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.

3. Considerações finais

Um país com uma dimensão continental como o Brasil, de capitalismo dependente e de tendência agroexportadora, apesar de ter um potencial de produção econômica provinda de atividades agrícolas que geram divisas exorbitantes, também gera contradições gritantes em termos de concentração de capital na mão de uma parcela pequena da população enquanto uma grande parcela vive em condições de pobreza. Essa condição de pobreza nacional é histórica, envolvem principalmente as populações rurais, mas com forte presença também nas zonas urbanas, como mostram as políticas sociais de geração de renda e de acesso a alimentação, elaboradas nas décadas anteriores. Essa contradição capital-trabalho geradora de desigualdade se agravou durante a pandemia, que acabou por ampliar ainda mais a distância entre ricos e pobres, como mostram dados amplamente difundidos pela imprensa nacional e internacional que alertam para o fato de que aproximadamente 30% da população brasileira se encontra abaixo da linha da pobreza e mais de 8% na extrema pobreza, maiores percentuais nos dois grupos desde o ano de 2012.

Embora possa parecer, a pandemia agravou e explicitou essa desigualdade, mas não foi sua geradora. As políticas até aqui descritas de distribuição de renda, combate à fome, à miséria, à insegurança alimentar via incentivo à agricultura familiar na produção e comercialização de seus produtos agrícolas foram importantes na melhoria desses índices. Não resolveram o problema da miséria, pois esta é estrutural, mas amenizaram seus impactos durante os anos em que foram efetivamente implantadas e as referências bibliográficas indicadas neste texto mostram isso. Possibilitar acesso a políticas sociais desse tipo é necessário, enfrentar a miséria a que está submetida a classe trabalhadora também, mas isso exige governos que assumam a responsabilidade de minimizar os impactos da exploração capitalista e se comprometam minimamente com a justiça social. Isso passa pela distribuição de renda via política de geração de emprego e renda para os que estão nas cidades, reforma agrária que leve a população sobrando nas cidades para

o campo, apoio técnico para a produção e beneficiamento dos produtos rurais, financiamentos públicos para o desenvolvimento produtivo nas propriedades da agricultura familiar, políticas de escoamento da produção via comercialização direta produtor consumidor, dentre outras ações que já se mostraram importantes.

Após o golpe 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (2010-2016) o país viu sua população ser abandonada, com a extinção de muitas dessas políticas que foram apresentadas nesse texto. A emenda constitucional (PEC55⁵) conhecida como PEC dos gastos públicos ou como PEC do fim do mundo congelou por 20 anos os investimentos em políticas públicas. Processou-se a partir de então o desmonte das políticas diretas e indiretamente voltadas à proteção e promoção da segurança alimentar e nutricional e outros a ele vinculados.

O resultado dessa redução de investimentos nas políticas públicas ficou evidente: aumento da pobreza e da extrema pobreza. Se faz então, necessário, diante deste contexto atual, a retomada dessas ações e o enfrentamento mais contundente das desigualdades sociais, principalmente no campo, onde ainda hoje se concentram focos de pobreza e miséria, apesar da grande produção de grãos e commodities do agronegócio brasileiro.

Referências

ABREU, Mariza, alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em *Aberto*, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

BRASIL. Ministério da Agricultura e pecuária. 2023. Exportações do agronegócio fecham 2022 com US\$ 159 bilhões em vendas. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas> acesso em 13/6/2023

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. Política de comercialização agrícola no Brasil. In GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Pp. 129-153

GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Catia. PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In **GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio**. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Pp 155-180

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In **GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio**. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Pp. 19-50

GUARALDO, Maria Clara. Brasil pode superar a Índia em 2023 na produção de grãos. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/73611968/brasil-pode-superar-a-india-em-2023-na-producao-de-graos>

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). X Coloquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona

⁵ A PEC 55 foi aprovada pelo Congresso e pelo Senado brasileiros e promulgada pelo presidente Michel Temer (2016-2018) na Emenda Constitucional nº 95, em 15 de dezembro de 2016.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>

LUCIANO, Christiane dos Santos; CORREA, Pamela Barreto. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. Revista Katálysis, v. 25, n. 3, p. 478-487, set. 2022.

PECCINI Michel Diego; HARTMANN, Luiz Carlos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Experiência das feiras livres da agricultura familiar camponesa. III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Os sujeitos da soberania alimentar. Universidade Federal do Paraná. 2015.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. Capitalismo e fome. In ComCiência Dossiê Fome. Revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível em https://www.comciencia.br/capitalismo-e-fome/#_ftnref2 acesso 13/06/2023.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 181-200.

1.4 - Sessão de Jovens investigadores / jóvenes investigadores / young researchers 1

[06.08.2023 Sala/Room 3.3]

O Instituto Internacional de Agricultura e a Sociedade das Nações: perspetivas sobre os contributos das Organizações Internacionais em prol da “Crise Mundial do Trigo” no pós-Grande Guerra

Soraia Milene Carvalho | Universidade de Lisboa, Portugal | soraiamilenecarvalho@campus.ul.pt

Entre Roma e Genebra estabeleceu-se, no pós-I Guerra Mundial, um ciclo de cooperação que acarretava consigo a congregação de esforços para se ampliar o entendimento que o Instituto Internacional de Agricultura lograva fazer em torno das subsistências mundiais, desde 1905, quando fundado pelo monarca italiano Victor Emanuel III (1869-1947): certo é que a partir de 1920, quando surgia a SDN, o cômputo de análise, mormente no contexto europeu, expandiu-se do ponto da vista das necessidades mundiais num mundo que estabelecia uma nova ordem internacional e nascia sob o signo de crise, apresentando-se com especial relevo a “crise mundial do trigo” que grassou no referido período, afigurando-se como um dos sustentáculos das actividades em Genebra e que fez correr a tinta na imprensa internacional. A presente comunicação pretende aprofundar estas directrizes com recurso aos acervos documentais da SDN, à guarda do Instituto Diplomático do MNE e Arquivo de Genebra, de modo a percebermos os contributos das Organizações vinculadas às análises e discussões da época, num panorama que inspirava ao pensamento sobre uma União Europeia, tal qual Aristide Briand (1861-1932) o demonstrava.

SDN; INSTITUTO INTERNACIONAL DE AGRICULTURA; PÓS-I GUERRA MUNDIAL; CRISE; DIPLOMACIA

1. Introdução

O aparecimento do Instituto Internacional de Agricultura (IIA) através do monarca italiano Victor Emanuel III, em 1905, visou incrementar as relações entre os Estados com uma matriz arraigada à agricultura, ou aqueles que mesmo assim se juntaram à iniciativa do norte-americano David Lubin (1849-1919) que apresentara o seu projecto a rei de Itália; referimo-nos, assim, aos Estados signatários que se tornaram Estados-membros da Organização Internacional que D. Luiz de Castro (1868-1928) – Agrónomo e Lente do Instituto de Agronomia Veterinária – percebeu como o primeiro grande passo em direcção ao nascimento da «Sociedade de Nações», conotada como o espaço de relacionamento entre os Estados com vista ao aferimento de problemas comuns e de iniciativas renovadas em torno dos dilemas mundiais subjacentes à matriz do Instituto: pretende isto significar que D. Luiz de Castro fazia uma leitura, na época, sobre a nova Organização de Roma, marcadamente benfazeja relativamente às noções que haveriam de florescer diametralmente opostas, em alguns casos, sobre o espectro de Genebra – a casa da Sociedade das Nações (SDN) –, desarticulado para muitos e decisor da nova «ordem internacional» nascida em Versalhes em 1919, para outros tantos; não obstante, o seu legado para as Instituições que

naquele vindouro se seguiriam. Certo é que os trabalhos empreendidos entre o Instituto Internacional de Agricultura e a Sociedade de Nações primaram por proximidade e diálogo: se as publicações de Genebra são provas disso, nessas, os contributos do IIA, não ficam pela rama. De resto, não será de perdemos de vista a obra publicada em 1932, «A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional» de António Maria Godinho, onde se destaca a «depressão» que se abateu sobre «toda a produção agrícola», servindo 1923 como marco temporal do agravamento (Godinho, 1932: 8) que resulta em pano de fundo desta investigação.

O presente trabalho resulta do tratamento do acervo documental da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações à guarda do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, no qual se verifica a existência de um número amplo de documentos relacionados com os problemas económicos internacionais, sobretudo, aqueles que respeitavam ao Velho Continente. A documentação encontrada no respectivo fundo reflecte as várias tentativas da SDN, a Organização Internacional para a paz criada no pós-I Guerra Mundial, para resolver a crise económica que se agravava desde o início da década de 1920, especialmente, sob o mundo rural. A análise que apresentamos, constitui-se parte da nossa tese de mestrado, «A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura» (2019), retomando-se a abordagem do trabalho então desenvolvido e ampliando-se as lógicas em torno da crise mundial que atravessou a agricultura no pós-Grande Guerra, mormente a crise que grassou ao trigo. Por outro lado, a documentação existente no Arquivo da SDN à guarda da ONU e disponível online, assim como a imprensa internacional da época, constituem-se fontes importantes na análise que desenvolvemos.

Em 1910, D. Luiz de Castro, relativamente à criação do Instituto Internacional de Agricultura (1905-1948), afañçara a concepção da «Sociedade das Nações» personificada no referido Instituto e que tivemos oportunidade de referir nas primeiras linhas deste texto. Repare-se que o Autor seguia de perto o pensamento de Léon Bourgeois (1851-1925) (Castro, 1910: 14) – primeiro-ministro francês entre 1895 e 1896, tendo exercido a Presidência do Conselho da SDN nos primeiros anos de funcionamento da Liga –: «A sociedade das nações está criada. Está bem viva» (Castro, 1910: 14); a esta ideia assomava-se a realidade europeia que, na senda de Pierre Léon, continuava a perfilhar uma estrutura eminentemente agrícola em termos económicos e sociais, acentuando-se as diferenças relativas às sociedades industrializadas: embora a primeira ainda manifestamente arreigada na maioria dos países europeus e com especial enfoque nos casos do sul da Europa, o fosso entre as duas realidades constituía-se premissa central para promoção da guerra e/ou da paz (Léon, 1982: 5) no imediato período antecedente a 1914.

Já no pós-guerra, as assimetrias conheciam um novo acentuar das suas realidades: realçava-se, simultaneamente, a crise na agricultura europeia e mundial, o que significava o extrapolar da questão se anteriormente cingida apenas sobre o Velho Continente europeu: o eixo Genebra-Roma intensificava-se, assim, numa procura incessante de respostas para este dilema e, por isso, o nosso trabalho debruçasse sobre as seguintes questões como ponto de partida: de que modo se concretizou a cooperação entre a Sociedade das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura? Terá sido uma cooperação efectiva ou, pelo contrário, uma cooperação teórica? Como podemos percepcionar a crise agrícola no período Entre guerras mundiais, no âmbito das soluções apontadas? Quais os trabalhos empreendidos, e quais as respostas almejadas à crise que grassava a agricultura internacional e condenava a paz do pós-Grande Guerra? Sobre a «crise mundial do trigo», que entendimento podemos fazer em torno da questão? E de que modo foi esta crise tratada e divulgada, nomeadamente, na imprensa internacional?

A partir das questões, pretendemos desenvolver o nosso trabalho identificando causas e efeitos relacionados com os procedimentos adoptados entre as Instituições no pós-guerra, momento em que passamos a ter uma parceria entre uma Instituição do pré-Grande Guerra e uma Organização Internacional nascida na senda da conflagração mundial de 1914.

2. Estado da arte: algumas notas

Os estudos publicados em contexto nacional, relativamente às relações de Portugal com a Sociedade das Nações, se parecem sofrer alguma resistência e, tendencialmente, recorrem à lógica do fracasso da SDN, certo é que a Liga das Nações, enquanto Organização Internacional, deixou uma herança substancial, nomeadamente à ONU, a qual merece destaque, tal qual nos é possível constatar pelo acervo documental de Genebra disponível *online*, salvaguardando-se o seu carácter inédito e a importância de não ser esquecido. Por outro lado, constitui-se amplo campo de trabalho, os desígnios portugueses em torno do Instituto Internacional de Agricultura, desde a sua origem até ao término do seu funcionamento, e transladação do seu legado para a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations ou Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). Nesta sequência, e de acordo com o estado da arte em torno da relação portuguesa com a Organização de Genebra, ressalvamos os trabalhos que nesta investigação foram importantes: os estudos de Cristina Pacheco, «Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930» (Pacheco, 1999:) e «Portugal e o Memorandum Briand: análise da proposta de uma federação europeia no contexto da Sociedade das Nações 1929-1932» (Pacheco, 2004: 189-212), nos quais a Autora evidencia de maneira substancial o papel ocupado por Portugal em Genebra, assim como os problemas inerentes ao *Memorandum Briand*, apresentado na senda da crise que se descobria em finais de 1929 e que aqui nos importa. José Medeiros Ferreira com a obra, «A República Corrigida e Aumentada» (2015), apresentou-nos uma visão basilar na abrangência deste escopo (Ferreira, 2015: 149-184); já Teresa Gomes Branco, em 2013, com o seu trabalho, «A participação portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): representantes nacionais e funcionários internacionais» ofereceu-nos um panorama amplo relativo aos enviados portugueses e à organização da própria SDN (Branco, 2013: 17-24).

Por seu turno, os trabalhos de Filipe Ribeiro de Meneses, «A paz e o Tratado de Versalhes» (Meneses, 2009) e «A Grande Guerra de Afonso Costa» (Meneses, 2015), salientam os efeitos produzidos pela guerra no contexto português e o impacto causado pelas negociações da paz e desígnios políticos da I República Portuguesa, merecem relevo, intensificando a ideia dos problemas encontrados na relação entre paz, guerra e neutralidade no tumulto político experienciado na época, em Portugal. Os trabalhos «O ideário republicano de Ezequiel de Campos 1900-1919» (Nunes, 2011) e «Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo» (Nunes, 2019: 127-146) de Teresa Nunes, acentuam a inquietação manifestada no panorama nacional durante e após a Grande Guerra; a Autora demonstrou os problemas subjacentes à escassez de produções naquele contexto e as leituras de Autores que insistiam na valorização agrícola e «na perda de capacidade industrial portuguesa», esgotando-se os recursos geradores de enriquecimento nacional, no período correspondente (Nunes, 2011: 729). Nesta linha, a ideia «de uma guerra tornada interminável pela natureza da paz negociada entre os vencedores e os vencidos», acalentada pela Autora, serve-nos de ponto de partida na presente análise, não obstante a ruptura imposta pela I Guerra Mundial sob o signo da mudança nas estruturas industriais (Nunes, 2019: 139), minando ainda mais o dilema entre

as sociedades agrícolas e as sociedades industriais, tal qual António Maria Godinho recuperou na sua análise dada à estampa em 1932 (Godinho, 1932).

Sobre as questões relativas à agricultura europeia e mundial, tratadas no âmbito da SDN e do IIA, e na senda do nosso objecto de estudo, inserem-se também os trabalhos de Federico Giovanni, «Not guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression» (Federico, 2005) e «The Growth of World Agricultural Production, 1800-1938» (Federico, 2015), nos quais o Autor analisa escrupulosamente os contrastes agrícolas originados desde Oitocentos até à Grande Depressão de 1929 e vésperas da II Guerra Mundial, estabelecendo o diálogo com os trabalhos de Pierre Léon, com especial foco para a «História Económica e Social do Mundo – Guerras e Crises 1914-1947» (Léon, 1982), onde o Autor evidencia os problemas e dissabores causados pela Grande Guerra no tecido das sociedades e economias à escala global: oferecendo-nos, ainda, Avner Offer, no seu trabalho «The First World War – An Agrarian Interpretation» (Offer, 1989) uma análise profunda da economia agrária no seu crescimento relativo ao período antecedente à I Guerra Mundial (Offer, 1989: 2), que nos importa reter.

Já o estudo de John Kenneth Galbraith, «Crise Económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira» (Galbraith, 1972), um clássico na interpretação do *crash* bolsista, revela-se-nos pertinente, traçando o Autor as origens da Grande Depressão, esta que poria Genebra – a casa da SDN – ao rubro, esforçando-se por soluções, nomeadamente, na esfera do Crédito Agrícola Internacional. O trabalho de Sacuntala de Miranda, «Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)» (Miranda, [s. d.]), a Autora esclarece de forma inequívoca «(...) os violentos desequilíbrios gerados pela guerra e pelo armistício» (Miranda, [s. d.]: 153), revestindo-se de um parecer primordial nesta investigação.

De igual modo, a bibliografia internacional oferece-nos amplos contributos em torno das questões relacionadas com o mundo agrícola no período Entre guerras; tivemos oportunidade de elencar alguns anteriormente, ressaltando-se, agora, a obra «War, Agriculture, and Food: Rural Europe from the 1930s to the 1950s», onde Giovanni Federico desenvolve sobre as interrupções que a partir da década de 1930 a agricultura europeia enfrentou, mormente, no seu crescimento, fruto das políticas económicas desencadeadas no período e na senda do *crash* de 1929 (Federico, 2012: 25-28). Porém, relativamente ao Instituto Internacional de Agricultura, o estudo de Federico D'Onofrio, «Agricultural numbers: the statistics of the International Institute of Agriculture in the Interwar period», publicado pela *Agricultural History Review*, em 2017, no qual o Autor estabelece um eixo de diálogo entre a SDN e o IIA, na esteira das conferências de 1922 e de 1927, e as diferenças complementares dos trabalhos de ambas as Organizações Internacionais na década em causa, merece especial destaque nesta análise. Outros estudos granjeiam revelo em torno do problema, como o trabalho de Giovanni Federico, «Feeding The World An Economic History Of Agriculture, 1800-2000» (2009), no qual o Autor afere os dilemas subsistentes à agricultura naquele período, permitindo-nos perceber a natureza das suas transformações e necessidades de discussão destas matérias nas Organizações Internacionais.

3. Perspectivas portuguesas sobre o IIA e a SDN: dos primórdios ao desfecho

Fundado na capital italiana, a 7 de Junho de 1905, o IIA, tal qual Federico D’Onofrio apontou, apenas a partir de 1909 «became fully functional» (D’Onofrio, 2017: 279), tendo contado na sua convenção de origem com 41 Estados (Castro, 1910: 14). Na primeira Assembleia Geral do Instituto, realizada em 1908, 48 Estados assinalaram a sua presença (Castro, 1910: 14), demonstrando a importância do Instituto no âmbito das relações intraestatais. Sublinhamos que Portugal constou entre os Estados signatários, a saber: a Itália, o Montenegro, a Rússia, a República Argentina, a Roménia, a Sérvia, a Bélgica, El Salvador, os Estados Unidos do México, o Luxemburgo, a Suíça, a Pérsia, o Japão, o Equador, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Suécia, os Países Baixos, o Grécia, o Uruguai, a Alemanha, Cuba, a Áustria-Hungria, a Noruega, o Egito, a Grã-Bretanha e a Irlanda, o Guatemala, a Etiópia, a Nicarágua, os Estados Unidos da América, o Brasil, a Costa Rica, o Chile, o Peru, a China, o Paraguai e a Turquia (International Institute of Agriculture, 1905: 439-440).

Neste processo de início efectivo das suas funções, o Instituto foi alvo de visões como a do agrónomo português, D. Luiz de Castro, que não deixou de enfatizar, na conferência proferida em finais de Abril de 1910, a relevância do mesmo com especial incidência no seu contributo em prol dos povos latinos: lembrou a herança romana, particularmente, na agricultura (Castro, 1910: 6). O parecer de Castro recaía no associativismo que estaria na base do *Ressurgimento* da Lombardia, do Piemonte e Ligúria, no espaço político italiano, fenómeno que seria «obra dos bancos e das caixas ruraes» (Castro, 1910: 8). D. Luiz de Castro observava o modelo do monarca italiano, Victor Emanuel III (1869-1947), que tentara «uma associação agrária das nações do mundo» (Castro, 1910: 11). Na sua linha, Maggiorino Ferraris (1856-1929) – economista e político italiano – fizera proposta relativa ao «(...) estabelecimento pelo Estado de Uniões semelhantes, obrigatórias, em cada provincia», residindo o seu intuito na organização de «uma gigantesca cooperativa nacional que abrangesse todos os agricultores e provesse á maior parte das suas necessidades», por via de «fornecimento de sementes, adubos, machinas e gados»; esta «cooperativa nacional», assim denominada por Castro, deveria desempenhar o papel de factor coadjuvante na propaganda de instrução e de aperfeiçoamento das práticas agrícolas, sem causar prejuízo para as «cathedras ambulantes» (Castro, 1910: 12). D. Luiz de Castro destacou a ideia do «fabrico cooperativo de vinho, manteiga, queijo, azeite» e o papel a desempenhar pelos bancos para concessão de empréstimos agrícolas: assim, aludia à revolução agrícola iniciada em Itália, com paralelo na Dinamarca e na Irlanda, proporcionando a exportação de manteiga e de queijo por via do antigo império romano (Castro, 1910: 12). Esta era uma leitura pré-I Guerra Mundial de um autor do ponto mais a Ocidente do Velho Continente, que entendia o «progresso» a que aquelas regiões italianas estavam votadas, volvendo-se entre aquilo que percepcionava no imediato, e a crença de que as restantes nações latinas viessem a perfilar o modelo sugerido, emanado da América como «o fundamento do Instituto Internacional de Agricultura» (Castro, 1910: 12).

Repare-se que o pensamento do agrónomo português deslindava, no início do século XX, o nascimento de um Instituto que, destinado à agricultura, era interpretado como o resultado da tendência de associativismo incrementada desde a centúria anterior (Castro, 1910: 13). E, para Castro, a sua criação equiparava-se à prolepse da SDN, a qual criada no pós-I Guerra Mundial (Carvalho, 2019); a leitura do agrónomo rebuscou tanto no significado, quanto no projecto. E, na linha de Federico D’Onofrio, a SDN, envolta em experts «who were mostly drawn from the British Empire», transparecia a ideia de «unanimity

around issues that were highly controversial at the time», nomeadamente, em matéria económica como deveria ser a agricultura posicionada «after the devastation of the First World War» (D'Onofrio, 2017: 277).

Nesta senda, não será de estranharmos que Castro se volvesse sobre o «preambulo da convenção para o regulamento pacífico dos conflitos internacionais de 18 de outubro de 1907», no qual «os 44 Estados signatários reconhecem a solidariedade que une os membros da sociedade das nações civilizadas» (Castro, 1910: 14), e acrescentava que bastaria «aplicar esta fórmula, pela primeira vez adoptada entre nações, ao Instituto de Roma», designadamente «(...) depois da palavra 'sociedade' o termo 'económica' ou mesmo, restringindo mais, substituir 'económica' por 'agrícola'» (Castro, 1910: 14): para o agrónomo e lente português, as ideias estabeleciam similitude no «plano», destacando-se como próprias do século que se estreava (Castro, 1910: 14). Esta lógica era apresentada antes do eclodir da I Guerra Mundial e nela subsiste uma perspectiva a que chamemos de visionária sobre o momento que se seguiria ao conflito que era, nesse período, já auscultado.

Certo é que se constituía interesse do IIA, a apresentação das estatísticas agrícolas entre os Estados-membros da Organização, de modo que as mesmas estivessem «à disposição do público mundial», possibilitando o conhecimento real dos preços dos produtos agrícolas e da sua existência no mercado na justaposição sobre «'(...) as condições reais da oferta'» (Castro, 1910: 15-16). Era uma iniciativa que, em 1910, mereceu rasgados elogios por parte do lente português: a estatística permitia que as nações e os indivíduos determinassem as suas preferências em matéria económica, particularmente, naquilo que respeitava às produções e D. Luiz de Castro apançava que a existência de um trabalho estatístico, contribuía de modo efectivo para a apreciação das colheitas que não eram assim «sacrificadas à ignorância» (Castro, 1910: 19). Este trabalho estatístico acompanhado dos «reports of the IIA» que no pós-guerra se encontraram veiculados também à SDN, constituiu-se num fenómeno que permitiu a percepção da «emergence of a global vision of the world agricultural economy», de acordo com Federico D'Onofrio, que defendeu que durante os anos vinte e trinta do século XX, o IIA «tried to give voice to agrarianist ideas» por meio de uma cooperação com a SDN, a que Autor completou com referência à competição existente entre as Instituições em causa e, de modo idêntico, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (D'Onofrio, 2017: 278), levando a que o IIA procura-se integrar-se e servir de complemento substancial ao trabalho promovido em Genebra.

Foi este o contexto designado de «'agrarianist moment'» que D'Onofrio apontou, o qual serviu de impulso para que o mundo rural visse as suas perspectivas introduzidas nas conferências económicas a partir do desfecho da Grande Guerra, «bringing the point of view of agriculturalists» para esses espaços de debate internacional (D'Onofrio, 2017: 279). Importa, por isso, percebermos que no âmago na OIT existia uma «Commission consultative mixte agricole», que estudava «26 questions diferentes» que merecem destaque, de modo a compreendermos a dinâmica Roma-Genebra então surgida: nesta Comissão Consultiva, enveredava-se pela «enseignement agricole» (1°); pelo estudo da «coopération ouvrière dans le domaine agricole» (2°); sobre a «prévention de l'infection charbonneuse parmi les troupeaux» (3°); relativamente à «utilisation des loisirs ouvriers» (4°); estudava-se a «détermination des principes féneraux pour l'inspection du travail» (5°); a «égalité de traitement des travailleurs nationaux et étrangers victimes d'accidents du travail» (6°); as «relations entre les coopératives de production et les consommateurs» (7°); o «commerce des produits agricoles» (8°); a «création de jardins ouvriers»

(9°); o «plan d'une enquête sur les caracteres et les résultats des recentes législations agraires» (10°); a «collaboration documentaire entre les deux institutions en matière d'émigration» (11°); o «méthode permettant de rendre plus efficace la collaboration des experts» (12°); estudava-se, simultaneamente, a «reforme agraire» (13°) e a «coopération agricole» (14°); a «parte de coût de la main-d'oeuvre dans de coût de la production» (15°) e a «durée du travail dans l'agriculture» (16°); a «organisation scientifique du travail agricole» (17°) e o fenómeno do «exode rural» (18°), ao mesmo tempo que se equacionava a necessidade de criação de «habitations rurales» (19°); a «propagande par le cinéma rural» (20°), como elemento crucial na transformação a que estas questões deveriam corresponder; estudava-se a publicação de um «annuaire international des organisations agricoles» (21°); indicia-se sobre os «salaires agricoles» (22°) e as «répercussions de la crise agricole» vivenciada na época, «sur les conditions de vie et de travail des ouvriers agricoles» (23°); a criação do «crédit agricole international» (24°) e de uma «radio agricole» (25°); a «suppression des bureaux de placement payants dans l'agriculture» (26°) (La vie du Parti, 1935: 254), que impossibilitavam o rendimento indispensável ao trabalhador rural. Deste modo, a realidade do fenómeno agrário que transtornava, individualmente, cada Estado que se via a braços com este intrincado «plan mondiale» (La vie du Parti, 1935: 254) era explicitado pelos artigos que compunham os trabalhos da Comissão da OIT e que resultavam num dilema para o IIA, como D'Onofrio observou.

Retomemos: Lubin, agricultor californiano, responsável pela ideia da criação do IIA, correspondera-se com D. Luiz de Castro; a este dizia, entre outros aspectos, que a dificuldade da propagação da «ideia do Instituto em Portugal», não era «motivo para surpresa», uma vez que «até no Instituto» de Roma se encontravam esses dilemas:

«Eis no que a gente portugueza deve reflectir; só esse pequeno numero de grandes paizes productores estão hoje ao corrente dos factos respeitantes á oferta dos productos agrícolas, factos que determinam o preço mundial d'essas mercadorias. Mas logo que nosso Instituto tome pé e viva, todos os paizes aderentes, tanto os pequenos como os grandes, serão colocados ao mesmo nível de igualdade no que respeita o conhecimento d'estes factos importantes» (Castro, 1910: 20).

Perante o fascínio exercido pelo norte-americano sob o agrónomo português, este não se escusava a explicitar a forma pela qual Lubin conseguira convencer Victor Emanuel III, com o objectivo de fazer instalar o IIA na capital italiana: o argumento recaía na premissa corrente, recorrendo da «tradição mantida pela raça»; na visão de Castro, o parentesco entre o monarca italiano e D. Manuel II (1889-1932) – último rei luso –, munia conveniência naquilo que respeitava ao caso português (Castro, 1910: 23): o monarca italiano, na linha de Castro, observava a utilidade do IIA, enquanto alheio «a qualquer fim político» (Castro, 1910: 23-24); centrava-se no estudo da agricultura dos diferentes países «tornando conhecidas periodicamente a quantidade e qualidade das colheitas» mundiais e a rentabilização do comércio (Castro, 1910: 23-24). O Instituto almejava o câmbio de informações através de um acordo prévio e comum, com as repartições nacionais dos seus Estados-membros, sobre «condições da mão d'obra agricola em toda a parte, de forma que os emigrantes encontrassem um guia útil e seguro» (Castro, 1910: 23-24), ocupando-se, similarmente, das doenças das plantas e dos animais para prevenção de devastações e escassez de produtos nos mercados, origem do encarecimento dos mesmos. Todavia, realce deve ser dado ao prisma de Victor Emanuel, no que respeitava à cooperação rural com recurso a seguros e ao sistema de crédito agrário, atendendo-se ao artigo 10.º da Convenção (Câmara, 1949: 161).

A conferência inaugural do IIA, ocorrida a 28 de Maio de 1905, permitiu a divulgação da «Carta

Fundamental do Instituto» no dia 7 de Junho; esta, segundo António Pereira de Sousa da Câmara (1901-1971) – engenheiro agrónomo e silvicultor português – fundamentava-se nos princípios aprovados naquela reunião: o artigo 2.º respeitava à composição do Instituto pelo envio de delegações dos respectivos Estados-membros, assim como a organização de uma Assembleia Geral que dirigia os assuntos da Organização e a existência de um órgão executivo das decisões emanadas desta, a saber, o Comité Permanente (Câmara, 1949: 161). Sobre este ponto, D. Luiz de Castro evidenciava o antagonismo relativo à ideia de Lubin: «o carácter de agremiação de classe sob a forma de camara internacional de agricultura composta de representantes de associações agrícolas», havia-se constituído uma tese arremessada pela maioria dos Estados-membros da Organização, se a Comissão tivesse proposto, na linha do artigo 2.º da Convenção que «o Instituto Internacional de Agricultura é uma instituição d’Estado, na qual cada Potencia aderente será representada por delegados de sua escolha» (Castro, 1910: 28).

Em 1927, o IIA contava com os seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica (Congo belga), Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egipto, Equador, Espanha, Estónia, Estados- Unidos (Hawai, Ilhas Filipinas e Porto Rico), Etiópia, Finlândia, França (África Ocidental francesa, Argélia, Indochina, Madagáscar, Marrocos e Regência de Tunis), Grã-Bretanha e Irlanda Setentrional (Austrália, Canadá, Índia britânica, Estado Livre da Irlanda, Nova Zelândia e União da África do Sul), Grécia, Guatemala, Haiti, Hungria, Itália (Cirenaica, Eritreia, Somália italiana e Tripolitânia), Japão, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Países Baixos (Índias holandesas), Perú, Pérsia, Polónia, Portugal, Roménia, Reino dos Sérvios, dos Croatas e dos Eslovacos, Rússia (U.R.S.S.), S. Marino, Sião, Suécia, Suíça, Checoslováquia, Turquia, Uruguai e Venezuela (Câmara, 1949: 162-163); segundo António Pereira de Sousa da Câmara (Câmara, 1949: 163), o Instituto agrupava no seu âmbito 92% da população mundial, contando com as colónias se reuniam em torno do mesmo fazendo aumentar a percentagem para 97,8% (Carvalho, 2019: 174).

Entre 1908 – data da 1.ª Assembleia Geral do Instituto – e Outubro de 1930 – 25.º aniversário da referida Organização –, dez Assembleias Gerais haviam sido concretizadas; sendo o período de interrupção das Assembleias assinalado entre Maio de 1913 e Novembro de 1920, nesta última data quando ocorreu a 5.ª Assembleia Geral, na linha de António da Câmara (Câmara, 1949: 164) e, no período correspondente às interrupções, atendendo ao conflito internacional que se desenrolava, não será de esquecermos os problemas que o IIA enfrentou na obtenção de dados que lhe permitissem formular as suas estatísticas (D’Onofrio, 2017: 279; Federico, 2009: 191), uma vez que essas mesmas informações foram tidas como «war secrets», tal qual D’Onofrio apontou no caso italiano (D’Onofrio, 2017: 279).

Note-se que na Assembleia Geral do IIA, a totalidade dos votos concedidos a cada Estado-membro correspondia ao grupo que integravam, contabilizando-se, em função disso, a cota: existiam cinco grupos e Portugal integrava o 4.º, possuindo, dessa feita, dois votos na Assembleia Geral. Convém, similarmente, destacarmos as diferentes secções existentes no Instituto de Agricultura: o Secretariado Geral, a Estatística Geral, as Informações agrícolas e os Estudos Económicos e Sociais, aos quais se acrescentavam órgãos consultivos, a saber, o Conselho Internacional Científico do Instituto, a Comissão para a Agronomia Colonial, Exótica e Tropical, a Comissão para a Biologia e Bioquímica vegetal, a Comissão para a Cooperação Agrícola, a Comissão para o Crédito e Seguranças Agrícolas, a Comissão para a Economia Rural, a Comissão para o Embelezamento da Vida Agrícola, a Comissão para os Fertilizantes, a Comissão para a Genética e as Sementes, a Comissão para a Engenharia Rural e Mecânica Agrícola, a Comissão

para a Higiene Rural, a Comissão para as Indústrias Agrícolas dos Produtos Vegetais, a Comissão para as Indústrias Agrícolas dos Produtos Animais, a Comissão para as Indústrias Agrícolas do Leite, a Comissão para as Doenças e Inimigos das Plantas, nomeadamente, a Secção Mosca da Azeitona, a Secção Parasitas do Algodão e a Secção dos Grilos. Mas também, a Comissão para a Meteorologia e Ecologia Agrícolas, a Comissão para a Ciência do Sol, a Comissão para a Silvicultura e Arboricultura (Secção Variedades da Oliveira), a Comissão de Estatística Agrícola, a Comissão para a Zoologia e a Comissão para a Organização Científica do Trabalho Agrícola (Câmara, 1949: 168).

No pós- I Guerra Mundial o IIA deixava de ser a única Organização com a finalidade da manutenção da paz económica: a criação da SDN e da OIT, vieram confundir com o Instituto algumas das suas competências. Porém, a Convenção de Junho de 1905, não foi tocada pela «nova ordem internacional» decorrente da paz de Versalhes de 1919 (Diário do Governo, 1921: 352-353) e, essa nova dinâmica que surgia no pós-guerra, intersectava as duas Organizações Internacionais – o IIA e a SDN – os quais passaram a congregar esforços, sendo que as Assembleias da SDN concretizadas em Londres em 1919 e em Paris, em 1920, constituíram-se nas primeiras cooperações nesse mesmo âmbito (Câmara, 1949: 169), não obstante os ensejos da SDN em matéria de «neutrality of statistical facts» que se relacionava desde os preços agrícolas nos mercados, às questões do crédito agrícola (D’Onofrio, 2017: 279). De resto, em 1922, na Conferência de Génova, que contou com a participação do IIA, da OIT e da SDN, e que foi realizada com a finalidade de «relaunch the economies of the war victors by reintegrating the Soviet Union», recolocando a Alemanha no espaço económico internacional (D’Onofrio, 2017: 281), de onde nunca chegou a sair atendendo-se à realidade fundacional do pós-guerra, certo é, que o desfecho desta Conferência que atribuiu à SDN o papel central no estudo da economia mundial, inclusive sobre as estatísticas (D’Onofrio, 2017: 282), não a deixou isolada nesta tarefa. E, como D’Onofrio repara, constituiu-se no início da sua «painful cooperation», absorvendo a SDN o trabalho do Instituto de Roma, no «League’s *Statistical Yearbook*», no qual os dados fornecidos pelos Estados-membros dos IIA eram reportados (D’Onofrio, 2017: 282).

Por outro lado, na Conferência de Genebra de 1927, o IIA encontrou-se reforçado quer pelas exigências em torno da SDN, quando o ambiente económico entrava num novo episódio com a crise financeira de 1929 à porta, quer pelo auxílio do Governo italiano ao IIA (D’Onofrio, 2017: 283). Repare-se que se a «European periphery’ (Poland, Hungary, Bulgaria, Romania, and Greece)», se confrontava com os países industrializados «of north-western Europe and their protectionist policies» (D’Onofrio, 2017: 285), o mesmo equivalia a um confronto estreito em Genebra que colocava as Organizações Internacionais a lidar com o constante sintoma de crise surgido mesmo antes do desfecho da guerra e que tendia a eternizar-se à chegada da década de 1930 com a Grande Depressão. António Maria Godinho – licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e, assistente da Universidade Técnica de Lisboa, em 1932 –, notou que o «êxodo rural», com a guerra de 1914, se agravava, sendo caracterizada como efémera a «relativa prosperidade» de 1919 (Godinho, 1932: 7); a partir de 1930, as Conferências de Varsóvia, de Belgrado e de Bucarest, impulsionadas pela crise que grassava a economia nas *Europas* Central e de Leste, tendo como objectivo aproximar estes Estados, não deixaram de equivaler a um bálsamo que tardava, na lógica do Autor (Godinho, 1932: 8). E seria nesta sequência de acontecimentos que o Crédito Agrícola Internacional iria adquirir contornos entre Roma e Genebra: na 7ª Sessão da Comissão Agrícola da OIT, supramencionada, em Maio de 1935, tratou-se de distintos aspectos, mas inclusive e oportunamente, da questão do crédito agrícola, uma vez que a Conferência Internacional do Trigo, em 1931, havia destacado a necessidade da sua criação (La vie du Parti, 1935: 254-255). Posto isto, o IIA enveredou pela «constitution d’une Banque

International de Crédit Agricole, au capital de 15 millions de francs-or suisses», não obstante o capital suplementar que resultaria das «obligations à court terme à concurrence d'un montant égal à dix fois le capital initial»; os Institutos de Crédito de cada país financiariam os agricultores nesse prazo, mas as dificuldades decorrentes do panorama internacional, impossibilitavam, tal qual a imprensa reportava, um avanço inequívoco dos projectos, nesta matéria (La vie du Parti, 1935: 255). Repare-se que a questão do crédito agrícola vinha na senda do pensamento relativo a uma união dos europeus, ocupando a respectiva comissão desta matéria na SDN: quando a Conferência Preparatória, para a realização da II Conferência Mundial do Trigo teve lugar, tendo sido o crédito agrícola internacional a curto e médio prazos equacionado, foi a mesma Conferência Preparatória que atribuiu incumbência ao Instituto Internacional de Agricultura para se continuar a debruçar sobre o estudo do primeiro crédito, mas mais do que isso, «de s'efforcer de généraliser l'organisation» do referido financiamento (Résolution adoptée par la Conférence Préparatoire de la 2ème Conférence mondiale du Blé, 1931: 2-3).

4. Da crise da agricultura europeia ao crédito agrícola internacional: a «crise mundial do trigo» entre as crises do pós-guerra

Relativamente às repercussões na agricultura, Autores como Giovanni Federico sublinham como factores elementares de desequilíbrio, no pós Primeira Guerra Mundial, as exigências relativas ao consumo de produtos agrícolas, os quais pouco tinham aumentado apesar do moroso desenvolvimento demográfico da Europa no período em causa, quando comparado com o intervalo que lhe antecedeu (Federico, 2005: 4-5), não obstante, na linha do Autor, os países extra-europeus terem assistido a um impulso na sua agricultura no que atendeu à técnica empregue, desenvolvendo-se métodos mecanizados, na esteira do alargamento das áreas de cultivo, factor que se relacionou de modo intrínseco com o capital existente (Federico, 2005: 5). Federico, destacou ainda no seu trabalho, o fenómeno indutor de superprodução cerealífera na Europa, o qual visível na acumulação de *stocks* que era similarmente determinado pela concessão de créditos a curto prazo ou com o aumento das reivindicações por bens alimentares que determinavam um efectivo declínio das áreas produtivas «before the outbreak of the Depression» (Federico, 2005: 5); iniciava-se, assim, um período caracterizado pela «structural deflation» que desalentava os agricultores, os quais inseridos na economia atlântica (Federico, 2005: 5). É sobre este fenómeno que incidiremos, perspectivando-se que o último ano da década de 1920 e os anos 30, foram severamente marcados pela Grande Depressão. Neste contexto, «the farmers were forced to liquidate stocks», sendo a redução dos preços caracterizada pela rapidez da ocorrência e, na linha de Giovanni Federico, a superprodução agrícola e a acumulação de *stocks* originaram uma manifesta vulnerabilidade no cômputo geral dos preços das produções, afectados pela instabilidade monetária e pela fragilidade do sistema financeiro internacional (Federico, 2005: 5). Posto isto, será interessante o reparo de que o comércio mundial da década de 1920 encontrava-se 10% mais elevado do que no início de Novecentos: todavia, entre os anos de 1928 e 1929 (Federico, 2005: 7), registou-se uma quebra significativa no que respeitava às trocas comerciais da América Latina e, na maioria dos países do Velho Continente, ao mesmo tempo que se registava um crescimento efectivo no Canadá, na Austrália e nos EUA; a natureza deste cenário identificava-se com uma mudança inequívoca relativa às tendências verificadas no pré-guerra (Federico, 2005: 9).

Na linha de Federico, o Memorandum de 1938-1939 da Sociedade das Nações sobre a actividade

agrícola no final da década de 1920 e o respectivo aumento de produção de 11,3%, dificilmente seria compaginável com a realidade descrita, na medida em que os índices respeitavam a produções específicas, nomeadamente, os cereais, as fibras, os têxteis e os produtos tropicais «which happened to be the most subject to the (alleged) overproduction» (Federico, 2005: 9). Contudo, no que concernia ao açúcar e ao trigo, a SDN expunha valores em crescendo para o mesmo período, qual informação refutada pelo Autor, entre 1922 e 1928: os stocks mundiais de trigo aumentaram somente 14,7%, o que significava quase menos 4% dos valores patenteados nos índices de produção antecedentes ao período da Grande Guerra, correspondente desde 1890 a 1913 (Federico, 2005: 10); já em 1929 verificava-se um aumento de 24,5% posteriormente ao armazenamento de stocks, o qual «remained around a quarter of output throughout the 1930s» (Federico, 2005: 10).

Este problema persistente para a SDN, constituiu-se até 1925 em manifestos «obstáculos monetários, financeiros e políticos», os quais «assinalaram uma reconstrução [mundial] difícil» (Léon, 1982: 131), na linha de Pierre Léon: a nova ordem internacional sob égide dos Estados Unidos, apresentava alterações inequívocas no funcionamento e equilíbrio das trocas comerciais efectuadas entre os países (Léon, 1982: 131); na esteira de Pierre Léon, dezoito meses após a Grande Guerra, os preços mundiais tornavam-se expressivos da fragilidade das trocas comerciais: os Estados, devido à recessão de 1920 e 1921, digladiavam-se «pela primeira vez nos seus próprios recursos e no seu mercado interno» (Léon, 1982: 132). Desta feita, Léon observou a baixa dos preços agrícolas, os quais «anormalmente empolados pela guerra», estiveram na origem das crescentes desordens da agricultura (Léon, 1982: 132).

Sublinhamos que no final da década de 1920 e no início da década seguinte, as inquietações relativas ao sector agrícola eram sintomáticas nas reuniões da SDN: entre 14 e 19 de Maio de 1928 realizou-se, em Genebra, a primeira Sessão do Comité Consultivo Económico, estabelecido pela Assembleia e pelo Conselho da SDN, em nos últimos quatro meses de 1927 (24 e 27 de Setembro e 9 de Dezembro) (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 5). Destacamos que, no relatório as condições da produção na Europa eram observadas na linha do crescimento que se fazia sentir moroso até 1925, o que resultava no inverso do ocorrido em outros continentes. Dois anos depois, destacam-se as assimetrias europeias no que respeitava à economia do Velho Continente: o aumento verificava-se mais rápido na Europa Central e na Europa de Leste, sendo mais difícil no Ocidente Europeu (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 5); posto isto, o crescimento da produção na Europa Central subordinava-se ao capital estrangeiro, sinónimo do aumento da dívida europeia (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 6).

Acrescente-se, na linha do documento apontado, as áreas agrícolas europeias tendiam a aumentar, sendo que em 1927 haviam alcançado semelhante nível ao período correspondente ao pré-guerra (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 6). Não deixava, por isso de enfatizar a disparidade dos preços relativos aos produtos agrícolas e ao custo dos materiais de produção. Mais do que isso, a agricultura padecia de investimento de capitais a longo termo (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 6). Deste modo, a Conferência realizada em Genebra entre 14 e 19 de Maio de 1928, estimou os problemas da agricultura na linha do necessário estreitamento de laços entre os diferentes organismos dedicados à agricultura: assim, o intuito da SDN concernia à determinação de meios de cooperação entre estes. Notemos que estas orientações foram defendidas pelo governo italiano que se revelou favorável ao reforço da parceria entre a Liga das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura. O Executivo do Instituto não deixava de se mostrar esperançoso de que o Presidente fosse informado em tempo prévio

de modo a estabelecer a colaboração necessária à resolução das questões que assolavam o panorama agrícola (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 18).

No segundo semestre de 1929, a questão mundial do açúcar centrava-se em Genebra (Vasconcelos, 1937): a primeira conferência sobre a produção açucareira iniciava-se, sendo que em Maio de 1928, o Comité Consultivo Económico havia aconselhado o Conselho da SDN na prossecução de um estudo sobre para determinar os factores que afectavam, então, o comércio internacional açucareiro (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 5). Observe-se que o relatório realçava as alterações que se manifestavam no panorama mundial sobre a referida produção que, caracterizando-se pela diminuição do género obtido através da beterraba, manifestava o acréscimo do mesmo a partir da cana sacarina (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 7). A Tchecoslováquia, a Alemanha e a Polónia constituíam-se os principais exportadores europeus de açúcar, sendo a Bélgica e a Hungria produtores secundários e a URSS era, similarmente, um centro de exportação do açúcar de beterraba (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 7). Assim, a produção açucareira enfrentava medidas de protecção dos governos, os quais eram extensíveis às colónias e domínios, com direitos aduaneiros acima dos 9 dólares, evidenciando-se os casos espanhol e turco (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 13) e aconselhando os *experts*, à substituição da beterraba sacarina pela forrageira, por nabos ou por outro produto mais rentável. Porém, era tese contestada por outros especialistas: cada cultura possuía um valor intrínseco definido como mais-valia para o agricultor. Equacionavam, por isso, a concessão de subsídios para substituição da cultura de beterraba por outra, caso o rendimento se mantivesse inferior ao obtido em outros produtos (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 14). Os especialistas na produção de beterraba eram representantes da Alemanha, da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha, da Itália, dos Países Baixos, da Polónia, da Roménia, do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, e da Tchecoslováquia, sendo que o IIA designou o Professor Dorph Peterson – director da estação de ensaios de sementes do estado dinamarquês e presidente da Associação Internacional de ensaios em sementes de Copenhaga – e Ivan Serban de Vojla, secretário geral da Câmara Nacional Húngara de Agricultura em Budapeste (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 31-32). As soluções equacionadas estimavam um acordo internacional entre os principais produtores ou entre os países exportadores (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 15).

Por seu turno, outras crises não ficariam pela rama do desassossego e, a 7 de Novembro de 1931, o *Diário de Notícias* publicava um artigo intitulado «A Crise Mundial do Trigo» (Diário de Notícias, [s. d.]): o artigo incidia nos *stocks* cerealíferos acumulados na Europa Oriental e nos problemas que futuramente seriam associados aos excessos da produção cerealífera (Diário de Notícias, [s. d.]). Incidia nas deliberações da Conferência realizada em Paris, sob a presidência de Aristide Briand (1862-1932) e, referia que a produção excedentária de trigo resultava do nacionalismo económico com reflexos na circulação desigual dos produtos nos mercados europeus. Aristide Briand advogava desta forma a necessidade de supressão das barreiras aduaneiras que forçavam «o exportador a embaratecer os seus preços na proporção da elevação dos seus direitos». Contudo, outra causa era apurada na senda da superprodução do trigo (Diário de Notícias, [s. d.]): no pré-guerra, a Europa semeava cerca de 9,5 milhões de hectares, colhendo em média 370 milhões de quintais, sendo que no pós-guerra, cerca de 24 milhões de hectares eram o total disponível. Já nos anos de 1928 e 1929, «a área de cultura de trigo excedia ligeiramente a área cultivada antes da guerra» (Diário de Notícias, [s. d.]).

O *Diário de Notícias* asseverava, no início dos anos 30, que no período da guerra, a Europa ficara sujeita ao exterior para obter «o pão nosso de cada dia», sendo que em 1925 o preço do trigo excedeu o valor do ano de 1913; tal realidade mostrava-se reflexiva no desenvolvimento de novas áreas de cultura nas Américas e na Austrália, enquanto a Europa tardava a restabelecer a sua capacidade produtora de outrora. Sublinhamos que as origens da superprodução residiam deste modo, no procedimento das agriculturas extra-europeias, sendo que o DN alertava serem as barreiras aduaneiras da Europa, entraves à produção excessiva, a qual recebia comparticipação da Rússia, na linha do periódico (*Diário de Notícias*, [s. d.]). No *L'Agriculteur - Organe de l'Union des Syndicats Agricoles et de la Confédération Générale des Agriculteurs*, a política em torno do trigo mereceu destaque à entrada de 1930, aprofundando-se, a propósito da superprodução, a sua indispensabilidade «à la vie d'une nation» (*L'Agriculteur*, 1933: 1), quando as medidas proteccionistas eram observadas em estágio gradativo, condizentes com os nacionalismos económicos. Cerca de um ano mais tarde, em França, escrevia-se que «le problème du blé comande tout les autres», atendendo-se ao facto de que, como nesse território, em outros também, a agricultura ocupava «plus ou moins directement la moitié de la population» (*Bulletin de la Société d'économie politique*, 1934: 120).

O texto produzido posicionava os franceses diante do fenómeno mundial do aumento da produção do trigo, enquanto «les victimes plutôt que les artisans» com a justificativa da guerra de 1914 que havia arredado países produtores dos mercados mundiais, como a Rússia ou «les pays danubiens», vindo os EUA, ou o Canadá ou a Argentina, ou a Austrália, a ocupar «leur place» (*Bulletin de la Société d'économie politique*, 1934: 120-121), que o *La vie du Parti* destacava como produção do trigo, essencial aos primeiros, constituindo-se num problema internacional «comme d'autres» relativos à superprodução, era «mais plus que beaucoup d'autres», tendo sido particularmente apreciado na Conferência Monetária e Económica de Londres em 1933, na qual os «principaux pays exportateurs de blé» haviam assinado um acordo que permitia controlar tanto a produção como a exportação do alimento (1º); permitia, também, limitar as «quantités exportées provenant de la récolte 1933-1943» (2º); e, aos países importadores, incidia sobre o consumo e relativamente ao «abaissement des barrières douanières élevées» (*La vie du Parti - Supplément du «Populaire»*, 1935: 253-254).

Mas voltemos atrás: no dia 7 de Março de 1931, a Comissão de Estudos para a União Europeia – criada no âmbito do projecto patrocinado por Aristide Briand, de uma União Europeia *prematura*, na senda dos problemas económicos que grassavam o Velho Continente ainda antes do crash bolsista de 1929 –, criada na SDN, comunicava ao Conselho e Membros da Organização Internacional que a solução inerente ao problema cerealífero comprometia a formação de uma entente (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3); assim, uma conferência do IIA realizar-se-ia a 26 de Março, com o intuito de se encontrarem as soluções: vantagens aduaneiras para a Europa Central e Oriental, medidas para escoamento regular do excesso cerealífero e a consecutiva melhoria das condições de venda, eram equacionados (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3). Por outro lado, estas medidas deveriam ser socorridas de outras: ou seja, as medidas bancárias eram similarmente pensadas no que respeitava à sua aplicação na transação dos cereais. Sublinhamos que a crise afectara distintamente os Estados da Europa Central e Oriental, que viam as suas receitas diminuir de forma drástica, porque assentavam as suas economias no «produto das suas exportações agrícolas»; incapazes de escoarem para o estrangeiro, viam-se a braços com o respectivo incumprimento das suas dívidas externas (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3); assim, na linha de Pierre Milza, os seus Executivos encontraram-se na contingência do recurso a moratórias e do controlo efectivo das trocas, de modo a travar a declaração de bancarrotas

imediatas (Milza, 2007: 130).

Desta feita, o Comité de Estudos para a União Europeia, não parecia indiferente às solicitações dos importadores sobre a adaptação de trigos danubianos às preferências de moagem dos seus países, requerendo, assim, estatísticas aos compradores de trigos; esta actuação valia o aumento das transações e, simultaneamente, dos preços originando a criação de um instituto internacional de crédito agrícola, promovido nas apreensões do Comité (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3). No dia 16 de Maio de 1931, a SDN publicava um *Memorandum* francês respeitante à crise europeia (SDN, 1931): residindo o problema no escoamento dos cereais dos países da Europa Central e Oriental, o governo francês pretendia uma efectiva união de exportadores e um projecto de crédito internacional agrícola (SDN, 1931). O Executivo francês esperava que o Instituto Hipotecário Agrícola, iniciasse a sua actividade no Outono de 1931, quando a Comissão de Estudos e o Conselho da SDN aprovassem a instituição (SDN, 1931). A ideia residia no sistema de preferência agrícola: no entendimento do governo francês, os malefícios económicos originados sobre as populações da Europa Central e Oriental, eram o reflexo da insuficiência dos custos aplicados aos importadores, devendo, assim, existir um regime de preferência europeia para os trigos da Europa Central e Oriental (SDN, 1931).

A 22 de Maio de 1931, realizava-se a 63.^a Sessão do Conselho da SDN: debatia-se a questão do crédito agrícola (Processo Verbal 50.^a Sessão, ¹⁹³¹). Foi nomeado pelo Conselho um Comité de Organização para se criar a Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola. A 22 de Maio, a SDN comunicava ao Conselho, as resoluções adoptadas na 3.^a sessão da Comissão de Estudos para a União Europeia, no domínio do escoamento futuro dos excedentes cerealíferos: salientamos a pretensão do contacto com os Estados extra-europeus, exportadores de trigo, e que haviam participado nas Conferências de Roma e de Londres (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne, 1931: 3). A Comissão era já conhecedora da posição expressa pelo IIA, sobre o organismo internacional de Crédito Agrícola a curto termo (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne, ¹⁹³¹: 3), tendo procurado resolver os problemas inerentes às produções e trocas comerciais, através das negociações tarifárias e do desenvolvimento de ententes económicas internacionais e a respectiva aplicação dos princípios da Convenção Comercial de 24 de Março de 1930 (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne, 1931: 5). Uma comissão de peritos económicos foi convocada a 24 de Junho, de modo a incentivar a colaboração dos seus Executivos com Genebra: Alemanha, Bélgica, Reino Unido, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Suécia, Tchecoslováquia e URSS, compunham a comissão (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne, 1931: 5).

A criação de uma Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, tinha por intenção atribuir somas reembolsáveis, num prazo alargado, a sociedades de crédito hipotecário agrícola «que se dediquen por sí mismas o por medio de otras Sociedades que tengan su domicilio en el país de que se trate, a realizar préstamos com primera hipoteca sobre inmuebles dedicados a una explotación agrícola» (Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da SDN, 1931). Assim, pretendia constituir-se e negociar por recurso ao sistema da hipoteca, obrigações sobre as sociedades nacionais, de cada Estado. Um prazo para adesão ao projecto por parte dos Estados europeus foi estabelecido – os quais membros da SDN – expirando o mesmo a 15 de Agosto de 1931 (Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da SDN, 1931). Posteriormente, a SDN publicou o relatório da Subcomissão de Crédito Agrícola: em reunião ocorrida entre 13 e 14 Maio

de 1931, onde participaram Estados-membros da SDN: a Alemanha, a Áustria, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a Estónia, a Finlândia, a França, a Grécia, a Hungria, o Estado Livre da Irlanda, a Itália, a Letónia, os Países Baixos, a Polónia, Portugal, a Roménia, a Suíça, a Tchécoslováquia e a Jugoslávia (Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole, 1931: 1). O primeiro relatório do Comité Financeiro enviado ao Conselho da SDN, datado de 27 de Janeiro de 1931, indicava as possíveis medidas para a respectiva promoção de financiamentos internacionais à agricultura; todavia, o documento evidenciava o seu carácter limitado conservando-se de modo intrínseco os obstáculos sentidos na Europa Oriental na esteira dos movimento de capitais (Premier Rapport du Comité Financier au Conseil, 1931).

Já relativamente à reunião de 13 e 14 de Maio, o respectivo relatório apresentava o Projecto de Convenção, a Carta e os Estatutos inerentes à criação da Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, assim como o relatório do Comité Financeiro ao órgão decisor, onde se destacavam os princípios e a legislação hipotecária, enfatizando-se o apoio aos agricultores e dotando-os de capacidade financeira; assim, a Sociedade deveria, similarmente, desenvolver a instrução nessa matéria: organizando sistemas hipotecários em cada país, com impacto nas legislações hipotecárias dos respectivos Estados (Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole, 1931: 3).

No dia 1 de Outubro de 1931 a SDN publicou a «Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole» datada de 21 de Maio do mesmo ano (Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole, ¹⁹³¹). Tinha em vista a interação com as instituições relacionadas com as estruturas agrícolas nos referidos Estados que subscreveram a convenção (Carvalho, 2019: 201): Alemanha, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países-Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, Tchécoslováquia e Jugoslávia (Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole, 1931: 2).

Sublinhamos, a Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola concernia, similarmente, à criação de uma reserva especial no seu âmago: os Estados signatários consentiriam à Sociedade Hipotecária o valor conjunto de 25 milhões de francos suíços, ou o seu equivalente em ouro fino, qual valor reembolsável (Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole, 1931: 3). De resto, a convenção apenas passaria a vigorar quando as respectivas contribuições estatais somassem a referida quantia e, se a ocorrência se visse frustrada até 31 de Dezembro de 1931, ao Conselho da SDN estava reservado o papel da convocatória dos Estados contractantes para futuras negociações (Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole, 1931: 6).

Em Portugal, António Maria Godinho aferia, à entrada dos anos 30, a carência suscitada, com especial relevo, nos países de Sul e Leste da Europa, advertindo para a relativa unidade dos europeus: enquanto estes se dividiam entre países eminentemente agrícolas e a outra parte em países industrializados, tornava-se imprescindível um novo diálogo entre as *duas Europas*, aclarando a sua lógica e referindo «que a industrialização agrícola da Europa B [a Europa de sobremaneira agrícola], só é possível por meio do crédito a longo prazo» (Godinho, 1932: 14). Godinho caracterizava o problema agrícola internacional do período Entre guerras, como aquele que requeria a manifesta atenção dos Estados: não seria o «proteccionismo agrícola intenso», com «barreiras aduaneiras quási intransponíveis», que em 1929 vexaram a Europa, as derradeiras soluções; antes, Godinho asseverava o constrangimento suscitado em torno desses entraves,

e os «prémios» que alguns países criavam para as exportações aumentarem (Godinho, 1932: 15).

No que atendia à Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, destacava a falta de uniformidade em matéria de legislação hipotecária entre os diferentes Estados, sublinhando que a Sociedade «nem sempre oferece as garantias necessárias para a efectivação de empréstimos com segurança» (Godinho, 1932: 100); evidenciava: «Como poderá pois a Sociedade impedir que os proprietários de bens rurais realizem sobre eles empréstimos aplicando depois os fundos obtidos em operações de carácter industrial, comercial ou até especulativo?» (Godinho, 1932: 100-101); acrescentava que no Conselho da Sociedade Hipotecária não existiam com carácter obrigatório, «(...) representantes dos agricultores interessados, delegados das grandes associações agrícolas ou dos institutos nacionais de crédito agrícola» (Godinho, 1932: 101) – algo que D’Onofrio destacou através da lógica do Instituto de Roma, que pretendia expressar as noções agrárias «in the ‘internacional civil society’» (D’Onofrio, 2017: 278) – e, que nos países onde a crise se fazia sentir de maneira intensa, a valia das propriedades decresciam, ficando o proprietário em evidente desigualdade (Godinho, 1932: 102), revestindo-se a tese do Autor luso de especial relevo neste contexto, atendendo à premissa central da sua leitura sobre a ocasião: a Organização Internacional, então entendida como um instrumento de manifesta cooperação económica e financeira entre os Estados contractantes, se por um lado equivalia à obra económica da SDN, não deixava de receber as maiores reprovações, trazendo «apenas uma solução parcial» aos problemas da época «cujos resultados [...] não traz grandes vantagens para o pequeno agricultor nem tam pouco para os simples detentores da terra» (Godinho, 1932: 103), aqueles que na sua maioria constituíam a realidade do tecido social português, não se constituindo caso inédito da restante Europa do Sul e de Leste. Godinho aferia a manifesta necessidade do entendimento do conceito que já D. Luiz de Castro destacara, embora antes do seu tempo: a «Sociedade das Nações», na genuína acepção (Carvalho, 2019: 232), atendendo aos problemas que resvalavam na contínua divisão das *Europas* agrícola e industrial, tendia a prevalecer, na lógica deste contemporâneo da Organização, como um problema acrescido à conjuntura, sem soluções à vista, apesar do diálogo necessariamente estabelecido entre Roma e Genebra.

5. Conclusão

Deste modo, se o eclodir da I Guerra Mundial condicionou o trabalho do IIA, como Autores referidos anteriormente destacaram nos seus trabalhos, o impacto do aparecimento da OIT e da SDN, conduziu a um entendimento renovado sobre os problemas agrícolas que se viram transportados para Genebra, sem perder de vista o empenho e o contributo do Instituto de Roma na obra económica que significou o pós-guerra, num mundo em mutação rápida e de *paz* condicionada há muito. Repare-se, a exemplo, que a inquietação funesta que António Maria Godinho retratou na sua obra, associada à queda abrupta dos preços dos produtos agrícolas, em 1930 – que Giovanni Federico apontou como o momento do «collapse in prices» (Federico, 2012: 25) –, quando alguns artigos haviam regressado ao preço do pré-guerra, e outros atingiam valores inferiores a esse período, evidenciando-se a centralidade de questão agrícola na necessária reconstrução económica que ocupava as Organizações Internacionais da época (Godinho, 1932: 8-9), mas mais do que isso, é elucidativo da dinâmica complexa estabelecida entre os Estados-membros do IIA e da SDN e, simultaneamente, para com estas. O trabalho em que as Instituições Internacionais se envolveram, na matéria visada e, nomeadamente, sobre a «crise mundial do trigo»,

resultou numa demonstração inequívoca dos esforços ininterruptos para se encontrarem soluções e caminhos esquivos a um novo conflito, o que não pretende significar que fosse esse o ensejo das potências que compunham as referidas Instituições, mas, por outro lado, o princípio destas.

Fontes e bibliografia

Bulletin de la Société d'économie politique [05-07-1934]. França: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56568095/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=193134;0#>

Câmara, António Pereira de Sousa da (1949). *A Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma e o Enquadramento das suas Actividades na FAO, Separata da Revista Agronómica*. Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª.

Castro, D. Luiz de (1910). *O Instituto Internacional de Agricultura (Roma). Conferência proferida na Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal em 30 de Abril de 1910*, Lisboa: Separata da Revista Agronómica.

Comunicado ao Conselho e aos Membros da S.D.N. (7 de Março de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/

Comunicado ao Conselho e aos Membros da Sociedade das Nações, Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d'Etude pour l'Union Européenne 15 au 21 mai 1931 (22 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

Convention pour la création d'une Société Internationale de Crédit Hypothécaire Agricole (21 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

Diário do Governo, 1º Semestre, 1921: <https://idi.mne.gov.pt/images/pdf/primeira-guerra/TVersailles.pdf>

Diário de Notícias [s. d.]. Lisboa: IDI/MNE S01/E29/P01/84695.

GODINHO, António Maria (1932). *A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional*. Lisboa: Livraria Moraes.

International Institute of Agriculture(June 7 of 1905). *Convention*.

La Vie du Parti – Supplément du «Populaire» [29-08-1935]. [s. l.]: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8220346/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=686698;4>

L'Agriculteur – Organe de l'Union des Syndicats Agricoles et de la Confédération Générale des Agriculteurs [11-02-1933]. [s. l.]: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k71341499/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=42918;4>

Ofício de Augusto Vasconcelos (20-03-1937). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

SDN (16 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/84695.

Premier Rapport du Comité Financier au Conseil (1931). Genebra: IDI/MNE Cota: S01/E29/P01/84695

Processo Verbal 50.ª Sessão (22 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/84695

Rapport du Comité Consultatif Économique sur da Première Session tenue à Genève du 14 au 19 mai 1928 (1928). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole (15 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/84695

Résolution adoptée par la Conférence Préparatoire de la 2ème Conférence mondiale du Blé (17 de Abril de 1931). Genebra: Item C-E-U-E-C-A-2_FR - <https://archives.ungeneva.org/0000765237-d0012>

Recorte de jornal espanhol intitulado «El crédito hipotecário agrícola. Constitucion de una Sociedad Internacional». Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da S.D.N. (21 de Maio de 1931). Lisboa: IDI/MNE S01/E29/P01/84695

Branco, Teresa Gomes (2013). *A participação portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): representantes nacionais e funcionários internacionais*. Évora: Departamento de Economia.

Carvalho, Soraia Milene Marques (2019). *A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- D'Onofrio, Federico** (2017). *Agricultural numbers: the statistics of the International Institute of Agriculture in the Interwar period*. *Agricultural History Review*, (65), 277-296.
- Federico, Giovanni** (2005). *Not guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression*. Working Paper Series, (05-02), 2-33.
- Federico, Giovanni** (2009). *Feeding the world: an economic history of agriculture, 1800-2000*, EUA: Princeton University Press.
- Federico, Giovanni** (2012). *Natura Non Fecit Saltus: The 1930s as the Discontinuity in the History of European Agriculture*. In Brassley, Paul, Segers, Yves & Molle, Van Leen (Eds.). (2012). *War, Agriculture, and Food: Rural Europe from the 1930s to the 1950s* (pp. 15-32). Nova Iorque: Routledge.
- Federico, Giovanni**, «The Growth of World Agricultural Production, 1800-1938», *Research in Economic History*, Março 2015, pp. 125-181.
- Galbraith, John Kenneth** (1972). *Crise Económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira*, [s. l.]: Publicações Dom Quixote.
- Léon, Pierre** (Eds.). (1982). *História Económica e Social do Mundo – A Dominação do Capitalismo 1840-1914*, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Meneses, Filipe Ribeiro de** (2009). *A paz e o tratado de Versalhes*. En Maria Fernanda Rollo; Fernando Rosas (Eds.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 397-406).
- Meneses, Filipe Ribeiro de** (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Milza, Pierre** (2007). *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Lisboa: Edições 70.
- Miranda, Sacuntala de** [s. d.]. *Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa: Editorial Teorema.
- Nunes, Teresa** (2011). *O ideário republicano de Ezequiel de Campos 1900-1919*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Nunes, Teresa** (2019). *Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo*. IDN Cadernos, (34), 127-146.
- Offer, Avner** (1989). *The First World War – An Agrarian Interpretation*, Oxford: Clarendon Press.
- Pacheco, Cristina** (1999). *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pacheco, Cristina** (2004). *Portugal e o Memorandum Briand: análise da proposta de uma federação europeia no contexto da Sociedade das Nações 1929-1932*. *Revista Clio*, (11), 189-212.

1.6 - Conflitos, ocupação territorial e direitos relacionados à dinâmicas de produção e de abastecimento na capitania, província e estado do Rio de Janeiro – Brasil – século XVIII ao século XX

[06.09.2023 Sala/Room 2.2]

Cultivos de subsistência na grande lavoura cafeeira de exportação fluminense: a fazenda Santo Inácio e a região serrana do Rio de Janeiro (1871-1987)

Marcus Dezemone | Universidade Federal Fluminense, Brasil & Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil | mdezemone@id.uff.br

Embora negligenciados pela historiografia tradicional, os cultivos de subsistência ocupam um papel fundamental nas regiões da grande lavoura cafeeira voltada para a exportação na província e depois estado do Rio de Janeiro. Os estudos sobre a chamada “brecha camponesa” demonstraram a importância do acesso de cativos aos cultivos alimentares. A partir de corpus documental vinculado à fazenda Santo Inácio (Trajano de Moraes, RJ), o trabalho procura estudar, numa perspectiva de longa duração, como essa produção alimentar contribuiu para a construção de um projeto de permanência na terra, com uso de mão de obra familiar, pelos egressos da escravidão na origem do sistema de colonato. Além disso, pretende demonstrar como tais cultivos foram fundamentais para a apropriação da terra e para a construção de noções de direitos que seriam acionadas em mobilizações coletivas e resistências cotidianas contra a autoridade tradicional dos proprietários rurais.

LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA; LAVOURA CAFEIEIRA; RIO DE JANEIRO; REGIÃO SERRANA; DIREITOS

1. Introdução

O colonato foi o sistema que predominou na organização do trabalho livre nas áreas cafeeiras do Sudeste do Brasil, do final do século XIX até meados do século XX. Sua trajetória não foi única nas fazendas em que foi implementado. Isso não significa que o colonato não possua aspectos comuns, que permitam perceber práticas semelhantes responsáveis por pautar vínculos e relações entre proprietários de terra e trabalhadores rurais.

Elemento fundamental dessa relação desde sua origem foi o acesso dos colonos a cultivos alimentares de subsistência, como parte das combinações necessárias para residir e trabalhar numa grande propriedade rural voltada à lavoura de exportação. As continuidades e mudanças diante dos cultivos alimentares numa área de grande plantação, na longa duração, permitiria compreender o desenvolvimento de noções de direitos e o estabelecimento de relações com a terra na origem, nas alterações e na desagregação do colonato.

Para investigar esses aspectos foram utilizadas fontes relacionadas à antiga fazenda cafeeira Santo

Inácio, localizada no município de Trajano de Moraes, região serrana do estado do Rio de Janeiro. A atual denominação do município é de 1938, em homenagem ao antigo proprietário da fazenda, o médico Trajano de Moraes (1858-1911), substituindo a antiga, São Francisco de Paula.¹ O período cronológico contemplado foi longo, sendo iniciado com a aquisição da fazenda pela família proprietária, em 1872, ainda sob a vigência da escravidão, e concluído com a desagregação do sistema de colonato na região, nas décadas de 1950 e 1960.

A fazenda Santo Inácio foi a única na região serrana fluminense desapropriada parcialmente em 1/3 de sua área para fins de reforma agrária, em 1987. Esse resultado foi alcançado a partir de uma longa luta de resistência e permanência na terra por parte dos trabalhadores, antigos colonos, em sua maioria.

Apesar das suas particularidades, a trajetória da fazenda Santo Inácio contribuiria para pensar o colonato na região, inclusive nas propriedades em que sistema foi encerrado sem produzir os mesmos efeitos de permanência na terra para os trabalhadores. Desse modo, as questões investigadas não se resumem à fazenda, mas lançam luz sobre espaços mais amplos como o município, a região e o estado. Trata-se do uso de uma perspectiva investigativa cara à micro-história, na qual o conhecimento detalhado fornecido pelo estudo com a escada reduzida possibilita a construção de objetos mais complexos. Assim, padrões no sistema do colonato seriam identificados, o que possibilitaria uma melhor compreensão dessa relação social, visto que casos específicos, aprofundados e bem estudados, podem fornecer indicações universais e contribuir para redefinir padrões e modelos interpretativos.

2. A narrativa do declínio da agricultura fluminense devido ao abandono das fazendas pelos ex-escravos

Apesar das inúmeras pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas últimas três décadas, as narrativas dos grandes proprietários rurais sobre os efeitos do Treze de Maio nas suas plantações ainda são bastante reproduzidas no estado do Rio de Janeiro. Um quadro generalizado de declínio é desenhado, realçando que a Abolição levou ao abandono das fazendas pelos ex-escravos, que seguiram para as cidades, provocando problemas como a favelização e a periferização.

Parte da produção acadêmica reforça a narrativa dos proprietários ao corroborar um conjunto de teses clássicas a respeito do papel do fim da escravidão na atividade cafeeira e na agricultura no Rio de Janeiro: o final do século XIX e início do XX teriam correspondido à “estagnação” e ao “declínio” da agricultura fluminense a partir da “crise do café” e do esvaziamento econômico das fazendas do Vale do Paraíba em benefício da região do Oeste Paulista (Fausto, 1986). Essa interpretação ecoa a perspectiva dos proprietários rurais e descrições como a do escritor Monteiro Lobato, que abordou a passagem das “ondas verdes”, que transformaram o ambiente social do antes próspero Vale do Paraíba em “cidades mortas”.

¹ A pesquisa contou com auxílio do CNPq. A região serrana é formada pelos municípios conhecidos em 2015 como Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Sumidouro. Foram utilizadas fontes variadas como depoimentos orais; processos administrativos e judiciais; documentação cartorial (partilhas, testamentos e inventários); eclesiástica (assentamentos de batismo e matrimônio); dados de censos demográficos e agropecuários do IBGE; acervos particulares; documentos das entidades dos trabalhadores rurais; levantamento em periódicos e nos arquivos da polícia (Cf. Dezemone, 2008a).

A “decadência” estaria relacionada aos efeitos decorrentes da Lei Áurea de 1888 que, ao emancipar os escravos sem indenizações aos proprietários, teria levado à perda dos recursos imobilizados na aquisição da mão de obra. Além disso, essas leituras insistem que a maior parte dos libertos abandonou as fazendas fluminenses em direção às cidades, ajudando na falência dos proprietários rurais que insistiram na cafeicultura (Fausto, 1986). Assim, a historiografia tradicional associa o colonato a práticas e costumes que remetem à introdução da mão de obra imigrante de origem europeia (Stein, 1990; Dean, 1977; Martins, 1979; Stolcke, 1986).

Na região serrana fluminense, a prefeitura de Trajano de Moraes reproduziu essa narrativa por ocasião do centenário de criação do município, quando em 1991 publicou o livro *Cem anos de Trajano*:

Durante cerca de meio século, fazendeiros e plantadores de café da região fizeram grandes fortunas. Mas com a Abolição da Escravatura, quase a totalidade da mão-de-obra, composta de braço negro escravizado, fugiu do lugar, em busca de novas terras e de uma vida mais digna. As consequências da Lei Áurea marcaram o início da decadência de São Francisco de Paula. Em 12 de março de 1891, o governo republicano tentou remediar o problema por decreto: elevou a freguesia à categoria de município. Mas São Francisco de Paula já estava condenado irremediavelmente à derrocada. (Muniz, 1991, p. 1)

Tais narrativas podem ser relativizadas quando a trajetória dos libertos no pós-abolição é observada mais de perto, priorizando as redes de sociabilidade e as estratégias por eles construídas nas diversas freguesias da antiga província do Rio de Janeiro, transformadas em municípios após a República. Percebe-se que “uma vida mais digna” parece primeiro ter sido buscada nas próprias terras onde os libertos viviam. O estudo dessas comunidades pode auxiliar a reconhecer padrões e pensar modelos interpretativos sobre as décadas finais do cativeiro e sobre o pós-abolição no mundo rural fluminense.

3. Uma outra narrativa corroborada pelos dados: a permanência dos libertos na terra

Já no século XXI, os esforços investigativos para compreender os processos que levaram a criação do assentamento rural Santo Inácio, em 1987, nas terras da antiga fazenda de mesmo nome resultaram em entrevistas com assentados e membros da família proprietária. Nessas conversas, de forma recorrente, eram indicadas algumas pessoas que seriam capazes de falar sobre a história da fazenda e das suas disputas, sendo reconhecidas como porta-vozes autorizados, nos termos sugeridos por Luc Boltanski (1982), por possuírem conhecimento legitimado para abordar a trajetória do grupo e da propriedade.

Dessa forma, como porta-voz dos descendentes de ex-escravos, Juscelino Candido da Silva, conhecido como Sr. Binó trouxe contribuições muito valiosas. Nascido em 1888, Binó foi funcionário antigo da fazenda, que não foi beneficiado pela desapropriação, e por isso não era um assentado da reforma agrária².

² A entrevista do Sr. Juscelino Candido da Silva ocorreu em 10/09/2001 com Afrânio Garcia e Elizabeth Linhares (150 min.). Está disponível no CPDA-UFRRJ, pesquisa *Assentamentos Rurais*, caixa “Santo Inácio”. Para o registro de batismo, ver: freguesia de São Francisco de Paula, Livro de Batismo n. 5, p. 22 v., 15/07/1888. Na época não se acreditou que Binó tivesse 113 anos, tanto pela sua aparência física quanto pela lucidez, embora muitos tenham dito isso, pois o registro civil foi feito em data posterior. Logo em seguida, Sr. Binó faleceu.

Como uma forma de reconhecimento pela sua dedicação à fazenda por parte dos descendentes da família proprietária, Binó tinha permissão para continuar residindo na terra, mesmo sem nela trabalhar devido à idade bastante avançada. O centenário trabalhador não aparentava a idade que possui, encontrando-se muito bem de saúde e ainda bastante lúcido e articulado.

As palavras do Sr. Binó auxiliam na recuperação das estratégias adotadas pela comunidade escrava e pelos libertos na fazenda e na região nos anos finais da escravidão e nos primeiros tempos de trabalho livre. Além disso, forneceram outra narrativa, alternativa à consagrada pelos grandes proprietários, reproduzida pelas análises de memorialistas e ainda presentes no senso comum.

Quando perguntado sobre a fazenda, Sr. Binó chamou atenção para a antiguidade da propriedade ao associar a força de trabalho ao tratamento recebido dos fazendeiros: “a fazenda é muito antiga, a fazenda deve ser do pai do Doutor Moraes [Trajano, que dá nome ao município e era médico]. Herança dele. Tinha até um porão lá que botava os escravos. Era um cativo, essa fazenda era um cativo”. Em seguida, o trabalhador rural falou de sua família, com destaque para o papel da avó:

Minha avó veio da África. Ela viu o cativo. Ela veio da África com doze anos, uma menina nova. Só não trabalhou. Então, eu sou um negro africano. Tenho descendência com africano. Então vinha novo, vinha velho, vinha tudo pra cá, sabe?
Minha avó contava que na época do cativo que ela andou... ela andou três, dois meses, noite e dia, dentro do mar. Tinha dia, tinha, tinha lugar que ela só via céu e água.
Ela colheu muito café. Era uma viúva, tinha quatro filhos. Minha mãe e mais umas três. As duas trabalhavam na lavoura de café. Então ela colhia o café, lavava, etc., fazia aquele buraco no chão, jogava o café ali, tirando com a peneira, fumando sempre o cachimbo dela.
Ela veio menina, já casou aqui as filhas, etc., e neto. Ela foi e morreu... devia estar com uns cento e poucos anos. Aí já não era mais cativo. Aí já era posse do colono. Aqui em Santo Inácio. Quer dizer, ela viveu esse tempo todo, a vida dela toda na fazenda Santo Inácio.

O relato revela aspectos muito importantes que merecem ser confrontados com outras indicações. Em primeiro lugar, percebe-se a permanência de libertos na fazenda, mesmo depois da escravidão, trabalhando na lavoura do café. Em segundo lugar, a constituição de famílias escravas, com vínculos familiares após o cativo, como laços de parentesco com uniões, filhos e netos.

A maior parte da historiografia consagrou o entendimento de que a origem do colonato está relacionada à mão de obra imigrante europeia (Dean, 1977; Martins, 1979; Stolcke, 1986). Nessa linha, a imigração foi a solução para o “problema da mão de obra”, a crescente escassez de braço escravo após 1850 com o fim do tráfico transatlântico, agravada depois de 1888 com a Abolição. A emancipação teria promovido aos fazendeiros a perda de recursos imobilizados com a compra de cativos. Na leitura historiográfica tradicional e na memória dos descendentes dos proprietários da região, o Treze de Maio trouxe a “decadência da agricultura”, com o abandono do campo pela maioria dos libertos que seguiram em direção às cidades. Tais análises consagraram dois entendimentos importantes: os libertos foram responsáveis pelo declínio dos cafeicultores e não participaram das origens do colonato.

Estudos desenvolvidos sobre o campo fluminense questionam tais interpretações quando revelam diferentes compreensões: se não é possível pensar no dinamismo da agricultura fluminense, as noções de “estagnação” e de “decadência” da agricultura são exageradas (Cf. Dezemone, 2008a: 53-55). Um dado significativo foi apresentado pela economista Hildete Pereira de Melo, em trabalho sobre a lavoura

cafeeira no período próximo a assinatura da Lei Áurea: não houve quebra de safra na região serrana, ao contrário do que aconteceu com a lavoura canvieira campista (Melo, 1996: 230). A colheita de café em São Francisco de Paula não foi desorganizada, o que indica a permanência da mão de obra. Por outro lado, é muito difícil quantificar exatamente quantos libertos continuaram nas fazendas após a Abolição. Os primeiros censos demográficos depois de 1888 têm variações cujas razões não são claras. O censo de 1890 precisou ser refeito, apresentando resultados bem diferentes em 1892.³

Pelos indicadores disponíveis, de 1872 a 1920, a freguesia, depois município de São Francisco de Paula, teve como principal alteração o aumento percentual do número de mulheres no conjunto da população, sem ter modificado profundamente a distribuição percentual pequena dos estrangeiros indicadas em 1872. Como houve um aumento na quantidade de matrimônios, grupos familiares mais estáveis se formaram. Ainda que no final do século XIX, a introdução do colonato tenha ocorrido num ambiente com indivíduos de diferentes origens, como homens livres pobres e imigrantes europeus, o perfil demográfico em 1920 era o de uma população predominante de nacionais, o que sugere a presença de descendentes de escravos (Dezemone, 2008a).

Outro aspecto importante é que a chegada de imigrantes aconteceu de forma gradual, de 1892 até 1900. A intensificação da presença imigrante ocorreu somente após 1900, sobretudo, depois de 1910. Não parece, por maior que tenha sido a taxa de fecundidade dos estrangeiros, que esse grupo foi o único responsável pela recuperação demográfica sugerida pela confrontação dos censos de 1900 (7.620 habitantes) e 1920 (22.221 habitantes). Fica evidente pela análise dos nascimentos que nacionais contribuíram para o incremento populacional (Dezemone, 2008a: 56-58).

Assim, os dados indicam que o colonato de café na região foi formado por pessoas com origens sociais bastante distintas, agrupados em pelos menos 3 grandes grupos: 1) a mão de obra imigrante estrangeira que chegou após o Treze de Maio; 2) os trabalhadores da região que ingressaram na fazenda nas décadas subsequentes à Abolição; e 3) descendentes de ex-escravos, que guardavam uma memória que atribuiu lugar de destaque ao que chamaram de “tempo do cativo”, isto é, da escravidão (Dezemone, 2008a).

4. O colonato e suas origens no cativo: os cultivos de subsistência

A presença de libertos e seus descendentes na região até 1920 é reforçada pelas características do colonato relacionadas a práticas desenvolvidas ainda sob a escravidão.

Cabe esclarecer que o colono não se confunde com outros trabalhadores como ‘campeiros’ (ordenhavam as vacas); ‘tropicões’ (guiavam as tropas); ‘carreiros’ (conduziam o carro de boi) e ‘candeeiros’ (ajudantes de carreiros). A relação de colonato começava com o aceite recebido pelo colono do administrador, que é preposto do proprietário. Com isso, o colono receberia uma casa para residir, e um terreiro no qual poderia plantar para si e para sua família, constituindo sua roça. De um modo geral, os colonos consideravam essa prática uma concessão de natureza pessoal do fazendeiro, que teria como contrapartida a prestação de trabalho nas terras da fazenda. Trata-se de uma lógica análoga ao sistema da morada existente nos engenhos do Nordeste (Palmeira, 1977).

³ Censos Demográficos, IBGE, 1872, 1890, 1892, 1910 e 1920.

Além dessas condições, o colono se comprometia com certas “obrigações”. A primeira era a *meia*, na entrega ao fazendeiro de metade da colheita de café produzida no sítio. Nas palavras do Sr. Binó: “fizesse cinquenta sacas, era vinte e cinco de cada um”. Mas o que o colono gastava para cultivar o café não era descontado: “ele [o fazendeiro] recebia aquela parte dele líquida. Quer dizer, camarada trabalhava pra ele à vontade, né?”. O fazendeiro estocava a produção recebida, beneficiava e comercializava, devolvendo ao colono um valor subtraído dos seus custos.

Outra “obrigação” era o trabalho nas terras e lavouras da fazenda por meio das turmas. Novamente, Sr. Binó explicou o significado:

A turma era... aqui era a lavoura da fazenda. Por exemplo: aqui ele botava a turma que fazia aquela lavoura dele. Dez, quinze pessoas. Era dois dias: segunda e terça. Tinha que ir de qualquer maneira, porque ele [o colono] tivesse com medo ou não tivesse, ele tinha que representar. Toda segunda e terça. Era o dia.

As *turmas* consistiam no trabalho compulsório e não remunerado nas terras e nas lavouras da fazenda. Duas vezes por semana o colono deveria se dedicar à preparação, ao plantio, ao trato, à colheita, ao transporte e à secagem do café fora do seu próprio sítio. É muito expressiva a semelhança das *turmas* com o *cambão* da Zona da Mata de Pernambuco. Segundo Francisco Julião (1968), o *cambão* representava o trabalho gratuito do morador como contrapartida de sua permanência num engenho.

O trabalho além dos dias obrigatórios seria pago por meio da *diária*, necessária nos momentos de maior demanda por braços como na colheita. A entrega da *meia* e o trabalho nas *turmas* eram acompanhados de perto pelo administrador. A ele competia verificar o cumprimento das obrigações dos colonos que seriam anotadas na caderneta, pois “cada colono tinha uma caderneta com a vida dele na fazenda”, conforme o relato do Sr. Binó e de vários outros ex-colonos.

A *renda* era mais uma “obrigação” do colono. Nela, se entregava aos proprietários um percentual entre 10% e 20% dos demais cultivos que variavam de acordo com a fazenda. Na Santo Inácio as evidências sugerem que a renda não integrava as obrigações do colono após o fim da escravidão. De acordo com Sr. Binó, que associa “colono” a “pobre”, a renda não era cobrada sob a lavoura branca que era toda dos colonos:

Plantava lavoura branca: milho, feijão, batata doce, batata inglesa, tinha sua cana. E isso aí era do pobre. Tudo era do pobre. Só tinha, se tivesse canavial, só tinha meia da cana. É, se moesse cana... Tinha meia da cana. Mas milho, feijão, etc., era só do pobre. Criação aqueles que podia criar, podia criar porco, etc. Isso tudo aí era do colono.

Outro exemplo de que a lavoura de subsistência era exclusiva dos colonos encontra-se na memória da construção da ferrovia que passava pela região, empreendimento de Trajano de Moraes, na última década do século XIX. Forte recordação nos depoimentos, a ferrovia – com estação dentro da fazenda – teve papel chave na comercialização da produção da lavoura de subsistência dos colonos (Dezemone, 2008a: 121-123).

O plantio de cultivos de subsistência durante a escravidão já havia sido identificado pela historiografia, de forma pioneira por *Ciro Cardoso (1987)*. Foi o historiador que difundiu a expressão “brecha camponesa” para se referir ao acesso dos escravos a lavouras alimentares para consumo próprio e até mesmo comercialização. Para *João José Reis e Eduardo Silva (1998)*, a “brecha” seria “outro mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista”. Segundo os autores, “ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravatura numerosa, ao mesmo tempo em que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão”. *Robert Slenes (1999)* fez uma crítica à expressão, afirmando que ela pode reduzir a dimensão do conflito e da tensão entre escravos e senhores, preferindo entender que o acesso a cultivos de subsistência faz parte de uma “economia interna dos escravos”, termo que aparece na historiografia americana e que realça a disputa e luta para obtenção do plantio e comércio dos cultivos.

Independente da interpretação que se escolha, o desejo dos escravos ao acesso a atividades de subsistência é bem antigo, como revela conhecido documento datado de 1789: *o tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados*, da fazenda Santana, em Ilhéus na Bahia. Nele, lê-se a reivindicação dos escravos revoltosos: “Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um desses dias por causa de dia Santo e para podermos viver nos há de dar uma rede, tarrafa e canoas” (*Alves, 2000: 131*). Em 1847, o Barão de Paty do Alferes aconselhava os fazendeiros de café a:

o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças, plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana etc. (...) Estas suas roças, e o produto que delas tiram, fazem-lhes adquirir um certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão e entreter o seu pequeno direito de propriedade. (...) O extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal (*Lacerda Werneck, 1847*)

Presente nas indicações fornecidas por escravos e senhores, a “brecha camponesa” parece ter sido ampliada na região serrana fluminense nas décadas próximas à Abolição. Corrobora essa afirmação os relatos de *Arrigo de Zetirry*, funcionário do governo italiano que, de julho de 1894 a janeiro de 1895, escreveu “A Lavoura no Estado do Rio”, conjunto com vinte e uma reportagens para o *Jornal do Comércio*. *Zetirry* visitou fazendas da região norte fluminense, registrando detalhadamente o que viu nas propriedades no pós-abolição.⁴

A análise das reportagens revela a presença de libertos e do trabalho familiar nas lavouras. *Hildete Pereira de Melo (1996: 230)* considera que “pelo relato de *Zetirry*, infere-se que 50% dos trabalhadores eram de famílias de libertos (...) o que devemos fixar foi que ex-escravos e roceiros pobres constituíram a massa de trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro”. *Hebe Mattos (1998)*, notou que a formação dos cafezais estava vinculada ao acesso aos cultivos de subsistência. Com suas famílias, os libertos moravam nas fazendas com permissão para plantar milho e feijão em terrenos separados ou em fileiras intercaladas pelo café. Tais descrições coincidem com o relato do Sr. Binó sobre a fazenda Santo Inácio e sobre a região serrana.

⁴ Agradeço a *Márcia Motta (UFF)* que cedeu as reportagens datilografadas.

A comparação do sistema do colonato com o sistema da morada na Zona da Mata de Pernambuco, utilizado na lavoura canaveira, revela diferenças interessantes. Segundo Beatriz Heredia (1979), a autorização para o morador plantar em seu sítio lavouras para a comercialização dependia diretamente da permissão do proprietário. Para isso, o morador competia com outros moradores pelo melhor cumprimento das suas obrigações com a fazenda. Desse modo ele poderia receber o aval do administrador do engenho, que avisaria ao proprietário. Após a permissão do patrão para tocar seu próprio sítio, o morador dedicava-se com mais afinco ao roçado nas terras do engenho, explicado pelo desejo de “retribuir a confiança do patrão”. Ao contrário da morada do Nordeste, na região serrana fluminense, a possibilidade de plantio e comercialização das lavouras de subsistência no sítio foi um termo integrante da relação de colonato desde sua origem. Talvez, o fato do número de escravizados ter diminuído, junto da redução da importância econômica da escravidão no nordeste brasileiro na segunda metade do século XIX, possa estar relacionado a essa diferença entre a morada e o colonato. Tais mudanças na região nordeste estariam relacionadas a proibição do tráfico atlântico em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, seguida do tráfico interno interprovincial, cujo sentido mais intenso era do norte/ nordeste para o sudeste cafeeiro.

5. A gênese do colonato: famílias, “cinga do cativo” e circulação pelas fazendas da região

As indicações de Zetirry também ajudam a entender outro fenômeno curioso que aconteceu na região após o Treze de Maio: a explosão de matrimônios coletivos de libertos celebrados nas Igrejas, com mais de 5 casamentos no mesmo dia, lançados nos mesmos assentamentos, com os casais listados em sequência, como asseguram as mesmas testemunhas, muitas das quais, ex-senhores.⁵ Apenas na freguesia de São Francisco de Paula, denominação do município antes de 1938, no período de 1888 a 1892, que vai da abolição até as vésperas do primeiro registro de casamento de imigrantes espanhóis em 1893, ocorreram 42 cerimônias coletivas de matrimônio de libertos. Foi contabilizada a união de 800 libertos, cuja maioria pertenceu a senhores proprietários de escravarias numerosas, com mais de 20 cativos. As uniões se concentraram em 1888 quando aconteceram 30 dos 40 casamentos coletivos, reunindo 662 libertos.

Em Cordeiro, à época freguesia de Cantagalo e vizinha de São Francisco de Paula, Zetirry entrevistou Francisco Constantino, liberto e colono. Constantino disse-lhe em janeiro de 1895 que “casei há três meses com a mulher que sempre viveu comigo, deu-me oito filhos e sempre foi muito direita e levou tudo muito em regra. Não posso queixar-me della” (Jornal do Comércio, 14/01/1895).

No pós-abolição, as uniões *de facto* estavam sendo reconhecidas na Igreja, num claro indicio de formação de famílias que se aproximava da mais concreta experiência de liberdade ao alcance dos libertos: os homens livres pobres (Mattos, 1998). Modelo gestado sob a escravidão, caracterizava-se pelo trabalho familiar, acesso a lotes com cultivos de subsistência e venda de parte da produção. Foi dessa forma que uma das contrapartidas para a permanência de libertos nas fazendas passava pelo acesso aos cultivos de subsistência (milho e feijão) adotando o trabalho familiar. Essas mesmas condições para a permanência de libertos foram notadas em outras fazendas do Sudeste no pós-abolição (Rios & Mattos, 2005).

⁵ Esse é um tema instigante, complexo, que não pode ser satisfatoriamente desenvolvido no escopo reduzido desse artigo. Para maiores informações, Dezemone, 2008a, cap. 1. Os casamentos com 3 e 4 casais no mesmo dia não foram contabilizados.

O relato do Sr. Binó não realçou apenas rupturas com o cativo, mas elementos de continuidade com o passado escravista: “o cativo quando acabou, o fazendeiro ficou com aquela catinga do cativo ainda”. Em seguida, o ex-colono explicou o que isso significava:

Sabe por quê? Camarada não tinha liberdade. Camarada segunda-feira não tivesse na turma – a turma era segunda e terça – camarada não tivesse na turma, se ele não fosse... Aí mandava chamar o coronel na fazenda. [Faltava] bater no colono porque ele não faz pagar um dia de turma. Se fosse preciso faltar um dia de turma, ele ia na Casa, tinha que vir na fazenda comunicar por que ele deixou de pagar aquele dia de turma.

O tratamento conferido aos colonos nos termos semelhantes ao cativo teria gerado conflitos. Alguns resultavam na expulsão do colono e de sua família da fazenda, como aconteceu com o padrao do Sr. Binó: “eu era pequeno, meu padrao foi mandado embora da fazenda Santo Inácio (..), com vinte quatro horas”. Inquerido sobre o eram as vinte quatro horas, ele explicou que:

Era a lei deles. Se um camarada não desocupasse com vinte quatro horas, amanhã ele mandava o cara. Vinha subir aqui, tirar a telha da casa que o camarada ficava no tempo de qualquer maneira. O fazendeiro mandava o cara vir tirar a telha da casa [para o] camarada sair mais depressa, se não saísse com vinte quatro horas.

A dispensa parecia ser algo muito comum, com a expulsão significando a prevalência do desejo e do poder pessoal dos proprietários diante dos colonos.

Em seu relato, o Sr. Binó afirmou que após a expulsão, a família foi para a fazenda das Neves e “depois, eu me enjoei, saí da fazenda das Neves; da Piedade, fui pra fazenda das Neves. (...) Aí eu vim pra aqui [Santo Inácio], pedi uma casa pra mim pro Antônio Cordeiro, o administrador”. Esse modelo se repete em diversos depoimentos (Dezemone, 2008a). Além disso, o motivo da expulsão do padrao não foi apresentado como algo importante: “Mas então, naquele tempo, em qualquer fazenda você encontrava uma casa, qualquer fazenda. (...) naquela época o pobre achava casa pra morar”.

A catinga do cativo e as 24 horas situam-se numa época na qual trabalho e moradia combinados eram encontrados com relativa facilidade. No relato é enfatizada a obtenção de uma “casa pra morar” que, numa interpretação mais rápida, poderia considerar “morar” como sinônimo de habitar, sentido urbano atribuído ao verbo. Porém, para os colonos da região serrana, “morar” associa, necessariamente, trabalho e residência, numa fazenda, diferente do significado citadino que é atribuído ao verbo, limitado a residir.

A mobilidade do campesinato brasileiro não é nenhuma novidade. Ela foi identificada no período colonial como uma característica da população livre e pobre (Faria, 1998), que permanece no século XIX (Franco, 1976). Imigrantes italianos nas fazendas de café de São Paulo seguiram esse padrão ao término dos contratos de parceria (Vangeli, 1991). Se assemelhavam assim à descrição das estratégias familiares dos camponeses poloneses em sua terra de origem e nos EUA (Thomas & Znaniecki, 1974). Rios e Mattos (2005) falaram de um “campesinato itinerante”, ao tratar de descendentes de escravos no pós-abolição, considerando, dentre outros, o caso da fazenda Santo Inácio (Dezemone, 2004). Talvez isso tenha raízes mais profundas, como sugerem os fluxos migratórios internos na África Ocidental, anteriores à presença

européia (Döpcke, 1999).

6. A dupla crise: a "renda" e as noções de direitos, justiça e legalidade

A década de 1930 foi uma época conturbada no mundo rural brasileiro, tanto para proprietários quanto para colonos. Eles viveram os desdobramentos da *dupla crise* – econômica com a Crise de 1929 e política com a Revolução de 1930 – que inaugurou alterações nos anos seguintes.

A crise de 1929 gerou acentuada queda no preço dos gêneros agrícolas em escala mundial. No Brasil, as áreas voltadas à lavoura de exportação foram seriamente atingidas como a Zona da Mata Pernambucana, dedicada à produção canavieira. O setor cafeeiro, responsável pelo principal produto de exportação do país, atravessou grave crise quando muitas fazendas foram à falência (Garcia & Palmeira, 2000). A Revolução de 1930 promoveu cassações de mandatos e nomeações de interventores estaduais, com mudanças que levaram ao deslocamento do eixo político fluminense da região cafeeira para o norte do estado. Isso acarretou perda de influência e prestígio dos cafeicultores em benefício dos grandes plantadores de cana-de-açúcar.

As fazendas da região serrana tornaram-se cada vez menos rentáveis e produtivas. De 1920 a 1940, a produção de café do município de São Francisco de Paula sofreu redução de 34%. No mesmo período, a produção bovina aumentou 45%. Quando se compara a evolução das áreas dedicadas à pecuária e às demais lavouras, incluindo a de café, entre os anos de 1940 e 1960, constata-se que, de 32% das áreas ocupadas pela pecuária em 1940, salta-se para 43% em 1950, chegando-se a 45% em 1960. Enquanto isso, as áreas ocupadas por lavouras, que em 1940 correspondiam a 26% do total, diminuem para 20% em 1950 e 17% em 1960. O aumento das áreas das terras voltadas à pecuária se deu com o avanço diante das áreas que se dedicavam aos demais cultivos, sobretudo o café, mas não exclusivamente: os cultivos alimentares também foram atingidos. Ao avanço da pecuária correspondeu uma diminuição da população total que caiu de 22.221 habitantes em 1920 para 16.771 em 1950 em meio à intensificação da urbanização.⁶

Os abalos sofridos a partir de 1930 não acabaram com a dedicação à grande plantação cafeeira, mas alteraram as bases do colonato, o que permitiu, para os proprietários, atravessar a dupla crise, com novo impulso para a manutenção do sistema por pelo menos mais duas ou três décadas. Dentre as novas bases do colonato elaborado na fazenda Santo Inácio, os relatos mencionaram uma *venda* – depósito e armazém onde os colonos adquiriam produtos. A *venda* guarda semelhanças com o *barracão*, existente na Zona da Mata Pernambucana, cuja lógica foi investigada por Moacir Palmeira (1977). Na *venda*, os fazendeiros disponibilizavam aos colonos itens de primeira necessidade, instrumentos de trabalho, remédios e outros produtos que, pela distância, dificilmente poderiam ser adquiridos em outros lugares. No entanto, as compras não envolviam cédulas da moeda corrente, mas sim os *cupons* (no Nordeste eram os vales) que registravam o nome do comprador, o produto e o preço. No acerto do pagamento dos colonos pela colheita do café, o fazendeiro ou o administrador abatia o total dos cupons de cada colono. Na prática, isso invertia a relação de pagamento, resultando no endividamento dos colonos diante dos fazendeiros.

Além da *venda*, outra mudança foi a introdução de novas obrigações, como se percebe pelo “regulamento”

⁶ Censos Agropecuários e Censos Demográficos, IBGE, 1920, 1940, 1950 e 1960.

dos colonos da fazenda, que constava na contra-capa das cadernetas dos anos 1930. O regulamento apresentava as “obrigações a que estão sujeitos os colonos das Fazendas: S. Inácio, Monte Claro, Barro Alto e Retiro”.⁷ Junto da entrega da metade da produção de café, na meia, os cultivos de subsistência como o feijão e o milho passaram a constar nas obrigações do colono através da renda, conforme o artigo 2º do regulamento: “da colheita de milho e feijão que o colono produzir, dará à fazenda a quota de 10%”. O direito aos cultivos alimentares para consumo e comercialização herdado do cativo seria mantido, contudo, com limitações. No artigo 4º constava que “Qualquer movimento de mercadorias do colono só poderá ser feito pelos carros ou tropa da fazenda”, numa clara medida para controlar a comercialização dos cultivos que passaram a integrar a renda.

As restrições constantes na caderneta apareciam quando se avisava que “o colono não poderá trabalhar fora da fazenda”, conforme artigo 8º, o que ampliaria a dependência numa única fonte de renda. Ao mesmo tempo, no artigo 7º, havia a intenção de garantir a disponibilidade da mão de obra quando necessária: “o colono não poderá se negar a qualquer chamado para turma ou auxílio à fazenda”. A tentativa de assegurar a sujeição dos trabalhadores diante do fazendeiro constava no artigo 5º, no qual “as benfeitorias, como cerca, paiol, galinheiro, etc., que o colono fizer, não poderão ser arrancadas ou destruídas por este, independente de indenização pela fazenda”. Até “imposto” seria devido: “o colono pagará por ano, a título de imposto, a quantia de 15\$000”, registrava o artigo 9º.

O regulamento nas cadernetas não foi determinado por nenhuma legislação, sendo um documento de natureza privada, que fixava por escrito as obrigações de ambas as partes no colonato. A leitura do regulamento sugere o desejo dos proprietários na imposição de mecanismos de controle sobre os colonos, gerando aumento da dependência deles e da exploração numa conjuntura de crise. Sugere ainda que se os colonos cumprissem todas as obrigações determinadas, não haveria necessidade de escrevê-las nas cadernetas. A fixação das normas indica que as combinações poderiam estar sendo burladas por ações de resistência cotidiana. Exemplifica isso a proibição da destruição de benfeitorias em caso da saída dos colonos: se não estivessem acontecendo, não haveria porque fazê-las constar no regulamento.

De modo aparentemente paradoxal, num período que poderia estar associado a perdas materiais e piora nas condições de vida, emerge um lugar privilegiado para Getúlio Vargas, a legislação trabalhista e direitos. Nas palavras do Sr. Bicó:

“Quer dizer, não tinha governo, não tinha nada. Quer dizer, isso daí, agradeço ao governador que morreu: Getúlio Vargas! Ele que deixou essa aventura. Porque antes dele morrer, ele deixou isso aqui. Ele fez um livro e deixou tudo isso escrito. Se falaram em Reforma Agrária, se falaram em salário mínimo, foi antes dele morrer. (...). Mas naquele tempo [de Washington Luís] o pobre não tinha direito”.

O presidente figura nos relatos associado a direitos e leis, enquanto épocas anteriores foram percebidas como de arbítrio, catanga do cativo, vinte e quatro horas e injustiça. Essa visão positiva de Vargas aparece de forma generalizada no mundo rural brasileiro, contrariando a historiografia majoritária que insiste num fosso afastando os trabalhadores rurais dos benefícios materiais e simbólicos da legislação social. Houve, sem dúvida, uma apropriação camponesa do discurso oficial e da legislação social produzida

⁷ Caderneta de Colono da década de 1930. Acervo da fazenda Santo Inácio.

e divulgada, principalmente, no *Estado Novo* (Dezemone, 2008b).

Camponeses em todo Brasil utilizaram o discurso paternalista e a imagem do presidente poderoso e corajoso para reivindicar aquilo que interpretavam como justo, seja remetendo cartas com pedidos a autoridades, entrando com ações na Justiça Comum ou na Justiça do Trabalho, e nas recordações sobre Getúlio Vargas. Na memória dos colonos, Vargas é detentor de um poder superior ao dos fazendeiros, diretamente responsável pela limitação da autoridade e das formas de dominação dos grandes proprietários, que agora poderiam encontrar um obstáculo na força moral da imagem do presidente associado a leis. Se compreende melhor assim a construção social do “legalismo” tão frequentemente atribuído aos trabalhadores do campo, naturalizado por inúmeros militantes políticos como Francisco Julião, para quem “o camponês é muito legalista” (Dezemone, 2008b: 234).

7. A erosão do colonato: o plantio de banana e o fim da circulação pelas fazendas da região

A substituição dos cafezais pela pecuária foi amplamente difundida na região a partir de 1930, dentre outras razões, com o intuito de assegurar a legitimidade da posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Esse processo seguia um padrão: os fazendeiros colocavam o rebanho para pastar nas roças dos colonos, destruindo-as. Como desdobramento dessa prática, destaca-se a desagregação das relações de colonato, levando a uma grande quantidade de trabalhadores rurais que não foram absorvidos pela pecuária. Os antigos colonos, agora desempregados, se viram obrigados em sua maioria a migrar para as cidades.

Os relatos orais dos que permaneceram na região marcam, no entanto, um período de constantes boicotes aos dias de trabalho nas turmas e ao pagamento da meia e da renda, revelando a erosão das formas tradicionais de dominação pessoal dos fazendeiros que não mais se impunham como no passado. Novamente, nas palavras do Sr. Binó:

No tempo do café havia a meia do café. E não havia nenhuma contribuição do colono pela lavoura branca. Acontece que o café acabou e ficou só a lavoura branca. (...) Algum tempo [os colonos] deram, depois pararam de dar. E como a banana não estava na combinação, todo mundo passou a só plantar banana.

A banana, definida legalmente como “bem de raiz”, aumentava os valores das indenizações por benfeitorias em caso de despejo, conforme estipulado no Código Civil de 1916. De 1950 a 1970 houve um aumento de 460% no plantio de banana no município.⁸

Em meio a essas mudanças, a mais significativa alteração no início da década de 1960, para colonos e fazendeiros, foi o fim da *circulação nas fazendas da região*. Em Trajano de Moraes, os antigos colonos, desocupados em consequência da substituição dos cafezais pela pecuária não mais conseguiam abrigo em outras fazendas, conforme percebido pela análise dos depoimentos orais. É enquanto *possibilidade* que a saída/entrada de fazendas se vê encerrada na década de 1960. O ponto central é que era exatamente essa

⁸ Censos Agropecuários, IBGE, 1940, 1950, 1960 e 1970.

a alternativa que permitia a manutenção do modo de vida dos colonos, que firmavam novos contratos com outros fazendeiros e permaneciam no campo. A redução da população do município, que em 1960 era de 15.821, para em 1970 chegar a 12.738 habitantes, foi de 19% em um decênio. A variável do crescimento da população residente na região foi negativa.⁹

Aparentemente, os conflitos decorrentes das expulsões das fazendas na primeira metade do século XX, como o narrado por Bino envolvendo o padraço, tiveram menor destaque, visto que não alcançaram grande espaço nos periódicos ou nos registros policiais. Tampouco tiveram referências nos relatos de ex-colonos com ações de resistências às expulsões. Contrastam-se, assim, com a intensa resistência observada na década de 1960 diante das tentativas de expulsão da terra levadas a cabo na região e na Santo Inácio, quando a circulação foi interrompida por conta da substituição dos cafezais pela pecuária extensiva. Essa prática, além de incorporar áreas de agricultura voltadas à subsistência para pastagem dos animais, ainda utilizava menos mão de obra, o que provocou saídas voluntárias e expulsões de trabalhadores das fazendas da região.

O que se defende é que um dos fatores que contribuíram para a circunscrição dos conflitos e sua menor visibilidade nas primeiras décadas do século XX foi a constatação de uma intensa circulação da mão de obra pelas fazendas da região. Seja por motivo voluntário, seja pelas expulsões, quando saídos de uma propriedade, os colonos encontravam abrigo noutra fazenda, recebendo obrigações iguais ou com variações e prestações de natureza pessoal diante de outro fazendeiro ou administrador. Deve ser enfatizado que não eram todos os colonos expulsos de uma fazenda que conseguiam entrada imediata em outra propriedade, embora os depoimentos orais sustentem isso. A circulação pelas fazendas mantinha estável o grupo de dependentes dos proprietários, assegurava clientela política aos últimos e permitia a reprodução de um modo de vida camponês aos trabalhadores.

As resistências cotidianas com a permanência na terra diante do avanço da pecuária, os boicotes às obrigações do colonato, e o plantio da banana são fundamentais para entender a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes (STR). A numerosa participação de colonos da fazenda Santo Inácio, em comparação aos trabalhadores de outras fazendas da região, foi possível pela permanência deles na terra e pelo desgaste da dominação tradicional do fazendeiro, contrário à organização sindical.¹⁰ Oficializado em janeiro de 1964, o STR contou com militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e ferroviários, num contexto de competição pela organização dos trabalhadores no campo (cf. Grynszpan & Dezemone, 2007). Com o golpe, o STR foi fechado e suas lideranças presas.

Assim, enquanto articulados ao cultivo de exportação, a produção alimentar de subsistência cumpria um papel no sistema, que foi alterado pela introdução da pecuária extensiva. Nesse novo cenário, os conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários aumentavam e ganhavam visibilidade na imprensa e na polícia na medida que os primeiros se recusavam a deixar seus sítios. O delegado local descreveu tudo isso no final dos anos 1960, durante a Ditadura Militar (1964-1985) como a “rota da subversão”.¹¹ Ainda assim,

⁹ Enquanto a média do estado foi de +2,97, tiveram variação negativa, após Trajano de Moraes com -2,14%, todos municípios limítrofes: Duas Barras -1,88%; Santa Maria Madalena -1,68%; São Sebastião do Alto -1,53%; e Bom Jardim -0,92%. %. Dados do IBGE.

¹⁰ *Ato Histórico de fundação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes. Gestão 2001*, sede do STR de Trajano de Moraes.

¹¹ APERJ, *Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro, A rota da subversão*, prontuário n. 33.634, p. 160-161.

alguns colonos decidiram permanecer na terra, resistindo nos lotes que já ocupavam, intensificando o plantio de banana para comercialização.

A reabertura do STR ocorreria na década de 1970 em função da proposta do governo de extensão dos direitos sociais ao campo, sobretudo a previdência social, pois o sindicato seria o órgão responsável pela implementação da aposentadoria rural. Nessa ocasião, muitos ex-colonos da fazenda Santo Inácio teriam apoio do STR e de outras entidades para organizar uma estratégia de resistência e permanência na terra, mobilizando as noções de direitos construídas durante o colonato – trabalho familiar, acesso aos cultivos de subsistência, o papel das leis, o trabalho na terra –, o que contribuiu para a desapropriação obtida em 1987 (Dezemone, 2008a).

8. Considerações finais

O papel dos cultivos alimentares no sistema do colonato na região serrana fluminense permitiu identificar aspectos que sugerem a relativização de teses consagradas pela produção acadêmica. Ao mesmo tempo, possibilitou complementar conclusões de recentes linhas historiográficas.

A circulação pelas fazendas da região ajudaria a compreender porque os conflitos no pós-abolição até a década de 1930 não atingiram destaque e engendraram atos de resistência como na década de 1960. O que estava em jogo na estratégia dos colonos era manter o modo de vida camponês, afastando-os de alternativas mais traumáticas, como a do êxodo rural ou a resistência pública. Soma-se a isso a ausência de uma presença mais efetiva de militantes políticos que poderiam estimular enfrentamentos e que só atuariam com maior presença na região na década de 1960 (Dezemone, 2008a). Mas não foi só a presença desses militantes que promoveu as lutas. Eles atuaram a partir de um conjunto de noções de direitos que foram, de forma aparentemente contraditória, desenvolvidos num período de aumento do controle e da exploração dos colonos por parte dos proprietários.

O acesso aos cultivos de subsistência remonta ao tempo do cativo, e não à introdução do trabalho livre. O que Arrigo de Zetirry registrou poucos anos após a emancipação e apareceu nos depoimentos orais de ex-colonos são duas noções que caminharam juntas – acesso aos cultivos de subsistência e produção familiar – *direitos* que acompanharam toda trajetória do colonato.

A trajetória da fazenda Santo Inácio articulada à região serrana, na longa duração que vai da escravidão à desapropriação, pode auxiliar para uma melhor compreensão do sistema do colonato. O acesso familiar aos cultivos de subsistência, os boicotes da renda, da meia e do trabalho nas turmas, e o plantio da banana se fundamentam, em maior ou menor medida, em noções de justiça e injustiça e de legitimidade e ilegitimidade, indicadores da construção de noções de direitos. O exame dessas práticas revelou como homens e mulheres atuaram explorando margens e limites dentro de uma lógica de dominação, operando diante de circunstâncias históricas desfavoráveis.

Referências

- ALVES FILHO, Ivan.** *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.
- CARDOSO, Ciro.** *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.
- BOLTANSKI, Luc.** *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.
- DEAN, Warren.** *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEZEMONE, Marcus.** *Revoluções Camponesas no século XX*. In TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (org.) *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, p. 71-110, 2004.
- DEZEMONE, Marcus.** *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2008a.
- DEZEMONE, Marcus.** *Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais*. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 220-240, 2008b.
- DÖPCKE, Wolfgang.** "A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 42, n. 1, p. 77-109, 1999.
- FARIA, Sheila de Castro.** *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho.** *Homens livres na ordem escravocrata*. Rio de Janeiro: Ática, 1976.
- FAUSTO, Boris.** "Expansão do Café e Crise Cafeeira". In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1986.
- GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir.** *Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro*. In: SACHS, I.; WILHEIM, J. e PINHEIRO, P. S. (orgs). *Brasil: Um século de Transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 38-77, 2001.
- GRYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus.** *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. In: FERREIRA, J. e AARÃO REIS, D. (org.) *As Esquerdas no Brasil (1945-1964)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 209-236, 2007.
- MARTINS, José de Souza.** *O Cativo da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979.
- MATTOS, Hebe.** *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MELO, Hildete Pereira de.** "O café e a economia fluminense: 1889/1920". In: SILVA, S. e SZMRECSÁNYI, T. (org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, p. 215-234, 1996.
- MOORE JR., Barrington.** *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MUNIZ, Ivan** (Coord.). *Cem Anos de Trajano de Moraes*. Rio de Janeiro: Assessor Comunicação Social Integrada/Ed. Lidador, 1991.
- NEVES, Delma Pessanha.** *Formas tuteladas de condição camponesa: Colonato e moradia na agroindústria exportadora*. In: NEVES, D. P.; MORAES, M. A., (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*. Vol. 1. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, p. 137-161, 2008.
- PALMEIRA, Moacir.** *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*. *Contraponto*. n. 2, p. 103-114, dez. 1977.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agro-Indústria Pernambucana. In: *Revista de Cultura e Política*, CEDEC v.1, ago, p. 41-55, 1979.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura - Homens, mulheres e capital (1850-1980).* São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. n. 6. São Paulo: Marco Zero, p. 80-120, 1983.

SCOTT, James. Everyday forms of peasant resistance. In *Journal of Peasant Studies*, vol. 13, n. 2, jan., p. 5-35, 1986.

THOMAS, William; ZINANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America.* 5 vol. New York: Octagon Books, 1974 [1918-1920].

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura.* São Paulo: Hucitec/ Instituto Italiano da Cultura/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.

1.7 - Alimentação, Comida e Patrimônios Alimentares: o saber popular nas cozinhas da América Latina e do Caribe

[06.09.2023 Sala/Room 2.3]

Mandioca (*Manihot esculenta* CRANTZ) a Raiz da Resistência no Brasil

Dalila Analy Goes Labor Hennel | Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil | dalilaufpr@gmail.com

Dimas Soares Junior | Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, Brasil | dimasjr@idr.pr.gov.br

A importância da mandioca na cultura nutricional e soberania alimentar dos brasileiros é denotada, por exemplo, por sua citação na Carta de Pero Vaz de Caminha em suas primeiras observações sobre os povos originários do Brasil. De fato, Câmara Cascudo, em seu clássico “A História da Alimentação no Brasil” destacou este cultivo como “A Rainha do Brasil” sendo também reverenciada como “ouro branco” e o “pão do Brasil”. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN catalogou a *Manihot esculenta* CRANTZ como patrimônio imaterial dada sua importância para a comensalidade brasileira. Pretende-se, neste texto, criticar o sentido moderno da colonização no Brasil no que há, atualmente, perda de área destinada ao cultivo da mandioca para monoculturas de grãos orientados à exportação, fato particularmente verdadeiro no segmento da agricultura familiar. Observa-se um genocídio e um epistemicídio - nos termos de Boaventura de Souza Santos - quanto as perdas das tradições de cultivo e comensalidade que se mantém à revelido colonialismo.

MANDIOCA; SISTEMAS AGROALIMENTARES; SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; PATRIMÔNIOS ALIMENTARES; HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

1. Introdução

Ao nos alimentarmos empreendemos o mais necessário dos atos para sobrevivermos e realizamos também uma de nossas maiores vontades. Comer não é apenas um instinto ou uma atitude racional, é um desejo. Em torno da alimentação tecemos saberes e organizamos a cultura. A agricultura em larga escala é fundamental para o conceito moderno de humanidade. E como alerta Boaventura de Souza Santos é preciso que este “conceito universal” não cometa *epistemicídios* (Santos, 1995), mas conceba o *corazonar* para fazer justiça aos saberes envoltos na comensalidade das mais diversas culturas.

Por comensalidade entende-se a ação de comer socialmente e todo ritual em torno da alimentação, bem como o desenvolvimento da produção e origem dos alimentos. Este conceito por si só expõe a força das relações sociais constituídas ao comer. O presente texto buscará articular o arcabouço teórico de Boaventura de Souza Santos para analisar a importância da comensalidade em torno da cultura da mandioca (*Manihot esculenta* CRANTZ)¹ no Brasil.

Analisaremos os censos agropecuários quanto a produção contemporânea da mandioca pela agricultura

¹ Buscando uma maior fluidez no texto se utilizará aqui somente o nome popular.

familiar no Brasil comparando a área colhida deste cultivo - em 2006 e 2017 - observando sua importância relativa frente às culturas do grande agronegócio de commodities. Busca-se analisar de que forma o avanço do capitalismo colonial entra em disputa com o modo de produção familiar dos alimentos e seus impactos na soberania alimentar e nutricional da população. Alinha-se a importância do alimento não apenas de uma perspectiva nutricional como também dos saberes e tradições envolvidos na plantação e preparo da mandioca.

Por fim, por meio das diretrizes da *Food and Agriculture Organization* - FAO e da Lei 11.326 de 24 de junho de 2006, "Lei da Agricultura Familiar" regulamentada pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, observamos a importância no Brasil e no mundo do fortalecimento dos sistemas agroalimentares e a cultura nutricional local alinhando o global ao local. Ressaltando não só o comer como necessidade, mas a comensalidade como importante para as ecologias dos saberes.

No primeiro capítulo discutiremos a partir da literatura sociológica de Boaventura de Souza Santos o conceito de comensalidade, quanto a importância que a alimentação exerce na vida e na cultura com ênfase na história do cultivo de mandioca no Brasil. Veremos a importância deste cultivo que aparece em discursos políticos, na pesquisa de Câmara Cascudo em sua célebre obra "A História da Alimentação no Brasil" (Da Câmara Cascudo, 2017), documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e até na carta de "descobrimento" do Brasil.

No segundo capítulo abordaremos, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a situação contemporânea da área colhida de mandioca no Brasil, com destaque aos números da agricultura familiar. Analisaremos os dados averiguando a importância relativa da agricultura familiar em indicadores como número de estabelecimentos, área colhida, quantidade produzida e produtividade. Também o consumo nacional de mandioca será analisado no horizonte dos anos de 2002, 2008 e 2018.

No terceiro capítulo explanaremos as diretrizes da FAO em consonância com a Lei de Agricultura Familiar no Brasil, aliando aos preceitos globais a cultura nutricional local e seus sistemas agroalimentares. Por fim, concluímos com a importância da defesa da ecologia dos saberes quanto a cultura alimentar e comensalidade.

2. A raiz da resistência

A mandioca similarmente ao inhame (*Dioscorea* spp.) e a batata (*Solanum tuberosum*), se constitui em importante fonte de carboidratos, calorias e nutrientes para populações em diferentes partes do globo. Com o tempo a interação entre as diferentes tecnologias e os modos de cultivo da mandioca aumentaram sua produtividade, circulação, cultivo, preparo, etc. Hoje ela é importante para alimentação local na África e na América Latina e encontra na Ásia produção orientada a exportação. Em um cenário mundial são estes os principais continentes que cultivam a mandioca.

A produção no mundo em 2020, foi de 305.851 mil toneladas segundo a FAO. A Nigéria é líder em quantidade produzida com 60.002 mil toneladas (19,6%), seguida da República Democrática do Congo com 41.014 mil t (13,4%), Tailândia com 28.999 mil t (9,5%), Ghana com 21.812 mil t (7,1%), Indonésia com 18.302 mil t (5,9%) e em 7º lugar o Brasil com 18.205 mil t (5,9% do total). Estes sete principais países

produtores representaram 61,6% da produção mundial em 2020.

No Brasil a presença da mandioca extrapola os hábitos alimentares assumindo valores históricos e culturais, como exemplifica o discurso de saudação da então Presidente da República Dilma Rousseff, por ocasião de abertura dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015, o qual alcançou ampla repercussão nacional, uma vez que colocado em discussão no contexto político polarizado daquele momento:

Eu acredito que é necessário que nós tenhamos muito orgulho da formação histórica deste país, para além do fato que cada povo indígena representa uma cultura especial, nós temos de ter um imenso orgulho de, na composição da nação brasileira, nós sermos uma mistura de várias etnias. E aqui, hoje, nós estamos saudando uma delas: nós estamos saudando a etnia indígena, que trouxe para nós não só [...] o sabor dos nomes que estão em todas as nossas cidades, de fato, mas também eu queria saudar, porque nenhuma civilização nasceu sem ter acesso a uma forma básica de alimentação. E aqui nós temos uma, como também os índios e os indígenas americanos têm a dele, nós temos a mandioca. E aqui nós estamos comungando a mandioca com o milho. E, certamente, nós teremos uma série de outros produtos que foram essenciais para o desenvolvimento de toda a civilização humana ao longo dos séculos. Então, aqui, hoje, eu estou saudando a mandioca. Acho uma das maiores conquistas do Brasil. (Rousseff, 2015, p.1)

Nas redes sociais e nas grandes mídias brasileiras a fala da presidente tornou-se motivo para deboche e descrédito quanto ao conteúdo e validade do pronunciamento. Não foi possível para o senso comum compreender a importância e o contexto da saudação presidencial. Quanto ao contexto, é lamentável que reportagens notáveis sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015 tenham assumido esta tônica. Sobre a importância da mandioca esta é descredibilizada porque a herança cultural dos povos indígenas é tomada por uma ignorância abissal. Naquele contexto de discussão marcado por pretensa ironia e comédia convém ressaltar o que a filósofa brasileira Djamila Ribeiro coloca quanto aos costumes racistas brasileiros:

O que se vê é um humor rasteiro, legitimador de discursos e práticas opressores, que tenta se esconder por trás do riso. Sendo a sociedade racista, o humor será mais um espaço onde esses discursos são reproduzidos. Não há nada de neutro — ao contrário, há uma posição ideológica muito evidente de se continuar perpetuando as opressões. (Ribeiro, 2018 p.14)

A construção dessa narrativa sarcástica em torno da mandioca vem ao encontro do conceito de epistemicídio de Boaventura de Souza Santos, bem como a resistência autóctone no Brasil indica um caminho de superação levando a ecologia dos saberes. É importante notar que discursos dissidentes trarão a seriedade para narrativas com outros parâmetros de linguagem no que importa ser levado a sério e que precisam ser vistos afastados de um fetichismo e próximo a uma noção pós abissal:

Como consequência, um epistemicídio maciço tem vindo a decorrer nos últimos cinco séculos, e uma riqueza imensa de experiências cognitivas tem vindo a ser desperdiçada. Para recuperar algumas destas experiências, a ecologia de saberes recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, estas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor. (Santos, 2010, p. 52)

No Brasil atual a convivência entre os povos originários e em diáspora africana está longe de ser pacífica no que encontra as descendências europeias e não há como ocorrer uma democracia racial no país, mas sim um pacto narcísico da branquitude que outrora nos tempos da escravidão era contratual e hoje persiste nos costumes (Carneiro, 2005). A luta pelo reconhecimento dos saberes desses povos contra o racismo científico é diária, quotidiana.

Os agravos de gênero quanto aos preconceitos não deixam passar incólume mesmo a figura da Presidente da República. Ao falar em uma celebração com os povos indígenas sobre a mandioca, saudando este alimento, tornou-se motivo de risos racistas e machistas. O fato é que a mandioca merece, sim, saudação. Seu maneio e comensalidade são patrimônios históricos do Brasil.

A culinária e linguagem exercem forte fonte de revolução passiva (Gonzales, 1988) e quanto a etimologia da palavra “mandioca” podemos observar que seu nome - como vulga até hoje - tem imbricações entre choques da cultura autóctone com a cultura portuguesa:

MANI-OCA (Casa de Mani): Em tempos idos, apareceu grávida a filha de um chefe selvagem, que residia nas imediações do lugar em que está hoje a cidade de Santarém. O chefe quis punir no autor da desonra de sua filha, a ofensa que sofrera seu orgulho e, para saber quem ele era, empregou debalde rogos, ameaças e por fim castigos severos. Tanto diante dos rogos como diante dos castigos a moça permaneceu inflexível, dizendo que nunca tinha tido relação com homem algum. O chefe tinha deliberado matá-la, quando lhe apareceu em sonho um homem branco, que lhe disse que não matasse a moça, porque ela efetivamente era inocente, e não tinha tido relação com homem. Passados os nove meses, ela deu à luz uma menina lindíssima e branca, causando este último fato a surpresa não só da tribo como das nações vizinhas, que vieram visitar a criança, para ver aquela nova e desconhecida raça. A criança, que teve o nome de Mani e que andava e falava precocemente, morreu ao cabo de um ano, sem ter adoecido e sem dar mostras de dor. Foi enterrada dentro da própria casa, onde era descoberta diariamente, sendo também diariamente regada a sua sepultura, segundo o costume do povo. Ao cabo de algum tempo, brotou da cova uma planta que, por ser inteiramente desconhecida, deixaram de arrancar. Cresceu, floresceu e deu frutos. Os pássaros que comeram os frutos embriagaram-se e este fenômeno, desconhecido dos índios, aumentou-lhes a superstição pela planta. A terra afinal fendeu-se; cavaram-na e julgaram reconhecer no fruto que encontraram o corpo de Mani. Comeram-no e assim aprenderam a usar a mandioca. (Couto de Magalhães, 1935, p. 167-168).

Na ficha de catalogação brasileira das práticas de patrimônio imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a Mandioca, tem em seu título este alimento como modo de consumir e modo de alimentar. Nas descrições da catalogação fica evidente a importância histórica da mandioca para a comensalidade e alimentação no Brasil:

A história da utilização da mandioca está imbricada aos primórdios da história da culinária no Brasil. A utilização da mesma enquanto alimento principal, foi conhecida pelos europeus através dos primeiros habitantes do Brasil, dominando o território em 1500 e ainda hoje mostra-se fundamental para o sustento do país, como atestam os levantamentos realizados no litoral sul de Alagoas. É na casa de farinha o lugar onde tem vez o fabrico da farinha de mandioca e extrai-se a goma ou polvilho, com o qual confecciona-se o beiju ou tapioca e a própria farinha. Trata-se de um espaço com pouco fechamento, coberto com folhas ou telhas comuns. Abriga uma banqueta onde está montado um cevador chamado caetetu. Essa peça, que serve para ralar a mandioca, é movida por um veio (manivela) puxado a mão ou por tração animal e de há muito já existem por meio de complexos maquinismos a vapor e até elétricos nos estados farinheiros de nosso país. Tem também uma peça para enxugar a massa, que se denomina "prensa". Depois da enxugada a massa é retirada da prensa e levada ao forno onde

homens especialistas no assunto, chamados "fornheiros", a cozem ou torrefazem, espalhando-a, para isso, com uma pequena prancheta de madeira a que denominam "coipeba" e mexendo-a com o rodo, peça essa que consiste num semicírculo de madeira adaptado à extremidade de uma vara ordinariamente de pindaíba purunã. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN] 2010, p.39-40)

A história da mandioca no Brasil é documentada na invasão europeia por Pero Vaz de Caminha e nomeada como inhame no que o colonizador reconhece sua importância para os povos que acaba de conhecer. Na carta do "descobrimento do Brasil" ele narra:

"Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos." (Cortesão, 2003, p.12)

Nota-se a base da alimentação indígena e a saúde da população que muito deve-se ao manejo da mandioca mansa como fonte de carboidrato e nutrientes. O já citado historiador Câmara Cascudo descreve assim a sua comensalidade:

A mandioca vivia nos dois elementos inarredáveis da alimentação indígena: - a farinha e os beijos. O primeiro constituía o conduto essencial e principal, acompanhando todas as coisas comíveis, da carne à fruta. O segundo fornecia bebidas, além de ser a primeira matalotagem de jornada, de guerra, caça, pesca, permuta, oferenda aos amigos. [...] Há quase cinco séculos a farinha continua mantendo o prestígio no crédito popular. Essa permanência constituía a imagem da suficiência. Creem-na apta e capaz na exigência da nutrição. Sem ela a refeição estará incompleta e falha. É comida de volume, comida que enche, sacia, faz bucha, satisfaz. Comem-na pura, cessando-a na mão, mastigando a crueira que não pôde ser peneirada. (De Câmara Cascudo, 1983, p.94)

Plantar e produzir alimentos a partir da mandioca é perpetuar um saber ancestral e cultivar uma raiz originária nos solos brasileiros. Sua comensalidade revela um saber que precisa ser reconhecido em toda sua ecologia. Por comensalidade entendemos:

A história do homem se confunde com a história da alimentação. A partilha de alimentos, também denominada comensalidade, é prática característica do Homo sapiens Sapiens, desde os tempos de caça e coleta. Há bem mais de 300 mil anos o domínio do fogo permitiu a cocção dos alimentos, modificando-os do cru ao cozido e dando origem à cozinha, o primeiro laboratório do homem. A modificação do alimento do cru ao cozido foi interpretada por Lévi-Strauss como o processo de passagem do homem da condição biológica para a social. O comportamento alimentar do homem não se diferenciou do biológico apenas pela invenção da cozinha, mas também pela comensalidade, ou seja, pela função social das refeições. A cocção do alimento adquiriu enorme importância nesse plano, por favorecer as interações sociais. (Moreira, 2010, p.01)

Assim, provamos que a saudação a mandioca tem sua validade na realidade brasileira no que concerne a vários aspectos já documentados de sua importância histórica para sobrevivência e cultura da diversidade de povos que habitam o Brasil, sendo essencial o seu cultivo como fonte de carboidratos

sobretudo para as famílias rurais. É mais do que um simples alimento, mas também um modo de organizar a cultura nutricional local que sempre teve êxito na saúde de seus praticantes. O empoderamento quanto a alimentação é substancial para autonomia de um povo.

3. O panorama atual do cultivo da mandioca no Brasil

A produção de mandioca não se dá de forma homogênea por todo território brasileiro, mas está presente por todas as regiões como no Norte e Nordeste - onde há as maiores áreas cultivadas - e no Sul, Centro Oeste e Sudeste - onde há maior produtividade. O beneficiamento da mandioca origina a fécula - preponderante na região Sul, Sudeste e Centro Oeste - e a farinha - maior produção no Norte e Nordeste. (Alves, 2012). Estas são fontes de matéria-prima não apenas para a indústria de alimentos, mas também para as indústrias farmacêutica e de papel e celulose, entre outras. A presença da Agricultura Familiar é marcante em unidades de produção, área colhida, volume produzido e geração de postos de trabalho - isso em todo o país.

Na **Tabela 1** podemos observar o número de estabelecimentos, a quantidade produzida a área colhida e a produtividade (produção por área) da mandioca em valores totais e no segmento da agricultura familiar (AF) por mesorregiões e estados brasileiros, comparados os censos agropecuários de 2006 e 2017. Destaca-se a participação relativa (%) que confirma a expressiva contribuição da agricultura familiar na produção total deste produto nos dois anos considerados.

Em 2017 no Brasil foram 829.062 estabelecimentos da agricultura familiar representando 85,1% do total, os quais produziram 4.562.821 toneladas de mandioca ou 69,6% da quantidade produzida naquele ano, em 564.535 hectares de área cultivada, que significam 76,2% de toda a área dedicada ao cultivo em plano nacional. Assim, como os dados dos censos agropecuários confirmam, a agricultura familiar é majoritariamente responsável pelo cultivo dessa lavoura no país.

Em números absolutos vimos um aumento de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos 10 anos que seguem de 2006 e 2017, mas um decréscimo do percentual que corresponde a agricultura familiar no aumento da produção de mandioca como um todo neste período. Se em 2006 era de 90,6% o número de estabelecimentos em agricultura familiar em relação à agricultura não familiar, no ano de 2017 temos um total de 85,1%. A agricultura familiar perdeu importância relativa no aumento do cultivo de mandioca de 2006 a 2017. Sobretudo nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste em que a proporção da agricultura familiar é bem menor do que a do Norte e Nordeste.

As regiões do Nordeste são expressivas em quantidade de estabelecimentos denotando o caráter descentralizado da produção. Já no Norte há similar quantidade produzida em relação ao Nordeste, mas com número menor de unidades de produção. O Sul e Sudeste tem menor área colhida, mas quantidade produzida muito significativa, denotando maiores ganhos em produtividade.

Observando-se o número de estabelecimentos familiares produtores de mandioca em 2006 por mesorregiões do Brasil nota-se que no Norte esses representavam 94,1% do total, seguido do Nordeste com 91,7%, Sudeste com 83,9%, Sul com 89,8% e Centro Oeste com 80,7%. Já em 2017 nota-se que no Norte os estabelecimentos familiares passam a responder a 89,7% do total, participação que foi reduzida

	N° de estabelecimentos (em 1.000 un.)			Quantidade produzida (em 1.000 T)			Área colhida (em 1.000ha)			Produtividade em 2017 (em t.ha ⁻¹)		N° de estabelecimentos (em 1.000 un.)			Quantidade produzida (em 1.000 T)			Área colhida (em 1.000ha)			Produtividade em 2017 (em t.ha ⁻¹)	
	Total	AF (abs)	AF (%)	Total	AF (abs)	AF (%)	Total	AF (abs)	AF (%)	Total	AF	Total	AF (abs)	AF (%)	Total	AF (abs)	AF (%)	Total	AF (abs)	AF (%)	Total	AF
Brasil	832,19	753,61	90,6	11.912,6	9.906,9	83,2	1.695,6	1.465,0	86,4	7,03	6,76	974,21	829,06	85,1	6.559,3	4.562,8	69,6	740,6	564,5	76,2	8,86	8,08
Norte	124,45	117,05	94,1	3.797,3	3.484,8	91,8	532,8	490,4	92,0	7,13	7,11	223,57	200,47	89,7	1.796,8	1.644,4	91,5	206,5	183,2	88,7	8,70	8,98
Roraima	5,34	4,72	88,3	92,3	85,0	92,1	13,4	12,3	92,1	6,89	6,89	8,49	7,07	83,2	33,6	29,8	88,8	7,2	6,4	88,3	4,66	4,69
Acre	10,98	9,83	89,5	198,1	177,4	89,6	20,3	18,1	89,5	9,77	9,78	19,85	17,81	89,7	206,6	194,1	94,0	10,4	9,7	93,9	19,94	19,96
Amazonas	33,60	32,27	96,0	360,0	342,8	95,2	157,1	151,1	96,2	2,29	2,27	58,10	52,80	90,9	388,9	360,5	92,7	45,3	41,7	92,0	8,59	8,65
Roraima	0,96	0,89	92,7	6,7	6,0	89,9	4,1	3,9	95,2	1,64	1,54	8,17	7,07	86,5	40,0	35,3	88,3	5,5	4,7	86,1	7,28	7,46
Pará	67,46	64,14	95,1	3.075,9	2.818,2	91,6	329,8	298,0	90,4	9,33	9,46	110,00	100,11	91,0	1.041,8	949,5	91,1	124,2	108,8	87,6	8,39	8,73
Amapá	1,11	1,04	93,7	16,2	14,4	88,8	2,6	2,4	93,3	6,30	6,00	4,79	4,17	87,1	36,2	32,8	90,5	5,3	4,6	87,3	6,88	7,14
Tocantins	4,99	4,17	83,4	48,1	41,0	85,2	5,5	4,5	81,7	8,68	9,05	14,18	11,45	80,7	49,6	42,3	85,3	8,7	7,3	83,8	5,73	5,82
Nordeste	396,79	363,86	91,7	3.831,8	3.354,7	87,5	769,7	680,5	88,4	4,98	4,93	388,47	326,54	84,1	1.355,5	1.089,5	80,4	248,0	203,7	82,1	5,47	5,35
Maranhão	78,73	74,23	94,3	1.084,1	967,1	89,2	244,8	217,6	88,9	4,43	4,45	83,19	74,95	90,1	222,1	195,0	87,8	45,1	39,8	88,3	4,93	4,90
Piauí	27,73	25,10	90,5	203,2	182,7	89,9	39,7	35,8	90,0	5,11	5,11	22,79	19,00	83,4	55,7	48,1	86,4	15,9	13,5	85,0	3,51	3,57
Ceará	29,38	26,50	90,2	426,2	349,4	82,0	63,0	52,8	83,8	6,77	6,62	37,10	29,57	79,7	131,4	100,5	76,4	25,7	20,0	77,9	5,12	5,02
Rio Grande do Norte	9,56	8,52	89,1	115,3	84,9	73,6	20,7	15,4	74,4	5,57	5,51	11,17	9,60	85,9	114,7	86,6	75,5	18,2	14,0	77,1	6,32	6,19
Paraíba	21,21	19,38	91,4	92,4	78,8	85,3	19,8	17,7	89,1	4,66	4,46	26,80	21,22	79,2	79,4	64,1	80,7	14,4	11,7	80,9	5,51	5,50
Pernambuco	44,21	40,64	91,9	326,4	296,3	90,8	77,8	70,0	89,9	4,19	4,23	39,11	33,19	84,9	148,1	129,2	87,2	27,2	23,4	85,7	5,44	5,53
Alagoas	23,05	21,74	94,3	494,4	415,8	84,1	52,7	43,6	82,8	9,39	9,53	20,04	17,20	85,8	124,2	98,5	79,3	14,3	11,5	80,6	8,69	8,54
Sergipe	23,34	21,42	91,8	237,8	220,4	92,7	31,0	28,8	93,0	7,68	7,65	22,54	17,78	78,9	82,7	66,2	80,0	10,5	8,4	80,0	7,90	7,90
Bahia	139,60	126,33	90,5	852,1	759,3	89,1	220,2	198,9	90,3	3,87	3,82	125,72	104,08	82,7	397,2	301,3	75,9	76,8	61,5	80,1	5,17	4,90
Sudeste	71,43	59,92	83,9	1.318,2	749,3	56,8	123,8	77,7	62,8	10,65	9,64	99,95	78,98	79,0	968,5	478,4	49,4	94,9	57,5	60,5	10,20	8,32
Minas Gerais	52,16	44,42	85,2	425,9	356,2	83,6	47,5	39,8	83,7	8,96	8,94	70,31	56,14	79,9	283,6	194,1	68,4	34,7	26,0	74,7	8,16	7,48
Espírito Santo	4,04	3,42	84,9	194,0	100,6	51,9	15,0	8,4	56,0	12,93	11,97	7,54	6,13	81,3	71,8	58,6	81,6	7,8	6,3	81,3	9,21	9,24
Rio de Janeiro	6,00	4,88	81,3	66,0	49,2	74,6	8,9	6,6	73,7	7,38	7,47	10,65	7,80	73,2	125,4	85,3	68,1	15,6	9,8	62,9	8,03	8,69
São Paulo	9,24	7,20	78,0	632,3	243,3	38,5	52,3	22,9	43,7	12,09	10,63	11,45	8,92	77,8	487,8	140,5	28,8	36,8	15,4	41,8	13,26	9,14
Sul	214,02	192,19	89,8	2.430,6	1.905,7	78,4	215,8	176,0	81,6	11,26	10,83	221,47	191,20	86,3	1.860,1	1.045,4	56,2	132,0	82,5	62,5	14,10	12,67
Paraná	45,53	39,36	86,4	1.247,1	810,9	65,0	93,5	64,8	69,4	13,34	12,51	51,72	42,05	81,3	1.315,8	554,8	42,2	81,5	38,0	46,7	16,14	14,58
Santa Catarina	30,29	27,60	91,1	597,0	555,1	93,0	35,5	32,0	89,9	16,79	17,38	38,59	32,98	85,5	176,0	154,9	88,0	14,4	12,4	86,0	12,23	12,50
Rio Grande do Sul	138,19	125,24	90,6	586,5	539,7	92,0	86,8	79,2	91,3	6,76	6,81	131,16	116,17	88,6	368,3	335,7	91,2	36,0	32,1	89,0	10,22	10,46
Centro-Oeste	25,50	20,59	80,7	534,7	412,3	77,1	53,5	40,4	75,5	10,00	10,20	40,75	31,88	78,2	578,4	305,2	52,8	59,2	37,7	63,6	9,76	8,10
Mato Grosso do Sul	7,06	5,77	81,7	349,3	269,2	77,1	26,8	20,1	75,0	13,03	13,39	12,33	9,96	80,8	403,1	174,3	43,2	30,2	15,6	51,9	13,36	11,14
Mato Grosso	10,41	8,83	84,8	108,4	93,4	86,1	13,2	11,2	85,0	8,21	8,32	15,35	11,99	78,1	71,0	59,1	83,1	13,2	10,8	81,8	5,39	5,47
Goiás	7,07	5,47	77,4	69,4	46,4	66,9	12,5	8,6	69,1	5,56	5,38	11,72	9,10	77,6	97,0	68,2	70,3	14,7	10,6	72,3	6,60	6,43
Distrito Federal	0,95	0,52	54,5	7,8	3,3	42,9	1,0	0,4	44,9	7,76	7,40	1,35	0,83	61,3	7,2	3,6	49,5	1,2	0,6	52,5	6,10	5,75

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados do IBGE - Censos Agropecuários (IBGE 2023a, IBGE 2023b).

TABELA 1

Número de estabelecimentos produtores, quantidade produzida, área e produtividade da cultura da mandioca, total de estabelecimentos e estabelecimentos familiares (AF), valores absolutos e relativos, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2006 e 2017.

também no Nordeste com 84,1%, Sudeste com 79,0%, Sul com 86,3% e Centro Oeste com 78,2%, confirmando assim uma diminuição da importância relativa da agricultura familiar quanto ao número de estabelecimentos produtores de mandioca.

Quanto a quantidade produzida, observamos em valores absolutos uma redução de 45% de 2006 para 2017 em todo o Brasil. Sendo 11.912,6 toneladas produzidas em 2006 contra apenas 6.559,3 toneladas produzidas em 2017 em todo o país. Apenas na região Centro Oeste houve expansão da quantidade produzida de 534,7 toneladas em 2006 para 578,4 em 2017 – modestos 8%. Na região Norte houve um decréscimo de 53% de quantidade produzida, seguido pela maior contração no Nordeste em 65%, Sudeste com 27% a menos e Sul com decréscimo de 23%.

Pela ótica da área de mandioca em todo Brasil temos uma redução de 56% com 1.695,6 mil hectares colhidos em 2006 frente a 740,6 mil hectares colhidos em 2017. Na região Norte o percentual de diminuição de área colhida foi de 61% de 532,8 mil hectares em 2006 e 206,5 mil hectares em 2017. Na região Nordeste o percentual de redução desta medida foi de 68% de 769,7 mil hectares em 2006 e 248,0 mil hectares em 2017. Na região Sudeste a queda percentual foi de 23% de 123,8 mil hectares para 94,8 mil hectares. Na região Sul a diminuição da área colhida foi de 39% sendo 215,8 mil hectares em 2016 e 132,0 mil hectares em 2017. Por fim, na região Centro Oeste houve um acréscimo de 11% na área colhida sendo 53,5 mil hectares em 2006 e 59,2 mil hectares em 2017.

A Figura 1 apresenta a evolução da área colhida nos dois anos censitários em questão ao nível dos municípios brasileiros, sendo possível visualizar a redução observada conforme discutido acima.

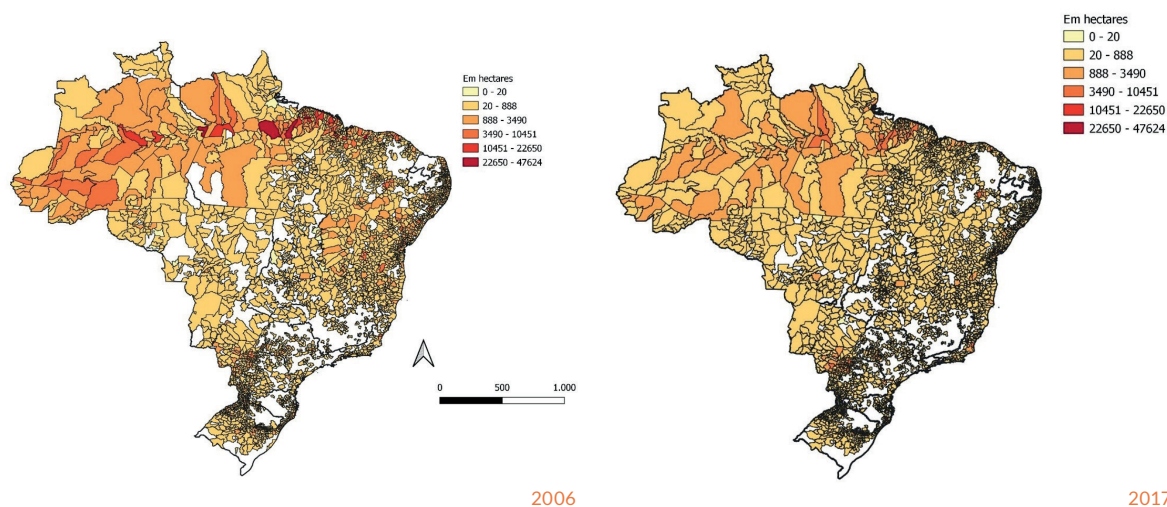


FIGURA 1
Evolução da área colhida de mandioca no Brasil. 2006 e 2017 (em ha).

Quanto a produtividade, calculada a partir da relação da quantidade produzida por área colhida a fim de observar a capacidade de produção em relação ao uso da terra, observamos grande avanço da agricultura familiar de 2006, quando o índice de produtividade era de 6,76 toneladas por hectares ($t \cdot ha^{-1}$), a 2017, quando o índice vai para $8,08 t \cdot ha^{-1}$ – próximo a produtividade geral que é de $8,86 t \cdot ha^{-1}$ em 2017.

Contudo, isso não se dá de forma homogênea por todo território visto que temos regiões como o Nordeste com 5,35 t.ha⁻¹ em 2017 e o Sul com 12,67 t.ha⁻¹ no mesmo ano. No mesmo período temos o Norte com 8,98 t.ha⁻¹, Sudeste com 8,32 t.ha⁻¹, Centro Oeste com 8,10 t.ha⁻¹ – próximos a média nacional.

Esta produtividade heterogênea torna-se ainda mais complexa quando analisados os custos referentes à cadeia produtiva, como por exemplo o custo de transporte rodoviário no Brasil e seus componentes, como o preço do combustível, condições das estradas e impostos. Não existe uma perfeita mobilidade da produção de uma região a outra do país de modo que os ganhos em produtividade de uma localidade não compensam a queda de produção em região distante, pois os ganhos dessa produtividade não são bem distribuídos.

Outro aspecto importante, dessa vez pela ótica da demanda, é o consumo *per capita* das famílias e a utilização da mandioca *in natura* ou processada em farinha nas dietas alimentares. A redução nesse consumo foi significativa em decorrência das mudanças na alimentação brasileira ao longo das últimas décadas. Na história contemporânea, em 1970, o avanço da urbanização e uma política de subsídios e incentivo à cultura do trigo redundou na substituição da mandioca por aquele cereal sobretudo nas áreas urbanas. Na Tabela 2 podemos analisar essa redução do consumo da mandioca, constatado também em áreas rurais:

Brasil e Grandes Regiões	Anos	Total		Urbana		Rural	
		Mandioca	Farinha de mandioca	Mandioca	Farinha de mandioca	Mandioca	Farinha de mandioca
BRASIL	2002	2,265	7,766	1,245	5,095	7,226	20,755
	2008	1,766	5,330	1,326	3,557	3,911	13,974
	2018	1,319	2,332	1,078	1,818	2,717	5,304
Norte	2002	3,450	33,827	0,989	23,103	10,487	64,505
	2008	2,784	23,537	0,836	17,005	7,831	40,453
	2018	0,751	10,790	0,513	8,976	1,513	16,596
Nordeste	2002	1,548	15,333	1,328	11,037	2,103	26,160
	2008	1,352	9,674	1,417	6,911	1,185	16,790
	2018	1,503	3,868	1,552	3,365	1,366	5,247
Sudeste	2002	1,645	1,427	0,945	1,349	8,911	2,237
	2008	0,989	1,173	0,923	0,995	1,685	3,034
	2018	0,860	0,587	0,791	0,525	1,850	1,474
Sul	2002	4,916	1,040	2,157	0,772	18,244	2,336
	2008	4,120	0,812	2,513	0,810	12,576	0,823
	2018	2,347	0,409	1,222	0,360	9,632	0,728
Centro-Oeste	2002	2,010	1,359	1,297	1,149	7,188	2,886
	2008	2,031	1,286	1,641	1,222	4,761	1,732
	2018	1,917	0,595	1,618	0,571	4,732	0,816

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2023c)

TABELA 2

Aquisição alimentar domiciliar per capita anual de mandioca e farinha de mandioca por situação domiciliar. Brasil e Grandes Regiões. 2002, 2008 e 2018 (em kg).

No Brasil, em 2002, a aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de mandioca foi de 2,265 quilos em geral sendo 1,245 quilos em áreas urbanas e 7,226 quilos em área rural. Quanto a farinha de mandioca no país neste período foram 7,766 no total, 5,095 em áreas urbanas e 20,755 em áreas rurais. Já em 2018 o total consumido de mandioca no Brasil é de 1,319 e de farinha foi de 2,332. Na área urbana nesta região e neste período temos 1,078 quilos per capita de consumo de mandioca e 1,818 de farinha de mandioca. Na área rural com os mesmos parâmetros temos o consumo de 2,717 quilos de mandioca e 5,304 quilos de farinha de mandioca

Observamos que a região Norte e Nordeste é, sem dúvida, a principal consumidora por aquisição domiciliar per capita anual de mandioca e, principalmente, farinha de mandioca. É o cultivo a moda destas localidades pela agricultura familiar que inspirou o IPHAN a declarar a mandioca como patrimônio imaterial do Brasil. Observamos expressiva queda no consumo deste produto mesmo nessas regiões se comparado 2002 a 2018 – mesmo no meio rural. É o campo quem mais consome a mandioca para alimentação como sua cultura nutricional local em que o cultivo é importante fonte de carboidrato e nutrientes.

É necessário saber se houve uma mudança cultural e uma substituição da farinha de mandioca por outro gênero alimentar ou ainda se esta diminuição é sinal de más condições alimentares, falta de soberania alimentar, ou seja, se pode haver fome onde o consumo de mandioca caiu. A região Norte e Nordeste é, justamente, duramente afetada pela fome no país.

Sabemos que o Brasil avançou muito de 2002 em diante no combate a fome saindo do mapa da fome da ONU em 2014. Mas retrocessos em ações do Estado para impulsionar a produção da agricultura familiar destinando aos mais necessitados fez com que o país logo retornasse ao triste mapa da fome novamente.

4. A lei da agricultura familiar no brasil e sua consonância com a *food and agriculture organization* - FAO

Como apresentado na Tabela 1 acima, a participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos produtores, área colhida e volume produzido de mandioca no Brasil, em todos os três quesitos superior a ½, justifica examinar nesse tópico aspectos específicos da organização e das políticas públicas voltadas a esse público no contexto brasileiro e internacional.

Assi, cabe observar desse modo que a luta por direito a terra no Brasil tornou-se violenta depois da colonização e quilombos, reservas indígenas e mesmo pequenas famílias produtoras ruais – organizadas ou não pelo Movimento de Trabalhadores Sem-Terra MST - vivem até hoje em um contexto de insegurança jurídica e até mesmo conflitos armados. A queda da ditadura militar brasileira que ocorreu de 1964 até 1985, a luta civil pela redemocratização, são um marco recente quanto as políticas públicas nacionais: a formação do Estado Brasileiro e a maneira como este atende as demandas civis pelos ritos democráticos.

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 muitas ações de base foram acolhidas pelo Estado para mitigar os problemas da reforma agrária nunca realizada no Brasil. Fruto destas demandas civis surge a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006a). Esta pretende categorizar a fim de dispor diversas políticas públicas, como linhas de financiamentos dirigidas

a esta categoria. Isto traz maior empenho na regularização de terras, segurança jurídica, e melhorias na vida com infraestrutura e financiamento promovidos pelo Estado. Complementarmente, estas conquistas foram reforçadas no contexto da LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional instaurando importante marco na busca de garantia desses direitos básicos e estabelecendo o SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006b).

No cenário internacional a FAO avalia que a defesa dos sistemas agroalimentares e a cultura nutricional local é a melhor forma de garantir o alimento no mundo. Em 1996, a FAO realiza a Conferência Mundial de Alimentação sugerindo a necessidade de políticas específicas de combate à fome. No Brasil esta ação repercute em como o Estado lidará com o problema da fome que é também uma questão de saúde pública. De início, estas ações foram tratadas em conjunto com o Sistema Único de Saúde – SUS até ganhar espaço específico de ações pela conquista da LOSAN.

Em 1996 no Brasil também é decretado o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que traz diretrizes que ligam a produção de alimentos pelo modo da agricultura familiar à segurança e seguridade alimentar da nação. Este Programa foi fortalecido e seguiu importantes caminhos de ações efetivas como descreve-se a seguir:

Quanto ao fortalecimento da Agricultura Familiar, é relevante a instituição do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 que contou com melhorias como a Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002 inserindo fontes de investimento dos Fundos Constitucionais para redução das assimetrias regionais no país (DE CONTI, B. M; ROITMAN, F. B.2011). Á partir de então, o programa ampliou o cadastro dos produtores da Agricultura Familiar à fim de garantir-lhes um sistema de fortalecimento técnico dos manejos, linhas de créditos a juros coerentes via BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em investimentos produtivos, segurança quanto calamidades climáticas como a seca, incentivo à produção de matéria prima para energias biorrenováveis, turismo rural, planta medicinais, seguridade para equilíbrio da extração de produtos da biodiversidade e garantia de preços mínimos para estes bens entre outras linhas. (Hennel, 2022, p.12)

Toda esta organização do Estado reconhecendo institucionalmente o papel da agricultura familiar e sua relação com a produção de alimentos no cenário doméstico, sobretudo a Lei da Agricultura Familiar, estabelece um novo patamar histórico para garantir este modo de vida e a cultura nutricional local, a comensalidade. Contudo, permanece a dificuldade em alinhar os interesses do agronegócio com os da agricultura familiar quanto aos usos da terra no Brasil.

Em 2005 há um documento chamado “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil” do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que torna institucional a abordagem do Desenvolvimento Local norteando as políticas públicas para o setor agrário e definindo um papel para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Tenta-se, desta forma, estruturar políticas públicas que garantam a sustentabilidade da demanda interna por alimentos e o bem viver das famílias no campo.

O objetivo é alcançar as métricas para o desenvolvimento rural sustentável promulgando o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios (PRONAT) que gera Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) que visa os Territórios da Cidadania. Assim desenha-se políticas públicas estatais para alcançar os objetivos impostos pela teoria do Desenvolvimento local alinhada - no contexto dos debates globais – as ações da nação, estado e municípios brasileiros estimulando a sociedade civil no entrosamento

destas políticas públicas.

Observamos na cultura da mandioca uma redução da área colhida que repercute na quantidade produzida deste cultivo, ou seja, uma menor produção por menor uso da terra para este cultivo que não é compensado pela produtividade. A sustentabilidade dos modos de produção também é discutível uma vez que a mandioca é uma espécie originária que em agricultura familiar convive com a biodiversidade em harmonia. Ou seja, temos com a agricultura familiar a garantia de manejos harmônicos com sistemas florestais ao contrário da monocultura do agribussines.

É importante que conhecimentos tecnológicos como os advindos da revolução verde tenham convívio harmônico e entrosado com os sistemas familiares de cultivo a fim de garantir produtividade e sustentabilidade. Apenas ganhos em produtividade não garante alimentação de todos porque esta se dá de forma heterogênea não chegando alimento a todas as regiões. Cada região deve ter seu sistema de plantio concomitante aos saberes tecnológicos que lhe tragam ganhos produtivos sem desigualdades regionais. Sem contar a importância do entrosamento destas tecnologias afim de mitigar riscos ambientais e preservar sistemas florestais.

É crescente a preocupação mundial em torno de riscos ambientais como o aquecimento global e da garantia de alimentos para todos e políticas públicas de defesa das terras de cultivos originários geram ganhos quanto as duas questões, pois há modos de produção integradas a mata nativa que historicamente alimentam a população local sem nunca antes gerar desequilíbrio ambiental. Um equilíbrio entre o agronegócio e a agricultura familiar local é desejável e pode partir por parte do Estado como mediador dos interesses da sociedade civil.

Uma sinergia maior entre os produtores e produtoras familiares de mandioca e farinha de mandioca através de cooperativas pode ser uma forma de modernizar e dar sintonia aos interesses dos produtores e produtoras deste cultivo garantindo equilíbrio na produção, a manutenção e/ou aumento da área colhida.

Já quanto ao amido², especificamente e em maior produção no Sul do país, contamos com a Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca - ABAM. Região brasileira na qual o sistema cooperativista também é mais preponderante entre os produtores e produtoras rurais. Mas como vimos o Norte e Nordeste é que são principais produtores e consumidores da mandioca como alimento em suas casas e guardam comensalidades ancestrais em torno deste cultivo.

Políticas públicas específicas para produtores familiares de mandioca de todo Brasil, sobretudo da região Norte e Nordeste, mas em sinergia com todos estados da região, são importantes para manter a importância que este setor tem frente aos desafios atuais. Ações como fundos de investimento e linhas de crédito - alinhando saberes ancestrais as tecnologias de ponta - envolvendo empresas de empreendimento no campo como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA a tratar do cultivo da mandioca e suas melhorias são possíveis e necessário.

Outro aspecto importante é a diferença entre segurança alimentar e seguridade alimentar. Até então

² O amido quando extraído das plantas, sem alteração, denomina-se nativo, tendo aplicação em mais de 800 produtos, em diversos setores como indústria têxtil, de papel, farmacêutica, siderúrgica e plástica, além da alimentícia. A produção de amidos modificados é uma alternativa que vem sendo desenvolvida com o objetivo de superar uma ou mais limitações dos amidos nativos e assim aumentar a utilidade deste polímero nas aplicações industriais (APLEVICZ; DEMIATTE, 2007)

abordamos o ponto da seguridade alimentar no tocante a alimentação digna para toda a população, ou seja, todas as pessoas terem acesso a comida. Mas outros pontos importantes também são a segurança alimentar, na perspectiva de “...práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006b), bem como quanto à qualidade dos gêneros alimentícios frente a segurança sanitária. Garantia de que o bem alimentício comercializado não causará doenças.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu em 2017 o *Foodborne Disease Burden Epidemiology Reference Group* (FERG) com foco em controlar a qualidade dos alimentos para evitar epidemias ou mesmo pandemias. A Economia da Segurança Alimentar é um novo ramo que com métodos próprios mensura a alimentação saudável e os custos de falhas relacionadas para toda sociedade (Focker, Fels-Klerx; 2020).

Mais do que garantir a propriedades organolépticas dos alimentos e mesmo a saúde, o novo ramo propõe paradoxos ao tratar o alimento como um bem com particularidades no contexto da globalização. Isso significa que ganhos de escopo e de escala usuais do capitalismo monopolista aqui podem gerar perda da qualidade do bem transacionado. Como nos alimentamos de produtos orgânicos em boa parte de nossa nutrição a logística e preparação exigem saneamento que contribui para o êxito em pequenas produções locais.

Políticas públicas de proteção a comensalidade também preservam saberes ancestrais sobre a saúde do alimento, ou seja, aprendizados da cultura humana por meio de mitos e tabus muitas vezes expressam saberes sobre prevenções a doenças então seguido os conhecimentos na produção, transação e consumo dos alimentos. O respeito e boa condição da alimentação da população em contexto local pode ser importante para prevenir pandemias em contexto global.

No cenário macroeconômico é preciso atenção entre um Brasil de vocação agrária e outro que tenta se industrializar e inovar em ciência e tecnologia. A economia heterodoxa encabeçada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL inovou com modelos críticos aos da vocação agrária como ideais para a região atentando para o desemprego e desequilíbrio na balança comercial que gera a economia encabeçada apenas aos interesses do agronegócio. Este é um debate ainda em aberto que precisa de vigor nos tempos atuais.

5. Conclusão

Observamos a importância histórica da mandioca como a raiz da resistência no Brasil pelo seu cultivo sustentar as populações autóctones da região antes mesmo das invasões europeias mudarem radicalmente o estilo de vida nas Américas. As populações aqui presentes desde antes deste fato tinham boa qualidade alimentar e nutricional tendo a mandioca como fonte de carboidrato e nutrientes garantindo boa condição de saúde.

O intercâmbio cultural entre os povos originários e os invasores quanto ao cultivo de mandioca é tão significativo que a etimologia da palavra mandioca remota a interação entre os povos europeus, brancos, e os povos originários. Ainda hoje esta relação é subestimada e marcada pelo racismo no que observamos ser motivo de chacota uma presidente da república brasileira saudar a mandioca num evento internacional

de povos originários sediados no Brasil.

Considerando que a mandioca é também um patrimônio histórico e cultural relevante é considerar a importância de sua comensalidade no bem viver sobretudo das famílias agrícolas brasileiras. Comemos como ato cultural envolto em desejo e relações sociais e as tradições que envolvem este ato sustentam nossa humanidade. Incorre, portanto, em um epistemicídio esta ignorância sobre a importância da mandioca no Brasil para a comensalidade, saúde e nutrição da população.

Os censos agropecuários dos últimos anos mostram uma redução significativa em produção e área colhida de mandioca no Brasil. Em partes este efeito pode se dar pelo consumo de bens substitutos como derivados do trigo - sobretudo conforme cresce a urbanização. Contudo, regiões do campo onde predomina a fome também tem avassaladora diminuição de área colhida e quantidade produzida de mandioca - sobretudo no Norte e Nordeste onde a comensalidade em torno da mandioca é tradicional e este alimento é base de carboidrato e nutrientes.

Nas regiões Sul e Sudeste há ganhos em produtividade que compensam parte da redução da área colhida quanto a quantidade produzida no cultivo da mandioca. Porém, estes ganhos sendo heterogêneos - concentrados nestas localidades - não garantem a segurança alimentar de toda a nação. O custo de transporte torna inviável uma distribuição das regiões mais produtivas para as regiões menos produtivas. Sem contar justo o respeito as tradições e comensalidade de cada localidade.

Um cenário que defenda apenas o agronegócio como uma vocação agrária de vantagens comparativas nunca alocou recursos e fechou a balança comercial de forma vantajosa aos países da América Latina e Caribe e modelos macroeconômicos de desenvolvimento social alternativos a estas premissas são fundamentais para melhor alocação de recursos e inovação econômica e social.

Aspecto importante é a substituição de área cultivada de alimentos da demanda interna, como a mandioca, por *commodities* orientadas ao agronegócio e as exportações. O aumento de área dedicada à soja reduz violentamente espaços da agricultura familiar na plantação de mandioca e outros gêneros alimentícios da demanda interna da população brasileira. Riscos ambientais também estão associados ao modelo de agronegócio em detrimento a agricultura familiar com interação do manejo junto a floresta remanescente.

Este cenário atenta para uma organização da produção agrícola brasileira que retome a harmonia com órgãos internacionais como a FAO quanto aos sistemas agroalimentares e cultura nutricional local. Ou seja, políticas públicas de proteção a produção local de alimentos devem ser preservadas em detrimento a um avanço descoordenado do agronegócio. Políticas públicas de combate a fome devem existir em robustez e por esta perspectiva.

Quanto a mandioca, é preciso alinhar de forma geral em todo o país os interesses destes agricultores, sobretudo em regime da agricultura familiar, para que possam ter suas demandas coordenadas frente ao Estado. Para isso o próprio Estado pode incentivar seminários sobre o tema com incentivo para sinergia de conhecimentos entre toda a nação, investimento em linhas de crédito, tecnificação e conhecimento alinhando tradição a inovação em ganhos de produtividade do setor - sobretudo onde é mais intenso em terra e mão de obra, ou seja, no Norte e Nordeste.

É preciso respeitar a comensalidade e alinhar as inovações as tradições, sobretudo quanto a bens que combatem a fome e são raízes de resistência a inúmeras violências e riscos ambientais. Essa revisão da história e apresentação dos censos agropecuários atuais tem o intento de estimular políticas públicas em favor da agricultura familiar do cultivo de mandioca como agente local de combate a fome mesmo em âmbito global. Atenta-se para as ecologias dos saberes envolvidos na comensalidade de uma população abrangendo mesmo conhecimentos culturais sobre a alimentação capazes de prevenir doenças e pandemias.

Bibliografia

Abramovay, Ricardo; Camarano, Ana Amélia. (1999) Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. 1999 Texto Para Discussão N° 621 IPEA Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651>. Acesso em 28 mar.2023

Abrandh - Ação Brasileira Pela Nutrição e Direitos Humanos. (2013) O Direito Humano À Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Disponível em <http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf> Acesso em 28 mar. 2022.

Aplevicz, K. S., & Demiate, I. M. (2007). Caracterização de amidos de mandioca nativos e modificados e utilização em produtos panificados. *Food Science and Technology*, 27, 478-484.

Alves, Admar Bezerra. (2012) Análise do desempenho de cadeias produtivas agroindustriais da mandioca: estudo de caso das principais regiões de produção do Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61141>. Acesso em: 04 jan. 2023.

Alves, K, P DE SOUZA ; Constante, J. Patricia.(2014) A Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 19, p. 4331-4340, 2014

Brait, Beth (2009) A Palavra mandioca do verbal ao verbo-visual. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.142-160, 1o sem. 2009

Brasil (2006a), Lei No 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 12 abril de 2023.

Brasil (2006b), Lei No 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em 12 abril de 2023.

Biblioteca da Presidência da República. (2015). Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante solenidade de lançamento dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e abertura do Congresso Técnico - Brasília/DF Autor Dilma Rousseff. Recuperado de 23-06-2015 - Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante solenidade de lançamento dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e abertura do Congresso Técnico - Brasília/DF — Biblioteca (presidencia.gov.br)

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Circular SUP/ADIG N° 14/2019-BNDES. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/f6af40bd-9022-4d5c-82ed-e03cf5557596/19Cir14+BNDES+Finame+-+Converg%C3%Aancia+Online.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mChSFPP> Acesso em 28 mar. 2022.

Borges, Camila Aparecida; GABE, Kamila Tiemann; CANELLA, Daniela Silva; JAIME, Patricia Constante. (2022) Caracterização das barreiras e facilitadores para alimentação adequada e saudável no ambiente alimentar do consumidor. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, Sup 1: e00157020, 2022.

Borsoi, Tales Neri. (2019) Diagnóstico da cadeia produtiva da mandioca no município de Campos dos Goytacazes-RJ sob a ótica de fatores socioeconômicos, tecnológicos e comerciais. 2019. Tese (Doutorado em Produção Vegetal), Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Campos Dos Goytacazes- RJ, 2019. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/producao-vegetal/wp-content/uploads/sites/10/2019/07/Tese-completa-pdf.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

Cardoso, Carlos Estevão Leite. (2003) Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil. Piracicaba/SP, 2003.

Cardoso, Carlos Estevão Leite; DA SILVA Souza, José. (1999) Aspectos agro econômicos da cultura da mandioca: potencialidades e limitações. Embrapa Mandioca e Fruticultura, 1999.

Carneiro, A. S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Carvalho, Paulo Cezar Lemos de. Classificação Botânica. (2006) In: _____. Mandioca: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 16-23.

Cascudo, Câmara. (1983) História da alimentação no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1983. (Volume I e II).

Castro, Josué. (2008) Geografia Da Fome: O Dilema Brasileiro - Pão Ou Aço 20 ed. Rio de Janeiro de (2008). Civilização Brasileira.

Coimbra, Tomás Sasseti. (2014) Mandioca. A cultura, a sua análise económica e a respectiva cadeia produtiva no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical e Desenvolvimento sustentável). Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6789>, Acesso em 04 jan. 2023.

Cortesão, J. (2003) Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil. Texto integral. São Paulo: Martin Claret

Couto De Magalhães, José Vieira. (1876) O Selvagem. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional (BPB, ser. 5, Brasiliana 3) 1935, p. 166. [1ª. ed. 1876].

Da Câmara Cascudo, L. (2017). História da alimentação no Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda.

De Conti, B. M; Roitman, F. B. "Pronaf: Uma Análise Da Evolução Das Fontes De Recursos Utilizadas No Programa." Revista do BNDES 35, junho 2011. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3364/1/RB%2035%20Pronaf_uma%20an%C3%A1lise%20da%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20fontes%20de%20recursos_P.pdf Acesso em 08 de abr de 2022.

FAO - Food And Agriculture Organization. (2013) Save and Grow: Cassava a guide to sustainable production intensification. Plant Production and Protection Division, Roma: Recuperado de: <https://www.fao.org/3/i3278e/i3278e00.pdf>.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations 2019. (2019) The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction. Disponível em <https://www.fao.org/state-of-food-agriculture/2019/en> Acesso em 28 mar 2022.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations 2019. (2019) O Estado Da Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil. Um Retrato Multidimensional. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/334.pdf>> Acesso em 07 abr 2022.

FAOSTAT. Food and Agriculture Organization of the United Nations (2023). Cultivos y productos de ganadería. Recuperado de: <https://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL>.

Felipe, Fábio Isaias; ALVES, Lucílio Rogério Aparecido; CAMARGO Samira Gaiad Cibim de; (2010) Panorama e perspectivas para a indústria de fécula de mandioca no Brasil. RAT Raízes e Amidos Tropicais, v. 6, p. 134-146, 2010. Disponível em: <https://>

www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/panorama-e-perspectivas-para-a-industria-de-fecula-de-mandioca-no-brasil.aspx, Acesso em: 04 jan. 2023.

Felipe, Fábio Isaías. (2015) Determinantes das estruturas de governança das fecularias na compra de mandioca no estado do Paraná. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, São Carlos – SP, 2015.

Focker, Marlous; FELS-KLERX, HJ Van der. (2020) Economics applied to food safety. Elsevier Current Opinion in Food Science, v. 36, December 2020, p. 18-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cofs.2020.10.018>. Acesso em: 27 fev. 2023

Fukuda, W.M.G.;Porto, M.C.M. (1991). A mandioca no Brasil . In: Hershey, C.H. (ed.). Mejoramiento genético de la yuca en América Latina . Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), Cali, CO. p. 15-42. (Publicación CIAT no. 82)

Gonzalez, Lélia. (1988) A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N° 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6409966/mod_resource/content/2/2.%20Lelia%20Gonzalez_A%20categoria%20pol%C3%ADtico-cultural%20de%20amefricanidade.pdf Último Acesso em 08 de maio de 2023.

Gonzalez, Lélia. (1984) Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

Guimarães, Denílson Lopes Ferreira; SILVA, Romário Nunes da; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva; ANDRADE, Luciano Pires de. (2022) Cadeia produtiva da mandioca no território brasileiro inovações e tecnologias uma revisão sistemática da literatura: uma revisão sistemática da literatura. Diversitas Journal, v. 7, n. 1, p. 17-25, 2022. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2009. Acesso em: 04 jan. 2023.

Hennel, Dalila Analy Goes Labor. (2022) Programa Leite Das Crianças Do Estado Do Paraná: A Urgência Das Políticas Públicas Como Instrumento De Combate À Fome E Mortalidade Infantil.. In: Anais do 60° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Natal(RN) UFRN, Recuperado de <https://www.even3.com.br/anais/sober2022/486606-programa-leite-das-criancas-do-estado-do-parana--a-urgencia-das-politicas-publicas-como-instrumento-de-combate-a/>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2006) Censo Agropecuário 2006. IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2017) Censo Agropecuário 2017. IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021) Produção Agropecuária Municipal 2021. IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2010). Ficha de Catalogação das Práticas – Patrimônio Imaterial. Título da ação: Mandioca Recuperado de [https:// portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/002%20Mandioca.pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/002%20Mandioca.pdf)

Jaime, Patrícia Constante; Delmuè, Denise Costa Coitinho; CAMPELLO, Tereza; SILVA, Denise Oliveira e; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. (2018) Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6. p. 1829-1836, 2018.

Jaime, P C; Bandoni, D. Henrique. (2014) Políticas e programas de alimentação e nutrição no Brasil: cenário atual. In: Marly A. Cardoso. (Org.). Nutrição em Saúde Coletiva. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2014, v. 1, p. 247-257.

- Jaime, P. C.** Exclusão social, fome e desnutrição. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 20, n.7, p. 228-229, 1996
- Jaime, Patrícia Constante.** (2019) Políticas públicas de alimentação e nutrição. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019. 256p
- Krenak, Ailton.** (2019) Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019
- Malta, Deborah Carvalho ; Reis, A. A. C. ; Jaime, P.C. ; Morais Neto, O. L. ; Silva, M. M. A. ; Akerman, Marco .**(2018) O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 23, p. 1799-1809, 2018.
- Matsuura, Fernando C. A. U; Folegatti, Marília I. S.; Sarmiento, Silene B. S.** (2003) Processo de Produção. In: EMBRAPA. Iniciando um pequeno grande negócio agroindustrial: processamento da mandioca. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 13-49.
- Moreira, Sueli Aparecida.** (2010) Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. *São Paulo*, v. 62, n. 4. Recuperado de: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400009
- Oliveira Junior, Osmar de Paula; WANDER, Alcido Elenor.** (2020) Descrição da cadeia produtiva da mandioca da região do Vale Do Araguaia (Goiás, Brasil). *Revista GeoNordeste*, n. 1, p. 73-92, 2020
- Oliveira, N. R. F. ; Jaime, P. C.** (2016) O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. *Saúde e Sociedade (Online)*, v. 25, p. 1108-1121, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rxSMnh5fj88TJTv67XDpHvN/abstract/?lang=pt> Acesso em 13 mar. 2022
- Otsubo, Auro Akio; Lorenzi, José Osmar.** (2002) Cultivo da mandioca na região Centro-Sul do Brasil. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2002.
- Padawer, Ana.** (2023) El ordenamiento humano del ambiente en el cultivo de mandioca: articulación de conocimientos en la selva paranaense. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 55, n. 1, p. 267-298, Enero-Junio del 2019. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/117603>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- Piacenti, Carlos Alberto; Ferrera De Lima, Jandir; Eberhardt, Paulo Henrique de Cezaro.** (2016) Economia e desenvolvimento regional. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016.
- Pigatto, Giuliana Aparecida Santini; Pigatto, Gessuir; Smith, Lourenzani; Bressan Ana Elisa; Lourenzani, Wagner Luiz.** (2015) Comercialização de mandioca no estado de São Paulo-Brasil: sistemas de produção e custos de transação. *Agroalimentaria*, v. 21, n. 40, enero-junio, 2015, p. 153-173. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/172034>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- Ponce, Talita Pijus; Ribeiro, Marina Ronchesel; Telles, Tiago Santos.** (2020) Dinâmica espacial da produção de mandioca no Paraná, Brasil. *Confins-Revue Franco-Brésilienne de Géographie*, v. 48, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/34307>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- Pronça, Genilso Gomes de; Schmidt, Carla Adriana Pizarro; SANTOS, José Airton Azevedo dos.** (2017) Construção de modelos estatísticos baseados na avaliação de séries temporais históricas da cultura da mandioca no Brasil. *Agroalimentaria*, v. 23, n. 45, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199255867008>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- Ribeiro, Djamilia** (2018). Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: [s.n.] OCLC 1046668658
- Santos, Boaventura de Sousa.** Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition. New York, London: Routledge, 1995
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula** (2010) [orgs.]. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez
- Santos, Boa Ventura de Souza** (2002) (Org.) Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

SEAB-PR Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná. (2023) Compra Direta Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Compra-Direta-Parana>. Último Acesso em 08 mar.2023.

SEAB-PR Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná. (2022) Prognóstico Agropecuário da Mandioca 2021/2022. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-01/vol_13_n_34_2021_prognostico_agropecuaria_mandioca_0.pdf Último Acesso em 08 mar.2023

Silva, Joelma Boaventura da; Mello, Ivan Maia de. (2020) As três ecologias da mandioca: abordagem complexa em aspectos econômicos, socioculturais e ecológicos. In: SILVA FILHO, Antônio Vieira da, *et al.* (orgs.). Ensaio interdisciplinares em humanidades. v. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 70-98.

Souza, Emanuel; Kalid, Ricardo; (2022) Transferência de tecnologia no cultivo de mandioca – o caso do Projeto Reniva. Interações, Campo Grande-MS, v. 23, n. 2, p. 423-439, abr./jun. 2022. Disponível em <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3017>. Acesso em 04 jan. 2023.

Souza, Laercio Duarte; Souza, Luciano da Silva. (2006) Clima e Solo. In: EMBRAPA. Mandioca: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 26-34.

Gastronomia chica doida, patrimônio cultural e imaterial de Goiás/Brasil

Ana Barbara Fernandes | Universidade Estadual de Goiás, Brasil | anabarbarafernandes@hotmail.com

Camilla Alonso Lôbo Rosa | Universidade Estadual de Goiás, Brasil | camillalobo@ueg.br

Edevaldo Aparecido Souza | Universidade Estadual de Goiás, Brasil | ediueg@gmail.com

Marcos Roberto Pisarski Junior | Universidade Estadual de Goiás, Brasil | marcos.pisarski@gmail.com

Jean Carlos Vieira Santos | Universidade Estadual de Goiás, Brasil | jean.vieira@ueg.br

Este artigo visa compreender a construção de um atrativo em uma localidade de baixa densidade turística, especificamente a partir da gastronomia Chica Doida, patrimônio cultural imaterial de Quirinópolis, Goiás, Brasil. Pretende-se trazer um olhar teórico para decifrar as (re)significações adquiridas pelo atrativo turístico na conjuntura atual, em um entrecruzamento de diferentes temporalidades e espacialidades. A pesquisa se inicia por uma complexa discussão para, a posteriori, entender os conceitos de patrimônio cultural imaterial e gastronomia, associados ao contexto geográfico da categoria lugar. Assim, pode-se afirmar que o referido trabalho utilizará os métodos analítico, de interpretação e estudo de caso. Entre os principais resultados, entendem-se o lugar da gastronomia Chica Doida, a história da receita de milho e sua importância para promover o turismo local. Por fim, ressalta-se que esta investigação científica corresponde a reflexões de uma dissertação de mestrado em andamento.

COZINHA; ATRATIVO; LUGAR; REGIÃO; PAISAGEM RURAL

1. Introdução

O ser humano cria seus mundos, identidades, pertencimentos e relações com o outro, em que os universos elaborados nesse contexto interagem com os próprios criadores e outras experiências. Diante disso, o cotidiano se torna o lugar de múltiplas relações e, por meio dele, histórias ganham sentidos e se tornam concretas, ao desenvolverem atrativos em paisagens que não são turísticas, pois outras atividades econômicas são consideradas mais relevantes do que o turismo e seus segmentos.

Desse modo, o presente artigo¹ busca compreender a construção de determinado atrativo em um lugar de baixa densidade turística, especificamente a partir da gastronomia Chica Doida, patrimônio cultural imaterial da cidade de Quirinópolis, localizada no estado de Goiás, Brasil. Este trabalho visa trazer um olhar teórico para decifrar as (re)significações adquiridas pelo atrativo turístico na conjuntura atual, em um entrecruzamento de diferentes temporalidades e espacialidades.

Sabe-se que, em alguns lugares, a capacidade de criação proporciona sentido e ordenação à vida das pessoas; assim, elas (re)elaboram o próprio dia a dia, transformam o passado, (re)inventam o presente e projetam o desenvolvimento local por meio de arranjos, sensibilizações e capacidade de envolvimento. Nesse ínterim é demonstrado que a cultura corresponde à “soma dos comportamentos, dos saberes, das

¹ A produção deste artigo teve o apoio financeiro CAPES/PDGPG AUXPE 1938/2022. Este trabalho traz parte dos resultados do projeto de pesquisa financiado pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás (PrPUEG): “TURISMO E POVOS ESTRANGEIROS NO CERRADO: memória, gastronomia, música e outras potencialidades em destinos de viagens”.

técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte” (Claval, 1999: 63).

Com o processo de criação, os homens desenvolvem formas de superar as dificuldades de sobrevivência e os medos, ao criarem modos para enfrentar as imposições econômicas, sociais e naturais e se relacionarem com aquilo que é oferecido pelos lugares. Mota e Almeida (2010) destacam a necessidade de valoração da cultura local e de um olhar mais atento para o patrimônio cultural imaterial não se perder lentamente; logo, a ciência geográfica que se interessa pelas relações sociais e de produção do espaço pode encontrar, no patrimônio cultural imaterial, um fértil campo para o estudo da organização da atividade turística no espaço, ou seja, tenciona-se entender o desenvolvimento local por meio de atrativos criados ou complementares.

No que concerne a essa perspectiva, os sujeitos sociais locais sensibilizados com a atividade turística podem criar atrativos (re)inventados e (re)adaptados como um processo de construção e renovação de diferentes sentidos e significados, visto que, nas práticas culturais, constantemente são renovados os valores de grupos e das comunidades locais. Nesse ínterim, Santos, Garcia e Santos (2009: 185) postulam que os patrimônios imateriais “são ativos importantes para o posicionamento de qualquer paisagem, pois são elementos com grande potencialidade de uso-fruto”.

Considera-se que o presente trabalho é resultado parcial de investigações e leituras e da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG) – *Campus Cora Coralina* – Cidade de Goiás, Brasil, com foco no projeto de pesquisa “Na gastronomia Chica Doida [...] (2022-2024)”. Nesse período de desenvolvimento do trabalho compreende-se que as investigações e discussões acerca do patrimônio cultural imaterial nessa região brasileira vêm ocorrendo, mais precisamente nas primeiras décadas do século XXI, com a integração ampla de um movimento em defesa do patrimônio cultural regional, mas ainda em quantificação e classificação, ou seja, no diagnóstico propriamente dito.

Nas palavras de DeCarli (2008: 74, tradução dos autores), esse processo é uma “função destinada a investigar os recursos patrimoniais naturais e culturais encontrados na região”². Até o presente momento, em 2023, poucos trabalhos acadêmicos sobre a gastronomia Chica Doida foram produzidos por investigadores (professores e graduandos) inseridos na região, o que representa lacunas de análises técnicas, metodológicas e conceituais para teorizar e sistematizar a análise proposta neste manuscrito, principalmente nos contextos local e regional.

Diante desse quadro, questiona-se: como é possível solicitar, aos sujeitos sociais regionais, uma inventariação e valorização do patrimônio cultural do município de Quirinópolis? Essa região é originária da iguaria gastronômica apresentada neste artigo, receita que pode ser vista como testemunha de um modo de vida e memória desse lugar, o que pode contribuir para o enriquecimento dos estudos ao nível da Geografia e de outras áreas do saber científico.

Além disso, pode-se perguntar: como se exige um olhar investigativo centrado em outros patrimônios culturais, como o arquitetônico e artesanato? Atualmente, em 2023, são inegáveis as carências de registros

² Do original: “función dirigida a investigar sobre los recursos patrimoniales naturales y culturales que se encuentran en la región” (Decarli, 2008: 74).

e análises dos patrimônios culturais (i)materiais produzidos pelos modos de vida de oleiros, garimpeiros, pescadores, pequenos agricultores e de outros segmentos inerentes às comunidades locais, como será observado nas próximas seções.

2. Abordagem teórica do trabalho: os primeiros olhares para temática apresentada

Questões sobre o conceito de patrimônio cultural estão na ordem do dia, em se tratando das diferentes linhas de pesquisas e discussões acadêmicas. No início de século XXI, o patrimônio cultural imaterial associado à gastronomia e à atividade turística aparece como uma possibilidade no diálogo espacial, ao gerar responsabilidades nas análises dos longos processos de construção regional e territorial. Nesse diapasão, os elementos humanos sedimentam historicamente os lugares e, ao mesmo tempo, sofrem mutações e/ou interferências.

Compreender o conceito de patrimônio aplicado aos municípios do estado de Goiás, principalmente nas últimas décadas, tem proporcionado experiências inovadoras e exitosas não apenas para investigadores da região, como também de todo o Brasil, o que ocasiona provocações para elaborar outras pesquisas. Também se pode mencionar que:

De toda esta euforia à volta do patrimônio relacionada com as rápidas transformações socioeconômicas e culturais, a mudança de paradigma associada ao pós-modernismo e, conseqüentemente, com certas crises identitárias resultam, sobretudo, duas conseqüências: por um lado, o extraordinário alargamento do conceito de patrimônio; por outro, o entrosamento das questões patrimoniais com diversas outras, de caráter científico e pedagógico, estético, museológico, turístico e econômico (Mendes, 2008: 28).

Dessa maneira, atenta-se aos bens culturais e patrimônios diversificados, em se tratando do trabalho e da tecnologia, do cotidiano e do povo anônimo ou sem voz. Por isso, é relevante lembrar que o patrimônio cultural “tem a ver com o passado das comunidades e países, com o seu estilo de vida atual, com hábitos e tradições” (Silva, 2005: 15).

Para maior compreensão, Mendes (2008: 30) pondera que diversas comunidades “identificam-se com as atividades nelas desenvolvidas, por vezes ao longo de décadas ou séculos, e como tudo o que lhes diga respeito, pelo que aquelas se apresentam com fortes elementos identitários, nesse contexto, o dito patrimônio tem um valor simbólico”.

Evidentemente, são relevantes as posturas teóricas sobre as discussões atinentes ao patrimônio cultural que, de acordo com Medina e Santamarina (2004: 61, tradução dos autores), se refere aos “monumentos, conjuntos de edifícios e sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico”³. A partir dessa análise, pode-se argumentar que:

³ Do original: “monumentos, conjuntos de construcciones y sitios que tengan un valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico” (Medina & Santamarina, 2004: 61).

[...] o registro do patrimônio cultural a partir de seu lugar de origem é fundamental para os sujeitos que os produziram, pois tal encaminhamento implica envolvimento da comunidade, o que poderá aumentar as possibilidades de manter e ampliar identidades e pertencimentos (Santos & Alves, 2005: 11).

De fato, o patrimônio cultural é formado por bens materiais construídos por meio das técnicas desenvolvidas pelos sujeitos sociais e por bens imateriais que se conectam ao imaginário, às representações e aos simbolismos. Representa, ainda, a identidade e a memória dos grupos sociais, na medida em que as construções, os artefatos, as lendas e as festas dizem respeito ao lugar construído material e simbolicamente – sob essa ótica, inclusive, se encontra a gastronomia Chica Doida.

Nesse sentido, passam a constituir bens culturais como parte do patrimônio cultural de comunidades locais e, às vezes, com significados para uma população maior, ao expandirem sua abrangência para além das fronteiras de sua gênese. Nessa contextualização:

O patrimônio Cultural convive com a concepção de contemporaneidade e seus uso e desfrute atuais estão muito vinculados ao turismo. A atual turistificação do patrimônio, tanto o cultural quanto o natural, favorece sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade por suas práticas sociais lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica do mercado (Almeida, 2010: 124).

Tais aspectos permeiam os elementos de quantificação e discussão em torno do patrimônio cultural imaterial que agrega as funções essenciais de convivência em sociedade. Essa reflexão é fundamental para a Geografia e as áreas afins, pois são as representações e simbolismos que permanecem na paisagem, com significados profundos devido à capacidade de revelar a história do processo construtivo, dos modos de morar e de se apropriar do espaço, fatores característicos daquele lugar onde se inserem.

Esse percurso pode ser compreendido a partir das cozinhas goianas que, por sua vez, se direcionam às receitas e aos pratos como a Chica Doida. Em razão do caráter instigante, pontua-se que o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto n. 5.753 (2006), a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ao discorrer acerca de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas. Isso se une a:

[...] instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e de continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006: 16).

Ainda com o intuito de contribuir com a questão teórica levantada, Cunha (2005: 19) adverte que os “instrumentos legais que tratam do patrimônio imaterial derivam histórica e logicamente daqueles elaborados para o patrimônio material”. Porém, este artigo não pretende responder ou discutir tais aspectos, pois se considera a criação de determinado atrativo em um lugar não classificado ou definido

como turístico.

As razões supramencionadas justificam o conceito de que o patrimônio cultural imaterial “orienta a população para a qual representa significados simbólicos, revelando sua história e sendo depositário da identidade do grupo social local ou regional” (Santos & Alves, 2005: 25). Dessa maneira, a noção de patrimônio imaterial:

[...] coincide com a da própria cultura, entendida como o conjunto dos diversos traços, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou grupo social, e que além das artes e das letras abrange modos de vida, direitos humanos fundamentais, sistemas de valores, tradições e crenças⁴ (Medina & Santamarina, 2004: 63-64, tradução dos autores).

No que concerne à questão apresentada nos objetivos deste artigo, faz-se necessário esclarecer que, diante do contexto histórico e cultural, as comidas podem se tornar também objetos de patrimônio cultural, ao serem mais valorizadas e (re)conhecidas para manter a própria identidade. De acordo com Hernández (2005: 130):

Os objetos do patrimônio permitem interpretar a história e o território no tempo e no espaço. Essa relação fornece sentido à vida coletiva, alimentando o sentimento de pertencer a um grupo com identidade própria. Converter o que é próprio em patrimônio significa perpetuar a transmissão de uma particularidade ou de uma especificidade considerada própria e, portanto, identificada, isto é, permite que um coletivo determinado possa continuar vivo – de um lado, idêntico a si próprio e, de outro, distinto dos demais.

Sendo assim, Rodrigues (2016: 24) assevera que a gastronomia “representa uma importância acrescida no desenvolvimento econômico e cultural do país”. Para corroborar tal fato, Santos (2022: 134) argumenta que a “gastronomia é um dos mais importantes fatores de desenvolvimento do turismo cultural, ao se apresentar como essencial aos destinos turísticos do cerrado goiano”.

Com base em Castro, Maciel e Maciel (2016: 21), pode-se informar que “a gastronomia, geralmente, nos remete a uma dimensão sensorial continuamente associada ao prazer de comer e ao gosto pela comida”. A alimentação é um forte registro da cultura de determinado povo, por indicar costumes e ser uma forma de não perder parte de sua identidade, uma vez que, por meio da culinária, sempre se reforçam hábitos e costumes (Hadjab, 2014).

Para Pertile (2013), alimento é o que nutre e faz parte da ordem da natureza, em que pode estar relacionado ao cru. Salienta também que nem tudo que é alimento pode ser transformado em comida, pois este último é um conceito relacionado à ordem da cultura e vai além do cozimento ou preparo por ser pautado, sobretudo, em sua aceitação social e na consequente inserção no cotidiano das práticas gastronômicas locais.

O alimento constitui uma categoria histórica, dado que os padrões de permanência e as mudanças de

⁴ Do original: “coincide con la de la propia cultura, entendida como el conjunto de los rasgos distintos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos, que caracterizan a una sociedad o grupo social, y que más allá de las artes y las letras engloba los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias” (Medina & Santamarina, 2004: 63-64).

hábitos e práticas alimentares têm referências na dinâmica social. Alimentar-se é um ato nutricional e social, pois constitui atitudes ligadas a usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nesse prisma, a historicidade da sensibilidade gastronômica explica as (e é explicada pelas) manifestações culturais e sociais como o reflexo de determinada época (Santos, 2005).

Nesse entremeio, Santos (2005) lembra que as cozinhas locais, regionais, nacionais e internacionais são produtos da miscigenação cultural, ao levar as culinárias a revelarem vestígios das trocas culturais. Hoje, os estudos sobre a comida e a alimentação se inserem nas Ciências Humanas a partir da premissa de que a formação do gosto alimentar não acontece, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional e biológico.

A seguir, será retratada a metodologia concernente a esta investigação científica.

3. Caminhos metodológicos da investigação

A pesquisa se inicia por uma complexa discussão para, *a posteriori*, entender os conceitos de patrimônio cultural imaterial e gastronomia, associados ao contexto geográfico da categoria lugar. Nesse processo de construção, chega-se à criação do atrativo turístico, que se apropria do patrimônio cultural imaterial em um lugar que não absorve um grande número de turistas.

Diante disso, centra-se a análise no cenário pretérito, pois ele é fundamental para responder às situações presentes. Desse modo, será possível fazer o “retrato” da situação atual do desenvolvimento local associado ao patrimônio cultural imaterial Chica Doida como atrativo turístico, com expressividade para atrair ou aumentar o fluxo de visitantes da região e de outros estados do Brasil.

Expõe-se que o referido trabalho utilizará os métodos analítico, de interpretação e estudo de caso, pois entende-se que existe uma relação próxima entre eles. Sendo assim, inicialmente, é possível destacar as palavras de Boaventura (2007: 55) ao afirmar que se “o estudo é do presente, pode-se utilizar o estudo de caso”. O método analítico será realizado por intermédio da leitura das paisagens do lugar, do vivido e também dos aspectos percebidos durante os trabalhos de campo.

Por seu turno, o método de interpretação diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, com sua visão da realidade, da ciência e do movimento. Baseia-se na sistematização das formas de visualizar o real, na representação lógica e racional do entendimento obtido em relação ao mundo e à vida (Moraes & Costa, 1984).

Nessa vertente de construção do trabalho, o levantamento bibliográfico será realizado na etapa inicial e concomitante ao desenvolvimento da pesquisa, em que a categoria lugar representa o fluxo teórico principal da investigação. Neste trabalho “cumprimos o requisito metodológico da revisão bibliográfica identificando as obras de maior relevo para a temática específica” (Garcia, 2015: 7).

Essa discussão se fundamenta em Carlos (1996: 20), para quem “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]”. Nesse aspecto, Cara (1995: 69) escreve que as representações de mundo são elaboradas a partir dos lugares:

Na Geografia, o cotidiano tem sido revalorizado com base em conceitos de identidade, espaço vivido e, fundamentalmente, no conceito de lugar. Construímos nossa representação do mundo a partir dos lugares. No entanto, tempo e espaço convergem na vida cotidiana⁵ (Cara, 1995: 69, tradução dos autores).

O lugar é o resultado da arte, obra e entrega de cada habitante. Carlos (1996: 25) demonstra que se pode buscar o “entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares, o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural”. Outra abordagem, de Moraes (1990: 15), indica que “autores propõem a Geografia como estudo da individualidade dos lugares”.

Ademais, Carlos (1996: 33) explica que o lugar não seria definido apenas pela escala:

[...] mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada. Nessa perspectiva pode-se pensar o lugar definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial.

Vale salientar que outra fase importante é a inserção do pesquisador no lugar, o que pode ser visto trabalho empírico, pois se espera que viabilize o diálogo de tal profissional no campo, com a espacialidade geográfica real. Nas palavras de Santos (1999: 121), o que está em jogo é a “relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, observador e observado”, ou seja, a troca de conhecimentos. Assim sendo, este estudo visa descrever “o movimento das interações culturais, com cuidados especiais ao observar as ações expressas na construção de manifestações” (Barbosa & Santos, 2022: 75).

A priori, a presença do pesquisador no lugar permitirá também a obtenção das imagens fotográficas para construir, *a posteriori*, um banco de documentos para ilustrar e enriquecer as informações inerentes à pesquisa. Esse também é o momento para realizar os contatos sociais formais e informais necessários para ultrapassar as barreiras existentes entre o investigador e os sujeitos inseridos no lugar pesquisado.

4. O lugar da gastronomia chica doida: os vínculos e as perspectivas

Definiu-se a culinária denominada Chica Doida no município de Quirinópolis/GO como objeto de estudo deste trabalho. A região corresponde a espaços em fundos de vales, veredas, cerrados e principais drenagens onde os sujeitos sociais determinaram “seus direitos, seus vínculos territoriais e de pertencimento” (Santos, 2010: 105).

A partir dos elementos naturais proporcionados pelos lugares, constituíram-se as comunidades e cidades dessa parte do Brasil para gerar princípios de uso e apropriações, bem como elaborar, histórica e culturalmente, as bases socioespaciais (Santos, 2010). Segundo Pereira (2005: 11), essa forma de

⁵ Do original: “En Geografía el cotidiano se ha revalorizado a partir de conceptos de identidad, de espacio vivido, y fundamentalmente a partir del concepto de lugar. Construímos nuestra representación del mundo a partir de lugares. Sin embargo, tiempo y espacio confluyen en lo cotidiano” (Cara, 1995: 69).

organização pode ser considerada, em sua especificidade geográfica, um lugar de “estratégias de mobilização, de solidariedade social e de sociabilidade própria no espaço que a delimita, mas que se extravasa através de uma sociedade local interativa e presente, cujas representações se materializam nas diversas expressões do lugar”.

Identities devem ser pensadas em relação à estrutura social do grupo de pertença, isto é:

[...] as identidades sociais podem definir-se, pois através de materialidades e subjetividades enquanto compostos ideológicos, cognitivos e afetivos observáveis a partir da adesão diferenciada a conjuntos de práticas e a configurações de valores, normas e papéis tomados por unitários, mas sendo certo que como objeto complexo e multifacetado, é passível de ser abordado de vários pontos de vista e nomeadamente na sua relação como espaço garantia universal da particularidade das identidades (Pereira, 2005: 13).

Pla (2006: 59, tradução dos autores) defende que, nas comunidades locais, não se podem ignorar os aspectos econômicos, principalmente no que tange à:

[...] subsistência do trabalhador dedicado a essas tarefas, que são todo o seu recurso, é de suma importância [...] dos valores históricos e sociais e, portanto, espirituais: o da conservação da autenticidade de expressões que, como a cerâmica, são multiseccularmente representativas de um espírito diferenciado⁶.

Nas condições supracitadas, visa-se analisar e compreender a gastronomia Chica Doida, culinária de nome exótico que se origina como uma refeição à base de milho criada na propriedade agropecuária da Fazenda Cachoeirinha do Rio Preto (Santos, 2010). Ainda de acordo com esse autor, os responsáveis pela criação da receita/prato goiano foram Dona Petronilha Ferreira Cabral e o marido, João Batista da Rocha, que gostavam de reunir a família e os amigos para as pamonhadas, outra culinária que caracteriza as raízes culturais do cerrado brasileiro.

Em uma dessas pamonhadas, inclusive, salienta-se que as palhas de milho haviam acabado e, por ter muita massa, resolveu-se inventar um prato, como indicado na literatura regional, em que “criaram a receita acrescentando a massa já temperada, queijo, linguiça, jiló, cebola e outros condimentos e levou ao forno para assar” (Stival, 2008: 19). A receita original levou cerca de 25 espigas de milho – quantidade estimada para o restante de massa –, 0,5 kg de linguiça de porco caseira, 300 g de queijo picado em cubos, 250 g de jiló, meio copo de banha de porco, duas cabeças de cebola picadas, uma colher de sobremesa de açúcar e um copo de água e sal.

Essa iguaria foi registrada pela Lei n. 2.445 (2002), quando a Prefeitura Municipal de Quirinópolis instituiu a Festa Anual da Chica Doida para assegurar à cidade o título de “Capital da Chica Doida”. Por conseguinte, a iguaria se tornou patrimônio cultural imaterial do lugar:

⁶ Do original: “[...] subsistencia de la obrera entregada a estos quehaceres, que son todo su recurso, es de consideración primordial [...] de los valores históricos y sociales, y por ende espirituales: el de la conservación de la autenticidad de expresiones que como la cerámica, son multiseccularmente representativas de un espíritu diferenciado” (Pla, 2006: 59).

Está explícito no artigo segundo da Lei, que a municipalidade tem a responsabilidade proteger essa iguaria como manifestação popular, contando com a colaboração da comunidade e que o evento será realizado anualmente, durante uma semana, no período compreendido de 01 de dezembro a 22 de janeiro (Santos, 2010: 216).

No entanto, a Lei n. 2.708 (2008) modificou a redação da primeira legislação para alterar a data de realização do evento nos meses de maio, junho ou julho de cada ano, conforme os critérios da Lei n. 2.445 (2002). Stival (2009: 4) expõe uma fala do prefeito quirinopolino, para quem o prato é a marca do lugar, ao passo que o evento:

[...] movimenta e projeta a cidade sempre pronta para receber os visitantes com a hospitalidade e o tempero do que há de melhor da nossa culinária. [...] os próximos passos rumo à consolidação do prato como ícone gastronômico do município é a busca pelo registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Ministério da Cultura e a parceria com a ABRASEL e SEBRAE no projeto Caminhos do Sabor para desenvolver a competitividade em Quirinópolis na área de gastronomia.

Com a intenção de compreender a importância da cozinha nessa construção do lugar, Abdala (2007: 163) enaltece que ela “constitui um dos pilares centrais, ao lado de elementos consagrados, como hospitalidade, uma ética do trabalho em silêncio e uma vocação para estabelecer o equilíbrio e a conciliação no que diz respeito à política, dentre outros”.

Nessa perspectiva, pode-se considerar a cozinha goiana um corpo sociocultural, cujos arranjos advêm de experiências de vida, conhecimentos tradicionais e elementos da modernidade. Há uma coexistência do patrimônio cultural imaterial Chica Doida enquanto tradição e, da culinária, como atrativo turístico do município de Quirinópolis/GO. Segundo Beni (2003: 57), tais atrativos “são a matéria-prima da atividade” turística, o que poderá romper com a hierarquia urbana regional existente e promover uma participação mais democrática dos sujeitos sociais de cada localidade em torno do segmento turístico.

Cavaco (2006: 303) interpreta que, por meio do turismo, certos lugares são modificados, ao passo que se criam outros territórios com as próprias funcionalidades. A história de locais turísticos não corresponde simplesmente a uma sucessão de modas que se substituem, e sim se sucedem, sem apagar necessariamente umas às outras. Eles coexistem em uma mesma conjuntura e induzem à invenção de novos lugares turísticos, mesmo que tenham sido desenvolvidos especificamente para o turismo, ao se alimentarem de uma procura e, portanto, de uma atração que também cria o novo.

Nesse entremeio, o Ministério do Turismo (2006: 20) do Brasil considera que o patrimônio imaterial “caracteriza-se por seu caráter intangível e dinâmico – ou seja, está sujeito as mudanças impostas pelo cotidiano do homem, já que se trata de seus modos de vida” que evoluem constantemente, como os saberes e fazeres culinários localizados pelo interior do país. Esse saber é transmitido de geração em geração, mas, muitas vezes, não é pesquisado, registrado e inventariado, em que há a possibilidade de ser perdido com o passar do tempo e as mudanças sofridas pela cultura.

No processo de manutenção do saber, há o surgimento das comunidades locais e de sujeitos sociais sensibilizados com o segmento turístico e inseridos nos lugares e na região reinventada, onde criam o

atrativo em uma paisagem que não corresponde ao destino de visitação, isto é, se apropriam do patrim nio imaterial existente. Para Brizolla e Lima (2008: 38-41), quando se aborda a sensibiliza o, salienta-se a faculdade de sentir, perceber modifica es no meio onde vive e de reagir frente a elas de forma adequada. Isso significa estar apto a vivenciar profundamente as impressões, participar delas de modo ativo e tentar intervir sobre aquilo que está à sua volta.

Segundo Y zigi (1998: 132), essa personalidade do lugar precisa se sobressair, pois ela se define "com a participa o social e se formaliza com leis ou normas que relacionam a identidade espacial". Nesse aspecto, o turismo e suas implica es no espaço são considerados uma:

[...] atividade que está ligada à questão da identidade, da subjetividade, em que se deslocar para um determinado lugar (mesmo que nesse lugar esteja ausente os elementos que indiquem a organiza o de um espaço turístico) significa ir em busca de desejos e emo es particulares (Costa, 1999: 180).

Ter identidade local ou regional significa ser diferenciado ou parecido consigo mesmo, como afirma o autor citado, mesmo que muitos turistas estejam ausentes do lugar, o que é denominado neste manuscrito como "paisagem de baixa densidade turística". Entretanto, a diferencia o propicia que elementos da história local representem, aos moradores e aos poucos visitantes, reconhecimentos de uma identidade em constru o/dissolu o, como parte de um hibridismo cultural revelado na fusão de vários elementos da cultura local com aqueles que se inserem nesse  mbito pela modernidade.

Na atual regionaliza o do turismo em Goiás, Quirinópolis, cidade da gastronomia Chica Doida, se encontra na Região Turística das  guas. Por apresentar cachoeiras, lagos e rios, além de ter um prato como patrim nio histórico imaterial, pode contribuir sobremaneira para (e com) o turismo local. Santos e Souza (2009: 67), inclusive, arrazoam que "o turismo voltado para as práticas gastron micas pode ser uma boa op o para o aumento de práticas de políticas públicas e novas oportunidades de renda para a popula o".

Nesse contexto, faz-se necessário elucidar que os meios de comunica o local e regional (televisão, rádio, Internet, *folders* e jornais escritos) têm influenciado diretamente a visibilidade dessa culinária quirinopolina, o que levou ao aumento da demanda de visitantes que chegam à cidade. De acordo com Palacio e Santana (2002: 16, tradu o dos autores), a cultura de um lugar "transmitida por meio de filmes ou documentários também desempenha um papel importante na forma o da imagem de um lugar"⁷. Nessa perspectiva:

[...] la imagen de marca cumple un papel fundamental en el  xito de los destinos turísticos, ya que la imagen, como representación mental del destino a través de un conjunto de atributos que lo definen en sus distintas dimensiones, ejerce una fuerte influencia en el comportamiento del consumidor en el  mbito turístico (Palacio & Santana, 2002: 5).

A cobertura da m dia pode se configurar como um fator determinante para o aumento de turistas que

⁷ Do original: "transmitida a través de películas o documentales ejerce también una importante función en la formación de la imagen de un lugar" (Palacio & Santana, 2002: 16).

chegam ao lugar, ao criar um atrativo em uma paisagem que não é turística de fato. Ainda que Quirinópolis/GO não seja reconhecida como “cidade turística”, a comunidade local precisa se conscientizar acerca da importância do turismo, com base no patrimônio cultural imaterial.

Discutir as problemáticas apontadas, ou seja, sob a ótica da criação de um atrativo ligado ao patrimônio cultural imaterial, é um desafio para qualquer pesquisador, ainda mais quando se visa compreender sua inserção no campo da Geografia para indicar que “o turismo é sempre um ato cultural, seja ele de que tipo for [...]” (Pires, 2001: 69). Nesse sentido, o “espaço é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada” (Santos, 1986: 138).

No que se refere ao estudo proposto, o legado advindo das gerações passadas e transformado em atrativo turístico na cidade de Quirinópolis/GO pode gerar uma diversidade de relações, com intenções, apropriações, densidades, sensibilizações, diretrizes e estratégias que podem alcançar ou dar continuidade ao desenvolvimento local. Esse campo de interesse da Geografia, em razão de sua complexidade, precisa ser debatido sob o caráter científico, mas sem perder a interface com outras ciências e áreas do saber.

5. A proposta de festival gastronômico da chica doida: uma leitura inicial

Desde 2008 ocorre, em Quirinópolis/GO, o evento gastronômico que também leva o nome do prato – Festival da Chica Doida –, com duração de quase uma semana. No local ocorrem participações culturais das escolas, *shows* com cantores famosos e locais, além dos concursos da “Chica mais Doida”, que conta com a participação de jurados que são chefes de cozinha experientes e grandes conhecedores do prato.

Durante o evento, também são ofertados cursos gastronômicos para a comunidade. O lançamento da primeira edição foi realizado no dia 20 de maio de 2008, no Mercado Popular da Rua 74, em Goiânia/GO, com a participação de inúmeras autoridades como os prefeitos de Quirinópolis e Goiânia, os presidentes da Agência Goiana de Turismo (AGETUR)⁸ e da Câmara de Quirinópolis, os representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os secretários da Prefeitura de Quirinópolis e a Dona Petronilha, responsável pela criação do prato em 1958 (Stival, 2008).

Ainda no lançamento do festival, a Prefeitura de Quirinópolis/GO exibiu um vídeo para demonstrar as potencialidades da cidade, em que se sobressaem o preparo e a história da Chica Doida. Assim, o 1º Festival Gastronômico ocorreu de 30 de maio a 1º de junho de 2008, juntamente ao tradicional Arraiá do Povo, relativo à festa junina da cidade, com a participação das escolas municipais e estaduais de Ensinos Fundamental e Médio. Convém salientar que a Prefeitura Municipal organizou o evento por intermédio da Secretaria de Educação e da Superintendência de Cultura, visto que o município não possui Secretaria de Turismo.

Marques (2022) frisa que, devido ao sucesso nos bares, restaurantes e pamonharias de todo o estado, a receita Chica Doida passou a ser reconhecida oficialmente como patrimônio cultural e imaterial de Goiás.

⁸ A Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo) é uma instituição autárquica criada pela Lei n. 13.550, de 11 de novembro de 1999.

A publicação do título ocorreu no dia 13 de abril de 2022, cuja lei:

[...] de autoria do deputado Coronel Adailton (PRTB), foi sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (UB) e publicada no Diário Oficial desta quarta-feira, 13. [...] Na justificativa, o parlamentar argumenta que esta é “uma tradicional iguaria goiana, que foi criada há mais de 70 anos pela família do Sr. João Rocha e Dona Petronilha, moradores do município de Quirinópolis, em Goiás, e se tornou um ícone da gastronomia goiana”. O deputado salienta que a comida se espalhou e está presente não só em Goiás, mas também em outros estados do País. “Praticamente todas as pamonharias de Goiânia adotaram o prato em seus cardápios. Várias versões foram criadas por renomados Chefs de Cozinha”, destaca. Ele complementa que a receita trouxe tanta popularidade para a família de Dona Petronilha que em dezembro de 2020 foi inaugurado em Quirinópolis um mercado público municipal, o qual recebeu o seu nome. Além disso, no local há um quiosque destinado à família, para a comercialização da iguaria na versão original (Marques, 2022, para. 1).

Futuramente, esse título poderá contribuir com a formação de um roteiro cultural e gastronômico, visto que outros municípios circunvizinhos a Quirinópolis/GO também possuem festivais gastronômicos que, todavia, ainda não foram inventariados pela Goiás Turismo. De acordo com Stival (2008: 19):

Os festivais gastronômicos no interior do estado têm contribuído para que pessoas da comunidade revelem seu talento na arte de cozinhar apresentando receitas interessantes e até inusitadas que caem no gosto popular. Pratos que fazem parte do cotidiano da mesa podem se tornar o carro chefe da promoção ganhando mais visibilidade inclusive na mídia.

Expressa-se que o prato com o nome exótico Chica Doida, produzido à base de milho e complementado com linguiça de porco, queijo, jiló, banha de porco, cebola, alho, pimenta malagueta, açúcar, água e sal, pode fortalecer a gastronomia regional no campo da atividade turística. Hábitos alimentares, sabores, aromas e texturas que caracterizam a alimentação do bioma cerrado de Goiás podem ser capturados e se tornar um produto turístico, ao aproximar os conteúdos urbanos e rurais da região.

O Festival Gastronômico da Chica Doida é uma festa direcionada à rusticidade e à comida típica do lugar, com oficinas de culinária, receitas direcionadas às festas juninas e à oficina *show* com a família da Dona Petronilha, o que valoriza os prazeres e segredos do prato quirinopolino. Ademais, as barracas das escolas participaram de um concurso com novas versões do cardápio local, no qual são avaliados critérios como a forma de apresentação, a criatividade e o sabor.

Outros atrativos gastronômicos poderiam ser encontrados no Armazém do Festival, com a aquisição de farinha de mandioca, rapaduras, doces, queijos, requeijão e outras iguarias do meio rural. Durante a festa de 2008, ainda foi comercializada a farinha de milho verde, produzida por:

Ana Martins de Queiroz, a Dona Nenzinha, [...] há mais de 30 anos na Fazenda Fortaleza Castelo no município de Quirinópolis, [...] que aprendeu com a sogra [...] é uma especialidade exclusiva dessa fazendeira que produz de forma totalmente artesanal mais de dois mil litros por ano com a ajuda da filha que já domina o ofício (Stival, 2008: 19).

Em inúmeras cidades e regiões do interior do Brasil, é comum a produção da farinha de milho seco, mas,

do milho verde, não corresponde a uma prática rotineira de outros lugares e paisagens brasileiras. Outro elemento relevante do 1º Festival Gastronômico Chica Doida diz respeito aos biscoitos Pagode e Bolero, ambos feitos de polvilho, matéria-prima encontrada no cerrado. O primeiro, inclusive, é:

[...] feito com polvilho, escaldado em banha de porco, amassado com ovos de galinha caipira e assado em forno a lenha [...]. A quitanda era comumente servida à noite nos bailes nas fazendas e por isso leva o sugestivo nome de biscoito pagode (Stival, 2008: 19).

Particularidades e saberes do município de Quirinópolis/GO são encontrados durante suas festas e feiras urbanas. Nesse caso, parte da história e identidade do lugar está presente na compreensão da culinária e dos pratos típicos da paisagem local, o que caracteriza a cultura regional capturada pelo projeto estatal de regionalização do turismo.

Nos trabalhos de campo realizados em 2023, durante a 4ª edição do Festival Gastronômico da Chica Doida, observou-se que a organização do tempo de celebrar essa importante receita do estado de Goiás tem gerado práticas sociais e um arranjo diferenciado ao lugar. O evento possui a própria fisionomia inconfundível, com uma musicalidade que perpassa desde o sertanejo até outros ritmos, com uma arte criativa particular das pessoas envolvidas.

Para o turismo, as identidades específicas de cada lugar constituem os principais valores locais, em que os lugares que sabem valorizar sua memória e cultura podem enriquecer a área do turismo, o que denota a necessidade de preservação. Para visualizar shoppings, os quais são praticamente iguais no mundo todo, não é preciso fazer viagens tão distantes (Coriolano, 1998); logo, tal compreensão é imprescindível para os próximos eventos, com vistas à manutenção da receita de milho que poderá favorecer a construção de novos pratos a partir de uma culinária elaborada, mas preocupada com a preservação de sua história que corresponde à identidade do festejo.

Assim, para Bourdin (2001: 97), os momentos festivos reúnem pessoas e, por isso, produzem energia e identificação, com “um sentimento de pertença mais forte. A encenação que ele organiza, numa relação cada vez mais elaborada com o lugar, é necessária para que os efeitos de reunião possam atingir todo o poder que eles visam”. Pode-se dizer que existe uma sociabilidade, referente à “capacidade gerada para a realização de um trabalho em conjunto, uma colaboração e a prossecução de uma ação coletiva” (Fialho, 2016: 70).

Durante tais eventos é possível visualizar vestimentas específicas das festas regionais, ou seja, as de peões, como chapéus de aba larga, diversos tipos de botas e inseparáveis trajes da modernidade, a exemplo de bonés e roupas de grifes nacionais e internacionais. Os conteúdos de ruralidade se fazem presentes em todas as festas de Quirinópolis (Santos, 2018).

Nesse entremeio, a prefeitura de Quirinópolis, órgão público local, assumiu a função de promover a festa gastronômica da chica doida. Essa preocupação tem sido cada vez mais crescente, uma vez que as prefeituras injetam recursos arrecadados com o pagamento de impostos dos contribuintes na promoção de tais eventos e, ao mesmo tempo, buscam parcerias com empresários locais (Santos, 2018). Diante do exposto, postula-se que tal lógica poderá reforçar o poder de fascínio proporcionado pela gastronomia, com sua importância para a convivência de residentes e os comércios locais que servem à dinamicidade

do local pesquisado.

6. Considerações finais

Como informado na primeira parte deste artigo, este trabalho objetivou discutir os resultados parciais da dissertação de mestrado em desenvolvimento no PPGeo/UEG. É, pois, uma reflexão e investigação em construção que ainda pretende apresentar outras leituras e conceitos plurais a partir dos estudos da gastronomia na Geografia e de resultados empíricos que possam auxiliar futuras investigações.

Dessa forma, verifica-se que os conteúdos expostos neste texto elencam algumas possibilidades de investigações futuras, com maior aprofundamento dos valores da cozinha goiana associada às receitas à base de milho e ao valor da memória. A integração de turistas e residentes, a salvaguarda dos valores da paisagem rural onde se origina a gastronomia Chica Doida, a promoção organizada, a valorização integrada das cozinhas dos restaurantes urbanos e a atividade turística cultural são temas que merecem outros e novos olhares científicos.

Como outra sugestão de estudo no horizonte deixado por este artigo, há a necessidade de analisar avaliações e comentários gerais disponibilizados nas plataformas *on-line*, especialmente no *TripAdvisor* e no *Booking.com*. Este artigo não abordou as mídias sociais que repassam informações sobre diversos assuntos, mas é possível afirmar que, em se tratando da Gastronomia Chica doida, não existem estudos sobre as (in)satisfações dos clientes com os serviços prestados por restaurantes da cidade de Quirinópolis/GO.

Nessa perspectiva, apesar do trabalho inicial de inserção da gastronomia Chica Doida como atração e sedução local, não existem discussões, investigações e análises sobre a criação desse atrativo em uma paisagem ou lugar que não é turístico, no que tange ao patrimônio cultural imaterial pensado em uma região de baixa densidade turística. É fundamental compreender se essa marca local, planejada pelas políticas públicas, em parceria com os diversos setores privados, poderá produzir um sentido de destino de visitação; e se tal receita poderá motivar a captura de outros patrimônios culturais da municipalidade e região para garantir, sobretudo, maior mobilização dos grupos sociais persuadidos no desenvolvimento das ações em torno da atividade turística.

Destarte, por meio da dissertação em desenvolvimento na UEG, tenciona-se mostrar os sujeitos que promovem o atrativo e organizam esse espaço do interior de Goiás para combater a desertificação turística. Enfim, pretende-se indicar como as políticas públicas atuam na promoção do lugar, no levantamento das potencialidades, na infraestrutura e nas parcerias entre os setores público e privado. Espera-se, nas próximas investigações, identificar se a gastronomia do cerrado brasileiro possibilita a sedimentação de eventos e se eles são fundamentais na promoção da atividade turística.

Referências

- Abdala, M. C.** (2007). *Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro*. Uberlândia: Edufu.
- Almeida, M. G.** (2010). Dilemas Territoriais E Identitários Em Sítios Patrimonializados: Os Kalungas em Goiás. In M. Pelá & D. Castilho (Eds.), *Cerrados: perspectivas e olhares* (pp. 113-129). Goiânia: Vieira.
- Barbosa, O. X. & Santos, J. C. V.** (2022). Cafés e turismo nos quintais do Centro Histórico da Cidade de Goiás. *Revista dos Algarves*, (41), 70-89.
DOI: 10.18089/DAMEJ.2022.41.4
- Beni, M. C.** (2003). *Globalização do Turismo – Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Aleph.
- Boaventura, E. M.** (2007). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Bourdin, Alain.** (2001). *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Brizolla, T. & Lima, A. C. G.** (2008). *Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional*. Florianópolis: SEaD/UFSC.
- Cara, R. B.** (1995). *Territorios de lo cotidiano* (puntos de partida para la reflexión). In Z. Mesquira, Z. & C. R. Brandão (Eds.), *Territórios do cotidiano – uma introdução a novos olhares e experiências* (pp. 67-75). Porto Alegre; Santa Cruz do Sul: EdUFRGS; Edunisc.
- Carlos, A. F. A.** (1996). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Castro, H. C., Maciel, M. E., & Maciel, R. A.** (2016). *Comida, cultura e identidade: conexões a partir do campo da gastronomia*. *Ágora*, 18(7), 18-27.
DOI: 10.17058/agora.v18i1.7389
- Cavaco, C.** (2006). Turismo, espaço e território. In M. L. Fonseca (Ed.), *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer* (pp. 299-362). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Claval, P.** (1999). *A geografia cultural* (L. F. Pimenta & M. C. A. Pimenta Trad.). Florianópolis: EdUFSC.
- Coriolano, L. N. M. T.** (1998). *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus.
- Costa, O. J. L.** (1999). A Festa do Senhor do Bonfim em Iço-CE: uma proposta de turismo religioso. In L. C. Lima (Ed.), *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais* (2a ed., pp. 180-200). São Paulo: Hucitec.
- Cunha, M. C.** (2005). Patrimônio imaterial e biodiversidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (32), 15-27. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev_pat_n32.pdf
- Decarli, G.** (2008). *Un museo sostenible: museo y comunidad en la preservación activa de su patrimonio*. Heredia: EUNA.
- Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006.** (2006, 13 de abril). Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm
- Fialho, J.** (2016, novembro) O capital social no contexto da teoria sociológica contemporânea. *Desenvolvimento e Sociedade*, 1(1), pp. 69-82.
- Garcia, D. C.** (2015). *Imagens órfãs: uma abordagem ao estudo da fotografia do privado*. [Tese de Doutorado]. Universidade Nova de Lisboa.
<https://run.unl.pt/handle/10362/16265>
- Hadjab, P. D. E.-M.** (2014). *Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil*. [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília.

- Hernández, J. C.** (2005). Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. In A. M. Canesqui & R. W. D. Garcia. (Eds.), *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* (1a ed., pp. 129-146). Rio de Janeiro: Fiocruz.
<https://static.scielo.org/scielobooks/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876.pdf>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** (2006). *Dossiê Cachoeira de Iauaretê: lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri* (AM). Brasília: Iphan.
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf
- Lei n. 2.445, de 11 de junho de 2002.** (2002, 11 de junho). Institui a Festa Anual da Chica Doída, estabelece a sua realização como forma de assegurar o título de Quirinópolis a Capital da Chica Doída e contém outras providências.
<https://www.quirinopolis.go.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2002/lei-2-445-2002-institui-a-festa-anual-da-chica-doida-estabelece-a-sua-realizacao-como-forma-de-assegurar-o-titulo-de-quirinopolis-a-capital-da-chica-doida-e-contem-outras-pr.pdf/view>
- Lei n. 2.708, de 12 de maio de 2008.** (2008, 12 de maio). Altera a redação do § 1º, da Lei n. 2.445/02 e contém outras providências.
<https://www.quirinopolis.go.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2008/lei-2-708-2008-altera-a-redacao-do-ss-1o-da-lei-no-2-445-02-festival-da-chica-doida.pdf/view>
- Lei n. 13.550, de 11 de novembro de 1999.** (1999, 12 de novembro). Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
<https://legisla.casacivil.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/81392/pdf>
- Marques, E.** (2022, 14 de abril). Sucesso nas pamonharias, Chica Doida se torna patrimônio cultural dos goianos. *Jornal Opção*.
<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/sucesso-nas-pamonharias-chica-doida-se-torna-patrimonio-cultural-dos-goianos-393583/>
- Medina, N., & Santamarina, J.** (2004). *Turismo de Naturaleza em Cuba*. Ciudad de La Habana: Unión.
- Mendes, J. A.** (2008). Patrimônio e cultura como alavancas do desenvolvimento. In R. M. Cunha (Ed.), *Actas da IX Jornada do Patrimônio do Algarve: arqueologia e patrimônio industrial*, Artes Gráficas.
- Ministério do Turismo.** (2006). *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo.
<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-72834/turismo-cultural--orientacoes-basicas>
- Moraes, A. C. R.** (1990). *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, A. C. R., & Costa, W. M.** (1984). O ponto de partida: o método. In A. C. R. Moraes (Ed.), *Geografia crítica: a valorização do espaço* (pp. 26-34). São Paulo: Hucitec.
- Mota, R. D., & Almeida, M. G.** (2010, abril). Cultura, festas, identidade e território: perspectivas das folias de reis em Goiânia como atrativo no turismo cultural. *Anais do XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local*, Universidade Federal Fluminense.
- Palacio, B. A., & Santana, J. D. M.** (2002, Enero-Abril). El proceso de formación de la imagen de los destinos turísticos: una revisión teórica. *Revista de Instituto de Estudios Turísticos*, (154), 5-32.
<https://accedacris.ulpgc.es/handle/10553/71057>
- Pereira, A. V.** (2005). *Bordeira: espaço simbólico, expressões festivas e processos da construção das identidades*. Faro: União; Folha de Domingo.
- Pertile, K.** (2013, abril-junho). Comida de rua: relações históricas e conceituais. *Rosa dos Ventos*, 5(2), 301-310.
- Pires, M. J.** (2001). *Lazer e turismo cultural*. Barueri: Manole.
- Pla, J.** (2006). *La cerámica popular paraguaya*. Asunción: Editora de la Universidad Católica de Nuestra Señora de La Asunción.
- Rodrigues, I. S.** (2016). *O fado e a valorização turística dos bairros lisboetas: estudo de caso no bairro de Alfama*.

[Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa.

Santos, C. R. A. (2005). A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, (42), 11-31.

Santos, J. C. V. (2010). *Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Uberlândia.
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15933>

Santos, J. C. V. (2018, dezembro). Sujeitos, música e carnaval sertanejo no interior de Goiás (Brasil): manifestações artística, lúdica e reveladora de particularidades. *Desenvolvimento e Sociedade - Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, (D&S), N.5, 35-46.
http://revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/255

Santos, J. C. V. (2022, janeiro-junho). Gastronomia portuguesa e mídia em Goiás: restaurantes de Goiânia, Caldas Novas e Pirenópolis. *Revista Turismo & Cidades*, 4(9), 130-145.
<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/18680>

Santos, J. C. V., & Souza, F. R. (2009). Gastronomia Chica Doida – contributo para o Programa de Regionalização do Turismo. In J. C. V. Santos (Ed.), *Paisagens e destinos turísticos na pesquisa geográfica* (pp. 57-74). Uberlândia: Composer.

Santos, J. C. V., Garcia, D. C., & Santos, R. J. (2009). Patrimônio histórico e arqueológico de Milreu no Circuito Turístico do Algarve – Portugal. *UEG em Revista*, 1(5), 167-189.

Santos, M. (1986). *Por uma geografia nova* (3a ed.). São Paulo: Hucitec.

Santos, R. J. (1999, janeiro-dezembro). Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. *Sociedade & Natureza*, (11), 111-125.
https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/28483/pdf_113

Santos, R. J. (2007). *As humanidades do cerrado na dialética da festa e do espetáculo*. Uberlândia: Edufu.

Santos, R. J., & Alves, K. B. (2005). *Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II*. Uberlândia: Composer.

Silva, J. A. M. (2005). *O destino turístico Arade: uma estratégia de intervenção*. Potimão: Soares.

Stival, S. (2008, abril). Dona Petronilha, a “Mãe” da Chica Doida, prato principal do Festival Gastronômico de Quirinópolis (GO). *Festas e Eventos*, (133), 19-20.

Stival, S. (2009, novembro). A Chica Doida dará sabor especial ao Salão do Turismo. *Jornal Ímpar*.

Yáziği, E. (1998). *Turismo – uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade.



Sessões paralelas 2 / Sesiones paralelas 2 / Parallel sessions 2

2.6 Tierras, jurisdicciones y procesos. Transformaciones en la regulación del acceso a la tierra en la América hispana y portuguesa (s. XVIII-XIX)

[06.09.2023 SALA / ROOM 3.2]

Tierras y jurisdicción especial: la eliminación de los foros privilegiados y la tutela de los bienes de los indios en los inicios del constitucionalismo brasileño

Camilla de Freitas Macedo | Leibniz Universität Hannover, Germany | defreitascamilla@gmail.com

La Constitución Política del Imperio de Brasil (1824) establecía la eliminación de los foros privilegiados, salvo las causas que por su naturaleza perteneciesen a Juzgados particulares. Hasta 1832, los Ouvidores habían ejercido la función de jueces conservadores de los bienes de los “indios”. Pero con la eliminación de su jurisdicción civil, nuevos debates surgieron en torno a las tierras de indios. En 1831, los bienes de los indígenas liberados de servidumbre fueron sometidos a la tutela de los jueces de huérfanos. En 1833, una decisión del ministerio de justicia establecía los jueces de paz como titulares de la jurisdicción ordinaria sobre los bienes de los indios, mientras que los jueces de huérfanos serían los responsables por la administración de sus bienes. De esta forma, parecía resguardado el principio de eliminación de un foro privilegiado por razón de las personas, y se mantenía, igualmente, el foro privilegiado por razón de la materia. Esta interpretación, no obstante, se vuelve problemática en la medida en la que la expresión “bienes de indios” implica una definición del sujeto – y tiende, por lo tanto, a configurar un foro privilegiado en función del sujeto. Mediante el análisis de tres procesos transcurridos entre 1829 y 1840, muestro las disputas ocurridas en sede judicial en torno a los conceptos de jurisdicción, tutela y administración de las “tierras de indios”.

TIERRAS DE INDIOS; BRASIL; JURISDICCIÓN ESPECIAL; FORO PRIVILEGIADO; DERECHO CIVIL

1. Introdução: o caso de dona Rosa França

Em 1829, o solicitador dos índios da aldeia de São Lourenço citou Dona Rosa Lila França em juízo cominatório para comparecer ante o Ouvidor Geral, atuante como juiz conservador dos índios, onde deveria pagar os foros atrasados nas terras da aldeia indígena (BR AN, RIO. 84.0.ACI.02191). Os aforamentos de terras doadas em sesmaria aos “índios” foram uma prática comum durante todo o processo de colonização, sendo oficialmente estimulada desde meados do século XVIII com o Diretório dos Índios, de 1755 (Apolinário 2013; Lamas 2013; Macedo 2019; Moreira 2013. Utilizei a versão do Diretório publicado em Silva 1830:503-30). Também desde o período do Diretório os Ouvidores começaram a atuar como juizes conservadores dos bens dos índios. Segundo Farage e Cunha (1987), essa tutela era diversa da tutela sobre o trabalho indígena, que foi função encarregada aos juizes de órfãos. Para as autoras,

o século XIX foi um período de confusão nessa matéria porque ambas funções foram concentradas no mesmo titular de jurisdição, a saber, os juizes de órfãos (p. 112). Porém, através de uma observação quantitativa, Isabele Mello (2014) mostra que um dos cargos mais acumulados pelos Ouvidores gerais foi precisamente o cargo de Juiz das liberdades dos índios, enquanto que o cargo de juiz de órfãos foi mais frequentemente acumulado pelos Juizes de fora. Como vemos, desde tempos coloniais a função de tutela sobre os indígenas se confundia com a tutela sobre os seus bens.

Além da possibilidade de exercer tutela sobre as pessoas indígenas, seja como juiz das suas liberdades ou como juiz de órfãos, o que os Ouvidores e Juizes de fora também tinham em comum é que ambos compuseram os principais pilares do governo da justiça monárquica a partir do século XVIII, consistindo em cargos ocupados por juizes letrados, maioritariamente provenientes do reino, e por designação direta do monarca. Como vemos, a tutela sobre pessoas e terras indígenas sendo exercida pelos representantes das esferas mais altas da estrutura de poder também foi um denominador comum entre os séculos XVIII e XIX, o que coincide, em qualquer caso, com o período reformista das coroas ibéricas e a sua conseguinte multiplicação de instancias que representavam a monarquia nos espaços coloniais (Garriga y Slemian 2013).

No caso do Rio de Janeiro, aparentemente os Ouvidores exerceram cumulativamente com a ouvidoria geral o cargo de Juizes conservadores dos (bens dos) índios². Essa é a razão pela qual Dona Rosa foi citada a comparecer perante a Ouvidoria, que atuava, nesse caso, como Juizado conservador dos índios. Dona Rosa não compareceu nem neste juízo, nem no juízo de conciliação, marcado para o ano de 1831. Os seguintes atos do processo tiveram lugar já em 1832, e derivaram diretamente das disposições transitórias em matéria civil contidas no Código do Processo Criminal de 1832 (BR AN, RIO. 84.0.ACI.02191). Entre outras disposições, o Código eliminou as competências cíveis das Ouvidorias de Comarca, sem nenhuma menção específica à função de conservação dos interesses dos índios (BRASIL-IMPÉRIO 1832: 199).

2. O fim das ouvidorias: fim das funções conservatórias?

Segundo o artigo 179.17 da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, não deveriam existir foros privilegiados no país, com exceção das causas que pela sua natureza pertencessem a Juízos particulares (BRASIL-IMPÉRIO 1824: 33). Apesar desta disposição geral, os foros privilegiados não foram eliminados automaticamente, senão que esse foi um processo paulatino e conflitivo que perdurou, em alguns casos, até o último quartel do século (Lopes 2017:35-46). As disposições do Código do Processo criminal se enquadram nesta tentativa de eliminação de privilégios de foro.

Um ano depois do Código, em junho de 1833, um Decreto encarregava interinamente a administração dos bens dos índios ao juiz de órfãos. No ano seguinte, em 1834, a defesa de Dona Rosa apresentou exceção de incompetência do juizado de órfãos, que agora tratava de levar o caso. Segundo Pedro Madeira de Abreu Brandão, advogado de Dona Rosa, a eliminação das Ouvidorias, que tinham competências em matéria de conservação dos índios, significava a eliminação do privilegio de foro com o qual contavam os indígenas, e, portanto, os assuntos que os incumbiam deveriam ser tratados na jurisdição ordinária, que era neste caso a municipal.

O solicitador dos índios se apoiava no Decreto de 1833 para defender a jurisdição do juiz de órfãos. Segundo ele, a extinção das Ouvidorias somente afetava à jurisdição ordinária, e não à conservatória, que só poderia ser eliminada por disposição expressa. Tanto era assim que essa circunstância havia sido considerada no Decreto de 1833, que de fato dispunha que:

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tomando em consideração que, com a extinção dos lugares dos *Ouvidores* das comarcas pela Lei de 19 de Novembro de 1832, nenhuma providencia se deu acerca da *administração dos bens pertencentes aos Índios*, de que eram Juizes privativos e Administradores os sobreditos *Ouvidores*: Ha por bem *Encarregar da administração delles, aos Juizes de Orphãos* dos municipios respectivos, em quanto pela Assembléa Geral se não derem outras providencias a tal respeito (BRASIL-IMPÉRIO 1833: 83).

Alguns dias antes das alegações do advogado de Dona Rosa, o Ministério da Justiça havia emitido um aviso no qual esclarecia que nos casos de demarcação de terras dos arrendatários de propriedades indígenas, a jurisdição dos juizes de órfãos era meramente administrativa, devendo ser remetidos à jurisdição ordinária em caso de oposição à demarcação (BRASIL-IMPÉRIO 1834: 207). Ainda que não o cite expressamente, a argumentação de Pedro Brandão, advogado de dona Rosa, seguia a linha do esclarecimento do aviso. Segundo ele, a única função que os juizes de órfãos poderiam reivindicar em função do Decreto de 1833 era a administração dos bens dos índios, mas em nenhum caso uma potestade jurisdiccional sobre eles.

O Tribunal da Relação emitiu acórdão em 1837, dando razão a dona Rosa, e atribuindo os efeitos de nulidade ao processo agravado. Segundo o relator:

[...] é óbvio que jámais o juiz de quem se agravou era o competente para a decisão da presente causa, fundado no decreto de 3 de junho de 1833, que não tem applicação alguma para o caso vertente, decretando somente que a administração dos bens dos índios ficasse provisoriamente a cargo dos juizes de órfãos, não devendo por isso entender também respeito ao foro contencioso (BR AN, RIO. 84.0.ACI.02191: 66).

Começava a se perfilar a interpretação que levaria não só à eliminação do privilégio de foro dos indígenas, mas principalmente à consideração das terras indígenas como uma questão de ordem puramente administrativa.

3. O contexto: definindo quem pode demarcar terras

A disputa para manter a jurisdição especial em matéria indígena também ocorreu, paralelamente, em outro caso que chegou à jurisdição do Tribunal da Relação. Se trata do caso iniciado pelo mesmo solicitador dos índios da aldeia de São Lourenço contra o doutor Vicente Domingos Saporiti, outro dos ocupantes cominados a pagar os foros vencidos. Neste processo, iniciado em 1835, o solicitador Rodrigo Antônio da Silva Guimarães pediu perante o juiz de órfãos que Vicente Saporiti pagasse os foros vencidos desde o ano de 1813, última data na qual constava o pagamento. Em agosto de 1836 – portanto, antes da sentença

definitiva a favor de Dona Rosa França –, uma sentença do juiz municipal de Niterói tinha declarado a nulidade de todo o processado pelo Juiz de Órfãos por incompetência do juizado, deixando a salvo o direito do solicitador de reivindicar o direito dos índios mediante a ação adequada e perante o tribunal competente. O solicitador reconheceu os erros do processo anterior, e insinuando que esses erros eram justificáveis por terem coincidido com reformas no sistema judicial, continuou defendendo a validade dos atos praticados pelo juiz de órfãos nesse período de transição. Segundo ele, uma anulação automática de todos os atos realizados por esse juizado poderia esvaziar a jurisdição administrativa de conteúdo. O argumento era simples: ainda que o juiz dos órfãos não tivesse jurisdição contenciosa, ele tinha neste caso jurisdição voluntária, dado que Vicente Saporiti não contestou em tempo e forma a sua competência. A jurisdição voluntária estava reconhecida na Constituição de 1824, em seu artigo 160. Porém o argumento não prosperou, e o Tribunal da Relação confirmou em 1839 a sentença do Juizado Municipal que tinha anulado os autos do Juizado de Órfãos, por incompetência do juízo (BR AN, RIO. 84.0.ACI.01263).

As alterações de jurisdição em matéria de terras indígenas continuaram sendo fonte de conflito durante alguns anos. Ainda em 1860 um terceiro processo levado até o Tribunal da Relação abordou a questão. Se tratava, neste caso, das terras da sesmaria dos índios da aldeia de São Pedro de Cabo Frio, que tinham sido demarcadas em abril de 1834. Como o aviso do Ministério de Justiça era de agosto de 1834, o advogado das partes autodeclaradas indígenas afirmava que o juiz de órfãos ainda era competente no momento da demarcação. Em 1862, o juiz municipal e de órfãos de Cabo Frio considerou, não obstante, que foi o Decreto de 1833, e não o Aviso de 1834, o ato que limitou a jurisdição dos juizes de órfãos a aqueles casos em que não houvesse controvérsia entre as partes. Em outras palavras, para o juiz municipal uma demarcação somente poderia ser um ato administrativo quando todas as partes afetadas estivessem de acordo. Caso contrário, estaríamos no âmbito da jurisdição contenciosa, que desde 1833 estava atribuída à jurisdição ordinária dos juizes municipais.

Porém, em 1865 o Tribunal da Relação afirmou que os atos de medição e demarcação tinham caráter administrativo, e que, portanto, a atuação do juiz de órfãos em abril de 1834 foi conforme a direito. Para o tribunal, os interesses da parte contrária não foram prejudicados naquela ocasião, já que esses atos de medição e demarcação podiam ser contestados perante o juízo ordinário, neste caso, o juízo municipal, como de fato ocorreu neste caso (BR AN, RIO. 84.0.ACI.10471).

4. A tarefa constitucional: separar a justiça da administração

Como vemos, a jurisdição dos Juizes de Órfãos se definiu rapidamente como uma jurisdição administrativa. Restava saber, a partir daí, as características específicas do que constituiria um ato administrativo, quando realizado por um juiz. As dúvidas dos atores históricos sobre o que exatamente conformava essa chamada «jurisdição administrativa» não eram infundadas. A ideia de uma *jurisdição administrativa* condensava uma das dificuldades enfrentadas durante o século XIX, que era a de separar elementos antes inseparáveis, ainda que distinguíveis, ou seja: os atos de governo e os atos de justiça.

Tradicionalmente, os atos de governo e os atos de justiça se distinguiam em função da sua natureza e competência. Os atos de Justiça consistiam na determinação do direito válido em cada caso pelos juizes e magistrados, e eram atos que seguiam um procedimento específico (processo) e eram ditados de uma

forma também específica (sentença). Os atos de governo, por outra parte, podiam ser realizados não somente pelos juizes e magistrados, mas também por muitos outros oficiais, sem conhecimento de causa e, portanto, sempre recorríveis caso afetassem direitos. Com a promulgação da Constituição de 1824, e a declaração da separação de poderes como princípio sobre o qual descansava a organização política do Estado, os juristas do império se enfrentaram à dificuldade de definir o que seria uma jurisdição administrativa. Vicente Pereira do Rego (1860:85-86, §105) tentava explicar esse tipo de jurisdição da seguinte forma:

Passando pois a tratar da Justiça administrativa cumpre definir a sua *Jurisdição* e *competencia*. A jurisdição, segundo Boncenne e outros, é o poder do Juiz; a competencia é a medida d'esse poder: noção simples e verdadeira que mostra ao mesmo tempo a relação que existe entre a jurisdição e a competencia, e a ordem em que cada uma d'ellas deve ser tratada.

Ora, sendo a jurisdição em geral o poder do Juiz, segue-se que a *Jurisdição Administrativa* é o *poder dos Juizes administrativos*. Assim fica resolvida só pela força d'uma definição precisa a questão fortemente debatida acerca da existência d'uma jurisdição administrativa: questão que se reduz a esta; se a acção administrativa póde dar lugar a reclamações, e se deve haver magistrados encarregados de as julgar!

O autor notava as controvérsias existentes naquele contexto sobre a necessidade de uma jurisdição administrativa, a sua diferença com a jurisdição judiciária e a utilidade e conveniência dessa separação. Especialmente no relativo à sua necessidade, argumentava que essa era uma questão de sentido comum, e o parágrafo seguinte mostra a estreita relação entre a sua concepção de jurisdição administrativa e a configuração tradicional do poder jurisdicional:

A jurisdição judiciaria é *uma* pelo seu objeto e pelo fim da sua instituição, n'este sentido; que ella nunca deve acolher interesses que não constituam ao mesmo tempo direitos. Porém a jurisdição administrativa é dupla: *graciosa* ou *contenciosa*, segundo aprecia *interesses* ou discute *direitos*. Participando dos atributos do Governo ella póde conceder a considerações de humanidade ou de prudência o que as Leis a autorizariam a recusar; mas só tem essa faculdade, quando as reclamações que julga, são fundadas em *simples interesses*.

Se porém ellas teem por objeto *direitos*, a Lei deve presidir á decisão, assim como perante a autoridade judiciaria; com a diferença de que em lugar da equidade natural é a conveniência pública que se deve consultar nos casos duvidosos; distincção importante e muitas vezes desconhecida. Por terem-na esquecido, muitos bons espíritos contestaram sem razão a jurisdição administrativa, suppondo que ella applicava o seu poder discricionário ao reconhecimento dos *direitos*, quando só faz uso d'elle na apreciação dos *interesses* (Rego 1860:86-87, § 106).

Em resumo, a jurisdição administrativa tinha competências tanto contenciosas (quando se discutiam direitos), como graciosas (quando resolviam sobre *simples interesses*). Neste segundo caso estavam guiados por critérios de humanidade e prudência, ou seja, de equidade natural, aplicando para isso um poder discricional, enquanto que as matérias contenciosas estavam regidas pelas leis e guiadas pela conveniência pública. Esta tensão entre atos de governo e atos de justiça foi muito perceptível no contexto americano desde o século XVIII, quando as monarquias ibéricas multiplicaram as jurisdições especiais

como estratégia de controle territorial (Garriga 2009).

De maneira que os exemplos trazidos aqui não mostram somente as dificuldades de enfrentar a problemática das terras indígenas no século XIX. Eles mostram, mais que isso, os indígenas e a sua relação com a terra como sujeitos de um problema maior, qual era a construção, no plano jurídico, de um Estado-nação assentado em bases divergentes da estrutura prévia de poder. Ao tratar-se de sujeitos que foram singularmente submetidos a poderes administrativos ao longo do processo colonizador, os indígenas experimentaram muito prontamente as consequências do reforço de um poder administrativo propriamente estatal.

5. A tarefa governativa: criar escritórios de administração

Apesar das definições de Vicente Pereira do Rego, a jurisdição administrativa dos juizes de órfãos foi considerada como algo oposto à jurisdição contenciosa, se observamos o teor do Aviso de 1834, já que este reconhecia à jurisdição ordinária a competência nos casos em que houvesse oposição à demarcação³. Portanto, poderíamos dizer que as demarcações realizadas pelos juizes de órfãos resolveriam *simples interesses*, e não direitos – ainda que pudessem ser recorridas posteriormente caso alguém se considerasse lesado nos seus direitos. Daí que o Tribunal da Relação reconhecesse a validade dessas demarcações, já que, definitivamente, se entendiam a partir de então como atos puramente administrativos. Como tal, estando guiados de maneira graciosa por critérios de humanidade e prudência, estes atos se desvinculavam do processo judicial e da sua expressão formal materializada na sentença. Porém um passo seguinte chegou rapidamente: a transformação da *jurisdição administrativa* em pura *administração*.

Para a questão indígena, as figuras puramente administrativas de Estado se materializaram rapidamente no chamado Regulamento das Missões, aprovado por Decreto em 1845. Inspirado simultaneamente no modelo missionário da primeira colonização e no Diretório dos Índios impulsado pelo marquês de Pombal um século antes, o Regulamento de 1845 previa um sistema de direção administrativa que pretendia “civilizar” os indígenas (Amoroso 2014). Segundo o Decreto, cada Província deveria contar com um Diretor Geral de Índios, nomeado pelo imperador, além de um Diretor, um tesoureiro e um missionário para cada aldeia, nomeados pelo presidente provincial. Os diretores tinham, pelo Decreto, amplas competências em matéria de averiguação, demarcação, arrendamento e cobro de foros das terras das aldeias (BRASIL-IMPÉRIO 1845: 86-96).

Como era de se esperar, essa normativa gerou tensão entre os funcionários judiciais e os novos agentes do governo. Em 1850, Joaquim de Souza Borges Accioli, escrivão de órfãos da cidade de Cabo Frio, recorreu uma sentença do juiz municipal que afetava as suas competências sobre os “livros e mais papéis pertencentes aos índios da aldeia de São Pedro”. Joaquim Accioli se negava a entregar os papéis referentes à aldeia ao diretor que havia sido nomeado em virtude do Regulamento das Missões, pois considerava que como escrivão de órfãos era ele – e não o diretor – o competente para custodiar tais papéis. O juiz de Direito que julgou a reclamação considerou que as funções de escrivão de órfãos e de tesoureiro da aldeia não eram incompatíveis. Uma vez consultado, o Conselho de Estado reafirmou a decisão do juiz,

ordenando que Joaquim Accioli se contentasse com o exercício meramente judiciário, que era o que lhe competia como “Escrivão dos Processos da Administração de Índios”. Portanto, esclarecem, a sua competência se limitava aos “processos judiciais, que se intentarem, e proseguirem no Juízo dos Orphãos, e em que intervier como autora ou se a Administração dos índios, representada pelo respectivo Director ou pelo Procurador que elle nomear” (Conselho de Estado 1907:415-21; BRASIL-IMPÉRIO 1850: 93-4).

Porém, recordemos que os casos de demarcação *contenciosa* tinham sido considerados matérias da jurisdição ordinária, como explicava o Aviso de 1834. Se a demarcação administrativa era agora função dos diretores de aldeia, e aquelas que fossem contenciosas permaneciam como matéria de direito encarregada à jurisdição ordinária, as funções dos juizes de órfãos em matéria de terras indígenas estavam aparentemente esvaziadas de competência. Não sou eu quem faço essa dedução. Em 1860, escrevia José Marcellino Pereira de Vasconcellos (1860:55) em sua *Nova Guia Theorica e Practica dos Juizes Municipaes e de Orphãos*:

Pelo Decreto de 3 de Junho de 1833, e Aviso de 18 de Outubro do mesmo anno, competia aos juizes de órfãos a administração dos bens, pertencentes aos índios, applicando-se o produto dos arrendamentos ao sustento, vestuário e curativo dos índios mais pobres, e á educação de seus filhos; porém tal attribuição parece haver caducado desde a promulgação do Decreto de 24 de Julho de 1845, que creou um director geral, sob cuja inspecção administração os directores de aldêa todos os dinheiros, e bens dos índios.

Esse esvaziamento de funções não foi oficial, e talvez por essa razão a doutrina menos familiarizada com a prática cotidiana dos juizados de órfãos continuou mencionando o Decreto de 1833 e o Aviso de 1834 para afirmar as competências em matéria indígena desses juizados especiais. Por exemplo, em 1853, o jurista Perdígão Malheiro (1884:28-29) respondia à seguinte consulta:

2º. Com a existência da directoria das aldêas cessou toda a jurisdição dos orphãos sobre os índios?

R: Parece-me que não. Cessou apenas na parte relativa à administração dos bens e em o mais que pelo citado Dec. de 24 de Julho ficou a cargo dos directores, como se evidencia do Av. de 30 de Agosto de 1851.

Note-se que que o jurista afirma não haver cessado a jurisdição especial do juiz de órfãos sobre os indígenas, mas somente as suas funções no relativo à administração dos bens dos índios, que agora passava aos diretores. Porém, como vimos, a administração dos bens dos índios era praticamente a única função que havia sido atribuída aos juizes dos órfãos, interinamente, como consequência da eliminação das Ouvidorias. As outras duas consultas feitas conjuntamente com esta anteriormente transcrita mostram que a raiz da questão eram precisamente os “bens dos índios”, mais concretamente as terras das aldeias:

1º. A vista do Dec. de 24 de Julho de 1845 podem os directores de aldêas fazer medições com caracter judicial entre os foreiros das terras da aldêa, ou a sua attribuição quanto a medições limita-se a dividir e demarcar as terras ocupadas por índios somente?

R: O director é competente para proceder à demarcação *dentro dos limites das aldêas* (art. 2 do § 84, e art. 3º e Reg. Citt.), mas sem *forma* nem figura de juiz (pois o director não é juiz), como bem o indica o § 6 citado, pouco importando que essas terras sejam aforadas, uma vez que estejam *dentro dos limites das aldêas*, porque o Reg. não faz distinção.

Portanto, os diretores tinham competências para demarcar qualquer terra que estivesse no território da aldeia, com independência do status indígena ou não dos implicados. E, apesar desse tipo de competência territorial, não estamos falando de jurisdição, pois, como afirma Malheiro, “o diretor não é juiz”. Mas as suas atuações podem ter reproduzido práticas judiciais, se imaginarmos que a última das consultas estivesse baseada em alguma experiência real:

3º. São nullas as medições feitas pelo ex-director de aldêa com todo o apparado judicial, até mandando intimar os confrontantes e confinantes por mandado por ele assignado e por official de justiça de sua nomeação, medições feitas entre foreiros e em terras por elles occupadas?
R: Entendo irregular e nullo o procedimento nestes termos, porque o Reg. citado não dá ao director qualidade de juiz, tanto que nem officiaes de justiça têm, e nem elle os pode nomear. Se não houve medição prévia, e nem ao depois as partes a fazem amigavelmente *extra-judicial* (só *extra-judicial* podem por si fazer os directores), devem recorrer ao juiz competente, com audiência do director por parte dos indios.

Como vemos, Malheiro tratou de diferenciar o caráter judicial e o *extra-judicial* (leia-se administrativo) das demarcações feitas em terras indígenas segundo critérios familiares da tradição preconstitucional: a *forma* dos atos e a *figura* do juiz. Ainda que tentasse defender a permanência de competências dos juízes de órfãos, ao indicar que as medições não amigáveis só podiam ser feitas perante juiz competente (que era o juiz ordinário segundo o Dec. de 1833 e o Av. de 1834), Malheiro só mostra que, de fato, os dias de jurisdição especial em matéria de “terras de índios” estavam contados. Mas isso só seria evidencia bastante mais tarde, sendo questão ainda debatida no começo do século XX (Lima 1995).

Para o período que descrevemos neste trabalho, a única conclusão ainda possível era dubitativa. São ilustrativas as palavras do presidente da província do Rio de Janeiro, em 1858:

Segundo a opinião de alguns, semelhante competência [dos juízes de órfãos sobre os indígenas] cessou com a publicação do citado decreto [de 1845]: outros porém opinião que em face da lei de 27 de Outubro de 1831, art. 3º e 4º, os indios forão considerados como orphãos, e entregues aos respectivos juizes para sobre elles providenciarem na fórma da ord. livro 1º tit. 88, regulamento de 3 de Junho de 1833, e art. 5 parágrafo 12 de 12 de Março de 1842 (RIO DE JANEIRO 1858: 195).

6. Conclusões

Duas importantes características do constitucionalismo do século XIX foram o princípio da separação de poderes e o desenvolvimento de um poder propriamente (e exclusivamente) administrativo de Estado. A historiografia sobre o “longo século XIX” já vem insistindo há muitos anos no caráter lento e gradativo desses processos. Porém, normalmente partindo da doutrina de direito público ou de fontes políticas do Estado, a constatação dessas dificuldades nem sempre mostra a forma como as reformas do século afetaram a vida cotidiana dos habitantes do território. Esta comunicação teve o objetivo de mostrar algumas das dimensões práticas das reformas através do exemplo das terras indígenas na província do Rio de Janeiro.

O exemplo das terras indígenas nos parece pertinente porque, ao mesmo tempo que a questão indígena costuma ser tratada somente de maneira tangencial na história de construção do Estado, precisamente os sujeitos indígenas e as suas terras foram submetidos de forma ímpar a modelos de administração estatal das suas pessoas e dos seus bens. Com isso podemos concluir, por um lado, que o reforço de figuras administrativas de Estado que visavam tutelar os direitos dos “índios” significou, na prática, uma maior privação do acesso à terra por esses povos. Esta constatação não é uma novidade para a historiografia especializada nas questões indígenas, que já vêm mostrando que a política de aldeamentos sempre teve como objetivo final “liberar” terras para capitalização, incluindo, quando possível, a mão de obra indígena como trabalhadores assalariados para a construção de infraestruturas de Estado (Amoroso 2014; Cunha 1992; Machado 2012; Monteiro 2001; Moreira 2019; Oliveira Silva 2018:5.1; Osorio Silva 1996). Porém, desde uma lógica inversa, a proposta aqui é a de refletir sobre como a submissão histórica da subjetividade indígena a figuras administrativas foi um recurso de “ensaio” do alcance e limites da jurisdição administrativa.

Fontes manuscritas - arquivo nacional (rio de janeiro)

BR AN, RIO. 84.0.ACI.02191: Frango [sic], Rosa Lima contra Guimarães, Rodrigues Antônio da Silva.

Descrição do catálogo: «Apelado, solicitador dos índios, requer a manutenção de posse de uma propriedade que foi dada em sesmaria aos índios»

Conteúdo: 67 fólios retos

BR AN, RIO. 84.0.ACI.01263: O Coletador [sic] dos Índios contra Saporite, Vicente Domingos. 1835-1839. Núm. 7612, Maço 6.

Descrição do catálogo: «Apelante requer pagamento das pensões dos índios e das benfeitorias do local conforme escritura que acordada com o apelado»

Conteúdo: 89 fólios retos e 5 fólios não numerados de cópias

BR AN, RIO. 84.0.ACI.10471: Loureiro, André de Matos Suivo contra Fraga, Manuel Gonçalves. 1864-1864. Núm. 392, Caixa 1125.

Descrição do catálogo: «Apelado requer indenização pela compra de uma propriedade rural que alega ter feito com o apelante por esta não ter o mandiocal que lhe dissera este no ato da compra, bem como indígenas que não o deixa roçar a terra»

Conteúdo: 211 folios rectos

Fontes impressas

BRASIL-IMPÉRIO (1824), Collecção das leis do Império do Brasil de 1824 [1886], Vol 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

___ (1832), Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1832 [1874], Vol 1, Rio de Janeiro: Typographia Nacional

___ (1833) Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1833 [1873], Vol 2, Rio de Janeiro: Typographia Nacional

___ (1834), Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1834 [1866], Vol. 3, Rio de Janeiro: Typographia Nacional

___ (1845) Collecção das leis do Império do Brasil de 1845 [1846], Vol 2 [Tomo VIII, Parte II], Rio de Janeiro: Typographia Nacional

___ (1850), Collecção das decisões do Imperio do Brasil de 1850 [1851], Vol 3, Rio de Janeiro: Typographia Nacional

Conselho de Estado, Seção de Justiça. 1907. *Consultas do Extincto Conselho de Estado sobre Assumptos da Competencia do Ministerio do Imperio.* Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Malheiro, Agostinho Marques Perdigão. 1884. *Consultas sobre varias questões de Direito Civil, Commercial e Penal.* Rio de

Janeiro: B.L. Garnier.

Rego, Vicente Pereira do. 1860. *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro*. 2.a ed. Recife: Typographia Commercial de Geraldo Henrique de Mira & Ca.

RIO DE JANEIRO (1858), Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 13a legislatura pelo presidente, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=40&s=0&cv=198&r=0&xywh=-1153%2C0%2C4465%2C3149> (consultado por última vez em 12 de junho de 2023)

Silva, Antonio Delgado da. 1830. Collecção da legislação portugueza desde a última compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense.

Vasconcellos, José Marcelino Pereira de. 1860. Nova guia theorica e pratica dos juizes municipaes e de orphãos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert.

Bibliografia

Amoroso, Marta. 2014. *Terra de Índio: Imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome.

Apolinário, Juciene Ricarte. 2013. «Povos Timbira, Territorialização e a construção de Práticas Políticas nos cenários coloniais». *Revista de História* (168):224-70. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i168p244-270>.

Cunha, Manuela Carneiro da. 1992. «Política indigenista no século XIX». Pp. 133-54 en, *História dos índios no Brasil*, editado por Manuela C. d. Cunha. São Paulo: Companhia das Letras - Secretaria Municipal de Cultura - FAPESP.

Farage, Nádia, y Manuela Carneiro da Cunha. 1987. «Caráter da tutela dos índios: origens e metamorfoses». Pp. 103-18 en, *Os direitos do índio: ensaios e documentos*, editado por Manuela C. d. Cunha. São Paulo: Brasiliense.

Garriga, Carlos. 2009. «Gobierno y justicia: el gobierno de la justicia». Pp. 47-113 en, *La jurisdicción contencioso-administrativa en España. Una historia de sus orígenes*, editado por M. Lorente. España: Consejo General del Poder Judicial.

Garriga, Carlos, y Andréa Slemian. 2013. «Em trajes brasileiros: Justiça e Constituição na América Ibérica (C. 1750-1850)». *Revista de História* (169):181-221. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p181-221>.

Lamas, Fernando Gaudereto. 2013. «Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820)». PhD Thesis.

Lima, Antonio Carlos Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Lopes, José Reinaldo de Lima. 2017. *História da Justiça e do Processo no Brasil do Século XIX*. Curitiba: Juruá Editora.

Macedo, Camilla de Freitas. 2019. «Apontamentos sobre a propriedade moderna e a alteridade indígena (Brasil, 1755-1862)». Pp. 309-39 en, *Os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX)*, editado por Pedro Cardim, Ângela Domingues, Maria Leônia Chaves de Resende. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) e PPGH/UFSJ – Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei.

Machado, Marina Monteiro. 2012. *Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Unicentro.

Mello, Isabele de Matos Pereira de. 2014. «Os ministros da justiça na América portuguesa: Ouvidores-Gerais e Juizes de Fora na Administração colonial (séc. XVIII)». *Revista de História* (São Paulo) (171):351-81. doi: [10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89015](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89015).

Monteiro, John Manuel. 2001. «Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo». PhD Thesis.

Moreira, Vânia Maria Losada. 2013. «Nós índios, índios nós senhores de nossas ações... Direito de domínio dos índios e cristandade em conflito (Vila de Nova Benavente, capitania do Espírito Santo, 1795-1798)». Pp. 261-90 en, *Em terras lusas: Conflitos e fronteiras no Império Português*, editado por M. Motta, J. V. Serrão, y M. Machado. Vinhedo: Editora Horizonte.

Moreira, Vânia Maria Losada. 2019. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas.

Oliveira Silva, Ayalla. 2018. *Ordem imperial e aldeamento indígena : Camacãs, Gueréns e Pataxós do Sul da Bahia [online]*. Ilhéus: Editus.

Osorio Silva, Ligia. 1996. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp.



Marlboro
next

Sessões paralelas 3 / Sesiones paralelas 3 / Parallel sessions 3

3.3 - Más allá de la propiedad: nuevas aproximaciones al estudio de la relación entre tierra y derecho en el mundo ibérico (s. 1500-1860)

[07.09.2023 Sala/Room 2.3]

Más allá de Rivadavia. Los debates sobre la Ley de Enfitéusis en la Provincia de Buenos Aires (1828)

Mattia Steardo | Universidad de Turin, Italia | mattia.steardo@unito.it

Entre 1826 y 1869, el régimen de propiedad de la tierra en la Provincia de Buenos Aires fue regulado por una Ley de Enfitéusis. Aun con sus limitaciones debidas a la discordancia entre la ley y las prácticas sociales, este contrato proporcionó la base institucional para poner en producción cientos de miles de hectáreas, conquistadas militarmente o diplomáticamente a las poblaciones indígenas. Este trabajo ofrece una historia intelectual de la ley de enfitéusis sancionada por la legislatura provincial en 1828, que modificó la original y más conocida ley nacional de Rivadavia de 1826. A través del estudio de un debate hasta ahora ignorado por la literatura, se explicarán las bases intelectuales por las que se legitimó una forma imperfecta de propiedad que constituyó la justificación institucional para el acaparamiento y la puesta en producción de una cantidad considerable de tierras. Las ideas debatidas se situarán en su particular contexto, en el que la mayor riqueza de la provincia era la producción ganadera para la exportación, y la increíble disponibilidad de tierras llevó a la superposición de múltiples modelos de producción, desde la gran propiedad a la ocupación sin título. Este modelo de apropiación y explotación será la base para el crecimiento agroexportador de la segunda mitad del siglo, que convirtió a Buenos Aires en una de las regiones más floridas del mundo.

ENFITEUSIS; BUENOS AIRES; HISTORIA INTELECTUAL

1. Introducción

Tras los convulsos primeros años de independencia, la década de 1820 se abrió con un periodo de estabilidad política para Buenos Aires. El gobierno unitario de Martín Rodríguez y Bernardino Rivadavia impulsó una serie de reformas institucionales destinadas a modernizar la provincia y deshacerse de los últimos vestigios del pasado imperial. Siendo la industria agropecuaria el sector económico más rentable, era necesario ampliar el territorio bajo control criollo y asegurarlo contra la amenaza de las poblaciones indígenas, además de establecer un marco institucional para la explotación de los recursos naturales provinciales. Las campañas militares contra las poblaciones indígenas del sur pampeano conquistaron tierras a la provincia y establecieron tratados de paz para mantener el orden en el campo. Ante la necesidad de fondos para continuar con la guerra y con la fundación de nuevas instituciones provinciales, el ministro de Hacienda Manuel José García negoció un préstamo con la compañía británica Baring Brothers & Co, creando así una deuda pública. La garantía eran las tierras públicas de todas las Provincias Unidas del Río de la Plata.

De hecho, en 1824 se reunió un Congreso Nacional para dotar de una Constitución a las Provincias Unidas, la confederación de las provincias del antiguo Virreinato español. La Ley de Enfiteusis de 1826 fue una de las pocas leyes nacionales aprobadas por el Congreso, antes de su disolución durante el año siguiente. Proporcionaba un marco institucional destinado a poner en producción más tierras, fomentando así la industria rural y la aplicación al trabajo de familias laboriosas. La enfiteusis era un contrato por el que se transfería el dominio útil (usufructo) de un bien (normalmente la tierra) a cambio de un pequeño canon anual. Este contrato era generalmente perpetuo, o tenía una duración extremadamente larga —en este caso se fijó en diez años—. Este marco legal pretendía estimular la riqueza pública y privada, incrementando así el valor extraído de los recursos naturales, valor a intercambiar en el mercado capitalista que conectaba Buenos Aires con otras economías atlánticas.

Apesar de sus diferencias, los participantes en el Congreso Nacional compartían supuestos y expectativas respecto al camino deseable hacia la prosperidad económica que debían seguir las Provincias Unidas, y la sociedad futura en la que se materializaría el crecimiento. Las élites gobernantes querían estimular el desarrollo de una sociedad formada por productores de mercancías, apoyándose en el recurso natural más apropiado que la región podía ofrecer: las tierras fértiles. Por lo tanto, el modelo de desarrollo se basaba en el sector agroindustrial, dadas las ventajas comparativas que el Río de la Plata tenía en este sentido, y la centralidad del comercio exterior como fuente de demanda constante, así como de ingresos fiscales a través de la aduana de Buenos Aires. Al mismo tiempo, los diputados eran conscientes de los peligros que entrañaba depender casi únicamente de una fuente de ingresos estatales, y esperaban convertir el canon de enfiteusis en una renta pública estable, como ya hicieran con el proyecto de "Contribución Directa" en 1822. En este sentido, la enfiteusis perseguía un doble objetivo: la colonización agraria y la ampliación de la renta estatal.

Aunque los debates de la ley de 1826 están bastante estudiados, así como sus implicaciones económicas y sociales, los historiadores habían pasado por alto un detalle importante.¹ La caída del Congreso Nacional en 1827 significó que la Provincia de Buenos Aires recuperara su soberanía, por lo que la legislatura provincial debió sancionar una nueva ley agraria. Esto ocurrió durante los primeros meses de 1828, y el objetivo de este trabajo es analizar el debate parlamentario que lleva a la aprobación de la Ley provincial de Enfiteusis. A través del estudio de un debate hasta ahora ignorado por la literatura, se explicarán las bases intelectuales por las que se legitimó una forma imperfecta de propiedad que constituyó la justificación

¹ Sergio Bagú. *El plan económico del Grupo Rivadaviano, 1811-1827: su sentido y sus contradicciones, sus proyecciones sociales, sus enemigos*. Rosario: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional del Litoral, 1966; María E. Infesta. *La pampa criolla: usufructo y apropiación privada de tierras públicas en Buenos Aires, 1820-1850*. La Plata: Archivo Histórico "Dr. Ricardo Levene", 2003; Juan Carlos Garavaglia. "La propiedad de la tierra en la región pampeana bonaerense: algunos aspectos de su evolución histórica (1730-1863)". En Raul Fradkin, Jorge Gelman y Juan Carlos Garavaglia (eds.). *En busca de un tiempo perdido. La economía de Buenos Aires en el país de la abundancia, 1750-1865*. Buenos Aires: Prometeo editorial, 2008; Abelardo Levaggi. *La enfiteusis en la Argentina (siglos XVII-XX): estudio histórico-jurídico*. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2012. Bagú interpreta la enfiteusis dentro del proyecto económico de cierta facción política local, vinculada a intereses extranjeros e interesada en la modernización liberal de la provincia. Infesta ofrece el estudio cuantitativo más riguroso sobre la aplicación de la ley, pero se interesa poco por su historia intelectual. Garavaglia sitúa la enfiteusis en el contexto de la historia económica local y ofrece algunas reflexiones sobre su eficacia económica y su influencia en el posterior régimen de distribución de la propiedad. Por último, Levaggi ofrece un erudito estudio sobre los precedentes de la ley y su aplicación en otras provincias, pero sin aportar una importante contextualización teórica del problema.

institucional para el acaparamiento y la puesta en producción de una cantidad considerable de tierras.² Las ideas debatidas se situarán en su particular contexto, en el que la mayor riqueza de la provincia era la producción ganadera para la exportación, y la increíble disponibilidad de tierras llevó a la superposición de múltiples modelos de producción, desde la gran propiedad a la ocupación sin título. Este modelo de apropiación y explotación será la base para el crecimiento agroexportador de la segunda mitad del siglo, que finalmente convirtió a Buenos Aires en una de las provincias más floridas del mundo.

En primer lugar, el proyecto de enfiteusis del gobierno de Dorrego formaba parte de un plan general de Hacienda anunciado el 12 de septiembre de 1827, que incluía otras medidas como el arreglo del banco provincial, la renovación de la contribución directa y la negociación de un nuevo empréstito dentro de la provincia. Sin embargo, la nueva enfiteusis estaba indisolublemente ligada también al proyecto de avance de la línea fronteriza de la provincia, presentado a la Sala de Representantes el 6 de octubre de 1827. El gobierno observó cómo la falta de una línea fronteriza militarizada había dejado la mayor riqueza de la provincia, la industria pastoril, a merced de las incursiones indígenas.

Además, la expansión comercial en el campo bonaerense había llevado a algunos hacendados a colonizar de forma independiente las tierras situadas más allá de la antigua línea, aumentando la necesidad de una nueva frontera más protegida. El momento era propicio para poner en marcha este plan, ya que las fuerzas indígenas habían sido recientemente derrotadas en repetidas ocasiones, por lo que los criollos se encontraban en una situación de superioridad que era necesario aprovechar. El proyecto preveía el avance de la frontera y al mismo tiempo la construcción de un puerto en Bahía Blanca para facilitar la extracción de productos de las nuevas tierras de la provincia, e iba acompañado de presupuestos para la construcción de tres fuertes (Laguna Blanca, Potrozo y Cruz de la Guerra), además del puerto de Bahía Blanca, por un total de unos 500.000 pesos.³

El 7 de noviembre, el coronel Pacheco informó a la Sala sobre la utilidad del proyecto, cómo había sido una preocupación del gobierno local desde 1797 y cómo la expansión de la industria local reclamaba esta medida, ya que era necesario «tener abundantes terrenos para una porción de capitales que se hallan detenidos en Buenos Aires, y no salen a disfrutar de los provechos pastoriles, porque no se encuentran campos donde poner los establecimientos». Pacheco recuerda entonces la increíble utilidad que traería la adquisición y poblamiento de 'esos desiertos' para tener un mayor conocimiento de la topografía y geografía de la provincia y entrar en los ricos circuitos comerciales de los nativos.

² La expresión "formas imperfectas de propiedad" se refiere a concepciones de propiedad caracterizadas por la fragmentación del concepto de propiedad absoluta en múltiples derechos distintos que podían ser adjudicados a múltiples actores. Por ejemplo, la enfiteusis se basa en la división entre el dominio directo (propiedad) y el dominio útil (usufructo). Un trabajo seminal que renovó el estudio de los derechos de propiedad es el de Rosa Congost. "Property Rights and Historical Analysis: What Rights? What History?". *Past & Present*, 181, Nov. 2003, 73-106. Para una aplicación de esta perspectiva al mundo ibérico, Manuel Bastias Saavedra. "The normativity of possession. Rethinking land relations in early-modern Spanish America, ca. 1500-1800". *Colonial Latin American Review*, 29(2), Jul. 2020, 223-238.

³ *Diario de sesiones de la Junta de Representantes de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imprenta de la Independencia, 1827. N. 25, 6 de octubre 1827.

Posteriormente, el Ministro de Gobierno Manuel Moreno también se pronuncia a favor del proyecto, el que ofrece una importante justificación retórica de la legitimidad de la inclusión de nuevas tierras dentro de la Provincia. Recordando las razones históricas de la escasa extensión territorial de Buenos Aires, Moreno destaca la oportunidad actual de una «adquisición pacífica, no por medio de una conquista, de una inmensa extensión de territorio», un proyecto digno de un «pueblo ilustrado», que no recurre a «planes de injusticia y excesos de criminalidad» para aumentar el territorio bajo su control. De hecho, Moreno considera el inmenso territorio a incluir en la provincia «no poseído por nadie» y «en abandono». Los criollos pueden, por tanto, apropiárselo «sin injusticia, pues que él está en abandono, y nosotros somos los únicos capaces de cultivarle y darle valor, que es el único origen de la posesión».⁴

Moreno legitimó el acaparamiento de tierras con el argumento jurídico-económico de la teoría de la propiedad-trabajo, argumento evidentemente extendido en el mundo anglosajón y asociado a una concepción «moderna» del derecho y la economía, ya que a partir de la época de la Ilustración los argumentos sustentados en la capacidad de generación de riqueza y propiedad del trabajo humano fueron reemplazados a los argumentos basados en la legitimidad de la conquista militar y la guerra justa como base jurídica del control del territorio por parte de una entidad política. Moreno había pasado mucho tiempo en Inglaterra como representante diplomático de las Provincias Unidas, por lo que muy probablemente entró en contacto con los debates de la escuela clásica de economía política durante sus años ingleses.⁵

Sin embargo, este argumento también estuvo bien presente en la tradición jurídica española, incluso en su versión local. Antonio Sáenz, primer rector de la Universidad de Buenos Aires establecida en 1821, fue también el primer catedrático de Derecho Natural y Derecho de Gentes. Precisamente escribió para sus alumnos las *Instituciones elementales*, cuyo segundo capítulo trata «De las propiedades de las Naciones y modos con que pueden adquirirlas». Las propiedades públicas de una nación eran todo lo que contenía su territorio que no estaba sujeto a apropiación privada, y el gobierno debía administrarlas para favorecer el beneficio y las necesidades de la propia nación. Sáenz plantea inmediatamente una división entre estados monárquicos y constitucionales, dada la ausencia en estos últimos de la legitimación de la propiedad por derecho divino, y el respeto a los derechos de propiedad individual (que estarían más en riesgo en las monarquías). Las formas de adquirir nuevas tierras incluían todos los medios establecidos por el derecho natural y civil, siempre que fueran justos y racionales. La primera propiedad de cada nación es precisamente el territorio que ocupa, del que tiene derecho a extraer «toda la utilidad que pueda» y cuyas fronteras puede fortificar «para que la entrada no sea advitraria, ni tengan franco el paso los que quieran hostilizar, ó invadir».⁶

Al analizar el artículo 13, Sáenz recuerda las numerosas discusiones jurídicas que siguieron a la llegada de los europeos a América. A pesar de éstas, la «inmutable justicia natural» proporciona los principios

⁴ *Ivi*, p. 8

⁵ Andrew Sartori. "Global Intellectual History and the History of Political Economy", in Samuel Moyn and Andrew Sartori (eds.). *Global Intellectual History*. New York: Columbia University Press, 2013, 110-133; Andrew Sartori. *Liberalism in Empire: An Alternative History*. Berkeley: University of California Press, 2014. Sartori analiza la centralidad de la "Lockean theory of property" para la política económica y sus implicaciones para los proyectos imperiales. Para una mejor ubicación intelectual de la formulación de Locke, destacando sus deudas con la escuela de Salamanca, véase Andrew Fitzmaurice. *Sovereignty, property, and empire, 1500-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

⁶ Antonio Saenz. *Instituciones elementales sobre el derecho natural y de gentes. Curso dictado en la Universidad de Buenos Aires en los años 1822-23*. Buenos Aires, Talleres de A. Baiocco y cia., 1939, p. 178

para regular el «derecho de ocupación pura», según el cual «la naturaleza ha criado la tierra para que los hombres la cultiven y se sustenten de ella». Debido a la inmensa extensión del globo, cualquier Sociedad puede encontrar tierra para satisfacer sus necesidades y cualquiera tiene derecho a ocuparla y distribuirla «con moderación y justicia». De estas leyes se deduce que «ninguna Nación debe ocupar un espacio tan dilatado de tierras que ella no sea capaz de poblar y cultivar». Los culpables de este crimen no solo perjudican a las naciones vecinas, sino que las autorizan a oponerse «a la usurpacion que se haria a todo el genero humano». Por ello, «los Pueblos que estan en sus confines estrechados pueden poblar y ocupar algun terreno que se halla inculto y desierto entre tribus salvajes». En virtud de este principio, los colonos ingleses que compraron tierras a los pueblos indígenas, como el famoso caso de la compra de Pennsylvania por William Penn, son dignos de elogio. En este sentido, la ocupación por los criollos de territorios fuera de las antiguas fronteras del Virreinato es totalmente legítima, puesto que los indígenas viven «del robo y de la rapiña» y puesto que las tierras son «necesarias á la industria y ocupaciones de los habitantes de este país». El hecho de que algunos grupos indígenas hubieran rechazado recientemente una propuesta de compra de tierras es un elemento más que se suma a la ya demostrada legitimidad del avance fronterizo.⁷

Además de la concordancia lógica de los argumentos de Sáenz y Moreno, la influencia del primero sobre el segundo queda sugerida por el ejemplo de Pensilvania, citado por ambos, y por el uso de algunas expresiones muy similares, como el verbo «estrechados» para referirse a los pueblos obligados por sus vecinos a contentarse con demasiado poco territorio. Este paralelismo nos recuerda cómo la formación de una teoría de la propiedad-trabajo estuvo muy presente en la tradición jurídica española y no fue prerrogativa exclusiva de la anglosajona, y que también se utilizó con frecuencia para encuadrar jurídicamente las relaciones entre grupos de origen europeo e indígena. Manuel Moreno vuelve a expresar este concepto en el transcurso del debate, una cita que merece la pena transcribir íntegramente.

Es un punto de politica muy importante en un país que tiene fronteras con los salvages, el saber el momento en que estas fronteras pueden ser adelantadas, tomando á los salvages toda la porcion que se pueda, para hacerla útil al genero humano en manos de los hombres civilizados que cultiven la tierra, que es el verdadero título, porque la naturaleza la há destinado á los hombres para esto; y así no es cierto que las tierras son de los indios; son del primero que las ocupe, y que las cultive. Nosotros hemos nacido tambien en el territorio, y como mas civilizados y mas cultivadores estamos con mejores títulos y en mejor disposicion para poseerlas ante que ellos, cuyas costumbres y falta de civilizacion y de cultura los pone fuera de la esfera en que puede encontrarse el derecho de propiedad.⁸

II

El proyecto de avance de la frontera fue aprobado a pesar de algunas opiniones contrarias en la Sala, motivadas principalmente por las dudas sobre la falta de fondos para financiarlo, ya que aún continuaba la costosa guerra contra Brasil por el control de la Banda Oriental. Sin embargo, en enero siguiente se inició la discusión de la nueva ley de enfiteusis, que regularía la distribución precisamente de las tierras

⁷ *Ivi*, pp. 180-182.

⁸ *Diario de sesiones*, N. 38, 8 de noviembre 1827, pp. 8-9.

adquiridas por la provincia con la nueva línea de frontera. Los primeros puntos del debate recordaron mucho a la discusión que había tenido lugar en el Congreso Nacional: algunos diputados (Viamonte, Valle) se quejaron de la duración del contrato enfiteútico (diez años), demasiado corta en su opinión para poder fundar establecimientos productivos rentables en tierras aún inseguras por la amenaza indígena. En efecto, la ley preveía la cesión de tierras en enfiteusis por diez años, a cambio de una renta anual del 2% del valor de la tierra cedida (que se fijó en 3000 pesos por legua cuadrada en el Norte del Río Salado y 2000 por legua en el Sur). Al cabo de los diez años, la Sala establecería un nuevo valor para las tierras.

Los diputados que defendieron con ímpetu el proyecto fueron Felipe Senillosa y los dos hermanos Anchorena. El primero era un importante miembro de la recién formada Comisión Topográfica. Estos últimos eran dos de los comerciantes y hacendados más ricos de la ciudad, miembros importantes de la facción federal. La discusión nunca puso en duda que la enfiteusis era el mejor contrato para crear un marco legal para la apropiación de nuevas tierras. El hecho de que la tierra estuviera hipotecada como garantía de la deuda pública, así como la reciente experiencia que había visto dispararse el valor de la tierra, eran razones suficientes para hacer inviable la venta de tierras públicas. Además, la enfiteusis se consideraba un excelente contrato para estimular el crecimiento económico y la aplicación individual al trabajo productivo, ya que permitía gravar la tierra con determinadas condiciones de uso que aumentarían su productividad.

En este sentido, el diputado Viamonte propuso el agregado de un artículo adicional al proyecto, esto es, la obligación de poblar la tierra recibida en un plazo de ocho meses, bajo pena de perder los derechos enfiteúticos. Este artículo estaba ausente en la ley sancionada por el Congreso Nacional, y su propuesta dio lugar a un intenso debate que se desarrolló en torno a las posibilidades, además de los límites de la intervención del Estado en la economía y en torno a la preferencia entre la gran o pequeña propiedad, para favorecer un proceso más rápido y sostenido de crecimiento económico.⁹ Según el diputado, «el artículo se propone dar rentas al estado, pero muy particularmente aumentar la población, [...] porque esta es la que dá la riqueza real al país».¹⁰

Aunque las primeras reacciones a la propuesta de Viamonte fueron favorables, siempre que se ampliara el plazo para poblar a un año o más y se fijara un número mínimo de ganados por legua cuadrada de terreno, el diputado Benites expresó su firme oposición al artículo, ya que «es contrario á los principios mas generales de economía politica, opuesto al engrandecimiento de la campana y de las rentas del estado».¹¹ De hecho, Benites argumentaba que una intervención tan importante del Estado en la regulación económica distorsionaría negativamente el curso natural de las leyes económicas, mientras que, desde un punto de vista más práctico, planteaba dudas sobre la capacidad de las familias sin tierra para disponer de los conocimientos y el capital necesarios para poder crear haciendas productivas. Además, cuestionaba la existencia de los capitalistas especulativos de los que hablaba, ya que, en su opinión, cualquiera que invirtiera una suma para pagar la renta enfiteútica pondría necesariamente la tierra en producción.

La intervención de Benites encendió los ánimos y la discusión. Aunque todos los discursos iban en

⁹ En su estudio clásico, Coni veía en la ausencia de la cláusula de población la principal razón del fracaso de la enfiteusis para el desarrollo agrícola local. Emilio A. Coni. *La verdad sobre la enfiteusis de Rivadavia*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1927.

¹⁰ *Diario de sesiones*, N. 69, 30 de enero 1828, p. 22.

¹¹ *Diario de sesiones*, n. 70, 31 de enero 1828, p. 11.

contra de su fundamentalismo de mercado, de igual manera había varios nudos que desatar respecto a la mejor forma en que la ley podía estimular la población del campo y su desarrollo productivo. Por ejemplo, la Sala se dividió entre los que pensaban que el fomento de la pequeña propiedad daría empleo productivo a las familias ociosas de la ciudad y a los vagos del campo, además de los que no creían que sólo la obligación de poblar induciría a estas gentes a abandonar su modo de vida, ni que la provincia tuviera mano de obra suficiente para poblar todas las nuevas tierras. El diputado Costa resumió bien el quid de la cuestión cuando exclamó que «aquí se trata de buscar un medio de obligar a que se fomente la población, y sobre esto ¿qué Diputado habrá que disienta? lo que hay es el modo de buscar los medios», ya que las disposiciones de la asamblea debían quedar dentro del recinto de la legitimidad jurídica y político-económica.¹²

Así, Tomás Anchorena expuso las razones que habían llevado al gobierno a optar por la enfiteusis y por qué, dada la naturaleza de este contrato, era legítimo imponer reglas para fomentar la producción de las tierras públicas. La enfiteusis tenía un doble objetivo, fiscal y de fomento de la población. Para que el objetivo de aumentar la renta pública fuese permanente, era imperativo que las tierras se hiciesen productivas, de modo que aumentase su valor y, en consecuencia, los impuestos percibidos por la renta enfiteútica anual. Según T. Anchorena, la ley tiene en todo tiempo la fuerza para hacer que los receptores cumplan el contrato estipulado con el Estado según su «naturaleza»; esta implica «que las tierras se mejoren, ya cuando sea de cultivo, cultivandolas, ya cuando sea de pastoreo, poblandolas de ganado; y la ley tiene el poder y facultad de hacer que los objetos de ella no sean evadidos ni eludidos».¹³ Por estas razones, la cláusula propuesta por Viamonte era totalmente legítima, de hecho era necesario «avanzar más en este punto», para favorecer aún más el aumento de la población.

Es por ello que el propio T. Anchorena propuso a Sala un nuevo proyecto de ley con indicaciones más precisas sobre las condiciones de poblamiento de las tierras enfiteúticas.¹⁴ Él mismo califica estas condiciones de «trabas», pero no las considera obstáculos para el progreso de la campaña, sino garantías para que se cumpla el contrato entre Estado y receptor. Esta propuesta fue bien acogida por la Sala y los artículos se aprobaron con relativa rapidez. Los mayores debates se produjeron en torno a la medida que limitaba la acumulación de tierras y al artículo relativo a la exclusión de los extranjeros de la posibilidad de recibir tierras en régimen de enfiteusis.

En cuanto a las posibilidades de acumulación, el diputado Zúñiga señala que la ley no prohíbe que un enfiteuta compre a otro enfiteuta sus derechos sobre un terreno, pudiendo así acumular más de las 12 leguas cuadradas permitidas. Senillosa da una respuesta precisa sobre este punto, señalando que la ley limitaba la extensión de tierra denunciada, pero no podía poner límites a la acumulación individual, porque ello atentaría contra la iniciativa individual y la industria. En efecto, «¿por qué se le ha de privar a un individuo que compre con el producto del sudor de su trabajo? ¿Con qué derecho se le puede prohibir

¹² *Diario de sesiones*, n. 71, febrero 1828, p. 10.

¹³ *Ivi*, p. 15

¹⁴ La propuesta se dividía en 13 puntos que sancionaban la obligación de poblar en un plazo de tres años, lo que incluía 200 cabezas por legua cuadrada y la construcción de una casa y un corral. Asimismo, se establecieron normas sobre la transferencia de tierras bajo enfiteusis que pretendían limitar la acumulación de tierras en pocas manos. Además, las transferencias debían ser aprobadas por el Ministerio de Gobierno y el último artículo prohibía la distribución de tierras a extranjeros que no estuvieran casados con una mujer nacida y criada en el territorio de la República.

que progrese en su industria?»¹⁵. Además, a Senillosa le preocupaba que los enfiteutas no estuvieran en una posición de desventaja decisiva frente a los propietarios, ya que entonces nadie querría tierras enfiteúicas, en detrimento del objetivo de aumentar la población de la provincia.

En dos largos discursos, T. Anchorena reitera los peligros de la acumulación de tierras reflexionando sobre la relación entre el sistema político y la distribución de la propiedad. Si no se hubiera puesto un límite a la propiedad individual de nuevas tierras, se habría corrido el riesgo de que, en el futuro, los ricos comerciantes urbanos hubieran dirigido sus inversiones hacia el campo, acaparando enormes extensiones de tierra y convirtiéndose así en «dueños del país». De esta manera, el «sistema liberal» recién instaurado iría dando paso a un sistema primero aristocrático y luego monárquico, aniquilando los sacrificios de las guerras revolucionarias. T. Anchorena, de hecho, no consideraba compatible la acumulación con el sistema republicano, un sistema político que en Buenos Aires seguía basándose sólo en la «opinión», mientras que «las cosas y las costumbres no están en consonancia, es preciso formarlas». La ley debía tratar de transmitir los valores republicanos a los ciudadanos, y no al revés, por lo que debía evitarse la acumulación de tierras en pocas manos.

Entre las muchas críticas a la propuesta, cabe mencionar de nuevo a Senillosa, que argumenta de forma bastante pragmática que este mal se curará cuando el peligro sea real. Además, las perspectivas de crecimiento económico hacen improbable la posibilidad de grandes compras de terrenos, ya que su valor también aumentará mucho. En cualquier caso, el artículo fue rechazado por Sala. Sin embargo, es interesante señalar que Tomás Anchorena, y sus hermanos Juan José y Nicolás, se encontraban en 1828 entre los comerciantes más ricos de la ciudad y desde hacía algunos años también dirigían sus atenciones hacia las inversiones rurales, en parte gracias a los consejos de su primo Juan Manuel de Rosas, experto estanciero.¹⁶ Dada la trayectoria política y económica de Tomás, es imposible que su defensa de la incompatibilidad entre las grandes fortunas y el sistema republicano fuera sincera, pero probablemente era una forma de limitar la posibilidad de formación de nuevas grandes fortunas, para mantener el poder político y económico en manos de las familias que ya formaban la oligarquía local.

El otro artículo que suscitó un debate aún más acalorado fue el relativo a la severa restricción del acceso de los extranjeros a los terrenos enfiteúicos, una propuesta que probablemente, una vez más, pretendía limitar la formación de nuevos latifundios en la provincia. Al comienzo del debate, José María Roxas y Patrón, ministro de Hacienda, manifestó a la Sala que, en nombre del Gobierno, expresaba su firme oposición al artículo, ya que se oponía a los intentos de atraer capital y mano de obra extranjeros, y corría el riesgo de romper los términos del Tratado de Comercio firmado con Gran Bretaña en 1825. El punto central del debate fue, una vez más, decidir sobre las mejores disposiciones para fomentar el aumento de la población y, por tanto, de la riqueza de la provincia, planteándose en este caso si fomentar únicamente la colonización agrícola por parte de ciudadanos de las Provincias Unidas o admitir también a extranjeros en el disfrute de estas tierras.

Un primer argumento se refería a la superioridad moral o no de los extranjeros. La concepción ilustrada

¹⁵ *Diario de sesiones*, n. 72, 8 de febrero 1828, p. 22.

¹⁶ Juan José Segreli. *Apogeo y ocaso de los Anchorena*: Buenos Aires: Siglo veinte, 1972; Roy Hora. "Del comercio a la tierra y más allá: Los negocios de Juan José y Nicolás de Anchorena (1810-1856)". *Desarrollo Económico*, Vol. 44, No. 176 (2005), pp. 567-600; Roy Hora. "Patrones de inversión y negocios en Buenos Aires en la primera mitad del siglo XIX: la trayectoria de Tomás Manuel de Anchorena". *Historia Económica & Historia de Empresas*, Vol. 8, N. 1, (2012), pp. 41-82.

de la esfera moral era bastante amplia, incluyendo la propensión al trabajo y la industria. Algunos diputados enfatizaban los beneficios de una población extranjera que, proveniente de países europeos económicamente más avanzados, estaba más acostumbrada al trabajo y a la iniciativa económica individual que los trabajadores locales, sobre los cuales la influencia negativa de la dominación española y la geografía americana ejercían una presión significativa (Aguirre, Wright, Alzaga, Costa). Los partidarios de la propuesta de Anchorena, en cambio, negaban esta superioridad moral e incluso la derribaban, describiendo cómo el campo se había vuelto más inseguro debido a la gran cantidad de extranjeros (Arana, Grela). De hecho, quienes llegaban a Buenos Aires eran las clases más bajas y abyectas de los pueblos europeos, «la gente mas inmoral, mas viciosa y mas corrompida [...] hombres que no son sino para estar dentro de la ciudad, porque no han sido formados ni educados en los trabajos de campo».¹⁷ Grela insiste en esta dirección y sostiene que no será la enfiteusis la única que atraerá a ciudadanos útiles, que eran lo que el país necesitaba.¹⁸ En primer lugar, era necesario crear instituciones capaces de garantizar la riqueza y la seguridad individual mediante la sabia labor del gobierno, porque «las leyes, pues, son las que proporcionan todo esto, así lo enseña la esperiencia y la historia de todas las naciones del mundo».¹⁹

Otro aspecto relacionado con este tema, y que nos remite a una de las cuestiones de partida, es que las tierras sujetas a enfiteusis eran las que se encontraban dentro de la nueva línea fronteriza, tierras por tanto más expuestas que otras a la amenaza indígena y que los enfiteutas debían contribuir activamente a defender. El diputado Arana señaló la contradicción entre el tratado con Gran Bretaña (que excluía a los ciudadanos británicos del servicio militar obligatorio) y el hecho de que los propietarios fronterizos y los enfiteusis «todos estan obligados [...] a contribuir con su servicio personal [...] para contener las irrupciones de los barbaros y para poderlos resistir».²⁰ El propio Anchorena enfatizó que su propuesta solo se refería a las nuevas tierras incorporadas de forma reciente a la provincia gracias a la sangre derramada por los «hijos del país» y que el hecho de no poder gozar de enfiteusis no impedía a los extranjeros comprar o alquilar otras tierras, así como ser contratados como asalariados. Sin embargo, tras tres días de intenso debate, el artículo fue rechazado y la nueva ley de enfiteusis se publicó en el Registro Oficial.

III

De este debate pueden extrapolarse una serie de puntos de discusión relevantes sobre la relación entre el concepto de propiedad subyacente en la legislación enfiteuticista y el papel del derecho en el gobierno político y económico de una comunidad. En primer lugar, debe destacarse cómo este régimen de propiedad formaba parte de un plan de desarrollo económico y político más amplio previsto para la provincia de Buenos Aires. La enfiteusis debía proveer un marco legal para legitimar los derechos de usufructo sobre la tierra, a fin de evitar disputas, estimular la producción individual y, de esta manera, incrementar los recursos fiscales, directos e indirectos, del Estado.

¹⁷ *Diario de sesiones*, n. 74, 14 de febrero 1828, p. 19.

¹⁸ En la formulación de la Ilustración española, un vasallo útil era aquel que participaba en una sociedad mercantil, contribuyendo con su iniciativa económica individual al avance de la riqueza pública y, por tanto, del Estado.

¹⁹ *Diario de sesiones*, n. 75, 15 de febrero 1828, p. 17.

²⁰ *Ivi*, p. 6

Asimismo, se desarrollaría una sociedad comercial de terratenientes, enfiteutas y arrendatarios mediante la producción de bienes agrícolas que se intercambiarían en los mercados internos y externos. Este proyecto estaba vinculado a la apropiación de tierras hasta entonces bajo control de los pueblos indígenas. Su incorporación a la provincia se basó en la teoría de la propiedad-trabajo, que de manera implícita consideraba el modelo europeo de sociedad mercantil como el único legítimo, ya que el modelo económico de las sociedades indígenas no contemplaba la explotación territorial y la colonización agraria permanente. La ausencia en ésta de una concepción de la propiedad basada en su mejora continua a través del trabajo los descalificaba como personas jurídicas, legitimando así la ocupación criolla del territorio. Llamativamente, esta noción fue aceptada sin debate por la sala, mientras que en la década anterior y durante la época española se habían celebrado tratados de paz y comercio con los pueblos de la Pampa bonaerense, hecho que hace implícito el reconocimiento de los derechos territoriales indígenas.

En segundo lugar, una cuestión tácita en el debate es hasta qué punto puede intervenir el gobierno en la esfera económica, especialmente en el fomento de la producción agrícola antes mencionada. ¿Hasta qué punto la acción gubernamental apoyaría el despliegue de las leyes económicas naturales antes de volverse demasiado opresiva, arbitraria y, por tanto, perjudicial para el objetivo del aumento político de la población? La naturaleza del contrato enfiteutico implicaba la posibilidad de gravar el contrato con condiciones cuya finalidad era obligar a los beneficiarios a aplicar su trabajo individual a la tierra recibida. Un tema de debate fue el nivel de coerción de estas condiciones, dado que todos los participantes en el diálogo reconocieron la capacidad de la ley para moldear la realidad social. Sin embargo, ¿hasta qué punto podía la ley imponer su poder coercitivo a los miembros de la comunidad?

Por último, en el debate sobre la preferencia por la pequeña o gran propiedad y el papel de los extranjeros en el desarrollo económico local, se pone de relieve el carácter retórico de los argumentos de política económica utilizados por los participantes en la discusión. Aunque todas las propuestas presentadas se justificaron por su importancia para garantizar el beneficio público de la comunidad local, la contextualización de los intereses privados de los participantes revela una discrepancia entre las ideas expresadas en el debate y su posición social y económica. Así pues, los argumentos de política económica que se utilizaron para apoyar la formulación de propuestas legislativas tienen un doble carácter, ya que describen las leyes que subyacen a la formación de riqueza en una sociedad comercial en desarrollo, pero al mismo tiempo pueden ser utilizados instrumentalmente por los actores históricos para intentar doblegar este desarrollo económico a sus propios fines personales.

3.5 - Sessão de Jovens investigadores / jóvenes investigadores / young researchers_2

[07.09.2023 Sala/Room 3.1]

"Según la costumbre". Conflictividad socioambiental y metabolismo orgánico en la montaña leonesa durante el Antiguo Régimen (s. XIV-XIX)

Víctor Ferreras Presa | Universidade Santiago de Compostela, España | vferrp00@gmail.com

1. Planteamiento, metodología, hipótesis

El trabajo que aquí se presenta se enmarca en un proyecto de tesis doctoral que lleva por epígrafe: *Conflictividad socioambiental en la montaña leonesa durante la época del Liberalismo Oligárquico (1833-1923)*. Codirigida por Eduardo Rico y David Soto, su título pretende ser lo más ilustrativo posible: se trata de estudiar, en una biorregión determinada como la montaña leonesa, cuyo medio ambiente está fuertemente influenciado por las extensas propiedades vecinales, las disputas ligadas a la defensa del régimen comunal acaecidos en los albores de la era contemporánea. La ofensiva legislativa que el exministro de Hacienda Cristóbal Montoro llevó a cabo contra las Entidades de Población Menores y sus posesiones comunitarias, con la "Ley de Racionalización y sostenibilidad de la administración local", allá por el año 2013, ha puesto de manifiesto la continuidad del proceso histórico en un contexto distinto.¹ En la investigación de tesis doctoral retornaremos a la época decimonónica, a la *coyuntura histórica* donde por primera vez se puso en tela de juicio la *institucionalización* de la *propiedad colectiva*, muy extendida por dichas comarcas, y cuyos orígenes medievales eran desestimados por las nuevas élites liberales en tanto arcaicos, en tanto menoscabos del progreso.

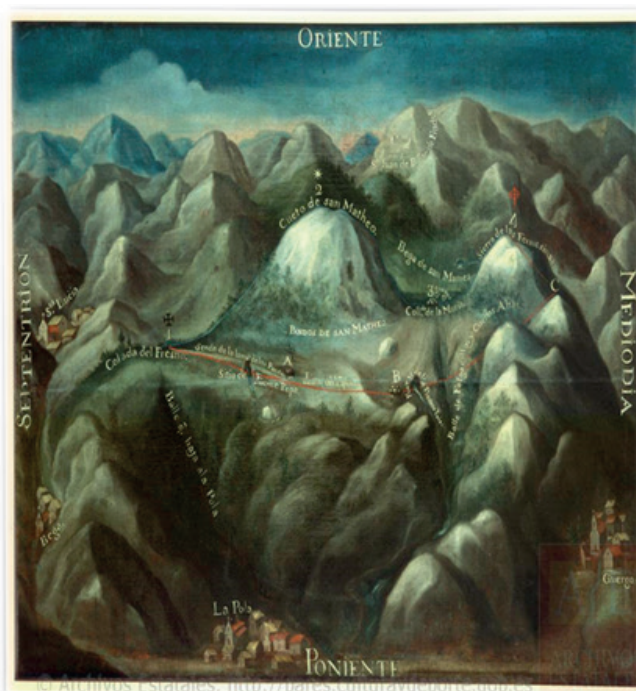


ILUSTRACIÓN 1

Carta Topográfica de una zona montañosa de La Pola de Gordón, con situación del Cueto de San Mateo y las poblaciones de Vega de Gordón, Santa Lucía, Hurgas de Gordón y San Juan de Villar de Frades. Provincia de León. 1763. ES.47186.ARCH//PLANOS Y DIBUJOS, ÓLEOS, 29.

¹ Pérez Rubio (2012). El título VIII de La Ley de Régimen Local de Castilla y León (1998), art. 72: «Funcionarán necesariamente en régimen de concejo abierto los municipios con población inferior a 100 habitantes, y aquellas Entidades locales Menores y Municipios que tradicionalmente lo vienen haciendo».

Ahora bien, los primeros resultados obtenidos no sólo apuntan hacia el enfrentamiento entre comunidades rurales y autoridad estatal. Es cierto que los vecindarios apelaban a la «costumbre», esto es a la repetición constante de prácticas y usos antiquísimos sancionadas como válidas por el grupo humano, cuando intentaban defender sus propiedades de la injerencia externa; pero las pruebas iluminan también problemas endógenos que afectaban a la comunidad y a sus bienes patrimoniales naturales. Luego, ¿qué era esa «costumbre» a la que apelaban los vecinos? ¿cuál era su alcance dentro del mapa cognoscitivo comunitario? Para responder a estas preguntas, intentaremos problematizar la heredada dimensión conflictiva que, creemos, el término «costumbre» describía en un doble nivel: a/correlación de fuerzas sociales insertada en un determinado conjunto de prácticas; b/vínculo entre este conjunto de prácticas y el mantenimiento extendido en el tiempo, tanto de los sistemas de valores como de los recursos a partir de los cuales germinaban. Esta es la razón por la que en este trabajo abandonamos momentáneamente nuestro rango cronológico de especialización y entramos furtivamente en la compleja, diversa y rica en matices *estructura histórica* del Antiguo Régimen.

Han sido varias las herramientas de análisis empleadas. En primer lugar, retomaremos la reflexión que en 1992 enunciaba Lana Berasain:² ¿podemos dar por sentado una orientación del régimen comunal a mitigar desigualdades al margen de cualquier consideración circunstancial? Para estudiar la dimensión de la comunidad campesina, sus estructuras y contradicciones internas, los modos en que se vinculan con las comunidades vecinas, así como con el resto de actores sociales; es decir, para abordar un estudio integral de la sociedad desde abajo, (*bottom up*) hemos recurrido al concepto propuesto por E.P. Thompson de «lucha de clases sin clases».³ De la misma manera, al buscar explicaciones acerca de la supervivencia de propiedades de carácter colectivo, hemos prestado atención, por un lado, a la propuesta de Rosa Congost (2006), en donde se toman en consideración «las diferentes formas de ser propietarios»; y por otro, a las de aquellos investigadores que, como el mismo Lana Berasain y David Soto,⁴ aplican los resultados de Elinor Ostrom al análisis histórico del régimen comunal.⁵ Todas ellas tienen su importancia, pero la Historia Ambiental nos aporta un concepto clave, el del «metabolismo social»⁶, gracias al cual nos moveremos en los niveles en los que se materializa la relación a estudiar: desde el plano agroecológico, el de los intercambios entre sociedad y naturaleza de *flujos* de energía, materiales e información, el de la distribución de estos al interior de la comunidad sobre unos determinados *bienes fondo*, y el de la disipación de su fundamento desorganizador o entrópico. A partir del artículo de González De Molina, David Soto y F.G. Peña, (2014) intentaremos poner encima de la mesa el nexo entre los “conflictos ambientales” y “conflictos sociales”. Si E.P. Thompson definía al materialismo histórico como un «multilateral objeto de investigación, [que] desde una perspectiva es un modo de producción, [y] desde otra un modo de vida»⁷, nosotros planteamos, sobre el materialismo propio de la Historia Ambiental, comunicar el modo de producción y el modo de vida a través del «modo de uso de los recursos».⁸

² Lana Berasain (1992)

³ Thompson (1978)

⁴ Lana Berasain (2021), Soto Fernández, David (2015)

⁵ Ostrom (2015)

⁶ De González de Molina y Toledo (2011); También en STAND UGR (2020)

⁷ Thompson (2000)

⁸ Guha y Gadgil (2001); Barrios García Moar, G. E., D’hers, V., Veiguela, N., & Khoury, M. (2021)

A nivel metodológico, el archivo operará como un yacimiento arqueológico. Inscritos dentro del estrato *antiguo-regimental*, los conflictos a los que prestaremos atención han sido rescatados en diversas consultas realizadas en protocolos notariales, almacenados a su vez en el Archivo Histórico Provincial de León. Del mismo modo, el Archivo de la Chancillería de Valladolid, y el Archivo Histórico Nacional, entre otros, consultables a través de la web PARES, nos ha ofrecido documentos interesantísimos, quizá los más trascendentales. La información obtenida ha sido dimensionada con los análisis efectuados por especialistas en Historia Moderna de la Universidad de León, cuyos trabajos han tenido como objeto las comarcas protagonistas de nuestro estudio, y con otras regiones de montaña europeas. Tras decantar los resultados, hemos distribuidos su contenido en torno a las categorías propuestas por David Soto, González de Molina y otros investigadores: «conflictos al interior de la comunidad»; «frente a élites oligárquicas», «frente a otras aldeas».⁹ Aunque hemos tenido en cuenta las claves sobre el estudio del campesinado que nos aporta J.C. Scott, nuestras evidencias dan mucha importancia a los desafíos abiertos, no tanto a la evasión silenciosa, pero incluso cuando esta operaba tendía a desembocar en un enfrentamiento directo.¹⁰ Por último, hemos intercalado la descripción del contexto con la de los casos más representativos para poder ofrecer la mayor claridad posible en la síntesis. Todo ello nos ayudará a comprobar si nuestro rumbo de trabajo tiene o carece de posibilidades.

2. Metabolismo orgánico y régimen comunal en la montaña leonesa

La Montaña de León ocupa algo más del 50 por ciento del territorio provincial, y se extiende por toda la línea que separa la submeseta norte de la región cantábrica y atlántica. En la actualidad podría definirse a partir varios puntos de vista aplicables a otras regiones de montaña, con sus propias singularidades: alberga dentro de sus límites más de la tercera parte del único Parque Nacional habitado en España, Picos de Europa, así como la mayor concentración Reservas de la Biosfera del mundo (de este a oeste, Picos de Europa, Los Argüellos, Valle de Laciana, Omaña y Luna, Ancares Leoneses) entre otras figuras jurídicas de protección y salvaguarda del territorio. Otros son menos halagüeños: el irreversible vaciado demográfico y el envejecimiento de sus sociedades, el proceso de *desagrarización* acompañado del final de la minería y de la imposibilidad de encontrar alternativas productivas viables en mercados cada vez más globalizados, al margen de su influencia y control;¹¹ el abandono político administrativo estatal y autonómico, o las trabas que el pensamiento económico politizado pone al diseño institucional local;¹² la manifiesta vulnerabilidad de sus ecosistemas ante los efectos del cambio climático;¹³ el convertirse precisamente en áreas en las que instalar los parques eólicos y plantas solares necesarias para *transitar hacia una economía verde*, a costa de destruir los pocos paisajes agrarios que aún quedan, entre otros. Diversos entes públicos a nivel local no se dan por vencidos:¹⁴ un equipo de científicos de la Universidad de León y diversas autoridades políticas han

⁹ De Molina y Santos (2002); Fernández *et al.* (2007) (2014); Lana Berasain, J.M. (2014); De Molina, Fernández, Peña (2015)

¹⁰ Scott (2004), (2014)

¹¹ Streifeneder *et al.* (2007); Alavoine-Mornas, Maderlieux, S. (2015); Álvarez Scaniello, (2020)

¹² Gaspari (2019)

¹³ Spielberger, Bergeret, *et al* (2018); Bousset, Clarimant, Degoremont, (2018); Borngnet (2019).

¹⁴ <https://www.leonoticias.com/leon/diputacion-leon-celebra-20221104202426-nt.html>, viernes, 4 de noviembre 2022.

logrado validar la candidatura de la Montaña Leonesa a la concesión de *Sistema Importante del Patrimonio Agrícola Mundial* (SIPAM), otorgado por la *Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura* (FAO), donde se mixturán los propios paisajes naturales y las prácticas agrarias que «combinan tradición, ecosistemas resilientes e innovación de manera única». El presente, a falta de otra cosa, mira hacia el pasado e interpela al historiador.

Ahora bien, hubo un tiempo en que tales prácticas eran criminalizadas, acusadas con argumentos en donde se mezclaban las denuncias de atavismo y de poco respeto por el medio natural. Pero el objetivo en última instancia era el campesino, a quien se le atribuía cierta incapacidad, entre otras cosas, para apreciar la espectacularidad ambiental que rodeaba su cotidianidad. Cuando la historia hizo coincidir el viejo mundo campesino de las montañas leonesas con el joven espíritu de la modernidad, algunos intelectuales advirtieron de forma peyorativa la manera en que los montañeses “miraban” a su alrededor y “enunciaban” su orden de predicados. Durante las primeras décadas del siglo XX, exagerando mucho los términos, Rodrigo Goy de Silva afirmaba del campesino de de la Cabrera:¹⁵

Jamás le veréis maravillarse ante el esplendor de una puesta de sol o el encanto de una aurora. Las nubes para él son solo nubes, y la flor que precede al fruto es solo el anuncio de una cosecha; no aprecia en ella ni color, ni la forma ni el aroma; sino la abundancia. Mima al cerdo y al cordero con intereses de ogro. Maltrata sin piedad al mulo, al asno, al buey y toda su plegaria a dios es una constante blasfemia. ¿cómo es posible que la tierra y la naturaleza entera, pueda estimar y querer a seres semejantes?

Pero, más allá de falta de empatía, un conjunto de causas influía en las, a ojos de Goy de Silva, ásperas maneras de ser del campesino montañés. Como en otras regiones elevadas, un medio hostil marcaba de manera decisiva en el modo de vida. Existían fuertes contrastes entre los distintos territorios estudiados: acosados por una pobreza más acentuada, los vecinos de la Cabrera y Ancares, comarcas sobre las que se debatía a cuál de ellas adjudicar el calificativo de las *Hurdes leonesas* durante las primeras décadas el siglo XX, experimentaban un periplo vital próximo por lo general a la precariedad de manera más acusada que en las comarcas del noroeste. Los vecinos de Suarbol (Ancares), en un pleito frente a los de Piornedo (Lugo), señalaban que vivían en un territorio difícil,¹⁶

Que no produce más que una corta y limitada Porción de zenteno que lo mas de los años necesitan comprar para volver a sembrar, y algunas eras y yerbas por llevarse situada a la falda de un eminente frío y prolongado puerto que llaman de *Ancares* que la mayor parte del año se be cubierto de niebes la cual en el día permanecen en el con la desgracia de no tenerlos vezinos facultades, ejercicios e industria que la cria de un poco de ganado vacuno este lo más e amedias o aparcería careciendo de lanar y cabrios, que no lo permite lo montañoso del terreno con la abundancia de FIERAS como son los lobos, osos y otros animales nozibos que ay en estos terrenos [...].

Pero en todas ellas el contexto era hostil en relación con el desarrollo de la vida humana. Los dos ejes de coordenadas, la altura con respecto al nivel del mar y los eternos y duros meses de invierno, sobre los

¹⁵ R. Goy de Silva en Prólogo de José Aragón y Escalera: *Entre brumas*. Astorga. 1921., p. 10.

¹⁶ Archivo Histórico Nacional. ES 28079. CONSEJOS, 27630, Exp. 24. EL lugar y vecinos de Suárbol (León), perteneciente a la abadía de San Andrés de Espinareda, contra el lugar de Piornedo (Lugo), concejo de Cervantes, sobre espera.

que se distribuye el ciclo vital a lo largo del año, limitaban su capacidad de expansión. Del peligro de la nieve y de su capacidad para incomunicar valles enteros nos da buena cuenta el triste destino de cuatro desgraciados que fueron asaltados por la torva durante el invierno de 1897: solo los sollozos de una niña alertaron a varios vecinos del pueblo de Páramo (Montaña Occidental), y estos se organizaron con el resto para espalar nieve y desenterrarles: la niña,¹⁷ «aunque casi exhausta»,

Conservaba el uso de la razón, y manifestó que hacía 4 días había sido enterrada por una avalancha de nieve. Por indicación de la Fructuosa (así se llamaba) se hicieron nuevas pesquisas en aquellos lugares, encontrándose los cadáveres de 2 individuos que representaban cada uno tener 55 años de edad, y el otro, que era su hijo, 16. Ha desaparecido también otro muchacho de unos 14 años de edad, hermano del anterior, cuyo cadáver aún no ha sido hallado (...).

Por sí misma, la altura y sobre todo las fuertes pendientes del terreno no eran adversidades fáciles de superar. Por toda la montaña los vecinos habían aterrizado áreas inclinadas para retener los minerales que descendían por los canales de escorrentía hacia el fondo de los valles, pero contamos con casos de lugares en los cuales el desafío de la gravedad era la primera barrera a superar en la lucha por la vida. En 1897, las veinticinco familias del pueblo de Caín (Montaña Oriental), ubicado en la garganta del Cares, a 500 metros de altura con respecto al nivel del mar, y rodeado a su vez de las cotas más elevadas de los Picos de Europa, «viven tan miserablemente que, con la riqueza del lugar reunida, dicen, que apenas vivirían, según su condición, tres familias de clase media»:¹⁸

Se dedican al pastoreo de cabras, a la venta de ruelas, y, sobre todo, a la caza de rebecos, a quienes persiguen por parajes tan altos y escabrosos, que da vértigo mirarlos. Por esto sucede que en tal lugar se lleve una estadística de los que mueren despeñados, que aseguran son tantos, que es raro se entierre a ninguno en el cementerio, al que solo van los afortunados [...].

Todos estos ejemplos ponen de manifiesto que solo por medio de la cooperación podrían superarse desafíos de tales dimensiones. De hecho, tal y como ocurría en el resto de la Europa Occidental, entre una mezcla de pequeños agrupamientos previamente organizados, y los constituidos al calor de la «expansión silenciosa» de la etapa altomedieval, dos de las células básicas de encuadramiento social en las que fue organizada la vida humana desde entonces quedaban supeditadas a la voluntad de la comunidad. Y esto a su vez consolidó en nuestro marco geográfico de estudio una tendencia de fondo en términos históricos amplísima: las familias operaban como unidades básicas de apropiación de recursos en régimen de propiedad alodial, y la reunión de los *pater familias*, hombres libres o *juniores de heredad*, a su vez, organizaban e imponían normativas sobre las superficies del término. Sobre la base del Fuero de León (1018), que sancionaba así un hábitat conformado por pequeñas unidades de población concentradas, distribuidas en los sucesivos valles estrechos que bordean los ríos en su devenir, el concejo se constituía como un órgano de poder donde se agrupaban sociedades no ya tribales o solamente gentílicas, sino sociedades de base locativa. Incluso, desde la Edad Media se organizaron concejos mayores correspondientes a un valle en los que los representantes elegidos de cada concejo menor gestionarían las cuestiones relativas a los

¹⁷ El Porvenir de León: el periódico independiente. Año XXXV. N.º 3535. 12 de marzo de 1897., p. 2.

¹⁸ El Porvenir de León: el periódico independiente. Año XXXV N.º 3523. 3 de noviembre de 1897., p. 2.

intereses del conjunto.

Fundadas en prácticas productivas validadas como positivas por la experiencia colectiva, el aislamiento al que estaban sometidos reforzó su autonomía frente a los poderes superiores en el orden social. A partir del esquema metodológico propio del Metabolismo social Agroecológico, podemos comprender mejor el sistema de apropiación de flujos de energía, materiales e información. Integrados en sus estructuras metabólicas, estos recursos liberaban sus servicios ecosistémicos a partir de dos grandes categorías de bienes fondos. Por un lado, los biofísicos: la tierra o el territorio apropiado, sometido a diversos grados escalonados de intervención, desde los prados en los fondos de los valles y los eiros de tierra cenental hasta los puertos de montaña, la última de las cliseries vegetales dadas, pasando por las áreas forestales; por otro el ganado, el conjunto de animales domesticados que proporcionan alimento, materias primas o fuerza de tiro y estiércol, servicios que dado el contexto paisajístico tendrán una gran importancia en esta investigación. En un nivel distinto aparecen los fondos sociales: a un lado el trabajo humano, el modo en que los individuos se apropian de los recursos derivados del intercambio metabólico, destaca por contar entre sus peculiaridades el tratarse también, desde un lado del análisis, de un flujo de energía que alberga en su interior otro flujo de información con capacidad de organizar todo el conjunto del metabolismo social; al otro sus herramientas y útiles, los medios de producción o el capital disponible. Esta distribución condicionaba la división social del trabajo. En primer lugar, destacaban los relacionados con las unidades básicas de apropiación, supeditadas en su nivel micro a las tareas agrarias, desempeñadas por la unidad familiar; y en menor medida a la demanda de oficios secundarios: arrieros, canteros, carboneros, carpinteros, sastres, entre otros. Labores primarias y oficios secundarios encontraban en el patrimonio concejil un lugar donde externalizar el gasto de energía bajo el cual se movía el modo de producción, esto es la fuerza de sus animales; o una fuente de inputs a partir de la cual extraer los materiales necesarios. «Los pueblos de montaña», escribía en 1901 el Ingeniero Jefe del Distrito Forestal de León:¹⁹

poseen en sus montes un tesoro (sic) con que la naturaleza ha querido compensar los rigores de su clima rudo, proporcionándoles leña abundante con que alimentar sus hogares, maderas para construir sus viviendas y aperos de labranza y otros objetos, no solo en cantidad suficiente para sus propias necesidades, sino en abundancia tal [...] que surten de productos elaborados toda la provincia.

Las comarcas montañosas contaban con un importante recurso en forma de externalidad: los pastos de verano, o puertos de montaña. Estos pastos han sido el resultado de la acción humana sobre el medio, del trabajo de roza y corta de árboles, del fuego controlado. Pero, sobre todo, de la asiduidad de los rebaños y sus estancias veraniegas:²⁰ gracias especialmente al *majadeo* o abono de tierra con el estiércol.²¹ Los puertos leoneses ofrecían un producto extraordinariamente suculento en forma de césped consumido por los formidables rebaños de merinas y los propios de los *vaqueiros de alzada asturianos*. Las negociaciones se iniciaban a partir de mayo, en ellas participaban representantes de las ganaderías y los vecindarios, y en los contratos se explicitaban las condiciones que ambas partes debían de cumplir: el concejo de

¹⁹ AHPL, Distrito Forestal de León. "Memoria justificativa del plan provisional de aprovechamiento correspondiente al de 1902 a 1903".

²⁰ E. Afif, J. A. Olivera (2009)

²¹ J. Álvarez, *et al* (1987)

Valdeón (Montaña Oriental), tras arrendar los pastos de los puertos en 1777, fue remunerado con más de 40 mil reales posteriormente invertidos en sufragar los gastos de los funcionarios del concejo, del médico y cirujano, y de la importación de grano procedente de Villalón (Valladolid).²² Era por lo general común acordar la estancia conjunta del ganado foráneo y propio del vecindario, aunque llegados el caso las especificaciones concretaban qué tipo de ganado acompañaría a las merinas.²³ También gran parte de la población masculina se empleaba como mayoresales y demás miembros de las cuadrillas que dirigían y mantenían en perfecto estado los rebaños; afrontaban los descensos hacia las dehesas manchegas y extremeñas junto a una pequeña ganadería propia, a los utensilios procedentes, y sobre todo, a unos compañeros extraordinariamente leales, y llegados el caso, feroces, como son los perros de la raza *mastín leonés*.

Tanto la apropiación y transformación, la parte visible, material, dura del dispositivo metabólico, mayormente desempeñada al interior de las familias, como la circulación y asignación de recursos, las cadenas metabólicas en torno a las cuales giraba el consumo, el reciclaje de recursos, esto es el *software*, la parte inmaterial, las instituciones sociales encargadas de organizar la vida, prendían asociadas. Todo dependía del grado de congruencia entre los bienes fondos: la congruencia permitía alejar al metabolismo social del estado de orden entrópico, o, dicho de otra manera, mantener a raya el estado de anomia social. La congruencia, en definitiva, aproximaba al metabolismo social al ecosistema en que se despliega, y determinaba su grado de sustentabilidad en base al principio de *biomímesis*, por cuanto todo el proceso metabólico estaba supeditado a un nexo, entre la capacidad de reproducir la población agraria y la capacidad de restituir los bienes fondo. Sin duda, este modelo de obtención de recursos y externalidades, fuertemente imbricado y pautado, contribuyó a la consolidación del hábitat montaños.²⁴ Ahora bien, para entender la consolidación del metabolismo orgánico en la montaña leonesa necesitamos reflexionar acerca de un elemento de juicio más, el verdadero protagonista de esta reflexión.

3. Conflictividad socioambiental en la montaña leonesa

La trascendencia de la colaboración intracomunitaria, o, dicho de otra manera, su preponderancia sobre la voluntad individual, se expresaba en la *costumbre*. Este significativo apelaba a una cosmovisión vital, a un sistema de valores determinado. Podía ser el *hábitus* de Bordieu, toda vez que formulaba la orientación, horizontes y límites del conjunto de prácticas bajo las cuales se reproducía una comunidad humana. Pero al mezclar sistema de valores y usos también vemos emerger, a la manera de E.P. Thompson, «un área de fricción entre la ley y la práctica agraria». ²⁵ En este campo de batalla las comunidades se definían en un triple nivel íntimamente vinculado: no solo en el referido a su relación con los señores o con otras aldeas, sino también dentro de la comunidad.

²² María José Pérez Álvarez y Alfredo Martín García (2012)

²³ María José Pérez Álvarez (1997)

²⁴ Manuel Rodríguez Pascual y Antonio Maya Frades (1999)

²⁵ Thompson (2019)

3.1. Conflictividad dentro de la comunidad

En su interior, la *costumbre* no solo era la plasmación de una correlación de fuerzas social definida o, mejor dicho, definitiva, sino que en ella se consumaban continuamente las estrategias familiares de apropiación y transformación de flujos de energía y materiales en función de su estatus, y por extensión de sus aspiraciones, o más bien, posibilidades reproductivas. Y la tensión en torno a ellas debió alcanzar una magnitud muy elevada, sobre todo si tenemos en cuenta que comunidades analfabetas casi en su totalidad decidían sufragar un escribano y así solidificar por escrito las cuestiones más relevantes con las que garantizar la paz social; los siglos XVI y XVIII, épocas en que un notable crecimiento demográfico y económico amenazaba con caer sobre los bienes comunales como una plaga de langostas; pero del mismo modo el XVII, en que la *anomia* consecuente con una intensa crisis económica degradaba las estructuras comunitarias, serán testigos de la plasmación del derecho consuetudinario en las ordenanzas concejiles²⁶ En las de Acebedo, de 1623,²⁷ podemos leer lo siguiente en su artículo 54, titulado “No vayan a Concejo los hijos de vecino”:

Ítem ordenamos y mandamos que de aquí adelante para siempre jamás ningún hijo de vecino sea osado de ir a las juntas que hace el Concejo, por los inconvenientes que se puede ofrecer y se han visto por experiencia, sucediendo alguna riña en el dicho concejo [...] pena de 300 maravedís para las obras públicas del Concejo.

Ratificando por escrito situaciones de hecho recogidas en antiguas prescripciones, los articulados aprobados se consensuaban en algunos de los periódicos concejos celebrados los domingos a la salida de misa. Estos expresaban las demandas de los jefes de familia, categoría que en la mayoría de lugares auspiciaba a las viudas con casa abierta, aunque más bien como “medio vecinas”, ya que su voto en concejo computaba por la mitad del de un hombre. Todos los vecinos (y por extensión, con la ausencia total de hijos y demás parentelas sin dicha condición) debían acudir a las reuniones bajo pena de multa tras la llamada a campana tañida, y dentro de los estatus se ratificaban las normas de conducta apropiadas que regirían el encuentro. Tanto reuniones como regulaciones colectivas no solo «respondían al específico problema de la retención de biomasa»,²⁸ sino que en el caso leonés tuvieron un carácter más omnímodo, llegando incluso a abarcar diversas esferas de la vida vecinal. A su vez, las ordenanzas recogían las fechas señaladas para celebrar las elecciones donde se escogían aquellos que ocuparían los oficios concejiles durante el periodo determinado por la *costumbre*: de procuradores encargados de defender en materia judicial al concejo y de gestionar sus cuentas; de alcaldes de Santa Hermandad, a quienes se adjudicaba el mantenimiento del orden civil; de regidores, observadores del cumplimiento de los derechos prescriptivo o del articulado concejil; en algunos casos incluso del juez ordinario, quien conectaba la legalidad consuetudinaria con el derecho del rey o del señor jurisdiccional de turno; entre otros. Estas cuestiones mostraban la fuerza de una comunidad que se protegía del exterior asegurando en primer lugar sus equilibrios metabólicos entre

²⁶ Rubio Pérez (2012); Pérez Álvarez y Rubio Pérez (2014)

²⁷ Tomás Álvarez.... Archivo Histórico Junta Vecinal Acebedo. Ordenanzas Concejiles 1623. Agradezco a Javier Fuente Fernández, Catedrático de Literatura, haberme transmitido el documento y la transcripción.

²⁸ Warde (2008)

«reglas regulativas o constitutivas»;²⁹ en el encuentro cara a cara. Pero, ¿cómo podríamos insertar este esquema interpretativo en una trama social con diferencias económicas y jurídicas?

Legado de la etapa feudal, las segundas de las diferencias otorgaban a un determinado grupo social una serie de prerrogativas, tales como pertenecer a un estamento jurídico privilegiado, así como no contribuir con el erario real. El acaparamiento de las mejores tierras de labor, el arrendamiento de parte de estas y de ganado, la posibilidad de acceder a la educación ofertada por instituciones religiosas y universidades, la administración de las propiedades y rentas de los grandes señores jurisdiccionales, todas estas cuestiones nos muestran cómo sus privilegios en determinados casos llegarían a materializarse en diferencias económicas sobre el estado llano, los hombres buenos, también llamados pecheros, en tanto pagadores de impuestos; pero también de la mayor parte de los miembros de su estado, quienes caían en fuertes problemas de reproducción ante cualquier contratiempo, especialmente cuando se trataba de repartir una herencia. Garantizar holgadamente la supervivencia manifestaba orden, y por extensión aseguraba la atracción de los miembros de una familia en torno a su núcleo; la endogamia familiar contribuía a concentrar los bienes patrimoniales y estos posteriormente se protegían jurídicamente en mayorazgos.³⁰ Del mismo modo, el diseño de los aprovechamientos ofrecido por el régimen comunal les era beneficioso: llevaban a sus ganados a las veceras colectivas, y, mientras estos pastaban en los puertos y montes del común, segaban el pelo de sus prados y posteriormente lo almacenaban; acto seguido, merced a las servidumbres de derrota de mieses, abrían sus heredades pratenses a los ganados del resto del vecindario, logrando así que estos los limpiasen de rastrojos y los abonasen. También en las reuniones se organizaban segregados del estamento pechero, conformaban sus propios oficios de regidor, procurador y alcalde de la Santa Hermandad, y simbolizaban su superioridad no solo sellando los acuerdos mediante libaciones servidas en copas de plata, a diferencia de los hombres buenos, que lo hacían en astas de cuerna, sino que dejaban patente su predominio por medio del ejercicio de la justicia ordinaria. El liderazgo de los hidalgos tendía a invadir otros terrenos de la organización social, por ejemplo, convirtiéndose en *cabezaleros*, es decir, titulares de foros pagados colectivamente por los vecinos a instituciones religiosas, y que podían ser desde tierras de labor a superficies de monte o puerto. Pero al leer la documentación de la época se percibe en forma de expresiones concretas una tensión a veces no tan esquiva.

Debemos indagar en el Archivo Histórico de la Chancillería de Valladolid si queremos encontrar un conflicto entre los dos estados. Fue allí donde acudió el procurador por el estado de los hidalgos del pueblo de Torrestío de Babia, en 1656, para interponer una demanda a sus convecinos pecheros, quienes, al parecer, y pesar de encontrarse en minoría numérica, habían irrumpido en concejo con «mano poderosa».³¹ En dicho lugar existía la *costumbre* de que cada estamento ejerciera en exclusiva los oficios de justicia durante un tiempo determinado; una vez vencido el plazo, debían delegar sus responsabilidades al otro. Pero precisamente ese era el origen del problema. El grado de correspondencia entre las actividades a las que se dedicaban los individuos de cada estamento, y la propia idiosincrasia de cada uno de estos, era tanto más irreconciliable cuanto que muy poco frecuente entre la documentación consultada: los hidalgos

²⁹ Lana Bersain (2021)

³⁰ Aguado Cabezas *et al* (2011)

³¹ Archivo Histórico Chancillería de Valladolid. REGISTRO DE EJECUTORIAS Caja 2789,36. Ejecutoria del pleito litigado por los hijosdalgo con los pecheros de lugar de Torrestío de Babia (León). Registro de Ejecutorias. Trabajamos otro pleito de similares características ligado a los estamentos noble y pechero de Puebla de Lillo, en 1796. ARCV, REGISTRO DE EJECUTORIAS, Caja 3339,33,

representaban la esencia de la baja nobleza montañesa, dedicados la gran mayoría a las tareas agrícolas, a pesar de su título, «por simbolizar sus haciendas solo la labor del campo y acudir a su cosecha»; las partes contrarias eran todos *vaqueiros de alzada* asturianos, pastores que junto a sus familias invernan en la *marina* y veraneaban a ambos lados de la Cordillera Cantábrica.³²

Una primera sentencia fallada en 1627 aportaba jurisprudencia y llenaba de razones las pretensiones de los *vaqueiros* en la defensa de su capacidad para ejercer los oficios de justicia «cada un año». Ahora bien, las rencillas entre ambos, cuya memoria se remontaba hasta 1570, cuando los asturianos pagaron sus vecindades y comenzaron a aprovechar los pastos del pueblo gratuitamente, eran demasiado agrias: tal y como alegaban los representantes del estado noble, no solo no tenía sentido dejar al concejo sin justicia en los meses de invierno, sino que los *vaqueiros* aprovechaban sus años como oficiales para, una vez regresados al lugar en el mes de junio, extralimitar las servidumbres de derrota y entrar sobre «los panes segaderos» de su propiedad. De ahí que los hidalgos mantuviesen sus aspiraciones: en 1650 propusieron un nuevo acuerdo por el cual renunciaban al monopolio de los oficios a cambio de que ambos estados los repartiesen ya no anualmente, sino cada medio año, aunque con una ligera inclinación a dejar a los *vaqueiros* a cargo de la justicia en invierno, esto es cuando no estaban en el pueblo. Pero los *vaqueiros* rehusaron aceptarlo: bien informados, apelaron a la «costumbre universal de estos reinos» según la cual los «oficios honrosos» habían de repartirse entre los estados; alegaron que sus vecinos, aprovechando su número, riqueza y poder, estorbaban el ejercicio de los que quedaban en el pueblo a cargo de los oficios concejiles durante su turno; y, merced al fallo positivo del más alto tribunal de justicia, impusieron sus demandas.

El ámbito de los conflictos cotidianos ha dejado un rastro más visible en los archivos. A los tribunales de primera instancia apenas llegaban problemas ligados a los recursos colectivos como los montes, sobre los que parecía existir un gran consenso. La batalla se centraba por ejemplo en torno al agua y a su aprovechamiento en el riego. Este tipo de conflictividad atendía a intereses particulares, y enfrentaba a diversas familias entre sí, pero a la larga todo el pueblo terminaban de alguna u otra manera involucradas. Cuando, en 1773, el cura párroco del pueblo de Lavandera, en la Mediana de Argüellos,³³ denunció a Josepha Díaz - y al marido - por maltratar de palabra y obra a su sirvienta mientras esta regaba los prados de la rectoría, obtuvo contra todo pronóstico el apoyo de la comunidad bajo la apariencia de testificaciones en su favor y una sentencia propicia del juez ordinario. Pero este tipo implicaría sobre todo a los estratos campesinos más pudientes, por lo general los dueños de las heredades afectadas, quienes temían que por una riña uno de sus convecinos regara negligentemente sus prados, que posteriormente fuese incapaz de drenar el agua, y que la humedad consecuente se transformase en campo abonado para que una ulterior invasión masiva de roedores terminase por afectarles a todos.

³² María Cátedra Tomás (1986)

³³ AHPL. Caja 4117. Documentos judiciales, Mediana de Argüellos, sig. 347.

	Precarios	Pequeños	Medianos	Acomodados
s. XVI	4,8	24,2	52,5	18,5
s. XVIII	17,2	18,5	37,9	26,4

TABLA 1 - Evolución porcentaje tierras que administran las explotaciones en Babia
 M. J. Pérez Álvarez. La montaña noroccidental leonesa en la edad moderna..., p. 203, gráfico 14.

	Sin tierra	Precarias	Pequeñas	Medianos	Acomodados
s. XVI	0	15,9	31,8	44,9	7,5
s. XVIII	4,6	51,3	19,5	19,5	5,1

TABLA 2 - Evolución en la tipología de las explotaciones en Babia
 M. J. Pérez Álvarez. La montaña noroccidental leonesa...p. 203, Gráfica n.º 15.

Desde el punto de vista sincrónico, el estudio de la conflictividad endógena nos puede revelar muchas cualidades de la comunidad rural. No obstante, para ponderarla en términos históricos necesitamos introducir una perspectiva diacrónica. La investigadora leonesa María José Pérez Álvarez ha destacado la espiral de polarización social atravesada por las comunidades montañosas, especialmente a finales del siglo XVI, gracias a los datos vinculados a la comarca de Babia. Una mezcla entre crecimiento demográfico y enfriamiento del clima desorganizó entrópicamente las capas medias y bajas del campesinado durante las últimas décadas del siglo XVI, y aunque, según nos informa, los repartos de trozos de monte roturados con las cuales se intentaban paliar los problemas productivos indicarían una aspiración igualitaria, no lograron mitigarlos; estos progresivamente se agravaban por medio de toda una maraña de deudas

Número cabezas de ganado vacuno	Porcentaje Nº vecinos Caboalles de Arriba (1818)	Porcentaje Nº vecinos Murias de Paredes (1829)
0	18,1	22,2
hasta 4	27,2	37
5 a 10	18,1	29,6
11 a 16	18,1	11,1
> 16	13,6	0

TABLA 3 - Distribución cabezas de ganado vacuno (ejemplo) M. J. Pérez Álvarez. AHPL.
 Doc. Varios 1820, Caja 6838, sig. 1538 y 1541. Contribución de Caboalles de Arriba (1818) y de Murias de Paredes 1829

en formas de censos y foros que comenzó a drenar el excedente de los productos del trabajo hacia los estratos superiores. La dinámica a su vez se comunicaba con el proceso de inserción de los miembros más ricos del estado pechero al noble.³⁴

Ahora bien, los mercados de deuda estaban copados por agentes religiosos, por grandes señores jurisdiccionales y sobre todo por personas oriundas de las comarcas asturianas. El reparto del número de cabezas de ganado en nuestros datos, si bien arrojan un amplio estrato social sin acceso a ellas, muestra todavía hacia principios del siglo XIX la importancia de la pequeña y mediana propiedad. En contextos como el alpino o el pirenaico, marcados progresivamente por los cambios zootécnicos en coordinación con las transformaciones en la demanda de la carne y de los derivados de la leche,³⁵ el negocio de la deuda consolidó la segregación entre unas élites comerciales minoritarias con contactos en el llano y el resto de la aldea; los beneficios consecuentes retornaban a la montaña, destinándose a la inversión en más tierras y ganado que estaría a merced, bajo contrato, de los vecinos más pauperizados; eso suponía fagocitar los flujos metabólicos que caían sobre el conjunto de bienes fondo, especialmente los *alpages*, donde apacentaban en verano los ganados vecinales, e impedir la especialización en cualquier oficio invernal, puesto que tendrían que trabajar en el mantenimiento del número de cabezas estabuladas; pero sobre todo iniciar procesos de acumulación en base a la contratación de fuerza de trabajo. El conflicto en torno a los *alpages*, intenso en principio, se vio subsumido ante el peso de férreas redes clientelares, encabezadas mayoritariamente por notarios y personas ligadas al derecho.³⁶ Las élites montañosas locales, en el caso leonés, tenían que buscar otras alternativas de acumulación para intentar dominar los estratos inferiores. De hecho, el análisis de las fuentes nos muestra cómo las deudas normalmente solían contraerse por patrimonios solventes, por lo que serían un jalón a la hora de incrementar la capacidad de explotación de determinadas familias. Bajo el contexto propio del siglo XVIII, con una masa del campesinado cada vez más empobrecida y en consecuencia una correlación de fuerzas divergentes al interior del concejo, el reparto de bienes concejiles podría verse como un elemento dinamizador importante de semejante proceso. La denominación de los distintos espacios agrícolas en los documentos estudiados es un hilo del que tirar: las *llamas*, prados con humedad constante o con un manantial, son terrenos normalmente bajo propiedad de vecinos desahogados; en contraposición a los *cardosos*, terrenos con cardos, o las *poulas*, trozos de monte destinadas varios años para el cultivo, de rendimientos decrecientes, las cuales presentan una mayor distribución entre el conjunto del vecindario.³⁷

En 1781, Tomás de Sabugo, vecino de Rioscuro de Laciana, ponía en conocimiento de la Chancillería de Valladolid que varios vecinos:³⁸

De 20 años a esta parte se han intrusado en diferentes *exidos* y términos públicos diputados para el aprovechamiento y pasto común a beneficio del vecindario, cerrando así mismo prados que antes eran abertales y de un solo pelo para hacerles de dos al año y utilizar enteramente su productos con exclusión y notorio perjuicio de los demás de los vecinos, que por inconclusa e

³⁴ Sánchez Badiola (2019)

³⁵ Jon Mathieu (2001)

³⁶ Laurance Fontaine (2001)

³⁷ AHPL. Doc. Varios 1820, Caja 6838, sig 1541. Murias de Paredes 1829. Traducción de los términos extraída de. Janick (2017)

³⁸ AHPL, Caja 6580. Concejo de Laciana, sig. 231.

inmemorial costumbre de aquel pueblo tenía y tiene derecho a pastar con sus ganados cogido que sea el primer pelo o yerba sin que los respectivos dueños puedan procurar otro igual en otro u otra parte del año.

Dichos vecinos no informaban al resto de sus procedimientos, y en silencio redondeaban paulatinamente sus patrimonios a costa del común. No solo en lo que se refiere a impedir las servidumbres de derrota, «reduciendo un pelo a dos segaderos», sino que no dudaron en transformar tanto prados como trozos de monte en algo más de 5 hectáreas de tierras de labor centenales, más aún de lo poseído por un campesino medio en términos relativos. Todo esto nos indica el despliegue de procesos acumulativos, en este caso, por medio del asalto frontal al patrimonio colectivo. No se percibe, por sí mismo, un enfrentamiento entre distintos grupos sociales segregados a partir de una estratificación patrimonial, toda vez que la defensa del “bien común” la protagonizaba a título personal un miembro de la comunidad con posibilidades, al menos con las suficientes para invertir tiempo y dinero en la operación: además el tal Tomás fue denunciado un par de años después por el concejo tras construir un muro de piedra que protegía sus prados del paso crecido del río, a costa de trasladar la fuerza de este hacia el otro margen, justo por donde pasaba un camino de servidumbre; indicio de que su defensa del interés común respondería a unas condiciones particulares. Los cada vez más pequeños campesinos y pobres del lugar, desde este punto de vista, no tendrían ninguna capacidad de agencia y estarían a merced de sus superiores en el orden socio-económico y jurídico; infiltrándose entre sus disputas, buscarían ampliar los límites de sus posibilidades.

Sin llegar a desecharla completamente, debemos matizar tal hipótesis. Aunque la estructuración del proceso histórico se dirigía contra sus intereses, las familias en riesgo de precarización tenían algo que decir por sí mismas al respecto. Una de las fuentes que más nos han ayudado a reconstruir este tipo de conflicto endógeno han sido los juicios de residencia, llevados a cabo para fiscalizar a las autoridades judiciales instaladas sobre el terreno al servicio de un señor jurisdiccional, en este caso, el conde de Luna. En Palacios del Sil, en 1705, un proceso judicial de estas características colmó más 3 años de enfrentamientos: más o menos el tiempo que tardaron las autoridades, sumidas en la Guerra de Sucesión Española, en hacer caso a las denuncias remitidas por los vecinos perjudicados.³⁹

En dicho lugar, el juez ordinario elegido en concejo se encontraba en un indeterminado espacio entre la autoridad del conde de Luna, señor jurisdiccional, y la justicia realenga. Tal espacio fue advertido y explotado en un momento propicio por el juez Manuel González del Campillo, vecino, quien encabezaba una poderosa facción dentro de la comunidad, integrada por aliados y sobre todo familiares en diversos grados de parentesco. Gracias a sus continuas reelecciones en el cargo, urdió una trama de corrupción que prácticamente abarcó todas las esferas del orden metabólico-social. No respetaba ni las veceras ni el tiempo en que los prados del común quedaban reservados, llegando a repartir muchos cuartales a su voluntad entre sus partidarios; tampoco lo hacía con aquellos montes cotados, a donde enviaba a sus sirvientes a cortar cambas, ni con los tiempos de veda y crianza de la pesca; inundaba con el agua del riego heredades y prados comunes, convirtiéndolos en el reino de los roedores; interrumpía con voces las reuniones concejiles y amedrentaba a los vecinos díscolos con malos tratamientos, aparte de que guardaba en su propia casa habitación el archivo concejil; había forzado al común a pleitear contra el pueblo de Páramo por un pasto de peñasco que en ningún tiempo se «ha hallado arrendado para ellos

³⁹ AHRCV, Caja 3321, D1. Juicio de Residencia en la Villa de Palacios del Sil.

por lo fragoso del sitio», llegando a malversas 3 mil quinientos reales exigidos en concejo; enfrentado a la *costumbre*, aceptaba continuamente los nombramientos como juez y no respetaba los intervalos de tres años que esta imponía; aplicaba la justicia de forma parcial, «dándosela a los que son de su devoción», sin atender las peticiones de quienes no lo eran; si quiera había remplazado al último escribano público, inhabilitado por loco; y, para colmo, había ofrecido un puesto como sirviente en su casa a un mozo que había dejado preñada a una convecina, y que no había querido ni casarse con la muchacha ni hacerse cargo de la criatura. Las respuestas variaron a lo largo de los años, desde iniciativas espontáneas que terminaron con los huesos del vecino inductor en la cárcel, hasta una organización mucho más precisa, que buscó en primer lugar la colaboración de su señor, y posteriormente acudió a la Chancillería.

Durante la época sobre la que trabajamos el término pobre era sumamente impreciso. Los hidalgos, aun siendo casi todos labradores de «pan coger», consideraban como pobres a todos aquellos que no formaban parte de su estado. Ahora bien, en el caso que nos ocupa ningún enunciado nos remite a hidalgos y pecheros, y sí a poderosos y pobres. El primero que definía al grupo de vecinos perjudicados era el propio juez Manuel González del Campillo, sobre todo al justificar las voces destempladas, pero no llegaba a emplear tal adjetivo, sino que, tildándoles de poco inteligentes, se situaba por fuera de ellos y les delimitaba; cuando se defendía de este cargo señalaba:

[.] Y porque el 10^o cargo de que atemorizo en las audiencias y concejos a los vecinos con malos tratamientos y amenazas es supuesto y solo cierto que el levantar algunas veces la voz más de lo acostumbrado proviene de tratar con personas de poca inteligencia, y que para que tengan alguna de lo que se les dice se necesita que sea en dicha forma.

El fiscal de la Chancillería, quien abrió de oficio una investigación, era más preciso en el empleo del término pobre:

Hombres pobres de muy cortos caudales que muchos de ellos se mantienen de su trabajo personal y otros de la crianza de algunas cabezas de ganado y otros algunos pocos viejos y viejas son pobres de solemnidad y hay otros dedicados a los servicios de su casa (¿mujeres viudas y solteras?) que ninguno puede medrar y solicitar pleitos acordándolos por sí solo.

Vemos que en torno a un mismo fuego nos aparecen personas en situaciones diferentes pero unidas ante el calor de la adversidad. Tal y como fueron distribuidos los cargos, extraídos de las testificaciones secretas, el «bien común», ya bien sea en cuanto al respeto de las prácticas agroganaderas colectivas, al tiempo de regeneración de los ecosistemas, a su propia manifestación hecha ley, a la igualdad de derechos de los vecinos, al respeto a la supuesta honorabilidad de una de las familias, que a la postre era la de todas, etc., era el elemento amenazado y la principal causa por la que los vecinos damnificados habían denunciado al juez. Personas afectadas por distintos problema tenían en la estructura *deóntica* comunal un factor organizador a partir del cual compartir sus experiencia; la propiedad colectiva institucionalizada predisponía un marco de relaciones sociales a partir del cual hacer suyos los intereses de la «república».⁴⁰ Aspirar a un determinado propósito, personificado tanto en un enemigo inidentificable como, a ojos de la conciencia social, unas actividades reprochables, provocó que acciones iniciales, esporádicas y no

⁴⁰ Lana Bersain (2021)

coordinadas, mutasen en una firme y determinada cohesión; incluso es posible que los vínculos familiares y de otro tipo involucraran a personas que no tuvieran motivo de inmiscuirse. Tendríamos que solicitar aún más - puede que demasiado - el auxilio de la imaginación histórica si tuviéramos que describir cómo dicho grupo logró hallar los espacios de encuentro y así urdir un plan: al tener los rivales en su propia comunidad ni la taberna ni el concejo eran lugares seguros. Sea como fuere, todo el periplo se resolvió con una sentencia favorable emitida por el juez al servicio del conde: Manuel González del Campillo fue multado con 70 mil maravedís, e impedido para ejercer el cargo durante los 18 años siguientes.

Este ejemplo ha puesto sobre la mesa cómo el conflicto socioambiental en su rango endógeno desplazaba en torno a tres variables enunciadas por David Soto: «la biofísica o condición material, las reglas y los atributos de la comunidad».⁴¹ Desde este punto de vista, podría valer para medir la dimensión en el nivel del impacto que el conflicto por el control del régimen concejil tenía sobre la comunidad en clave de clase, aunque más bien, siguiendo al propio Thompson, de «lucha de clases sin clases»; cuando se habla del campesinado es realmente difícil dilucidar las partes y sus vínculos, en muchos casos vertebrados en parentelas, u organizados verticalmente en clanes, pero el incremento cuantitativo de capas progresivamente empobrecidas fue acompañado de su intento por distribuir el caos entrópico que caía sobre ellos, por no perder estatus, por mínimo que fuera, y no por asumir pasivamente un destino cruel. Todo esto pone muy en duda el adagio «lo del común ye de ningún»,⁴² al que se sigue apelando por un sector de la historiografía, así como la teoría de la sobreexplotación del comunal, pues por ese «bien común» pasaba la supervivencia de al menos el 60 por ciento de los vecinos; demostraría, en todo caso, la existencia de un consenso social bajo un contexto histórico concreto lo suficientemente interiorizado como para defender unas prácticas enraizadas a una determinada escala de valores, independientemente del rival a enfrentarse.

3.2. Conflictividad antiseñorial

Hasta aquí hemos intentado advertir los marcos dentro de los cuales operaba el conflicto socioambiental al interior del entramado comunitario: a continuación, trataremos de hacer lo mismo con su desarrollo dentro de la estructura de relaciones que les vinculaban con otros agentes sociales. En primer lugar, destacaremos los conflictos que involucraban a una comunidad campesina con las élites oligárquicas, es decir, el conflicto *hacia arriba*.

Este fue sin duda el tipo más *clasista* y el más agresivo para con el metabolismo social.⁴³ Por ejemplo, la relación entre comunidades y los dueños de los rebaños meseteños, grandes aristócratas atrincherados tras los privilegios corporativos del Honrado Concejo de la Mesta, tuvo sus más y sus menos. Los mayoresales vigilaban muy de cerca el uso que los vecinos hacían de sus montes y puertos: en Babia, hacia mediados del siglo XVIII, donde, como hemos señalado algo más arriba, el equilibrio entre pastos y bosques se iba progresivamente decantando en favor del primero, los mayoresales abusaron de los incendios con

⁴¹ Soto Fernández (2014)

⁴² Tortella y Núñez (2011): «Es antigua y establecida la “tradición” española de saqueo a la propiedad pública».

⁴³ Molina, Soto Fernández, Peña (2015)

el objetivo no solo de garantizar buen pasto al año siguiente, sino que en su mente también estaba la idea de erradicar lugares en los que animales nocivos pudieran guarecerse. No muy lejos de allí, en el vecino valle de Laciana, caracterizado por un mayor número y espesura de masas de bosque frondosas, el alcalde mayor del Honrado Conejo de la Mesta remitió a los tribunales de justicia 226 causas contra los rompimientos efectuados por los vecinos en distintos parajes de *exido* y pasto durante el año 1588; casi doscientos años después, en 1748, el Honrado Concejo mantenía sus aspiraciones y utilizaba una pragmática real encargada de proteger las áreas boyales ante el incremento del terrazgo agrícola. Los lacianegos no volcaban la expansión de la frontera agrícola a costa del bosque, sino que, debido a una mezcla de factores naturales, sociales y, al exportar parte de la madera hacia la deficitaria comarca vecina de Babia, económicos, la derivaban hacia los pastos que caían por debajo de la línea de las brañas, conocidos como «pastos de vecera abajo», que «solo dan fruto alternándose en la siembra de su suelo». En ambos casos los lacianegos tuvieron que manifestar que tales «promiscuos aprovechamientos» no respondían a una decisión arbitraria, sino que:⁴⁴

Por lo mismo la necesidad introdujo, por falta de tierras, las rozas, que se hacen desmontando mucha maleza y atochal, mediante cuyo beneficio, luego que se recoge el fruto, da por algún tiempo pasto hasta que, creciendo las matas y maleza, hacen necesitar la tierra de igual beneficio, pues de otra manera su misma espesura impide al ganado todo pasto [...]

Ahora bien, la presión señorial tomó vías más directas. Si bien la tierra ya estaba por entonces repartida entre las tierras de las instituciones religiosas y el realengo, usufructuadas en foros a favor de los concejos, el advenimiento en 1348 de Enrique II de Trastámara, y, sobre todo, su política de entrega de mercedes y prebendas en estipendio a sus aliados en la guerra frente a su hermanastro, el rey Pedro I, bajo la forma de señoríos jurisdiccionales, vinieron a ser algo así como la estampida de una gran manada de bisontes en los pastos de la costumbre vecinal. Esta fue defendida por los concejos mayores, agrupaciones de estos organizadas por valles. Pero ni si quiera donde lograron imponerse permanecieron exentos de problemas ulteriores: tal es el caso de la Merindad de Valdeburón, que tras lograr su autonomía frente a los intereses de la familia de los Tovar, así como de los Prado,⁴⁵ hidalgos locales, tuvieron que defenderse del intento de expansión del adelantamiento de Oviedo sobre las comarcas al sur de la cordillera; o de Babia, quienes en su caso hubieron de oponerse a los conde de Luna, y tras conseguirlo, a finales del siglo XV, continuaron dando la batalla a la familia de los Quirós.

Los condes de Luna son un ejemplo magnífico a la hora de explicar la problemática. A principios del siglo XV, Pedro de Quiñones, adelantado del Principado de Asturias, penetró por las comarcas de Babia, Luna, Laciana, y, en su camino hacia las comarcas del mediodía, se introdujo en Omaña y Ribas del Sil. Si para ello exigió el señorío jurisdiccional, no cabe duda que su ambición era mayor, y trató de llevar el vasallaje a la tierra. «Presión fiscal, desafueros, tiranías», después de los escarceos iniciales, en los que la colaboración *interconcejal* comenzó a disgregarse, su hijo Diego de Quiñones fue obligado a respetar derechos y fueros, pero los concejos vieron definitivamente truncada cualquier esperanza de retornar bajo la justicia del rey,

⁴⁴ AHPL, Protocolos Notariales, Caja 6577.

⁴⁵ Sánchez Badiola (2012); También en ARCV, REGISTRO DE EJECUTORIAS, Caja 1058,26. «Ejecutoria del pleito litigado por el concejo y merindad de Valdeburón (León) con el concejo de Oviedo (Asturias), Gabriel Rojas su corregidor, y sus merinos, sobre intromisión en los asuntos propios de la merindad de Valdeburón y retención de algunos de sus vecinos».

con la excepción de Babia.

El siglo XVI presenció cambios. Una vez finalizado los tiempos de los Reyes Católicos, y en el contexto de la Guerra de las Comunidades, los condes reforzaron su hegemonía merced a la imposición del «fuero del pan» en algunas localidades,⁴⁶ o a la apropiación de los puertos o «pastos de vecera arriba», los ubicados por encima de la línea de las brañas. Con respecto a lo último, la documentación es lo suficientemente compleja como para obligarnos a recurrir a los verdaderos especialistas, pues las sentencias se encabalgan y contradicen:⁴⁷ la intimidación y violencia; el sembrar confusión mal interpretando las concesiones, aprovecharse de un régimen de propiedad de los puertos dividido entre varias comunidades de aldea; María José Pérez Álvarez utiliza tales afirmaciones para intentar desentrañar las razones del éxito señorial. Pero añade causas muy interesantes: algunas a la larga infructuosas, como los sucesivos intentos de expulsar a los vaqueiros y sustituirles completamente por los rebaños de merinas;⁴⁸ y otras más productivas, como la acumulación de documentos que reflejaban el arrendamiento de las hierbas por parte del señor. El agotamiento de los concejos y su endeudamiento masivo se mezclaron con el periodo de grave crisis a todos los niveles que desde finales del siglo XVI tomó la forma de una catástrofe demográfica, de un verdadero drama humano. Finalmente, los pueblos conservarían los terrenos de puerto más próximos a las localidades, mientras el conde se haría con más de 4 mil hectáreas de puerto repartidas en torno a Leitariegos (actualmente una estación de esquí).

La conflictividad antiseñorial recobrará fuerza posteriormente. La pasividad con la que los respectivos condes asumían sus deberes como señores jurisdiccionales, desembocó en que, en 1724, saliera a la luz, mediante una denuncia efectuada por el concejo mayor de Laciana, toda una trama de corrupción, coacción, extorsión, elaborada por una saga de sus representantes en materia judicial, los corregidores, que afectó incluso a los propios *vaqueiros* inquilinos de las Brañas de Leitariegos,⁴⁹ quienes *inexplicablemente* habían soportado la presión señorial del siglo anterior. Enterado de los hechos, el conde impuso su autoridad y restituyó el orden, pero la experiencia vivida fue lo suficientemente amarga como para que, años más tarde, en 1741, el concejo de Laciana intentara una audaz maniobra.

Con un golpe de mano esperaban, movilizando una red de contactos en Madrid y León, hacer valer un Real Privilegio otorgado por «Su Católica Majestad, Alfonso el *onzano*»; confirmado por Felipe V y el Real Consejo de Castilla, mediante el cual se les reconocían la propiedad de las hierbas de *aros de vecera arriba* y la autoridad jurisdiccional concejil. En la operación los vecinos contaron con la colaboración de varios trabajadores al servicio del conde, don Gaspar Antonio de la Bandera, corregidor, y Ángel Gómez, teniente alcalde. A cambio una importante cantidad de dinero, el corregidor abandonaría la jurisdicción y convalidaría junto al teniente la provisión del Consejo Real. Pero para reunir el dinero, el concejo mayor en sucesivas juntas organizó diversas contribuciones en cáñamas «extrajudiciales»: es decir, cada uno de los 202 vecinos del concejo, ricos y pobres, tenían que pagar por «escote» las cantidades requeridas.

El increíblemente descriptivo sumario de más de 900 hojas distribuido en 4 piezas separadas, en el que

⁴⁶ Pérez Rubio (2005)

⁴⁷ Pérez Rubio, (2004)

⁴⁸ Pérez Álvarez (1997)

⁴⁹ Archivo Histórico de la Nobleza. OSUNA, C, 3321, D.20-21. Copia de los autos seguidos contra el corregidor Gaspar Gago por haber ocasionado daños y perjuicios en la administración de justicia del concejo de Laciana (León).

se materializó el juico de residencia, da buena cuenta de la restauración del poder señorial.⁵⁰ Pero lo que para nosotros es más interesante, también arroja luz sobre los periplos enfrentados por el concejo mayor de Laciana a la hora de llevar adelante sus propósitos. En varios interrogatorios secretos, vecinos como Joseph Gómez, «hijodalgo notorio vecino de Rabanal de Abaxo, de 46 años de edad», expresaban:

Le consta por ser público y notorio en todos los pueblos de este dicho concejo el que desde la primavera del año de 42 hasta el mes de abril o *maio* del próximo pasado de 44 se han hecho 4 repartimientos entre todos los vecinos o cáñamas, [...] y no sabe el testigo el que para ello hubiesen sacado facultad real ni pedido licencia alguna y solo sí sabe que también por ser público y notorio el que *dello* sea seguido notable daño a los pobres y viudas por lo que sean oído respectivas *quexas* e ignora lo demás.

En Lumajo, San Miguel, Villablino, entre otros, la mayoría de los pobres y viudas «se resistieron» a afrontar la cantidad con la que se esperaba llevar a buen puerto la tarea, por no entrar dentro de los intereses de la «república», según había escuchado Miguel Rubio, vecino pechero de Villablino. En ellos no había cabida para disputar ninguna propiedad de los pastos a semejante precio, pues se habían adaptado a cubrir sus necesidades con los que les habían quedado en propiedad de los puertos; ni tampoco la jurisdicción al conde, sobre todo porque la justicia sería ocupada por los poderosos y tendrían que seguir vigilando a las autoridades para que les fuese favorable. La experiencia de varios vecinos pobres recientemente emigrados, asfixiados entre tanto repartimiento, les era más que suficiente como precedente. No podemos entrar en materia todo lo que nos gustaría, principalmente por lo colosal de manejar un texto jurídico tan amplio, sumamente desordenado en ocasiones; pero por ahora dejaremos esta queja presentada por varios vecinos de diversas localidades del concejo mayor, acerca de Juan Antonio Álvarez y Joseph García, procuradores generales por ambos estados, diputados, y además apoderados, quienes cayeron «como Ícaro en el mar de sus errores»:

Y no indagando los métodos útiles para quitar el velo de su ignorancia, a impulsos de una conocida ambición mezclada con sus deseos de abatir, de asolar los pueblos con ejecuciones de repartimientos, de que se han hecho carne y sangre, con el fingido refugio y aparente destino de ser preciso para el litigio de dicha causa, principiándola con supuestos siniestros e inversión de trámites judiciales, como es deber de cierta Real Provisión que lograron en los reales consejos para el apeo, deslinde y amojonamiento de los términos que comprenden dicho concejo [...].

Con la expresión «velo de su ignorancia», el escribano describe la confusión de los procuradores. Es posible que maliciosamente informados por el corregidor al servicio del conde, intentaran hacer valer su supuesta propiedad de los *aros de vecera arriba* gracias a los documentos de arrendamiento. Pero el Alcalde Mayor de Cangas del Tineo (hoy en día Cangas del Narcea) se dio cuenta de que allí se hablaba del reconocimiento para realizar apeos y deslindes entre los terrenos de los vecinos de Laciana y el conde, en ningún caso se mencionaba que pasaban a formar parte del haber del concejo mayor. Según nuestra humilde hipótesis, los problemas internos precipitarían los hechos y provocarían que los procuradores y demás autoridades y diputados del concejo mayor actuasen sin tenerlo todo demasiado calculado. Pero solo tenemos eso, una humilde hipótesis. En cualquier caso, en algún momento del siglo XVIII el concejo

⁵⁰ AHN. OSUNA, C. 3322, D,1-9.

mayor de Laciana logró hacerse con la justicia ordinaria, al cargo, como era de esperar, de las familias más poderosas, como los Sierra Pambley y los Álvarez Carballo, de Villablino, o los Gómez, de Orallo; por su relevancia política, y por las consecuencias de sus acciones sobre los puertos de montaña lacianegos, de estos apellidos se hablará en detenimiento durante la redacción final de la tesis doctoral. En ese contexto quedará en el deber de esta investigación explicar las causas detrás de los enfrentamientos entre las aldeas del concejo mayor, muy abundantes desde las últimas décadas del siglo XVIII y las primeras del XIX.

3.3. Conflictividad entre concejos

Durante el año 1902, el Cuerpo de Ingenieros de Montes de la provincia elaboró un Plan de Aprovechamientos donde se modificaba parte del organigrama diseñado por las autoridades centrales.⁵¹ Dicho plan contradecía uno de los puntos esenciales del dispositivo: si bien en principio el Cuerpo de Ingenieros debía de comunicarse con la población local a través de la cabeza de ayuntamiento municipal, en León utilizaban como interlocutores válidos a las propias juntas de vecinos, aunque estas permanecían todavía en el limbo jurídico al que la administración liberal les había relegado desde las primeras leyes municipales; por lo que los ingenieros utilizaban la redacción del mismo para justificar sus medidas. En el territorio leonés, el proceso municipalizador se había visto obligado a reunir en una misma unidad administrativa (ayuntamiento constitucional) a diversas juntas vecinales, antaño concejo de vecinos, quienes mantenían una siempre discutida posesión sobre el término: «es de esperar, - señalaba el Ingeniero Jefe - que al modificar ahora pretendiendo que el pueblo cabeza de ayuntamiento sea el encargado de efectuar los pagos del 10 por ciento y hacer el reparto entre los diferentes pueblos que lo formen, dé lugar a perturbaciones y cuestiones que entorpezcan la marcha de la recaudación y ejecución de los aprovechamientos, cuestiones muy de esperar dada la poca armonía que suele reinar entre los pueblos».

Allí donde la hubo, la conflictividad antiseñorial vertebró las solidaridades vecinales, se constituyó como la válvula de escape de las tensiones internas, y eso a pesar de que los estratos hidalgos mantuvieron en principio una actitud ambigua. Pero cuando la amenaza desaparecía del horizonte, tanto las solidaridades como la disipación de tensiones se replegaban a otra región. Porque si la *costumbre* era el área de fricción entre la ley y la práctica agraria, también era el lugar donde las comunidades vecinales casi necesariamente se relacionaban entre ellas; era el lugar donde, remarcando la importancia de la membresía, se definían.

Causa	Prendas diarias	Prendas nocturnas
Entrada de bueyes y vacas en terrenos de monte calvo	6 maravedís y su rebeldía	12 maravedís y su rebeldía
Entrada de ganados mayores en terrenos acotados	12 maravedís y su rebeldía	24 maravedís y su rebeldía
Bueyes descarriados y vacas desmandadas en monte calvo	6 maravedís	12 maravedís con su rebeldía
Bueyes descarriados y vacas desmandadas en montes acotados	12 maravedís y su rebeldía	24 maravedís y su rebeldía
Hato de ganado menudo en monte calvo	12 maravedís y su rebeldía	24 maravedís y su rebeldía
Hato de ganado menudo en monte acotado	24 maravedís y su rebeldía	48 maravedís y su rebeldía

TABLA 4 - «Orden de Prendada» según *costumbre* entre cistierna, yugueros, valle de sabero y valdellorma, 1720. (Montaña Oriental)
 Archivo concejil Junta Vecinal de Yugueros

⁵¹ AHPL, L.27.F126. Caja 5

Por lo general los conflictos entre aldeas vecinas se expresaban con mayor incidencia cuando lo discutido era un recurso natural, en este caso o un bien fondo. En su génesis, el acto de *prender*, esto es tomar un bien al infractor a modo de hipoteca, predisponía un ritual en el que los vecinos supuestamente perjudicados trasladaban a su rango lo aprendido dentro de las organizaciones juveniles - que tanto podrían interesar a Natalie Zemon Davis -:⁵² dirigidos por el regidor concejil, localizaban la incursión, ya bien sea de otros vecinos o de sus ganados en su terreno privativo, la abortaban, y en el caso de tratarse de bienes semovientes enviaban a uno de los suyos al pueblo agresor para comunicar el precio a pagar por la vuelta de las *prendas*. Era algo tan común que en las áreas más quebradas del territorio los concejos intentaban formalizar tales acciones por medio de tablas de equivalencias, aunque estas generaban por sí mismas nuevos enfrentamientos. Si la vigilancia ponía en riesgo las tareas productivas del verano exigiendo demasiado mano de obra, se buscaban soluciones de compromiso entre las partes.

Al parecer, a un acuerdo elaborado con la pretensión de evitar tales peligros apelaban los vecinos de Piornedo, parroquia de San Feliz de Donis, jurisdicción de San Román de Cervantes, provincia de Lugo, ante la Chancillería de Valladolid, en 1796. Según testificaban en una denuncia contra las *prendadas* sobre medio centenar de vacas en *vecera* tomadas por el concejo de Suárbol, ubicado al otro lado del puerto de *Ancares*, en la jurisdicción de la Abadía de Espinareda (Ancares Leoneses), estos últimos no habían respetado dos acuerdos de gestión del territorio en los montes limítrofes: el de *revas vueltas*, según el cual se daba libertad al tránsito y pasto a los ganados de ambos vecindarios en ambas zonas limítrofes; y el de los *meses de mosca*, sancionado por no ser «posible que los pastores sujeten el ganado incitado y aguijoneado en este tiempo (verano) de las moscas, tábanos y demás insectos». Sus rivales no admitían como válidas las testificaciones, y creían tener la legitimidad suficiente, en calidad de foreros del monasterio benedictino de Vega de Espinareda, propietario directo, para desempeñar una vigilancia exhaustiva sobre lo que se suponía era su territorio privativo. Incluso las *prendadas* llegaron a materializarse en carne humana: como en la de Tomás Goñiz, vecino de Piornedo, quien, el 15 de agosto, fue multado con 70 reales.⁵³

hombre sencillo, rústico y de edad mayor prendiéndolo de su propia autoridad llevándolo esposado con Andrés Fernández del lugar de Suárbol de noche con ignominia y algazara y escándalo a la Vera de Vega de Espinareda que dista cuatro leguas, sin darle descanso más que dos horas en la herrería de Ancares y estar cargado de grillos y prisiones en dicha Vera [...]

Peor suerte corrieron las 24 vacas también *prendadas*, las cuales fueron devueltas «bajo prendas muertas».

Todo esto no respondía exclusivamente a una defensa de sus recursos: cuando el procurador de Suarbol interrogó a los testigos de la parte denunciante, se interesó más en lo que tenían que decir acerca de la posesión del puerto de *Ancares* que de los hechos juzgados. Realmente ese era el problema, en la medida en que las posibilidades de reproducir las condiciones de las explotaciones eran limitadas, la posesión de las hierbas del puerto aportaría el pecunio necesario para adquirir en los mercados los alimentos de los que eran deficitarios. Y, además, si el concejo de Piornedo se arrogaba la propiedad privativa del puerto,

⁵² López Morán (1900); E.P. Thompson, Natalie Zemon Davis (2018); Natalie Zemon Davis (2021), p. 40. Aunque en nuestro caso de estudio, estos grupos juveniles tenían el cometido de controlar y vigilar la reserva de mujeres casaderas frente a intrusos externos a la comunidad, no tanto frente a las segundas nupcias.

⁵³ AHPL. Distrito Forestal. Expediente de reconocimiento de servidumbres de aprovechamientos en el monte 842. Caja 42.

también en calidad de forero del monasterio de Vega de Espinareda, ¿por qué ellos debían compartir los montes en disputa? En cualquier caso, su mal carácter fue su ruina. El buen hacer del procurador de Piornedo organizó una estrategia victoriosa desde el principio, a tenor de la violencia empleada por el vecindario de Suárbol en las prendadas (y ante el escribano que les hizo saber la Real Provisión); y de contar con el testimonio a su favor de varias localidades próximas a ambos lados de las montañas. La cosa terminó con una sentencia favorable a los de Piornedo, mientras lo de Suárbol fueron obligados a recompensar con 2 mil quinientos reales a los primeros, y afrontar 50 mil maravedís de costas devengados de los bienes de propios del concejo. Aun reconociendo la victoria judicial de los de Piornedo «con todo rigor y sin excusa alguna», estos solicitaban en 1799 una moratoria de 4 o 5 años para poder reunir el dinero, pues a esas dificultades se sumaba desde hacía algunos años la devastación producida por un incendio en el pueblo.⁵⁴

La conflictividad entre vecindarios constituyó durante cientos de años los repartos del territorio y la propia organización de los recursos, y por extensión, operaba como un dispositivo de vertebración social. Al norte del sistema montañoso conocido bajo el nombre del *Mapondre* (Montaña Oriental), en concreto en el territorio de la merindad de Valdeburón, se desató, en 1780, una importante disputa entre el lugar de La Uña y la villa de Acebedo. El área limítrofe, compuesta por los montes de *El Manzanillo*, *La Orcada* y *El Melendrán*, poseía una parte de puerto arrendada en 1753 por un vecino de Toledo, don Lorenzo de Robles, y se gestionaba en calidad de mixto. Sin embargo, los de Acebedo introdujeron una sustanciosa diferencia entre ambos pueblos: mientras los vecinos de La Uña podían «pastar con sus ganados dejando y en los casos de necesidad y nieves tramar ramas para dichos ganados», los de Acebedo, cabeza de jurisdicción, creían poseer sobre el término la potestad no solo de tomar prendas, cotar o desacotar, sino que también podían aprovechar los montes como un stock de materiales, donde extraer la poca leña disponible y la escasa madera necesaria en el aprovechamiento de «cambas, ratas y Llatas (madera usada en la laboración de aperos agrícolas y en la fabricación del encofrado de los hogares) y demás necesario de su uso y conservación, a cuio fin está destinado dicho monte calvo de Manzanillo por su mala clase y esterilidad de maderas dexando los demás montes conservados y cotos para otras necesidades más especiales». Tarde o temprano esta distinción hubo de ser puesta a prueba. Al parecer, Gregorio Cañón y otros vecinos de Acebedo, vieron en la mañana del 17 de febrero de ese año, mientras recogían maderas en El Manzanillo, presentarse a María Prieto y Manuel Paniagua, vecinos del lugar de La Uña:

«Inquietos con peligro de una quimera rudeza, estando el testigo cargando su leña empezó el dicho Paniagua a decir le iban a preñar lo que no sabiendo el testigo a que parte lo tomar comenzó como a chanzarse y decirles pues que prenda le tengo de dar porque si te doi el sobeo no puedo llevar el carro, si el hacha no tengo con qué cortar y si la sogá no tengo con que tirar.»

Sin embargo, las chanzas se disiparon en cuanto los de La Uña elevaron el tono mediante insultos. Gregorio Cañón les reconvino, «diciéndoles cómo se atrevían a hacer semejante novedad nunca visa usurpando la Real xurisdicción al señor juez de Acebedo.» Así las cosas, parece complicado encontrar una explicación razonable a la acción, cuando, como sucedió posteriormente, las consecuencias iban a ser ineludibles, e iban a acarrear penas de prisión y embargos de bienes.

La testificación de Manuel Paniagua, de 55 años de edad, labrador y tratante de vino, aunque lacónica

⁵⁴ Archivo Histórico Nacional. ES 28079. CONSEJOS, 27630, Exp. 24.

en extremo, aclara algún punto. Cuando se le interrogaba acerca de si era realmente consciente de haber cometido una «usurpación de jurisdicción», respondió que: «no sabe nada pero que se remite a los compromisos que hay entre los dos lugares». Es decir, su conocimiento llegaba hasta donde llegaba su experiencia en la práctica, pero también declaró que acudió a *prender* a los de Acebedo acompañado de María Prieto por mandato del «concejo y vecinos del lugar de La Uña». No fue un acto espontáneo, producto de un calentón mal gestionado; la iniciativa corrió a cargo del concejo de la Uña, fuertemente hidalguizado, pero la ejecución la desempeñaron dos vecinos pecheros. De esta forma querían poner en orden la cosas. Las autoridades de La Uña sabían perfectamente que la jurisdicción de Acebedo, delegada de la potestad real, nada podía hacer en un pleito contra una aldea de la misma jurisdicción por una cuestión de límites y aprovechamientos de recursos. Ni el Adelantamiento de León, ni posteriormente la Chancillería de Valladolid, juzgaron solo unas simples *prendadas*, tal y como había hecho la justicia de Acebedo; sino más bien el intento de la villa de Acebedo de imponerse sobre los intereses de La Uña por medio de la privatización de su capacidad jurisdiccional, delegada del mandato real. De modo que una *prendada* en un monte raso, calvo, improductivo, cuya cubierta vegetal no era más que mero ramaje, podía alcanzar una importancia extraordinaria.⁵⁵

La exorbitante cantidad de conflictos entre aldeas trabajadas es lo suficientemente importante como para intentar ensayar una síntesis muy definida; pero casos como el arriba trabajado nos ofrecen una imagen compleja de su forma y contenido. Sin embargo, en el imaginario social ha trascendido en términos de parodia. «La historia recuerda a aquella serie de Berlanga basada en un anuncio del detergente, *Villarriba y Villabajo* [...]»;⁵⁶ de esta guisa describía un medio de masas las intensas pugnas entre los vecinos del municipio de Mieres (Asturias) y los de San Emiliano (Babia, León) por el puerto *La Cubilla*, recientemente resueltas. En tanto que historiadores, no solo nos proponemos deshacer tal mistificación reduccionista y absurdamente *caricaturizante*: una vez más tenemos que recordar que, si mutilamos nuestra explicación arrancándole el contexto, los casos estudiados no superarían el nivel de meros acontecimientos sensacionalistas y atávicos.

Esta categoría no se puede concebir de manera aislada con respecto a las anteriores, especialmente con el equilibrio de fuerzas en el interior de la comunidad. El volumen de conflictos ubicados a finales del siglo XVIII y principios del XIX lo corrobora. Si el pleito entre comunidades dirimía por dónde podía o no transitar la vecera de ganado boyal, evidentemente el «bien común» no necesitaba de la opinión de los vecinos sin bueyes: los diez vecinos de Prada de Valdeón que poseían ganado boyal, «la mayor y más sana parte de los que hay en dicho lugar y por los demás ausentes pobres, viudas, mancos y tullidos, que presentes no están [...]», se comprometían en 1789 a no escatimar recursos en un pleito de dichas características contra los de Posada.⁵⁷ Ahora bien, la contundencia utilizada por los vecinos de Villar de Acero (Ancares) a la hora de detener la incursión que los del cercano Sotelo llevaron a cabo sobre sus montes, durante el invierno de 1784,⁵⁸ se comprendería mejor si atendemos al recurso en disputa, bellotas de roble necesarias para

⁵⁵ Archivo Chancillería de Valladolid. Ejecutoria del pleito litigado por la justicia, regimiento y vecinos de La Uña (León), con el de Acebedo (León), sobre aprovechamiento de pastos mixtos. REGISTRO DE EJECUTORIAS, CAJA 3499,26.

⁵⁶ *El País*, 20 de abril 2014. https://elpais.com/politica/2014/04/20/actualidad/1398015116_458298.html

⁵⁷ AHPL. Caja 12040. Documentos Varios, Riaño (Valdeón, Concejo), 1780, sig. 1057. Denuncias Concejo de Valdeón.

⁵⁸ AHPL. Distrito Forestal. Caja 764, Denuncias Llánaves y Liébana. Pensamos que en algún momento el documento ha sido ubicado de forma errónea.

el alimento del ganado porcino, fuente de calorías indispensables entre lo más pobres. Necesitaríamos profundizar más en el contexto e intentar destapar cómo se *cocinaban* tales decisiones en el interior de los concejos. Solo así podríamos explicar los casos de compromisos de repartimientos firmados por diputados cuyo destino final se topaba con la muralla de la discordia, opuesta por la mayoría de sus representados: en Santa Marina de Valdeón, la contención la ejercían «20 o 30 vecinos, quienes se han resistido y repugnan la obediencia» impuesta por el acuerdo de concordia al que los diputados elegidos les ligaron en 1797, tras una disputa con el concejo mayor de Valdeón, pues solo beneficiaba a los intereses «de 4 o 6 de ellos». ⁵⁹Por desgracia el material empírico relativo a este último caso de estudio apenas superan las dos hojas de expediente, pero si tenemos presente la experiencia de los vecinos de Palacios del Sil, vista en el primer epígrafe, el del conflicto endógeno, es muy probable que ambos casos siguieran líneas de fuerza parecidas, marcadas por un conflicto en clave de «lucha de clases sin clases».

En conclusión, la conflictividad entre aldeas ponía en juego tres claves: el reparto de los propios recursos; la problemática en torno a las posibilidades de reproducción del conjunto social y de las condiciones de las explotaciones, humildes en términos generales; y en última instancia, la coordinación entre vecinos. En cuanto esta última, su condición de posibilidad, la obtención y distribución de información entre la comunidad, no se daba con la misma frecuencia en relación al resto de concejos limítrofes. Esto provocaría actitudes de sobre explotación en diversos recursos compartidos, pero incluso aquí *la costumbre* acudía al rescate del «bien común»: El 29 de mayo de 1685, los concejos de Castroquilame y Robledo (La Cabrera) insertaron la siguiente cláusula en un documento de repartimiento:⁶⁰

Acordaron y mandaron que ningún vecino del dicho lugar de Robledo ni del dicho lugar de Castroquilame, no haya de vender, ni venda ninguno carro de leña de castaño ni de roble, ni de otro ningún género que sea, verde ni seco, ni vigas, ni cantiaños, por cuanto los dichos montes están destruidos, acabados por la mucha leña que de ellos se han sacado y vendido para algunos lugares de fuera.

La validez de tales acuerdos, es cierto, se volvía papel mojado con el paso de los años, pues la conflictividad asomaba cuando el intercambio de información no fluía con nitidez. Pero son una muestra de hasta dónde podían llegar los intentos en mantener en buen estado los bienes fondos, incluso si las negociaciones debían de darse con la aldea vecina, incluso si eso suponía cortar la introducción de un flujo dinerario. Si tenemos en cuenta la necesidad de usufructuar los servicios ecosistémicos del monte, en potencia de ser liberados, a la cual estaban fuertemente atados los estratos campesinos precarizados, de nuevo asoman por el horizonte la sombra de los equilibrios de fuerzas requeridos para mantener el estado de anomia social al interior de la comunidad.

⁵⁹ AHPL. Caja 12040. Documentos Varios, Riaño (Valdeón, Concejo), 1780, sig. 1057. Denuncias Concejo de Valdeón.

⁶⁰ AHPL. Distrito Forestal. Rectificación CMUP n.º 442 y 444. Documento transcrito y utilizado como precedente jurídico.

4. Conclusiones

Podemos concluir esta primera aproximación al problema de la conflictividad ambiental aplicado al caso de la montaña leonesa, corroborando que su presencia en etapas históricas posteriores se fundaba en una amplia experiencia previa. Cuando veamos en las fuentes a los vecinos de diversos pueblos reclamar a la administración liberal sus derechos sobre los recursos del entorno, usando para ello la expresión *según la costumbre*, asistiremos a la apertura de un abismo temporal inabarcable de conflictividad. La propia conflictividad socioambiental era una *costumbre*.

Así las cosas, hemos observado la dependencia recíproca entre el Metabolismo Social desarrollado en su nivel orgánico y la conflictividad ambiental. Lejos de significar crisis, la conflictividad manifestaba toda la fuerza de la comunidad y de sus prácticas agroganaderas. Desde el nivel endógeno, la comunidad se protegía del exterior asegurando en primer lugar sus equilibrios metabólicos sobre la base de la coordinación, a partir del fondo trabajo, del resto de los bienes fondos. La tensión en torno a la reproducción de las familias normalmente era lo que impulsaba a las comunidades a la redacción de las ordenanzas. La correlación de fuerzas de cada uno de los grupos sociales dependía en primera instancia de su capacidad a la hora de hacer valer sus intereses en el concejo; el fracaso en las negociaciones se expresaba en el conflicto abierto o en la protesta a las autoridades de turno. Existía por tanto un circuito cerrado entre la costumbre como sostén del Metabolismo Social, y el Metabolismo Social como un productor de la costumbre, y en él la conflictividad socioambiental disipaba parte del calor entrópico generado entre ambos: en función de del lado de observación, la costumbre, en relación con el metabolismo social y el conflicto, podría ser cosa una u otra.

Pero esto es difícil de explicar si no advertimos las líneas seguidas por el proceso histórico, estructurado y dirigido. Viviendo y experimentando un orden de cosas cada vez más adverso, la protesta era la condición de posibilidad a partir de la cual masas de campesinos precarizados protegerían la herencia de sus ancestros; la conformación del régimen comunal experimentó cambios en la medida en que lo hizo la composición social, pero estos no dudaron en hacer bandera del «bien común» en su lucha por *la costumbre* frente a otros actores, tanto dentro como fuera de la comunidad. Describir esto como «lucha de clases sin clases», a falta de algo mejor, no es descabellado si nos referimos a las dos primeras categorías estudiadas, toda vez que se puede articular con la reflexión de José Miguel Lana Berasáin, de que no debemos dar por sentada la supuesta orientación compensatoria del régimen comunal; pero del mismo modo su influencia podía condicionar el enfrentamiento frente al resto de vecindario. Parece claro afirmar que los índices de desigualdad forzaban a los vecinos más damnificados a comprometerse por hacer valer las prácticas que habían hecho posible la vida en esas regiones montañosas. Y a partir de este núcleo, la presencia de superiores sociales dispuestos a arrancarles cierto cuatum de trabajo, o la de aldeas vecinas a quienes culpar de todos los males, contribuían a mantener lejos del estado de anomia social.

Por tanto, hemos trabajado con un tipo de conflictividad que, a diferencia de la que protagonizará nuestro trabajo de tesis, se encuadraría en una dimensión *distributiva*. Ahora bien, tampoco podemos minusvalorar el componente *reproductivo* adquirido en el transcurso del proceso histórico, sobre todo durante el siglo XVIII, época en que hemos visto abortar procesos acumulativos que operaban sobre el régimen comunal y ponían en riesgo la estructura metabólica. Cuando las variaciones en el contexto transformen el proceso y revolucionen el ámbito de las necesidades, veremos a concejos, como Villar

de Acero en 1919 (Ancares),⁶¹ talar, vender, y posteriormente, prenderles fuego a superficies forestales compuestas entre otras especies por mil y pico robles de más de un metro de diámetro y hasta dos de altura, para posteriormente sembrar centeno, en medio de unas durísimas disputas frente a los ingenieros forestales; en ese caso, de acuerdo con Folchi,⁶² no se percibe una relación simbiótica entre campesinos y defensa del medio ambiente, aunque durante el desarrollo de la tesis tendremos tiempo de poner tal afirmación a prueba. En cualquier caso, dentro de la *estructura histórica* en la que nos hemos movido, el conflicto socioambiental atravesaba de cabo a rabo el estrecho vínculo entre determinadas necesidades, conservación de ecosistemas, medio natural y orden al interior de la comunidad.

Fuentes

Archivo Histórico Real Chancillería de Valladolid.

AHRCV, REGISTRO DE EJECUTORIAS, Caja 2789,36. Ejecutoria del pleito litigado por los hijosdalgo con los pecheros de lugar de Torrestío de Babia (León).

AHRCV, REGISTRO DE EJECUTORIAS, Caja 3339,33.

AHRCV, REGISTRO DE EJECUTORIAS, Caja 1058,26. «Ejecutoria del pleito litigado por el concejo y merindad de Valdeburón (León) con el concejo de Oviedo (Asturias), Gabriel Rojas su corregidor, y sus merinos, sobre intromisión en los asuntos propios de la merindad de Valdeburón y retención de algunos de sus vecinos».

AHRCV, Caja 3321, D1. Juicio de Residencia en la Villa de Palacios del Sil.

Archivo Histórico Nacional

AHN. ES 28079. CONSEJOS, 27630, Exp. 24.

Archivo Histórico de la Nobleza.

AHNob, OSUNA, C. 3321, D.20-21. Copia de los autos seguidos contra el corregidor Gaspar Gago por haber ocasionado daños y perjuicios en la administración de justicia del concejo de Laciana (León).

AHNob, OSUNA, C. 3322, D,1-9.

Archivo Histórico Provincial de León

AHPL. Caja 4117. Documentos judiciales, Mediana de Argüellos, sig. 347.

AHPL, Caja 6580. Concejo de Laciana, sig. 231.

AHPL. Caja 12040. Documentos Varios, Riaño (Valdeón, Concejo), 1780, sig. 1057. Denuncias Concejo de Valdeón.

AHPL. Distrito Forestal. Caja 764, Denuncias Llánaves y Liébana. Pensamos que en algún momento el documento ha sido ubicado de forma errónea.

AHPL. Distrito Forestal. Rectificación CMUP n.º 442 y 444. Documento transcrito y utilizado como precedente jurídico.

AHPL, Protocolos Notariales, Caja 6577

⁶¹ AHPL. Distrito Forestal. Caja 40. Expediente monte número 871 de Villar de Acero 1914-1921.

⁶² Folchi, (2001)

Bibliografía

- AGUADO CABEZAS, Elena et al.**, *Secundino Gómez, la sombra de Dato en León*. Asociación Club Xeiitu, León. 2011.
- ALAVOINE-MORNAS, F., et MADERLIEUX, S.** (2015) "Dairy cooperatives: What Factors Contribute to Maintaining Mountain Dairy Farming?". *Journal of Alpine Research*. 103-1.
- ALDEZABAL, A., PÉREZ-LÓPEZ, U., LASKURAIN, N. A., & ODRIOZOLA, I.** (2019) "Grazin abandonment negatively affects forage quality in Iberian atlantic grasslands." *Pirineos*, 174.
- ALIER, J. M.** (eds). *Naturaleza transformada: estudios de historia ambiental en España* (Vol. 10). Icaria Editorial. 2001.
- ÁLVAREZ SCANIELLO, Jorge.** (2020) "Desempeño relativo de la productividad física de la ganadería de Nueva Zelanda y Uruguay, 1870-2020". *Historia Agraria*, 80.
- ÁLVAREZ VELADO, Daniel.** *Arqueología agraria en la Montaña Central Leonesa. Transformaciones socioeconómicas en el término de Correcillas (León) desde la Tardoantigüedad hasta la plena Edad Media*. TFM dirigido por Margarita Fernández Mier (Universidad de Oviedo); y José María Martín Civantos (Universidad de Granada). Universidad de Granada. 2017.
- BARRIOS GARCÍA MOAR, G. E., D'HERS, V., VEIGUELA, N., & KHOURY, M.** (2021) "Metabolismo social: continuidades y rupturas desde el materialismo histórico". *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, 33., p., 99-111.
- BOURGNET, Y.** (2019) "From Unvertain Spacie: Spatial Trajectory of a Social Innovation 'by Withdrawal'. Study of the Composition of the Association of Lodges and Huts in Queyras (Hautes-Alpes, France). *Journal of Alpine Research* (107-2).
- BOUSSET, Christine; CLARIMANT, Sylvie; DEGOREMONT, Isabelle.** (2018) "Climate change and vulnerability in local areas. Attitudes to evolving risk and adaptation in two Pyrenean valleys". *Journal of Alpine Research* (106-3).
- CÁTEDRA TOMÁS, María.** (1986) "Mitos e historias de los Vaqueiros de Alzada". *Análisis e investigaciones culturales*. 26.
- DE MOLINA, M.G., y SANTOS, A. O.** (2002) "Para una Tipología de los Conflictos Ambientales en Perspectiva Histórica: Estudios de Caso." *Usos públicos de la Historia: comunicaciones al VI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea (Zaragoza, 2002)*. Institución Fernando el Católico., pp. 890-919.
- DE MOLINA, M. G, y TOLEDO, V. M.** *Metabolismos, Naturaleza e Historia. Hacia una teoría de las transformaciones socioecológicas*. Barcelona: Icaria. 2011.
- DE MOLINA, M.G, FERNÁNDEZ, D.S, PEÑA, F.G.** (2015) "Los conflictos ambientales como conflictos sociales. Una mirada desde la ecología política y la historia." *Ecología Política*, (50). 31-38.
- DE MOOR, Tina.** *The dilemma of the commoners*. Cambridge University Press. 2015, p. 18-60.
- EYCHENNE & LÁZARO.** (2014) "Summer pastures: Between "commons" and "public goods". Representations of pastoral areas and forms of government intervention". *Journal of Alpine Research*. (102-2)
- FERNÁNDEZ, D.S. et al.** (2007) "La protesta campesina como protesta ambiental, siglos XVIII-XX." *Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural*, (42), 277-302.
- (2014) "Community, institutions and environment in conflicts over commons in Galicia, Northwest Spain (18th-20 th centuries). *International Journal on Strikes and Social Conflicts*. (1)., 58-75
- (2015) "Conflicto ambiental, transformaciones productivas y cambio institucional. Los comunales de Galicia (España) durante la transición a la Democracia". *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, 6(1), 105-121.
- Fontaine, Laurance** (2001). "Autosubsistence et commercialisation de "la montagne" dans les Alpes françaises à l'époque moderne. *La ricerca folklorica*. N.º 43, 27-33
- FOLCHI, M.** (2001) "Conflictos de contenido ambiental y ecologismo de los pobres: no siempre pobres, ni siempre ecologistas." *Ecología política*, 22, 79-100.
- GASPARI, Oscar.** (2019) "Bonifica integrale e agricultura di montagna". *Le fonti archivistiche dell'agricoltura italiana per la ricerca storico-geografica tras Otto e Novecento; Roma, 15 maggio 2019*.
- LANA BERASAIN, J. M.** (1992) "Los aprovechamientos agrícolas comunales e el sur de Navarra entre los siglos XIX y XX". *Agricultura y Sociedad* n.º 65, 361-387.
- (2014) "Esta especie de socialismo campesino...manos y tranquilo. Un estado de la cuestión desde la historia rural española." *Revista Mexicana de Sociología*. 7.
- (2021) "Reglas, actores, potestades y equilibrios. ¿De qué hablamos cuando abordamos la propiedad como institución?"

Iberian Journal of the History of Economic Thought, 8 (1) pp. 23-40.

LÓPEZ MORÁN, Elías. *Derecho consuetudinario y economía popular de la provincia de León*. Imprenta del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón de Jesús. 1900., p. 61.

MATHIEU, J (2001). "Ovini, bovini, caprini. Cambiamenti nell'allevamento alpino dal XVI al XIX secolo". *La ricerca folklorica*. N.º 43,17-25.

OSTROM, Elinor. *El Gobierno de los comunes. La evolución de las instituciones de acción colectiva*. Fondo de Cultura Económica. México D.F. 2015.

PÉREZ ÁLVAREZ, M.J., PÉREZ RUBIO, L. M., MARTÍN GARCÍA, Alfredo (eds). *Campo y campesinos en la España Moderna, Culturas políticas en el mundo hispano* 2012.

PÉREZ ÁLVAREZ, J.M. *La Montaña noroccidental leonesa en la Edad Moderna*. Universidad de León, Secretaría de Publicaciones. León. 1996.

- (1997) "Los pleitos sostenidos por el concejo de Laciara contra el conde de Luna durante el reinado de Carlos I". *Estudios humanísticos. Geografía, historia y arte*. 19, 75-86.

PÉREZ RUBIO, L.M. *La Historia de León: Edad Moderna*. La Crónica de León/Universidad de León. León. 2000.

- (2005). "Señores poderosos, concejos y vasallos conflictivos. El Fuero Malo del concejo de Villademor de Riello y las claves de un conflicto antiseñorial, siglos XV-XX". *Homenaje a Joaquín González Vecín.*, pp. 493-510.

- Poder o poderes. Señores, concejos y relaciones de poder en el mundo rural durante la Edad Moderna". En Francisco José Aranda Pérez (coord.) *El mundo rural en la España moderna: actas de la VII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna*. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. Cuenca. 2004., pp. 1148-1152.

SÁNCHEZ BADIOLA, José. *Nobiliario de la montaña leonesa*. Torres Editores. 2019., p. 22.

STAND UGR: "Un balance del metabolismo social. Método, estudio de caso y perspectivas de futuras." *Congreso mayo 2020*.

SCOTT, J.C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Ediciones Era. 2004.

- *Explotación normal, resistencia moral*. Relaciones internacionales. 2014.

SPIELBERGER, T., et al. (2018) "Interdisciplinary construction of a socio-ecological vulnerability trajectory based on the Quatre Montagnes (Isère, France) area from 1950 to 2016". *Journal of Alpine Research*. (106-3)

STREIFENEDER, Thomas et al. (2007) "Selected Aspects of Agro-structural Change within the Alps." *Journal of Alpine Research* 95-3.

SÓRLIN, S., and Warde, P. *Nature's End*. Palgrave Macmillan. Basingstoke, Hampshire. 2009., p. 144.

THOMPSON, E. P. *Agenda para una historia radical*. Crítica. Barcelona. 2000.

- *Costumbres en común. Estudios sobre la cultura popular*. Madrid. Capitán Swing. (Edición del año 2019).

- *La formación de una clase dominante y otros textos*. Libros del Marrón. Madrid. 2015.

THOMPSON, E.P y NATALIE ZEMON Davis. *La formación histórica de la Cacerolada". Charivari y Rough Music. Correspondencia y textos afines*. Tórculo y Libros Corrientes. 2018.

TORTELLA G. y NÚÑEZ, Clara Eguenia. *El desarrollo de la España Contemporánea. Historia económica de los siglos XIX y XX*. Alianza Editorial. Madrid. 2011.

VIAZZO, Pier Paolo. *Upland communities. Environment, Population and Social Structure in the Alps since the Sixteenth Century*. Cambridge University Press. 1989., p. 17-20.

WARDE, Paul. *Ecology, economy and state formation in early modern Germany*. Cambridge Studies in Population, economy and society in past time. Cambridge University Press., p. 55.



Sessões paralelas 4 / Sesiones paralelas 4 / Parallel sessions 4

4.3 - Retro inovação: inovar, revisitando práticas do passado

[08.09.2023 Sala/Room 2.3]

Entre cultura e património: uma encruzilhada contemporânea nas denominações de origem

Orlando Simões | Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal | orlando@esac.pt

Isabel Dinis | Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal | idinis@esac.pt

1. Introdução

As denominações de origem (DO) são um sistema de proteção e certificação utilizado para proteger e garantir a autenticidade e a qualidade de certos produtos agrícolas ou alimentares, com uma ligação estreita ao território de onde provêm. Essa certificação é concedida a produtos que possuem características específicas, resultantes das características geográficas das regiões onde são produzidos, mas também de uma história e reputação consolidadas, tradições centenárias, técnicas de produção únicas, segredos transmitidos de geração em geração e reconhecimento nacional ou internacional.¹

Dito de outra forma, as DO são uma maneira de preservar o património de uma região, traduzido pelo património genético das plantas e animais que estão na origem dos produtos certificados, e pelos sistemas de produção tradicionais com eles relacionados. Deste modo, procura-se proteger e promover este tipo de produtos, evitando que sejam imitados ou produzidos em outros lugares.

A bibliografia relacionada com as denominações de origem situa-se geralmente no domínio do direito, mais precisamente do direito da propriedade, propriedade industrial numa primeira fase e no âmbito da propriedade intelectual mais recentemente (Almeida, 2010; Carvalho, 2009; Malbon *et al.*, 2010), bem como das áreas da economia agrária e da sociologia rural (Multon, 1985; Dupuy *et al.*, 1989; Fragata, 1999; Tibério, 2004; Tibério *et al.*, 2008; Oliveira, 2010). Neste texto, porém, pretende-se introduzir uma nova perspetiva de abordagem, situada no âmbito da cultura e do património cultural.

Com este propósito o texto desenvolve-se em dez pontos. Inicia-se com uma breve definição do que consideramos aqui por cultura e património cultural. Segue-se uma abordagem da alimentação como fenómeno cultural e patrimonial, em particular no que diz respeito aos produtos com denominação de origem. O texto termina com um debate sobre o dilema em que as denominações se encontram hoje,

¹ Nem sempre é assim. Como se verá no ponto 5, a existência de fundos comunitários no âmbito da política agrícola comum, a ausência ou a fraqueza das organizações de produtores e a vontade política do Estado português em promover o desenvolvimento local conduziram, muitas vezes, à criação oficial de denominações legais protegidas (DOP, IGP e ETG) sem grande representatividade em termos de mercado e com pouca ou nenhuma participação dos atores das cadeias produtivas. Nestes casos, o objetivo seria mais lutar contra a extinção do produto que propriamente protege-lo de casos de usurpação ou imitação.

entre as inovações e transformações que caracterizam os sistemas agroalimentares contemporâneos e a preservação do património cultural e património genético associado a este tipo de produções.

O queijo Serra da Estrela (QSE) com denominação de origem protegida (DOP) é o exemplo analisado neste trabalho.

2. A cultura como processo dinâmico e multifacetado

A cultura é um conceito multifacetado e abrangente, que pode ser analisado e compreendido a partir de diferentes perspetivas, nomeadamente sob o ponto de vista estético, social e antropológico (Pérez, 2009).

Do ponto de vista estético a cultura refere-se à expressão criativa e artística de uma sociedade. Compreende as manifestações estéticas, como a música, dança, pintura, escultura, arquitetura, etc., que representam a beleza, os valores e sensibilidades estéticas dessa mesma sociedade. Trata-se do *saber-ver*, *saber-ouvir*, etc.

Já sob o ponto de vista social a cultura traduz educação e conhecimento. Como tal, é entendida como o conjunto de conhecimentos, normas, valores, crenças, costumes e comportamentos compartilhados por um grupo de indivíduos que vivem numa determinada sociedade (*saber-saber*, *saber-ser*, *saber-estar*). Estes elementos culturais são apreendidos por processos de educação, formais e informais, e transmitidos socialmente por processos de aculturação, moldando as interações humanas, as relações de poder, as estruturas sociais e as instituições.

Por fim, sob o ponto de vista antropológico, a cultura é vista como um sistema complexo de significados e símbolos, compartilhados pelos membros de grupos sociais ou da sociedade como um todo. Ela engloba não apenas os aspetos estéticos e sociais, mas também os elementos sociais mais profundos e identitários, como a língua, a tecnologia, a organização social, a religião, os sistemas de parentesco, a alimentação, a habitação e uma infinidade de outras dimensões da vida humana. Nesta perspetiva a cultura procura entender como os seres humanos vivem o seu quotidiano e como constroem e atribuem significado ao mundo ao seu redor, como interpretam a realidade e como se adaptam ao ambiente que os rodeia. Isto implica todas as formas de saber, em particular o *saber-fazer do quotidiano*.

Se dos pontos de vista estético e social podemos conceber vários níveis de progressão cultural, onde se podem escalonar pessoas mais ou menos cultas, o mesmo não acontece sob o ponto de vista antropológico. De facto, uma pessoa pode ser considerada mais ou menos culta, dependendo do seu conhecimento e capacidade de apreciação das formas artísticas, ou seja, estar familiarizado com a história da arte e os principais movimentos artísticos, assim como conhecer artistas proeminentes e suas obras. Quanto mais alguém se envolve e explora diferentes formas artísticas, como música, pintura, escultura, dança, teatro, cinema, literatura, entre outras, mais pode ser considerado culto no campo estético.

Ser culto implica também evidenciar sensibilidade estética e capacidade de análise crítica. Isto inclui a capacidade de apreciar e reconhecer a beleza, a expressividade e a originalidade nas obras de arte. Por outro lado, a pessoa culta é capaz de uma participação ativa no diálogo artístico, participar em discussões sobre exposições, eventos culturais, frequentar museus e galerias, bem como interagir com outros

entusiastas e artistas, ajudando a ampliar o horizonte estético e a aprofundar o entendimento sobre a cultura.

O mesmo tipo de raciocínio pode ser feito para o conceito de cultura sob o ponto de vista social. Assim, são atributos de uma pessoa culta a formação acadêmica, o nível de conhecimento e a compreensão da ciência e das práticas sociais e tradições da sua própria sociedade e de outras. Saber estar e comportar-se na presença de diversos grupos e em diversos contextos sociais. Além disso, conhece, tem consciência e discute com a comunidade ou especialistas as questões sociais e culturais envolvidas, com engajamento, empatia e respeito pela diversidade dos elementos que constituem a sociedade em questão.

Ao contrário, a antropologia cultural enfatiza que todas as culturas possuem um valor intrínseco e devem ser compreendidas no seu próprio contexto. Portanto, ultrapassados que foram os contextos históricos de etnocentrismo, não é hoje apropriado julgar ou hierarquizar as sociedades, as culturas e as pessoas que as compõem ou partilham, com base em critérios de superioridade ou inferioridade. A antropologia considera que cada cultura possui sua própria lógica interna, seus sistemas de significado e valores, que são desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados a condições de vida específicas. Cada cultura é única e complexa à sua própria maneira, desenvolve práticas e crenças próprias, todas elas com igual validade dentro dos seus contextos particulares e fundamentais para a sobrevivência e a identidade do grupo. A diversidade cultural é uma característica fundamental da condição humana, enriquecendo a nossa compreensão do mundo e oferecendo diferentes perspectivas sobre a existência. Desta forma, não faz sentido comparar diferentes culturas ou pessoas em termos de níveis de cultura.

Vale ainda ressaltar que, qualquer que seja a perspectiva abordada, a cultura é um sistema adaptativo, de caráter dinâmico, pelo que se encontra em constante evolução e transformação. O que é considerado culto num determinado contexto ou período histórico pode não sê-lo em outro contexto ou momento.

Esta dinâmica resulta de circunstâncias variadas, como sejam a interação e contato com outras culturas, a mudança social e histórica, fenômenos de inovação e criatividade e alterações de contexto e adaptação.

Através da migração, do comércio, das viagens e da globalização, as pessoas entram em contato com diferentes culturas e compartilham experiências, ideias e práticas. Essas interações levam a trocas de conhecimentos, influências culturais e criação de novas formas de expressão cultural. Por outro lado, as sociedades passam por mudanças sociais e históricas, com impacto direto na cultura. Transformações econômicas, políticas, tecnológicas e demográficas moldam as práticas e as estruturas culturais. À medida que as sociedades evoluem, as suas normas, valores e tradições também se adaptam às novas circunstâncias.

A cultura é também impulsionada pela inovação e pela criatividade humana. As pessoas estão constantemente produzindo novas ideias, tecnologias e maneiras de se relacionar com o mundo. Essa capacidade criativa permite que a cultura se renove e se reinvente, gerando novos movimentos artísticos, estilos musicais, modas e tendências.

Finalmente, a cultura é moldada pelo contexto em que as pessoas vivem. Diferentes ambientes geográficos, sociais, econômicos e políticos influenciam a forma como as culturas se desenvolvem. As pessoas adaptam-se às condições e desafios específicos que enfrentam, construindo as características e as aspirações de uma determinada sociedade. À medida que novas gerações surgem, elas trazem

consigo novas perspetivas e experiências, contribuindo para a transformação e a evolução da cultura. Os jovens interpretam e reinterpretem os valores e práticas culturais, adaptando-os às suas realidades e necessidades.

3. Da cultura ao património cultural

De uma forma simples, o conceito de património refere-se ao conjunto de bens culturais que são considerados valiosos e representativos de uma sociedade. O património abrange tanto os aspetos materiais, ou tangíveis, como monumentos, sítios arqueológicos, obras de arte, objetos históricos, etc., quanto os imateriais, ou intangíveis, como expressões orais e musicais, conhecimentos tradicionais, técnicas de produção, festividades, rituais, etc.

Enquanto a cultura traduz o presente de uma sociedade, um presente em constante mutação, o património é passado, é o legado que se herdou ou se pretende deixar como herança.² É essa herança que nos separa dos outros, ou seja, é a nossa identidade. *Herança e identidade* são, por isso, traços fundamentais do património.

Mas o património cultural tem associado, também, um valor simbólico e emocional, pois está associado à memória coletiva, à construção da identidade e ao sentido de pertença. Estas componentes do património são materializados por objetos simbólicos, representativos da sociedade que os produziu. Por isso, o património cultural representa a cultura de uma forma simbólica, tornando-se, assim, numa representação simbólica da cultura. A noção de pertença destes objetos redefine os significados sociais de uma comunidade, reconstrói memórias e identidades coletivas (Pérez, 2003).

O património resulta, assim, de um processo de construção social e política. Ele é o resultado de uma negociação e consenso social que determina o que é *patrimonializável*, ou seja, que partes, que trechos, que componentes da cultura se exumam do passado e se legam ao futuro. Neste sentido, o património é uma invenção do passado (Prats, 1997 e 1998) e a *patrimonialização* a sua reinvenção.

Os processos de patrimonialização são, em geral de tempo longo, assentes nas memórias e nas lentas transformações das sociedades. Contudo, nas décadas mais recentes, e em particular nos meios rurais, temos assistido a um aceleração destes processos, criando-se uma espécie de febre de patrimonialização usada como instrumento de política de desenvolvimento local (Peixoto, 2002). Neste novo ciclo verifica-se uma vulgarização do que pode ser *patrimonializável*, reduzindo-se drasticamente o tempo necessário para fazer emergir uma consciência patrimonial coletiva sobre bens culturais que, até há pouco tempo, faziam parte da vida quotidiana das sociedades, em particular das comunidades rurais (Simões e Carreira, 2013).

Nestes novos processos de ativação do património, mais numa lógica de gestão do que conservação, tem levado ao aparecimento de um numeroso grupo de “profissionais” da patrimonialização, ou seja, um conjunto de entusiastas do património, técnicos e políticos que investem fortemente em ações de

² Etimologicamente património deriva do latim *patrimoniu* (*patri*, pai + *monium*, recebido) (Ferreira, 1986, p. 1282), historicamente ligado ao termo herança, do pai ou da família, tendo em conta o carácter patriarcal da sociedade romana.

patrimonialização. Parece, assim, estarmos “perante uma lógica de produção de património, o que possibilita a comparação da patrimonialização a uma indústria que depende dos seus empresários, promotores, operários e consumidores” (Peixoto, 2002: 7 12). Neste processo, são também importantes os papéis dos agentes sociais implicados, tendo em conta que aqueles processos estão muitas vezes associados a tensões, conflitos e negociações (Pérez, 2003).

Em suma, o património é entendido como um legado que é transmitido ao longo do tempo, conectando as gerações passadas, presentes e futuras. Esses bens culturais e conhecimentos são considerados de valor especial, pois são testemunhos da história, da identidade e da diversidade de um povo ou de uma comunidade. Eles refletem a forma como os seres humanos vivem o seu quotidiano, expressam sua criatividade, constroem as suas sociabilidades, se relacionam com sua herança cultural e interagem com o ambiente natural.

4. Alimentação: um fenómeno cultural em constante evolução

A alimentação é muito mais do que uma necessidade biológica; ela é profundamente enraizada na cultura de uma sociedade. A forma como comemos, o que comemos e com quem comemos são influenciados por uma variedade de fatores culturais, como tradições, valores, crenças, religião e identidade cultural. A alimentação é, portanto, um reflexo das práticas culturais e uma expressão da identidade de um grupo ou comunidade.

Em cada cultura encontramos uma miríade de pratos típicos, técnicas culinárias e rituais alimentares, que refletem a história e a geografia de uma região, bem como as relações sociais e simbólicas entre as pessoas. A comida é frequentemente associada a celebrações, festividades e rituais, e pode desempenhar um papel central em eventos familiares e comunitários. Através da comida, as pessoas conectam-se com as suas raízes, fortalecem os laços sociais e reforçam a sua identidade cultural.

A cultura influencia também as técnicas de preparação dos alimentos. Cada sociedade desenvolve as suas próprias técnicas de confeccionar alimentos, métodos de conservação e combinações de ingredientes, que são passados de geração em geração. Estas técnicas refletem ainda os recursos disponíveis em determinada região, o clima e até mesmo os valores estéticos da cultura.

No entanto, a globalização e as migrações têm um impacto significativo na alimentação e nas práticas culinárias. As trocas culturais resultantes da interação entre diferentes grupos étnicos e da adoção de novos ingredientes e técnicas culinárias levaram à criação de uma fusão de sabores e ao aparecimento de novos pratos únicos. A comida é uma forma poderosa de troca cultural e adaptação, onde os sabores de diferentes partes do mundo se misturam, criando novas experiências gastronómicas.

A inovação na culinária é outro fator de mudança e desempenha um papel fundamental na evolução e no desenvolvimento da gastronomia. Ela envolve a criação e a exploração de novas técnicas, ingredientes, combinações de sabores e apresentações de pratos. A busca pela inovação na culinária está intrinsecamente ligada à criatividade dos *chefs*, à experimentação de novas técnicas, à vontade de romper com os padrões estabelecidos e também à reinvenção de práticas tradicionais.

A inovação ocorre também no uso de ingredientes. Algas marinhas, insetos comestíveis, flores ou plantas exóticas, trazem novos sabores e novas texturas a novos pratos. Por outro lado, a utilização de ingredientes locais e sazonais, bem como a adaptação de técnicas e pratos tradicionais a novos contextos e necessidades é também uma nova tendência, incentivando a sustentabilidade e a valorização da cultura local. A cozinha de fusão, por exemplo, combina elementos de diferentes culturas culinárias, resultando em novas criações e combinações de sabores.

Outra área de inovação é a apresentação dos pratos. Os *chefs* procuram criar pratos visualmente impactantes, explorando a estética e a arte da gastronomia. Técnicas de empratamento criativas, o uso de louças e utensílios diferenciados e a valorização dos detalhes visuais são algumas das formas de inovação na apresentação dos pratos.

Em resumo, a alimentação é um elemento central da cultura, sendo uma expressão da identidade, tradições e valores de uma sociedade. Através da comida, as pessoas ligam-se às suas raízes, fortalecem os laços sociais e celebram a diversidade cultural. A comida é uma linguagem universal que une as pessoas, transcendendo as fronteiras e proporcionando uma experiência única de descoberta e compreensão mútua.

5. Alimentação e património

Além da sua ligação à cultura, em permanente mutação, a alimentação pode ser também considerada como fazendo parte do património cultural de uma sociedade. A comida e as práticas alimentares de um determinado grupo ou comunidade são reconhecidas como um tesouro cultural a ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras.

A comida como património destaca a importância dos alimentos como expressão da identidade cultural de uma sociedade. Os pratos típicos, ingredientes regionais, técnicas de preparação e rituais alimentares são considerados elementos valiosos que refletem a história, o conhecimento tradicional e a relação das pessoas com o ambiente natural e social em que vivem.

A inclusão da alimentação como património cultural reconhece sua relevância na preservação da diversidade cultural. Cada região possui sua própria culinária distintiva, influenciada pela disponibilidade de recursos naturais, características geográficas e interações históricas. Essa diversidade alimentar é um testemunho vivo da criatividade humana e das práticas culturais únicas que se desenvolveram ao longo do tempo.

A valorização da alimentação como património promove também a sustentabilidade e a segurança alimentar. Através da preservação, promoção e recriação das práticas alimentares tradicionais, é possível conservar sistemas agrícolas tradicionais, variedades regionais de plantas, raças autóctones e conhecimentos sobre técnicas locais de cultivo e preparação de alimentos. Isso contribui para a proteção da biodiversidade, a preservação dos modos de vida das comunidades rurais e a promoção de uma alimentação saudável e equilibrada.

Além disso, a alimentação como património cultural cria oportunidades de desenvolvimento económico

e turismo cultural. A culinária típica de uma região pode atrair visitantes interessados em experimentar novos sabores, conhecer a história por detrás dos pratos e envolver-se com a cultura local. Isso gera empregos e fortalece a economia local, ao mesmo tempo em que promove o intercâmbio cultural e o diálogo entre diferentes comunidades.

A transmissão do conhecimento e das tradições alimentares é essencial para a preservação do património culinário. Através da culinária, as gerações mais jovens aprendem sobre a sua cultura, história e valores. As receitas tradicionais são passadas oralmente e escritas em livros de receitas, preservando assim a memória coletiva e a identidade cultural. A educação e a promoção das práticas alimentares tradicionais são fundamentais para garantir que as gerações futuras possam aprender, apreciar e manter viva a riqueza gastronómica de sua cultura. A transmissão de receitas, técnicas de preparação e histórias associadas aos pratos típicos fortalece a conexão entre as pessoas e suas raízes culturais.

6. As denominações de origem e a preservação do património

As denominações de origem (DO) são um sistema de proteção e certificação usado para garantir a genuinidade, autenticidade, qualidade e reputação de certos produtos agrícolas ou alimentares, com uma ligação estreita a uma região geográfica específica. Esta certificação é concedida a produtos que possuem características distintivas particulares, resultantes do ambiente natural e das práticas tradicionais de produção, circunscritas a uma área geográfica delimitada. Estas características resultam de condições naturais relacionadas com o solo e clima, da genética das plantas ou animais, métodos de produção, práticas de cultivo, entre outros. Trata-se de uma reputação baseada em tradições centenárias, técnicas de produção únicas, segredos transmitidos de geração em geração, com reconhecimento nacional ou mesmo internacional.

As DO são estabelecidas com base em leis e regulamentos específicos de cada país ou região. Esta legislação passa por um controle de qualidade em sentido amplo, sendo necessário a criação de um sistema de controlo e certificação que garanta a conformidade do produto com os padrões estabelecidos. Isso pode envolver inspeções, análises laboratoriais, auditorias e outras medidas para assegurar a qualidade e a autenticidade do produto certificado.

Ao garantir a exclusividade do uso do nome do produto, as DO evitam que outros produzam produtos semelhantes e se aproveitem da reputação estabelecida. Isso promove a sustentabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais e incentiva os produtores a continuar a investir nas suas técnicas e tradições de produção. Assim, as DO são importantes para evitar fraudes e imitações, proteger a reputação dos produtos tradicionais e incentivar o desenvolvimento económico das regiões produtoras. Além disso, pode ser também um instrumento para preservar a diversidade cultural, valorizar o conhecimento tradicional e promover o turismo e a promoção da cultura local.

Para além dos produtos vînicos, com uma longa tradição na proteção dos vinhos mais reputados, a União Europeia (UE) encetou, no âmbito da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 1992 um conjunto de medidas tendentes ao desenvolvimento de uma política de qualidade para os produtos agrícolas. Entre estas medidas, foram criados vários sistemas de garantia de qualidade de produtos baseados no território,

sendo os mais importantes as designadas denominações de origem protegidas (DOP), indicações geográficas protegidas (IGP) e especialidades tradicionais garantidas (ETG).

Com este apoio da UE muitos de países europeus desenvolveram este tipo de produtos, sobretudo os países da bacia do Mediterrâneo, nomeadamente a Itália, França, Espanha, Portugal e Grécia, precisamente os cinco países, por esta ordem, com mais designações protegidas criadas (Simões e Velarde, 2010).

Em resumo, as denominações de origem desempenham um papel fundamental na agricultura europeia, promovendo a preservação do património cultural, garantindo a qualidade dos produtos, impulsionando o desenvolvimento regional, protegendo os produtores contra imitações e promovendo o comércio internacional. Essas certificações contribuem para a valorização dos produtos agrícolas europeus e fortalecem a identidade e reputação da região como um produtor de excelência.

7. Denominações de origem e biodiversidade

O património genético de animais e plantas domesticadas tem sido, historicamente, a base da produção de alimentos. De facto, agricultores de todo o mundo encetaram desde sempre a seleção sistemática das suas melhores plantas e dos seus animais mais produtivos, de onde resultaram variedades de plantas e raças autóctones adaptadas a diferentes condições climáticas, garantindo uma enorme disponibilidade e pluralidade de alimentos para as populações. Deste modo, existe hoje uma vasta diversidade genética que permite a adaptação a diferentes condições ambientais.

Em face das mudanças climáticas e de outros desafios ambientais, a diversidade genética é crucial para a sobrevivência e a resiliência das espécies. Variedades de plantas resistentes a doenças, tolerantes à seca ou capazes de crescer em solos pobres e animais adaptados a diferentes climas contribuem para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

É bem verdade que o património genético tem sido uma fonte inestimável de recursos para o melhoramento genético de animais e plantas. Através da seleção e cruzamento de diferentes variedades, é possível desenvolver novas raças de animais e variedades de plantas com características desejáveis, como maior produtividade, resistência a doenças, qualidade nutricional melhorada e adaptabilidade a diferentes ambientes. O acesso ao património genético é essencial para a contínua melhoria e inovação na agricultura e na pecuária. Contudo, a conservação dessa mesma diversidade é essencial para futuras investigações e melhoramentos, para a manutenção dos ecossistemas e para a proteção de espécies ameaçadas. A perda de variedades e raças únicas resultaria numa redução significativa da biodiversidade, comprometendo a estabilidade dos ecossistemas e a capacidade de resposta aos desafios futuros.

A conservação de raças e variedades de plantas pode ser feita de vários modos, como sejam os bancos de germoplasma e de sementes, a conservação *ex situ*, i.é. fora do ambiente natural, como jardins zoológicos, reservas, jardins e campos de cultivo, pelos cruzamentos controlados de animais e plantas e ainda por troca de sementes entre redes de agricultores (RFP 2021)

Contudo, é na conservação *in situ* que os aspetos culturais e tradicionais são mais preservados. O património genético de animais e plantas domesticadas está intrinsecamente ligado às culturas e

tradições das comunidades locais. Essas espécies desempenham um papel importante nas práticas agrícolas tradicionais, rituais e costumes culturais. A preservação do património genético é fundamental para a manutenção da identidade cultural das comunidades e a transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais (RFP, 2021; Simões *et al.* 2008).

8. O património queijo da serra da estrela (QSE)

O Queijo da Serra da Estrela (QSE) é um património importante a preservar devido ao seu valor cultural, histórico e gastronómico, à diversidade genética envolvida, ao impacto económico na região, ao reconhecimento e prestígio conquistados e à conservação do território e dos ecossistemas. A preservação deste queijo tradicional contribui para a sustentabilidade económica, cultural e ambiental da região da Serra da Estrela.

A produção do QSE depende de raças autóctones de ovelhas, a Bordaleira Serra da Estrela e a Churra Mondegueira, que possuem características específicas adaptadas ao ambiente da região. A preservação dessas raças e da diversidade genética a elas associada é fundamental para a conservação da biodiversidade e para a manutenção de um sistema agrícola sustentável.

O QSE desempenha um papel importante na economia local e regional. A sua produção gera empregos e oportunidades de negócios para produtores de leite (pastores), queijarias e outros setores relacionados. Além disso, o queijo atrai turistas e visitantes interessados em experimentar essa iguaria tradicional, contribuindo para o desenvolvimento do turismo gastronómico na região.

Numa perspetiva mais geral, a produção do QSE está ligada à manutenção dos ecossistemas da Serra da Estrela. Embora nos últimos anos a alimentação dos animais seja predominantemente feita à base de prados e pastagens cultivados, continuam ainda a ser usados pastos naturais, que contribuem para a manutenção da paisagem rural e do equilíbrio ambiental, essencial para a alimentação das ovelhas e para a qualidade do leite utilizado na produção do queijo.

O QSE possui renome e prestígio nacional e internacional. É reconhecido como um produto de alta qualidade e autenticidade, representando o artesanato e o *savoir-faire* dos produtores locais. A sua preservação como património contribui para manter e fortalecer esse reconhecimento, garantindo a sua integridade e protegendo-o contra imitações ou falsificações. Além disso, sendo um produto tradicional e emblemático da região, com uma história que remonta ao período do Império Romano, é um verdadeiro símbolo cultural e representa a identidade e o património gastronómico da região.

9. Concorrência no mercado do QSE

Um dos principais problemas que o QSE enfrenta no mercado atual é a sua concorrência com outros produtos. Para se entender esta concorrência é necessário ter em conta que na região da Serra da Estrela são produzidas e comercializadas pelo menos 4 tipologias de queijo, de acordo com os sistemas de produção adotados e os atores e agentes institucionais envolvidos: Queijo artesanal não certificado,

queijo artesanal com DOP, queijo semi-industrial com DOP e queijo industrial (Dinis e Simões, 2021).

O queijo artesanal sem certificação é produzido por pastores/queijeiros em unidades familiares, que não cumprem os requisitos da DOP ou, cumprindo-os, não reconhecem vantagens na certificação. Vendem preferencialmente o queijo em feiras e mercados locais, ou diretamente ao consumidor. O queijo artesanal com DOP é também produzido em explorações familiares, elaborado por pastores/queijeiros ou por queijeiros que compram leite a pastores, e é vendido de forma direta ou colocado no mercado através de comerciantes intermediários ou da Estrelacoop, cooperativa de produtores. O queijo semi-industrial DOP é produzido em unidades industriais de pequena ou média dimensão, cumprindo os requisitos legais da DOP na seleção e recolha do leite, bem como nos processos de fabrico. Entra em circuitos comerciais mais alargados, nomeadamente na grande distribuição alimentar. Finalmente o queijo de produção industrial não segue as normas da DOP, recorrendo a leite de ovelhas de raças estrangeiras mais produtivas, sobretudo a Lacaune. A comercialização segue a lógica da produção em massa, podendo-se encontrar o produto um pouco por todo o lado, desde o comércio tradicional até à pequena, media e grande distribuição alimentar.

De entre estes tipos de produtos, apenas o queijo DOP garante a tipicidade do QSE. Contudo, considerando que toda a produção artesanal se baseia na tradição regional, muitos pastores/queijeiros produzem queijo muito similar ao queijo DOP, enquanto outros já se afastaram da tradição, nomeadamente pela via da introdução de raças de ovelhas estrangeiras.

Mas a principal concorrência no mercado ao QSE é a produção industrial. Sem os padrões de qualidade e autenticidade exigidos pela denominação de origem, estes queijos surgem no mercado mais baratos, mas com idêntica aparência, quer no queijo propriamente dito, quer na rotulagem. Além disso, alguns desses produtos usam nomes genéricos que apelam aos mesmos valores que caracterizam o queijo genuíno, como a tradição, o carácter artesanal ou nomes de localidades situadas na mesma região, o que facilmente confunde os consumidores, criando uma concorrência desleal.

A falta de conhecimento por parte dos consumidores sobre o significado, a importância e os benefícios da denominação de origem, pode resultar também numa escolha baseada apenas no preço ou na conveniência. A falta de consciência sobre as características únicas e o valor cultural do Queijo da Serra da Estrela pode limitar a procura e tornar mais difícil para os produtores competirem com outros produtos no mercado.

Face a estas limitações, compreende-se a importância de implementar medidas eficazes de fiscalização e proteção legal para combater a imitação e falsificação do QSE DOP. Por outro lado, é crucial consciencializar os consumidores sobre o significado e importância da denominação de origem, os processos de produção tradicionais e as características distintivas deste tipo de queijo. Campanhas de marketing, eventos promocionais e programas educacionais podem ajudar a informar os consumidores sobre estes desideratos. Finalmente, consideramos importante continuar a investir na inovação e diversificação do produto para atrair novos consumidores e expandir o mercado. Isso pode envolver o desenvolvimento de produtos derivados, como os queijos envelhecidos, e a exploração de canais de distribuição alternativos, como o comércio eletrónico.

10. Entre cultura e património: a inovação na produção do QSE

Vimos, anteriormente, que a cultura é dinâmica e adapta-se às novas condições do quotidiano das sociedades, é o presente; enquanto o património cultural tende a fixar-se no tempo, criando heranças, símbolos e identidades, é reconstrução do passado.

Como expressão cultural, o QSE adaptou-se, nas últimas décadas, a um conjunto vasto de transformações económicas e sociais que se produziram ao nível regional, nacional e até internacional. As transformações mais significativas foram, por ordem temporal, a criação do Parque Nacional da Serra da Estrela (PNSE), em 1976, a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e o reconhecimento do queijo DOP “Serra da Estrela”, dez anos mais tarde. Por outro lado, surgiram novos atores, quer ao nível da produção, quer ao nível da transformação do produto, com abordagens inovadoras, novas formas de cooperação e relações, assim como novas regras, leis e políticas, cada vez mais controladas pela economia e política global e liberalizada (Simões e Dinis, 2021).

Face a estas alterações foram adotadas várias estratégias ao nível da produção, distribuição e consumo do QSE. Grande parte destas alterações tiveram como objetivo fazer face à diminuição da mão-de-obra disponível, fruto do êxodo rural que se verificou desde meados do séc. XX.

Ao nível da produção, os pastores substituíram o livre pastoreio, historicamente baseado na transumância, por pastagens cultivadas, cercadas, algumas delas irrigadas. Se é certo que esta estratégia tende a aumentar a quantidade e qualidade da alimentação animal, é muitas vezes apontada como afetando a qualidade do queijo, uma vez que as ovelhas comem menos variedades de plantas. A ordenha mecânica também contribuiu para a economia de mão-de-obra, embora a maioria dos pastores ainda o faça à mão.

Quanto ao fabrico do queijo, foram modernizados alguns equipamentos e criados novos procedimentos. São exemplos a difusão de pequenas tecnologias que substituem tarefas repetitivas e demoradas, como agitação do leite e a prensagem do queijo. A adoção generalizada de câmaras de cura desconcentrou a produção sazonal, permitindo a alguns produtores fazer queijo durante todo o ano.

As mudanças mais marcantes foram, contudo, de natureza social, nomeadamente a especialização das explorações agrícolas. Enquanto a produção artesanal de queijo estava intimamente ligada à produção de leite, no âmbito de uma economia familiar, atualmente assistimos a uma maior especialização do sistema produtivo. Frequentemente, as queijarias artesanais não têm ovelhas, comprando o leite a pastores que, por sua vez, não produzem queijo. Paralelamente, são criadas queijarias maiores, geridas por atores externos que, embora respeitando as especificações da DOP, não produzem à escala artesanal, nem usam preferencialmente a mão-de-obra familiar.

Ao nível da distribuição e consumo foram adotadas várias estratégias de marketing. A fim de satisfazer novas preferências dos consumidores urbanos, as especificações da DOP foram alteradas para permitir a redução do tamanho do queijo, passando o limite mínimo de 1 para 0,5 Kg. A introdução de uma marca de caseína foi também um procedimento inovador, destinado a aumentar a rastreabilidade e proteger os consumidores de falsificações.

A diversificação das cadeias de distribuição foi outra inovação relevante, com a entrada das grandes superfícies comerciais a substituir o comércio tradicional. Do lado do consumo o QSE é agora utilizado em

novas receitas de culinárias *gourmet*, muito apreciadas por turistas nacionais e estrangeiros.

Apesar destas mudanças culturais significativas emergiu, paralelamente, uma forte preocupação de preservar o essencial do património em causa. Assim, em substituição da governança tradicional, baseada sobretudo na aprendizagem social dos agentes envolvidos, surgiu uma nova governança, mais institucional, que inclui a interação de quatro níveis de gestão: Europeu (PAC – Política Agrícola Comum e outra legislação europeia); nacional (governo e políticas nacionais); regional (PNSE, organizações de produtores e autoridades regionais); municipal (autoridades locais).

A PAC é hoje um forte contributo para a viabilidade económica do QSE, através de pagamentos diretos aos produtores, medidas de apoio ao investimento e impacto na legislação agrícola e alimentar nacional. A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) controla o cumprimento da legislação regulamentar pelos pastores e queijeiros e avalia os riscos na cadeia alimentar. A nível regional, o PNSE estabelece limites à utilização do território pelas atividades económicas, a fim de proteger e preservar os recursos naturais e os valores do parque.

As principais organizações de produtores do sector na região são a Estrelacoop - Cooperativa dos Produtores de Queijo “Serra da Estrela”, a que pertencem todos os produtores de queijo certificados, e a ANCOSE - Associação Nacional dos Criadores de Ovinos da Serra da Estrela. Para além de comercializar QSE, a Estrelacoop faz a ligação entre os produtores e a entidade certificadora da DOP (Beira Tradição) e dá apoio técnico aos produtores da DOP, principalmente na implementação do HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points*). Os objetivos da ANCOSE são a seleção da raça Bordaleira, a tipificação dos produtos e a colaboração com os organismos governamentais, na aplicação regional do plano nacional de saúde animal. As autoridades municipais têm um papel importante no licenciamento de queijarias e, mais recentemente, no apoio à certificação de queijos.

Apesar da substituição muito significativa das raças autóctones por raças estrangeiras mais produtivas, sobretudo a Lacaune, devido ao aumento da procura de leite não específico para produção de queijo industrial, a legislação obriga que o QSE DOP continue a ser produzido exclusivamente por leite proveniente das raças Bordaleira da Serra da Estrela e Churra Mondegueira. Por outro lado, o queijo é agora produzido em maior escala, em fábricas onde o carácter familiar já não domina e onde a uniformização é um objetivo fundamental para fazer face às novas procuras urbanas. Contudo, o essencial das técnicas artesanais do passado mantêm-se, garantindo a manutenção das características fundamentais do produto.

Em síntese, pese embora as mudanças culturais verificadas tanto na produção como no consumo do QSE, o seu património é preservado, continuando a ser um símbolo da região e um contributo identitário decisivo para as comunidades beirãs. Na sua essência o QSR DOP continua a ser produzido de forma artesanal, obtido a partir de leite cru de ovelhas autóctones, coalhado com flor do cardo (*Cynara cardunculus*) moída com sal, seguido de corte manual, prensagem, nova salga e maturação que, no mínimo, é de 120 dias (DGADR, 2011).

11. Conclusão

A dinâmica cultural dos sistemas agroalimentares está em constante evolução, impulsionada por inovações nas formas de produção e consumo de produtos agrícolas. Essas inovações trazem benefícios, como mais sustentabilidade, maior eficiência, diversificação de produtos ou acesso a mercados mais globais. No entanto, é importante encontrar um equilíbrio entre essa dinâmica e a preservação do património cultural associado ao modo de produção tradicional.

O Queijo da Serra da Estrela é um ícone da cultura gastronómica portuguesa, com um processo de produção tradicional que remonta a séculos. A relação entre o homem e o território, a forma como as ovelhas são criadas, o maneio sustentável da paisagem e o conhecimento transmitido de geração em geração são elementos essenciais para a produção deste queijo único. Preservar esse património cultural é fundamental para manter a identidade e a autenticidade do Queijo da Serra da Estrela.

Além disso, as raças autóctones utilizadas na produção do leite para o Queijo da Serra da Estrela possuem um património genético valioso. Essas raças, como a Bordaleira Serra da Estrela, são adaptadas às condições locais e possuem características genéticas únicas que influenciam diretamente a qualidade do leite e, conseqüentemente, do queijo. Preservar o património genético dessas raças é fundamental para garantir a diversidade genética e a sustentabilidade da produção agrícola local.

A incorporação de novas tecnologias e métodos de produção pode contribuir para melhorar a eficiência, a qualidade e a segurança dos alimentos, bem como a sustentabilidade ambiental. Essas inovações devem ser cuidadosamente avaliadas e implementadas de forma a preservar a autenticidade do queijo e o respeito pelas tradições locais.

Por fim, é fundamental promover a proteção e valorização do QSE, bem como investir em investigação e ações que visem a preservação do património genético das raças autóctones. Isso pode ser alcançado por meio de políticas públicas, apoio governamental, parcerias entre produtores, instituições de investigação e entidades de preservação do património cultural. A consciencialização dos consumidores também desempenha um papel crucial, incentivando a valorização do queijo tradicional e a procura por produtos autênticos.

Em suma, o equilíbrio entre a dinâmica cultural, as inovações na produção e o património cultural e genético é essencial para a preservação e o desenvolvimento sustentável do Queijo da Serra da Estrela. Através desse equilíbrio, é possível garantir a continuidade de uma tradição milenar, a valorização das raças autóctones e a produção de um queijo de qualidade, reconhecido e apreciado nacional e internacionalmente.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. F. R.** (2010), *A autonomia jurídica da denominação de origem. Uma perspectiva transnacional. Uma garantia de qualidade*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, N. T. P.** (2009), *A estrutura dos sistemas de patentes e de marcas: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.
- DGADR** (2011), “Queijo Serra da Estrela, denominação de origem protegida, caderno de especificações”. Versão revista em 2011, Lisboa: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Dupuy, J-P; Eymard-Duvernay, F.; Favereau, O.; Orléan, A.; Salais, R.; Thévenot, L.** (1989), *L'économie des conventions, Revue économique* (número especial), 40 (2), mars.
- Ferreira, A.** (1986), *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 1282.
- Fragata, A.** (1999), “Elaboração social da qualidade em produtos agrícolas tradicionais: Carne Mirandesa, Quijo de Nisa e Melão Tendral”. Provas públicas para investigador coordenador (policopiado). Oeiras: EAN, INIA.
- Malbon, J.; Lawson, C.; Davison, M.** (2014), *The WTO Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights: A Commentary*. Edward Elgar Publishing.
- Multon, J. (coord.)** (1985), *La qualité des produits alimentaires, politique, incitations, gestion et controle*. 1.ª ed. Technique & Documentation, Paris: Lavoisier.
- Oliveira, J. M.** (2010), “Denominações de Origem e Indicações Geográficas - protecção e impacto socio-económico”. Dissertação de doutoramento. Lisboa: ISEG.
- Peixoto, P.** (2002), Os meios rurais e a descoberta do património. *Revista da Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 175: 1-15.
- Pérez, X. P.** (2003), Patrimonialização e transformação das identidades culturais. Em José Portela, e J. Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, pp. 231-247.
- Pérez, X. P.** (2009), *Património cultural. Uma visão antropológica*. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología (ACA) e PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.
- Prats, L.** (1997), *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- Prats, L.** (1998), El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, nº 27: 63-76.
- RFP (2021)**, “Animal Genetic Resources Strategy for Europe. RFP - European Regional Focal Point for Animal Genetic Resources”, Disponível em: https://www.animalgeneticresources.net/wp-content/uploads/2021/11/AnGR_strategy_FinalDraft2111.pdf, consultado em 12.06.23.
- Simões, O. e Carreira, V.** (2013), Processos de patrimonialização em contexto rural: O caso de Póvoa Dão. Em Fernanda Cravidão e Norberto Santos (coord.), *Turismo e Cultura, destinos e competitividade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 395-412.
- Simões, O. e Dinis, I.** (2021), Riscos e resiliência em produtos do território: o caso do queijo “Serra da Estrela”. Em Nunes, A.; Amaro, A.; Vieira, A.; Velez de Castro, F.; Félix, F. (Coord.), *Geografia, Riscos e Protecção Civil. Homenagem ao Professor Doutor Luciano Lourenço*. Volume 1. RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, pp. 533-542.
- Simões, O. e Velarde, I.** (2010), La Función de las Indicaciones Geográficas de Productos Agroalimentarios en el Desarrollo Rural: Análisis comparado entre los casos de Portugal y Argentina. *Gedecon - Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, vol. 6 (5): 80-102
- Simões, O.; Lopes, A. D. e Ferreira, J. (coord.)** (2008), *Varietades Regionais e Agricultura Biológica. Desafios para peras e maçãs portuguesas*. Ed. ESAC/DRAPC, Coimbra, 188 p.
- Simões, O.; Velarde, I. e Schiavone, E.** (2010), “Sistemas de calificación y desarrollo rural: análisis comparado entre los casos de Portugal y Argentina”. Ponencia presentada en EAAE-SYAL Seminar – Spatial Dynamics in Agri-food Systems, Parma, Italia, octubre.
- Tibério, L.** (2004), “Construção da qualidade e Valorização dos Produtos Agroalimentares Tradicionais. Um Estudo da Região de Trás-os-Montes”. Dissertação de doutoramento. Vila Real: DESG, UTAD, 541 pp.
- Tibério, L.; Cristóvão, A.; Abreu, S.** (2008), Microproduções agrícolas e desenvolvimento sustentável em regiões periféricas. *Estudos Regionais*, 17 (2008) 5-24.

4.5 - Sistemas agrícolas en América Latina, siglos XIX-XXI

[08.09.2023 Sala/Room 3.1]

Aspectos ambientales, agrícolas y alimenticios del sistema de terrazas en el Estado de México

José Manuel Pérez Sánchez | Universidad Autónoma del Estado de México, México | jmps9@hotmail.com

Los sistemas agrícolas mexicanos, en especial las terrazas agrícolas, que manejan las comunidades rurales de México incluyen especies arbóreas, silvestres, cultivadas, introducidas, así como fauna (insectos, reptiles, aves, entre otros.). Estos sistemas están distribuidos en todo el territorio mexicano y configuran diversos paisajes agrícolas. Gracias a la arqueología, geografía, antropología, agroecología y biología se conoce su distribución, antigüedad, los grupos humanos que los trabajan, el impacto de cambio climático, los conocimientos tradicionales, la diversidad de especies, los aportes alimenticios, entre otros. Se presentan las características ambientales, agrícolas y alimenticias de las terrazas en dos zonas del Estado de México: una sobre las estrategias de manejo de las terrazas para el control de la erosión en el valle de Toluca; la segunda presenta las características de las terrazas en comunidades rurales marginadas de Zumpahuacán, Estado de México, para el cultivo de productos alimenticios y comerciales como maíz (*Zea mays*), frijol (*Phaseolus sp*), calabaza (*Cucurbita sp*), pápalo (*Porophyllum tagetoides*).

1. Introducción

México es un mosaico ecológico de paisajes rurales y sistemas agrícolas tradicionalizados. Las culturas prehispánicas desarrollaron gran número de sistemas antiguos en el territorio mesoamericano. Dichos sistemas contribuyeron durante mucho tiempo con productos alimenticios para las poblaciones antiguas, de tal manera que permitieron el crecimiento de grandes centros urbanos (centro de México, Oaxaca, península de Yucatán), así como el desarrollo de la civilización en Mesoamérica (Palerm y Wolf, 1972; González, 2011; Pérez, 2015).

Para el caso de México, se ha propuesto un tipo específico de "agricultura mexicana", definida como aquella de origen antiguo, está adaptada a las condiciones del medio geográfico y aspectos socioeconómicos de las sociedades, combina elementos agroecológicos, incluye una gran diversidad de especies vegetales, fauna y grupos humanos; incluye la organización y fuerza de trabajo familiar, cuya producción se destina tanto al consumo familiar como al mercado, incluye elementos culturales como el conocimiento tradicional, la cosmovisión de los grupos humanos, aspectos rituales, festivos y ceremoniales (Palerm, 1967, 2008; González, 2011, 2018). En este sentido, la agricultura mexicana incluye elementos de origen antiguo con elementos que aportaron los españoles después del siglo XVI.

Diversos sistemas agrícolas siguen en uso por las comunidades indígenas y campesinas de México, los cuales representan elementos importantes para su subsistencia y se relacionan con aspectos geográfico ambientales, recursos naturales y fauna, productos agrícolas alimenticios, organización social, territorio, festividades agrícolas y religiosas, rituales, conocimientos tradicionales, entre otros. Es de destacar

los sistemas de huertos, milpa, sistemas de riego y humedad, terrazas agrícolas, entre otros, que están asociados al repertorio de plantas cultivadas, implementos agrícolas, organización para el trabajo, calendarios y prácticas agrícolas, y la historia local de los territorios y grupos humanos (Mariaca, 1997; Palerm, 2008; Reyes *et al.* 2018; Pérez & Juan, 2022).

2. Las terrazas agrícolas

Según Paul Kirchhoff (2009), las terrazas de cultivo fueron uno de los elementos comunes a Mesoamérica y a otras super áreas culturales de América: Chibcha y los Andes. De acuerdo con la propuesta de distribución de Donkin (1979), las terrazas se encuentran al suroeste de los Estados Unidos, norte, centro, oeste y sur de México (Imagen 1), Centroamérica (Guatemala, Honduras) y América del sur (Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia, Chile y Argentina).



IMAGEN 1

Regiones de terrazas agrícolas en México, 1979

Fuente: Elaboración propia con datos de Donkin (1979)

Para el caso de Mesoamérica, se ha documentado el sistema de terrazas antiguos en varios sitios: cuenca de México, área maya, Tlaxcala, Oaxaca, Valle de Toluca, Jalisco. Estudios que muestran la diversidad de asentamientos prehispánicos y su manejo del suelo para la conformación de estructuras habitacionales, religiosas, civiles y construcción de terrazas, para lo cual modificaron la configuración de cerros, laderas; asimismo aportan análisis de cerámica, monumentos, esculturas, así como una de las actividades económicas importantes para las sociedades prehispánicas: la agricultura.

Especialmente, la arqueología ha contribuido al estudio del sistema agrícolas antiguos de terrazas (Palerm, 1972; Turner BL II, 1974; Lobato, 1988; García, 1986; Pérez, 2015; Borejsza *et al.* 2021; Mountjoy *et al.* 2014).

De acuerdo con Martínez (1999), las terrazas son terrenos conformados por bordos de tierra o una combinación de bordos y canales, de tal forma que forman una estructura “escalonada”, construida en sentido perpendicular a la pendiente del terreno. Las terrazas se construyen en laderas de cerros, u orillas de barrancas en diferente grado de inclinación. En este sentido, se han considerado a las terrazas como una técnica para el control de la erosión del suelo, y consisten en construcciones con muros de retención de rocas o tierra, además de controlar la erosión, también tienen la función secundaria de retener el agua de lluvia y permitir la acumulación de tierra fértil (Palerm, 2008). Las terrazas, también se asocian al control del agua de lluvia, para lo cual, en diversas zonas del país, los antiguos pobladores construyeron importantes obras de ingeniería hidráulica para el control del vital líquido, por medio de muros de

contención, canales de desagüe, regulación de la escorrentía, depósitos de agua y bordos de tierra (Pérez & González, 2020).

Borejsza *et al.* (2021), distinguen tres tipos de terrazas en las tierras altas de México: terrazas de canales transversales (*cross-channel*); terrazas en terreno inclinado (*sloping-field*); y terrazas de banco (*bench*). La primera se refiere a colocar un obstáculo (rocas) en un arroyo estacional seco para acumular sedimentos por acción del agua de lluvia, reduciendo así el desnivel longitudinal del arroyo, por lo que requiere de un desagüe para el exceso del agua a la parte de abajo del mismo arroyo. Las terrazas de terreno inclinado y de banco, se encuentran en colinas, cuya superficie es convexa y ligeramente inclinada, presentan una zanja a lo largo del talud (contrahuella).

3. Paisajes aterrazados en el estado de México

3.1. El Valle de Toluca: el cerro Tlacotepec

Se ubica en el Altiplano Central Mexicano, limita al este con la Ciudad de México y son separados por la sierra de las Cruces; al sur y oeste lo separa el volcán Nevado de Toluca (Imagen 2). Al sur del valle nace el río Lerma que lo cruza de sur a norte, el cual se mantiene por arroyos secundarios que se originan en las estribaciones de las sierras circundantes y desemboca en el Lago de Chapala en el estado de Jalisco. Se han identificado tres sistemas de topofomas: la planicie aluvial y lacustre, el sistema de lomeríos con pendientes ligeramente inclinadas, y la serranía donde predominan el bosque de pino-encino (García, 2008; Perez & Velasco, 2018). En este último sistema de topofomas donde se han identificado terrazas de cultivo en diferentes sitios como Temoaya, Oztolotepec, Lerma, Ocoyoacac, Tianguistenco, Tenango del Valle y Calimaya (Pérez & Juan, 2013).

El clima del es templado subhúmedo con lluvias en verano alcanzando temperaturas entre 2-16 °C y precipitaciones entre 700-2000 mm; predomina una vegetación de bosque de pino-encino, pastizal y sin vegetación; el uso del suelo es urbano y agrícola (INEGI, 2010a). El desarrollo urbano-industrial ha dado paso a un acelerado cambio de uso de suelo desde los 1960, en zonas de llanuras y lomeríos, así como terrenos donde estaban ocupados por la agricultura, pastizales y bosques (INEGI, 2010a). En el territorio del municipio del

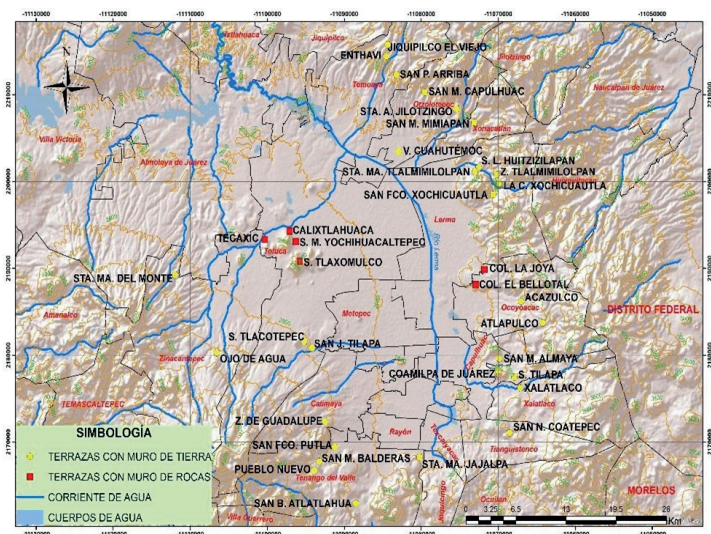


IMAGEN 2
Valle de Toluca, Estado de México
Fuente: Elaboración con datos de INEGI (2010a)

territorio de Toluca se encuentra el complejo fisiográfico “Sierrita de Toluca”, donde se ubica el sitio arqueológico de Calixtlahuaca, varias comunidades semirurbanas, en cuyas laderas de varios sistemas de topofomas hay terrazas de cultivo y habitacionales (Smith 2006; Pérez & Velasco 2018; Borejsza et al. 2021). La sur del municipio de Toluca, se encuentra el imponente volcán Nevado de Toluca, en cuyas extensas laderas del norte se asientan diferentes comunidades rurales sobresaliendo el cerro Tlacotepec, en este último existen diversos tipos de terrazas de cultivo y habitacionales. Tanto en la “Sierrita de Toluca”, como en las laderas del cerro Tlacotepec, debido al incremento de población y la demandado espacios para casa-habitación, se han construido viviendas en las terrazas de las laderas de ambos complejos orográficos dando como resultado cambios de uso del suelo.

Las condiciones ambientales, geomorfológicas y climatológicas del territorio de Toluca, permitieron la conformación de diversos sistemas de topofomas en el municipio, lo que permitió el asentamiento de asentamientos prehispánicos en diferentes cimas y laderas de cerros, como el caso de Calixtlahuaca, Toluca y Tlacotepec, y actualmente las poblaciones locales siguen habitando en las laderas de los cerros.

3.2. Las Terrazas y Los Cultivos

Los diferentes asentamientos prehispánicos matlatzincas del valle de Toluca configuraron una serie de terrazas habitacionales y de cultivo en los diferentes sistemas de topofomas, para lo cual modificaron paulatinamente las laderas de cerros y límites de barrancas; con la disposición de rocas, tierra y vegetación local establecieron diferentes tipos de terrazas. Actualmente varias poblaciones siguen manteniendo estos sistemas en Calixtlahuaca, San Mateo Oxtotitlán, Tlaxomulco, Toluca y Tlacotepec.

Al sur de la ciudad, se ubica el cerro y poblado de Tlacotepec (Imagen 3) de origen prehispánico matlatzinca y náhuatl. El cerro Tlacotepec, también conocido como Tepeyolulco, alcanza una altura de

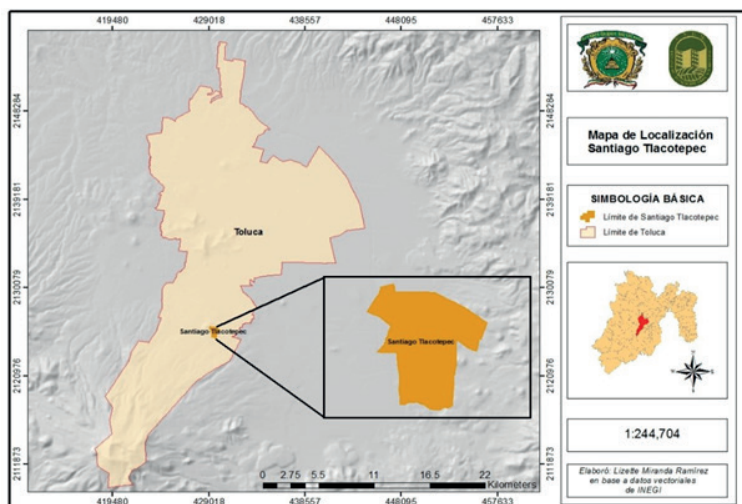


IMAGEN 3
Ubicación de Tlacotepec en el contexto del municipio de Toluca, México
Fuente: Miranda, 2023

2,890 metros sobre el nivel del mar, en cuya ladera Norte y Este se extiende la zona urbana. El cerro Tlacotepec está aterrizado en sus laderas norte, este, sur y parte de la ladera oeste.

En una investigación realizada por Miranda (2023), presenta el caso de 15 terrazas de cultivo con diferentes características. Los campesinos de Tlacotepec las llaman “mesitas” donde cultivan maíz, algunas de ellas contienen zanjas de desagüe, otras han sido abandonadas debido al esfuerzo físico que implica para mantenerlas. Las terrazas de Tlacotepec son de dos tipos (Imagen 4): de muro de roca y de tierra, las cuales corresponden al tipo dos (*sloping-field*) propuesto por Borejzsa *et al.* (2021).

Los muros o contrahuellas de las terrazas son construcciones de rocas, éstas son identificadas por los campesinos como “piedra laja” o “piedra roja”, cuya función es retener el suelo, deslave y arrastre de sedimentos hacia la parte baja de las laderas. Las dimensiones de los muros de contención de las terrazas alcanzan alturas de 1.5 a 2 m de alto. Algunas contienen muros laterales cuya altura es entre .70 cm y 1.5 m de alto. La vegetación identificada consiste en maguey (*Agave sp.*), nopal (*Opuntia sp.*), frutales de capulín (*Prunus sp.*), cedro, tepozán (*Budleya americana*) y árbol “Ilorón” (*Salix bomplandiana*) (Miranda, 2023).



IMAGEN 4
Terrazas en la ladera sur del cerro Tlacotepec, Toluca
Foto de José Manuel Pérez, 2022

De igual forma, Miranda (2023: 92), identificó un sistema llamado *metepantle* en la parte superior del cerro Tlacotepec, el término *metepantle* proviene de la lengua náhuatl *metl*= maguey y *pantle*= muro o hilera, es decir “hilera de magueyes que separan terrenos”. Este sistema se caracteriza por la planta de maguey (*Agave salmiana*) contenido en los bordes de contención de las terrazas. Además del borde de magueyes,



IMAGEN 5
Metepantle con zanjas para captación de agua de lluvia, cerro Tlacotepec, Toluca
Fuente: Imagen de Lizeth Miranda, 2022

también se identificó recientemente la presencia de “tanques de agua” (forma de paralelepípedo) (Imagen 5), cuya función es captar agua de lluvia y aportar humedad al terreno de cultivo, estos elementos contribuyen a la conservación de suelos. Cabe destacar que este elemento es de reciente introducción (2022) en las terrazas de Tlacotepec. En Tlaxcala, se ha reportado este elemento de captación de agua, llamado “cajete” o “zanja-bordo”, en diversos metepantles con suelos duros (tepetate) en Altzayanca, Hueyotlipan, Huexoyucan e Ixtacuixtla, los cuales han contribuido a la retención de suelos, control del agua, mantenimiento de la humedad y

captar materia orgánica (Bilbao, 1979; Pérez, 2013; LaFavor, 2023).

En un metepantle Miranda (2023), registró un total de 188 magueyes (*Agave salmiana*) ubicados en los linderos del terreno, esta planta también es conocida como “maguey pulquero”. La planta en los bordos retiene el suelo del sistema agrícola; se emplea para obtener la sabia, “aguamiel”, para la producción de la bebida tradicional conocida en México como “pulque”; las hojas de la planta (pencas), se cortan cuando se han secado y se usan como combustible (leña).

Los campesinos cultivan diferentes semillas en las terrazas, algunos con fines alimenticios: maíz, frijol, haba, quelites (quintonil, huauzontle), nopal; otros para su venta local: chícharo, flor de alelí y cempaxúchitl. Estos cultivos se complementan con frutos de capulín dispuestos entre las terrazas de cultivo.

En otro estudio realizado por González *et al.* (2018), identificaron 16 terrazas en el cerro Tlacotepec con diferentes características como ubicación, altitud, superficie, tipos de muro, cultivos, y zanjas, las cuales se muestran en el Cuadro 1:

No.	Ubicación	Altitud	Superficie total m ²	Muro de contención	Tipo de cultivo	Presencia de zanja
1	Ladera norte	2,961	184	P	S.C	no
2	Ladera norte	2,957	1,082	P/T	S.C	sí
3	Ladera norte	2,950	892	T	S.C	no
4	Ladera norte	2,936	1,474	T	S.C	no
5	Ladera norte	2,927	811	T	S.C	no
6	Ladera norte	2,922	458	T	S.C	no
7	Ladera norte	2,903	1,343	T	H	sí
8	Ladera norte	2,886	649	T	M/H	no
9	Ladera norte	2,876	1,683	T	S.C	sí
10	Ladera norte	2,864	778	T	S.C	no
11	Ladera norte	2,863	1,108	T	S.C	no
12	Ladera sur	2,966	51.3	PV	HR	sí
13	Ladera sur	2,966	3.22	PV	S.C	no
14	Ladera sur	2,966	4.14	PV	M/H	sí
15	Ladera sur	2,969	38	PV	M/C	no
16	Ladera sur	2,963	637	PV	M/C	no

CUADRO 1

Ubicación y características de las terrazas descritas en el presente estudio, cerro de Tlacotepec, Toluca, México

PV: Piedra volcánica; S.C: Sin cultivo; H: haba; M/H: Maíz y haba; HR: Hortaliza; M/C: Maíz y calabaza.

Fuente: González *et al.* 2018

De acuerdo con los datos de la tabla anterior, las terrazas del cerro se encuentran en un rango altitudinal por arriba de los 2,950 hasta los 2,969 metros, este rango es importante, porque en el Valle de Toluca el cultivo de maíz no se produce por arriba de los 3,000 metros, y si se cultiva, la planta no alcanza su óptimo crecimiento. En cuanto al tamaño de las terrazas, y por la pendiente de las laderas del cerro, las terrazas no superan las dos hectáreas, por el contrario, la superficie es variable, las hay de desde 3 m² a una hectárea, estas últimas se ubican en la cima del cerro, ya que ésta tiene forma plana, en realidad, visto el cerro a la distancia, de norte a sur, tiene apariencia de pirámide trapezoidal.

Como se indica en el cuadro 1, de 16 terrazas, 10 no se cultivan, esto debido al cambio en la estructura de las unidades domésticas, la conformación de nuevos núcleos familiares y la dinámica de las mismas, ya que se han integrado a la vida laboral urbana-industrial del valle de Toluca, lo que da como consecuencia que el trabajo en las milpas se deje a la gente adulta. Las terrazas cultivadas tienen haba, maíz, calabaza y haba. Lo que indica la importancia tanto de las terrazas como de los cultivos tradicionales para la producción de alimentos de autoconsumo.

3.3. Zumpahuacán, estado de México

El territorio del municipio de Zumpahuacán, se ubica al sur del Estado de México (Imagen 6). Colinda al norte con los municipios de Tenancingo, al este con Malinalco y Coatlán del Río (estado de Morelos); al sur con Cacahuamilpa (estado de Guerrero); y al oeste con Tonatico, Ixtapan de la Sal y Villa Guerrero (Estado de México) (Ayuntamiento de Zumpahuacán, 2019). Zumpahuacán pertenece a la subprovincia fisiográfica “Sierras y Valles Guerrerenses”, cuyos sistemas de topoformas relevantes son sierras, valles y lomeríos, es decir, paisajes agrestes (INEGI, 2010b).

Presenta un clima semicálido subhúmedo con lluvias en verano de humedad media, con temperaturas de 16 a 20° C y una precipitación de 800 a 1,300 mm. En el territorio hay amplia diversidad de rocas: calizas sobre pizarras y arcillas. Algunas porciones altas de los cerros son pedregosas de color blanco con textura dura, donde los campesinos siembran maíz, frijol y calabaza. En el municipio hay tres ríos perenes Axixintle, Calderón y San Jerónimo, y 16 ríos intermitentes: Achochoca, Aguacaticlo, Atempa, Ayoilicha, Copal, Jalatengo, La Mina, Las Canoas, Las Juntas, Los Azuchiles, Los Sabinos, Los Tejanes, San Jerónimo, Temazalapa, Temozolapa y Tlaltizapán (Ayuntamiento de Zumpahuacán, 2019; INEGI, 2010b).

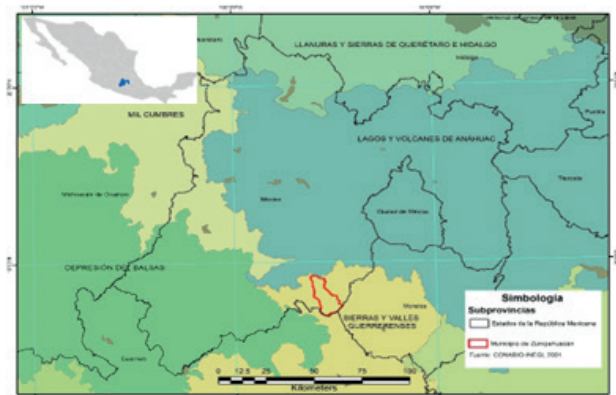


IMAGEN 6

Ubicación del municipio de Zumpahuacán en el contexto del Estado de México

Fuente: CONABIO (2022), INEGI (2021), CONAGUA (2023)

Por la ubicación del territorio y las características del geográficas, la vegetación natural es característica del bosque tropical caducifolio o selva baja caducifolia, presentando una diversidad de especies de árboles, arbustos y hierbas silvestres, aunque también las hay cultivadas (*agave*, *izote*). El paisaje característico de Zumpahuacán se diferencia tanto en la estación seca como en la lluviosa, en la primera predomina un entono gris y seco, en la segundo el paisaje cambia abruptamente a un ambiente verde con el retoño de árboles, flores y algunos frutos. Las especies vegetales características de este ambiente son: tzompantle, cedro, guaje (*Leucaena esculenta.*), palma (*Brahea dulcis* (Kunth) Marth.), ciruela (*Spondias purpurea* L.), izote (*Yucca treculeana*), copal, yoyote (*Cascabela thevetia* (L.) Lippold), palo dulce, tepeguaje (*Lysiloma acapulcensis* (Kunth) Benth.), cacaloxochitl (*Plumeria rubra* L.), guamúchil (Vázquez y Munguía, 2015).

Históricamente, el municipio de Zumpahuacán, a pesar de su aislamiento geográfico de los principales centros de población del sur del Estado de México como Tenancingo y Villa Guerrero, no fue ajeno a los movimientos armados de la revolución mexicana y movimiento cristero de 1910 y 1926-1927 respectivamente. Desde finales del siglo XIX, Zumpahuacán mantenía cierto tipo de relaciones de intercambio comercial con el mercado regional de Tenancingo, que, durante el movimiento armado se detuvo, y no fue sino hasta la segunda mitad del siglo XX, que continuaron las actividades de intercambio comercial. A pesar de la relativa tranquilidad posrevolucionaria, después de la década de 1930 las condiciones de paz del municipio no fueron estables, ya que ciertos grupos y personajes ejercían control político en municipio, lo que impidió cierto desarrollo urbano, agrícola y de prosperidad en la región, la población era de vocación campesina (Castro, 2003).

A partir de los 1970, Zumpahuacán inició su integración a la vida regional, ya que en los municipios vecinos la actividad florícola comercial fue desarrollándose y el mercado de Tenancingo continuó siendo el eje de intercambio comercial en la región. Es decir, con el desarrollo de empresas florícolas en Villa Guerrero y Tenancingo, los campesinos de Zumpahuacán se insertaron a actividad agrícola en los invernaderos florícolas como jornaleros, por una parte, y a la venta de productos alimenticios que obtenían de sus huertos y milpas en el mercado de Tenancingo, obteniendo así algunos recursos monetarios para cubrir necesidades básicas (Castro, 2003). Estas características se han complementado con la movilidad de la gente hacia otras regiones de México y Estados Unidos de Norteamérica, es decir, han recurrido a la migración debido a la falta de empleo más remunerado para cubrir sus necesidades de alimentación, vestido, salud, vivienda y educación.

Las actividades agrícolas de las diferentes comunidades y barrios de Zumpahuacán: Santa Ana, San Pedro, Chiltamalco, San Isidro y Santa Cruz, entre otros, están ligadas a la agricultura de subsistencia, de donde obtienen recursos naturales y agrícolas básicos como maíz, frijol, calabaza, pápalo, guaje, ciruelas, así como agave, palma e izote de las que obtienen fibras para la confección de morrales, y otros productos artesanales como petates, canastas y la bebida de mezcal, mismos recursos que los campesinos siguen intercambiando en los mercados de Tenancingo y Zumpahuacán. La agricultura tradicional, como la obtención de recursos naturales de frutos y fibras fueron dos elementos que caracterizaron a los campesinos de Zumpahuacán durante el periodo revolucionario desde principios del siglo XX hasta la segunda mitad de este siglo. Actualmente, se han diversificado las actividades económicas de los campesinos: agricultura comercial con el cultivo de agave para mezcal, empleo de mano de obra masculina y femenina en empresas de invernaderos de flores, jornaleros en plantaciones de riego en el Estado de Morelos, la migración internacional, conductores de taxis y comerciantes.

3.4. Las terrazas y los cultivos

En la porción suroeste del territorio de Zumpahucán, el paisaje característico de pequeñas serranías consiste en afloramientos rocosos (1,600-1,900 metros sobre el nivel del mar), en los cuales se asientan diferentes comunidades campesinas de origen náhuatl. A pesar de que las condiciones geográficas limitan la subsistencia de la gente por falta de agua y terrenos aptos para la agricultura, los campesinos han adaptado diferentes sistemas agrícolas tradicionales de huertos, milpas y terrazas de cultivo, sus casas y templos religiosos en un paisaje agreste rocoso, en el que han subsistido desde hace más de 80 años.

A pesar de esto, el ambiente ofrece los recursos naturales necesarios con los que las familias han subsistido a lo largo de los años, las estrategias implementadas tienen que ver con la disposición y acceso a las tierras de cultivo, la organización familiar y a las relaciones horizontales y verticales entre las comunidades, con otras comunidades, con el mercado regional, la migración internacional, así como las políticas gubernamentales (despensas alimenticias) que obtienen las familias.

La construcción de terrazas tiene doble propósito: para la producción de ciertos cultivos con fines alimenticios, y habitacionales, esto gracias a la disposición de rocas que el ambiente provee. Las terrazas de cultivo son construcciones con las siguientes características: muro de rocas calizas, superficie de cultivo sobre afloramientos rocosos y vegetación arbórea. Las terrazas de cultivo están construidas según la inclinación de las laderas de los cerros y en los límites de las barrancas. Los muros de rocas retienen el suelo, y se emplean como cercas para separar terrenos y terrazas de propiedad privada.

Algunas terrazas han sido construidas quebrando las rocas para acondicionar los muros y nivelar el suelo (Imagen 7). Las herramientas utilizadas no son complejas, emplean el mazo y pico, con las cuales dan forma a las rocas para disponerlas en muros de 40 a 75 cm de ancho. Las terrazas se rellanan con el desperdicio de rocas y tierra.

En el caso de una familia de la comunidad de San Isidro Chiapa, la cual está integrada por dos adultos mayores (hermanos solteros), tienen una serie de terrazas escalonadas de cuatro niveles (Imagen 8), sobre una ladera con afloramientos de roca caliza:

Primer nivel: la terraza tiene un muro de 1.20 m de alto y 45 m de largo. Esta terraza es habitable. La casa está construida con muros de caña de maíz seca y techada con lámina de asbesto a dos aguas, está distribuida en dos habitaciones, una cocina con fogón, un área de secado para maíz, un pasillo; hay algunas plantas frutales (mango, durazno, papaya, chile).



IMAGEN 7
Acondicionamiento de terrazas, san Pedro Guadalupe, Zumpahuacán
Foto de José Manuel Pérez, 2022



IMAGEN 8

Escalonamiento de terrazas cultivadas, San Isidro, Zumpahucán

Fuente: imagen de José Manuel Pérez (2022)

Segundo nivel: muro de 1 m de alto y 40 m de largo. Una fracción (20 m) está destinada al huerto familiar con aproximadamente 38 plantas frutales: mango, durazno, chile, papaya, limón, aguacate, guayaba, ciruelo, capulín amarillo; florales: vara de san José, girasol silvestre, buganvilia, tulipán, flor de muerto, geranio; medicinales: hierbabuena, menta, zábila, rosa de castilla, ruda; maderable: copal, zintle, yoyote, izote; así como plantas de agave mezcalero.

Tercer nivel: muro de 60 cm de alto, por 40 m de largo, el ancho de la superficie es de aproximadamente 5 metros de ancho: Parte de la terraza no tiene cultivos, la otra mitad tiene izote, ciruelo, limón.

Cuarto nivel: muro de 40-50 cm de alto, y 40 m de largo. Esta terraza está destinada al cultivo de agave mezcalero, entre la superficie hay árboles de guaje, ciruelo y guayaba.

Los campesinos disponen una diversidad de plantas cultivadas en los sistemas de terrazas cuyo propósito es alimenticio, intercambio y venta. Los principales cultivos son el maíz criollo, frijol y calabaza, seguido de pápalo (Cuadro 2). En las terrazas cuentan con determinadas especies arbóreas de las cuales obtienen diferentes recursos como frutos, flores, fibras, madera.

Desde la década de 1940, las familias campesinas han seguido un tipo de economía agrícola de subsistencia combinada con la recolección y venta de partes de plantas silvestres, cultivadas, elaboración de mezcal y artesanías con recursos naturales (fibras), mismos que obtienen tanto del ambiente natural como de los sistemas agrícolas. Los campesinos destinan la agricultura tradicional al autoabasto familiar con algunas especies comerciales de agave y flores para el mercado local y regional, y la combinan con la recolección de partes de diferentes tipos de plantas, venta de artesanías, y maquila de tejido de puntas de rebozo, como jornaleros en invernaderos de flores, la construcción de viviendas y la migración. Lo anterior se complementa con las relaciones familiares, de compadrazgo y amistad en las actividades agrícolas, las fiestas religiosas, la recolección de plantas silvestres y cultivadas, la elaboración y venta de artesanías, la maquila de tejido de puntas de rebozo, lo anterior ha favorecido la subsistencia de las familias campesinas, y al mismo tiempo, refuerzan algunos mecanismos de organización social, cooperación, cohesión social comunitaria, intercambio y ayuda mutua (apoyo mutuo).

No.	Especie	Usos						
		Alimento	Venta	Artesanal	Ritual	Bebida	Combustible	Cerco
1	Maíz	*						
2	Frijol	*						
3	Calabaza	*						
4	Pápalo	*	*					
5	Sabino						*	
6	Tzompantle (flor)	*						
7	Copal							*
8	Izote			*				
9	Cacaloxochitl (flor)		*	*	*			
10	Clavellina (flor)		*		*			
11	Palma		*	*	*			
12	Guaje (vaina, hojas tiernas, semillas)	*	*				*	*
13	Guamuchil (fruto)	*						*
14	Yoyote							*
15	Ciruela (fruto)	*	*					
16	Nopal	*						
17	Agave		*			*		*
18	Aguacate	*						
19	Guayabo	*				*		*
20	Zapote blanco	*						*
21	Papaya	*						
22	Limón					*		
23	Lima					*		
24	Naranja	*				*		
25	Mango	*				*		
26	Maracuyá	*				*		
27	Durazno	*						
28	Tomate silvestre	*						

CUADRO 2

Uso de especies vegetales del sistema de terrazas en comunidades rurales de Zumpahucán, México.

Fuente: Trabajo de campo 2021-2023

4. Conclusiones

Actualmente la agricultura mexicana combina elementos de la agricultura prehispánica con elementos que incorporaron los españoles en el siglo XVI, y se ha introducido maquinaria agrícola moderna y fertilizantes químicos después de la segunda mitad del siglo XX. La diversidad de sistemas agrícolas ofrece una posibilidad de manejo de recursos naturales, de acuerdo con las necesidades alimenticias de las familias campesinas. Estos sistemas agrícolas, como el caso aquí presentado de terrazas de cultivo, contribuyen con productos básicos a la alimentación: maíz, frijol, calabaza, y otros cultivos con valor comercial, como flores, frutos y agave (mezcal, pulque).

El contexto ambiental, sociocultural, económico y sus relaciones con la sociedad mayor en el que se encuentran y mantienen las sociedades rurales, es fundamental para entender la importancia de los sistemas de terrazas de cultivo, ya que a través de los mercados regionales y locales se intercambian productos de la milpa, huertos y terrazas, y así obtener otros productos que no se producen en la milpa con el dinero adquirido por la venta de sus productos.

Los casos aquí presentados: Tlacotepec y Zumpahucán, reflejan una forma en que los campesinos ajustan las terrazas a las condiciones ambientales locales, como el manejo de laderas, suelo, vegetación, rocas, así como a los requerimientos sociales y económicos de las familias: la alimentación, el uso y venta de recursos silvestres y cultivados. El caso de Tlacotepec, enfrenta un proceso de transformación y permanencia del sistema agrícola, ocasionado por el abandono y falta de mantenimiento de las terrazas, la construcción de viviendas en las superficies de las terrazas, así como de la presión del crecimiento urbano-industrial y actividades comerciales del valle de Toluca. Por otro lado, representa una continuidad del sistema que se resiste a desaparecer, ya que es posible mantener cultivos de subsistencia y comerciales (flor alelí, obtención de la sabia de aguamiel para pulque), y contribuye a mantener el ambiente: retener procesos erosivos del suelo.

En Zumpahucán, el contexto de aislamiento por las que han pasado las comunidades campesinas a lo largo del tiempo, su integración tardía a la dinámica comercial regional, y las características del ambiente limitado ofrece las condiciones para que los campesinos ajusten el ambiente en la conformación del sistema de terrazas, seleccionen recursos naturales (rocas, agua, vegetación) para obtener frutos, fibras que pueden consumir, intercambiar y transformar para satisfacer sus necesidades de alimentación, medicinal y de intercambio. Las condiciones ambientales en Zumpahucán ofrece más diversidad de recursos naturales que los campesinos usan y manejan en los diferentes paisajes y sistemas agrícolas. La migración internacional, el empleo de la fuerza de trabajo en la floricultura comercial, hacen que los sistemas agrícolas y conocimiento de algunas plantas (izote y palma) se abandonen, para dar paso a otra dinámica alimentaria, adquisición de alimentos industrializados, crecimiento urbano, diversificación de actividades de subsistencia, tareas que falta por profundizar en estas comunidades rurales presentadas.

Referencias

- Ayuntamiento de Zumpahucán** (2019). *Plan de desarrollo municipal de Zumpahucán, Estado de México 2019-2021*. México: Ayuntamiento de Zumpahucán.
- Castro, Pablo** (2003). *Chayotes, burros y machetes*. México: El Colegio Mexiquense AC.
- García Cook, Ángel** (1986). El control de la erosión en Tlaxcala: un problema secular. *Erkunde*, (40), 215-261.
- Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad (CONABIO)** (2022). *Portal de geoinformación*. <http://www.conabio.gob.mx/informacion/gis/> [31/03/2023].
- Comisión Nacional del Agua (CONAGUA)**. *Aguas subterráneas, Estado de México*. <https://sigagis.conagua.gob.mx/gas1/sections/Edos/edomex/edomex.html> (27/06/2023).
- Bilbao, Jon Ander** (1979). *Sistemas y prácticas agrícolas en una comunidad de Tlaxcala*, ponencia presentada en el 43° Congreso Internacional de Americanistas, Vancouver, Canadá.
- Borejsza, A.; Rodríguez, I.; Frederick, C. & Smith, M.** (2021). *The Geoarchaeology of a Terraced Landscape. From Aztec Matlatzincó to Modern Calixtlahuaca*. Salt Lake City: The University of Utah Press.
- Donkin, R. A.** (1979). *Agricultural Terracing in the Aboriginal New World*. EUA: The Werner Gren-Fundation for Anthropological Research-The University of Arizona.
- García Sánchez, Magdalena** (2008). *Petates, peces y patos. Pervivencia cultural y comercio entre México y Toluca*. México: El Colegio de Michoacán-CIESAS.
- González Cruz, A.; Martínez, A. & Vázquez, L.** (2018). *Reporte de trabajo de campo en el cerro Tlacotepec. Facultad de Antropología*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México
- González Jácome, Alba** (2011). *Historias varias. Un viaje en el tiempo con los agricultores mexicanos*. México: Universidad Iberoamericana AC.
- González Jácome, Alba** (2018). La antropología mexicana y la agricultura tradicional: Breve historia, dilemas y perspectivas. En Laura Reyes, José Pérez & Sergio Moctezuma (Coords.). *Sistemas agrícolas tradicionales. Biodiversidad y cultura* (pp. 23-50). México: El Colegio Mexiquense A.C.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)** (2010). *Censo de población y vivienda 2010*. México. <https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2010/> [31/03/2023].
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)** (2010a). *Compendio de información geografía municipal 2010, Toluca*. México. https://www.inegi.org.mx/contenidos/app/mexicocifras/datos_geograficos/15/15106.pdf [31/03/2023]
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)** (2010b). *Compendio de información geografía municipal 2010, Zumpahucán*. México. https://www.inegi.org.mx/contenidos/app/mexicocifras/datos_geograficos/15/15119.pdf [31/03/2023]
- Kirchhoff, P.** (2009). *Mesoamérica sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales*. Al fin liebre, ediciones digitales. 2009. 12 pp. <http://alfinliebre.blogspot.com/> [27/06/2023]
- LaFevor, M.** *Agave cultivation, Terracing and conservation in México*. Consultado en <http://www.focusongeography.org/publications/articles/mexico/index.html> [26/06/2023]
- Lobato, R.** (1988). Terrazas prehispánicas en la región del río Usumacinta y su importancia en la agricultura maya. *Estudios de Cultura Maya*, (16), 19-58.
- Mariaca, Ramón** (1997). *¿Qué es la agricultura?* México: Universidad autónoma del Estado de México.
- Miranda, Liztte** (2023). *Prácticas de conservación de suelo en el cerro Tlacotepec, Toluca; Estado de México*. Tesis de Licenciatura en Ciencias Ambientales. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México.
- Martínez, M.; Rubio, E. & Palacios, C.** (1999). *Terrazas*, México: SAGARPA, Colegio de Posgraduados.
- Mountjoy, J. B.; Schöndube B.; O. & Montes, J. P.** (2014). Las Terrazas prehispánicas de Ayutla, jalisco, *Arqueología*, (48):49-68.
- Palerm, Ángel** (1967). Agricultural Systems and Foods Patterns. En Manning Nash. (Ed.), *Handbook of Middle American Indians*, vol 6, Ethnology, (pp. 26-52). EUA: University of Texas Press.
- Palerm, Ángel** (2008). Para ayudar a entender la principal actividad económica en el medio rural: la agricultura. Sistemas agrícolas en Mesoamérica contemporánea. En Jacinta Palerm Viqueira (Coord.) *Guía y lectura para una primera práctica de campo* (pp. 297-347), Segunda edición. México: Universidad Autónoma de Querétaro,

- Palerm, Ángel. & Wolf, Eric** (1972). *Agricultura y civilización en Mesoamérica*. México: SepSetentas
- Pérez Rodríguez, Verónica** (2015). Investigaciones recientes sobre el urbanismo temprano en Cerro Jazmín, Mixteca Alta, Oaxaca, *Cuadernos del Sur*, 21(40), 62-91.
- Pérez, José M. & Juan Pérez, José** (2013). Caracterización y análisis del sistema de terrazas agrícolas en el vale de Toluca, México, *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, 10(10), 397-418.
- Pérez, José M. & Juan Pérez, José** (2022). *Semillas de vida. Agricultura, conocimiento tradicional y recursos naturales en México*. México: Universidad Autónoma del Estado de México.
- Perez, José & González, Alba** (2020). El control del agua en las terrazas agrícolas del Altiplano Central mexicano. En Ana Moreno Calles *et al.* (coords.), *Los sistemas agroforestales de México: Avances, experiencias, acciones y temas emergentes*. (pp. 274-289). México: UNAM.
- Pérez, José & Velasco, Juan** (2018). Agricultura de terrazas en Calixtlahuaca. Estado de México. En Laura Reyes, José Pérez & Sergio Moctezuma (coords.) *Sistemas agrícolas tradicionales. Biodiversidad y cultura* (pp. 51-69). México. El Colegio Mexiquense A. C.
- Reyes, Laura; Pérez, José & Moctezuma, Sergio (coords.)** (2018). *Sistemas agrícolas tradicionales. Biodiversidad y cultura*. México: El Colegio Mexiquense A. C.
- Smith, M.** (2006). *Proyecto Calixtlahuaca. Organización de un centro urbano posclásico*. Informe técnico parcial. EUA: Arizona State University-INAH.
- Turner, B.L. II** (1974). Prehispanic Intensive Agriculture in the Mayan Lowlands. Examinations of relic terraces and raised field indicates that Río Bec Maya were sophisticated cultivator, *Science*, (185), 118-124.
- Vázquez, Luis & Munguía, Guadalupe** (2015). *Fibras vegetales y las artesanías en el Estado de México*. México: Universidad Autónoma del Estado de México.



Sessão plenária 2 / Sesión plenaria 2 / Plenary session 2

[08.09.2023 Auditório]

Tenencia de la tierra, reforma agraria y sistemas agroalimentarios. Perspectivas globales y de largo plazo

Pecuária rotativa e regenerativa para recuperar o património agrário: um exemplo prático na Andaluzia

Eva Gamero-Ruiz | Universidad de Sevilla, España | evagamero1@hotmail.com

Antonio Gamero-Ruiz | Universidad de Sevilla, España

Naturales del Sierro" é uma fazenda familiar ecológica na Sierra Sur de Sevilha, que realiza uma gestão agrossilvipastoril sob critérios de agricultura e pecuária regenerativa e gestão holística, seguindo os ensinamentos de Alan Savory e as recomendações da "Carta de Baeza" sobre o Património Agrário, documento elaborado em 2013 no seio da Universidade Internacional da Andaluzia. Esta exploração realiza uma gestão única com tomada de decisão consensual onde o gado desempenha um papel fundamental, não só nas parcelas florestais, mas em todas as parcelas agrícolas, para a regeneração do solo. Minimizam-se os trabalhos de alteração do solo, controlam-se os riscos de incêndio do gado nas zonas e horários mais perigosos e realiza-se a pastagem rotativa, que permite aproveitar muitos subprodutos que se desperdiçam noutras explorações, como restos de poda ou colheitas que caem no chão, em momentos em que outros alimentos para o gado são escassos. Desta forma, todas as sinergias que ocorrem na gestão conjunta entre a agricultura e a pecuária são utilizadas com o objetivo de conseguir uma gestão de nutrientes o mais circular e autónoma possível. Os animais mortos são usados por aves necrófagas. Em suma, preservam-se as práticas e saberes tradicionais para regenerar a base produtiva e produzir alimentos saudáveis.

GESTÃO HOLÍSTICA; PASTAGEM ROTATIVA; PATRIMÔNIO AGRÁRIO; SABERES TRADICIONAIS

1. Introducción

La deriva actual de la agricultura convencional, cada vez más desvinculada de los sistemas agroambientales y de las necesidades reales de alimentos sanos para la sociedad y cuyo único objetivo es el agro-negocio, hace que se encuentre cada vez más alejada de la propia definición de agricultura y se acerque más a la de industria a secas. Un negocio fuertemente dependiente de tecnología digital de primer nivel y de aporte de insumos de derivados del petróleo y que es cada vez más contaminante sin tener que rendir cuentas por las innumerables externalidades negativas que provoca. Este negocio está cada vez más globalizado y depende cada vez más de decisiones que se toman en base a estrategias bursátiles contrarias a la Soberanía Alimentaria de los pueblos y regiones. Llamar agricultura o ganadería a la forma mayoritaria de producir "alimentos" hoy es un verdadero sarcasmo. Y pensar que el gobierno mundial puede detener esta deriva es como creer que el zorro guardará el gallinero.

Ante esta situación, muchos agricultores deciden saltar del carro movido por esas ruedas cada vez más grandes pero más dependiente de medios externos, más frágil ante las adversidades, más cerca del

Para nosotros, agricultores hijos de agricultor, aceptar que la base de todo el trabajo de nuestro padre y el nuestro propio durante años era erróneo, no es una decisión fácil. Ni para la mayoría de los agricultores convencionales. Es reconocer que te han engañado con el timo de la estampita. Y el problema es que reconocer el error, aceptar la bofetada, es condición *sine qua non* para poder salir de ese círculo vicioso.

En el transcurso de los dos últimos años hemos podido seguir muchas enseñanzas del profesor ingeniero agrónomo Luiz Carlos Pinheiro. En muchas de sus charlas siempre preguntaba a los estudiantes de agronomía si algo de lo que él estaba contando se lo habían enseñado a ellos en las escuelas agronómicas. Nunca les habían hablado de la importancia del suelo en su conjunto, no como mero soporte para la vida, sino como *superorganismo* capaz de provocar la transmutación de los elementos necesarios en la producción agrícola. Ni de su potencial ni de su fragilidad. Si eso no se enseña en las escuelas de ingeniería, pero sí todas las alternativas que requieren insumos externos, contaminantes y caros, para llegar al mismo fin, difícilmente a los agricultores de a pie se le puede convencer.

La propuesta que presentamos aspira a servir de herramienta para ser usada, *de modelo para armar* en otros contextos, con las adaptaciones necesarias. Pretendemos transmitir los conocimientos teóricos y prácticos adquiridos desde nuestra experiencia en la llevanza regenerativa de una explotación agrosilvopastoral en Morón de la Frontera, Sevilla, un total de 280 hectáreas. Haciendo un poco de intrahistoria, mostramos el tránsito desde una explotación de secano tradicional a otra que regenera la tierra a través de la diversificación de las actividades, forestando gran parte del terreno con especies autóctonas (acebuches, algarrobos, almendros, pistachos, olivos) y utilizando el pastoreo planificado como elemento central, todo ello en un marco cooperativo familiar.

Tras proporcionar los fundamentos teóricos de la agricultura regenerativa, del pastoreo racional y de la protección del Patrimonio Agrario, concretaremos los resultados de nuestro proyecto particular, tanto en el plano del manejo de la tierra, cultivos y ganado, como en de las fórmulas jurídicas y económicas empleadas en su tenencia y gestión.

2. Fundamentos teóricos

2.1 Manejo holístico para la regeneración de la tierra a través del pastoreo planificado.

La aplicación de proyectos como el nuestro, de regeneración de la tierra y de los ecosistemas, que valora los aspectos naturales y culturales de la agricultura, requiere una técnica o metodología distinta, absolutamente libre de prejuicios, en la línea de lo que la antropología moderna llama "holismo", posición metodológica y epistemológica que postula cómo los sistemas (ya sean físicos, biológicos, sociales, económicos, mentales, lingüísticos o culturales) y sus propiedades, deben ser analizados en su conjunto y no sólo a través de las partes que los componen.

La forma en que tomamos decisiones en medio de estos sistemas vivos y complejos afecta indudablemente a todos y cada uno de sus elementos. La realidad natural en la que interviene el ser humano mediante las actividades agraria, forestal y/o ganadera está compuesta por sistemas vivos que se adaptan continuamente al ambiente y cuyo funcionamiento es complejo: tierra, animales, minerales, personas, plantas, hongos, saberes y haceres ancestrales, nuevos saberes y tecnologías..., todos sabiamente

interconectados. El holismo, frente al individualismo metodológico, considera que este “todo” es un sistema más complejo que la simple suma de sus elementos constituyentes y que su naturaleza como ente no se deriva de la simple suma de sus elementos. La regeneración de la tierra requiere algo más -y mejor- que el tratamiento singular de cada uno de los singulares elementos que la componen. Esta perspectiva holística permite comprender el “todo” que estamos tratando de gestionar desde una visión estratégica e integrada, permitiendo tomar las decisiones más idóneas para lograr resultados regenerativos a distintos niveles, ecológico, cultural, económico y social.

En este contexto holístico, el manejo de la tierra mediante el *pastoreo planificado* consiste, en particular, en realizar movimientos organizados de ganado considerando el tiempo en que las plantas están expuestas al pastoreo, de forma que se planifique la recuperación de la cubierta vegetal. Este método singular de pastoreo tiene en cuenta las necesidades de la tierra, las plantas, los animales y las personas. El proceso se basa en una planificación, evaluación y replanificación constantes. La base del sistema consiste en emular las circunstancias en la que han evolucionado las especies de plantas, hongos y bacterias que coexistían con los herbívoros en el ecosistema.¹ Se fundamenta en la utilización de “pulsos” o “eventos” de pastoreo puntuales que permiten la recuperación de las plantas tras la descompensación aéreo-radicular que provoca el pastoreo, lo que genera la formación de *humus* por la muerte parcial de raíces que induce la proliferación de toda la biocenosis asociada al suelo. Se produce de esta forma una mejora en la proporción de materia orgánica de alta estabilidad en el horizonte del suelo, con fijación de carbono de ciclo largo y todas las mejoras asociadas a ello. Esa es la base de la agricultura y ganadería regenerativas.

El pastoreo holístico planificado tiene en consideración cuatro principios claves:

- la naturaleza funciona como un *todo*,
- la *escala de la humedad* y cómo afecta la respuesta de la tierra a las influencias sobre ella,
- la *relación* entre predadores, presa y salud de la tierra y
- el *tiempo de pastoreo*, que al final es más importante que el número de animales que pastan.

El modelo de gestión holística con pastoreo planificado fue ensayado por Allan Savory desde los años 60 del siglo XX para la regeneración de los pastizales africanos, concretamente en Zimbabue, buscando remedios a la desertificación y la recuperación de la biodiversidad y la calidad de vida de las personas. El sistema se ha ido extendiendo progresivamente por todo el mundo. Savory ha logrado demostrar de forma fehaciente que, frente a la creencia de que la ganadería es la responsable de crear “desiertos”, el problema no era otro que la forma en que se manejaba el ganado, concluyendo que la gestión ganadera tiene que cambiar y asimilarse a los rebaños salvajes que poblaron la tierra, que estaban siempre alerta y en movimiento frente al peligro de los depredadores.² Los resultados obtenidos a través del llamado “pastoreo holístico planificado” fueron espectaculares, transformando paisajes enteros y generando múltiples beneficios para la tierra y quienes en ella habitan.

¹ Savory, A. (1998): *Holistic Management: A New Framework for Decision-Making* (Manejo holístico: una revolución del sentido común para regenerar nuestro ambiente) (en inglés). Island Press. El sistema se va extendiendo progresivamente por todo el mundo, tal puede comprobarse en <https://savory.global/wp-content/uploads/2023/02/2021-ar.pdf>.

² La llamada “ecología del miedo” y las ventajas del pastoreo regenerativo, son descritos de forma muy didáctica en los documentales de Javier Peña, de HOPE, por ejemplo https://www.youtube.com/watch?v=C8W_f8Wa8A4

Este tipo de manejo holístico desarrollado por Alan Savory se apoyó en los estudios realizados desde la década de los años 40 del siglo pasado por el científico francés André Marcel Voisin, sobre el pastoreo con ganadería bovina de producción láctea. El denominado “Pastoreo Racional Voisin” (PRV) se ha difundido por todos los continentes, siendo otro de los grandes teóricos y prácticos de este sistema el ya citado profesor brasileño Luiz Carlos Pinheiro Machado (2019). Son sus principios constituyentes:

Ley de reposo: para que un pasto produzca el máximo provecho posible, es necesario que el tiempo de reposo sea el suficiente para que las plantas almacenen reservas en sus raíces y vayan creciendo progresivamente. El tiempo de reposo será el que transcurra entre la salida del ganado en un recinto cerrado para el pasto (un potrero) y la entrada del ganado nuevamente al mismo cercado.

Ley de ocupación: el tiempo de ocupación debe ser el menor posible para evitar que el animal se coma el rebrote de la planta. En cada caso, se irán definiendo este tiempo de acuerdo a la estación y a la carga animal.

Ley de rendimientos máximos: es importante ayudar a los animales a que puedan ir disponiendo de la mayor cantidad de pasto y que este sea de la mejor calidad posible.

Ley del rendimiento regular: un animal puede lograr su máximo rendimiento en el primer día de pastoreo y su desempeño va disminuyendo en la medida en la que el tiempo de permanencia en cada parcela aumenta.

2.2 Agricultura Regenerativa

Las prácticas agro ganaderas descritas, auspiciadas por Savory y Voisin, se integran en un concepto aún más amplio, la llamada “agricultura regenerativa”, que puede definirse como un sistema de principios y prácticas agrícolas que aumenta la biodiversidad y enriquece la calidad de los suelos, captura el carbono, mejora las cuencas, produce alimentos sanos y favorece todos los servicios ecosistémicos.

Estas prácticas han sido impulsadas, entre otros, por el agricultor australiano Darren Doherty³, difundidas en nuestro país por la Asociación Ibérica de Agricultura Regenerativa⁴ y fomentada por la sociedad *Climate Farmers*⁵ a través del instrumento financiero denominado *Carbon+*.

La propia definición de “agricultura regenerativa” está abierta a la interpretación, así, Newton *et al.* (2020) han llevado a cabo una revisión de la literatura sobre el tema, comparando las definiciones ofrecidas por la doctrina: algunas se centran en procesos agronómicos, tales como eliminar la labranza o evitar los insumos sintéticos de los cultivos, mientras que otras ponen el acento en los resultados ambientales, como la mejora de la salud del suelo o la calidad del agua, y los hay quienes, desde una perspectiva más holística, destacan las consecuencias positivas que generan en los ecosistemas, en las personas y en las

³ Hace más de diez años que Darren Doherty viene impartiendo charlas y cursos sobre la necesidad de regenerar la tierra. Como prueba, la entrevista realizada por Eva Terol Trenzano en *Fertilidad de la tierra: revista de agricultura ecológica*, N°. 38, 2009, pp. 56-59. Otros estudiosos, defensores y practicantes del sistema de agricultura regenerativa con pastoreo racional, son los norteamericanos Joel Salatin, Kirk y Tamara Gadzia y los latinoamericanos Jairo Restrepo o Nacho Simón.

⁴ <https://www.agriculturaregenerativa.es/>

⁵ <https://www.climatefarmers.org/>

comunidades.

Las grandes compañías de alimentación ya están implementando técnicas de agricultura regenerativa. Por ejemplo, General Mills, con varios programas piloto en Estados Unidos y Canadá, ofrece a los productores la oportunidad de asistir a la llamada “Academia de Salud del Suelo” para profundizar su comprensión de los principios de la agricultura regenerativa y recibir apoyo técnico personalizado a medida que implementan cambios en el campo (Schroeder, L., 2020).

Ahora bien, sin desdeñar el importante papel que las grandes compañías de alimentación están llamadas a desempeñar en el fomento de la gestión regenerativa, debe prestarse especial atención en evitar el peligro del llamado “lavado verde” y para ello resulta esencial utilizar un proceso verdaderamente transparente e independiente. El conocido antropólogo estadounidense Marvin Harris (1985) ya advertía que los costes y beneficios nutritivos y ecológicos no coinciden siempre con costes y beneficios monetarios, pues en economías de mercado “bueno para comer” suele significar “bueno para vender”, independientemente de las consecuencias que alimento en cuestión pueda generar desde el punto de vista nutricional y para el ecosistema.

Climate Farmers propone un sistema que se centre en la persona del agricultor y remunere todos los resultados positivos de la agricultura, tales como mejoras en biodiversidad, gestión del agua y del suelo y contribuciones positivas para el clima, siendo tres los “principios clave” para reconocer la agricultura regenerativa *la restauración de ciclos, la aplicación dentro de cada contexto y la existencia de resultados medibles y evaluables*. Exige unos criterios mínimos a las explotaciones agrarias que pretendan ser consideradas como practicantes de agricultura regenerativa y generadoras de un impacto que pueda ser evaluado y medido, a través de una evaluación inicial y su potencial ecológico, de un monitoreo constante con reporte y verificación de los resultados ecológicos (MRV), y utilizando una metodología transparente, objetiva y auditable.⁶

Por su parte, la Asociación de Agricultura Regenerativa, que funciona en España y Portugal desde el año 2012, ha elaborado el “Primer Mapa de Granjas Ibéricas Regenerativas”⁷, en el que aparece nuestra explotación “El Sierro”, mapa que ha sido creado con una metodología rigurosa y participativa, ponderando tanto la opinión de expertos y profesionales como la participación de agricultores y ganaderos, a fin de definir los requisitos mínimos que deben cumplir las explotaciones para ser recogidas en este Mapa, que son los siguientes:

⁶ Puede encontrarse un ejemplo de la evaluación en la propia página de la Asociación *Climate Farmers*, utilizando el marco de la función del suelo (Schulte et al. 2014), valorando los siguientes aspectos:

Productividad primaria: producción de alimentos, piensos, fibras y combustibles

Purificación y regulación del agua: capacidad de los suelos para purificar y regular el agua para el consumo humano y la integridad del ecosistema

Almacenamiento y regulación de carbono: capacidad de los suelos para almacenar carbono y regular los procesos biológicos y físicos del suelo.

Hábitat de la biodiversidad: diversidad tanto por encima como por debajo del suelo

Ciclo y suministro de nutrientes: capacidad de los suelos para proporcionar un entorno sostenible para los nutrientes externos y los productos de desecho orgánicos.

El resultado es un valor objetivo promedio para cada función del suelo definida por el clima, el suelo y la precipitación derivada de las áreas de referencia. Tanto los resultados como la metodología se informan de forma transparente y se auditan de forma independiente.

⁷ <https://www.agriculturaregenerativa.es/mapa-granjas-agricultura-regenerativa/>

- No utilizar biocidas, ni fertilizantes químicos ni Organismos Modificados Genéticamente (OGMs).
- Reducir o eliminar los insumos externos y que los que se tengan que utilizar no sean tóxicos ni contengan OGMs.
- Reducir o eliminar el laboreo con volteo.
- Mantener el suelo cubierto durante el mayor periodo de tiempo posible con materia vegetal: cultivos de cobertura, cultivos productivos, praderas, vegetación espontánea o mulching (acolchado orgánico).
- Rotación y asociación de cultivos en el caso de los estacionales.
- Cuando en la explotación de que se trate haya animales herbívoros u omnívoros, deben ser integrados mediante pastoreo dirigido: Manejo Holístico, PRV, Polyface u otro sistema en simbiosis con el crecimiento fisiológico de las plantas, utilizando la alta carga animal en cortos espacios de tiempo con largos periodos de reposo para evitar el sobrepastoreo o el infrapastoreo.
- Desarrollar modelos económicos y sociales que fomenten la cooperación, poniendo a las personas, el reparto justo y el cuidado de los territorios como prioridades.
- Diversidad de plantas y asociación de cultivos.
- Fomento de la economía circular.
- Progresiva reducción de la huella de carbono y de la dependencia de combustibles fósiles.
- Mejorar cada año la sostenibilidad de la finca y la regeneración del suelo, el agua, el aire, la biodiversidad y la vida.
- Producción y comercio local, de temporada, Km 0.⁸

La agricultura regenerativa está siendo objeto de numerosas investigaciones, científicas y aplicadas, en las últimas décadas, incluyendo las aportaciones técnicas de la llamada “agricultura digital o de precisión” y de la inteligencia artificial (McLennon, E. *et al*, 2021) con la finalidad de asegurar a una creciente población alimentos sanos obtenidos de forma sostenible y regenerativa para los suelos. Mediante la captura de carbono en los suelos y en la biomasa que se encuentra sobre ellos, este sistema ayuda a revertir los efectos del cambio climático. En momentos de sequía, como el que atravesamos sistemáticamente en Andalucía, puede acreditarse que la manera más eficiente y sostenible de conseguir retener el agua en

⁸ Junto con los criterios mínimos referenciados, el Mapa de Fincas de Agricultura Regenerativa recoge una serie de criterios deseables, aunque opcionales, tales como:

- Diseño en Línea Clave y otras estrategias en el paisaje que aumenten la capacidad de infiltración de agua en la tierra, como charcas, canales de infiltración y conducción de agua.
- Alimentación de rumiantes 100% a pasto y forraje.
- Alimentación de forma rotacional sobre praderas.
- Cultivo de cereales en pastos perennes.
- Granjas Polifacéticas (Polyface farms).
- Aumento del carbono orgánico del suelo.
- Uso de cromatografía o/y otras técnicas para monitorear la evolución de los suelos.
- Fabricación propia y/o uso de bio fertilizantes, biochar, reproducciones de microorganismos o caldos minerales para nutrir, aumentar y proteger la vida del suelo y/o de las plantas.
- Integración de árboles y arbustivas (agroforestería).

la tierra es dejar la cubierta vegetal de la misma y que las propias raíces de la tierra hagan las veces de sumideros (Courtney, W., 2020).

Los resultados positivos han sido evidentes en todos los países en los que se han ensayado con seriedad técnicas de agricultura regenerativa, con las adaptaciones necesarias para cada contexto. Por ejemplo, en Gotland, Suecia, Daverkosen, L. *et al.* (2022) han estudiado varias prácticas de manejo regenerativo, con indicadores de salud del suelo. Se evaluaron 17 parcelas agrícolas y 6 jardines en 11 fincas que habían aplicado prácticas regenerativas durante un margen temporal de cero a treinta años. Se midieron variedad de factores físicos (tales como densidad aparente, tasa de infiltración, estabilidad de humedad, profundidad y abundancia de raíces, resistencia a la penetración), químicos (pH, conductividad eléctrica, relación C: N, carbono orgánico total) y biológicos (abundancia de lombrices de tierra, carbono activo, carbono de la biomasa microbiana). Estos parámetros se relacionaron con prácticas regenerativas (reducción de laboreo, aplicación de materia orgánica, integración ganadera, diversidad de cultivos y participación de leguminosas y plantas perennes) a través de una combinación de agrupamiento jerárquico, análisis de varianza y pruebas de Tukey, análisis de componentes principales y análisis lineal múltiple. En todos los casos estudiados, la aplicación de materia orgánica tuvo un impacto positivo en la densidad, los parámetros relacionados con el carbono, la estabilidad de la humedad y la tasa de infiltración, mientras que la labranza reducida y el aumento de la proporción de plantas perennes combinadas tuvieron un impacto positivo en la densidad de la vegetación, la abundancia y profundidad de las raíces y la estabilidad del agregado húmedo.⁹

A parecidos resultados llegaron en el otro confín del mundo, Australia, Colley, *et al.* (2019) describiendo el funcionamiento y las ventajas de la agricultura y ganadería regenerativas empleadas en una granja de ovejas en Australia. En Chile, Mondino, R.D (2019) subraya las ventajas del pastoreo racional en una granja de ganado bovino, desde la reducción en el costo de la alimentación, aumento de ganancia económica, más salud y calidad de vida animal, con el consiguiente ahorro en medicamentos, generación de alimentos de mejor calidad y cantidad, control de la erosión del suelo y menor contaminación de las aguas con pesticidas y herbicidas. Y en Cuba, López Clemente, A. *et al.*(2012) exponen los buenos resultados del pastoreo racional en la Unidad Básica Productiva “La Presa”, en el municipio de Yaguaja, en la costa norte de la provincia Sancti-Spíritus, destacando la mejora en la calidad de vida de la comunidad rural tras implementar el pastoreo por cuartones donde los animales van rotando, alcanzando niveles de producción muy superiores a los obtenidos antes de ponerse en práctica la nueva estrategia de pastoreo. En la granja bovina de la Estación Experimental de Pastos y Forrajes “Indio Hatuey” en Matanzas, también en Cuba, Iglesias, J. M. *et al* (2018) describen excelentes resultados en la producción de carne y leche derivados del manejo de pastos con bajos insumos y métodos de pastoreo adecuados para lograr la sostenibilidad de los pastizales.

Es importante insistir en la diversidad y variedad de soluciones de gestión sostenible del suelo, en función del clima y características de cada territorio, así lo destacan Jaworski, C. *et al.*(2023), en su estudio sobre agricultores y administradores de tierras del Reino Unido, concluyendo que esta diversidad y variedad en la gestión sostenible del suelo debe tenerse en cuenta en futuras políticas e investigaciones.

⁹ Encontraron valores significativamente más altos de carbono orgánico total (*), C:N (*), tasa de infiltración (**) y abundancia de lombrices de tierra (*) para cultivo-alto-org-input, el cluster de manejo con valores más altos de aplicación de materia orgánica y sin labranza. Asimismo, aparecen valores significativamente más altos de densidad de vegetación (***) y abundancia de raíces (**) para el ganado con cubierta permanente, el conglomerado sin labranza, la integración del ganado y la cobertura permanente (***) p < 0,001, ** p < 0,01, * p < 0,05, ° p < 0,1).

Pero lo cierto es todas estas técnicas de gestión sostenible del suelo, agroecología o agricultura regenerativa basadas en la integración optimizada de ganado y cultivo, con mantenimiento de cubierta vegetal, tienen en común la captación pasiva de CO₂ por los sumideros naturales que representan la vegetación terrestre, la capa vegetal que permite la reducción del CO₂ atmosférico por los vegetales incrementando la biomasa, constituyendo un camino sostenible basado en recursos ecosistémicos para mitigar el cambio climático (Figeroa *et al.*, 2017).

2.4. La actividad agraria regenerativa como Patrimonio Cultural: la “Carta de Baeza”.

Para concluir con los fundamentos teóricos de nuestro proyecto, no podemos dejar de mencionar los principios proclamados por la “Carta de Baeza” que proporcionan, de forma coherente con el manejo holístico, una visión integrada de los valores culturales del Patrimonio Agrario, engarzando toda la riqueza tangible e intangible presente en la actividad agraria, cualquiera que sea su naturaleza específica (muebles, inmuebles, animales, personas, actividades, tradiciones, expresiones...).

La “Carta de Baeza” (2013) define el Patrimonio agrario como aquel que *“está conformado por el conjunto de bienes naturales y culturales, materiales e inmateriales, generados o aprovechados por la actividad agraria a lo largo de la historia”*.

Esta Carta pretende dignificar la actividad agraria, permitiendo que se reconozca su valor cultural al mismo nivel que otros bienes patrimoniales, lo que concede a *lo agrario* (en sentido amplio, comprendiendo agricultura, ganadería y silvicultura) la protección que merece cuando su existencia pueda entrar en conflicto con otros intereses que hoy amenazan la supervivencia de esta actividad. La “actividad agraria”, que es distinta de la industria agroalimentaria, es verdaderamente un acto cultural y como tal debe reconocerse, difundirse y protegerse, como habitualmente se hace con otros patrimonios culturales (patrimonio industrial, patrimonio histórico, patrimonio documental...).

Si bien ciertos bienes y procesos agrarios han sido objeto de protección puntual por las instituciones culturales, su reconocimiento se han llevado a cabo hasta ahora de una forma externa y desvinculada de su esencia, mientras que la “Carta de Baeza”, desde una perspectiva holística e integrada, consigue contemplar la actividad agraria como un todo para asegurar su continuidad y su disfrute por la colectividad, a través de figuras previstas en la legislación sobre patrimonio cultural (tales como zonas patrimoniales, actividades de interés etnológico, sitios históricos o parques culturales,¹⁰ sin que ello implique su petrificación o musealización, pues, como hemos señalado, se parte de la consideración del patrimonio agrario como un *patrimonio vivo*, en el que la propia actividad agraria es el elemento esencial que aglutina a todos los demás.

La “Carta de Baeza” fue alumbrada en el año 2013 en la sede de Baeza de la Universidad Internacional de Andalucía (UNIA) y diez años después, se ha elaborado un Protocolo para su actualización y aplicación en el ámbito internacional.¹¹ Este Protocolo además de sancionar y validar los principios constituyentes

¹⁰ Tanto en la Ley 16/1985, de 25 de junio, de Patrimonio Histórico Español, como en las legislaciones autonómicas, en Andalucía, la Ley 14/2007, de 26 de noviembre, de Patrimonio Histórico de Andalucía.

¹¹ Pueden consultarse ambos documentos, coordinados por Castillo Ruiz, J., Martínez Yañez, C. y Ortega Ruiz, A., en español y en inglés, <https://www.unia.es/es/publicaciones-libre-descarga/item/carta-protocolo-baeza>

recogidos en la Carta de Baeza, apuesta decididamente por la integración y confluencia entre la UNESCO y la FAO respecto del Patrimonio Agrario, recogiendo los principios comunes, consensuados entre representantes de diferentes instituciones nacionales e internacionales.

En efecto, gran parte de los denominados “Paisajes Culturales”¹² de la UNESCO creados y definidos en 1992 por el Comité de Patrimonio Mundial y Natural tienen una base agraria (paisajes del café, caña de azúcar, agave, olivar...). Igualmente, muchos de las prácticas declaradas “Patrimonios Inmateriales”¹³ por la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial de la UNESCO de 2003, son inherentes a actividades agropecuarias (trashumancia, tribunales de aguas...).

Por su parte, la FAO reconoce los “Sistemas Importantes de Patrimonio Agrícola Mundial”, SIPAM, como *agroecosistemas habitados por comunidades que viven en una relación intrínseca con su territorio. Estos sitios en constante evolución son sistemas resilientes caracterizados por una biodiversidad agrícola notable, conocimientos tradicionales, culturas y paisajes invaluable, gestionados de manera sostenible por agricultores, pastores, pescadores y poblaciones forestales de una manera que contribuye a sus medios de vida y seguridad alimentaria* (p.ej. el cultivo de la pasa moscatel en Axarquía malagueña se ha declarado SIPAM)

Pues bien, la Carta de Baeza y su Protocolo de desarrollo han tratado de buscar la confluencia entre los elementos comunes de las declaraciones de la UNESCO y de la FAO respecto de las actividades agrarias merecedoras de reconocimiento y protección internacional, pues mientras la UNESCO incide en el aspecto cultural, olvidando que resulta esencial la propia *actividad agraria*, la FAO se centra en la práctica agrícola, sin considerar suficientemente su valor cultural. El Protocolo de Aplicación de la “Carta de Baeza” permite que ambas perspectivas confluyan para el reconocimiento de ciertas actividades agrarias vivas como verdaderos patrimonios culturales, de forma que puedan aplicarse fórmulas de gestión y protección propias de patrimonio cultural. Además, el Protocolo hace las veces de Reglamento de desarrollo de la

¹² Los “Paisajes Culturales” se definen como aquellos que muestran la coexistencia entre el ser humano, como individuo y colectivo, con la naturaleza, que recoge valores culturales. Ilustran la evolución de la sociedad humana y sus asentamientos a lo largo del tiempo, condicionados por las limitaciones y/o oportunidades físicas que presenta su entorno natural y por las sucesivas fuerzas socioculturales, económicas y ambientales, tanto externas como internas. A su vez, la UNESCO los clasifica en tres categorías principales:

Paisaje claramente definido, concebido y creado intencionalmente por el hombre, por ejemplo, jardines y conjuntos de monumentos religiosos y civiles.

Paisaje que ha evolucionado orgánicamente, como respuesta a su entorno natural. Estos paisajes reflejan este proceso evolutivo en su forma y su composición. Se subdividen en dos categorías: *Paisaje relictos* (o fósil) y *Paisaje Vivo*. El *Paisaje relictos* ha experimentado un proceso evolutivo que se ha detenido en algún momento del pasado, ya sea bruscamente o a lo largo de un periodo, pero cuyas características esenciales siguen siendo visibles; un buen ejemplo de este paisaje cultural es el minuciosamente descrito por SOBRADO CORREA, H. (2023), sobre el cultivo temporal en las rozas o estivadas roturadas del monte, sembradas para el llamado “pan de vedro” en Galicia durante la Edad Moderna, analizando la forma de realizar el trabajo, los saberes y el utillaje necesario, la tipología de cierres y de cultivos, indagando sobre su origen y trascendencia para las economías campesinas a lo largo de los siglos XVI al XIX. El *Paisaje vivo* conserva una función social activa en la sociedad contemporánea, estrechamente vinculada al modo de vida tradicional y en el cual prosigue el proceso evolutivo. Al mismo tiempo, presenta pruebas materiales manifiestas de su evolución en el transcurso del tiempo. Gran parte de los paisajes agrícolas reconocidos por la UNESCO pertenecen a esta categoría de paisaje vivo que ha ido evolucionando orgánicamente.

Paisaje cultural asociativo, espacios con elevada carga simbólica para los pueblos y significa una fuerte interacción emotiva y subjetiva entre el hombre y el espacio.

¹³ Por “Patrimonio Cultural Inmaterial” se entienden, conforme el art. 2 de la Convención *las prácticas, representaciones, expresiones, conocimientos, técnicas —así como los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales asociados a ellos— que las comunidades, los grupos y, en algunos casos, las personas reconocen como parte de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, transmitido de generación en generación, es constantemente recreado por las comunidades y grupos en respuesta a su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, y les otorga un sentido de identidad y continuidad, fomentando así el respeto a la diversidad cultural y creatividad humana*. En Andalucía, el Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico ha elaborado el Atlas de Patrimonio Inmaterial, recogiendo numerosas prácticas agropecuarias y pesqueras, como señala DÍAZ CARRERA, G. (2016), tales como la pasa moscatel en la Axarquía, los corrales de pesca gaditana, el pastoreo y la producción de queso en los montes de Granada, la viticultura en Jerez, el arte de almadraba, las salinas interiores o la elaboración de cal artesanal en Morón de la Frontera.

Carta de Baeza, a fin de facilitar su aplicación, por ejemplo, aclarando los criterios para que la actividad agraria pueda considerarse patrimonio cultural, exigiendo una continuidad histórica a la par que respeto a ciertos principios éticos del presente.

Pues bien, entendemos que la actividad agraria regenerativa y el pastoreo racional que hemos descrito, cuyos orígenes se remontan, como hemos explicado, a los mismos orígenes de la agricultura y ganadería, pero que a la vez respetan plenamente los principios éticos actuales para la protección de derechos de personas, animales y tierras, son perfectamente susceptibles de ser considerados como Patrimonio Agrario. Precisamente la perspectiva *holística*, la consideración de la actividad agraria como un todo que sugiere la “Carta de Baeza”, es la misma que se defiende por los agricultores regenerativos con pastoreo racional. Asimismo, el uso de elementos y materiales vernáculos o la recuperación de saberes y haceres tradicionales, imitándolos con técnicas nuevas, son prácticas que evidencian el valor cultural de la agricultura y confluyen con los objetivos y principios defendidos para la regeneración de la actividad agraria. La agricultura regenerativa logra recuperar paisajes agrarios tradicionales, haciéndolos vivos y funcionales, evitando su banalización y degradación, minimizando procesos erosivos, recuperando la biodiversidad y acabando con la monotonía que resulta del monocultivo absoluto (López Ontiveros, A., 1999), siendo evidentes los servicios eco sistémicos predicables de los valores culturales, tangibles e intangibles, presentes en este tipo de patrimonio (Durán, J.L., 2019).

Como trataremos de explicar a continuación, en nuestra explotación, “Naturales del Sierro” existe una continuidad armónica entre todas las fases del proceso productivo; desde la forma preparación de la tierra o el ganado hasta la elaboración del producto o aprovechamiento de subproductos, con una visión integral y holística de todas los bienes y valores de la agricultura, permitiendo acoger y vincular todas sus dimensiones culturales y las de carácter natural o biológico. Este tipo de explotación agraria es representativa de la historia de España y de Andalucía y ha logrado preservar muchos de los elementos que lo definen históricamente, en los términos proclamados por la “Carta de Baeza”, a la vez que se respetan los valores sociales y ambientales de la agricultura.

3. Exposición de la metodología y resultados del manejo holístico por “naturales del sierro”

3.1. En la llevanza de la tierra y ganado

A continuación, expondremos un resumen de la actividad que venimos desarrollando en nuestra explotación y la transición que se ha producido desde la agricultura convencional/ecológica a regenerativa/holística.

Desde principios de siglo XXI las dos explotaciones que conforman hoy la actual cooperativa Naturales del Sierro, realizaban un manejo ecológico tanto de la parte agrícola como de la ganadera, con certificaciones para ambas explotaciones por parte del Comité Andaluz de Agricultura Ecológica (CAAE).

Durante más de 15 años hemos venido manteniendo esa gestión ecológica teniendo en todo ese tiempo la sensación de que algo no estábamos haciendo bien, que la agricultura ecológica que desarrollábamos era una mera escisión de la convencional, en la que simplemente se cumplían determinadas premisas, como no aplicación de fitosanitarios ni abonos químicos. Pero las estructuras mentales y mercantiles eran las

mismas que las existentes en la agroindustria del petróleo. Las parcelas agrícolas que manejábamos eran todas para cultivos anuales (cereales o leguminosas) y año tras año la rentabilidad brillaba por su ausencia. El ganado sólo usaba las parcelas agrícolas en la rastrojera, es decir, en la estación de no crecimiento, y al llegar el otoño, esas parcelas eran aradas y sembradas. La mayor producción que teníamos era el heno/forraje que además no se comercializaba porque era necesario para el ganado en gran parte del año. Con ese manejo ecológico, si el cultivo era de cereal, las producciones eran bajísimas por la falta de nitrógeno en el suelo, y si la rotación era a leguminosa, lo que entonces considerábamos “malas hierbas” acababan ahogando el cultivo y normalmente no se llegaba a cosechar.

Con lo cual, el ingreso principal por esos cultivos era el proveniente de la subvención a la agricultura ecológica. Durante todos esos años nos acogíamos a las posibles ayudas para la compra de maquinaria, las conocidas como “Ayudas a la Modernización de Explotaciones Agrarias”, llegando a comprar un tractor aún más grande para poder arrastrar maquinaria aún más grande o poder tirar de aperos y mover el suelo aún más rápido. La modernización lo exigía, pensando que era la pieza del puzzle que nos faltaba. Y al final de todas las campañas agrícolas, la conclusión era siempre la misma: ese año o había llovido demasiado poco o más de la cuenta, o habían venido demasiados días de helada o de calor extremo en las fechas clave. Los mismos argumentos que usaban también los agricultores convencionales, y lo asumíamos como mala suerte, esperando mejorarla en la siguiente campaña. Teníamos casi todas las piezas de ese puzzle y nunca caímos en montarlo, en conectarlas, porque no estaban todas y nos afanábamos en buscar la que supuestamente faltaba.

Pero como dice Manuel Dié,¹⁴ ganadero regenerativo, *“hasta que el alumno no está preparado, el profesor no aparece”*. Entonces llegó un día en que nos enseñaron y aprendimos, y entendimos que la agricultura existió y funcionó mucho antes de la “Revolución Verde” y que los manejos, usos y saberes tradicionales habían evolucionado de la misma forma que evolucionaron las especies en cada lugar, como una parte más del conjunto, aportando a la naturaleza en lugar de luchar contra ella como actualmente hace la agricultura convencional.

Comprendimos que nosotros mismos éramos parte de ese superorganismo que creíamos gestionar, y que cada centímetro cuadrado de nuestras explotaciones tenía una función que aportar al conjunto. Entendimos que el sol era el motor que debía moverlo todo, a través de la fotosíntesis de las plantas. Por eso, lo importante era el concepto de fotosíntesis potencial, la máxima capacidad de una superficie determinada para producir energía a través de la fotosíntesis, y que las plantas eran nuestras verdaderas centrales de paneles solares. Da igual la especie que realice la fotosíntesis y el momento, lo importante es captar la energía del sol y saber transformarla de forma dirigida, a través de los herbívoros y los cultivos en los productos que aporten la rentabilidad económica. Y al entender todo ese proceso, al fin desaprendimos los manejos que tradicionalmente veníamos desarrollando y planteamos un modelo diferente de gestión.

Ese nuevo modelo tenía unos objetivos primordiales, lo que se conoce como “Contexto Holístico”, es decir, nuestros propósitos básicos:

- 1.- Intentar conseguir una explotación agro ganadera económicamente rentable, que produzca alimentos sanos y de calidad mientras se regenera la tierra y creando puestos de trabajo que aporten,

¹⁴ Entrevista a Manuel Dié en <http://www.manejoholistico.net/>

a pesar de su dureza, calidad de vida a los trabajadores, al sentirse parte imprescindible de un proceso que aporta y beneficia al ecosistema y no al contrario.

2.- Perpetuar la base territorial sobre la que trabajamos. Somos muchos copropietarios de las parcelas y sabíamos que la rentabilidad de forma independiente era muy complicada. El objetivo era gestionar el TODO sobre TODA la superficie de forma permanente y democrática.

Para cumplir con esos objetivos, decidimos que el nuevo proceso debía cumplir las siguientes premisas:

1.- El ganado es la pieza fundamental para el manejo regenerativo y hay que integrarlo plenamente en la parte agrícola.

2.- La rentabilidad no puede pretenderse ni a corto plazo ni en cultivos independientes o aislados.

3.- La diversificación de cultivos y manejos debe ser el modelo que de seguridad y estabilidad al proceso.

Sobre estas premisas, empezamos el cambio, que tras casi tres años se traduce en los siguientes:

- De las aproximadamente 100 ha. que se manejaban de cultivos anuales de secano, sólo permanecen una 15 ha. El resto se ha plantado de cultivos arbóreos: Algarrobo, Olivo, Almendro y Pistacho, por orden de superficie ocupada.
- Se duplica el número de cabezas de ovino, pasando de 300 a más de 600 ovejas, además de unas 80 cabras.
- Todo el manejo de las nuevas plantaciones se realiza con el ganado integrado en ellas, con pastoreo racional de Voisin (PRV) y sin movimiento ni alteración del suelo.
- Las parcelas agrícolas de cultivos anuales que permanecen se integran igualmente en el manejo del ganado, dedicándose exclusivamente a su alimentación, ya sea a través de PRV o para siega de heno.
- Las parcelas de monte se empiezan a manejar en PRV igualmente, utilizándose como parte más de las rotaciones.

Comprobamos hoy, tras dos años, que al no tener aún producciones agrícolas en las plantaciones, es el ganado el que está manteniendo la rentabilidad. En las nuevas plantaciones de explotaciones agrícolas convencionales, con costes de plantación y mantenimiento elevados, deben soportarse los años iniciales sin producción alguna y con constantes y costosos tratamientos y laboreos.

En nuestro caso, el uso del ganado en PRV nos ha permitido duplicar la carga y producción ganadera, pues desde el primer momento esas plantaciones están produciendo casi al máximo de su capacidad potencial de fotosíntesis. No hemos tenido que realizar ningún tratamiento fitosanitario ni hemos realizado ningún tipo de laboreo, con lo que los costes de mantenimiento de la plantación son mínimos y además tenemos producción a través de la venta de corderos. Este hecho es fundamental en nuestra nueva mentalidad holística: Ya NO tenemos prisas en obtener cuanto antes producción de aceite, almendra o algarroba. Tenemos producción desde el primer año y estamos mejorando el suelo, su capacidad de retención de agua, aumentando la biodiversidad que hay en él y que va a ayudar al crecimiento sano y equilibrado de las plantaciones. Además de árboles, *hemos plantado tranquilidad, seguridad.*

Evidentemente, para conseguir integrar a los animales en los cultivos desde el primer año de plantación sin que ramoneen los árboles, tenemos que protegerlos de alguna forma. El procedimiento de pastoreo

PRV en la plantación silvícola es la novedad y su replicación en otras explotaciones es uno de nuestros objetivos. Básicamente se realiza en cercas diarias protegidas con pastor eléctrico, aplicando en los árboles incluidos en la cerca diaria una disolución en agua con excrementos de perro. El perro es descendiente de los carnívoros que históricamente predaron a los ancestros de las ovejas, por lo que han evolucionado con esa repulsión. Hemos comprobado cómo el excremento de perro es mucho más repelente que el propio excremento de oveja. Unas tres veces por semana retiramos los excrementos del “Refugio Canino San Antón”, de Morón de la Frontera, quienes desde el primer momento han apoyado el proyecto. La aplicación se hace manual, andando, y directamente con brocha. Mientras el ganado padece la cerca preparada con el pastor eléctrico y el repelente, se prepara la siguiente cerca.

El sistema descrito permite aprovechar todas las sinergias que generan el manejo conjunto de la silvicultura, de lo agrario y lo ganadero, consiguiendo un manejo de nutrientes lo más circular y autónomo posible en un sistema productivo altamente diversificado, sin utilización de insumos externos y donde todo se aprovecha.

Este hecho tiene su máxima expresión finalmente, cuando los animales muertos son depositados en el muladar o moridero existente en nuestra explotación para su aprovechamiento por aves necrófagas, por lo que no se retiran por el sistema de recogida en camiones para su incineración, con el consiguiente beneficio ambiental. El muladar se encuentra en un paraje despejado, a fin de permitir el acceso y la huida de las rapaces necrófagas, muy frecuentes en la zona, habitualmente buitres (*Gyps fulvus*), pero también águila imperial (*Aquila adalberti*), alimoche (*Neophron percnopterus*), milano real (*Milvus milvus*) y milano negro (*Milvus migrans*).¹⁵

Por otra parte, el manejo del ganado a través del pastoreo planificado se pone al servicio de la prevención del riesgo de incendio en las zonas y épocas más peligrosas. Aldo Leopold¹⁶, el gran ecólogo ambiental y silvicultor estadounidense (1887-1948) escribió que *“basta un fósforo, una cabra y un hacha para la conservación de algunos bosques templados”*. Queremos mencionar los esfuerzos de la socia ganadera de “Naturales del Sierro, S. Cop. And”, Anne Rugemer, en la conservación de Cabra Blanca Serrana Andaluza, haciendo una apuesta clara y decida por la conservación de razas autóctonas.

Podemos afirmar con justicia que el modelo holístico que practicamos en nuestra explotación agrosilvopastoral responde a un tipo de racionalidad económica basada en la idea de frugalidad y de aprovechamiento integral y justo de todos los recursos de la explotación y de valoración de elementos culturales del agro, entendido en un sentido amplio, incluyendo agricultura, ganadería y silvicultura. Se maximizan los medios propios, asignando al ganado tareas o funciones que en otro tipo de explotaciones brillan por su ausencia, prescindiendo de la adquisiciones de inputs (fertilizantes, abonos, herbicidas...) ajenos a la propia explotación que en otros modelos suponen un gasto añadido al inversor y un coste

¹⁵ La riqueza avifaunística de la zona la sitúa en el ámbito de aplicación de los Planes de Recuperación del Águila imperial y del Alimoche, aprobados por Acuerdo 18 de enero de 2011, del Consejo de Gobierno de la Junta de Andalucía. Estos planes tienen como objetivo establecer hábitats en mosaico a fin de aumentar la densidad de conejos y perdices, básicos en la dieta de estas especies. La zona en la que se ubica nuestro muladar también es el hábitat preferido para el águila-azor perdicera (*Aquila fasciata*); la rapaz cuya población está descendiendo más alarmantemente según los datos de la Lista Roja de Vertebrados de España, entre otros motivos, por la pérdida de hábitat y es visitada también asiduamente como zona de campeo por águilas perdiceras que nidifican en la Sierra de la Peñagüa.

¹⁶ De su libro, publicado póstumamente en 1949 *A Sand County Almanac*, que se abre con una frase emblemática: “Hay quien puede vivir sin lo salvaje y quien no puede”; libro que gustará, tal como sugirió el propio autor, a “todos aquellos para los que ver gansos salvajes atravesando el cielo es más importante que ver la televisión...”

ambiental para la tierra y la sociedad. No debe confundirse esta idea con la tan renombrada “economía circular”, si bien participa de la filosofía que se basa, a fin de cuentas, en hacer más con menos y en no dilapidar recursos que son limitados.

3.2. El proceso de toma de decisiones y organización de la tenencia de la tierra. Constitución de Cooperativa de Explotación Comunitaria de la Tierra “Naturales del Sierro, S. Coop. And.

Hemos señalado que el contexto holístico inspira la toma de decisiones en *todos* los ámbitos de nuestra vida, organización de personas, tierras, animales y vegetales para lograr nuestro sustento regenerando la tierra. Este proceso de toma de decisiones se ha organizado en nuestro caso a través de la constitución de una Cooperativa de Explotación Comunitaria de la Tierra denominada “Naturales del Sierro”, de carácter mayoritariamente familiar.

3.2.1 Definición y características de las cooperativas de explotación comunitaria de la tierra.

Las cooperativas son entes que gozan de plena capacidad jurídica¹⁷ y conforme a la definición ofrecida por SANZ JARQUE, J.J. (1995), “*se trata de agrupaciones de personas que realizan, conforme a derecho y a principios y valores propios, de ayuda mutua, solidaridad, gestión democrática y participación, principalmente, una actividad económica organizada, a fin de satisfacer o atender una necesidad o interés común de todos sus miembros*”. Dentro del género cooperativo, la especie “cooperativa de explotación comunitaria de la tierra” se define en la Ley art. 94.1 de la Ley 27/1999, como las que “*asocian a titulares de derechos de uso y aprovechamiento de tierras u otros bienes inmuebles, susceptibles de explotación agraria, que ceden dichos derechos a la cooperativa y que prestan o no su trabajo en la misma, pudiendo asociar también a otras personas físicas que, sin ceder a la cooperativa derechos de disfrute sobre bienes, prestan su trabajo en la misma, para la explotación en común de los bienes cedidos por los socios y de los demás que posea la cooperativa por cualquier título, así como desarrollar las actividades previstas en la ley para las cooperativas agrarias*”.

El tipo de actividad agraria regenerativa que llevamos a cabo puede realizarse mediante otras fórmulas de organización (como empresario/a autónomo, a través de una sociedad mercantil, o como una comunidad de bienes...), si bien entendemos que encuentra su marco ideal en la fórmula de una Cooperativa de Explotación Comunitaria la tierra, puesto que se trata de una asociación:

- totalmente democrática: cada socio, un voto, con independencia del capital que aporte,
- de ideales compartidos, en nuestro caso, respetar la agricultura regenerativa y el valor natural y cultural de la misma,

¹⁷ Y se sujetan a los principios y disposiciones de la Ley española 27/1999, de 16 de julio, de Cooperativas, Ley 14/2011, de 23 de diciembre de Sociedades Cooperativas Andaluzas y su Reglamento Decreto 123/2014, de 2 de septiembre, siendo de aplicación los beneficios fiscales establecidos en la Ley estatal 20/1990, de 19 de diciembre, de Régimen Fiscal de Cooperativas, así como de las medidas de fomento inherentes a las explotaciones agrarias prioritarias, reguladas en la Ley 19/1995, de Modernización de Explotaciones Agrarias.

- de carácter mutualista, se busca el beneficio común y la protección de los socios, por encima del ánimo de lucro,¹⁸
- personalista, no capitalista: importa la condición personal de los socios, su implicación en las finalidades perseguidas por la cooperativa,
- en el caso de las cooperativas de explotación comunitaria de la tierra, cuentan con un plazo mínimo de permanencia¹⁹, de forma que para impedir la atomización de la propiedad rural y que parte de las tierras cedidas dejen de manejarse con los criterios regenerativos que constituyen el objeto social de la asociación, en nuestro caso se establece una duración de la cooperativa de 15 años, prorrogable cada cinco años. Además, los Estatutos que en caso de que algún socio quiera vender su aportación la propia cooperativa tiene derecho de adquisición preferente. Una vez transcurrido los plazos de permanencia obligatoria, en supuesto de transmisión, *inter vivos o mortis causa*, se reconocen a la cooperativa los derechos de tanteo y retracto en los términos fijados en la Ley de arrendamientos rústicos para el supuesto de transmisión a un tercero.
- a cambio de un trato fiscal favorable, debe llevarse una contabilidad correcta²⁰, computando de forma separada las relaciones de la cooperativa con terceros, de la cooperativa con los socios y de los socios entre sí, debiendo dotarse la cooperativa dotarse de fondo de reserva y fondo de formación.
- existen diferentes modalidades de socio: socio trabajador y socio cedente, si bien el importe total de las aportaciones de cada socio no podrá exceder de un tercio del capital social.

3.2.2 Objeto social de “Naturales del Sierro, S. Coop. And.”

Lo más ilustrativo es que hablen los propios Estatutos de nuestra Cooperativa, en los que se define su objeto social como *“la puesta en común de tierras, ganados y derechos agrarios a fin de crear y gestionar una única empresa o explotación de las fincas bajo una sola linde con criterios holísticos y regenerativos, llevando a cabo un manejo integral de la explotación, basado en la regeneración del suelo, la biodiversidad y el medio ambiente, sin utilización de productos químicos de síntesis, a través de una gestión consensuada y democrática. Todo ello conforme a los criterios de manejo holístico con pastoreo racional y a los principios proclamados en la “Carta de Baeza sobre el Patrimonio Agrario”. De esta forma, el objeto social se alinea con objetivos de desarrollo*

¹⁸ En este sentido, nuestro Tribunal Supremo (Sentencia de 25 marzo 1991) señala, respecto a la naturaleza jurídica de la Cooperativa, que *“no puede reputarse de mercantil, dada la diferencia perseguida por aquéllas, en la que lo fundamental no es el ánimo de lucro, sino la realización de cualquier actividad económico-social lícita para la mutua y equitativa ayuda entre sus miembros y al servicio de éstos y de la Comunidad”*.

¹⁹ Pastor del Pino, M.C y Torres Pérez, F. (2022), p. 21, advierten que *estos períodos de permanencia obligatoria, que pueden generar cierto conflicto con el principio de libre adhesión, resultan necesarios para garantizar la viabilidad económica de este tipo de explotaciones. En efecto, la caracterización de este tipo de cooperativas exige la fijación estatutaria de un período de tiempo de permanencia obligatoria por cuanto que, como mínimo, mientras que el socio permanece en la sociedad ha de ceder los derechos de uso y aprovechamiento de tierra u otros bienes susceptibles de explotación agraria “Las cooperativas y la explotación comunitaria de la tierra: cuestiones de su régimen sustantivo y tributario”*.

²⁰ En nuestro caso, la llevanza de los aspectos contables, laborales y fiscales de la Cooperativa se han contratado con la Cooperativa “Autonomía Sur”, <https://autonomiasur.org/>, cooperativa andaluza de interés social, con sedes en Sevilla y Cádiz. Para la tramitación de los derechos de la PAC se cuenta con el asesoramiento de la Oficina Comarcal Agraria de la Serranía Sudoeste de Sevilla, con sede en Marchena, además de la Cooperativa Los Remedios, en Olvera, Cádiz, a la que se venden los corderos y cabritos.

sostenible tendentes a proporcionar alimentos sanos, actuar contra el cambio climático fijando el carbono atmosférico, mitigar procesos erosivos, conservar el paisaje y patrimonio agropecuario, asegurar ingresos justos, apoyar el relevo generacional y conseguir zonas rurales vivas.

Esta cooperativa puede desarrollar cualquiera actividad dirigida al cumplimiento de su objeto social, tanto la dedicada directamente a la obtención de productos agrarios, ganaderos o forestales, como las preparatorias de las mismas y, en general, cuantas sean propias de la actividad agrosilvopastoral o sean antecedentes, complemento o consecuencia directa de la misma, incluyendo las que tengan por objeto constituir o mejorar la explotación en todos sus elementos, así como las de recolección, almacenamiento, transporte, transformación, distribución y venta o permuta, incluso directa al consumidor, de los productos obtenidos. Igualmente, para el cumplimiento de su objeto social, podrá desarrollar las actividades previstas en el art. 93 de la Ley 27/1999, de Cooperativas, para las cooperativas agroalimentarias, fomentando aquellas encaminadas a la regeneración del suelo así como la mejora de la población y del patrimonio natural y cultural en el medio rural, incluyendo servicios y aprovechamientos forestales, servicios turísticos y artesanales relacionados con la actividad de la cooperativa, asesoramiento técnico de las explotaciones de la producción, comercio y transformación agroalimentaria, y conservación, recuperación y aprovechamiento de los recursos naturales y energéticos del medio rural.

Las personas socias de esta cooperativa pueden ser:

- a) Socios cedentes: Personas físicas titulares de derechos de uso y aprovechamiento de tierras, ganados y derechos susceptibles de explotación agrosilvopastoral que en la Escritura de Constitución de la Cooperativa, o posteriormente por contrato celebrado al efecto, cedan dichos derechos a la misma.²¹
- b) Socios trabajadores: Personas físicas que, sin ceder necesariamente a la cooperativa derechos de disfrute sobre bienes, prestan su trabajo personal en la misma. Desde luego, la llevanza del manejo holístico con pastoreo racional de nuestra Cooperativa nunca hubiera sido posible sin la excepcional colaboración del socio trabajador Karolis Averka.

La cooperativa "Naturales del Sierro, S. Coop. And." desarrolla principalmente su actividad en Andalucía, sin perjuicio de entablar relaciones con terceros y poder realizar actividades de carácter instrumental fuera del territorio andaluz.

3.2.3 Beneficios fiscales e incentivos para la actividad cooperativa regenerativa.

Los beneficios fiscales para las Cooperativas están previstos en el art. 33 de la Ley 20/1990, de Régimen Fiscal de las Cooperativas, con arreglo al que resultan exentas de tributación en primer lugar, en el Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados, tanto para los actos de constitución, ampliación de capital, fusión y escisión de la propia Cooperativa, como la constitución y cancelación de préstamos o adquisiciones de bienes y derechos que se integren en el Fondo de Educación y Promoción.

²¹ Esta cesión no es propiamente un arrendamiento, pues, como señalan Pastor del Pino, M.C y Torres Pérez, F. (2022), la cesión no se efectúa con el objetivo de obtener una renta pactada, sino *una suerte paralela a los resultados de una explotación conjunta*. En este mismo sentido, la Sentencia de la Audiencia Nacional 2253/2014, de 28 de mayo, cuando en su F. 25.5º, que *"la opción por un sistema de cooperativa de Explotación Comunitaria de la Tierra no puede presentarse como si de un arrendamiento se tratase"*

Además, respecto del Impuesto sobre Sociedades, se prevé una minoración del tipo de gravamen aplicable sobre la base imponible de resultados cooperativos, así como la libertad de amortización para los elementos del activo fijo nuevo amortizable adquiridos. También existen beneficios respecto de los tributos locales, bonificación del 95 por ciento de la cuota en los Impuestos sobre Actividades Económicas y Bienes Inmuebles correspondientes a los bienes de naturaleza rústica de la cooperativa.

Junto a ellos y para las cooperativas especialmente protegidas, como son las Cooperativas de Explotación Comunitaria de la Tierra, se prevé una exención en el Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales respecto a las operaciones de adquisición de bienes y derechos destinados directamente al cumplimiento de sus fines sociales y estatutarios y una bonificación del 50 por ciento de la cuota íntegra del Impuesto sobre Sociedades.

“Naturales del Sierro, S. Coop. And” es una sociedad cooperativa especialmente protegida conforme a lo previsto en el artículo 10 de la citada Ley 20/1990, de 19 de diciembre, de Régimen fiscal de cooperativas, por cumplir todos requisitos exigidos por el citado artículo, referidos a que:

- el número de trabajadores asalariados con contrato por tiempo indefinido no exceda del 20 por 100 del total de socios trabajadores.
- no se prevé conservar, tipificar, manipular, transformar, transportar, distribuir, o comercializar productos de explotaciones ajenas en cuantía superior, en cada ejercicio económico, al 5 por 100 del precio de mercado obtenido por los productos que procedan de la actividad de la Cooperativa.
- el total importe de las bases imponibles del Impuesto sobre Bienes Inmuebles correspondientes a los bienes de naturaleza rústica de la Cooperativa, dividido por el número de sus socios, tanto trabajadores como cedentes de derechos de explotación, no excede de 39.065,79 € .
- ningún socio cede a la Cooperativa tierras u otros bienes inmuebles que excedan del tercio del valor total de los integrados en la explotación.

Además, la explotación agropecuaria cuyo manejo constituye el objeto social de esta Cooperativa cumple los requisitos legales para ser declarada como Explotación Agraria Prioritaria, conforme a la Ley 19/1995 de Modernización de las Explotaciones Agrarias.

Por otra parte, la captación de carbono que genera la agricultura regenerativa, como la practicada por “Naturales del Sierro, S.Coop. And.” puede tener otras consecuencias económicas ventajosas. A raíz del Protocolo de Kioto de 1997, se planteó el establecimiento de una bolsa de dióxido de carbono para la comercialización a nivel mundial del secuestro de dicho gas. Pues bien, como hemos anticipado, *Climate Farmers* ha desarrollado un instrumento financiero, *Carbon+*, del que pueden ser beneficiarios agricultores que lleven más de 50 hectáreas y puedan acreditar la consecución de objetivos regenerativos en sus fincas, como el secuestro de carbono, la biodiversidad y la mejor gestión del agua, a fin de que pueda monetizar los servicios ecosistémicos que proporcionan.

También desde la política agraria de la Unión Europea se empieza a reconocer este tipo de prácticas regenerativas, entendiéndolas por fin como mecanismos para reducir los impactos negativos de los sistemas agroalimentarios en el medio ambiente y el clima, con políticas que fomentan, por ejemplo,

más setos en tierras de cultivo o cosecha reducida de biomasa en pastizales de alto valor natural, así como la reducción general del tamaño del sistema alimentario (evitando el desperdicio de alimentos y la producción de exportación) y una integración optimizada entre cultivos y ganado.

3.2.4 ¿Qué medidas de reconocimiento y fomento echamos en falta?

Una orientación fiscal que fomente proyectos cooperativos verdaderamente sostenibles y ecológicos, pues los beneficios fiscales que hemos expuesto y que brinda la legislación vigente son excesivamente genéricos. Por ejemplo, para el cálculo de la base imponible del Impuesto de Sociedades y la determinación del beneficio, deberían tenerse en especial consideración las inversiones regenerativas (p.ej. para el pastoreo rotacional o para el mejor aprovechamiento del agua). De forma que este tipo de gastos tuviera mayor repercusión que los gastos ordinarios, sin perjuicio que las actividades de agricultura regenerativa merecen un tipo súper reducido especial en el Impuesto de Sociedades.

- La existencia de cooperativas de segundo grado que esté unidas por el mismo ideario regenerativo. Confiamos en que será cuestión de tiempo, de forma que podamos constar con marco específico de ideario compartido cada vez con más socios, permitiendo una diversificación del trabajo y de la producción, al servicio de la ejecución del mismo proyecto regenerativo de las tierras.

- Mejor salida en el mercado de productos resultantes del manejo holístico y regenerativo. La agricultura y ganadería son actividades claramente intervenidas por los poderes públicos, que deben fomentar la generación de alimentos sanos para la colectividad y buenos para el ecosistema. La explotación en cooperativa genera autoconsumos, pero además produce bienes y servicios “ad extra”, que deberían ser convenientemente reconocidos y valorados. Creemos que la normativa vigente no trata adecuadamente el fomento de este tipo de actividad de gran impacto en la salud de las personas y de la tierra. Este modelo funcionará plenamente si conseguimos que sus ventajas ecosistémicas se hagan visibles en el mercado, es decir, si el esfuerzo en la esfera familiar y privada tiene correspondencia en la comunidad, si los consumidores están dispuestos a apreciar, incluso por un mayor precio, los valores añadidos que reporta este modelo de producción. Probablemente, esta función de visibilización en el mercado debe hacerse a través de signos distintivos específicos (como el etiquetado de la carne, campañas de publicidad...) que permitan comparecer los productos resultantes de forma diferenciada en el mercado.

En efecto, estos productos deberían contar signos distintivos diferentes de los ya existentes para la llamada “agricultura ecológica”, pues, además de no utilizar sustancias de síntesis nocivas, prestan otros muchos servicios ecosistémicos, derivados de la utilización de técnicas tales como reducir o eliminar el laboreo, mantener el suelo con cubierta vegetal durante el mayor periodo de tiempo posible, diversificación de cultivos, pastoreo planificado mediante el manejo holístico, PRV u otro sistema en simbiosis con el crecimiento fisiológico de las plantas. Los consumidores deben conocer que determinados productos son el resultado de un modelo de gestión integral y holística que protege el patrimonio agrario, la tierra, el paisaje y su biodiversidad, mitiga procesos erosivos, fija el carbono atmosférico, protege del riesgo de incendios forestales, genera alimentos sanos, asegura ingresos justos y consigue un mundo rural vivo.

4. Recapitulando: el proceso de *desaprender*

Entendemos que esta no es una ponencia histórico-científica al uso. Con nuestra exposición queremos compartir el proceso en el que aún nos encontramos. Un proceso que sólo pueden vivir los agricultores que hacíamos las cosas “*como siempre se habían hecho*”, pero que sin darnos cuenta fuimos poco a poco entrando en un círculo vicioso siguiendo esas zanahorias que nos ponían *los que sabían* de agricultura, hasta que un día nos damos cuenta de que eso ya no era “*lo que siempre se había hecho*”. Ese día, como decimos, empieza todo.

Este Congreso Internacional sobre Soberanía Alimentaria e Historia Agraria, además de una reivindicación de hacer las cosas *como deben hacerse*, es para nosotros el equivalente a una terapia para salir de las adicciones, a una confesión en una reunión de “alcohólicos anónimos”. Y participamos agradecidos, ilusionados y sobre todo, obligados a hablar, sin tapujos, del PROCESO... EL PROCESO DE DESAPRENDER.

Francisco Díaz Pineda, catedrático de ecología y profesor emérito de la Universidad Complutense de Madrid decía que “*la modernidad debe consistir en imitar a la tradición con técnicas nuevas*”. Esa era la clave, pero la modernidad arrasó a la tradición con su tsunami tecnológico, desgraciadamente en todos los ámbitos de la sociedad, no sólo en la agricultura. Y sin embargo, en plena era de la postverdad, con la inteligencia artificial apretándonos sin ahogar aún, hay un Congreso científico donde se habla de la necesidad de DESAPRENDER. Olvidar lo erróneo para empezar a aprender. Resetear conceptos agrícolas lineales e incorporar criterios ecosistémicos. Asumir que no lo sabemos todo, que nunca dejaremos de aprender ni de equivocarnos, que las soluciones de hoy no valdrán para mañana, y en definitiva, que sólo somos una parte de un proceso que sólo entendemos parcialmente. Todo esto, en pocas palabras, es el MANEJO HOLISTICO. La forma más segura, democrática, económica y ecológica de producir alimentos. No es perfecta, pero creemos que es la mejor.

Referencias

Asociación Agricultura Regenerativa. <https://www.agriculturaregenerativa.es/>

Carrera Díaz, G. (2016) “La elaboración de planes de salvaguardia con participación ciudadana para el patrimonio inmaterial agropecuario y pesquero”, revista *ph* Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico nº 90, pp. 2-9.

Castillo Ruiz, J. y Martínez Yañez, C. Coord. (2015) *El Patrimonio Agrario. La construcción cultural del territorio a través de la actividad agraria*, Sevilla, UNIA.

Castillo Ruiz, J., Martínez Yañez, C., Ortega Ruiz, A., (2022) Presentación al monográfico sobre Patrimonio Agrario y al Protocolo de Baeza sobre Patrimonio Agrario: Justificación, objetivos y principales aportaciones. *Erph_ Revista electrónica De Patrimonio Histórico*, (30), pp. 1-4. <https://doi.org/10.30827/erph.vi30.25234>

Climate Farmers & Akademie Schloss Kirchberg (2021). Manifiesto Regenerative Agriculture, Noviembre 2021. Disponible en <https://www.climatefarmers.org/european-regenerative-agriculture-manifiesto>, visto 30 mayo 2023.

Colley, T., Olsen, S.I. Birkved, M., Hauschild, M.Z. (2019): Delta Life Cycle Assessment of Regenerative Agriculture in a Sheep Farming System Integrated *Environmental Assessment and Management*, Volume 16, Issue 2.

Courtney, W. (2020): ¿Qué es la Agricultura regenerativa? *American Journal of Economics and Sociology*. Volume 79, Issue 3.

Daverkosen, L., Holzknicht A., Friedel, J.K., Keller, T, Strobel, B.K., Wendeborg, A., Jordan S., (2022), The potential of regenerative agriculture to improve soil health on Gotland, *Sweden Journal of Plant Nutrition and Soil Science* Volume 185, Issue 6.

Die, M. <http://www.manejoholistico.net/>

Durán Sánchez, J.L (2019), *Los bienes culturales intangibles del patrimonio natural*. Valencia. Tirant.

Figuerola Luque, E., Muñoz-Vallés, S., Cano García, L., Cambrollé Silva, J., Mancilla-Leyton, J.M., Castillo Segura, J., Figuerola-Luque, T., Gallego-Tévar, B. Luque Palomo, T, Figuerola Clemente, M.E. (2017) "Los sumideros naturales de dióxido de carbono para una nueva economía regional" en Internacional Conference on Regional Science. Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 15 a 17 noviembre 2017.

Giller, K. E.; Hijbeek, R.; Andersson, J. A.; Sumberg, J. (2021): Regenerative Agriculture: An agronomic perspective. In *Outlook on agriculture* 50 (1), pp. 13–25.

Iglesias, J.M., Simón, L., Martín G. J. (2018) "Sistemas silvopastoriles en el contexto cubano" *Agroecología*, 1275–82. <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/330371>

Jaworski, C., Krzywoszyńska, A., Leake, J. R., Dicks L. V. (2023), Gestión sostenible del suelo en el Reino Unido: una encuesta de las prácticas actuales y cómo se relacionan con los principios de la agricultura regenerativa, <https://doi.org/10.1111/sum.12908>

Leopold, A. (1949) *A Sand County Almanac*. Oxford University Press en 1989.

López Clemente, A., Lezcano Reyes, E.M. y Matías Mesa, P. (2012) *Sistema de Pastoreo Racional: para lograr una producción Agropecuaria Sostenible en la Unidad Básica de Producción "La Presa"*, editorial AEA.

López Ontiveros, A. "El reto de la protección y gestión de los paisajes rurales andaluces". *Cuadernos Geográficos*, 29 (199), pp. 69-83

McLennon, E. et al. (2021): Regenerative agriculture and integrative permaculture for sustainable and technology driven global food production and security. En *Agronomy Journal* 113 (6), pp. 4541–4559.

Mondino, R. (2019) ¿Qué es el Pastoreo Rotativo Racional Pastoreo Racional Voisin? <http://agroecologiar.com/wp-content/uploads/2019/10/Pastoreo-Racional-Voisin.pdf>

Montgomery, D. R., Biklé, A., Archuleta, R., Brown, P., & Jordan, J. (2022). Soil health and nutrient density: Preliminary comparison of regenerative and conventional farming. *PeerJ*, 10, e12848. <https://doi.org/10.7717/peerj.12848>

Newton, P.; Civita, N.; Frankel-Goldwater, L.; Bartel, K.; Johns, C. (2020): What Is Regenerative Agriculture? A Review of Scholar and Practitioner Definitions Based on Processes and Outcomes. En *Front. Sustain. Food Syst.* 4, pp. 1-11.

Pastor del Pino, M.C. y Torres Pérez, F. (2023) *Las cooperativas y la explotación comunitaria de la tierra: cuestiones de su régimen sustantivo y tributario* Cooperativas Agro-alimentarias de España. p.21

Peña, J. HOPE Javier Peña, HOPE!, Cómo los tiburones pueden sembrar lluvia https://www.youtube.com/watch?v=C8W_f8Wa8A4

Pinheiro Machado, L. C. (2019) *Pastoreo Racional Voisin, Tecnología Agroecológica para el Tercer Milenio*. Hemisferio Sur.

Sanz Jarque, J.J. (1995) *Manual Práctico y Estatutos de Cooperativas*. Ed. Comares, Granada, p.16

Savory, A. (1998): *Holistic Management: A New Framework for Decision-Making*. Island Press.

Sobrado Correa, H. *Rozas, estivadas y pan de vedro: El cultivo temporal del monte en la Galicia de la Edad Moderna* (2023) *Historia Agraria*, 89, pp. 61-94

Terol Trenzano, E. (2009) E. Entrevista a Darren Dorethy en *Fertilidad de la tierra: revista de agricultura ecológica*, N°. 38, pp. 56-59.



Sessões paralelas 5 / Sesiones paralelas 5 / Parallel sessions 5

5.2 Quantitative Agricultural History: institutions, markets and natural resources

[08.09.2023 Sala/Room 2.2]

New Estimates for the of the Rural Economy Contribution to GDP (1650-1850)

Parcídio Miguel Gomes Campos e Matos | University of Lisbon, Portugal | parcidio.matos@phd.iseg.ulisboa.pt

Agriculture plays a major role in the Little Divergence debate and, specifically, in the Portuguese and Spanish cases. These two historiographies have lately made great strides regarding the reconstruction of the national accounts for the pre-statistical age. Alvarez-Ñogal & Prados Escosura (2013) presented the first estimate for Spain regarding the period 1270-1850 whilst Palma & Reis (2019) carried out the same exercise for Portugal in the period 1527-1850. In contrast with the well-scrutinized reconstructions for England (Broadberry *et al.*, 2015), these approaches followed the indirect method (Allen, 2000) in estimating Gross Agricultural Output (GAO). In both cases, the results point to a decline in the pc GAO in the Modern Era. In Spain, the indirect methodology has also been challenged by alternative proposals (Llopis Agelán *et al.*, 2018). Based on the methodology employed by Palma & Reis (2019), I provide new sectorial estimates of income distribution, which provide a new perspective on the relevance of the rural economy (agricultural and non-agricultural) to the rise and decline of Portugal's GDP between 1650 and 1850. I also explore the implications on consumption and on the overall performance of the agricultural sector of the indirect GAO estimates.

LITTLE DIVERGENCE; GROSS AGRICULTURAL PRODUCT; RURAL ECONOMY

1. Introdução

Palma e Reis (2019) construíram a primeira série de PIB pc, expresso em valores reais (utilizando os convencionais GK 1990), para o período 1527-1850. A estimativa do PIB foi efetuada calculando a contribuição do setor agrícola através de uma função de procura (Allen 2000), e os restante setores da economia por intermédio de proxies¹. Também é apresentado o primeiro índice de salários reais (ISR) com representatividade nacional para o período pré-estatístico, completando os índices de preços anteriormente elaborados (Justino 1988; Sousa 2006; Valério 1997) e os índices de salários reais urbanos (Madureira 1997; Faisca 2012).

O objetivo deste ensaio é explorar os dados apurados por Palma & Reis (2019) por forma a aprofundar a sua análise, em particular, averiguar a contribuição de cada categoria profissional na formação do rendimento do trabalho e desagregar sectorialmente o PIB para o período 1600-1850. Inicialmente, aborda-se a metodologia e os principais resultados de Palma & Reis (2019). De seguida, apresenta-se a metodologia utilizada para decompor o ISR pelos seus determinantes e por setores económicos.

¹ Um resumo sobre as metodologias utilizadas neste tipo de abordagem encontra-se em Broadberry & Fouquet (2015).

Finalmente, apresentam-se e discutem-se os resultados, com ênfase na categoria RNAG, cujo contributo foi decisivo na morfologia do desempenho económico português nesta cronologia.

2. Séries de PIB e PAB no período pré-estatístico (1600-1850)

2.1. Metodologia

O elemento central da aplicação da função de procura na avaliação do PAB é a estimativa do rendimento. Conjugando rendimento e séries de preços (agrícolas e não agrícolas), através das respetivas elasticidades, obtém-se uma estimativa de consumo de bens agrícolas por que, sob determinados pressupostos, é igualada à produção. Importa, portanto, explorar a metodologia seguida na estimativa do rendimento.

O primeiro passo é o cálculo de um índice de salários jornaleiros (ISJ). Esse índice recorre às fontes de salários nominais do projeto PWR. Foram consideradas três categorias profissionais na agregação das fontes: Urbana, Rural não Agrícola (RNAG) e Agrícola. Os salários da categoria profissional urbana foram associados às fontes de salários dos trabalhadores qualificados da construção civil (desprezando a componente agrícola do trabalho urbano) e os da categoria profissional agrícola às fontes dos salários dos trabalhadores não qualificados da construção (serventes, ajudantes). Refira-se que as fontes se referem apenas a salários masculinos e que não foi efetuada uma distinção entre população ativa e população total. Na ausência de fontes diretas para a categoria RNAG, Palma & Reis (2019) estimam os salários nominais dessa categoria profissional através da média entre os salários qualificados e não qualificados.

As séries de salários destas três categorias profissionais foram calculadas para quatro regiões económicas (Lisboa, Évora, Coimbra e Porto, e respetivos hinterlands) e ponderadas pelo peso populacional de cada região (Palma, Reis & Zhang 2017)². A evolução do peso relativo na população destes três grupos ocupacionais é avaliada a partir do cruzamento de diferentes fontes e interpolada entre marcos cronológicos. Estas séries são, de seguida, deflacionadas pelo índice CPI, construído a partir do cesto de bens de Estrasburgo com alguns ajustamentos (Allen 2001), por forma a obter o ISJ³.

O segundo passo consiste em transformar o ISJ numa série nacional de salários anuais reais (ISR). A estimativa do rendimento médio anual para uma região j é dada pela expressão 1), sendo que a transposição dos quatro índices regionais para um índice de rendimento nacional é efetuada através dos somatórios dos índices regionais, ponderados pelo peso populacional de cada região e pelo número de dias efetivos de trabalho por categoria profissional⁴.

$$(1) R_j = \sum_{i=1}^3 a_i \cdot w_{i,j} \cdot I_i \text{ em que:}$$

- a é a proporção do tipo de categoria profissional (i =Urbano, RNAG e Agrícola);

² Não foi efetuada uma ponderação do peso regional de cada categoria profissional. Ou seja, os diferentes contributos regionais para o salário médio nacional são apenas função de dois fatores: o peso populacional relativo e os índices de salários reais de cada região.

³ Palma & Reis (2019, 487 e nota 19) efetuam algumas alterações à composição do cesto de bens, incluindo variações a nível regional. A mais relevante é a substituição ao longo da cronologia do trigo pelo milho, excetuando na região de Évora.

⁴ Tal como relativamente à estrutura ocupacional, também não foi efetuada diferenciação regional.

- w é o salário médio diário por tipo de categoria profissional i na região j ;
- l é o n.º de dias de trabalho no ano em cada categoria profissional i .

As fontes permitem uma observação direta do input de trabalho dos trabalhadores qualificados, mas o mesmo não se verifica para os restantes grupos ocupacionais. Para ultrapassar esta carência observacional, Palma e Reis (2019) recorrem a uma estimativa do produto agrícola, do lado da produção, no início e no fim da cronologia, que igualam ao ISJ nacional da categoria não qualificada. O input total de trabalho nesses pontos cronológicos é dado pelo quociente entre os termos e a sua variação entre marcos cronológicos obtida por interpolação⁵.

Tal como para os salários, os inputs de trabalho pc para o segmento ocupacional RNAG são obtidos através de uma média simples das outras duas categorias profissionais. O cálculo do rendimento é completado integrando uma componente resultante do capital, assumindo que este último fator representa $\frac{1}{4}$ do rendimento total (Álvarez-Nogal & Escosura, 2013). Tendo disponível uma série que caracterize a evolução do rendimento por agregado familiar nacional ao longo da cronologia, é possível aplicá-la à função de procura e, em conjunto com o índice de preços (agrícolas e não agrícolas), obter a variação do PAB pc ⁶.

A estimativa da contribuição dos setores da economia desligados da agricultura é efetuada através da aplicação de um diferencial constante de produtividade intersectorial (Pfister *et al.* 2012). Esta constante é calculada num ponto conhecido no tempo (1850) e aplicada de forma invariável ao longo da cronologia através da expressão 2):

$$(2) \text{ PIB}_t = Q_a \cdot \frac{L_t}{c \cdot L_{a,t}} \quad \text{em que:}$$

- Q_a é o produto agrícola bruto estimado através da função da procura;
- L é o input total de trabalho num dado instante t ;
- L_a é o input de trabalho do setor agrícola num dado instante t ;
- C é a constante de produtividade intersectorial estimada em 0,7.

Por outro lado, reescrevendo a expressão 2), é também possível determinar a componente agrícola do produto (PAB pc) e, por diferença, a componente não agrícola, através da expressão 3):

$$(3) Q_{a,t} = 0,7 \cdot \text{PIB}_t \cdot \frac{L_{a,t}}{L_t}$$

⁵ A variação do input de trabalho entre extremos temporais (1527-1850) é por obtida por interpolação com base evolução da proporção do milho na coleta do dízimo na diocese de Viseu (Palma & Reis 2019, 490). Contudo, os autores referem que os resultados não diferem significativamente caso fosse utilizada uma interpolação linear (*idem*, nota 23).

⁶ Assumindo os valores correntes de elasticidades da procura face ao preço (a), da procura face ao rendimento (b) e a elasticidade cruzada com o preço de produtos não agrícolas (c).

Em que o quociente $\frac{L_{a,t}}{L_t}$ representa a fração da população associada à categoria profissional agrícola, numa determinado ano da série⁷.

2.2. Série de Valores de PIB e PAB

Dado que se pretende estudar a composição sectorial do rendimento e do PIB, a análise irá focar-se sobre os valores agregados (PIB e PAB), embora se recorra pontualmente ao PIB pc. Os dados do PIB pc e PIB podem ser obtidos diretamente do apêndice de cálculo de Palma e Reis (2019). A série de PAB foi apurada a partir da expressão 3), assumindo a variação da estrutura ocupacional da população estimada no Anexo 1. Apresentam-se os valores de PIB pc, PIB, PAB na Tabela 1 para um conjunto de marcos cronológicos, e a variação da estrutura ocupacional da população na Tabela 2.

anos	PIB pc (GK 1990)	PIB (milhões GK 1990)	PAB (milhões GK 1990)	PAB/ PIB
1600	777	1,436	698	48.6%
1650	861	1,850	827	44.7%
1690	1,271	2,906	1,236	42.6%
1700	1,044	2,450	1,012	41.3%
1710	887	2,115	874	41.3%
1750	1,331	3,296	1,237	37.5%
1775	1,229	3,270	1,218	37.2%
1800	926	2,716	1,048	38.6%
1813	754	2,191	918	41.9%
1825	965	3,071	1,373	44.7%
1834	915	2,959	1,336	45.1%
1850	932	3,177	1,477	46.5%

TABELA 1
PIB pc, PIB, PAB (1600-1850)

Fontes: Ver Texto. Nota: Médias centradas a 5 anos.

Podem distinguir-se três períodos a partir dos dados apresentados na Tabela 1. Entre 1600-1750, verifica-se um crescimento económico significativo, apesar de interrompido por um recuo acentuada na transição entre o século XVII e XVIII. Nesse período, o PIB mais que duplica (129%) e o PAB cresce 77%. Dado que a população aumentou apenas 36%, o PIB pc progrediu 71%. Durante o mesmo período, a fração da população dedicada à agricultura diminui de 70% para pouco mais de 53% – ainda assim, distante da estimativa equivalente para Inglaterra⁸.

⁷ Não é explícito se o input de trabalho, total e setorial, considera a variação anual do número de dias de trabalho ao longo da cronologia. Pfister *et al.* (2012) definem o termo como “...the share of agricultural employment in the total labour force” pelo que será assumida essa equivalência nos cálculos subsequentes. Ou seja, não considerando o input de trabalho pc.

⁸ Em Inglaterra das estimativas da fração de população agrícola para c. 1750 variam entre 44% (Shaw-Taylor 2009a) e 37% (Broadberry *et al.* 2015, 362)

Anos	População'000						Pop. Total'000
	Urbana		Agrícola		RNAG		
	Valor	% Pop. Tot.	Valor	% Pop. Tot.	Valor	% Pop. Tot.	
1600	241	13.2%	1,269	69.5%	316	17.3%	1,827
1650	266	12.4%	1,368	63.7%	513	23.9%	2,148
1690	282	12.3%	1,395	60.9%	615	26.8%	2,292
1700	294	12.5%	1,383	58.9%	672	28.6%	2,349
1710	295	12.4%	1,401	58.9%	681	28.7%	2,378
1750	428	17.3%	1,327	53.6%	720	29.1%	2,475
1775	461	17.3%	1,418	53.2%	784	29.5%	2,663
1800	476	16.2%	1,612	54.9%	848	28.9%	2,936
1813	455	15.8%	1,713	59.5%	713	24.7%	2,881
1825	497	15.6%	2,038	63.9%	654	20.5%	3,188
1834	537	16.7%	2,065	64.3%	611	19.0%	3,213
1850	608	17.6%	2,312	66.9%	536	15.5%	3,455

TABELA 2

População e Estrutura Ocupacional (1600-1850)

Fontes: Anexo 1

Deste modo, o crescimento do PAB esteve associado a um incremento significativo da produtividade da mão-de-obra (P^*_{ag}). Calculando esse fator a partir do quociente entre o PAB e a população da categoria profissional Agrícola (cf. Anexo II), é possível estimar um crescimento desse fator de 69% entre 1600-1750. Esse aumento de produtividade terá permitido libertar mão-de-obra para setores mais qualificados da economia, embora não tenha despoletado, inicialmente, uma crescimento da urbanização. De facto, o setor da economia que mais beneficiou da queda relativa da população agrícola foi a economia rural desligada agricultura (categoria RNAG), cujo peso na estrutura ocupacional passou de 17% para 29%.

Entre 1700-1750, a tendência mantém-se – a população agrícola regista mesmo um declínio em valor absoluto – mas acompanhada pelo aumento da taxa de urbanização (+38%), atingindo 17,3% a meio do século. Nesse período, as estimativas apontam para uma taxa de urbanização média em redor de 12% Malanima (2010, 262)⁹. É expectável que esta recomposição setorial da mão-de-obra no sentido de atividades de maior valor acrescentado (categorias Urbana e RNAG) tenha tido um impacto positivo no crescimento do ISR entre 1600-1750. Na primeira metade do século XVIII, verificou-se, com efeito, um crescimento económico expressivo, que permitiu convergir economicamente (em termos de PIB pc) com o Reino-unido (para 77%) e alcançar o PIB pc do Norte de Itália (Palma & Reis 2019, 500). A década de 1750 representa, aliás, o pico dos níveis de PIB pc em Portugal. Em termos reais, esse nível de rendimento apenas seria alcançado na terceira década do século XX¹⁰.

O período seguinte (1750-1813) é marcado por ciclos de estagnação e contração. Após um período de estagnação do PIB no terceiro quartel do século XVIII, o último quartel é de recuo significativo: -17% em

⁹ Seguindo o mesmo critério de $P > 5000$ hab., Inglaterra apresentava um valor de 22% e o Norte de Itália de 19%.

¹⁰ Assumindo o valor de Lains (2003, 41) para 1913 (1244 GK 1990) e as taxas de crescimento do PIB pc do apêndice estatístico correspondente (idem, 247-256).

termos de PIB e -14% em termos de PAB. Dado que o crescimento demográfico acelerou nesse período, o recuo do PIB pc foi mais acentuado (-25%). No início do século XIX regista-se novo ciclo de estagnação e de contração durante a Guerra Peninsular. Assim, entre 1800-1813, o PIB contraiu 19% e o PAB 12%. No conjunto do período (1750-1813), o PIB recuou 1/3, e o PAB cerca de 1/4. Num contexto de crescimento demográfico, o reflexo da contração económica a queda abrupta do PIB pc (-43%). É nesse período que o essencial da divergência económica portuguesa ocorre (cerca de ¾ da qual ocorre no último quartel dos Setecentos). Em c. 1820, o PIB pc português era já inferior ao espanhol, cerca de 70% do italiano e menos de metade do britânico.

Estes dois períodos (1750-1800 e 1800-1813) apresentam, porém, características diferentes. Entre 1750-1800, a distribuição ocupacional da população manteve-se, praticamente, inalterada, embora tenha ocorrido uma ligeira desurbanização. A partir do início do século XIX, a dinâmica da estrutura ocupacional inverte-se: inicia-se um declínio acentuado da categoria RNAG – passa de 29% para 25% entre 1800-1813 – e um aumento significativo da categoria Agrícola. Dado que o período também assiste a uma contração substancial do PAB, a P^*_{ag} declina significativamente entre 1750-1813 (-43%). É expectável que esta alteração da estrutura ocupacional tenha tido um impacto negativo na formação do ISR.

Entre o fim da Guerra Peninsular e 1850, ocorre uma retoma económica que permitiu anular, em termos de PIB pc, a penalidade económica da guerra e, aproximar-se, mas não ultrapassar, dos valores de PIB pré-recessão do último quartel dos Setecentos. De facto, Portugal apenas voltaria a atingir os níveis de PIB pré- crise no final da década de 1870, tendo a população, entretanto, aumentado cerca de 1,5 milhões de habitantes¹¹. Pelo contrário, o crescimento do PAB (+61%) permitiu, não só alcançar os níveis máximos de produção do século XVIII, como elevá-los em 20% em c. 1840. Esta trajetória do PAB traduziu-se no crescimento do peso da agricultura no PIB – o rácio PAB/PIB aumentou de 38% em 1750 para 47% em 1850. Por outro lado, o crescimento do PAB também permitiu elevar a P^*_{ag} (+22%) entre 1813-1850. Contudo, dado que a fração da população agrícola aumentou de 60% para 67% (num contexto de crescimento demográfico), a produtividade do trabalho no final da cronologia mantinha-se cerca de 30% inferior ao nível máximo registado em c. 1750.

Esta recomposição da estrutura ocupacional a favor da agricultura não se traduziu, porém, na redução da urbanização, que progrediu de 16% para 18%. Resultou, sobretudo, do declínio da categoria RNAG, mantendo a tendência iniciada no início do século XIX: retrocedeu de 25% para 16% da população entre 1813-1850¹². A resultante dos movimentos de recomposição setorial – aumento da categoria Agrícola e aumento do peso da categoria Urbana no setor qualificado – na formação do ISR e composição do PIB é, ao contrário dos períodos precedentes, menos evidente.

Em termos gerais, o crescimento anualizado do PIB português entre 1600-1750 foi robusto – cerca de 0,86%/ano. Trata-se de um crescimento não muito inferior ao inglês no mesmo intervalo (+0,93%)¹³. Durante esse período, ocorreu um aumento acentuado da produtividade agrícola, um crescimento das categorias profissionais qualificadas e um recuo do rácio PAB/PIB para 38%. A tendência de crescimento

¹¹ Assumindo o valor de PIB real de Palma & Reis (2019) para 1850, e aplicando as taxas de crescimento de Lains (2003). Os dados da população referentes ao censo de 1878 para Portugal Continental, a partir de Rodrigues (2004, 21).

¹² Em valor absoluto, a categoria RNAG era, em 1850, idêntica, à de c.1675.

¹³ Broadberry *et al.* (2015, 236-241).

desacelera a partir de c. 1750 (+ 0,14%/ano no terceiro quartel do século XVIII) e entra depois em declínio acentuado no até 1813. Quando, após a Guerra Peninsular, se dá uma retoma económica, a estrutura da atividade económica havia-se já alterado a favor da agricultura. Essa tendência prosseguiu até ao final da cronologia, não à custa de uma desurbanização, mas num movimento de involução da atividade económica nos meios rurais.

3. Decomposição analítica do rendimento por categorias profissionais

Como abordado em 2.1, o índice de salários reais nacional (ISR) foi calculado com recurso à expressão 1). Contudo, o ISR apresentado por Palma & Reis (2019) encontra-se ajustado à distribuição ocupacional da população e incorpora a evolução crescente do input de trabalho anual, pelo que não é diretamente discernível o contributo de cada um dos fatores: variação dos salários jornaleiros, estrutura ocupacional da população e input de trabalho. Um aumento do ISR pode simplesmente resultar da transferência de população da setor agrícola para o setor RNAG ou Urbano, mantendo-se inalterado o nível dos salários jornaleiros. Ou todos esses fatores podem permanecer estáveis e a variação do ISR ser explicada apenas pelo aumento do input de trabalho. Esta secção tem como objetivo propor uma expressão analítica aproximada que permita alcançar dois objetivos. O primeiro é estimar a composição setorial do ISR por categoria profissional. O segundo é discernir o contributo de cada um dos fatores mencionados (salários, estrutura ocupacional e input de trabalho) na variação do ISR.

A estimativa do contributo autónomo de cada categoria profissional na formação do ISR assenta em duas premissas: i) que os salários jornaleiros de cada categoria profissional podem ser escritos apenas em função dos skill premia (dos trabalhadores Urbanos e RNAG, face aos Agrícolas) e dos salários jornaleiros não qualificados e ii) que o produto dos salários jornaleiros nacionais, com a respetiva fração ocupacional nacional, é equivalente ao somatório dos produtos dos salários jornaleiros regionais, com a respetiva distribuição ocupacional de cada região, ponderada pelo peso populacional de cada região¹⁴.

Desenvolvendo o somatório da expressão 1), obtém-se que:

$$(1b) R_{j,i} = w_{j,i}^u \cdot a_{j,i}^u \cdot l_i^u + w_{j,i}^{rna} \cdot a_{j,i}^{rna} \cdot l_i^{rna} + w_{j,i}^{nq} \cdot a_{j,i}^{ag} \cdot l_i^{ag} \text{ em que:}$$

- $w_{j,i}^u$, $w_{j,i}^{rna}$ e $w_{j,i}^{nq}$ são, respetivamente, os salários jornaleiros dos trabalhadores Urbanos, RNAG, e Agrícolas, num ano i , na região j ;

- $a_{j,i}^u$, $a_{j,i}^{rna}$ e $a_{j,i}^{ag}$ são, respetivamente, a fração da população Urbana, RNAG, e Agrícola, num ano i , na região j ;

- l_i^u , l_i^{rna} e l_i^{ag} são, respetivamente, o input de trabalho per capita dos trabalhadores Urbanos, RNAG e Agrícolas, num ano i .

¹⁴ O que, como veremos, é intrínseco à metodologia utilizada por Palma & Reis (2019).

Assumindo a primeira premissa, os salários de cada categoria profissional na região i podem ser escritos apenas em função dos salários jornaleiros não qualificados e dos skill premia, em cada região j , da seguinte forma:

- $w_{j,i}^u = S_{j,i}^u \cdot w_{j,i}^{nq}$
- $w_{j,i}^{rna} = S_{j,i}^{rna} \cdot w_{j,i}^{nq}$

Sabendo que foi assumido que:

- $S_{j,i}^{rna} = 0.5 \cdot (S_{j,i}^u + 1)$

No modelo de Palma & Reis (2019), tanto a distribuição ocupacional regional da população, como o input de trabalho regional de cada categoria profissional, foram associados aos valores médios nacionais. Ou seja, foi assumido que a proporção de trabalhadores qualificados era a mesma em todas as regiões e que, em todas as regiões, o input de trabalho seguia a variação nacional. Assim, a expressão 1b) pode ser simplificada transformando a estrutura ocupacional e input de trabalho, a nível regional, num único fator nacional (L) por categoria profissional:

- $L_{n,i}^u = a_{n,i}^u \cdot l_{n,i}^u$
- $L_{n,i}^{rna} = a_{n,i}^{rna} \cdot l_{n,i}^{rna}$
- $L_{n,i}^{ag} = a_{n,i}^{ag} \cdot l_{n,i}^{ag}$

Desta forma, a única variável regional da expressão 1b) são os salários jornaleiros de cada categoria profissional. Para a transformar numa equivalência nacional é necessário recorrer ao segundo pressuposto: o somatório dos contributos dos salários jornaleiros é equivalente aos salários jornaleiros nacionais ponderados. Uma vez que não foi considerada diferenciação regional para estrutura ocupacional da populacional ou para o input de trabalho, esse pressuposto, em grande medida, é aderente à metodologia original. Ou seja:

- $\sum_{j,i}^4 w_{j,i}^u = w_{n,i}^u = S_{n,i}^u \cdot w_{n,i}^{nq}$
- $\sum_{j,i}^4 w_{j,i}^{rna} = w_{n,i}^{rna} = S_{n,i}^{rna} \cdot w_{n,i}^{nq}$
- $\sum_{j,i}^4 w_{j,i}^{ag} = w_{n,i}^{ag} = w_{n,i}^{nq}$

- $S_{n,i}^u$ e $S_{n,i}^{rna}$ são, respetivamente, os skill premia dos salários jornaleiros dos trabalhadores Urbanos, e dos trabalhadores RNAG, face aos trabalhadores Agrícolas, num ano i , na região j ;

É, assim, possível escrever analiticamente a variação do ISR apenas em função dos salários jornaleiros não qualificados (w^{nq}), do skill premium (S) e de um fator de trabalho (L), incorporando a estrutura ocupacional e input de trabalho.

$$(1c) R_{n,i} = w_{n,i}^{nq} \cdot (S_{n,i}^u \cdot L_{n,i}^u + S_{n,i}^{rna} \cdot L_{n,i}^{rna} + L_{n,i}^{ag})$$

Os termos $L_{n,i}$ referentes à estrutura ocupacional e input de trabalho são conhecidos para toda a cronologia. O primeiro a partir da distribuição ocupacional da população estimada no Anexo I (integrando os dados a cada meio século de Palma & Reis) e o segundo através de uma interpolação linear dos valores propostos para cada categoria profissional no início e no fim da cronologia¹⁵.

A obtenção de uma série anual de skill premium médio nacional (termo $S_{n,i}$) é mais problemática dado que as fontes não apresentam uma representatividade homogénea. A metodologia seguida na determinação da série de skill premium nacional, recorrendo às fontes de salários agregadas no PWR, é apresentada no Anexo III (cf. 7.3). Em todo o caso, deve salientar-se que Palma & Reis (2019, 488) indicam que o skill premium não registou alterações significativas durante toda a cronologia estudada. Obtendo uma série contínua de skill premium, é possível conhecer a contribuição de cada categoria profissional para a formação do ISR durante toda a cronologia.

É também possível aplicar a expressão 1c) em dois pontos cronológicos e medir a contribuição autónoma para o ISR, da variação dos salários jornaleiros e da estrutura do trabalho (estrutura ocupacional e input de trabalho). Para um dado intervalo entre $i=1$ e $i=2$, a expressão 1c) toma a forma:

- $i = 1 \Rightarrow R_{n,1} = w_{n,1}^{nq} \cdot (S_{n,1}^u \cdot L_{n,1}^u + S_{n,1}^{rna} \cdot L_{n,1}^{rna} + L_{n,1}^{ag})$
- $i = 2 \Rightarrow R_{n,2} = w_{n,2}^{nq} \cdot (S_{n,2}^u \cdot L_{n,2}^u + S_{n,2}^{rna} \cdot L_{n,2}^{rna} + L_{n,2}^{ag})$

A variação do ISR entre dois pontos cronológicos é dada pelo quociente entre $R_{n,2}$ e $R_{n,1}$. Ou seja:

$$(1d) \Delta R_{1,2} = \frac{w_{n,2}^{nq}}{w_{n,1}^{nq}} \cdot \frac{(S_{n,2}^u \cdot L_{n,2}^u + S_{n,2}^{rna} \cdot L_{n,2}^{rna} + L_{n,2}^{ag})}{(S_{n,1}^u \cdot L_{n,1}^u + S_{n,1}^{rna} \cdot L_{n,1}^{rna} + L_{n,1}^{ag})}$$

Ou seja, se, para um dado intervalo cronológico, os salários jornaleiros não se alterarem, o ISR irá variar proporcionalmente ao segundo termo da expressão 1d), designado $\delta_{1,2}$.

$$\delta_{1,2} = \frac{(S_{n,2}^u \cdot L_{n,2}^u + S_{n,2}^{rna} \cdot L_{n,2}^{rna} + L_{n,2}^{ag})}{(S_{n,1}^u \cdot L_{n,1}^u + S_{n,1}^{rna} \cdot L_{n,1}^{rna} + L_{n,1}^{ag})}$$

¹⁵ Apesar de se tratar de uma simplificação, Palma & Reis (2019, 490 e Nota 23) referem que o resultado obtido por intermédio da interpolação linear não difere consideravelmente do método que utilizaram.

Por outro lado, qualquer variação dos salários jornalheiros terá um impacto no ISR proporcional ao produto dessa variação com o fator $\delta_{1,2}$, pelo que é possível testar diferentes cenários de SJ na evolução do ISR. É também possível separar o efeito da estrutura ocupacional da população do efeito do input de trabalho, recalculando o fator $\delta_{1,2}$ assumindo que não ocorre variação do input de trabalho entre os dois pontos cronológicos em análise, para cada categoria profissional, ou seja:

- $I_{n,2}^u = I_{n,1}^u$
- $I_{n,2}^{rna} = I_{n,1}^{rna}$
- $I_{n,2}^{ag} = I_{n,1}^{ag}$

Finalmente, é também possível determinar a contribuição de cada categoria profissional na formação do ISR entre dois períodos. A expressão 1c) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$(1e) R_{n,i} = R_{n,i}^u + R_{n,i}^{rna} + R_{n,i}^{ag} \text{ em que:}$$

- $R_{n,i}^u = w_{n,i}^{nq} \cdot S_{n,i}^u \cdot L_{n,i}^u$, representa a contribuição da categoria profissional urbana;
- $R_{n,i}^{rna} = w_{n,i}^{nq} \cdot S_{n,i}^{rna} \cdot L_{n,i}^{rna}$, representa a contribuição da categoria profissional RNAG;
- $R_{n,i}^{ag} = w_{n,i}^{nq} \cdot L_{n,i}^{ag}$, representa a contribuição da categoria profissional agrícola.

Para um dado intervalo entre $i=1$ e $i=2$, contribuição (a) de cada de categoria profissional para a variação do ISR pode ser obtida pelo quociente entre a variação de cada categoria profissional com o termo $\delta_{1,2}$ através das seguintes expressões (1e):

- $\alpha R_{1,2}^u = \frac{\Delta R_{1,2}^u}{\delta_{1,2}}$
- $\alpha R_{1,2}^{rna} = \frac{\Delta R_{1,2}^{rna}}{\delta_{1,2}}$
- $\alpha R_{1,2}^{ag} = \frac{\Delta R_{1,2}^{ag}}{\delta_{1,2}}$

Note-se que todas as expressões estão definidas em função do salário jornalheiro não qualificado. A expressão 1c) determina a contribuição, em percentagem, de cada categoria profissional na formação do ISR, mas não a variação real do ISR por categoria profissional. Permite, ainda assim, melhorar a compreensão do evolução setorial da economia que se obtém apenas pela análise da distribuição ocupacional da população. Em acréscimo, dado que o PAB é conhecido, é possível decompor o produto não agrícola na sua componentes Urbana e RNAG, usando como proxy os pesos relativos dessas categorias profissionais na formação do ISR.

As expressões 1d) e 1e) estão definidas em função do salário jornalheiro não qualificado, o que permite, para um dado intervalo cronológico, e para uma dada variação dos salários jornalheiros, conhecer, por um lado, i) a contribuição autónoma da estrutura populacional e do input do trabalho e, por outro, ii) o

contributo de cada categoria profissional, na variação do ISR. Serão testados dois cenários: um em que o SJ não varia e outro em que a sua evolução corresponde a uma variação do ISR idêntica à do PIB pc. Considerando a falta de homogeneidade dos dados do skill premium, ir-se-á também testar, em cada um desses casos, um cenário em que skill premium seja invariável e igual ao valor médio registado no intervalo em análise.

4. Análise dos resultados

A averiguação de uma expressão analítica simplificada do rendimento, através das expressões 1c), 1d) e 1e), efetuada no ponto anterior, permite aprofundar a análise à série de Palma & Reis (2019) de ISR e de PIB, de três formas distintas. Em primeiro, torna possível estimar a contribuição de cada categoria profissional (Urbana, RNAG, Agrícola) para a formação do rendimento em qualquer ponto da cronologia. Em segundo, calculando a componente não agrícola do PIB (PIBnag) por diferença entre o PIB e o PAB, é possível subdividi-lo nas suas componentes Urbana e RNAG, utilizando como proxy as respetivas contribuições para o ISR. Adicionalmente, arbitrando um intervalo de tempo, as expressões 1d) e 1e) permitem apurar, por um lado, a contribuição de cada categoria profissional para a variação do ISR e, por outro, medir a contribuição autónoma dos termos do ISR – i.e., ISJ, estrutura ocupacional da população e input de trabalho pc – para essa mesma variação. Nesta secção, apresentam-se e analisam-se esses resultados.

A discussão sobre o impacto da estrutura ocupacional na evolução ISR e do próprio PIB, mencionada em 2.2, estava limitada à variação da fração de cada categoria profissional. Esta discussão pode agora ser completada com a inclusão do contributo de cada categoria profissional na formação do ISR (Gráfico 1).

A componente agrícola do ISR regride de 45% para 35% entre 1600 e c.1760, mantendo-se nesse nível nas três décadas seguintes. Nesse período, a componente Agrícola do ISR é apenas marginalmente superior à contribuição da categoria RNAG. Entre c. 1790 e c. 1850, essa componente cresce até atingir um máximo nos anos 1830 (47%), estabilizando, no final da cronologia, em valores próximos do observado em 1600 (45%). Esta variação segue, aproximadamente, a evolução da fração agrícola da população com duas exceções: i) no terceiro

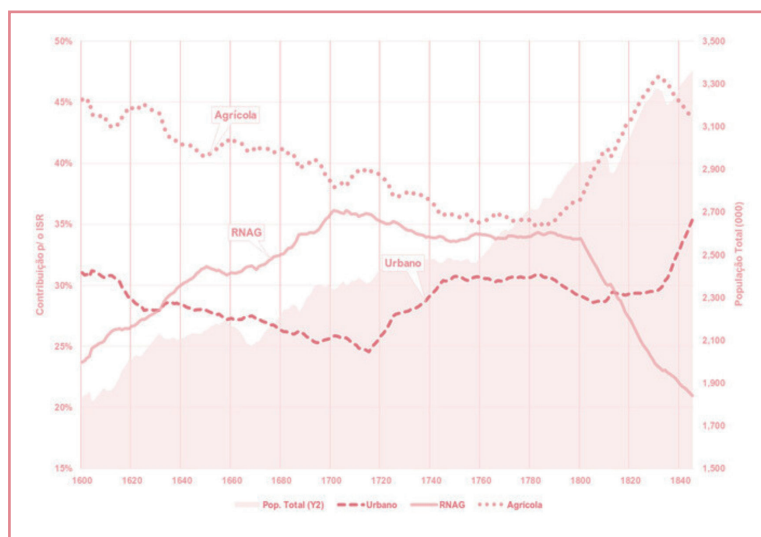


GRÁFICO 1

Contribuição de cada Categoria Profissional na Formação do ISR (y1) e Variação Total da População (y2) (1600-1845)

Fontes: Ver Texto

quartel do século XVIII, o crescimento da população agrícola não se reflete no aumento da componente agrícola do ISR e ii) nas últimas duas décadas da cronologia, população e contributo para o ISR evoluem inversamente. Em ambos os casos, a causa é o aumento do skill premium. Notar também que, apesar de a população agrícola ter sempre sido maioritária na cronologia em análise, a componente agrícola do ISR nunca superou o somatório das componentes Urbana e RNAG. Este dado realça a relevância da atividade económica não agrícola na formação do rendimento durante esta cronologia.

Apesar da relativa estabilidade da taxa de urbanização, a contribuição da categoria profissional Urbana no ISR decaiu de 32% para 25% entre 1600-1720, em resultado do declínio do skill premium. A tendência decrescente do skill premium só se inverteu em c. 1760, mas o contributo da categoria Urbana no ISR aumenta a partir do segundo quartel do século XVIII em resultado do aumento expressivo da urbanização, atingindo uma contribuição de 30% na formação do ISR. Entre 1760 e c. 1830, esse contributo mantém-se estável, apesar da ligeira queda da urbanização, o que se explica pelo aumento do skill premium. Esse efeito é mais evidente no final da cronologia quando todos esses fatores – skill premium, urbanização e população – aumentam, permitindo que o contributo urbano para ISR alcance 35% em c. 1850.

No século XVII, a contribuição da categoria RNAG para o ISR aumentou cerca de 50%, passando de 24% para 36%, ultrapassando mesmo a categoria Urbana a partir de c. 1630. Esta evolução é ligeiramente inferior ao aumento da fração populacional desta categoria devido à tendência de declínio do skill premium. Durante o século XVIII, a contribuição desta categoria profissional manteve-se estável na vizinhança de 35%. Contudo, na primeira metade do século XIX ocorre um declínio muito expressivo, acompanhando a queda da fração populacional respetiva: em c. 1850, o contributo da categoria RNAG na formação do ISR regredira para 22%, valor mínimo desta cronologia.

É também possível desagregar, aproximadamente, o PIB nas três categorias profissionais consideradas, seguindo a metodologia mencionada no início desta secção (Gráfico 2).

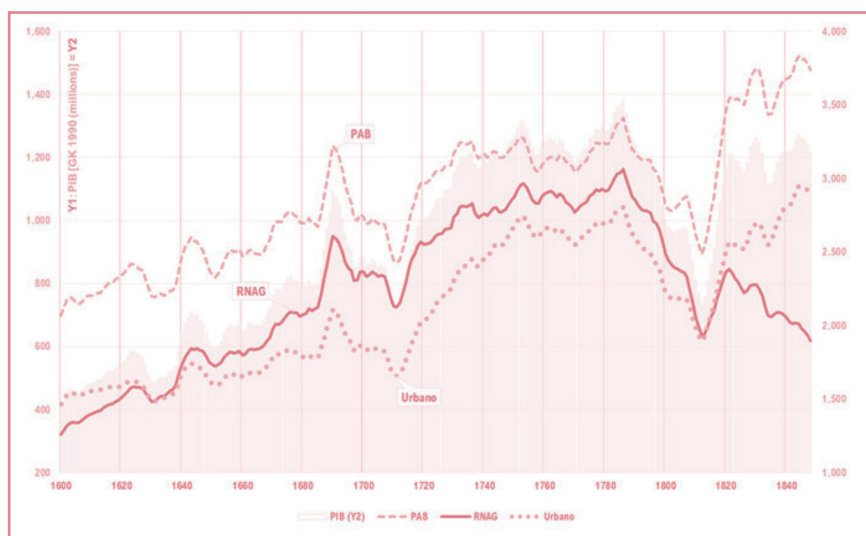


GRÁFICO 2

PIB Setorial (y1) e PIB (y2) (1600-1845)

Fontes: Ver Texto. Nota: Médias centradas a 5 anos.

A evolução da distribuição setorial do PIB pode ser caracterizada em três períodos distintos. Entre 1600-1750, a contribuição do PIB não agrícola cresceu significativamente, passando de 51% para 64% do produto. Aumento da importância das categorias profissionais qualificadas coincide com o período de crescimento mais acelerado do PIB (+129%). O crescimento do PAB no mesmo período, foi inferior (+77%) embora tenha ocorrido num contexto, não só de perda da importância relativa da categoria profissional agrícola, como, na primeira metade dos Setecentos, de diminuição efetiva da população agrícola¹⁶.

Entre 1750 e c. 1790, a repartição setorial do PIB manteve-se estável, com a componente não agrícola do PIB a representar sempre mais de 62% do produto. Contudo, como discutido em 2.2, essa morfologia de atividade económica não conduziu a qualquer crescimento. Foi, portanto, com a mesma estrutura ocupacional da população (e o mesmo perfil de formação do ISR) que a forte contração económica do final do século XVIII se produziu.

Entre c. 1790 e c. 1850, a componente não agrícola do PIB reduz-se para 54%, proporção idêntica à de c.1630. Esta recomposição do produto resultou do recuo abrupto da componente RNAG do PIB, cuja representatividade se reduziu de 33% para 19%. No computo geral, entre 1790-1850 o PIB estagnou, mas o PAB aumentou 22%, refletindo o cenário de involução do meio rural em resultado dessa recomposição do trabalho.

A partir das expressões 1d) e 1e), é possível também possível aprofundar a análise do ISR num determinado intervalo cronológico. Neste caso, foi seguida a periodização sugerida na secção 2.2, i.e., o período de crescimento pré-industrial (1600-1750), a fase de declínio e estagnação (1750-1813) e o período de retoma (1813-1850). Foram simulados dois cenários de variação dos SJ: i) um cenário de estagnação, que permite averiguar o impacto isolado da estrutura ocupacional e input de trabalho pc, ii) um cenário em que a variação dos salários jornaleiros corresponde a uma variação do ISR idêntica à do PIB pc (proxy para o cenário base de Palma & Reis 2019). Para cada um desses cenários, foi estimado por um lado, o contributo autónomo dos determinantes dos salários reais (estrutura ocupacional, input de trabalho pc, e salários jornaleiros) e, por outro, a contribuição de cada categoria profissional (Urbano, RNAG e Agrícola). Finalmente, cada um destes cenários foi testado para o caso do skill premium não variar¹⁷ (tabela 3).

No período entre 1600-1750, a alteração da estrutura ocupacional da população permitiria, mesmo num cenário de estagnação dos SJ, alcançar um crescimento anual médio do ISR de 0,16% (A1) – cerca de 1/3 do crescimento apurado para o período (+0,48%). Contudo, apesar da recomposição setorial da economia, a esse crescimento decorreria principalmente do aumento do input de trabalho pc (63%)¹⁸. O impacto limitado da estrutura ocupacional da população no ISR é, em parte, explicado, pela variação do skill premium. De facto, caso o skill premium não variasse negativamente – reduzindo-se de cerca de 1,85 para 1,65 – a contribuição da estrutura ocupacional seria, aproximadamente, idêntica à do input de trabalho pc no crescimento do ISR (B1). No cenário proxy do crescimento real (A2), observa-se que os SJ teriam de

¹⁶ A população agrícola aumentou 4,5% entre 1600-1750, o que sugere um crescimento significativo da produtividade da mão-de-obra do setor (assumindo a estabilidade do fator terra durante o período) (cf. Anexo II).

¹⁷ Foi assumido um skill premium igual à média dos skill premia de cada um dos intervalos cronológicos considerados. Ou seja, 1,8525; 1,7105; 1,8519, respetivamente.

¹⁸ Durante este período, o input trabalho aumentou 3% na categoria urbana, 11% na RNAG e 26% na Agrícola.

Períodos	Cenário			Δ Wj	Δ ISR	Δ ISR/anual	Estrutura Ocupacional	Labour Input	Δ Wj	Categoria Profissional		
	#	SJ ISR	Skill Premium							Urb.	RNAG	Ag.
1600-1750	A1	Δ SJ=0	Var.	0%	23%	0.16%	37%	63%	0%	29%	76%	-5%
	A2	Δ ISR = Δ PIB pc	Var.	39%	72%	0.48%	17%	28%	55%	30%	47%	22%
	B1	Δ SJ=0	k = Média	0%	31%	0.20%	51%	49%	0%	37%	68%	-4%
	B2	Δ ISR = Δ PIB pc	k = Média	32%	72%	0.48%	28%	28%	44%	34%	48%	17%
1750-1813	A1	Δ SJ=0	Var.	0%	5%	0.09%	5%	95%	0%	5%	-39%	134%
	A2	Δ ISR = Δ PIB pc	Var.	-45%	-42%	-0.67%	0%	7%	-107%	-33%	-39%	-29%
	B1	Δ SJ=0	k = Média	0%	1%	0.02%	-355%	455%	0%	-207%	-346%	653%
	B2	Δ ISR = Δ PIB pc	k = Média	-43%	-42%	-0.67%	-5%	7%	-101%	-35%	-39%	-26%
1813-1850	A1	Δ SJ=0	Var.	0%	5%	0.14%	41%	59%	0%	142%	-186%	144%
	A2	Δ ISR = Δ PIB pc	Var.	16%	21%	0.58%	11%	16%	73%	55%	-18%	64%
	B1	Δ SJ=0	k = Média	0%	0%	0.00%	≈ 0%	≈ 0%	0%	≈ 0%	≈ 0%	≈ 0%
	B2	Δ ISR = Δ PIB pc	k = Média	21%	21%	0.58%	-15%	16%	99%	47%	-21%	74%

TABELA 3

Contribuição por Determinantes e Categorias Profissionais para a variação do ISR

Fontes: Ver Texto

criar ao ritmo de 0,25%/ano por forma a obter um crescimento do ISR idêntico ao que se verificou em termos de PIB pc (+0,48%) – sendo o crescimento efetivo dos salários responsável por cerca de metade da variação do ISR. Nesse cenário, confirma-se a preponderância da categoria RNAG enquanto fonte mobilizadora de crescimento pré-industrial, responsável por cerca de metade (47%) do crescimento. Ou seja, se pontualmente a categoria RNAG nunca excedeu a contribuição da categoria Agrícola na formação do ISR entre 1600-1750, tomando a variação do período, para os níveis de crescimento verificados, a sua influência foi superior¹⁹. Nesse cenário, o contributo da agricultura no crescimento do ISJ seria de apenas 22%. O contributo das categorias profissionais qualificadas seria, naturalmente, superior caso o skill premium não declinasse durante esse período (B2).

No período entre 1750-1813, ocorre uma alteração da estrutura ocupacional da populacional no sentido da redução da fração relativa das categorias profissionais qualificadas: ligeira queda da urbanização e queda significativa da categoria RNAG, o que deveria impactar negativamente o ISJ. Porém o contributo da estrutura populacional é marginalmente positivo (5%) no cenário em que os salários jornalheiros não se alteram (A1), embora o crescimento daí decorrente seja modesto (0,09%/ano). Esse efeito explica-se pelo skill premium registar um aumento importante neste período (passando de cerca 1,6 para 1,75). Caso skill premium não apresentasse essa evolução (B1), a variação da estrutura ocupacional da população contribuiria negativamente para o ISR, levando a um crescimento do ISJ quase nulo – compensado pelo aumento do input de trabalho pc. No cenário proxy do PIB pc (A2), os dados indicam que a contração dos salários jornalheiros foi o elemento fundamental para a queda do ISR, tendo a estrutura ocupacional tido um efeito nulo, e a variação do input de trabalho tido um impacto positivo (+7%), mas reduzido. Tratando-se de uma contração mobilizada pela queda efetiva dos salários, todas as categorias profissionais apresentam uma contribuição negativa, embora a categoria RNAG seja responsável por quase 40% desse declínio (A2). A leitura dos dados não se altera substancialmente no cenário de não variação do skill premium (B2).

¹⁹ Recorde-se que a contribuição anual para a formação do ISR não considera o nível de crescimento verificado. Para crescimentos suficientemente elevados (ou declínios), esses dois valores tendem a convergir.

Entre 1813-1850, mantém-se a tendência de declínio da fração ocupacional qualificada da população, embora também esteja um curso uma recomposição nesse setor no sentido do aumento do peso da categoria Urbana. Caso os SJ não variassem (A1), a resultante do aumento estrito da contribuição da categoria Urbana e redução da RNAG seria negativo (-186% vs. +142%). Porém, considerando que essa recomposição também conduz a um aumento da categoria Agrícola, essa variação da estrutura ocupacional teria um efeito positivo no ISR, embora inferior ao do aumento do input de trabalho e conduzisse a um crescimento moderado do ISR (+0,14%). Contudo, este crescimento seria inteiramente anulado no caso do skill premium não variar (B1) na medida que este aumentou durante o período (passando de cerca 1,75 para 2,0) e a resultante da alteração da estrutura ocupacional seria inócua. No cenário proxy de crescimento real (A2), a recomposição do setor qualificado resulta num impacto positivo (+55% vs. -18%) – dando resposta à questão sobre qual a resultante dos movimentos antagónicos de recomposição ocupacional. O impacto geral da variação da estrutura ocupacional permaneceu positivo (11%), embora inferior ao do aumento do input de trabalho. Tal como anteriormente, a retoma foi sobretudo angariada pelo crescimento dos SJ (73%). Nesse cenário, verifica-se que, apesar da categoria Agrícola ter sido a principal responsável pela retoma, categoria Urbana também teve um contributo expressivo (apenas 15% inferior à Agrícola). Caso o skill premium não variasse (B2), o contributo da estrutura ocupacional já seria negativo (-15%) e a participação da agricultura na retoma seria, naturalmente, superior. Em ambos os cenários, apesar do crescimento de SJ, o contributo da categoria RNAG para o crescimento é sempre negativo.

Em suma, este conjunto de resultados permite aprofundar a análise efetuada apenas a partir dos dados do PIB e da estrutura ocupacional da população da secção 2.2, e responder às questões aí enunciadas relativamente ao impacto das alterações na estrutura ocupacional da população. Realçam-se três conclusões.

Em primeiro, a importância da indústria rural para a morfologia da variação do ISR e do PIB. A categoria RNAG foi preponderante para explicar o crescimento, o declínio, e o tipo de retoma que se produziu entre 1600-1850. Entre 1600-1750, foi responsável por quase metade do crescimento verificado e, em c.1750, a sua contribuição para a formação do ISR era aproximadamente idêntica à da atividade agrícola. De igual modo, entre 1750-1813, foi responsável por cerca de 40% do declínio verificado. Apenas no intervalo entre 1813-1850, o seu contributo não foi decisivo para a evolução do ISR, embora tenha limitado a intensidade e o tipo de retoma que ocorreu. Também aí, foi possível aprofundar a análise realizada anteriormente em dois planos. Em primeiro, para os níveis de variação dos SJ e de skill premium, foi possível concluir que a reconfiguração do setor qualificado teve um impacto positivo no crescimento. Em segundo, a retoma nesse período foi mobilizada não só pelo setor agrícola, mas também pela categoria Urbana.

Em segundo, a variação do ISR foi, essencialmente, de carácter ‘extensivo’ – determinada pelos níveis de SJ – a partir de c. 1750. De facto, apenas durante o período entre 1600-1750, a variação do ISJ esteve associada a uma alteração da estrutura produtiva, tendo a contribuição da estrutura ocupacional e do input de trabalho sido considerável (45%). Durante esse período, o impacto de mais pessoas qualificadas trabalharem mais dias por ano foi, aproximadamente idêntico, ao efeito do crescimento do nível salarial – teria sido até superior caso o skill premium não tivesse declinado. Pelo contrário, a partir de c. 1750, apesar das alterações profundas da estrutura ocupacional, a evolução do ISR foi essencialmente determinada pela variação do SJ – tanto no recuo, como na retoma económica.

Finalmente, deve salientar-se o impacto da variação crescente do input de trabalho pc, sobretudo nas categorias Agrícolas e RNAG, onde essa evolução foi mais intensa. Nos intervalos 1750-1813 e 1813-1850, a contribuição desse fator permitiu, mesmo no cenário mais gravoso em que o skill premium não se alterava, anular o efeito negativo da estrutura ocupacional no ISR, e no intervalo 1600-1750, foi responsável por cerca de 28% do crescimento. Ou seja, a evolução, tanto do ISJ como do PIB seria substancialmente menos positivo – crescimento menos robusto e declínios mais acentuados – caso tivesse sido considerado um input de trabalho constante, o que sublinha a importância na caracterização dessa variável.

5. A categoria RNAG na expansão e no declínio económico

5.1. Fontes, Pressupostos e Atividade Económica

Os resultados apurados na secção precedente realçam a importância do economia rural não agrícola, não só enquanto principal motor do crescimento económico pré-industrial, como também uma das principais responsáveis pelo declínio que se seguiu. Em que consistia este setor da economia? Como aferir a evolução do seu peso e impacto na economia? Esta análise está sujeita a duas dificuldades importantes: i) a dificuldade em definir as atividades económicas associadas à categoria profissional RNAG²⁰, e ii) a escassez de fontes com informação estatística sistematizada da atividade económica durante esta cronologia – praticamente inexistentes no caso dos salários²¹ e limitadas relativamente à estrutura ocupacional, sobretudo até último quartel dos Setecentos. Procurar-se-á apresentar uma primeira abordagem a estas questões nesta secção.

Como se pode caracterizar a atividade económica da categoria RNAG? Entre os dois extremos possíveis assinalados (cf. nota 20), a literatura identifica como atividade relevante associada a essa categoria a pequena produção industrial (Borges de Macedo 1982, 144; Pedreira 2005, 180), de natureza disseminada, à escala da oficina, e a «atividade exclusivamente caseira que, naturalmente, escapa ao inquiridor oficial» (Borges de Macedo 1989, 158). Parte destas estruturas industriais revelavam «uma considerável indiferenciação de atividades económicas» (Pedreira 2005, 182), baseando a sua produção no trabalho artesanal e tendo como propósito principal satisfazer a procura local de produtos tradicionais – com especial incidência nas localidades não urbanas (Pop. < 5,0 mil habitantes.). Outra parte apresentava algum grau de especialização e de direcionamento para o mercado, sobretudo no setor têxtil, atuando em estreita ligação com a disponibilidade de matérias-primas que resultava da produção agrícola local (Borges de Macedo 1982, 124; Madureira & Cardoso Matos 2005, 135-36; Pedreira 1990, 542).

A interligação com a atividade agrícola explica, em parte, o padrão de especialização regional que se desenvolveu: o linho no Minho, as sedas em Trás-os-Montes, os curtumes na Estremadura, e a lã, no Alentejo e na Serra da Estrela. Estes setores cresceram em importância durante esta cronologia,

²⁰ Palma & Reis (2019, 482 e nota 10) reconhecem esta limitação indicando que as fontes não permitem efetuar uma distinção por atividades económicas. Ou seja, a atividade económica da componente RNAG tanto pode ser idêntica à dos meios urbanos, apenas com um skill premium inferior, como ser totalmente diversa, representando uma extensão da cadeia de valor da agricultura (transporte, comércio).

²¹ Como mencionado na secção 2.1, os salários da categoria RNAG foram estimados indiretamente a partir dos salários dos trabalhadores qualificados e não qualificados

sobretudo durante o século XVIII, adquirindo uma escala que viabilizou, em alguns casos, a importação de matéria-prima e a exportação de produto acabado, sobretudo para o mercado colonial.

O exemplo mais paradigmático do desenvolvimento deste tipo de indústria encontra-se na produção de panos de linho no Minho que, apesar do seu cariz doméstico e disperso, desenvolveu-se de forma significativa, e tornou-se num dos principais produtos de exportação para o mercado colonial – formando, para alguma literatura, o exemplo mais próximo da emergência de uma proto-indústria em Portugal (Pedreira 2005, 184; Pedreira 1990, 530-31).

Outro setor têxtil de exportação de relevo era a indústria algodoeira, embora integrando uma estrutura de trabalho diferente. Este setor, dependente da importação de matéria-prima, instalou-se, inicialmente, em localidades fora dos grandes centros urbanos na componente da fição e da tecelagem (Alcobaça, Azeitão), mas evoluiu, no final do século XVIII, para a estamperia, concentrando sua atividade na região de Lisboa (Madureira 1997, 151-160; Pedreira 1991).

No lanifícios, a produção regional estava localizada na Serra da Estrela e no Alentejo. A região serrana tinha concentrado os esforços iniciais de fomento industrial com a instalação das primeiras manufaturas no último quartel do século XVII (Manteigas, Covilhã). Porém, a indústria doméstica desenvolveu-se numa relação de complementaridade com as unidades manufatureiras de maiores dimensões, mantendo uma implantação significativa no final do século XVIII (Madureira 1997, 391; Pedreira 1990, 531). No Alentejo, a produção encontrava-se mais disseminada, e inserida, sobretudo, em contextos urbanos e periurbanos (Pedreira 1990, 533²². No principal centro manufatureiro de lanifícios da região (Portalegre), o setor secundário ocupava 43% da população no primeiro quartel do século XVIII (Faisca & Lopes 2015, 351). Apesar dos esforços do Estado (encomendas de fardamentos), o setor foi particularmente afetado pela concorrência inglesa no primeiro quartel do século XVIII (Pedreira 2005, 195) e a sua participação nas exportações têxteis era reduzida²³. Parte importante desta atividade industrial destinava-se, portanto, apenas a satisfazer as necessidades locais, sobretudo no interior do país, onde a deficiente rede de comunicações criava algum nível de proteção das manufaturas importadas devido à (Borges de Macedo 1982, 214).

A sericultura era outra atividade com implantação regional significativa, embora com padrões de produção variáveis. Esta indústria era tradicional na região de Trás-os-Montes, disseminada em polos especializados nas diferentes etapas do ciclo produtivo (Sousa 2006, 27-37). Durante o século XVIII, esta indústria regional foi prejudicada pela criação da Real Fábricas das Sedas de Lisboa, mas recebeu um importante impulso modernizador no último quartel dos Setecentos (Madureira 1997, 164-173), mantendo uma atividade relevante à entrada do século XIX. A produção centrada em Lisboa correspondia a outro padrão de estrutura de trabalho, marcadamente urbano e centralizado, ocupando uma parte significativa do mercado de exportação (Pedreira 1987, 577).

Como estimar o peso desta 'indústria rural' e aferir a sua evolução? No final do século XVIII, o interesse crescente por informação estatística relativa à população do Reino traduziu-se nos primeiros censos e

²² A predominância do trabalho jornaleiro e a concentração da propriedade seriam entraves ao desenvolvimento de uma indústria rural (Ver Silbert 1978, 677).

²³ No final dos Setecentos, representava menos de 10% do valor das exportações têxteis (Pedreira 2021, 38-9).

estudos regionais²⁴. Contudo, na generalidade, estas iniciativas tinham o fogo como unidade básica de medida e pretendiam responder, mais a preocupações de âmbito militar ou fiscal do que a caracterizar a atividade económica. Essa situação, aliás, não se alterou durante a primeira metade do século XIX²⁵. Em 1793, foi proposto efetuar um levantamento detalhado da população à escala da província, mas deste esforço resultou, ultrapassando o nível da comarca, memórias relativas apenas ao Minho e a Trás-os-Montes²⁶. Nesta última província, o setor secundário ocupava 9% da população ativa (rural e urbana) em 1796, valor que não se alterou no censo de 1890 (Serrão *et al.* 1976, 754-57)²⁷. Indica, portanto, uma implantação substancialmente inferior à verificada na Alemanha (23%) e Inglaterra (42%)²⁸. A estimativa de Palma & Reis (2019) é intermédia face a essas duas (29%) em c. 1800.

Refira-se que os dados propostos por Palma & Reis (2019) relativamente à estrutura ocupacional da população apenas recorrem a fontes diretas a partir do século XVIII²⁹. A estimativa para 1700 é obtida a partir de Reis (2017), que se baseou nos registos de pagamento da décima de maneiro³⁰. Os dados de Reis (2017) são compatíveis com o crescimento significativo da fração não agrícola da população entre 1600-1750, contudo, também indica que o seu declínio se iniciou logo a partir de meio dos Setecentos. Desse modo, a categoria Agrícola representaria aproximadamente 70% da população em 1800 (Reis 2017, 314) – que compara com 55% proposto por Palma & Reis (2019).

Os dados de distribuição ocupacional para 1750 são inferidos a partir de Sá (2005, 98-107), que apresenta estimativas do peso do setor industrial com base em fontes da décima e através da agregação de informações da literatura para diversas localidades. Os dados que disponibiliza não distinguem, contudo, as atividades industriais dos meios rurais e dos meios urbanos. Para este período, Pedreira (1994, 403) defende que, com exceção de Lisboa, a mão-de-obra industrial permaneceu pouco expressiva face ao trabalho agrícola. Nas localidades associadas aos meios rurais (pelo critério < 5,0 mil habitantes), os artífices podiam representar até 25% da população ativa (Pedreira 2005, 182). Contudo, estes meios rurais urbanizados representariam, em 1770, apenas 2% da população total (Reis 2017, 307).

As estimativas para 1800 e 1850 são efetuadas a partir de Reis (2005)³¹. Em termos estritos, esses dados indicam que a recomposição ocupacional no primeiro terço dos Oitocentos se caracterizou pelo aumento da mão-de-obra ligada ao setor agrícola em detrimento do setor de serviços, mantendo-se

²⁴ Ver Sousa (1995) para uma discussão sobre a informação recolhida nesses trabalhos.

²⁵ Os censos só se tornam nominativos em 1864. A discriminação por ocupação profissional só surge a partir de 1890 (Ver Ravara 1988 e Serrão 1973).

²⁶ Ver Cruz (1970) e Amado Mendes (1980), respetivamente.

²⁷ Embora esse levantamento estimasse a população ativa em apenas 27% da população da região devido às limitações da metodologia utilizada.

²⁸ Para a Alemanha Pfister (2022, 1079) refere-se especificamente à fração não agrícola da população rural. Para Inglaterra, Floud *et al.* (2014, 59) referem-se ao setor secundário.

²⁹ Até 1650, as estimativas são baseadas em A. Nogal & P. Escosura (2007).

³⁰ Embora com reduzida representatividade nacional é baseado em três localidades do Sul do país (Palma & Reis 2019, 484 e nota 15).

³¹ Embora o autor saliente a reduzida fidedignidade dos dados até 1862 (Reis 2005, 121).

estável a mão associada ao setor industrial (Reis 2005, 123)³². Ou seja, o recuo da categoria RNAG no século XIX proposta por Palma & Reis (2019) parece pressupor que principal atividade económica ligada a essa categoria eram os serviços, e não à indústria.

Importa também discutir o impacto na categoria RNAG de alguns pressupostos adotados na metodologia utilizada para a determinação do ISR. Destacam-se dois: o primeiro é a não consideração do trabalho feminino no rendimento do agregado familiar (Humphries *et al.* 2022) e o segundo refere-se à estimativa da variação do input de trabalho (Humphries & Weisdorf 2018).

A não consideração do trabalho feminino para o rendimento do agregado familiar tende a minorar a relevância do setor RNAG na economia. De facto, existem evidências de uma crescente participação laboral feminina ao longo desta cronologia e com grande amplitude regional (Carvalho & Silva 2020; Sá 2005, p. 108-9)³³. Nos meios rurais, parte importante do trabalho feminino remunerado estava associado à indústria têxtil, sobretudo a fição e tecelagem, com maior incidência nos períodos de menor atividade agrícola (Pedreira 2005, 180). No século XVIII, a produção de panos de linho no Minho, por exemplo, seria uma atividade predominantemente feminina (Pedreira, 2005, 183). No mesmo sentido, Reis (2005, 125) sugere que ao longo do século XVIII, a mão-de-obra “tinha-se tornado mais jovem e mais feminizada”, o que se acentuou no século XIX, devido à escassez de mão-de-obra masculina por efeito da emigração. A mesma tendência verificou-se na ocupação referente ao 'trabalho doméstico' nos meios periurbanos. A meio do século XVIII, essa ocupação referia-se, maioritariamente, a trabalho masculino ligado à agricultura e à indústria, podendo representar 12% da força de trabalho (Ferreira da Silva 1987, 544)³⁴. Contudo, no início do século XIX, o trabalho masculino doméstico havia já declinado de forma significativa – substituído por trabalho jornalheiro – enquanto ocorria um crescimento expressivo do trabalho doméstico feminino, “de molde que, décadas mais tarde, o trabalho doméstico seja sinónimo de criada” (Ferreira da Silva, 1987, 555)³⁵. Ou seja, é provável que a consideração da participação feminina no mercado laboral majorasse o peso da categoria RNAG na estrutura populacional.

Ao contrário da anterior, a metodologia empregue na estimativa da variação do input de trabalho tende a majorar a relevância da categoria RNAG. Recorde-se que Palma & Reis (2019) assumiram um input de trabalho intermédio (entre o qualificado e não qualificado), e com um perfil crescente ao longo da cronologia – cujo impacto foi expressivo na intensidade da evolução do ISR (cf. Tabela 3). Parte da estrutura de trabalho desta categoria referia-se a atividades artesanais tradicionais em pequenas localidades, pelo que será legítimo assumir um input de trabalho menos sazonal que o Agrícola, logo intermédio face ao Urbano. Outra parte dessa mão-de-obra, em particular a ligada à indústria têxtil, apresentava, pelo contrário, uma forte componente sazonal (Pedreira, 2005, 180). A indústria doméstica de fição de seda em Trás-os-Montes, por exemplo, ocorria apenas durante o Verão (Madureira, 1997, 170). Para este subconjunto da categoria RNAG, o input de trabalho considerado pode estar sobredimensionado.

Na generalidade, nem as fontes apresentadas em Palma & Reis (2019), nem os restantes elementos

³² O setor dos serviços caiu de 33% da população ativa em 1806, para 17% em 1841.

³³ Apesar de parte desta participação laboral se referir a manufaturas situadas nos meios urbanos.

³⁴ Os dados referem-se a Oeiras, Coruche e Salvaterra de Magos, localidades com pop. <5,0 mil hab, portanto incluídas na categoria RNAG.

³⁵ Para uma visão mais geral da prevalência da participação feminina no mercado de trabalho, ver Humphries & Sarasúa (2012)

disponíveis, fornecem uma informação taxativa relativamente à evolução da categoria RNAG (peso e atividade económica). Os pressupostos seguidos na metodologia também não apresentam um enviesamento de sentido único em termos da quantificação dessa categoria. Sem um apuramento mais detalhado dos dados relativamente à categoria RNAG (fração da população, salários, participação feminina, variação do input de trabalho), não parece possível testar a aderência do contributo da categoria RNAG na formação do rendimento e na composição setorial do PIB. Sobretudo na parte inicial desta cronologia, os dados não permitem esclarecer a contribuição fulcral da atividade económica não agrícola nos meios rurais para o crescimento pré-industrial entre 1600-1750. Ao invés, é possível aprofundar a discussão relativamente ao declínio significativo da categoria RNAG no primeiro terço do século XIX, pelo menos na sua componente industrial.

5.2. A Categoria RNAG e o Mercado Colonial

Assumindo que uma parcela significativa da atividade rural desligada da agricultura, se dirigia à produção industrial doméstica ou em oficinas, sobretudo nos têxteis³⁶, então existe um argumento importante para justificar a intensa contração dessa atividade no princípio do século XIX: a redução muito expressiva das exportações de ‘manufaturas do reino’ para o Brasil. Atualmente, a historiografia dispõe, não só da composição detalhada dessas exportações 1796-1830 (Pedreira 2021), como da variação do PIB nominal para o mesmo período (Palma & Reis 2019). Em conjunto, deve ser possível testar a compatibilidade da evolução dessas diferentes variáveis. Apresenta-se a variação do detalhe das exportações para o Brasil e do PIB na Tabela 4.

Anos	Manufaturas do Reino		Prod. Alimentares	Reexportações	Total Exportações Brasil	Total Exportações	PIB
	Têxteis	Outros					
1796-1806	2,898	515	1,302	5,058	9,772	29,433	152,505
1816-1822	1,411	438	2,255	1,607	5,710	18,958	162,551
1825-1831	795	382	1,353	658	3,187	10,728	154,298

TABELA 4

Exportações p/ o Brasil, Exportações Totais e PIB (1796-1831)

Fontes: Pedreira (2021, 36-39); Palma & Reis (2019, apêndice online) Nota: médias nos períodos considerados. Valores em contos de Reis.

O período entre o final do século XVIII e o início do século XIX é caracterizado por um aumento da atividade mercantil: em valor, as exportações totais duplicaram na última década dos Setecentos, anulando o défice da balança comercial (Costa *et al.* 2011, 264). Entre 1796-1806, o peso das exportações aproximou-se de 20% do PIB, sendo que as exportações para o Brasil representavam 1/3 das exportações

³⁶ Premissa que, como se concluiu, não foi necessariamente seguida por Palma & Reis (2019).

totais, ou seja, com um peso de 6,4% no PIB³⁷. O crescimento das exportações das manufaturas nacionais, em particular, dos têxteis, foi um dos elementos que participou na prosperidade mercantil deste período (Pedreira 1994, 293). Em valor, as exportações para o Brasil de produtos em algodão, chapelaria, linho, lã e seda, aumentaram por um fator de quatro no último quartel do século XVIII (Pedreira 2005, 203). Este crescimento foi especialmente intenso nos últimos anos dos Setecentos, traduzindo-se num aumento do volume de produção de aproximadamente 75% (Madureira 1997, 337). Em 1800, o peso das exportações das manufaturas têxteis para o Brasil representava 2,5% do PIB.

Apesar de, como salientado por Madureira (1997), o declínio das exportações para o Brasil ter antecedido a liberalização do comércio com Inglaterra (Madureira 1997, p), a abertura dos portos em 1808, seguido do tratado de Comércio Luso-Britânico de 1810, contribuiu significativamente para o declínio desse comércio. Entre 1816-1822, as exportações haviam decrescido mais de 40% face o seu valor de pico na viragem do século (Pedreira 2021, 38-39), embora se aproximassem, em volume, dos valores c. 1805 (Madureira 1997, 337). Findo o acesso privilegiado ao mercado brasileiro (1825-1831), o valor das exportações regista nova contração, passando a representar apenas 1/3 do valor da viragem do século, reduzindo-se o seu peso no PIB para 7%. As manufaturas têxteis apresentam uma queda ainda mais expressiva (-73%), representando apenas 0,5% do PIB no fim dos anos 1820. Até que ponto a queda expressiva das exportações de produtos têxteis para o Brasil pode explicar a contração da categoria profissional RNAG?

Para ensaiar uma resposta, é necessário, em primeiro lugar, estimar, aproximadamente, o contributo da indústria rural para essas exportações. Em segundo lugar, deve estimar-se a componente RNAG do PIB – o que foi efetuado na secção 4 – por forma a ensaiar uma aferição .

Parte desta produção para exportação, como os panos de linho, estava fortemente implantada na indústria rural, pelo que deve ser considerada na totalidade. A produção algodoeira, pelo contrário, dirigiu-se para o setor da estampanaria e instalou-se predominantemente na região de Lisboa, onde acedia com maior facilidade à matéria-prima importada (Pedreira 1991, 544). Pedreira (1991, 553) estima que os produtos estampados (saías e chitas) representavam 56% das exportações em algodão para o Brasil em 1815 e 84% em 1825. Assumiu-se que apenas os produtos estampados tinham origem nos meios urbanos e aplicou-se a distribuição verificada em 1815. Ou seja, que 44% das exportações de produtos de algodão teriam origem no meio rural. Os mesmo se verifica em relação às sedas, com uma parte importante da produção concentrada em Lisboa, apesar da presença desta atividade em Trás-os-Montes. No século XIX, as exportações de produtos de seda a partir de Lisboa foram sempre superiores às com origem no Porto (Pedreira 1987, 577), pelo que se considerou uma ponderação de 50%. Nos lanifícios verificava-se uma complementaridade na cadeia de valor, entre a atividade organizada nas manufaturas e a indústria doméstica (sobretudo na região Serrana). Assumiu-se, conservadoramente, que a totalidade da produção teria origem nos meios rurais. A produção de chapelaria estava concentrada em artífices nos meios urbanos. Ainda assim, considerou-se que 50% da sua cadeia de valor era oriunda dos meios rurais. Assumindo estes pressupostos, entre 60% a 80% dos produtos têxteis exportados para o Brasil teriam origem nos meios rurais. Apresenta-se o resultado desse exercício na Tabela 5.

³⁷ Sem considerar as reexportações de produtos brasileiros para a Europa. O peso 'brasileiro' das relações comerciais portuguesas no PIB é averiguado na parte final desta secção.

Anos	Exp. p/ Brasil (Têxteis)		PIB		Exp. Têxteis Rnag (Bras.)/ PIB Rnag	População RNAG	
	Total	Rnag	Nom.	Nom. Rnag		Hab. (milhares)	% Pop. Total
1800	3,712	2,572	149,649	49,109	5.2%	848	29%
1810	710	568	169,060	50,831	1.1%	744	25%
1820	1,385	906	160,018	43,331	2.1%	677	22%
1830	719	415	153,041	37,910	1.1%	630	19%

TABELA 5

Exportações p/ o Brasil do Setor RNAG e PIB RNAG (1800-1830)

Fontes: Ver Tabela 4 Nota: médias a 5 anos (excetuando 1830). Valores em contos de Reis.

De acordo com os pressupostos assumidos, no ano de pico (em volume e preço) das exportações têxteis para o Brasil (em 1800), os produtos com origem RNAG representavam 5,2% do PIB_{RNAG}. O contributo do mercado brasileiro na atividade económica dessa categoria profissional seria forçosamente inferior: a comparação deveria incidir apenas sobre o valor acrescentado do setor nas exportações e não sobre o valor de mercado das mesmas. Em 1820, o peso das exportações desses produtos no PIB_{RNAG} reduziu-se para 2%, decorrente, sobretudo, da contração dos preços. Ou seja, entre 1800-1820, a queda do comércio colonial representou menos de 3% do PIB_{RNAG} de 1800. Contudo, durante esse período, o PIB_{RNAG} contraiu 12% e a categoria RNAG perdeu cerca de 20% dos seus efetivos. Em 1830, as exportações desses produtos já apresentavam apenas um contributo marginal no PIB_{RNAG}, contudo, entre 1830-1850, a população RNAG contraiu 15%. Em suma, a perda do acesso privilegiado ao mercado de exportação brasileiro, podendo ter contribuído para a redução da categoria RNAG durante a primeira metade do século XIX, não explica a dimensão do recuo, nem a sua cronologia.

A literatura não deteta, aliás – com exceção da sericultura transmontana (Sousa 1978) – uma retração generalizada da produção têxtil fora dos centros urbanos no início do século XIX. Pelo contrário, a indústria doméstica ligada à produção do linho no Minho, e de lã na Beira, manteve uma implantação regional muito importante (Pedreira 1987, 580). Pedreira (1990, 538-46) associa a persistência desses modos de produção, dirigidos essencialmente para o mercado interno, ao atraso no desenvolvimento industrial. Em geral, foi essa produção rural que «exibia uma invejável flexibilidade, e uma extraordinária capacidade de adaptação» que melhor resistiu ao quadro de rotura do Pacto Colonial e aumento de competição da manufaturas estrangeiras.

6. Conclusão

A série de PIB_{pc} construída por Palma & Reis (2019) indica uma periodificação muito clara do desempenho económico português: crescimento pré-pré-industrial muito significativo entre 1600 e 1750, seguido de uma tendência geral de declínio até 1850. Este trabalho procurou sondar os mecanismos que intervieram na formação destes dois períodos distintos, aprofundando a abordagem metodológica seguida por Palma & Reis (2019) ao nível da construção do ISR e do PIB.

Dessa análise pode-se concluir que a atividade económica rural desligada da agricultura teve um papel

determinante no crescimento económico até c. 1750: cerca de metade desse crescimento pode ser atribuído à categoria RNAG. A meio do século XVIII, o contributo dessa categoria profissional era apenas marginalmente inferior ao da categoria Agrícola e o PAB correspondia apenas a 38% do PIB. A evolução do setor agrícola foi determinante para esse movimento de recomposição setorial, com o aumento da produtividade agrícola nesse período (+69%) a permitir a realocação de mão-de-obra agrícola para atividades de maior valor acrescentado – primeiro para a categoria RNAG e, posteriormente, para a Urbana.

Esta estrutura ocupacional da população não registou alterações significativas até ao início do século XIX, não se traduzindo, porém, em qualquer crescimento económico – antes pelo contrário, a partir do último quartel do século XVIII inicia-se um declínio acentuado. A morfologia da expansão e do declínio económico nesse período apresentaram, assim, características diferentes. Se o crescimento até 1750 decorreu apenas parcialmente do aumento do nível dos salários (55%) – estando associado a alterações estruturais nos meios de produção – o período entre 1750 e 1800 foi de declínio ‘extensivo’, inteiramente mobilizado pela queda dos salários – em grande medida, pelo efeito da inflação nos salários reais.

Na viragem para o século XIX, inicia-se um movimento de recomposição da estrutura ocupacional. Entre 1800 e 1850, o peso relativo da categoria RNAG reduz-se de 29% para 16%, com impacto queda da contribuição para a formação do ISR (de 34% para 22%). Esta redução traduziu-se num aumento significativo da categoria profissional agrícola, mantendo-se estável a taxa de urbanização: em 1850, 2/3 da população dedicava-se à agricultura, o que compara com 55% em 1800. Ou seja, ocorreu um movimento inverso ao sucedido no século XVII. Não se tratou, portanto, de uma ruralização da economia, antes uma involução económica do meio rural. Em resultado, o PAB registou um crescimento expressivo, representando 47% do PIB em 1850. Este crescimento foi de natureza ‘extensiva’, tendo associado um nível de produtividade da mão-de-obra 30% inferior ao registado em c. 1750.

A importância da categoria profissional RNAG na composição do PIB e do ISR ao longo desta cronologia levanta algumas questões metodológicas importantes relativamente aos períodos de expansão e declínio identificados. Em relação ao primeiro, uma averiguação preliminar das fontes não permite discernir, ao certo, de que forma se concretizou o crescimento da importância da categoria RNAG na economia ou avaliar a intensidade desse crescimento. Em relação ao segundo, um exercício aproximado do impacto da perda do mercado colonial na indústria rural não parece explicar o declínio desse setor no século XIX. Estas são algumas das questões deixadas em aberto e cujo interesse justifica aprofundar em investigações futuras.

Anexos

Anexo I: Variação da Estrutura Ocupacional da População

A determinação da série de valores de PAB através da expressão 3), apresentada em 2.1, assim como uma análise mais aprofundada sobre a variação do ISR, implica a estimativa da variação anual da estrutura ocupacional da população. Palma & Reis apresentam essa variação apenas a cada meio século. Uma forma simples de obstar a esse obstáculo seria através da interpolação linear entre valores a cada meio século. Embora se tenha recorrido a essa abordagem entre certos intervalos cronológicos, procurou-se afinar essa variação tendo em conta os dados disponíveis sobre o comportamento da economia e da população, assumindo-se a população agrícola como uma variável de folga. Apresenta-se, na Tabela 6, os pressupostos assumidos.

Períodos	População: proxy da Tx. Crescimento Anual		
	Urbana	Rural não Agrícola	Agrícola
1600 - 1650	Var. Linear	Var. Linear	Var. Folga
1650 - 1670	Var. Pop. (1650-1670)	Var. Pop. (1650-1670)	Var. Folga
1670 - 1700	Var. Linear	Var. Linear Aj.	Var. Folga
1700 - 1715	Var. Pop. (1700-1715)	Var. Pop. (1700-1715)	Var. Folga
1715 - 1750	Var. Linear Aj.	Var. Linear Aj.	Var. Folga
1750 - 1775	Var. Pop. (1750-1775)	Var. Linear	Var. Folga
1775 - 1800	Var. Linear Aj.	Var. Linear	Var. Folga
1800 - 1815	Pop. Urb.: -5%	Var. Linear Aj. (-1/2)	Var. Folga
1815 - 1850	Var. Linear Aj.	Var. Linear Aj. (-1/2)	Var. Folga

TABELA 6
Critérios de Variação da Estrutura Ocupacional da População

Entre 1600 e 1650, a população Urbana cresceu abaixo do ritmo da população, embora não tenha contraído. Pelo contrário, a população RNAG cresceu a um ritmo superior ao da população. Em ambos os casos, optou-se por utilizar uma interpolação linear entre os valores de 1600 e 1650. Entre 1650-1700, a fração da população urbana manteve-se praticamente constante, pelo que se modelou a sua evolução em linha com a da população. Pelo contrário, a população RNAG cresceu significativamente durante este período, passando de 23,9% para 28,6% da população total. Assumiu-se que esse crescimento ocorreu de forma mais intensa após o fim das Guerras da Restauração, ou seja, entre 1670-1700. No período anterior (1650-1670) considerou-se que a população RNAG cresceu ao mesmo ritmo da população – mantendo-se, assim, constante a sua fração relativa. De acordo com estas premissas, a população agrícola – que se reduziu em termos de fração da população – acompanhou a contração da população até 1670, retomando o crescimento entre 1670-1700, ainda que a um ritmo inferior ao da população Urbana e RNAG.

Entre 1700-1750, a população urbana regista um crescimento acentuado, elevando a taxa de urbanização de 12,5% para 17,3%. Como discutido anteriormente, o início do século XVIII foi marcado por uma retração económica, pelo que se assumiu que, até 1715, a população urbana apenas acompanhou o crescimento da população. Desta forma, assumiu-se que o aumento da taxa urbanização ocorreu no período entre 1715-1750. A fração da população RNAG aumentou apenas ligeiramente durante a primeira metade do século XVIII. Pelos mesmos motivos, concentrou-se o aumento do peso relativo desse segmento da população entre 1715-1750. Em resultado destas premissas, o declínio da população Agrícola concentra-se no período entre 1715-1750.

NasegundametadedosSetecentos,a fração da população urbana reduziu-se ligeiramente. Considerando

que, pelo menos até ao final do terceiro quartel, o PIB não contraiu, concentrou-se o declínio percentual da população urbana apenas no último quartel do século, mantendo-se a taxa de urbanização constante no período anterior. A fração da população RNAG manteve-se, praticamente, inalterada entre 1750-1800, pelo que se considerou uma evolução linear ao longo de todo o período. Estas premissas implicam que o ritmo de crescimento população agrícola acelerou no último quartel do século.

Entre 1800-1850, as variações são mais irregulares. Os dados de Palma & Reis indicam que a taxa de urbanização aumentou de 16,2% para 17,6%, o que, num contexto de aumento demográfico, significa um aumento da população urbana de cerca de 130 mil efetivos nesse período. Considerando a instabilidade política e militar, parece pouco plausível que a taxa de urbanização tenha aumentado nos primeiros 15 anos do século. Para tal, teria sido necessário contrariar a tendência de contração que vinha do final dos Setecentos, num contexto de esvaziamento político (e comercial) de Lisboa. É também necessário ter em conta a especificidade da rede urbana portuguesa, marcadamente bicéfala. Em 1801, 54% da população urbana vivia em Lisboa e no Porto, e em 1864, ascendia a 60% (Rodrigues, 2004, 59). Recorde-se que as estimativas da população de Lisboa para 1800 situam-se entre 170 e 195 mil habitantes³⁸ e do Porto de 43 mil habitantes.³⁹ Para Lisboa, note-se que o censo populacional de 1849 indica um nível populacional de 175 mil habitantes, ou seja, igualando a estimativa mais reduzida de 1800 (Pinheiro, 2011, 193). Também no Porto, a população também não terá aumentado até, pelo menos, c. 1820. Parece conservador – no sentido de não sobreavaliar o recuo do produto económico por intermédio da queda da população urbana – assumir que a população urbana decresceu 5% em valor absoluto entre 1800-1815 e que esse declínio ocorreu linearmente. Note-se que, dado que a população decresceu durante esse período, o recuo da taxa de urbanização correspondente a este cenário é muito reduzido (de 16,2% para 15,7%). O crescimento da população urbana, de acordo com esta hipótese, ocorreu, portanto, integralmente entre 1815-1850, implicando um aumento anual da população urbana de cerca de 5 mil pessoas a partir de 1815.

A modelação da variação da população RNAG entre 1800-1850 é mais desafiante. Por um lado, a sua queda foi muito acentuada: em termos de fração da população, reduziu-se para cerca de metade. Por outro, que a transferência de população RNAG para população Agrícola não esteve, necessariamente, associado, a um movimento migratório. Tratando-se apenas de uma alteração ocupacional no meio rural, nada impede que a sua variação não tenha sido súbita. Desse modo, assumiu-se que metade da queda da população RNAG ocorreu entre 1800-1815, e a outra metade entre 1815-1850. Pretende-se assim, não só incorporar uma maior elasticidade, como concentrar o maior declínio no período em que ocorre alguma desurbanização. Estas considerações levam a que a população agrícola aumente de forma aproximadamente linear durante este período, embora se verifique uma aceleração a partir de 1815. Apresentam-se na Tabela 7 as taxas efetivas de variação da estrutura ocupacional da população que sobrevêm destes pressupostos.

³⁸ A estimativa inferior refere-se ao censo de 1801, cit. por Rodrigues (1997, 216) e a estimativa superior refere-se a Araújo (1995, 40).

³⁹ Jorge (1898, 116). Sabe-se, pela mesma fonte, que a população em 1819 praticamente não se havia alterado e situava-se em cerca de 45 mil habitantes.

Períodos	População: Tx. Crescimento Anual		
	Urbana	RNAG	Agrícola
1600 - 1650	0.21%	1.25%	0.16%
1650 - 1670	-0.13%	-0.13%	-0.13%
1670 - 1700	0.44%	1.14%	0.13%
1700 - 1715	0.06%	0.14%	0.02%
1715 - 1750	1.27%	0.14%	-0.12%
1750 - 1775	0.30%	0.36%	0.27%
1775 - 1800	0.13%	0.33%	0.55%
1800 - 1815	0.01%	-1.23%	0.67%
1815 - 1850	0.99%	-0.65%	0.86%

TABELA 7
Taxas de Evolução da Variação da Estrutura Ocupacional da População

Anexo II: Variação do PIB, PIB pc, PAB e Produtividade do Trabalho Agrícola

Em complemento ao Quadro 1 (cf. 2.2), apresenta-se a variação gráfica desse gráfico dos indicadores apresentados. No Gráfico 3, apresenta-se a variação do PIB, PIB pc, e da população total. Na Gráfico 4 apresenta-se a variação do PAB, Produtividade da mão-de-obra agrícola e população da categoria profissional agrícola.

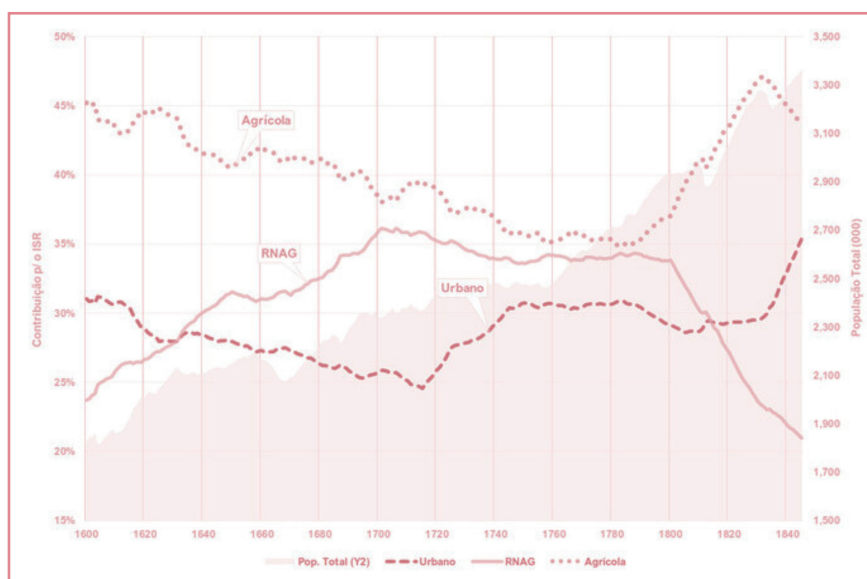


GRÁFICO 3
PIB, PIB pc e População Total (y2) (1600-1845)
Fontes: Ver Texto

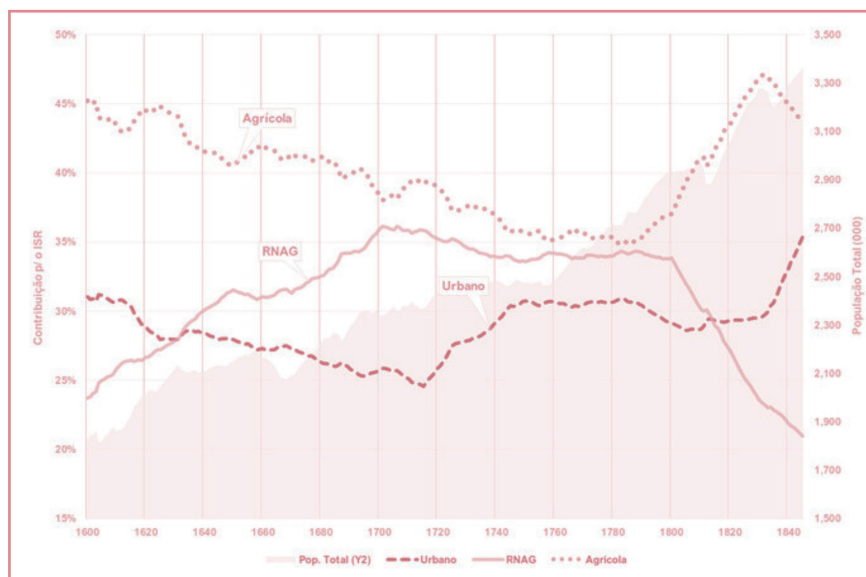


GRÁFICO 4
PAB, Produtividade do Trabalho Agrícola, e População Agrícola (y2) (1600-1845)
Fontes: Ver Texto

Anexo III: Determinação da Variação do Skill Premium

O cálculo da variação do skill premium foi efetuado em três etapas. Em primeiro, é calculada a proporção da população das quatro regiões económicas, em intervalos de décadas, para a cronologia 1600-1850. Palma & Reis associaram Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, ao Porto e seu hinterland, a Beira a Coimbra e seu hinterland, a Extremadura a Lisboa e seu hinterland e, finalmente, o Alentejo e o Algarve, a Évora e seu hinterland. Estas repartições regionais foram obtidas a partir de Palma, Reis & Zhang (2017)⁴⁰. Em segundo, foi estimado o skill premium em cada década através de uma média a 10 anos, em cada uma das regiões económicas, a partir dos dados do projeto PWR. O skill premium nacional por década é obtido através da ponderação dos skill premium regionais com o peso populacional de cada região. O skill premium anual é obtido por interpolação linear das médias decenais. Seguiram-se duas abordagens distintas quando os dados do PWR não permitem obter dados de skill premium de uma dada região para um determinada década. Caso os skill premium das décadas imediatamente anterior e posterior estejam disponíveis, aplicou-se a média dessas décadas. Quando o intervalo sem dados é superior a uma década, a ponderação da população foi ajustada por forma a considerar apenas os skill premia regionais disponíveis. No caso dos salários dos trabalhadores RNAG, por definição, skill premium considerado é dado pela expressão: $S_{n,i}^{rna} = 0.5 \cdot (S_{n,i}^u + 1)$. Apresentam-se os resultados dessa análise nas Tabelas 8 e 9, e no Gráfico 5.

A representatividade das fontes na determinação do skill premium está longe de ser totalmente

⁴⁰ Note-se que os dados para o Algarve só estão disponíveis a partir de 1766, pelo que a sua contribuição foi estimada por diferença com o total. O mesmo sucede com a população de Trás-os-Montes a partir de 1801.

satisfatória. O cálculo de valores médios decenais de skill premium entre 1600-1850, indica uma representatividade de observações diretas de 46%. Algumas regiões económicas apresentam mesmo descontinuidades importantes. No Porto, está disponível apenas uma observação de skill premium entre 1810-1850. A representatividade das fontes nessa região económica – a mais populosa do país a partir do início do século XVIII – é, aliás, reduzida: 32%. Em Coimbra, é possível obter apenas uma observação de skill premium entre 1730-1770. Em Lisboa, as fontes só adquirem alguma representatividade a partir de 1730. A região onde as fontes são mais abundantes é Évora (64%), que é também a região menos populosa.

A representatividade das fontes na determinação do skill premium está longe de ser totalmente satisfatória. O cálculo de valores médios decenais de skill premium entre 1600-1850, indica uma representatividade de observações diretas de 46%. Algumas regiões económicas apresentam mesmo descontinuidades importantes. No Porto, está disponível apenas uma observação de skill premium entre 1810-1850. A representatividade das fontes nessa região económica – a mais populosa do país a partir do início do século XVIII – é, aliás, reduzida: 32%. Em Coimbra, é possível obter apenas uma observação de skill premium entre 1730-1770. Em Lisboa, as fontes só adquirem alguma representatividade a partir de 1730. A região onde as fontes são mais abundantes é Évora (64%), que é também a região menos populosa.

Períodos	Observações por Anos				Representatividade das Fontes (%)				Média Ponderada pela Pop.
	Porto	Lisboa	Coimbra	Évora	Porto	Lisboa	Coimbra	Évora	
1590 - 1600	7	10	4	4	70%	100%	40%	40%	65%
1600 - 1610	6	2	8	5	60%	20%	80%	50%	53%
1610 - 1620	1	0	6	5	10%	0%	60%	50%	28%
1620 - 1630	4	2	4	3	40%	20%	40%	30%	34%
1630 - 1640	3	7	9	4	30%	70%	90%	40%	59%
1640 - 1650	5	2	6	4	50%	20%	60%	40%	45%
1650 - 1660	7	0	6	3	70%	0%	60%	30%	45%
1660 - 1670	3	4	7	10	30%	40%	70%	100%	57%
1670 - 1680	3	1	0	9	30%	10%	0%	90%	25%
1680 - 1690	5	1	1	9	50%	10%	10%	90%	35%
1690 - 1700	4	5	8	10	40%	50%	80%	100%	65%
1700 - 1710	1	2	4	10	10%	20%	40%	100%	37%
1710 - 1720	4	0	2	10	40%	0%	20%	100%	35%
1720 - 1730	7	4	6	10	70%	40%	60%	100%	65%
1730 - 1740	6	6	1	10	60%	60%	10%	100%	52%
1740 - 1750	3	4	0	8	30%	40%	0%	80%	30%
1750 - 1760	1	6	0	6	10%	60%	0%	60%	25%
1760 - 1770	1	8	0	3	10%	80%	0%	30%	26%
1770 - 1780	5	9	3	2	50%	90%	30%	20%	49%
1780 - 1790	1	8	9	6	10%	80%	90%	60%	57%
1790 - 1800	1	10	3	10	10%	100%	30%	100%	48%
1800 - 1810	3	10	9	2	30%	100%	90%	20%	62%
1810 - 1820	0	10	8	1	0%	100%	80%	10%	48%
1820 - 1830	0	10	9	1	0%	100%	90%	10%	52%
1830 - 1840	0	9	10	7	0%	90%	100%	70%	60%
1840 - 1850	1	10	6	5	10%	100%	60%	50%	51%

TABELA 8
Skill Premium Nacional (Representatividade das Fontes)
Fontes: PWR

A carência observacional ao nível das fontes aconselha que o impacto do skill premium na aplicação da expressão 1c), 1d) e 1e) seja isolado e comparado com um cenário em que o skill premium seja invariável. Deste modo, nos períodos analisados, i.e., 1600-1750, 1750-1813, 1813-1850, foram analisados dois cenários de skill premium. No primeiro cenário, considerou-se o skill premium que decorre da metodologia apresentada, ou seja, um skill premium variável. No segundo, considerou-se um skill premium constante e assumiu-se o valor médio do período. Deste modo, é possível isolar o efeito do skill premium na aplicação das expressões discutidas na secção 3.

Períodos	Skill Premium Regional				Ponderação da População Considerada				Skill Premium Nacional (Média a 10 anos)
	Porto	Lisboa	Coimbra	Évora	Porto	Lisboa	Coimbra	Évora	
1590 - 1600	2.000	1.717	1.813	1.715	33%	25%	23%	20%	1.831
1600 - 1610	2.000	1.603	1.938	1.850	32%	24%	24%	19%	1.861
1610 - 1620	2.286	1.552	1.792	1.920	31%	24%	26%	19%	1.912
1620 - 1630	2.009	1.500	1.725	1.939	29%	23%	29%	19%	1.797
1630 - 1640	2.302	1.514	1.944	2.000	29%	22%	31%	19%	1.964
1640 - 1650	2.000	1.800	2.000	1.800	29%	21%	32%	18%	1.922
1650 - 1660	2.031	1.733	2.048	1.955	28%	21%	33%	18%	1.961
1660 - 1670	2.000	1.667	1.992	1.840	28%	21%	34%	16%	1.901
1670 - 1680	2.095	1.429	1.996	1.950	29%	21%	34%	16%	1.901
1680 - 1690	1.888	1.429	2.000	2.083	30%	20%	33%	17%	1.864
1690 - 1700	1.950	1.545	1.819	1.917	31%	21%	31%	17%	1.819
1700 - 1710	1.800	1.600	2.250	1.724	31%	21%	30%	17%	1.879
1710 - 1720	1.667	1.550	2.000	1.615	32%	22%	29%	17%	1.730
1720 - 1730	2.180	1.500	1.833	1.841	33%	22%	29%	16%	1.877
1730 - 1740	1.653	1.500	1.818	1.945	34%	22%	29%	15%	1.709
1740 - 1750	1.817	1.500		1.831	49%	31%		19%	1.720
1750 - 1760	1.667	1.568		1.470	50%	31%		19%	1.599
1760 - 1770	1.667	1.478		1.736	49%	31%		19%	1.621
1770 - 1780	1.667	1.556	1.833	1.736	34%	23%	29%	14%	1.700
1780 - 1790	2.000	1.703	1.667	1.717	34%	23%	30%	14%	1.794
1790 - 1800	2.000	1.828	1.576	1.608	34%	22%	31%	14%	1.778
1800 - 1810	1.572	1.849	1.768	1.750	34%	21%	31%	14%	1.716
1810 - 1820		1.945	1.920	1.417		33%	47%	19%	1.831
1820 - 1830		1.953	1.686	1.750		34%	48%	18%	1.789
1830 - 1840		1.838	1.619	1.624		34%	48%	18%	1.694
1840 - 1850	2.308	2.007	2.194	1.487	34%	22%	33%	11%	2.113

TABELA 9
Skill Premium nacional (médias decenais)
Fontes: PWR e Palma, Reis & Zhang (2017)

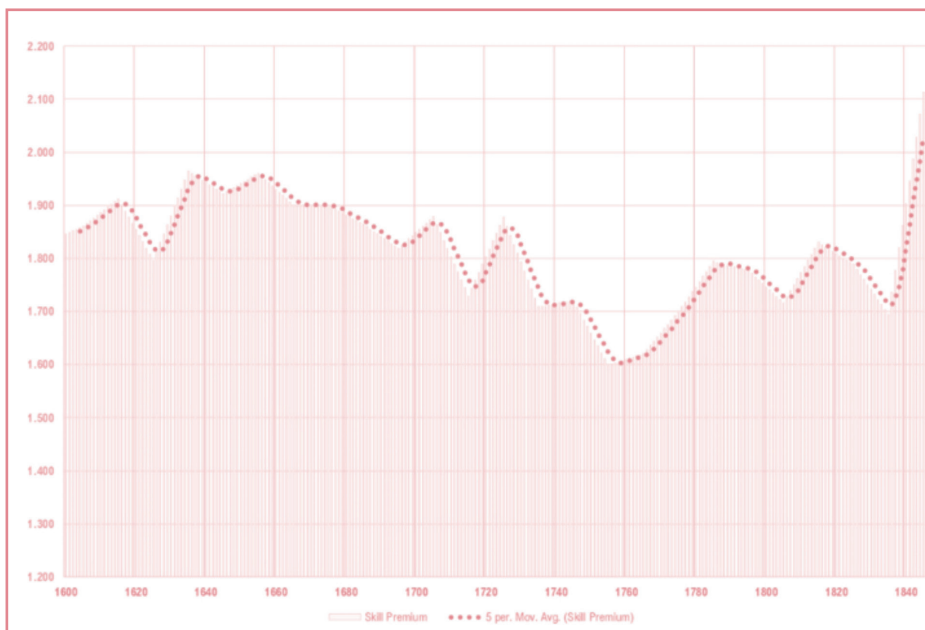


GRÁFICO 5
Evolução do Skill Premium: 1600-1845

3. Bibliografia

- ALLEN, R. (2001). "The Great Divergence in European wages and prices from the Middle Ages to the WWI". *Explorations in Economic History*, 4(1), 1-25.
- ALLEN, R. (2000). "Economic structure and agricultural productivity in Europe, 1300-1800". *European Review of Economic History*, 3 (1), 1-25.
- ALVAREZ-NOGAL, C. & P. ESCOSURA, L. (2013). "The rise and fall of Spain (1270-1850)". *Economic History Review*, 66, 1-37.
- ARAÚJO, A. (1995). *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1832)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- BROADBERRY, S., CAMPBELL, B., KLEIN, A. OVERTON, M. & LEEUWEN, B. (2015). *British Economic Growth, 1270-1870*. Cambridge University Press.
- BROADBERRY, S & FOUQUET, R. (2015), "Seven Centuries of European Economic Growth and Decline". *Journal of Economic Perspectives*, 29(4), 227-44.
- CARVALHAL, H. & SILVA, F. R. (2020). "Reconsidering the Southern European Model: Marital Status, Women's Work and Labour Relations in mid-Eighteenth-century Portugal". *Journal of Iberian and Latin American Economic History / Revista de História Económica*, 38(1), 45 - 77.
- COSTA, L., LAINS, P. & MIRANDA, S. (2011). *História Económica de Portugal, 1143-2010*. Lisboa, Esfera dos Livros.
- CRUZ, A. (1970). *Geografia e Economia da Província do Minho*. Porto, Centro de Estudos Humanísticos, F. L. U. P.
- FAÍSCA, C. (2012). "O preço da crise: níveis de vida no Portugal seiscentista". *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, 245-263.
- FERREIRA Da SILVA, A. (1987), "Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras, 1763-1810", *Análise Social*, XXIII(97), 531-562
- HUMPHRIES, J., HORRELL, S. & WEISDORF, J. (2022). "Beyond the male breadwinner: Life-cycle living standards of intact and disrupted English working families, 1260-1850". *Economic History Review*, 75(2), 530-560.
- HUMPHRIES, J. & WEISDORF, J. (2018). "Unreal wages? Real income and economic growth in England, 1260-1850". *The Economic Journal*, 129(623), 2867-87.
- HUMPHRIES, J. & SARASÚA, C. (2012). "Off the Record: Reconstructing Women's Labour Force Participation in the European Past". *Feminist Economics*, 18 (4), 39-67.
- JORGE, R. (1898). *Demografia e Higiene na cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade*. Porto. Anuario do Serviço Municipal de Saúde e Higiene da cidade do Porto.
- JUSTINO, D. (1988). *A Formação do Espaço Económico Nacional, 1810-1913*. Lisboa, Veja.
- LAINS, P. (2003). *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal. 1842-1992*. Lisboa, ICS.
- MACEDO, J.B. (1989). *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. Lisboa, Gradiva
- MACEDO, J.B. (1982). *Problemas da Indústria Portuguesa do Século XVIII*, Lisboa, Querco
- MADUREIRA, N. L. & MATOS, A. C. (2005). "a Tecnologia". In P. LAINS, P. & A. FERREIRA DA SIVA (Ed.), *História Económica de Portugal: o século XVIII*. Lisboa, ICS, pp. 123-44
- MADUREIRA, N. L. (1997). "Consumo, Preços e Salários (1760-1830)". *Ler História*, 32, 5-29.
- MADUREIRA, N.L. (1997). *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MALANIMA, P. (2010). "Urbanization 1700-1870", In S. BROADBERRY & K. O'ROURKE, *The Cambridge Economic History of Modern Britain*, vol. I. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 89-117
- MENDES, J. A. (1980). "Trás-os-Montes nos finais do século XVIII. Alguns aspetos económico-sociais." *Estudos Contemporâneos*, 1, 9-44.
- PALMA, N., REIS, J. & ZHANG, M. (2017), "Reconstruction of Regional and National Population using Intermittent Census-Type Data: The Case of Portugal, 1527-1864." Maddison-Project Working Paper No. 8, Groningen, Netherlands.
- PALMA, N. & REIS, J. (2019). "From Convergence to Divergence: Portuguese Economic Growth, 1527-1850." *The Journal of Economic History*, 79(2), 477-506.

- PEDREIRA, J.** (2005), "A Indústria", In P. LAINS & A. FERREIRA DA SIVA (Eds.), *História Económica de Portugal: o século XVIII*. pp. 177-208.
- PEDREIRA, J.** (1994). *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, Difel.
- PEDREIRA, J.** (1991). "Indústria e negócio: a estamperia da região de Lisboa, 1780-1880". *Análise Social*, 112-113, 537-559.
- PEDREIRA, J.** (1990). "Social Structure and the Persistence of Rural Domestic Industry in XIXth Century Portugal". *Journal of European Economic History*, 19(3), 522-574
- PEDREIRA, J.** (1987). "Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825), Uma perspetiva estrutural." *Análise Social*, XXXIII(97), 563-596.
- PFISTER, U.**, (2022). "Economic growth in Germany, 1500–1850". *The Journal of Economic History*, 82(4), 1071-1107.
- PFISTER, U., RIEDEL, J. & UEBELE, M.** (2012). "Real Wages and the Origins of Modern Economic Growth in Germany, 16th to 19th Centuries." *EHES Working Paper N.º17*, European Historical Economics Society, London, UK, April 2012.
- PINHEIRO, M.** (2011). *Biografia de Lisboa*. Lisboa. A Esfera dos Livros.
- RAVARA, A.** (1988). "A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)." *Análise Social*, XXIV (103-104), 1161-1184.
- REIS, J.** (2017). "Gross Agricultural Output: A Quantitative Unified Perspective, 1500-1850." In D. FREIRE, & P. LAINS, (Ed.), *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Boston, Leiden, pp. 172-216
- REIS, J.** (2005). "O Trabalho" In P. LAINS, P.& A. FERREIRA DA SIVA (Eds.), *História Económica de Portugal: o século XIX*. Lisboa, ICS, pp. 119-151.
- RODRIGUES, T.** (2004). *A população portuguesa no século XIX*. Porto, Edições Afrontamento
- RODRIGUES, T.** (1997). *Cinco Séculos de Quotidiano. A Vida em Lisboa do Século XVI aos nossos dias*. Lisboa, Edições Cosmos.
- SÁ, I.** (2005), "O Trabalho" In P. LAINS, P.& A. FERREIRA DA SIVA (Eds.), *História Económica de Portugal: o século XVIII*. Lisboa, ICS, pp. 93-121.
- SERRÃO, J., DIAS, J., MATA, E. & VALÉRIO, N.** (1976). "População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII". *Análise Social*, XII (47), 748-762.
- SERRÃO, J.** (1973). *Fontes de Demografia Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.
- SHAW-TAYLOR, L.** (2009a), "The Occupational structure of England and Wales, c.1750-1910." Occupational Project Paper 19.
- SILBERT, A.** (1978). *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. Vol. 2.*, Paris.
- SOUSA, F.** (2006). *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, Edições Afrontamento.
- SOUSA, F.** (1995). "A População em Portugal em finais do século XVIII". *População e Sociedade*, 1, 41-55.
- SOUSA, F.** (1979). "A indústria da seda em Trás-os-Montes". *Revista de História Económica e Social*, 2, 59-73
- SOUSA, R. M.** (2006). *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista*. Lisboa, INCM.
- VALÉRIO, N.** (1997) "Um indicador da evolução dos preços em Portugal no século XVI a XIX." Instituto Superior de Economia e Gestão, *GHES Working Paper n° 4-1997*.

5.3 - Apropriação territorial e controle da propriedade: um panorama geral da história rural luso-brasileira 2

[08.09.2023 Sala/Room 2.3]

Terra, família e agência escrava: estratégias da gente de cor nas minas setecentistas

Mônica Ribeiro de Oliveira | Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil | monicauffj@gmail.com

En este artículo utilizamos vasta documentación eclesiástica a través de actas de bautismo, así como aquella documentación de orden civil, con las llamadas listas nominativas, verdaderos censos de población, creados con fines fiscales y administrativos. Cotejamos todos estos datos a un grupo de pueblos que se reparten alrededor de los grandes pueblos de extracción de minerales en Minas Gerais, sudeste de Brasil. Eran pueblos marcados por la producción de alimentos y la cría de animales para la subsistencia. Estas vastas áreas se volvieron propicias para el asentamiento de personas pobres, liberadas de la esclavitud; de sucesivas generaciones de negros libertos que llegaron a llamarse pardos; de los indígenas que, para mantener su autonomía, también se autodenominaban pardos. También trabajamos con una perspectiva comparada con la vasta historiografía brasileña sobre el tema, trayendo luz, nuevas perspectivas.

NEGROS LIBERTOS; ESCLAVITUD; FAMILIA ESCLAVA; MANUMISIONES; AMÉRICA COLONIAL

1. Introducción

Frente a tantas transformaciones procesadas en la América portuguesa a raíz del descubrimiento del oro, la más fantástica e innovadora fue la diversificación social que se produjo, abriendo espacio para la convivencia, en un mismo espacio, de diferentes grupos sociales y sus distintas orientaciones valorativas. La gran presencia de personas de color libre incomodó a los portugueses, que los consideraban una amenaza para el orden y personas de mal comportamiento (OLIVEIRA, 2016)¹. En los últimos años, la historiografía brasileña ha profundizado en los estudios sobre el comportamiento de esta población y, a partir de fuentes como inventarios, testamentos, archivos parroquiales y listado de nombres, produjo datos demográficos, así como recuperó valiosas informaciones sobre el modo de vida y de las funciones económicas ejercidas por este grupo. Los datos demográficos demostraron que el segmento de libertos en Vila Rica representaba, a principios del siglo XVIII, el 0,7% de la población; entre 1769 y 1773, esta presencia creció al 14,9% y, a principios del siglo XIX, alcanzó el 22,5%, representando, en palabras de Renato P. Venâncio, un crecimiento fantástico (VENÂNCIO, 2001, p. 5). Según Eduardo França Paiva, “en la década de 1780, la población negra liberta y libre alcanzaba la marca de 103 mil individuos, lo que equivalía a más del 70% de la población del municipio de Minas Gerais, alcanzando en la primera mitad del siglo XIX, super al número de esclavos.” (PAIVA, 2009, p. 91).

Una serie de trabajos se centró en la descripción y análisis del comportamiento de los libres,

¹ Este libro sigue la trayectoria de trabajadores de los estratos más bajos de la sociedad colonial a través de diferentes soportes documentales. Muchos de los temas analizados en este artículo se profundizan en este trabajo.

principalmente en el ámbito urbano. En cuanto a las funciones públicas asumidas por este grupo, las actividades artesanales fueron las más comunes. Para Sheila de Castro Faria, fue a través del comercio y asociando actividades como la prostitución, el servicio doméstico, la costura y la preparación de alimentos que la población liberta de la América colonial tuvo los medios para acumular algunos ahorros ante la precaria situación en que vivía (FARIA, 1998. p. 113). Selma Pantoja, al investigar el origen del término “quitandeira” en Banto, demuestra que no declinaba el género, existiendo sólo en femenino y que se trataba de un fenómeno típicamente africano. Estos espacios de intercambio se dispersaron por todo el continente y se conocieron, en la región centro-occidental de África, y más específicamente entre los pueblos Mbundu, como Kitanda. En la América portuguesa, esta actividad siguió siendo controlada por mujeres negras, esclavas, libertas y libres que montaban sus bandejas en las calles de Salvador, Río de Janeiro, São Paulo y también en las villas de Minas Gerais. Vendían de todo, no solo comida, sino también una serie de utensilios de uso cotidiano para la población (PANTOJA, 2011). Junto al ejercicio de esta movilidad urbana, la mayor parte del tiempo cerrada al tránsito de mujeres blancas, las libertas terminaron creando una red de contactos y, por lo tanto, de solidaridad entre los demás segmentos de la sociedad, propiciando prácticas de desvío de oro, contrabando, prostitución y articulación con palenques (FARIA, 1998. p. 113). El ejercicio de esta libertad incomodó a muchos sectores que, contradictoriamente, se beneficiaron de ella. En los principales pueblos, como Vila Rica, Tejuco y São João Del Rei, ellas fueron denunciadas por prostitución.

En la línea de trabajo sobre las mujeres libertas, específicamente, la obra de Eduardo França Paiva sigue la misma dirección. Para el autor, ellas se preocupaban por asumir una posición destacada en un mundo dominado por los valores masculinos y, como el estigma del color les dificultaba la ascensión social, aprovechaban todas las actividades que podían brindarles una mejor condición de vida, como estrategia de resistencia y adaptación a la sociedad esclavista (PAIVA, 2009, p. 105-144).

En la misma línea de estudio sobre el universo femenino de las mujeres libertas, Júnia Furtado también consideró el uso de estrategias para la inserción en la sociedad y el enfrentamiento al estigma del color y la esclavitud de sus ancestros. Para Júnia Furtado, el principal mecanismo de promoción social que encontraron fue el matrimonio, a través del cual pudieron reforzar su posición dentro de las normas y reglas dominantes (FURTADO, 2002, p. 97).

Con relación al panorama de las manumisiones en la región más cercana a las áreas rurales, en São José Del Rei, la investigación de D. Libby y Alencastro para el período entre 1750 y 1850 corroboran el comportamiento general de las demás regiones auríferas. Con un predominio de mujeres entre los libertos a lo largo del período, “las mujeres constituyeron el 59,8% y los hombres el 40,2% de los individuos que recibieron cartas de manumisión; entre 1751 y 1799 los porcentajes correspondientes fueron 60% y 40%; y de 1800 a 1847, 58,8% y 41,2%”. Según los autores, los criollos superaron a los esclavos africanos en cuanto a la obtención de la manumisión. Las mujeres tenían mayores facilidades para acumular ahorros mediante el ejercicio de labores auxiliares como nodrizas y prostitución, además de tener mayor acceso a la intimidad de la casa, en el cuidado regular de las damas y caballeros que muchas veces podían garantizarles mayores privilegios, mientras los hombres, y especialmente los africanos, fueron priorizados en tareas externas y más pesadas (LIBBY y GRAÇA FILHO, 2003, p.124-128).

Estos son algunos de los principales temas tratados por la historiografía sobre el comportamiento de los libertos en la sociedad de Minas Gerais en el siglo XVIII. Aunque existan diferencias en la percepción, existe

consenso en que el grupo, a pesar de los estigmas que enfrentó, se integró a la sociedad de Minas Gerais, realizando una serie de actividades que fueron fundamentales para la dinámica urbana. No constituían un grupo marginado y separado, independientemente de los medios que usaran para defender esta posición. Interactuaron con otros grupos sociales a pesar de que continuaron perteneciendo a la comunidad de negros y pardos libres.

En cuanto a un análisis más cultural, se pueden observar en las obras de referencias el concepto de estrategia. Las libertas tenía actitudes hacia el matrimonio que favorecían su deseo de distinción social, se presentaban socialmente con el uso de telas, joyas y baratijas símbolos de estatus, buscaban rápidamente la propiedad de los cautivos y se comportaban como damas de respeto al dictar sus testamentos (FARIA, 2002). Usaron mecanismos formales e informales para lograr el respeto y un lugar social en la jerarquía, aunque esto solo representó una movilidad horizontal. Se movieron, pero dentro de su propio grupo.

Para Roberto Guedes Ferreira, el primer paso hacia la ascensión social requería el reconocimiento de la comunidad, lo que también podía representar un motivo de conflicto. Para él, “Los antiguos esclavos necesitaban reactualizar los lazos engendrados en el cautiverio para seguir ascendiendo en la escala social, ya fuera heredada del amo o de su propia experiencia con otros grupos”. Según el autor, los libertos utilizaban la experiencia del cautiverio y los lazos allí establecidos, es decir, de las relaciones horizontales establecidas para restablecer otras, incluidas las relaciones verticales (FERREIRA, 2005). Hebe Mattos, en esta misma perspectiva, destacó que la forma en que un migrante se integraba a una nueva zona no era pidiendo trabajo o siendo acogido por un potentado local, sino estableciendo relaciones duraderas con quienes vivían allí, basadas en relaciones consuetudinarias. “Para la autora, desde el punto de vista del hombre libre, la solidaridad vertical fue heredada de anteriores relaciones horizontales.” (MATTOS, 1995, pág. 74)

La propuesta de Ferreira y Mattos es aquella que busca rescatar la importancia de los lazos comunitarios de solidaridad y la función de la familia, muchas veces conquistada en cautiverio, para la reconstrucción de la libertad. La posición de los autores se suma a la de otros trabajos que destacan la importancia de los lazos de parentesco cautivos en la formación de la identidad comunitaria. Esta perspectiva también representa una postura política adoptada por los autores. Una negativa a someterse a las relaciones jerárquicas y al paternalismo, visto como una mancha, tan fácilmente aplicado por la literatura tradicional al situar al liberto en la condición de víctima y no de sujeto de su propia historia. También consideramos la importancia de los lazos familiares y comunitarios conquistados a lo largo de la vida como sumamente importantes para la recreación de la identidad en la nueva condición, sin embargo, creemos que hay nuevos componentes en esta reconstrucción de la libertad de los libertos que deben ser considerados. Coexistieron diferentes experiencias, diferentes caminos, que dependían de relaciones pasadas y que, en muchas situaciones, se basaban en fuertes relaciones clientelistas que se prolongarán en la experiencia de la libertad.

Usaremos los registros de bautismos y, a través de ellos, entenderemos el carácter general de esas personas, pero no en áreas urbanas, ya ampliamente estudiadas por la historiografía, sino en las que se asentaron en áreas rurales alrededor de estas dinámicas villas, especialmente en el campo de la Mantiqueira, cerca de la región de Barbacena, en Minas Gerais. Compararemos los datos con otras investigaciones y, en un esfuerzo constante por dialogar con otros trabajos, intentaremos delimitar un perfil general de esta población. Esta área rural anteriormente fue caracterizada como el locus de la

barbarie, de la multitud desordenada, de ladrones y bandidos, pero que también fue el hogar de muchos individuos y familias de agricultores y agregados.

1.1 La Gente De Color Libre en la Instancia del Nacimiento:

Nuestra investigación se centra en la percepción de las personas libres de color en los registros bautismales. La instancia del nacimiento nos brinda una gama de información muy rica y puede revelar actitudes hacia el matrimonio, el parentesco consanguíneo, las motivaciones e intereses en ampliar la familia a través de lazos rituales, además de darnos una idea de la dinámica de la población. Este seguimiento será a largo plazo, desde las primeras décadas del siglo XVIII hasta la tercera década del XIX. Estudiamos casi todos los registros bautismales del siglo XVIII de las cinco poblados del de la Mantiqueira, además de las de Borda do Campo, considerada por nosotros como la puerta de entrada al área rural y mejor ubicada, a orillas del Caminho Novo.² Ante la falta de datos demográficos que cubrieran todo el siglo XVIII, especialmente para estas áreas más periféricas, construimos nuestros propios datos extrayendo información de los registros bautismales.

Tenemos claro que los datos presentados son incompletos, por más que nos esforcemos en recopilar toda la información disponible, ya sea por la degradación de la documentación en los archivos regionales o por factores ligados a la propia producción documental en su época. Se omitió mucha información por descuido y existió una gran variación en la designación de los grupos como resultado de las costumbres comunitarias, o incluso, como resultado de cómo las personas se consideraban a sí mismas: la nominación de liberto podría identificar tanto a los negros liberados del cautiverio como a indígenas.

No tenemos datos que puedan comprobar si el grupo de libertos o parte de ellos encontrados en el campo provenían de las grandes villas de Minas Gerais, lo que era una posibilidad. Utilizando la movilidad espacial, una de las señas de identidad de las poblaciones coloniales, los libertos y sus descendientes encontrarían mayores alternativas para instalarse en los bosques de Mantiqueira que en las villas, más valoradas y ocupadas. La misma legislación que regulaba el acceso a la exploración aurífera terminó favoreciendo esta situación. En los primeros años solo controlaba la extracción de oro de aluvión y no la minería en los cerros y laderas.³ En los cerros, la ocupación no se llevó a cabo mediante la distribución de dátiles minerales condicionados a la posesión mínima de doce esclavos y por ello se convirtieron en el espacio de libre exploración, lugar propicio para el asentamiento de pobres hombres libres. Las condiciones geológicas de la región también favorecieron el asentamiento de población libre pobre. Las zonas más altas, como la Serra da Ibitipoca, por ejemplo, constituían un gran factor de desmotivación incluso para los exploradores más experimentados. Hubo una serie de reportes sobre la presencia de indios en los campos, además de la presencia de caravanas de bandoleros de caminos. Ciertamente, para los hombres pobres libres estas barreras no constituían un obstáculo. Allí había espacio para la autonomía, así como zonas para la constitución de pequeñas plantaciones, ya fuera como terrenos situados (arrendatarios),

² Se han estudiado un total de 9000 registros bautismales para el período. El siglo XVIII fue estudiado casi todo por completo. Arquivo do Arcebisado da Cúria de Mariana-Minas Gerais-Brasil

³ Regimiento de Superintendentes, jefes de guardia y otros oficiales, diputados de las minas de oro. En: Códice Costa Matoso, 1999, p. 311-330.

agregados o como favores de los más pudientes, como vimos anteriormente.

Con respecto a la denominación parda, la variación de significado es muy grande, lo que es confirmado por el conjunto de investigaciones en la historiografía brasileña (LARA, 2007; KARASCH 2000)⁴. Hay referencias al color como marcador de un lugar social ocupado por el individuo (LIMA, 2003, p. 30; MATTOS, 1995, p. 105), así como lo contrario de este razonamiento. Nos referimos a la investigación realizada por Roberto Ferreira, cuando para él, el lugar que ocupaba el individuo en la sociedad era muchas veces lo que definía su color (FERREIRA, 2005). Es decir, el color era una categoría fluida, que podía gestionarse según una determinada condición social. En ese sentido, una persona negra recién liberada siguió siendo referida de esta manera durante mucho tiempo hasta que se alejó más del cautiverio, no solo temporalmente, sino a través de posesiones o conductas propias del universo de los libres. En ese momento dejaría de ser el negro libre para ser el pardo libre.⁵

La investigadora Cacilda Machado, al estudiar la aldea de São José dos Pinhais en Paraná en el paso del siglo XVIII al XIX, agregó un nuevo elemento a esta discusión. Al notar que un número significativo de individuos libres no blancos son referenciados por la lista nominativa como pardos, la autora concluyó que el término se usaba para designar a los individuos nacidos en la localidad, siendo todos los demás extranjeros listados como negros (MACHADO, 2008, p. 126).

En nuestra investigación de las actas bautismales recogidas, la designación parda está ligada casi en su totalidad a la condición de liberto, como si el acceso a la libertad estuviera directamente relacionado con ser “pardo liberto”. Aparte de la falta de identificación de casi un tercio de los registros del liberto, este fue el grupo más señalado como pardo, tanto para padres como para madres, respectivamente: 54% y 45%. Otras denominaciones, como preto, africano, criollo, cabra, forro, aparecieron de forma minoritaria. Para el grupo de los esclavos, la diferenciación en las fuentes fue solo entre africanos y criollos, con mínima mención del pardo. Este cuadro hacía pensar que, regionalmente, la categoría pardo era una designación que se daba indistintamente a todos los libertos, fueran africanos o criollos⁶. Notamos que la designación de pardo libre sólo dejó de expresarse cuando se adoptaba un apellido, lo que ciertamente demarcó un cambio de estatus social. Para los libertos y sus descendientes que lograron alguna forma de movilidad social, por posesión de tierras o cautivos, es decir, movilidad horizontal, la adopción del apellido constituía una forma más de distinción social, pues se distanciaban no sólo de cautiverio, sino también de la propia condición de forro.

De los documentos estudiados se puede observar que hubo un crecimiento paulatino de la población

⁴ En general, los diferentes criterios de clasificación de colores como pardo, mulato, cafuzo, cabras, pretos y negros se crearon como una forma de distanciarlos de los blancos y distinguirlos como hijos del cautiverio (LARA, 2007).

⁵ Consideramos que tal comportamiento podría aplicarse a los indígenas. Muchos, para no ser identificados con el cautiverio, se definieron como pardos para demarcar su condición de libres.

⁶ En cuanto a las “Listas Nominativas”, la gran mayoría se denominaron pardos. Sin embargo, aparece una mínima identificación de criollos y africanos como forros. Imposible pensar que era el color de la piel el que definía esta nomenclatura, ya que los forros eran muy poco referenciados. Defendemos la idea de que regionalmente se le diera la denominación de parda a todos, especialmente a aquellos que ya habían adquirido la libertad hace algún tiempo. Las listas nominativas fueron censos de población, creadas con fines fiscales y administrativos se encuentran en el Archivo Público Mineiro- Minas Gerais- Brasil

Para su composición se utilizaron 4620 registros bautismales, recolectadas, casi en su totalidad, de las localidades de Mantiqueira y descritas: Santa Rita do Ibitipoca, São Domingos da Bocaina, Santana do Garambéu, Santa Rita do Ibitipoca y Conceição do Ibitipoca.

en general durante la primera mitad del siglo XVIII, alcanzando un pico de crecimiento hacia 1760⁷. Las décadas de 1760 y 1770 se caracterizaron por ser las de mayor dinamismo poblacional, ocurriendo un decrecimiento paulatino con tendencia ascendente hacia el final del período. Este momento de mayor crecimiento se produjo como resultado de la llegada de oleadas de inmigrantes portugueses a la región y debido a la lenta transición de las actividades mixtas de minería y agricultura, con la consolidación de esta última actividad. La producción de alimentos y la crianza de bueyes, vacas, ovejas y principalmente cerdos constituían los principales sectores de la economía regional, al igual que las demás propiedades de la vasta periferia agrícola de la región de Minas Gerais. Concomitantemente, coexistían unidades productivas no esclavistas con unidades esclavistas, cuyo reemplazo dependía tanto del tráfico como de la reproducción natural, como puede verse en la línea de nacimientos de madres esclavas.

Se observa una tendencia creciente en los nacimientos de madres no blancas libres entre 1750 y 1780, con un pico en la década de 1760. Estos datos refuerzan nuestra hipótesis de que las alternativas de asentamiento ofrecidas por el campo, como la autonomía y la ausencia de control sobre áreas, actuaron como factores de atracción para este grupo, que tendió a migrar al monte. Con el proceso de ordenamiento del área en las dos últimas décadas del siglo XVIII por la mayor presencia del Estado, con la escasez de oro y la estabilización de las actividades agro pastorales, se produjo una disminución de la migración autónoma de libertos. Es importante recordar que el registro bautismal demuestra la condición de la madre en el momento de la recepción del sacramento, es decir, la presencia numérica de grupos no blancos era superior.

Este fondo documental reveló un tema fundamental, que son los índices de legitimidad e ilegitimidad. Nos permiten deducir cuestiones relacionadas con las elecciones matrimoniales y el papel de la familia para las comunidades de agricultores y ganaderos. Optamos por elaborar los datos a largo plazo, desde el primer registro encontrado hasta el último, en el año 1850, dividido en dos grandes periodos, de 1708-1799 y 1800-1850, en un total de 9000 registros.⁸

Encontramos niveles totales de legitimidad muy altos, es decir, 77.57% legítimos a 22.43% ilegítimos. Estos datos difieren de la mayoría de las investigaciones ya realizadas para la Capitanía de Minas Gerais. Para São João Del Rei, importante pueblo de la época, los índices de legitimidad a lo largo del siglo XVIII y la primera mitad del siglo XIX estaban entre el 50 y el 60% del número total de bautizados, alcanzando su punto máximo entre 1781 y 1790, con 61,56 % (BRÜGGER 2007; RAMOS 1978; COSTA, 1979; 1981). Tales datos apoyaron las conclusiones sobre el predominio de relaciones no formalizadas por la Iglesia como propias de las zonas mineras. Sílvia Brügger concluyó que las altas tasas de ilegitimidad parecen *“comprobar la amplia difusión, en esta sociedad, de las relaciones extramatrimoniales, aunque los nacimientos de estas uniones fueron siempre minoritarios en comparación con los generados por parejas legítimamente casadas”* (BRÜGGER, 2007). Sin embargo, en un artículo más reciente dedicado al comportamiento de la población de Minas Gerais en relación al matrimonio, Tarcísio Botelho, utilizando información enviada por 83 parroquias de todas las regiones de la Provincia sobre bautizos en el año 1839, llega a conclusiones muy similares a las nuestras, es decir, el 22,2% de los hijos ilegítimos. El autor hace consideraciones sobre

⁷ Para su composición se utilizaron 4620 registros bautismales, recolectadas, casi en su totalidad, de las localidades de Mantiqueira ya descritas: Santa Rita do Ibitipoca, São Domingos da Bocaina, Santana do Garambéu, Santa Rita do Ibitipoca y Conceição do Ibitipoca.

⁸ Registros de bautismos. Arquivos Eclesiásticos da Cúria de Mariana. Minas Gerais- Brasil

la raza y el color del niño que tendían a generar variaciones. Para los hijos de madres esclavas, sus datos sobre la ilegitimidad difieren significativamente. Botelho encuentra el 53,4%, y nosotros, para toda la primera mitad del siglo XIX, el porcentaje del 41,62% (BOTELHO, 2013, p. 272).

Sheila de Castro Faria, para la región de Campos dos Goitacazes, encontró índices de legitimidad muy expresivos, en torno al 89,6 % entre la población libre y liberta, lo que concuerda con nuestra investigación. Coincidimos con la autora cuando sostiene que los altos niveles de ilegitimidad demostrados por otros estudios pueden explicarse por la concentración de la investigación en áreas más urbanas, portuarias y mineras, pero no en áreas rurales. Para Sheila Faria, la familia era una condición necesaria en estas zonas, ya que conducía a la estabilidad y era una condición de supervivencia (FARIA, 1998).

Los altos niveles de legitimidad encontrados nos llevan a una serie de interrogantes. La principal es que la mayor parte de la investigación para la Capitanía de Minas Gerais se centró en las principales villas y en todo su extenso espacio urbano, además del espacio de las minas, el sector servicios, el comercio, la vida social y religiosa. Este espacio era el que más alternativas de ahorro ofrecía y, por tanto, la obtención de la manumisión era consecuentemente mayor, dando lugar a la formación de otra capa en la jerarquía social local, compuesta por libertos, en su mayoría mujeres. Esta interacción con el medio urbano se reflejará en un comportamiento marcado por la movilidad espacial, mayor oportunidades de socialización y de ingresos a través de pequeños negocios, así como un mayor predominio de la mujer en la jefatura del hogar ante la menor disponibilidad de los hombres como asociados. Este marco era más favorable a la formación de relaciones ilegítimas, no sancionadas por la Iglesia.

Nuestra investigación se centra en otro espacio, formado por pequeñas aldeas, pero que no contaban con un espacio urbano propio, englobando tanto el ámbito de la producción (minería) como el de la reproducción (comercio, prestación de servicios, vida cultural). Estas aldeas eran el espacio de producción y sólo una extensión de él, y por lo tanto, la relación entre los individuos y entre estos con el espacio creaba diferentes experiencias. Los grupos estaban más arraigados a la tierra; la casa era vista como una unidad de producción, de ahí la importancia de la familia en su gestión. La presencia de la actividad minera en áreas menos vigiladas y controladas estimuló una mayor concentración de hombres y por ende una mayor disponibilidad de socios. Todos estos factores motivaron el establecimiento de relaciones legítimas.

Otro factor relevante, característico de este espacio, pero que no es objeto de esta investigación, es el alto nivel de legitimidad entre los esclavos para ambos períodos, con un aumento del 47,1% al 58,38%, incluso en una economía basada en la pequeña y mediana cantidades de cautivos, propios de zonas mineras y destinados al mercado interno. Cuanto más se consolidaban las actividades económicas, basadas en pequeñas y medianas unidades productivas orientadas al servicio más regular del mercado, más se estabilizaba la familia esclava, es decir, la posible situación desfavorable de los esclavos en la búsqueda de socios potenciales para la formación de familias legítimas es, frente a estos datos, es fuertemente cuestionada. Incluso enfrentando los obstáculos de las pequeñas unidades, fue posible formar familias estables y, a través de ellas, la formación de una comunidad esclava en los campos. Muchos esclavos y libertos utilizaron esta experiencia en cautiverio y continuaron estos lazos para reestructurar sus vidas en libertad.

La segunda cuestión que más choca con los datos generales encontrados en la historiografía brasileña se refiere a los altos índices de relaciones legítimas de las madres libertas. Este cuadro nos lleva a pensar

que estas manumisiones podrían haber sido compradas o legadas en testamentos, así como adquiridas en los pueblos, y luego, en busca de oportunidades, estas mujeres se habrían desplazado hacia el campo. Ciertamente, allí encontraron formas de ejercer su autonomía, ya sea con las bandejas de mina a mina, o simplemente como pastoras, vinculadas de diferentes maneras a la tierra. También encontraron más socios potenciales, que, por la misma razón, habrían llegado al campo en busca de autonomía y en busca de oro fácil.

Al mismo tiempo, se aprecia una disminución del índice de legitimidad en el colectivo de forras, del 70,81% en el primer periodo al 61,4% en el segundo periodo, y creemos que ello se justifica por una probable ralentización en la entrada de libertos a la región, lo que representa una disminución en el número de socios, es decir, lo que se observa es que la región dejó de atraer gente de color. El oro escaseaba y las tierras ya estaban efectivamente ocupadas. Las reformas pombalinas para prohibir la esclavitud indígena ya habían tenido eco en la región, y los indios estaban más que nunca integrados a la sociedad local, como parte integral de la población de color, pero no identificados como tales. Ciertamente, las manumisiones continuaron dentro de los límites de una sociedad rural, pero la comunidad de negros y pardos libres no se renovaba regularmente con nuevos miembros como antes, y la disponibilidad de socios no era tan alta.

En general, no tenemos forma de recuperar datos sobre la forma en que se obtuvieron las manumisiones, ni sobre su origen, pero sí podemos reflexionar sobre la conducta matrimonial. Como no tenemos datos referentes a los registros de matrimonios, centramos nuestra atención en una entrada en la base de datos para cada madre de un niño nombrado por liberta, parda libre o negra libre. Para el primer periodo específicamente, los que eran solteros correspondían al 42,55% y los que presentaban al padre del niño en relación legítima, totalizaban el 57,45%, o sea, los datos son bastante significativos. Reiteran los altos niveles de legitimidad percibidos anteriormente para el conjunto de nacimientos de madres libertas, a diferencia de la tesis recurrente de que las madres libertas tenían pocas posibilidades de encontrar pareja en las mismas condiciones por su desequilibrio sexual y por lo tanto optaban por una vida solitaria (LEWKOWICS, 1992). Ante esta situación, es importante considerar que no debe haber generalizaciones de modelos familiares para la Capitanía de Minas Gerais, ya que en ella convivieron diferentes comportamientos familiares según las condiciones socioeconómicas y culturales de cada región⁹.

Las parejas mixtas constituían el grupo más pequeño. Si hubo un esfuerzo por conquistar la libertad, permanecer atados al cautiverio no representó una buena alternativa de distinción, y aquellos todavía enfrentaron las mayores dificultades derivadas de esta elección. La necesaria convivencia o las amenazas de interdicción de la vida de la pareja, por futuras ventas o divisiones, interferían con las dificultades de movilidad sujetas a la voluntad del amo. En general, estas posibilidades implicaban inserciones mutuas en cada campo: el cónyuge libre quedaba sujeto a las reglas del cautiverio de su compañero, mientras que éste sería responsable de su subordinación o negociación de algunos beneficios con su amo. Por parte del amo, el hecho de que el cónyuge libre acompañara a su pareja mantenida en cautiverio podría ser utilizado como un aumento de mano de obra (DELFINO, 2010). En esta línea, S. Schwartz considera que este tipo de alianza entre el mundo de los libres y el de los esclavos, cuando generaban hijos libres del cautiverio, correspondía a una alianza emancipadora, y lo contrario, al condenar a la descendencia al

⁹ Fruto de un amplio debate sobre las distintas formas de familia, existe un consenso en la historiografía internacional sobre la imposibilidad de un modelo explicativo único para las distintas formas de familia, prevaleciendo la perspectiva de André Burguière y François Lebrun de "las mil y una familias de Europa" y, por qué no decirlo, de las mil y una familias del globo. (BURGUIÈRE, 1986).

cautiverio, confería ventajas señoriales. Para el autor, en este último caso, la esclava que se casaba con un iberto abría la posibilidad de que éste pudiera acumular suficiente dinero para liberarla a ella y a sus hijos (SCHWARTZ, 2005, p. 321).

De un total de 4.620 escaños, llegamos a un ínfimo número de 10 casos de uniones mixtas entre pardos libres y cautivos, es decir, fue sumamente raro. Por un lado, estos datos pueden reflejar omisiones en la *calidad* de las personas involucradas. Me refiero a la identificación de blancos, negros, criollos, mestizos, mulatos, pardos, cabra o mamelucos, muchas veces no registrados. Por otro lado, puede reflejar el comportamiento matrimonial de la región, lo que no desentona con otras investigaciones, por ejemplo, realizadas para una parroquia del sur de Minas Gerais, sólo a partir de las tres primeras décadas del siglo XIX. Leonara Delfino, basándose en libros de matrimonio entre 1832 y 1856 de la Parroquia de São Bom Jesus dos Mártires, señaló que los matrimonios legítimos entre hombres libres y esclavos eran raros y las dificultades para oficializar esta unión cuando era inmanente en el campo consensual. La autora encontró sólo nueve alianzas y entre ellas sólo una entre una esclava y un cautivo; en los ocho restantes, entre hombres cautivos y mujeres libres. Delfino también, a través de actas bautismales, pudo identificar que, entre algunos esclavos estaban interconectados consensualmente o en la forma legítima a sus respectivos pares que presentaban un estatus de libres, era posible que alcanzaran la misma condición social de la pareja (DELFINO, 2010, pág. 152-158). Botelho también encuentra un número muy reducido de uniones entre esclavos y libres forros, además de reflexionar sobre el mercado matrimonial. Para el autor, los hombres libres serían los más selectivos en casarse sólo con mujeres de su misma condición y las mujeres libres se dirigían hacia sus iguales, pero estaban abiertas a uniones con libertos y esclavos que probablemente se encontraban en condiciones más ventajosas hasta el punto de atraer novias de un estrato social más alto. Para el autor, las esclavas ocupaban una posición más inferior en el mercado del matrimonio, ya que su descendencia sería condenada a la esclavitud (BOTELHO, 2013, p. 275).

Como revela esta investigación, también se encontró un número muy reducido de estos consorcios; sin embargo, con la presencia de uniones de cinco mujeres cautivas con hombres libres. Tal cuadro nos llevó a considerar que las uniones mixtas legítimas eran ocasionales, tal vez consecuencia de una simple elección afectiva, o de la continuación de vínculos establecidos en el cautiverio; constituía una posibilidad y no puede considerarse un rasgo recurrente.

Este hallazgo sería más comprobable si usáramos los registros de matrimonio, pero, por otro lado, los registros de bautismo pueden indicar la estabilidad de esta relación por el número de hijos y también su perpetuidad. Cuando con base en el número de hijos, es decir, durante la etapa reproductiva de la mujer, estas uniones eran estables y no necesariamente conducían a la libertad del cónyuge cautivo, es decir, los hombres pardos libres consortes con las cautivas no podían prolongar su condición de libertad a sus futuras generaciones.

No era tan relevante la condición de relaciones legítimas o consensuales cuando, en ambas situaciones, lo que se pretendía era alcanzar la libertad. Eduardo Paiva, en el análisis de testamentos, demostró cómo los cautivos de la Comarca de Rio das Velhas que eran amigos de hombres libres de poder, obtenían recursos para obtener su propia manumisión (PAIVA, 1995). Cacilda Machado encontró uniones mixtas en las que el hombre libre pardo era un extraño a la parroquia estudiada, considerando que el matrimonio para este tipo de individuos correspondería al primer paso hacia el arraigo en la sociedad (MACHADO, 2006, p. 489-516). No tenemos forma de asegurarnos de esta posibilidad y, por otro lado, el contexto

que estudiamos nos lleva a creer que la profusión de pardos y pardas libres en la región convertía a todos en forasteros -un atributo del sertão- y proporcionaba mayor libertad de elección en el “mercado” matrimonial produciendo diferentes arreglos entre pretendientes.

Indiferentemente, la instancia del matrimonio y la formación de una familia con lazos de sangre constituyeron la posibilidad de recrear la experiencia de la libertad. Para Hebe Mattos, la condición de libertad le dio al hombre de color la oportunidad de moverse en el espacio y, al mismo tiempo, aumentó las posibilidades de inserción social, al instalarse en un lugar determinado, establecer lazos familiares, de amistad y romper con la transitoriedad (MATTOS, 1995, p.39-40). El grupo más numeroso de libertas casadas fue con los de su misma condición, los libertos, negros libres, pardos libres, es decir, con reciprocidad entre iguales (FARIA, 2002). El contexto que investigamos confirma esta afirmación. Para el siglo XVIII, de los consorcios legítimos de mujeres libres, aproximadamente el 64% eran con cónyuges también forros.

Por otro lado, los matrimonios con hombres libres y, especialmente, con portugueses podrían representar una mayor distinción social para estas mujeres. Por mucho que la sociedad en el Nuevo Mundo se basara en los cimientos del código moral católico de limpieza de sangre, para la gran mayoría de los portugueses establecidos allí, estos valores sociales y morales no eran tan fuertes. Las prácticas consuetudinarias rompieron fácilmente con la tradición. Este orden social pesaba sólo para los sectores aristocráticos y para quienes se reconocían nobles o querían vivir bajo valores nobiliarios. De los 108 matrimonios legítimos de libertas, aproximadamente el 13% fueron con inmigrantes portugueses.

1.2 Hombres y mujeres a la cabeza de los hogares:

Las listas nominativas, como verdaderos censos de población, brindan otro ejemplo para comprender el comportamiento de los individuos y grupos de color. Si bien nos ofrece una visión interna del núcleo doméstico -que limita la comprensión de las interrelaciones y el intercambio de experiencias en los frentes familiares-, nos proporciona una serie de ricas informaciones que nos informan sobre las diferentes formas de vivir y sobre el comportamiento marital.

A pesar de la presencia de algunas diferencias más significativas en relación con los jefes de hogar, el promedio de jefes de hogar fue de 56 % de jefes blancos frente a 44 % de no blancos. Este dato acompaña al promedio de la población general de las localidades (55% de la población blanca y 45% de la población de color libre).

La presencia de hombres como jefes de hogar para ambos grupos fue significativamente mayor para los blancos, es decir, del 86% al 80,5% de los no blancos. Pero en general, los datos permiten evaluar que, para libertos, pardos y mestizos, la tasa de éxito que representaba el acceso a la tierra y a un hogar autónomo era cercana a la de los blancos, a pesar de las diferencias en la constitución interna de cada hogar, como el tamaño de la tierra, el acceso a mano de obra esclava o la presencia de hogares.

El porcentaje de mujeres solteras a la cabeza de los hogares fue del 14% para las blancas y del 19,5% para las no blancas, demostrando que, al menos en este sentido, la tasa de acceso y permanencia en el liderazgo autónomo era mucho más significativa para las mujeres de color. Históricamente, estas mujeres

tendieron a ejercer con mayor facilidad su autonomía, el acceso a ella y la extensión de su estabilidad a las sucesivas generaciones constituyó el mayor proyecto de estos grupos en la experiencia de la libertad.

Sin embargo, nuestros datos difieren de los encontrados por T. Botelho. El autor, con base en datos computados por Cristiana V. de Andrade, también para las listas de 1831 y 32, para diferentes localidades de Minas Gerais, encontró 76,8% de hogares con jefatura masculina y 23,2% con jefatura femenina (BOTELHO, 2013, p. 269). Llamamos la atención sobre el hecho de que este promedio se calculó sobre la base de miles de hogares. Para nuestras ubicaciones de enfoque, caracterizadas por un proceso de ocupación similar, encontramos un porcentaje de 88,6% de gerentes hombres frente a 16,4% de mujeres. Nos preguntamos cómo la cuantificación de miles de datos tiende a oscurecer diferentes comportamientos. Mediante otro procedimiento metodológico, podemos acceder a las diferencias regionales, reflejos de los contextos de ocupación, formación y desarrollo de los grupos que, si bien no pueden ser tomados como simplemente singulares, pueden por el contrario señalar las diferentes experiencias de individuos y grupos.

Elegimos al grupo de mujeres solteras jefas de hogar. Ida Lewkowicz y Horácio Gutiérrez consideran a las mujeres viudas como jefas de hogar en Minas Gerais en el siglo XIX una condición común, en la medida en que el trabajo formaba parte de la dinámica de la sociedad, en la que la viudez no debía conducir las a catástrofes financieras. Señalan que, a pesar de que tal condición social era un estado respetable por la constitución, significaba que estas mujeres estaban a merced de jueces huérfanos que podrían dañarlas. Sin embargo, a pesar de las limitaciones legales, la viudez hizo que las mujeres fueran más autónomas, pasando a administrar sus bienes y sus hijos menores (LEWKOWICZ y GUTIÉRREZ, 2006, pág. 292-296).

Se observa que, en el marco general de 525 hogares en las cinco localidades investigadas, 86 mujeres manejaban sus hogares de forma autónoma. Este grupo internamente estaba compuesto por un 48% de mujeres blancas y un 52% libres de color. En este último grupo, la presencia del 49% de viudas de color libres frente al 85% de viudas blancas demuestra que, independientemente de las relaciones legítimas o consensuadas, en general, las mujeres de color tendían a buscar nuevas parejas en segundos matrimonios para gestionar conjuntamente sus propiedades. Nuestros datos difieren del patrón encontrado por la investigación de C. Machado para São José dos Pinhais. La autora encontró indicios que la llevaron a considerar que “criar hijos sin cónyuge era la condición más frecuente para las mujeres no blancas” (MACHADO, 2008, p. 177). Esta sociedad estuvo marcada por la alta concentración de población liberada en busca de una minería autónoma y un espacio en los vastos baldíos de acceso prohibido, pero cuya falta de control e inspección se convirtió en un espacio privilegiado para los pobres que transitaban en la Capitanía. Presentarse como solitarias no impedía la presencia de relaciones no consentidas y la existencia misma de la familia como pilar y principal medio para garantizar la supervivencia material y, por qué no, psicológica, mediante el establecimiento de vínculos de parentesco y vecindad en una sociedad formada por negros e indios desarraigados. Esta perspectiva se vuelve un poco más clara cuando comprendemos el comportamiento de estos grupos en relación con la propiedad de los esclavos. Entre las mujeres blancas solteras, el 67,5% tenía acceso a esclavos y muchas controlaban grandes propiedades esclavistas. Por otro lado, entre las jefas de hogar no blancas, solo el 28% tenía acceso a esclavos y controlaba pequeñas propiedades esclavistas de 1 a 3 cautivos. En otras palabras, las mujeres de color prácticamente dependían de su familia y su núcleo original para administrar sus propiedades, y si no había fácil acceso a mano de obra auxiliar, le correspondería a las redes familiares y vecinales brindar el apoyo necesario para enfrentar

los desafíos.

Está fuera de nuestro interés afinar el análisis para la estructura de estos hogares, ya sean unipersonales o formados por pequeños o grandes grupos parentales, así como las edades de las mujeres solteras o viudas, así como el número de hijos de las viudas. En general, estos datos computacionales nos ayudan a comprender las diferentes experiencias de grupos e individuos frente a situaciones adversas y, más aún, nos ayudan a comprobar la importancia del binomio tierra y familia para la comunidad de agricultores del interior.

1.3. Libertos, pardos, mestizos y el parentesco ritual.

Es importante en este punto verificar el comportamiento de este grupo en la instancia de las relaciones de padrinos. En los últimos tiempos, la historiografía brasileña viene realizando importantes reflexiones sobre este tema y el mayor énfasis se da a los estudios sobre su significado entre los esclavos y en sus relaciones con sus amos. Se llegó a un consenso de que los amos no admitían extender sus redes de amiguismo en el universo cautivo y que rara vez lo hacían (BOTELHO, 1997, p. 108-115; FERREIRA, 2000; Faria 1998; BRÜGGER, 2002; MACHADO, 2006). Tal perspectiva no deconstruyó su significado como una alianza jerárquica, ya que los esclavos tendían a elegir padrinos libertos para sus hijos, lo que fue considerado por R. Slenes como una necesidad de crear lazos morales con personas de recursos, con el objetivo de protegerse a sí mismos y a sus hijos ante un mundo hostil (SLENES, 1997).

Para nuestra investigación nos interesa reflexionar sobre los significados de estas relaciones para el segmento de los forros. ¿Tenían motivaciones similares a las de los esclavos? El sentido del padrinazgo para los libertos resulta ser el mismo que el dado por los cautivos, es decir, buscaban protección para ellos y sus hijos, con un componente adicional, que es la posibilidad de ascensión social, extendiendo su parentesco con el mundo de los libres, rechazando incluso a los de la misma condición. Como se puede observar, el compadrazgo entre libertos es muy bajo frente a los altos porcentajes de los libres. Los datos encontrados reiteran los diversos estudios sobre cómo los vínculos de compadrazgo con personas de mayor importancia pueden generar beneficios para los involucrados, aunque sea en una vía de sentido único, sin reciprocidad en la relación (BRÜGGER, 2007). En otras palabras, aun perteneciendo a una comunidad de negros y pardos libres, el comportamiento hacia el compadrazgo revelaba el deseo de superar sus límites, al descuidar las relaciones no sólo con los esclavos, ya ampliamente probadas, como también dentro del universo de los libertos. La ocasión del nacimiento de los hijos dio lugar entonces a la posibilidad de realizar alianzas sociales con otros grupos. S. Brügger destaca esta especificidad del padrinazgo al posibilitar la creación de vínculos sólidos entre personas de diferente condición social que pasaban a reconocerse como parientes sin componente patrimonial, lo que sucedía en el caso de los matrimonios (BRÜGGER, 2007, p. 367).

Consideraciones finales:

Aquí utilizamos vasta documentación eclesiástica a través de actas de bautismo, así como aquella documentación de orden civil, con las llamadas listas nominativas, verdaderos censos de población, creados con fines fiscales y administrativos. Cotejamos todos estos datos a un grupo de pueblos que se reparten alrededor de los grandes pueblos de extracción de minerales. Eran pueblos marcados por la producción de alimentos y la cría de animales para la subsistencia. También se caracterizaron por la existencia de los llamados bosques vírgenes, áreas baldías, poco conectadas con las principales rutas del mercado interno.

Estas vastas áreas se volvieron propicias para el asentamiento de personas pobres, liberadas de la esclavitud; de sucesivas generaciones de negros libertos que llegaron a llamarse pardos; de los indígenas que, para mantener su autonomía, también se autodenominaban pardos. Partimos de un punto de partida: la existencia de diferentes experiencias socioculturales familiares de estos grupos de individuos no blancos. Utilizamos, comparativamente, varios análisis de la historiografía brasileña para corroborar nuestra tesis central de que los comportamientos familiares no deben generalizarse y que estos deben ser tratados a partir de la consideración de diferentes universos, diferentes categorías raciales, jerarquías sociales locales y estrategias socioeconómicas de los grupos. Analizamos la presencia de mujeres como jefes de hogares e nos dimos cuenta que las mujeres de color prácticamente dependían de su familia y su núcleo original para administrar sus propiedades, y si no había fácil acceso a mano de obra auxiliar, le correspondería a las redes familiares y vecinales brindar el apoyo necesario para enfrentar los desafíos. Verificamos también el comportamiento de este grupo en la instancia de las relaciones de padrinos. Estés buscaban protección para ellos y sus hijos, la posibilidad de ascensión social, extendiendo su parentesco con el mundo de los libres e rechazando incluso a los de la misma condición.

Referencias bibliográficas:

BOTELHO, Tarcísio (1977) *Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. Locus Revista de História*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

_____. *A família mineira no século XIX*. (2013) In: *História de Minas Gerais – A Província de Minas- vol2*. (Eds) .Belo Horizonte: Autentica Editora; Companhia do Tempo.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. (2002). *Minas Patriarcal - Família e Sociedade -São João del Rei, Séculos XVIII e XIX*. Tesis de doctorado. Niterói, UFF.

COSTA, Iraci del Nero da. (1979) *Vila Rica: população (1719 – 1826)*. São Paulo: IPE/USP.

_____. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. (1981) São Paulo: IPE/FIPE, 1981.

DELFINO, Leonara. (2010) *A Família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*- Tesis de maestría, UFJF.

FARIA, Sheila de C. A (1998) *Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. (2002) *Mulheres Forras – riqueza e estigma social. Tempo. História das Mulheres e Relações de Gênero- vol 5, no.9, julho*.

FERREIRA, Roberto Guedes (2000) *Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro*

(Primeira Metade do Século XIX). Tesis de maestria. Universidade Federal Fluminense.

_____. (2005) *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social, Porto Feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850*. Tesis de Doctorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FURTADO, Júnia P. (2002). Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: _____. (Org.) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Ed:UFMG

KARASCH, Mary. C (2000) *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras.

LARA, Sílvia Hunold (2007) *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras.

LEWKOWICZ, Ida (1992) *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tesis de Doctorado. USP. São Paulo.

_____; **GUTIÉRREZ, Horacio** (2006). Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, G. V. da, NADER, M. B. FRANCO, S. P. (orgs). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHis.

LIBBY, Douglas C; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro (2003) Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*: Julho.

LIMA, Ivana Stolze (2003). *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo **Nacional**.

MACHADO, Cacilda (2008) *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri.

_____. (2006) Casamentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico. IN: FRAGOSO, FLORENTINO, JUCÁ, CAMPOS (orgs). *Nas rotas do Império*. Vitória: EDUFES.

MATTOS, Hebe Maria (1995) Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

OLIVEIRA, Mônica R. A Terra e seus Homens. (2016) *Roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII*. Rio de Janeiro: 7Letras.

PAIVA, Eduardo França (2009) *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume.

PANTOJA, Selma. Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, Sécs. XVIII-XIX: <https://aladaainternacional.com/wp-content/uploads/Conexoes-e-identidades-de-genero-no-caso-Brasil-e-Angola-Secs.-XVIII-XIX.pdf> acesso em 08/06/2023.

RAMOS, Donald (1978) A Estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da Inconfidência. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto.

SCHWARTZ, Stuart (2005) *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed.

SLENES, Robert W (1997) Senhores e subalternos no Oeste Paulista, in: Luiz Felipe de Alencastro (Org.) *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional* São Paulo: Companhia das Letras.

VENÂNCIO, Renato P. (2001) Compadrio e Rede Familiar entre as forras de Ouro Preto Colonial. In: Congresso de Ciências Humanas, Letras e Arte, 5. Ouro Preto (Mimeo).

5.4 - Looking for the cultivated seeds memory. Methodologies for analysing long term changes in agriculture, food and agrobiodiversity

[08.09.2023 Sala/Room 2.4]

¿Y para qué sirve el arte? Obras artísticas como fuente para reconstruir la historia de las plantas americanas en Europa (siglos XVI-XVIII)

Vanessa Quintanar Cabello | Universidad Complutense de Madrid, España | vanequin@ucm.es

La llegada y aclimatación de cultivos procedentes de América tuvo un enorme impacto en la alimentación de los europeos desde comienzos del siglo XVI. Prueba de ello son los numerosos estudios dedicados al desarrollo y efectos de este fenómeno, abordados desde distintos puntos de vista y para los cuales se han empleado fuentes muy variadas, tales como libros de cuentas, obras botánicas o recetarios. Sin embargo, otras fuentes no han sido suficientemente utilizadas a la hora de analizar un fenómeno tan complejo como el de la introducción y desarrollo de cultivos ajenos a una geografía y a una cultura acaecido entre los siglos XVI y XVIII. Una de esas fuentes es el arte, que representa no solo un valioso testimonio gráfico, sino que también puede servir de base para conocer los usos, consideración social y evolución de estos cultivos en Europa. El objetivo de esta comunicación es por tanto presentar a través de un fenómeno concreto las posibilidades del arte como fuente para la historia de la agricultura y sus principales aportaciones, pero también reflexionar sobre sus condicionamientos y limitaciones.

HISTORIA DEL ARTE; HISTORIA MODERNA; EUROPA; AMÉRICA; AGRICULTURA

1. Las obras artísticas como fuente para la historia agraria. Objetivos, metodología y criterios de selección del estudio

El presente estudio tiene como objetivo principal demostrar la validez de las obras artísticas como fuente para la historia agraria, tomando para ello como base uno de los principales fenómenos acaecidos en la Historia Moderna europea en este campo, como fue la llegada de cultivos americanos al Viejo Continente. A lo largo de este estudio se mostrarán diversos usos del arte en la reconstrucción de este hecho, empleando para ello ejemplos concretos en los que las obras de arte arrojan información de utilidad sobre aspectos tan relevantes como la cronología de llegada, la paulatina evolución de los cultivos o los diferentes usos otorgados en las diferentes regiones. Pero, para que este estudio sea completo, también se ha incluido en el análisis aquellos condicionamientos que todo historiador debe tener en cuenta a la hora de emplear el arte como fuente, tales como los factores estéticos de cada época o las inercias en la representación sin vínculo con la realidad histórica.

Para ello, y dado el alto número de especies vegetales que llegaron de América a Europa en las décadas posteriores a 1492 se ha considerado necesario a efectos de este estudio restringir el análisis solo a aquellos cultivos que cumplieran dos premisas: haber logrado un impacto considerable en la agricultura europea y, al mismo tiempo, tener una presencia significativa en las obras artísticas realizadas

paralelamente al proceso de aclimatación y desarrollo. El motivo de este criterio es asegurarse una muestra lo suficientemente amplia como para ser significativa y que avale por tanto las conclusiones del estudio. Entre los cultivos que cumplen ambas premisas se encuentran: el maíz, las cucurbitáceas americanas, el pimiento y el tomate y, en menor medida, la patata y la batata, cuya representación artística es muy restringida en el periodo analizado, pero que puntualmente también pueden aportar información útil sobre el cultivo, usos alimenticios e ideas otorgados a estos alimentos hasta su generalización.

La amplitud del territorio abarcado en este estudio ha hecho también necesaria una selección de zonas que, acorde con las fuentes secundarias empleadas, tuvieron una gran relevancia en la difusión temprana de estas especies. Por ello nos centraremos en aquellos territorios pertenecientes a la Monarquía Hispánica en el momento de la llegada de estos alimentos, pues a ella le correspondió, al menos en los primeros momentos, un papel esencial en el traslado y difusión de semillas y plantas por buena parte del continente. En este sentido, la Península Ibérica, el área de los Países Bajos e Italia son las áreas de cultivo y también artísticas sobre las que se ha centrado el análisis.

Una vez establecidos los criterios y límites de nuestro estudio, la metodología empleada ha tenido en cuenta dos elementos esenciales para su elaboración: la localización de bibliografía necesaria para la comprensión profunda del contexto y circunstancias históricas que rodearon la llegada, aclimatación y consumo de nuevos alimentos americanos y la localización de un número considerable de imágenes que sirviera como soporte sólido para el análisis y conclusiones.

Para la localización de información se han empleado tanto fuentes primarias como secundarias de relevancia para nuestro estudio. En el primer caso, se han tenido en cuenta especialmente los testimonios ofrecidos por los cronistas de Indias (José de Acosta, Pedro Mártir de Anglería, etc.), pues sus declaraciones sirven para enmarcar el conocimiento, las ideas y los prejuicios que surgieron en los primeros momentos de contacto con la naturaleza americana. Dentro de las fuentes secundarias, se han tenido en cuenta aquellos trabajos que, bien dentro de una historia general de la alimentación o bien mediante el análisis de alimentos concretos, aportan información relevante sobre el proceso histórico a partir del cual se pretende construir el análisis de las obras artísticas.

Por lo que concierne a la localización y clasificación de imágenes, se ha manejado un considerable número de catálogos generales, como los de la Fondazione Zeri de la Universidad de Bolonia o Collectie Nederland del departamento gubernamental de patrimonio cultural holandés, así como los elaborados por los principales museos donde se encuentran obras clave para nuestro estudio (Museo del Prado, Rijksmuseum, Museo del Louvre, etc.). A partir de la localización de obras de interés, se ha elaborado una base de datos donde se han recogido los datos esenciales de las obras y se ha consignado su posible utilidad como fuente para la historia, siguiendo el objetivo principal de este estudio. Paralelamente, se ha elaborado un banco de imágenes con los mismos criterios que la base de datos.

2. Una aproximación al objeto de estudio. Estado de la cuestión

El descubrimiento de cientos de especies vegetales es quizás uno de los hechos que, a la larga, más impacto tuvo como consecuencia de la llegada de los europeos a tierras americanas. Sus huella a nivel agrícola, económico y social supuso una transformación solo comparable a la derivada de la introducción y diseminación de cultivos realizada previamente en Europa por los romanos y los árabes.

Muchas de estas plantas no pudieron ser cultivadas en el Viejo Continente debido a las especiales condiciones para su crecimiento, como es el caso del cacao, pero otras muchas fueron llevadas y adaptadas a las distintas geografías europeas con un éxito extraordinario en algunos casos. Maíz, tomates, pimientos o patatas acabaron constituyendo una providencial ayuda frente a las hambrunas de los siguientes siglos y se erigieron incluso en elementos indispensables en los campos y en las mesas de todo el continente.

Este fenómeno ha sido abundantemente estudiado desde distintos puntos de vista. Desde el campo de la historia agraria, se puede citar la obra de Fernández y González (1990) sobre la denominada "agricultura viajera". Desde la historia de la alimentación, no puede eludirse la aportación de Flandrin y Montanari (2011) que dedican numerosas páginas a esta cuestión dentro de su afamada historia de la alimentación. En otras ocasiones, los estudios se han centrado de manera monográfica en cultivos concretos, como la célebre obra de Redliffe Salaman (primera edición, 1949) sobre la historia de la patata o la dedicada al cultivo y comercio del chocolate de los Coe (1996) o Nikita Harwich (2008). Si por algo destacan estas y otras publicaciones dedicadas a este cuestión es la variedad de fuentes empleadas para confirmar la importancia que estos cultivos americanos tuvieron en distintos ámbitos. Compraventas notariales, sentencias, libros de cuentas, recetarios y hasta la literatura han servido como fuente documental de valioso peso a la hora de reconstruir este complejo proceso. Sin embargo, otras fuentes no parecen haber acaparado hasta el momento el interés de los historiadores. Es el caso de las obras de arte.

Quizás lastradas por su consideración simbólica o decorativa, las piezas artísticas raramente han sido consideradas como una fuente fiable y digna de consideración al abordar un fenómeno agrícola como el que nos ocupa. En el mejor de los casos, y salvo honrosas excepciones, el arte ha sido empleado a menudo como forma de corroborar gráficamente lo indicado por otras fuentes. Entre esas honrosas excepciones, merece sin duda destacarse la labor realizada por Giulia Caneva (1992, 2018) y, especialmente, Jules Janick que, en sus estudios (2006, 2010, 2011, 2014), han confirmado el importante valor documental que el arte, en especial los frescos italianos en este caso, tienen a la hora de estudiar el fenómeno de la llegada y adaptación de cultivos americanos en Europa.

El planteamiento de Janick sirve pues como punto de partida de este estudio, que pretende ampliar tanto la cronología, como la geografía y los géneros artísticos analizados por el historiador de la botánica estadounidense, con el objetivo de mostrar que el arte puede ser una fuente documental válida y de interés para la reconstrucción de la llegada y adaptación de alimentos americanos en las sociedades europeas de la Edad Moderna y que, por extensión, puede serlo para la reconstrucción de hechos históricos vinculados con fenómenos agrarios. Sin embargo, y con el objetivo de que este estudio sea lo más completo posible, se indicarán también aquellos condicionantes que, como todas las fuentes, deben tenerse en cuenta con el objetivo de no caer en importantes errores de interpretación.

3. El arte como fuente para determinar cronologías de llegada y desarrollo de cultivos americanos

Sin lugar a duda, uno de los usos más destacados del arte en relación con la llegada de cultivos americanos es su utilidad a la hora de establecer o al menos corroborar el momento de llegada y primera difusión de los cultivos americanos. Con ello las obras artísticas se erigen como una fuente a la altura de otras comúnmente empleadas, como crónicas de Indias o cartas, y se adelanta en ocasiones a la otra gran fuente gráfica del momento: el grabado científico.

Una buena muestra de ello lo constituye la temprana representación del maíz (*Zea mays*) en las artes europeas. Cereal admirado desde el propio Cristóbal Colón¹, sabemos por las propias palabras del almirante que en fecha tan temprana como 1498 ya era cultivado en Castilla². Pocas décadas después, Alonso de Herrera (1513) confirmaba la presencia de “borona” en el norte de España haciendo referencia al cereal americano³ y en 1511, Pedro Mártir de Anglería señalaba en una carta el envío de granos de maíz a Italia⁴.

Como sucedió con otros cultivos, los turcos resultaron decisivos para su introducción en el resto de Europa, probablemente vía Italia (Janick y Caneva, 2005: 78) y aunque su uso oficial fue en un principio el de alimento para animales, Flandrin (2011: 697) indica que rápidamente pasó a formar parte del consumo humano, especialmente en aquellas zonas cuyos cereales tradicionales eran difícilmente panificables, como el mijo o el panizo. Tal era el caso del suroeste de Francia, Portugal, norte de Italia o Albania. Este hecho pudo resultar clave para amortiguar las hambrunas en estas regiones, tal y como indican Crescini (1992: 175-176) para Italia o Benassar (2001: 131) para el caso del norte peninsular.

El interés despertado por el cereal entre cronistas y agricultores tuvo su referendo en el campo del conocimiento científico. Y autores de absoluta referencia como Charles L'Écluse o Leonhart Fuchs⁵ dedicaron elogiosas páginas a este cultivo. De especial interés es este último caso, pues en su obra *De historia stirpium commentarii insignes* (1542) incluyó la que durante mucho tiempo fue considerada la primera imagen del maíz en Europa. Realizada por Albrecht Meyer, trasladada al bloque de madera

¹ Cristóbal Colón anotó en su diario el 16 de octubre de 1492 a la hora de hablar de la Isla Fernandina: «ella es isla verde y llana, y fertilísima, y no pongo duda que todo el año siembran panizo y cogen, y así todas otras cosas» (en Pardo-Tomás y López Terrada, 1993: 145).

² y hicieron traer pan, y de muchas maneras frutas e vino de muchas maneras blanco e tinto, mas no de uvas...; y asimismo debe de ser dello de maíz, que es una simiente que hace una espiga como una mazorca de que llevé yo allá, y hay ya mucho en Castilla, y parece que aquel que lo tenía mejor lo traía por mayor excelencia, y lo daba en gran precio (en De Paz Sánchez, 2013: 143).

³ «otra semilla hay que en las montañas ácia Vizcaya llaman borona, es de la propiedad del panizo. Lo que se dixo aquí del panizo, se entienda de ella» (De Herrera, 1790: 34).

⁴ Como señala en una carta remitida a Cardenal Vicecanciller Vizconde Ascanio Sforza en la Primera Década de su *Orbe Novo*, entre las muestras de la naturaleza americana que le envía a través de un “portador”, se encuentran “ciertos granos blancos y negros del trigo con que hacen el pan” (Mártir de Anglería, 1989: 26).

⁵ Sabemos que Charles L'Écluse cultivó maíz en su jardín de Leiden, uno de los jardines botánicos más importantes de la Europa del momento. Por su parte, Fuchs señaló sobre el cereal americano alabó sus propiedades, pero erró en su origen, al señalar que este grano, como otras muchas cosas, pertenece al género de las que nos han llegado de otros lugares. Ha venido a Alemania desde Grecia y Asia, por lo que se llama *Turcicum frumentum*, ya que actualmente la cruel Turquía ocupa toda Asia. Los alemanes, teniendo también en cuenta los lugares de donde proceden lo denominan *Türkisch korn* (en Pardo-Tomás y López Terrada, 1997: 82).

para su impresión por Heinrich Füllmaurer y cortada posteriormente por Veit Rudolf Speckle (Janick y Caneva, 2005: 71), la obra muestra una representación estilizada de la planta, aunque concede una escasa importancia a la mazorca, que aparece integrada entre las hojas. Con mucha mayor precisión y variedad será posteriormente mostrada por Jacobus Theodorus (Tabernaemontanus) en su *Eicones plantarum* (1590) o por John Gerard en *The herball, or, Generall historie of plantes* (1597).

Sin embargo, mucho antes de que apareciera representado el maíz en dichas obras, el cereal americano hizo su aparición en el arte. Tal y como ha demostrado Jules Janick (2011), en fechas tan tempranas como 1515-1518, es decir, apenas veinte años después de su llegada a Europa, lo encontramos representado en los frescos de la Villa Farnesina de Roma. Concretamente, en la Loggia de Cupido y Psique, cuyos frescos fueron realizados por Giovanni da Udine. En fechas similares, aunque con una identificación más dudosa, Janick y Caneva (2005: 75) indican su posible presencia en la Loggia de Rafael del palacio del Vaticano, realizada entre 1517 y 1519 por el mismo autor.

Poco después que el grabado de Fuchs y antes que otros libros de botánica, el maíz da el salto a la pintura, de la mano del singular artista Giuseppe Arcimboldo y ya en 1563 lo encontramos formando parte de la alegoría del *Verano*. Esta representación resulta de especial interés, pues este y otro retrato con presencia del cereal americano en su obra (*Retrato de Rodolfo II como Vertumno*, 1591⁶) (Figura 1) fueron realizados por encargo de la Corte de Viena, lo que nos ofrece una nueva pista en la cronología de la expansión de este cultivo en esa parte del continente.



FIGURA 1
Giuseppe Arcimboldo, Retrato de Rodolfo II como Vertumno (1591).
Skokloster Castle (número de inventario: 11615).

Al igual que el maíz, otros cultivos que pueden servirse del arte a la hora de fijar cronologías en su llegada y primera adaptación son las cucurbitáceas americanas (fundamentalmente la *Cucurbita pepo*, la *Cucurbita maxima*, la *Cucurbita moschata* y, en menor medida, la *Sechium edule*). A diferencia del maíz, las fuentes documentales no resultan tan esclarecedoras en este caso y su llegada, posiblemente por varias vías, resulta difícil de reconstruir. Sabemos que Pedro Mártir de Anglería envió semillas de calabaza al cardenal Ascanio Sforza, secretario del Estado del Vaticano, en fecha tan temprana como 1494, según se indica en una carta fechada el 3 de mayo de ese año (Janick y Harry, 2006) y que, probablemente, en 1498 Americo Vesputio pudo traer semillas de diversas especies de calabaza tras su viaje al Golfo de México (Janick, 2014: 1219).

Esta falta de documentos para la reconstrucción de su presencia en Europa hace por lo tanto más acuciante que en el caso del maíz la búsqueda de otras fuentes que ayuden a determinar el momento de su llegada. Gracias de nuevo a Fuchs sabemos que en 1542 al menos la *cucurbita pepo* era cultivada

en el continente europeo. Lo sabemos gracias a su descripción, pero sobre todo a la presencia de la imagen que acompaña el texto y que, tal y como ocurría con el maíz, no muestra una gran precisión a la hora

⁶ Skokloster Castle (número de inventario: 11615)

de representar los frutos situando además su origen de manera errónea en Turquía. La cronología que nos aporta Fuchs, sin embargo, parece distar bastante de la realidad y así nos lo confirman de nuevo los frescos de Villa Farnesina, en cuya Loggia de Cupido y Psique volvemos a encontrar varios ejemplares de *cucurbita maxima* y *cucurbita pepo* (Janick y Harry, 2006).

Junto a los citados frescos, la pintura europea de nuevo corrobora su adaptación temprana a diversas regiones europeas. En Italia, su presencia aparece confirmada gracias a obras de los Bassano, como *Escena de mercado*, atribuida a Francesco Bassano⁷, o *Mercado* atribuida a Leandro Bassano⁸. En la corte austriaca, de nuevo de la mano de Arcimboldo aparece confirmado su cultivo gracias a sus cabezas compuestas en *Verano* (1563)⁹, así como en *Otoño* (ca. 1573)¹⁰ y *Retrato de Rodolfo II como Vertumno* (1591). Finalmente, en el área de los Países Bajos, los pintores nos ofrecen también un temprano testimonio que pone en evidencia su cultivo y desarrollo en el norte de Europa a mediados del siglo XVI. Obras alegóricas como *La Tierra* de Martin de Vos y especialmente pinturas protagonizadas por escenas cotidianas, como *La Cosecha* (ca. 1567)¹¹ o *Mujer del mercado en el puesto de verduras* (1567)¹², ambas de Peter Aertsen, así lo corroboran.

4. El arte como fuente para mostrar la diversidad genética inicial de los cultivos llegados desde américa

Como complemento a lo anterior, el arte sirve como fuente fundamental a la hora de establecer las primeras variedades que llegaron a Europa y que tuvieron una considerable implantación. Esto es especialmente útil en el caso de familias botánicas tan variadas como las cucurbitáceas.

Si tomamos de nuevo la representación en primicia de las calabazas americanas en la Villa Farnesina, podemos afirmar que, prácticamente al mismo tiempo, llegaron a Europa un número considerable de variedades y que estas encontraron en el campo europeo un lugar fecundo para su cultivo. Entre ellas, destacan sin duda dos: la *cucurbita maxima* y la *cucurbita pepo*. Respecto a la primera, tal y como afirma Janick, las imágenes de *C. maxima* del festón incluyen hasta tres variedades distintas y tal variación de los frutos de *C. maxima* no fue documentada en Europa hasta la segunda mitad del siglo XVIII (Janick, 2006: s.p.). Por lo que respecta a la *cucurbita pepo*, Janick ha identificado hasta nueve imágenes en los citados frescos: una calabaza grande adornada por dos racimos de uvas; dos frutos pequeños inmaduros; y seis grupos formados por calabazas rayadas, oviformes y piriformes, algunas de ellas identificadas como comestibles y otras empleadas con fines ornamentales. Evidentemente, esta prueba confirmaría que, en un corto intervalo de tiempo, debieron introducirse en Europa varios tipos de cucurbitácea y lo hace, de nuevo, décadas antes que otras fuentes, como los grabados científicos donde, para encontrar una variedad

⁷ Galleria Sabauda (número de inventario: inv. 581).

⁸ Kunsthistorisches Museum (número de inventario: Gemäldegalerie, 6010).

⁹ Kunsthistorisches Museum (número de inventario: inv. GG 1589).

¹⁰ Musée du Louvre (número de inventario: RF1964-32).

¹¹ Museo Boijmans Van Beuningen (número de inventario: 2436).

¹² Gemäldegalerie (número de inventario: inv. 3/61).

semejante debemos esperar a 1583, cuando Dodoens muestra en su *Stirpium historiae pemptades sex* hasta seis especies diferentes: la *pepo rotundus minor*, la *pepo maior oblongus*, muy similar a la ofrecida por Fuchs; la *pepo rotundus maior*; la *pepo silvestris* y la *pepo latus*, cuyos frutos aparecen de nuevo escondidos entre las hojas y las flores aunque, quizás para compensarlo, añade además dos ejemplares separados bajo el título “peponis latioris fructus” (Quintanar Cabello, en prensa).

Un caso similar se plantea en el caso del maíz. Sin mostrar tanta variedad como en el caso de las cucurbitáceas, los frescos italianos evidencian cómo en las primeras décadas del siglo XVI llegaron y se cultivaron distintas variedades de maíz. En este caso, los cambios son sobre todo morfológicos, pues todos se presentan invariablemente con la variedad amarilla. Encontramos mazorcas de pequeño tamaño y grano grande tanto en Villa Farnesina como en las Logias Vaticanas y también una peculiar variedad con forma cónica similar a la que mostrará posteriormente Charles L'Écluse en su *Rariorum plantarum historia*. Poco después, la pintura también mostrará interés por la variedad de este cultivo y, en las citadas obras de Arcimboldo, nos encontramos desde variedades pequeñas y rojizas, como en *Verano* (1563), hasta mazorcas amarillas y de hileras muy regulares como su *Vertumno* (1591).

Frente a esta temprana representación de la variedad del cereal americano, los grabados científicos no mostrarán las numerosas variedades de maíz que llegaron de manera casi simultánea a Europa hasta finales del siglo XVI. Habrá que esperar hasta finales del siglo y de la mano de Theodorus (Tabernaemontanus) que, con su *Eicones plantarum* (1590), y frente a las representaciones solitarias de Fuchs o Dodoens, distingue y representa distintos tipos de maíz tomando como criterio fundamental el color, algo que se trasluce en la denominación de los distintos tipos (*nigrum, album, spadiceum, aureum, violaceum...*), llegando a distinguir un total de veintitrés variedades.

5.El arte como muestra de la evolución biológica de los cultivos americanos en europa

Junto a la capacidad para fijar cronologías de entrada y mostrar la variedad inicial de las plantas comestibles americanas, el arte también resulta una fuente de interés a la hora de conocer cuál fue la evolución en las variedades predominantes de estos cultivos a lo largo del tiempo.

Sin duda, uno de los cultivos americanos donde se aprecia esta evolución a través del arte es el pimiento (*Capsicum annuum*), alimento que encontró un rápido acomodo en los campos del sur de Europa, tal y como nos confirma en fecha tan temprana como 1574 el médico Nicolás Monardes al afirmar que:

No quiero dexar de dezir de la Pimiento que traen de las Indias, que no solo sirve a medicina, pero es excelentísima, la qual es conocida en toda España, porque no ay jardín, ni huerta, ni macetón que no la tenga sembrada, por la hermosura del fructo que lleva (Monardes, 1574: 24V- 25).

Junto a la Península Ibérica, Italia fue otro territorio trascendental para el cultivo de esta planta, presente desde inicios del siglo XVI, como confirma, por ejemplo, Constanzo Felici en su obra *Dell'insalata e piante che in qualunque modo vengono per cibo dell'homo* (1572) al señalar que:

Vi sono molti che, tirati da quella acutezza del pevere, usano nelli luor cibi quella siliqua o cornetto rosso (ancora che vi sia del quasi rotondo) che comunemente si chiama pevere rosso e pevere d'India e siliquastro, che si vede da noi per le finestre spesso coltivato ne' vasi (en Crescini, 1992: 173).

Junto a estos testimonios, el arte se suma a lo largo del siglo XVI, pero sobre todo a partir del siglo XVII, como indicio claro de su cultivo. Su importancia en este caso radica no tanto en la variedad (el grabado científico muestra este punto con mucha mayor exactitud¹³) sino sobre todo en la capacidad que presenta el arte para darnos a conocer la evolución respecto a las variedades que fueron predominantes a lo largo del tiempo.

En las tempranas representaciones de Arcimboldo dentro de las ya citadas obras de *Verano* y *Vertumno* y sobre todo en obras procedentes de los Países Bajos en el siglo XVII se nos muestra una variedad predominante, caracterizada por un fruto de mediano pequeño, color rojo brillante y de punta redondeada, tal y como se muestra en obras como en *La Abundancia* de Jan Brueghel el Joven¹⁴ (Figura 2) o en *El Paraíso* y *los Cuatro Elementos* de Denis van Alsloot y Hendrik de Clerck¹⁵.



FIGURA 2
Jan Brueghel el Joven, *La Abundancia* (ca. 1625).
Museo Nacional del Prado (número de catálogo: P001402).

Junto a esta variedad, también encontramos otras más alargadas y puntiagudas, como en *Bodegón con calabazas* (1657) de Jan Anton van der Baren¹⁶ e incluso gruesas y redondeadas, anticipando las predominantes posteriormente, como en el cuadro de Albert Eckhout *Bodegón de frutas tropicales* (1641-1643)¹⁷. La representación temprana de esta variedad podría explicarse por el hecho de haber sido pintada no en Europa sino en América y tener, por tanto, acceso a tipos desconocidos en aquellos momentos en el Viejo Continente.

Frente a esta variedad en los Países Bajos, las pinturas de otras áreas se muestran mucho más restringidas. En el caso de Italia, el tipo de pimiento predominante es el ya señalado de tipo mediano o pequeño, color rojo brillante y punta redondeada, como en *Bodegón con caza, aves, frutas y verduras* (ca. 1680), atribuido a

¹³ Entre las representaciones más variadas en el ámbito botánico, cabe destacar la realizada por de Basilius Besler en su *Hortus Eystettensis* (1613) donde encontramos hasta 15 variedades diferentes de pimientos, con una descripción y una representación de la misma, constituyendo un verdadero compendio de las principales variedades llegadas desde América y adaptadas en Europa, o la efectuada por John Parkinson en su *Theatrum botanicum* (1640), donde presenta hasta 18 tipos diferentes de pimiento con diversas formas y posiciones dentro de la planta.

¹⁴ Museo Nacional del Prado (número de catálogo: P001402).

¹⁵ Museo Nacional del Prado (número de catálogo: P001409).

¹⁶ Kunsthistorisches Museum de Viena, Gemäldegalerie (número de inventario: 5716).

¹⁷ National Museum of Denmark (número de inventario/catálogo: 92).

Felice Boselli¹⁸. Por su parte, en el caso de España, la variedad más destacada se corresponde a la alargada y puntiaguda, denominada comúnmente como guindilla y cuya principal característica es el picor. Esta variedad la encontramos, por ejemplo, en *Vertumno y Pomona* (1626)¹⁹ de Van der Hamen o en la alegoría del Otoño (1638), de Francisco Barrera²⁰.

El siglo XVIII, por su parte, trae interesantes novedades respecto a la presencia de variedades y grados de maduración a través del arte. Así, asistimos en esta centuria a la irrupción del pimiento verde, como en la obra *Bodegón con frutas, platos, aceite y cesta de la compra* (1766) de Sebastiano Ceccarini²¹ y, especialmente en el caso de España, a la inclusión de la variedad gruesa, redondeada y dulce conocida comúnmente como “pimiento morrón”²², variedad que carece de picor y que se consume tanto roja como verde. Ambos tipos aparecen, por ejemplo, en obras de José López Enguídanos: *Bodegón con pimientos y verduras con pato*²³ o *Bodegón con pescado, pimientos, tomate y limón*²⁴.

Junto al pimiento, otro de los cultivos americanos donde puede apreciarse la imposición paulatina de unas variedades sobre otras a través de su representación artística es, de nuevo, el maíz. Especialmente gracias a los artistas de los Países Bajos, puede observarse una creciente predominio de las variedades amarillas frente a las rojas o las que mezclan granos de ambos colores. Ese contraste se hace patente si comparamos la imagen del cereal americano en el siglo XVII con la predominante en la centuria siguiente.

De esta forma, en el siglo XVII se han localizado, por una parte, representaciones de las variedades amarillas y rojas

simultáneamente en obras como *La Abundancia* de Jan Brueghel el Joven o *Frutas y verduras con un mono*,



FIGURA 3
Pedro Pablo Rubens y Jan Brueghel El Viejo, *La Virgen y el Niño en un cuadro rodeado de flores y frutas* (1617-1620)(detalle). Skokloster Castle (número de inventario: 11615). Museo del Prado (número de catálogo: P001418).

¹⁸ Galerie Michel Descours (sin número de inventario).

¹⁹ Colección Banco de España (número de inventario: P_119).

²⁰ Museo de Bellas Artes de Sevilla (número de inventario: DJ0326P).

²¹ Colección privada (mercado anticuario de Pesaro, Italia, en 1991).

²² En este sentido, el arte se muestra igual de riguroso que el grabado científico, donde, por las mismas fechas que las obras de Enguídanos aparece representada esta variedad llamada a tener una presencia destacada en los campos españoles en obras como *Hortus Romanus juxta systema Tournefortianum* (1772-1793) de Giorgio Bonelli que, de manera significativa, la denomina como “pepperoni di Spagna grandi e dolci”.

²³ Colección privada (en Brisigotti, Londres. Consignado en 1993 y 1995. Referido en Porzio A., «Ancora su Giacomo Ceruti pittore di natura morta. Qualche novità e alcune considerazioni sulla mostra di Bergamo», en Parma per l'Arte, 2014: 95-96).

²⁴ Colección privada (en Brisigotti, Londres. Consignado en 1993 y 1995. Referido en Porzio A., «Ancora su Giacomo Ceruti pittore di natura morta. Qualche novità e alcune considerazioni sulla mostra di Bergamo», en Parma per l'Arte, 2014: 95-96).

un loro y una ardilla²⁵ de Frans Snyders. Solo de la variedad roja aparecen de manera muy especial en las guirnaldas que adornan representaciones de la Sagrada Familia o la Virgen, como en *Guirnalda de frutas con la Sagrada Familia* de Cornelius Van Huynen²⁶, *La Virgen y el Niño en un cuadro rodeado de flores y frutas* (1617-1620)²⁷ (Figura 3), de Rubens y Jan Brueghel El Viejo o las numerosas obras de Joris Van Son que incluyen el cereal americano. Por último, la variedad amarilla aparece en contextos muy variados, aunque se aprecia un uso especialmente intenso en las denominadas *Vanitas*, junto a productos lujosos, como en *Bodegón con cesta de frutas, maceta, plato de melocotones y jamón*²⁸ de Jan Davidsz. de Heem o en varias obras de Abraham Mignon, como en *Bodegón con frutas y una copa sobre la pata del gallo* (ca. 1660)²⁹ o *Bodegón con frutas y un jilguero*³⁰.

Frente a este considerable diversidad, la imagen del maíz en las obras del siglo XVIII transmiten claramente el gradual pero inexorable predominio de las variedades amarillas frente a las otras. De esta forma, los ejemplos consignados para este periodo y área pertenecen exclusivamente a esta variedad, tal y como aparece en cuadros como *Bodegón con fruta, nido con huevos, mariposa, caracol y lagarto o la nuez* (1711) de Rachel Ruysch³¹ o *Bodegón con fruta, flores y mazorca de maíz* (1786) de Paul Theodor van Brussel (1754-1795)³², entre otros.

6. El arte como muestra de los diferentes usos otorgados a los cultivos en las distintas regiones europeas



FIGURA 4
Diego Velázquez, Cristo en casa de Marta y María (1618).
Museo Nacional del Prado (número de catálogo: P001402).



FIGURA 5
Diego Velázquez, Vieja friendo huevos (1618).
National Galleries of Scotland (número de acceso: NG 2180).

²⁵ Musée du Louvre (número de inventario: INV 1850).

²⁶ Museo del Prado (número de catálogo: P002166).

²⁷ Museo del Prado (número de catálogo: P001418).

²⁸ Colección privada (subastado en Asta Christie's, Londres, el 5/12/ 1969, n. 133)

²⁹ Rijksmuseum (número de objeto: SK-A-269).

³⁰ Rijksmuseum (número de objeto: SK-A-266).

³¹ Galleria degli Uffizi (inventario 1890, número 1276).

³² Colección privada. Ubicación desconocida.

Como complemento al criterio temporal, las obras de arte también pueden ofrecer información valiosa desde el punto de vista espacial. Los diferentes usos otorgados a los cultivos americanos de forma simultánea en las diversas regiones europeas se hace patente en obras realizadas en España, Italia o los Países Bajos.

Como vimos en el apartado anterior, el pimiento fue uno de los cultivo que encontró más rápido acomodo en los terrenos del sur de Europa. Tres fueron los usos que, desde un primer momento, se dio a esta hortaliza. El propio Cristóbal Colón señaló la primera: “Hay mucho axi, que es su pimienta, y toda la gente no come sin ella, que la hallan muy sana. Puedense cargar cincuenta carabelas cada año en aquella Española” (Colón, 1892: 153), es decir, como sustituto barato de la ansiada pimienta asiática. El segundo uso que se le dio fue el de sazónador de carnes y embutidos en forma de pimentón y, especialmente a partir del siglo XVII y sobre todo en el siglo XVIII, también como hortaliza fresca.

En el caso español, quizás condicionados por las noticias transmitidas por el propio Colón, su uso mayoritario durante el siglo XVII fue el de sustituto de la pimienta, esto es, como guindilla. Y así lo encontramos en numerosas obras de esta centuria, aunque, por su trascendencia artística, merecen destacarse dos obras de Diego Velázquez donde el pimiento en forma de guindilla adquiere un valor especial: *Cristo en casa de Marta y María* (1618)³³ (Figura 4) y *Vieja friendo huevos* (1618)³⁴ (Figura 5). Realizados durante su etapa sevillana, en ambas obras la guindilla sirve como elocuente muestra del uso mayoritario otorgado en las cocinas humildes como las representadas en sendos cuadros. Con esta misma idea de humildad, nos volvemos a encontrar los pimientos entre los sencillos ingredientes presentes en la célebre *Cocina de los ángeles* (1646) de Bartolomé Esteban Murillo³⁵. No será hasta el siglo XVIII cuando el arte español constata su uso como hortaliza, como en las obras de José López Enguídanos *Bodegón con pimientos y verduras con pato*³⁶ y *Bodegón con pescado, pimientos, tomate y limón*³⁷.

Frente a ese carácter de especia, en Italia comenzó a ser empleado en fresco desde fechas tempranas. Así nos lo corrobora el arte, donde a menudo se representa el pimiento fresco y con destacado brillo, todavía en la rama, como en el caso del anónimo del siglo XVII *Bodegón con fruta en mesa, verduras, báscula y plato roto*³⁸, o como parte de una representación de frutos recién recogidos, como el *Bodegón de hortalizas y paisaje, campesino y animal de carga* de Francesco Della Quosta³⁹. Este mismo uso y acompañantes tendrá en obras del siglo XVIII italiano, como *Bodegón con verduras, canasta de peras y gallo* de Giovanni Francesco Briglia⁴⁰ o *Bodegón con rodajas de pescado, cajas de moluscos, cesta de higos, melón y verduras* de Giacomo Nani⁴¹.

³³ National Gallery de Londres (número de inventario: NG1375).

³⁴ National Galleries of Scotland (número de acceso: NG 2180).

³⁵ Musée du Louvre (número de inventario: MI 203).

³⁶ Colección privada (en Brisigotti, Londres. Consignado en 1993 y 1995. Referido en Porzio A., «Ancora su Giacomo Ceruti pittore di natura morta. Qualche novità e alcune considerazioni sulla mostra di Bergamo», en Parma per l'Arte, 2014: 95-96).

³⁷ Colección privada (en Brisigotti, Londres. Consignado en 1993 y 1995. Referido en Porzio A., «Ancora su Giacomo Ceruti pittore di natura morta. Qualche novità e alcune considerazioni sulla mostra di Bergamo», en Parma per l'Arte, 2014: 95-96).

³⁸ Colección privada (en el mercado anticuario en Bérgamo, sin fecha reseñada).

³⁹ Colección particular. Reseñado por última vez en Madrid, sin fecha (fuente: Fondazione Zeri).

⁴⁰ Ubicación desconocida.

⁴¹ Colección privada (subastado en Asta Christie's, Milán, el 29/11/ 2006, n. 53).

Frente a los usos como especia y hortaliza del sur de Europa, en el norte esta planta tuvo más dificultades para su cultivo, por lo que su uso culinario fue más restringido, otorgándole sin embargo otros usos. Entre ellos destaca, gracias a la belleza de sus frutos, su carácter ornamental. El arte, de nuevo, nos confirma este uso de diversas formas: presentado como una planta entre las macetas que adornan el jardín en *Vertumno y Pomona en la terraza de un palacio* de Peeter Gijssels⁴², y a veces en forma de atributo de dioses o figuras relacionadas con la generosidad natural, como en la citada alegoría de *La Abundancia* de Jan Brueghel el Joven o en *El Paraíso y los Cuatro Elementos* de Denis van Alsloot y Hendrik de Clerck. De manera más genérica, la escasa relación del pimiento con otros productos dentro de los bodegones podría verse como un mayor énfasis en sus atributos estéticos y no tanto en su valor como alimento (Quintanar Cabello, en prensa), como en *Bodegón de flores, frutas y pimiento* de Gaspar Peeter Verbruggen⁴³.

Otro de los cultivos americanos condicionados geográficamente en sus usos fue, sin duda, el tomate (*Solanum lycopersicum*), cuyas características y usos autóctonos fueron puestos en conocimiento de los españoles desde fechas muy tempranas. Entre otras descripciones, puede destacarse la acertada explicación de Francisco Cervantes de Salazar: “los tomates son mayores que agraces; tienen su sabor, aunque no tan agrio; hay unos del tamaño de dixe, y otros grandes, mayores que limas, amarillos y colorados; échanse en las salsas y potajes para templar el calor del ají” (Cervantes de Salazar, 1914: 16). En esa misma línea, José de Acosta indica su especial condición para servir de base para salsas: “son frescos y sanos, y es un género de granos gruesos jugosos, y hazen gustosa salsa, y por si son buenos de comer” (Acosta, 1590: 247).

Las alabanzas realizadas por los cronistas a las salsas a base de este fruto, y que servían incluso según su relato para aderezar carne humana⁴⁴, fueron tomadas en cuenta a su llegada a Europa. Para ello contó con un gran aliado: el clima del sur de España e Italia, donde la solanácea americana se adaptó con gran facilidad, lo que permitió que su consumo se popularizase en poco tiempo en ambas regiones. Así lo constatan varias fuentes, como el tratado agronómico *Agricultura de Jardines* (1592) de Gregorio de los Ríos, jardinero de Felipe II y encargado del jardín botánico de Aranjuez, considerada la primera referencia escrita acerca del cultivo del tomate en España (Long, 1995: 226). Sobre ellos, denominados «pomates», de los Ríos vuelve a incidir en su carácter ideal para salsas: “hay dos o tres maneras. Es una planta que lleva unas pomas aquarteronadas, vuelvense coloradas, no huelen; dicen son buenos para salsa, tienen simiente, suelen durar dos o tres años, quieren mucha agua” (De los Ríos, 1592: 460).

En esa misma línea se sitúa el botánico italiano Costanzo Felici, que, en 1572, indica:

Pomo d'oro, così detto vulgarmente dal suo intenso colore, overo pomo del Perù, quale è giallo overo è rosso gagliardamente - e questo o è tondo equalmente overo è distinto in fette come il melone - ancora lui da ghiotti ed avidi di cose nove è desiderato nel medemo modo et ancora fritto nella padella come l'altro, accompagnato con succo de agresto, ma al mio gusto è più presto bello che buono (en Crescini, 1992: 177).

⁴² Staatliches Museum Schwerin (número de inventario/catálogo: G 3855).

⁴³ Palais des Beaux-Arts de Lille (número de inventario/catálogo: 791).

⁴⁴ Como señala Díaz del Castillo 1632: 60), «nos querían matar, e comer nuestras carnes, que ya tenían aparejadas las ollas con sal, e ají y tomates».

A pesar de estas pruebas, el carácter popular de esta receta impidió que durante mucho tiempo los recetarios, destinados habitualmente a las clases acomodadas, no incluyeran un ingrediente impropio de ese grupo social. Por ello, habrá que esperar hasta finales del siglo XVII cuando aparezca en un recetario italiano, *Lo scalco alla moderna* (1694), de Antonio Latini, cuya receta llevará el significativo nombre de “salsa allá Spagnola”⁴⁵. Por esas mismas fechas, los recetarios españoles *El cocinero religioso*, publicado bajo el pseudónimo de Antonio Salsete, y *Común modo de guisar que observaban en las Casas* (ca. 1700), libro de cocina de los jesuitas, confirmaban su uso habitual en salsas para acompañar todo tipo de viandas.

Frente a este uso popular en España e Italia, su presencia en regiones septentrionales fue testimonial durante la Edad Moderna y su interés principal fue no su fruto, que difícilmente adquiriría la madurez necesaria en aquellas latitudes, sino la de planta ornamental y curiosidad botánica.

De nuevo el arte resulta fundamental para esta cuestión. Si analizamos la presencia del tomate en el arte italiano y español, puede apreciarse que este se inserta de forma generalizada en bodegones donde, junto a los demás ingredientes, parecen constituir los preparativos de una comida.

En el caso de Italia, la solanácea americana aparece como acompañamiento especialmente indicado para piezas de carne y pescado, como en *Bodegón con trozo de pescado y tomates* de Felice Boselli⁴⁶ o *Bodegón con caza, verdura y vajilla* de Gian Domenico Valentino⁴⁷, entre otras. Semejante uso aparece representado en el arte español, donde a menudo aparece entre los alimentos propios de la época estival en bodegones de modesta factura, como el anónimo *Bodegón con cesto de fruta y jarrón de flores*⁴⁸, donde, además del tomate, aparecen representadas frutas de verano como el albaricoque, el melón, el melocotón o la ciruela, o en la obra de Francisco Barrera de significativo título *Mes de agosto*⁴⁹. En el siglo XVIII, la generalización de su consumo no solo en ambientes humildes sino también acomodados vendrá corroborada también por los artistas. Carlo Magini en el caso de Italia y Luis Meléndez en el caso español emplearán el tomate de manera habitual como reflejo de un uso totalmente consolidado en ambos países.

Frente a este carácter doméstico y cotidiano, las obras del norte de Europa nos recuerdan el carácter testimonial de este cultivo y su presencia suele introducirse dentro de un plano simbólico acerca de la futilidad de los placeres mundanos. Así puede entenderse su introducción dentro de una escena de *Vanitas* (1593) firmada por Jacob Hoefnagel⁵⁰. Protagonizado por un cráneo en el centro de la imagen, el cuadro muestra diversos insectos y productos que son, por su propia naturaleza, bellos y efímeros, entre ellos un rotundo y bello tomate que comienza a ser devorado por los insectos. Otro uso alegórico dado por los artistas del norte de Europa al tomate será el de bella muestra de la generosidad natural en las alegorías

⁴⁵ “Per fare altra salsa alla Spagnola: Piglierai due Poma d’oro, e un pezzetto di Cipolla, ogni cosa tritana minuta, con un poco de Peparolo purrito, e di Piperna simile, col suo Sale e Ogljo, mescolerai ogni cosa insieme, e te ne potrai servire i Tondini, tanto in giorno di magro quanti di grasso” (Latini, 1694: 162).

⁴⁶ Colección privada. Consignado por última vez en París, en 1984 (fuente: Fondazione Zeri).

⁴⁷ Colección privada. Consignado por última vez en el mercado anticuario de Bérgamo, en 1985 (fuente: Fondazione Zeri).

⁴⁸ Colección Schafer (Barcelona).

⁴⁹ Galería Nacional de Eslovenia (número de inventario: O 272).

⁵⁰ Colección privada. Citado en Dacosta Kaufmann (1988): 208-209.

de la abundancia que proliferarán en el siglo XVII, si bien, su reducido tamaño y su posición semioculta dentro del cuadro harán dudosa en ocasiones su asignación, como veremos en el siguiente apartado.

7. Condicionamientos del arte como fuente para la historia agraria

Atendiendo a lo señalado hasta ahora, las obras de arte pueden constituirse en una fuente de especial valor a la hora de reconstruir el complejo proceso de llegada y aclimatación de los cultivos americanos en Europa a lo largo de la Edad Moderna.

Sin embargo, como indicamos al comienzo, es necesario completar este análisis reflexionando sobre aquellos condicionantes intrínsecos al arte que deben ser tenidos en cuenta a la hora de emplear esta fuente para la historia agraria, con el fin de no caer en errores interpretativos o en la sobreinterpretación. En este sentido, el arte presenta un problema similar al de cualquier fuente empleada por la historia. El contexto estético, social y económico marca, como en el caso de otras fuentes empleadas para esta misma cuestión, tanto la introducción o no de determinados elementos como la manera en la que estos son insertados en las obras artísticas.

En primer lugar, y considerando el propio carácter de la representación artística, es completamente necesario tener en cuenta los condicionamientos estéticos que, en el periodo histórico analizado, determinaron tanto lo que era apto para ser representado como la manera en la que debía plasmarse. Si nos referimos al arte de la Edad Moderna en Europa, dos conceptos resultan clave para ello: belleza y decoro. Respecto al primer concepto, ideas como la simetría, el orden o la regularidad se imponen desde la Antigüedad como ideales de belleza en Occidente. El decoro, por su parte, puede entenderse en este contexto como lo que es propio de un momento y que marca qué puede incluirse en una obra teniendo en cuenta su temática, destinatario o protagonistas, y que, en el caso de la época barroca, está directamente condicionado por la cuestión religiosa y las directrices marcadas desde la Contrarreforma.

De esta manera, si nos centramos en las cuestiones estéticas y de adecuación a los contextos, puede afirmarse que estas condicionan en buena medida la presencia de cultivos americanos en el arte. Así, en el lado más positivo se encontrarían aquellos alimentos que, dadas sus características, se adecuaban perfectamente a los parámetros estéticos de la época, tal es el caso del pimiento o el maíz.

El carácter simétrico de las hileras de las mazorcas, unido a su estructura, que integra dentro de un fruto estructuras secundarias sin duda pudo ayudar al maíz a ser considerado un elemento interesante desde el punto de vista iconográfico. De hecho, su parecido estructural con alimentos de larga tradición iconográfica en el ámbito religioso, como el trigo, las uvas o la granada, puede explicar en buena medida su éxito en el arte europeo. En clara relación con este género, los colores propios de este fruto también pudieron ayudar a su rápida asimilación iconográfica: el color dorado, relacionado desde la Antigüedad con los dioses, y el rojo, vinculado tradicionalmente a la sangre de Cristo y la Pasión, lo hacían adecuado para obras protagonizadas por la Virgen o Cristo, como, por ejemplo, en *La Virgen y el Niño en un cuadro rodeado de flores y frutas* (1617-1620)⁵¹, de Rubens y Jan Brueghel El Viejo.

⁵¹ Museo del Prado (número de catálogo: P001418).

La belleza también contó a favor del pimiento, cuyo bello y llamativo color pudo favorecer su inclusión como vertebrador visual de las composiciones, lo que explica que muy a menudo aparezca en áreas importantes del cuadro. A modo de apertura, como en *Cestas con ciruelas e higos y un melón sobre una repisa con pimientos, uvas y membrillos colgados* (1630-1644) del pintor de origen flamenco Miguel de Pret⁵², o cerrándola, como en el ya señalado *Bodegón con caza, aves, frutas y verduras* de Felice Boselli. El pimiento, además de bello, resultaba también decoroso dentro de escenas populares, como elemento paradigmático de las clases más humildes en la España del siglo XVII. Esto explicaría su inclusión pertinente en obras tan importantes como *Vieja friendo huevos* de Velázquez o *La cocina de los ángeles* de Murillo.

Frente a estos alimentos que se beneficiaron de su estética y decoro, otros pudieron verse claramente perjudicados y, en consecuencia, aparecer en el arte como menos relevantes de lo que eran en realidad. Un buen ejemplo de ello es la batata (*Ipomoea batatas*), considerada en la época un producto exquisito y elitista y que, sin embargo, no encontró eco en el arte. Las características físicas de esta convolvulácea pudieron ser un freno para su representación. En su modo habitual de preparación, asada o confitada, debía ser un reto para los artistas y fácilmente podía ser confundida con otros alimentos, como la calabaza. Entera, dado su carácter informe y color, podía pasar por una piedra o un terrón. En términos de decoro, la batata también resultaba problemática, pues desde sus primeras descripciones, era asociada a cualidades afrodisiacas. Esto explicaría, por ejemplo, que en la obra *Limones, naranjas y una rosa* de Francisco de Zurbarán (1633)⁵³, vinculada simbólicamente con la Virgen y que incluía en su versión inicial un plato de batatas confitadas, estas fueran finalmente suprimidas en la versión definitiva⁵⁴.

Junto a los condicionamientos estéticos y de decoro, otro facto que debe tenerse en cuenta a la hora de emplear el arte como fuente es la dificultad existente en algunos casos para una identificación segura de los cultivos representados. Como vimos en el caso del tomate, este fruto resulta especialmente conflictivo, sobre todo cuando se inserta en alegorías de la abundancia, dado su pequeño tamaño y posición, por lo que puede ser fácilmente confundido con otros frutos, como manzanas o acerolas. La consecuencia de este problema es que algunas hipotéticas representaciones deben ser descartadas ante la imposibilidad de una asignación segura.

El mismo problema que encontramos con la imagen del tomate, aparece también en el caso de las cucurbitáceas americanas que, en algunas ocasiones, debido a las semejanzas en el color y en la forma, pueden ser confundidas con otras cucurbitáceas ya existentes en Europa, como el melón. Esto resulta todavía más difícil cuando el fruto se muestra cerrado y algunos elementos que pudieran ayudar a su correcta asignación, como las semillas, no aparecen mostrados. En este caso, sin embargo, conviene recordar que la ambigüedad no es un factor exclusivo de la representación artística. El caso más evidente en el caso de las cucurbitáceas es el de la literatura o los recetarios coetáneos, donde a menudo se hace referencia a “calabazas” sin especificar forma, color y, aún menos, su origen.

Un tercer factor que debe tenerse en cuenta a la hora de emplear el arte como fuente para la historia agraria es la necesidad de conocer las inevitables inercias en los esquemas de representación artística y que pueden lastrar en algunos casos su riqueza como fuente documental. En ese sentido, se ha observado

⁵² Colección privada (colección Abelló).

⁵³ Norton Simon Museum (número de acceso: F.1972.06.P).

⁵⁴ Sobre la presencia y supresión de este elemento, ver Ortega, 2013.

que, en ocasiones, los artistas mantuvieron en algunos casos una imagen que ya no estaba acorde con el uso que los europeos estaban dando a algunos cultivos. Un ejemplo claro en el caso que nos ocupa es el del maíz. A pesar de que numerosas fuentes demuestran su consumo humano en el siglo XVII y todavía con mayor claridad en el siglo XVIII, el arte europeo siguió empleando el cereal americano bajo parámetros ornamentales y simbólicos sin ningún tipo de vinculación con la alimentación humana. De entre todas las representaciones localizadas, tan solo la obra dieciochesca *La polenta* (ca. 1725)⁵⁵ de Pietro Longhi hace mención explícita a su condición de alimento. En este caso, por tanto, sería imprescindible el manejo de otras fuentes para reconstruir su consumo por parte de los europeos.

Este último punto conecta directamente con otro de los factores que afecta, en general, a la representación de alimentos en el arte: su inserción en cuadros, no en calidad de alimento, sino al servicio de conceptos ajenos a su condición esencial. El arte se aleja de esta manera de su carácter documental, aunque aporta ideas sugerentes sobre las mentalidades de aquellos que crearon y encargaron las obras. Este condicionante afecta en mayor o menor medida a todos los alimentos americanos representados en el arte europeo, especialmente cuando se insertan en escenas alegóricas, mitológicas o religiosas. En ellas aparecen no como alimentos listos para ser degustados sino como reflejo de la abundancia natural y la generosidad divina, como los numerosos alimentos presentes en la ya citada *La Abundancia* de Jan Brueghel el Joven, o como atributo de los dioses, como las mazorcas de maíz que sujeta entre las manos una de las protagonistas de *Tres ninfas con el cuerno de la abundancia* (1615-1617)⁵⁶, de Rubens y Snyders. Esta función alejada de su condición esencial aparece incluso en aquellos géneros protagonizados por alimentos, los bodegones y escenas de cocina. De esta manera, en determinados contextos artísticos, como el holandés, los alimentos americanos son introducidos, no como testimonio de la alimentación de una determinada sociedad, sino como símbolos que alertan sobre cuestiones como la fugacidad de la belleza o la necesaria humildad frente a los bienes materiales. Ejemplo de lo primero podría ser la citada *Vanitas* de Jacob Hoefnagel, donde un rotundo tomate comienza a pudrirse por la acción de los insectos. Claro ejemplo de lo segundo serían algunas obras de Abraham Mignon, donde un improbable maíz sirve como contrapunto de bodegones ostentosos hasta lo decadente, como en *Bodegón con frutas y una copa sobre la pata del gallo* (ca. 1660), donde la sencillez de una mazorca de maíz contrasta con la presencia de una copa de oro, una copa roemer con vino o varios cítricos, o *Bodegón con frutas y un jilguero*, donde el maíz vuelve a parecer acompañado de alimentos lujosos, como una gran langosta y objetos de oro y plata.

Vemos, por tanto, que el arte, como cualquier otra fuente empleada para la historia, presenta ciertos condicionamientos que deben tenerse en cuenta pero que, en ningún caso, parecen invalidar su capacidad de transmitir información, a veces complementaria, a veces única, sobre uno de los fenómenos agrarios más importantes de la Edad Moderna europea.

⁵⁵ Museo del Settecento veneziano di Ca' Rezzonico (inventario 1305).

⁵⁶ Museo del Prado (número de catálogo: P001664).

8. Conclusiones

Como hemos visto a lo largo de este estudio, las obras de arte que se produjeron en Europa simultáneamente a la llegada y aclimatación de nuevas especies procedentes del Nuevo Mundo arrojan interesantes datos para el estudio de este fenómeno de importantes consecuencias agrarias, económicas, sociales y dietéticas. Como muestra de los diferentes usos otorgados a los cultivos, como medio para mostrar la diversidad genética de estas plantas desde el momento mismo de su llegada o como manera de observar de una forma gráfica y elocuente su evolución biológica, las obras artísticas son pruebas visuales de un proceso que, dada su enorme complejidad, precisa de muchas y muy diversas fuentes para su reconstrucción.

A la luz de lo analizado se observa que esta utilidad es especialmente valiosa para el estudio de algunos cultivos. En este sentido, puede destacarse la gran cantidad de información que el arte aporta para la reconstrucción de la historia del maíz en Europa. Las especies que llegaron, su rápida aclimatación o la gradual imposición de las variedades amarillas se muestran con claridad en las pinturas realizadas por artistas principales de la época, como Rubens o Jan Brueghel el Viejo. Algo similar puede decirse del pimiento, donde, además de todo lo anterior, el arte permite conocer los distintos usos que le otorgaron los diversos territorios europeos. De la mano de Velázquez corroboramos por ejemplo su omnipresencia en las cocinas populares españolas, mientras que los cuadros de Magini o José López Enguídanos nos confirman su consumo preferente como hortaliza a partir del siglo XVIII.

Pero, como también aparece constatado en este estudio, el empleo del arte como fuente requiere un esfuerzo adicional por parte del historiador por comprender algunas de las claves que determinan el arte de cualquier época. Criterios estéticos, temáticos o religiosos, por citar solo algunos, subyacen con claridad en las representaciones artísticas de los cultivos americanos. Conocerlos y tenerlos en cuenta resulta imprescindible para una correcta interpretación de la información que los artistas de aquella época nos transmitieron al incluir, en un lugar recóndito o como protagonistas, alimentos destinados a cambiar para siempre la alimentación del Viejo Continente.

Referencias bibliográficas

- Acosta, José de** (1590). *Historia natural y moral de la Indias: en que se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas y animales dellas*. Sevilla: en casa de Juan de León.
- Anglería, Pedro Mártir de** (1989). *Décadas del nuevo mundo*. Madrid: Polifemo.
- Benassar, Bartolomé** (2001). *La España del Siglo de Oro*. Barcelona: Crítica.
- Burke, Peter** (2001). *Eyewitnessing. The Uses of Images as Historical Evidence*. Londres: Reaktion Books.
- Caneva, Giulia** (1992). *Il Mondo di Cerere nella Loggia di Psiche*. Roma: Fratelli Palombi.
- Caneva, Giulia y Sgamellotti, Antonio** (coords.) (2018). *I colori della prosperità: frutti del vecchio e Nuovo Mondo*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei.
- Cervantes de Salazar, Francisco** (1914), *Crónica de la nueva España*. Madrid: The Hispanic Society of America.
- Coe, Sophie y Coe, Michael** (1996). *The true History of Chocolate*. Londres: Thames and Hudson.
- Colón, Cristóbal** (1892). *Relaciones y cartas de Cristóbal Colón*. Madrid: Librería de la viuda de Hernando y C^ª.

- Crescini, A.** (1992), "Piante d'America a Brescia e dintorni". En: *Giornata bresciana di studi colombiani nel V centenario della scoperta dell'America. Atti del convegno di studi, 18 dicembre 1992*. Brescia: Ateneo di scienze, lettere e arti (pp. 171-189).
- Dacosta Kaufmann, T.** (1988). *The School of Prague: Painting at the court of Rudolf II*. Chicago y Londres: University of Chicago Press.
- Fernández, Joaquín y González, Ignacio** (eds.) (1990). *La agricultura viajera. Cultivos y manufacturas de plantas industriales y alimentarias en España y en la América virreinal*. Barcelona: Lunwerg.
- Flandrin, Jean Louis y Montanari, Massimo** (eds.) (2011). *Historia de la Alimentación*. Gijón: Trea.
- Flandrin, Jean Louis** (2011). "Los tiempos modernos". En: Flandrin, Jean Louis y Montanari, Massimo, *Historia de la Alimentación*. Gijón: Trea (pp. 689-721).
- Fuchs, L.** (1542). *De historia stirpium commentarii insignes ... adjectis earundem vivis plusquam quingentis imaginibus...* Basilea: In Officina Isingriniana,
- Harwich, Nikita** (2018). *Historia del chocolate*. Barcelona: Pensódroomo 21.
- Herrera, Alonso de** (1790). *Agricultura general que trata de la labranza del campo y sus particularidades, crianza de animales, propiedades [sic] de las plantas que en ella se contienen y virtudes provechosas a la salud humana*. Madrid: Por Don Josef de Urrutia.
- Janick, Jules y Paris, Harry S.** (2006). The cucurbit images (1515-1518) of the Villa Farnesina, Rome. *Annals of Botany* (97/2), 165-176.
- Janick, Jules** (2010). Plant Iconography and Art: Source of Information on Horticultural Technology. *Bulletin UASVM Horticulture* (67/1), 11-23.
- Janick, Jules** (2011). New World crops: iconography and history. *Acta Hort.* (916), 93-104. DOI: 10.17660/ActaHortic.2011.916.9
- Janick, Jules** (2014). "Horticulture and Art". En: Geoffrey R. Dixon y David E Aldous (eds.), *Horticulture: Plants for People and Places*. Dordrecht: Springer (pp. 1197-1223).
- Janick, Jules y Caneva, Giulia** (2005), The first images of maize in Europe. *Maydica* (50), 71-80.
- Latini, Antonio** (1694). *Lo scalco alla moderna, ovvero L'arte di ben disporre li conviti, con le regole più scelte di scalcheria, insegnate, e poste in prattica, à beneficio de' professori, ed altri studiosi, da Antonio Latini da Colle Amato*. Nápoles: nella nuova stampa delli socii Dom. Ant. Parrino, e Michele Luigi Mutii.
- Long, Janet** (1995). "El tomate: de hierba silvestre de las Américas a denominador común en las cocinas mediterráneas". En Antonio Garrido (comp.), *Cultura alimentaria de España y América*. Huesca: La Val de Onsera (pp. 215-235).
- Monardes, Nicolás** (1574). *Primera y segunda y tercera partes de la Historia Medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales, que sirven en Medicina*. Sevilla: En casa de Alonso Escrivano.
- Ortega, Julio** (2013). O bodegón e a mescla: uma sintaxe transatlántica. *Alea* (15), s.p. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2013000100007>.
- Pardo-Tomás, José y López Terrada, María Luz** (1993). *Las primeras noticias sobre plantas americanas en las relaciones de viajes y Crónicas de Indias (1493-1553)*- Valencia: CSIC-UV-Instituto de Historia de la Medicina y de la Ciencia López Piñero.
- Paz Sánchez, Manuel de** (2013). El trigo de los pobres. La recepción del maíz en el Viejo Mundo. *Batey: Revista Cubana de Antropología Sociocultural* (5), 142-174.
- Quintanar Cabello, Vanessa** (en prensa). *La representación de alimentos americanos en las artes y las ciencias de la Edad Moderna europea* (siglos XVI-XVIII). Madrid: Ediciones Doce Calles.
- Ríos, Gregorio de los** (1592). *Agricultura de jardines, que trata de la manera que se ha[n] de criar, gouernar, y conseruar las plantas*. Madrid: Por P. Madrigal.
- Salaman, Redcliffe** (1991). *Historia e influencia social de la patata*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

5.5 - De la comunidad: concepto, historia y transmisión

[08.09.2023 Sala/Room 1.1]

La comunidad campesina en tierra de mansos: representación y exclusión (obispado de Girona, 1486-1716)

Pere Gifre Ribas | Universitat de Girona, España | peregifre@hotmail.com

Durante el siglo XVI, las comunidades campesinas del obispado de Girona ven cómo se culmina el proceso de constitución en cuerpo político. La comunidad campesina negocia con sus señores jurisdiccionales, el rey o los barones, laicos o eclesiásticos, nuevos privilegios y ratifica los obtenidos de manera que reúne un cuerpo de disposiciones legales en que se la reconoce y en el cual basa su actuación. La suma de los privilegios, usos y costumbres son jurados por sus señores en cada toma de posesión de las villas y lugares, con lo que consigue delimitar su marco de actuación. Con estos privilegios, la *universitas* se organiza en torno a un consejo general, reducido en su número, de la que, siguiendo el sistema insaculatorio, se designan a suertes a los cónsules o jurados, y demás oficiales del gobierno de la comunidad. En el consejo general está representada la sociedad rural y, se procura, que esté incluida y representada toda la geografía de la comunidad, con lo que la *universitas*, además de representación jurídica, lo es del conjunto de la comunidad campesina. En los pequeños lugares, el proceso es más lento, predomina el consejo general compuesto por todos los cabezas de familia y se mantiene estrechamente vinculada a la parroquia.

COMUNIDAD CAMPESINA, *UNIVERSITAS*, PRIVILEGIOS, SÍNDICOS, REGIMIENTO ORGÁNICO DE LA UNIVERSIDAD, SISTEMA INSACULATORIO

1. Introducción

En la denominada Catalunya vieja de principios de época moderna, la población campesina vive agrupada en parroquias, una parte se concentra alrededor de la iglesia parroquial y otra vive dispersa en unidades de explotación familiares, los mansos. Es en los mansos donde encontramos los campesinos propietarios de más parcelas de tierra, denominados en las escrituras notariales señores útiles y propietarios de manso. Una parte de las parcelas se sitúan alrededor de la parte edificada del manso, en lo que se llama *capmàs (caputmansum)*, y el resto de parcelas se distribuye de forma diseminada por distintas zonas de la parroquia. El sistema del manso tiene parcelas de todo tipo: agrícolas, con la huerta alrededor de la vivienda, tierras de pan llevar, también, según la latitud en que se encuentran, parcelas de viña y de olivar, de prado y bosque. Estos propietarios de manso, aprovechando el mercado de tierras y una política hereditaria en que se transmite al primogénito la íntegra propiedad, mientras los cadetes reciben la legítima en dinero, calculada en la cuarta parte de la herencia, a repartir entre los diferentes hijos, amplían sus posesiones y, no pocas veces, amplían también los mansos (Congost, Ferrer, Gifre, 2003). El manso principal es gestionado directamente y los otros, cedidos a *masovería*, a cambio de un tercio de la cosecha sin que participen ni en la explotación, ni en los gastos que se derivan de ella. En los períodos punta del año agrícola, el manso acostumbra a utilizar trabajo asalariado, que procede de la población concentrada. Algunos mansos, a su vez, tienen también algún trabajador asalariado permanente (Pere Roca, 2006).

Durante los siglos XVI y XVII, la comunidad campesina se estructura en torno a la parroquia y a la universidad (*universitas*). Los límites parroquiales se van estableciendo desde el siglo XI y se consolidan en el siglo XIII, la percepción del diezmo establece los límites parroquiales. Con la influencia que ejerce la iglesia parroquial, a través de la administración de los sacramentos, la parroquia cohesiona la comunidad campesina (Elvis Mallorquí, 2011), canaliza y encuadra la participación de los laicos a través de la obrería parroquial y las diferentes cofradías, antes ya de las disposiciones del concilio de Trento (Joaquim M. Puigvert, 2001, 2013). El conjunto de vecinos de las poblaciones más habitadas: ciudades y villas, la universidad, la generalidad de los habitantes, se dota, previa autorización de quien ejerce la señoría jurisdiccional, de órganos de administración y gobierno permanentes, lo que los juristas han denominado el regimiento orgánico, hecho que encontramos consolidado a fines del siglo XV, si bien los habrá de posteriores (Josep M. Font Rius, 1985: 509).¹ La parroquia precede a la institucionalización del gobierno comunitario o universidad, y en algunos casos, en lugares poco poblados, hasta inicios del siglo XVIII, la parroquia sigue organizando la vida comunitaria y es en la misma iglesia parroquial o en sus aldeaños donde tiene lugar la convocatoria del consejo de la población.

Son diversos los trabajos que tienen presente a la comunidad campesina en los estudios de época moderna de Catalunya, pocos, y son excepciones, consideran la comunidad campesina el sujeto y el objeto de estudio, a menos que se trate de monografías municipales o parroquiales, con gran tradición historiográfica, publicadas mayoritariamente a finales del siglo XIX y hasta los años treinta del siglo XX. Son obras que acostumbran a publicar en apéndice la documentación más sobresaliente. Esas monografías no han sido, en general, apreciadas por la historia académica. En sentido contrario, es destacable el prólogo que escribe Eva Serra al estudio de Joaquim M. Puigvert, 1986, sobre una parroquia catalana del obispado de Girona, Riudellots de la Selva, a través de su consuetud, donde reivindica y pone en su lugar estos estudios. Al mismo tiempo, y en relación a las revueltas campesinas del siglo XVII, la misma autora considera la necesidad de centrarse en el estudio de la comunidad campesina, aun con diferencias en su interior, antes que en la clase social (Eva Serra, 1984: 13-15). Por su parte, desde la historia del derecho, si bien centrado en el período de formación medieval, Josep M. Font Rius, ya en el año 1946, ha planteado el paso del regimiento inorgánico al regimiento orgánico del municipio. Y Josep M. Torras y Ribé (1983) ha analizado, sobre todo, el municipio borbónico. En medio, queda el período que aquí nos proponemos estudiar, los siglos XVI y XVII, o lo que es lo mismo, desde las reformas municipales de Fernando II de Aragón a la implantación del decreto de Nueva Planta. Tres tesis doctorales dirigidas por la profesora Eva Serra entran de lleno en el estudio de la comunidad campesina. Dos estudios hacen referencia a zonas de montaña, el Pallars, estudiado por Josep M. Bringué, y el Valle de Arán, por M. Àngels Sanllehy, las dos presentadas en 1996. Por otra parte, y con otro enfoque, la comunidad campesina se ha analizado desde el punto de vista de la conflictividad, desde las letras de inicio de pleito en la Audiencia entre 1591 y 1662, en que la comunidad campesina era el sujeto de la demanda, con lo que aparece la colectividad en el centro y como actor principal (Jordi Olivares, 2000). Asimismo, se ha estudiado una parte substancial

¹ En la Catalunya moderna, la jerarquía de las poblaciones establece la siguiente graduación: ciudades, villas y lugares. Aquí nos referimos a los lugares, y, de manera específica, a las universidades rurales o de payés (Víctor FERRO, 1987: 148, 150, 181-182), con todo, estarán en estrecha relación con las villas, a menudo cabeza de una bailía o baronía, como pasa, por ejemplo, con Hostalric, capital del condado de Cabrera y de Bas, o Castelló d'Empúries, que lo es del condado de Empúries, o Peralada, capital del condado de Peralada desde 1599 y vizcondado de Rocabertí (Víctor FARÍAS, 2009). Sea por la dificultad de no poder contar con la documentación de estas pequeñas localidades, la realidad es que pocas veces se conocen las bases de su funcionamiento interno y en las síntesis generales se les suele aplicar aquello que se sabe de las villas y sobre todo ciudades, más conocidas y mejor estudiadas, porque han conservado la documentación (Jordi OLIVARES, 2000: 28; 33-36).

de la cohesión comunitaria, o lo que la hace posible: la relación que se establece con los comunales y su gestión (Ernest Belenguer, Jaume Dantí, Valentí Gual, 1998 y 1999), y también los episodios de lo que, en la línea de Marc Bloch, se conocen como el asalto a los comunales (Mònica Bosch, Rosa Congost, Pere Gifre, 1998) y el individualismo agrario, en procesos de cerramiento de tierras a partir de los bandos expedidos por la Bailía general de Catalunya, apreciables a partir de 1585 (Mònica Bosch, Rosa Congost, Pere Gifre, 1997, 1999; Montserrat Pellicer, 2007, 2008). Otros estudios han analizado la diferenciación campesina (Llorenç Ferrer, 1986) y especialmente significativo es el análisis que de Sentmenat efectúa Eva Serra (1988: 342-400) cuando relaciona endeudamiento, sistema de herencia, mercado de la tierra y grupos sociales. Por otro lado, la diferenciación campesina se manifiesta en la segunda mitad del siglo XVII, a través de la desigualdad que enfrenta a las élites campesinas, algunos señores útiles y propietarios de mansos con privilegio de ciudadanos honrados de Barcelona, con el conjunto de la comunidad en materia fiscal, cuando algunos, pocos, se convierten en exentos de la carga fiscal, lo cual acaba por romper la cohesión comunitaria (Pere Gifre, 2012). Otro enfoque hace referencia a la financiación de las comunidades campesinas, a las dificultades para hacer frente a las necesidades perentorias, y al fuerte endeudamiento al que se ven sometidas, sobre todo a causa de la fiscalidad de guerra, la mayoría son estudios parciales, ahora disponemos de obras de síntesis, centradas en los siglos XVII y XVIII que señalan las etapas de endeudamiento y también las formas más comunes para reducirlo, básicamente, las concordias a que llegan las comunidades con los acreedores (Llorenç Ferrer, 2014; Jordi Casas, 2021).

En esta ocasión, nos centraremos en el estudio de los privilegios concedidos a las universidades catalanas de los siglos XVI y XVII, que son la base jurídica de la organización de la comunidad. Dejamos para más adelante el estudio de la normativa emanada de la misma universidad, así como los usos y costumbres que organizan el acceso a los usos y bienes públicos, que suelen aflorar en momentos de conflicto. El estudio de los privilegios debe ser situado en su marco comunitario, no puede aislarse de las poblaciones vecinas, ni tampoco pueden entenderse sin conocer las necesidades y la disponibilidad de quien ejerce la jurisdicción. Aquí se expondrán algunas situaciones, tendencias, a la espera de exhumarse más documentación para proseguir. Todo ello con la dificultad añadida de que son pocas las pequeñas poblaciones, que son las que nos interesa estudiar, que han conservado su archivo. Sabemos que los privilegios eran guardados en arcones de madera, con tantas llaves como cónsules o jurados tenía la comunidad, aun y así, pocos han llegado a nuestros días. Las ciudades y villas principales, a finales del mil quinientos, hicieron un esfuerzo para recopilar esta documentación en los llamados libros de privilegios, algunos de los cuáles han sido publicados,² pero la mayoría de pequeñas poblaciones no han dejado ningún ejemplar. Hemos procedido, en las poblaciones de jurisdicción real, al vaciado sistemático de los registros de cancillería, donde debían copiarse los privilegios. Por el contrario, en las poblaciones de jurisdicción señorial, hemos optado por dos vías: la de los archivos de la nobleza, la casa de Medinaceli, centrándonos en el condado de Empúries y el vizcondado de Cabrera y Bas, probablemente, por extensión y población, dos de los estados principales de Catalunya;³ y, por otra, la búsqueda en los archivos de protocolos notariales, que hacían las veces de registro baronial, algunos pocos con volúmenes específicos del señor jurisdiccional, que ejercía el control de la la notaría, pero no siempre se han conservado. Los archivos municipales, que es donde deberían haberse

² En el obispado de Girona, se han publicado los privilegios de la ciudad de Girona, y también de villas como Blanes, Figueres, Olot o Palafrugell. Existen, sin publicar, como mínimo, los libros de privilegios de Banyoles, la Bisbal y también de Torroella de Montgrí, depositados en archivos públicos. En colecciones y archivos privados habrá más.

³ Sobre la extensión de los dos grandes estados objeto de estudio, en 1646, puede verse el mapa, por comarcas, que traza Jordi Vidal Pla, 1984: 121, 122, 123, 124, y los diferentes lugares que los integran: 218, 224-226.

guardado, y que se encuentran centralizados en los archivos comarcales, aportan algún documento, pero pocos ejemplares hemos podido localizar. De modo que partimos de una muestra, suficiente para este primer cometido, que solo podrá verse ampliada en futuras investigaciones.

2. La negociación en la base de la formación de los instrumentos de gobierno de las comunidades campesinas

En época bajomedieval, el cuerpo de la universidad se va dotando de privilegios (Josep M. Font Rius, 1985: 363-364, 474-475) que organizan, disponen el regimiento de la universidad, representan y, al mismo tiempo, cohesionan la comunidad campesina. Estos privilegios son obtenidos del señor, el rey o un noble barón, feudal, laico o eclesiástico, que ejerce la jurisdicción sobre el lugar o parroquia. Así es como lo refleja el jurista Jeroni Grau, en 1570, al frente del consulado de la Seu de Urgell, en el que es un tratado para el gobierno municipal.⁴ Los privilegios de las comunidades se obtienen tras un pacto. El conjunto de la parroquia o universidad, previa asamblea de la comunidad, decide solicitar de su señor aumentar las cuotas de autonomía, el señor, que ejerce la jurisdicción sobre el lugar, responde a la petición expuesta por los síndicos con el “place” o “no place”, o matiza lo solicitado en el momento de la decretación. Generalmente, cuando se llega a este momento, a la petición de los síndicos campesinos salidos de la asamblea o consejo de los cabezas de familia del lugar, tratado y negociado previamente con las autoridades señoriales, entre las cuales no faltan los juristas, se contesta con el place, mientras no suponga un cambio radical con los privilegios existentes, en cuyo caso la respuesta será negativa. Al señor, por su parte, le interesa retener, mantener y aumentar, si es posible, su población, y en consecuencia la renta percibida. En la negociación, donde también se incluye la posibilidad alta de que la comunidad pueda pagar por ello en forma de donaciones a sus señores, aparece un elemento a tener presente, la competencia existente entre las poblaciones de señorío y las que son de jurisdicción real. Aunque en el siglo XVI, en diferentes ocasiones, para contentar los brazos señoriales en cortes, el rey decidiera no permitir la luición de la jurisdicción feudal (Eva Serra, 1999: 173), hay algunas poblaciones que, pagando al señor el precio por el cual, en la Baja Edad Media, la jurisdicción real devino señorial, con el sistema de la venta a carta de gracia (Maria Teresa Ferrer, 1973) y, por tanto, con pacto de retroventa, retornan a la jurisdicción real (las baronías de Siurana, Monells y Ullastret, que comprendían otras pequeñas poblaciones, lo consiguen el 1562 o la de Verges, el 1587, por ejemplo) Otras poblaciones, en cambio, como el condado de Empúries, ven fracasado su intento y desisten del pleito de reversión a la corona al firmar diferentes concordias, en 1629 lo hace Castelló d’Empúries, y en 1631 el sector más reticente: Sant Pere Pescador, y eso que tenían muy presente que la villa de Cambrils, bajo el señorío de la misma casa de Cardona, lo había conseguido en 1588, después de más de sesenta años de lucha. Y no son pocas las comunidades que, después de largos años de pleito para revertir a la corona y de esfuerzo económico, acaban quedándose bajo la jurisdicción baronial, eso sí, a cambio de confirmar los privilegios anteriores y aumentarlos, lo cual también debe entenderse como una forma de presionar a los señores jurisdiccionales. Esta realidad es más significativa a partir de 1585 cuando las comunidades campesinas podían evocar sus causas colectivas a la Audiencia, con lo

4 “[...] las universitats no tenen jurisdicció, cognició, llibertats ni altres drets per a exercir-los en les ciutats, viles o llocs de tals universitats o en les tals universitats són, sinó tant quan los senyors d’elles, ço és, lo rei o baró, los han consentit, concedit o donat” (Lluís Obiols, 2019: 88-89). Todo empieza con los privilegios.

que superaban la jurisdicción señorial, la primera instancia judicial, en el caso de sustanciarse causas que afectaban a pupilos, viudas o pobres, lo cual se cumplía en todos los casos, y que supusieran un mínimo de 300 libras, que ascendieron a 1000 en la corte general de 1702 (Víctor Ferro, 110-111; Jordi Olivares, 2000: 71-76).

Las poblaciones de jurisdicción real, desde la Baja Edad Media, tienen representación en cortes, y es desde esta institución, o en paralelo a las sesiones de cortes, que se proyecta la negociación.⁵ Las poblaciones bajo jurisdicción real acostumbran a marcar la pauta en la consecución de los privilegios constitutivos de la universidad. A modo de emulación, y para evitar la disminución del número de posesiones y vasallos, los señores conceden a las poblaciones de señorío aumentar sus privilegios. Especialmente en el siglo XVI, cuando las convocatorias de cortes generales en Catalunya son abundantes, las poblaciones reales, comenzando por las que tienen plaza en cortes, aumentan sus privilegios. Paralelamente a las deliberaciones de los brazos en cortes, los síndicos de las poblaciones representadas negocian con los representantes reales nuevos privilegios con los que acrecentar su nivel de autonomía. Con un cierto retraso, en función de la cohesión interna, y de la disponibilidad y fuerza, las comunidades situadas bajo la jurisdicción señorial, también ven aumentados sus privilegios. En la negociación en cortes, no todo gira en torno a la donación o subsidio que pide la corona, los brazos estamentales demandan leyes y justicia con la que poner fin a los agravios acumulados por los oficiales reales entre corte y corte (Eva Serra, 2018: 37-47). Cuando se clausuran las cortes, una parte importante del trabajo de la cancillería va destinada a la resolución de las peticiones de los síndicos de las poblaciones reales en forma de decretación de privilegios a sus respectivas universidades. Lo mismo sucede con los señores presentes en el brazo militar o con los representantes del brazo eclesiástico. Un buen final significa recompensas para los presentes, como sucedió de manera espectacular tras las cortes de 1599, en que mayoritariamente los componentes del brazo militar salieron muy favorecidos (Miquel Pérez Latre, 2003: 255-256), y los síndicos de las universidades del brazo real a título personal (Eva Serra, 2003: 10-11), si bien se olvida que también obtuvieron privilegios muchas de las poblaciones convocadas en cortes por el brazo real (Eva Serra, 2003: 1-2), como lo fue Perpinyà, Vinçà o Illa, en el condado del Rosselló (Eva Serra, 2000: 343-344). No habiendo conseguido clausurar las cortes en las convocatorias de 1626 y de 1632, a causa de, básicamente, aunque no únicamente, de la cuestión fiscal del quinto, impuesto que recaía sobre las ciudades, villas y lugares, la vía para aumentar la autonomía de las universidades también entró en un camino de dificultades (Eva Serra, 2018: 124-132). Siguieron concediéndose privilegios, pero ni tantos, ni tan generalizados. No habiendo convocatoria de cortes, cada población debía seguir su propia estrategia, con lo cual la monarquía rebajaba el nivel de presión que pudiera tener ante el brazo real reunido en cortes.

En la negociación entre las poblaciones y sus señores también cabe atender a las necesidades señoriales, como pasaba con las necesidades perentorias de la monarquía en cortes, aprovechadas por las poblaciones para aumentar sus cuotas de poder. Generalmente, los señores piden donaciones de sus vasallos para acometer gastos domésticos importantes, como puede ser la boda de sus hijos. Las poblaciones

⁵ A partir de la *"Nòmina de las ciutats, vilas y llocs del Principat de Cathalunya y Comtats de Rosselló y Serdanya, dividits per las Veguerias"*, de Luis de Peguera, escrita entre 1604 y 1610, y publicada en 1632, con expresa referencia a su jurisdicción, se calcula que el 71,45% de las ciudades, villas y lugares de Catalunya estaban bajo jurisdicción baronial, laica (46,73%) o eclesiástica (24,72%), la real suponía el 28,55% (John H. Elliott, 1966: 90; Víctor Ferro, 1987: 138; Jordi Olivares, 2000: 31-33). En el obispado de Girona, el realengo tendría una extensión superior. Para el siglo XVIII, se calcula que, si bien en el corregimiento de Figueras se situaría en la media, con el 28,13%, en el corregimiento de Girona asciende al 52,97%. Traducido en porcentaje de población, el realengo en el corregimiento de Figueras se elevaría al 30,69% de la población y bajaría, en relación a su extensión, en el de Girona al 39,56% (Jesús Burgueño, M. Mercè Gras, 2014: 51-53).

responderán más o menos favorablemente en función de la relación con su señor y sus oficiales. En el condado de Empúries, por ejemplo, fue habitual en el siglo XVI el donativo por el denominado derecho de maridaje, por el cual las poblaciones decían contribuir graciosamente, sin que supusiera obligatoriedad, con un donativo a su señor ante los enlaces de sus hijos. A partir de 1599, cuando recupera el condado Joana de Cardona, las cosas se tercián y el condado, que había sido secuestrado por la monarquía y sus rentas confiadas a Ramon de Torrelles entre 1570 y 1595, inicia el proceso para la reversión a la corona. Ante la demanda de pagar el derecho de maridaje, las diferentes universidades del condado alegan que eran donaciones graciosas, no obligaciones.⁶ A lo que los agentes del duque responden con la presentación de cartas de pago efectuadas con anterioridad como prueba.⁷ Para entender la relación entre los señores y la comunidad campesina en su conjunto, más allá de contar con la posibilidad de desembolso de la comunidad, que solía pasar por la imposición de rediezmos sobre las cosechas y tallas a los vecinos, hay que saber cuál es la situación patrimonial y familiar de las finanzas señoriales. Con lo que habrá tendencias generales a observar, pero también situaciones que se salen de la regla. Sólo un análisis profundo de la cohesión interna de la comunidad y de la situación del patrimonio señorial en cada momento nos dará pautas para entender la relación que se establece entre el señor y la comunidad, teniendo siempre muy presente que la última decisión corresponde al señor jurisdiccional.

3. La dinámica de las comunidades campesinas en los estados señoriales

Hay muchas maneras de acercarse a la dinámica de las comunidades campesinas. En esta ocasión lo haremos al ritmo de los privilegios solicitados y obtenidos de sus respectivos señores jurisdiccionales, en lo que, cuando es una concesión general, como pasa en el vizcondado de Cabrera y de Bas, es el reflejo de la cohesión comunitaria, ya que, previamente, han debido reunirse los consejos generales de las universidades, nombrar síndicos, acordar un donativo, poner por escrito una solicitud de privilegios y acudir al procurador señorial. Detrás de un privilegio general, y también de cualquier privilegio concedido a una sola universidad, hay una dinámica organizativa que implica a toda la comunidad o, al menos, a la mayor parte de ella (Jordi Olivares, 2000: 43). Porque, y esto hay que tenerlo presente, en este caso, no es la totalidad del vizcondado la que negocia con el señor, sino una parte, un total de catorce poblaciones obtiene privilegios exclusivos en 1524.⁸ Por otro lado, veremos el caso contrario, las poblaciones del condado de Empúries entablan proceso para la reversión a la corona, en la cual, al inicio participa todo el condado, pero el desenlace será negativo para sus pretensiones, cuando algunas de las universidades principales llegan a concordias con su señor.

⁶ Hay pleito pendiente en la Audiencia de Barcelona en 1633, sobre la posición de las universidades, Arxiu Municipal de Castelló d'Empúries. Arxiu Ducal de Medinaceli, comtat d'Empúries, doc. 10.342 (AMCE. Fons ADM, comtat d'Empúries). También encontramos donativos por derecho de maridaje en el vizcondado de Cabrera y de Bas, en 1590 y 1591, Arxiu Històric d'Hostalric. Arxiu ducal de Medinaceli a Catalunya, doc. 4.746 (AHH. ADM).

⁷ AMCE. Fons ADM, comtat d'Empúries, doc. 10.337, 10.338, 10.339, 10.340, 10.341.

⁸ Para una aproximación a los territorios que componían el vizcondado de Cabrera y de Bas en 1527, momento de la toma de posesión de Federique Enríquez, almirante de Castilla, a través de procurador, y más tarde por parte de Gastón de Montcada, el 1594, Josep M. PONS GURI, 2001, 2006.

4. El vizcondado de Cabrera y de Bas, primera mitad del siglo XVI

El vizcondado de Cabrera y de Bas en los años 1524 y 1542 estaba en posesión de Ana de Cabrera y de su esposo Luis Enríquez de Cabrera, conde de Módica, que vivía en Sicilia, y al frente de sus estados tenía como procurador al baile general de Catalunya, el cual, con el beneplácito del conde de Módica, concede diferentes privilegios a sus vasallos. En 1524, concede 14 capítulos generales al vizcondado de Cabrera y 43, a lugares particulares, de los que quedan exceptuados, entre otras poblaciones, Hostalric, la capital del vizcondado de Cabrera, y Blanes, que siguen dinámicas particulares, y en los capítulos algunas poblaciones del litoral piden ser como Blanes, que ya goza desde 1458 de un regismo orgánico permanente, primero en forma de dos síndicos, permanentes, y a partir de 1477, con jurados al frente de la universidad (Josep M. Pons Guri, 1969). En el preámbulo se especifica que los privilegios se conceden a cambio de un donativo ("*voluntarium servitium, sive donatium*") de 3125 libras, para afrontar los gastos de sus estados, en especial el pleito con el vizconde de Peralada. En 1542, el donativo del vizcondado de Bas es menos cuantioso, doscientas libras, y se les concede 29 capítulos; la bailía de Orri también dona doscientas libras, y obtiene 16 capítulos.

Tres privilegios, con un total de 102 capítulos, concedidos a los vasallos del vizcondado de Cabrera y de Bas, nos permiten situar el punto de inicio. Hemos agrupado los capítulos por temas y obtenemos una primera imagen. En seis de los capítulos se trata explícitamente de la jura de los privilegios, gracias, usos y costumbres, escritos y no escritos (entiéndase, con inclusión del derecho consuetudinario), por parte del vizconde, es decir, la ratificación de los anteriores y el expreso cumplimiento de los presentes, a los que siguen, en el vizcondado de Bas, que los oficiales señoriales no serán reconocidos por los vasallos si antes no han jurado el cumplimiento de los privilegios. Podríamos considerar que son simples capítulos sin consecuencias, si no fuera porque sabemos con certeza que la aceptación y el cumplimiento de los privilegios concedidos por los predecesores marcan el grado de autonomía de las poblaciones.

En estos tres privilegios sobresalen otros capítulos relativos al señor jurisdiccional: los oficiales señoriales deben ser naturales del Principado, pero, sobre todo, se limita el número a los existentes y en todo caso, las funciones del procurador patrimonial pueden ser ejercidas por parte del baile, salido de una propuesta, generalmente una terna, comunitaria. Los capítulos más significativos, por cantidad y por lo que representan, son sobre la justicia señorial, la jurisdicción, y especialmente se refieren a que los vasallos no sean encarcelados, excepto en caso de delitos de sangre, si pueden presentar avales suficientes y que resten en su propio domicilio. Aquí se sigue la demanda de autonomía, en el vizcondado de Cabrera, en relación a Hostalric, y en el de Bas, para que queden dentro del territorio, de manera especial en el Mallol, donde se concentra la curia y la notaría del distrito de Bas. En la bailía de Orri, la universidad de Arbúcies pide que el baile tenga la obligación de purgar tabla. La justicia tiene, aún en 1524 y 1542, un lugar preferente en la relación entre señor y vasallos, pero los vasallos, con medidas de gracia: como el perdón de las penas impuestas hasta el momento, si no son actos criminales, o el control de los agentes señoriales, avanzan en su autonomía colectiva.

Por otro lado, otro grupo de capítulos hace referencia a las prestaciones señoriales, tanto las derivadas de la jurisdicción: el hecho de no verse obligados a bagajes o carruajes fuera del vizcondado, pero también el modo como deben satisfacerse los pagos en especies (el cambio de la cebada, que no se cultiva, por la avena, o su pago en dinero), y el decimar en grano, y no en gavilla, y si es en gavilla, desde la era del

campesino para poder aprovechar al máximo la paja. También son varios los capítulos, aunque sujetos al derecho enfiteútico, en que las poblaciones hacen demandas de reducción, y hasta la exención, de laudemios y de forscapios. Y aún un grupo de capítulos de los privilegios hacen referencia a la notaría, a que el notario tenga residencia fija en el lugar o la bailía, y a la custodia de los actos notariales en la misma localidad o en el Mallol, en el vizcondado de Bas, en lo que hace pensar en reducir la dependencia señorial de las notarías de distrito, a las cuáles debe acudir obligatoriamente el vasallo a escriturar sus actos. Más directamente, se persigue evitar la intromisión de los oficiales señoriales en los actos de cabrevación, en que se apunta a prácticas fraudulentas, con lo que se considera que si se consigue depositar los registros notariales en la misma población y con acceso directo de los vasallos, se impiden los fraudes.

Seis capítulos van destinados a la figura del baile, que las comunidades quieren que sea de nombramiento señorial, pero a propuesta de las comunidades, a partir de una terna, y que sea obligado, al empezar el trienio, a jurar el cumplimiento de los privilegios específicos de la bailía y de los generales del vizcondado de Cabrera y de Bas. E incluso algunas comunidades piden que esté obligado a purgar tabla cuando acabe el ejercicio trienal (Arbúcies, en la bailía de Orri, o Tordera, en término del castillo de Montpalau). Es decir, un vasallo salido de una propuesta de la comunidad, que debe jurar el cumplimiento estricto de los privilegios, entiéndase pactados, y que puedan ser denunciadas sus malas prácticas cuando acabe su mandato.

Tabla 1. Temática de los capítulos concedidos al vizcondado de Cabrera y de Bas, y bailía de Orri, en los privilegios de 1524 y 1542					
Temática de los capítulos	Cabrera, 1524		Orri, 1542	Bas, 1542	Total
	General	Lugares			
Privilegios	2	0	1	3	6
Oficiales señoriales	2	3	3	4	12
Justicia señorial	5	6	6	7	24
Donativo al vizconde	1	1	1	0	3
Prestaciones señoriales	1	6	2	3	12
Notaría, notarios	0	6	0	3	9
Gracias a los vasallos	2	0	1	0	3
Baile	0	4	1	2	7
Regimiento de la universidad	0	5	0	1	6
Finanzas de la universidad	1	0	0	1	2
Concesiones a la universidad	0	7	0	1	8
Mercado	0	2	0	2	4
Usos comunitarios	0	1	0	0	1
Otros	0	2	1	2	5
Total	14	43	16	29	102

TABLA 1

Temática de los capítulos concedidos al vizcondado de Cabrera y de Bas, y bailía de Orri, en los privilegios de 1524 y 1542

Fuente. AHH. ADM: 798, 980, 982.

En cuanto a la organización comunitaria, se destinan veinte los capítulos a ello, y aún, algunos hacen referencia a la ratificación de privilegios anteriores. Por un lado, los que se destinan al regimiento de la universidad: juradería o consulado, que es una simple cuestión de nombre, implica la existencia permanente de la representación de la universidad, que muy pocas poblaciones tenían en 1527 y que se seguían rigiendo por un sistema asambleario inorgánico, como lo consideran los juristas Mieres, Cáncer o Cortiada, es decir, se regían por una asamblea general, en la que las decisiones eran decididas por la mayoría de los presentes. Un capítulo a considerar es el presentado y obtenido por la bailía de Orri, que hace referencia a tener dos síndicos de la bailía: lo que es una representación permanente de la universidad ante la curia señorial o los oficiales, o la misma Audiencia de Catalunya. Por otro, las concesiones relacionadas con la financiación de la comunidad, conseguida al poder disponer de horno y panadería, taberna y carnicería, las cuales, puestas en arrendamiento, aseguraban el acceso a los productos básicos de la supervivencia de la comunidad, la universidad conseguía unos ingresos seguros y además podía imponer gravámenes al consumo, como pasará en Anglès en relación al corte de la carne. Y aún queda la concesión de feria, una, y mercado semanal, con lo que asegurarse la afluencia del entorno y el intercambio de productos. Puede parecer sorprendente un único capítulo relacionado con el acceso a los bienes comunales: el que hace referencia a Riudarenes, el de la fadiga o prelación en el acceso a los usos del estanque de Sils; no lo es si tenemos en cuenta que durante la primera mitad del siglo XVI, era una práctica consuetudinaria, en pequeñas poblaciones, en las cuales aún no se ha expresado el individualismo agrario (Marc Bloch, 1930). No debe regularse lo que la práctica, y los usos y costumbres hacen posible, la regulación llegará cuando se presenten las diferencias y estas derivarán de procesos de patrimonialización.

5. El condado de empúries, primera mitad del siglo XVII

Al cabo de un siglo, la situación en el condado de Ampurias ha evolucionado en relación al regimiento de las universidades, ya se halla constituido un regismo permanente. Las vicisitudes del condado de Ampurias pasan por el secuestro de las rentas, asumidas por el patrimonio real, desde 1570, hasta que, a la conclusión de la corte general de 1599, el rey levantó el secuestro, con lo que nos encontramos con la toma de posesión del condado en 1599 por el procurador de Ana Folch de Cardona, duquesa de Cardona y condesa de Empúries. Mientras tanto, en pleno secuestro, las universidades del condado de Empúries incoaron pleito ante la Real Audiencia de Cataluña con la finalidad de quitar la jurisdicción baronial y convertirse en real. Con todo, las poblaciones rindieron homenaje y dieron posesión a la duquesa en 1599 (Marisa Roig, 2021). Conocemos el desenlace del proceso, básicamente, por la defección de Castelló, capital del condado, a la que siguieron otras universidades importantes, como Cadaqués y Empúries, con lo que el proceso para revertir a la corona sería proseguido por una parte del condado, Sant Pere Pescador y las otras localidades menores del condado, que siguieron adelante en el proceso para revertir a la corona, aunque no por mucho tiempo porque no encontraron la ayuda solicitada de la ciudad de Barcelona, a la cual recurrieron.⁹ Pero lo que nos interesa destacar es el fin del pleito, y para ello nos referiremos a las

⁹ La petición a la Ciudad de Barcelona en AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 10.243. La respuesta del Consell de Cent es contraria a la pretensión de los síndicos de Sant Pere Pescador y demás poblaciones que se mantienen en la causa: *"per ningun comú té interès algú la ciutat de Barcelona en què lo comtat de Empúries sie reduït a la corona real és molt convenient done repulsa als syndichs de ditas pocas universitats del comtat de Empúries que tant voluntàriament y contra justícia ... volen sustentar lite y causa contra lo dit excel·lentíssim duch de Cardona, llur senyor natural"*, AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 10.242, f. 30-31). Véase también la notificación de la resolución al conde de Empúries, AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 10.242, y otros documentos impresos sobre lo mismo: 10.245, 10.248 y 10.250.

concordias a que llegaron, primero, Castelló, en 1628, y luego, más tarde, el núcleo de la resistencia, Sant Pere Pescador, en 1631.

El 27 de octubre de 1628, después de diversas negociaciones entre los abogados del duque de Cardona y conde de Empúries y los de la villa de Castelló d'Empúries, se firmó una concordia por la cual la universidad de Castelló renuncia a la causa de reversión a la corona. Las presiones fueron evidentes y de todo tipo, pero las razones quedan evidenciadas en los capítulos de la concordia, cuando el duque y conde de Empúries asume la mitad de la deuda censal de Castelló: hasta 10.000 libras de capital, que suponía un interés anual de 500 libras, 3 sueldos y 6 dineros, con el pacto expreso de liquidarlos en el período de quince años, y ponía como garantía las rentas que se derivaban del arrendamiento anual del estanque de Castelló y de la misma curia condal. Además, reafirma los establecimientos enfiteúticos de los comunes a la villa de Castelló y de los molinos, y condona a sus habitantes todos los censos debidos y los reduce al pago simbólico de dos capones anuales. Además, el conde se hace cargo de un pleito en que estaba inmersa la universidad contra Pedro Ribas, señor feudatario del duque, por los daños causados en Vilanova de la Muga por la esclusa construida para aportar agua a los molinos de Castelló. Y, además, les concede diversos privilegios que afectaban a la villa en materia de justicia: resarcirá a los que hayan padecido el derecho de marca por parte de la ciudad de Barcelona al sacar cereales del condado, las causas de apelación se substanciarán en la corte ordinaria de Castelló, también en el caso de reincorporación de poblaciones al condado de Empúries. La corte de Castelló cobrará todas las penas pecuniarias; en caso de penas de prisión, si no fuera por causas criminales, los habitantes de Castelló no deberían entrar en prisión, quedarían arrestados en sus casas. Otros hacen referencia a los oficiales del condado, como que el hecho de no deber purgar tabla, no suponga menoscabo de sus funciones, de ello se ocupará el duque. Por último, dos capítulos afectan directamente el regimiento de la universidad de Castelló: les da licencia para cargarse de censales e imponer veintenos sobre las cosechas y tallas sobre la población sin deber pedirlo a los oficiales del conde y, finalmente, que las sentencias en las causas rústicas, las que deben ser substanciadas por los jueces rusticales, los recursos deban presentarse ante los cónsules, que son cuatro, y en última instancia ante el gobernador del condado. Con estas concesiones, el conde de Empúries consolidaba, si era necesario, la capitalidad de Castelló.¹⁰ Es evidente que la renuncia a seguir la causa era la condición de todo lo anterior, si se contravenía la concordia, la universidad debería restablecer en todo al conde; si algún oficial o el propio duque incumplía algunos de los puntos acordados sería bajo pena de 6000 libras.¹¹

Mientras la vía de Castelló fue seguida por Cadaqués¹² y por Empúries,¹³ Sant Pere Pescador dirigió la resistencia. Una resistencia que pasaba por encuentros de los síndicos de las universidades del condado en la villa real de Figueres y por seguir la vía judicial ante la Audiencia en la ciudad de Barcelona. Las presiones

¹⁰ En una reunión de los síndicos del condado, en la villa de Castelló, el 4 de octubre de 1648, reconocen que "*Castilionis Emporiarum, que totius Emporiarum comitatus caput est, ubi tam virtute privilegiorum quam etiam de antiquissima et inveterata consuetudine accusa et inconcusse observata*" (AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc.11.126).

¹¹ AMCE. Fons ADM, comtat d'Empúries, doc. 10370. Arxiu Històric de Girona (AHG). Notaría de Castelló: 1562, f. 150v-163r.

¹² Mediante negociaciones y concesiones, entre ellas la reducción del pago de la tasca de grano y uvas a dos sueldos por vesana en las tierras cultivadas y a seis dineros en tierras boscosas y yermas, a cuenta del pago por la reducción de 125 doblas (AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 11.093). Cuando decide renunciar a la causa, expresa el seguimiento de Castelló: "*moguda del que la vila de Castelló havia fet de renunciar al plet de reducció a la corona*" (AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 10.661).

¹³ La revocación del sindicato al síndico nombrado en el pleito es muy parecida a la de Cadaqués, AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 10.643, 10.644.

serán de todo tipo por parte de los oficiales del condado contra los líderes de las comunidades, y no debe ser casualidad que uno de los síndicos sea asesinado en Barcelona. Con toda la presión y la división en las universidades, en 1631, Sant Pere Pescador firmaba su propia concordia. Veamos los términos en los que se hace. Aunque el formulismo sea parecido al de los privilegios, la universidad solicita, y sigue el place de la duquesa Catalina Fernández de Córdoba, en tres de los veintidós capítulos, la duquesa no concede el privilegio: ante la petición de la universidad de no estar obligada a los donativos, la duquesa responde negativamente cuando dispone que el derecho de maridaje es obligatorio, cuestión que había sido objeto de discusión y que se mantendrá el litigio abierto ante la Audiencia.¹⁴ La segunda petición, en este caso idéntica que la de Castelló, hace referencia a que los poblados en Sant Pere no fuesen encarcelados, sino que fuesen arrestados en sus domicilios, excepto en delitos criminales, a lo que no accede la duquesa. Y la última negativa, hace referencia al incumplimiento de las disposiciones acordadas, cuando la universidad de Sant Pere solicita que si se incumple lo acordado seguirá el pleito de reversión a la corona, a lo que la parte de la duquesa dispone que se escriba lo mismo que en la concordia de Castelló. No son diferencias mínimas. El resistencialismo se veía penalizado en aquello que era decisión señorial, no en vano el condado de Empúries no había conseguido su objetivo de retornar a la corona.

Por lo demás, la universidad de Sant Pere consigue los diecinueve capítulos restantes: el primero, hace referencia a la confirmación y la observancia de los privilegios otorgados a Sant Pere Pescador por los predecesores de la duquesa, privilegios de 1298, 1402, 1453, 1460, 1472, 1486, 1505, confirmados en 1522 y en 1601, la sola enumeración es significativa de cuándo se constituye el regimiento de la universidad; igualmente, se dispone que en la toma de posesión, el señor deba jurar los privilegios, prácticas y buenas costumbres del lugar, y en caso de no hacerlo, la universidad no quede obligada a dar la posesión. Sigue, como en Castelló, la remisión de penas y los censos debidos. Pero a partir de aquí, los capítulos son del todo específicos: tener el derecho de sacar los cereales del condado si cualquier otra población tenía el permiso para hacerlo, que el baile del lugar pudiera imponer sanciones hasta cinco sueldos en causas rústicas, tener dos síndicos perpetuamente, lo que supone no tener que pedirlo en cada ocasión, usar del derecho de fadiga, pasados los treinta días preceptivos que tiene el señor, en caso de venta de fincas para que no las adquieran personas residentes en otras localidades y, por tanto, eximidas de contribuir a las imposiciones de la universidad, no tener que llevar ningún producto, ni vituallas a Castelló. Y, en esto hay un hecho diferencial, los otros capítulos hacen referencia a los comunales: impedir que los que no contribuyan a la universidad, no puedan acceder al pasto en los comunales, que quedan reservados a los particulares a título exclusivo, lo cual denota que la universidad se ha convertido en una comunidad de contribuyentes, que se ve ratificada cuando se dispone que, los que no contribuyan a los gastos ocasionados por el proceso judicial, no puedan gozar de los privilegios concedidos; que puedan recoger la leña dejada por las avenidas del río Fluviá, que era una potestad o regalía señorial, así como la exclusividad, también en el derecho a pescar y a cazar. Finalmente, que queden bien definidos los bienes comunales de la universidad de Sant Pere Pescador y descritos en un acto de cabrevación, porque el cabreve existente no era lo suficientemente preciso. Un último capítulo a destacar, en relación a la concordia de Castelló, que denota un cierto resistencialismo, formal, como mínimo, lo encontramos cuando se dispone que si el término de Sant Pere Pescador es alienado del condado, la universidad podrá no reconocer al nuevo señor

¹⁴ Así lo atestigua un Memorial, impreso en Barcelona, de 1633 (AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc. 10342), que hace referencia a una apelación a la Audiencia de nueve universidades del condado: Fortià, Garriguella, Montiró, Sant Pere Pescador, Torroella de Fluvià, Ventalló, Vilacolum, Viladamat y Vilajuïga.

y para ello podrá recurrir, si es preciso, a las armas.¹⁵

Sin duda, las dos concordias responden a situaciones diferentes en las dos universidades del condado de Empúries. Mientras, la villa de Castelló es la que inicia el retorno a la obediencia, se asegura mantener la capitalidad del condado, que concentra la corte y la justicia señorial, además se ve recompensada por la absorción de la mitad de la deuda censal acumulada por parte del conde de Empúries; Sant Pere Pescador se reafirma en su identidad y concentra los logros en la universidad, entendida claramente como una unidad de contribuyentes. Sólo los que contribuyen a las cargas comunitarias pueden acceder a los bienes comunales que quedan asegurados en la concordia a través de la revisión de la cabrevación existente, sólo los que contribuyan al pago del proceso podrán acceder a los logros de la concordia. La concordia de Sant Pere Pescador, además, consolida la autonomía comunitaria cuando puede disponer, de manera permanente, de dos síndicos, sin depender de la anuencia señorial. Sin duda, a cambio de mantenerse en la jurisdicción señorial, con diferencias, las dos universidades avanzan en los logros de autonomía en relación al conde de Empúries.

6. Comunidades campesinas y jurisdicción

Los privilegios que obtienen las universidades que logran hacer efectivo el retorno a la jurisdicción real marcan la línea a seguir para las demás poblaciones. Sin lugar a dudas, como vemos en la tabla 2, las dos últimas cortes del siglo XVI, marcan un momento decisivo para estas universidades, que ven compensado su esfuerzo para la reversión a la corona, con diferentes capítulos que aseguran el regimiento de la universidad, hasta el punto que suponen el 46,41% de los capítulos. Muy por detrás, y tampoco se puede negligir, quedan los capítulos relativos al baile, 14,36%, en el que supone un nuevo baile salido de una propuesta del consejo de la universidad. Sin duda supone un cambio sustancial pasar de un regimiento controlado por un baile de designación señorial, natural o renovable, a uno salido a propuesta del consejo de la universidad, estructurada según el sistema de bolsas y sus oficios elegidos a suertes, supone un cambio sustancial. Como lo es, simbólicamente, la transferencia de los castillos de Verges y la Tallada a sus poblaciones, que se convertirán en la sede del consejo de la población y la bailía: del poder señorial pasamos a la sede del poder político de la comunidad. Por otra parte, las universidades bajo jurisdicción señorial, con otras dinámicas, y de manera más tardía, también verán consolidado el régimen orgánico de la universidad con la reducción de los componentes del consejo. Con todo, las dinámicas serán diferentes, porque las situaciones patrimoniales de sus señores también lo son.

7. Universidades bajo jurisdicción real

Entre las pequeñas comunidades campesinas, las de reciente incorporación a la corona marcan la línea a seguir para las demás. En esencia, el esfuerzo económico efectuado para la luición de la jurisdicción señorial, es el principal argumento para solicitar la confirmación de los privilegios anteriores y la obtención de nuevos. A un largo pleito ante la Audiencia real en Barcelona, con los gastos que ocasionaba, debe

¹⁵ AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc.: 10.637. El traslado notarial en AHG. Notaria de Castelló: 1562, f. 184r-192v.

añadirse el precio pagado por la redención, hecho que explica que se encuentren en un elevado nivel de endeudamiento. Una de las primeras peticiones consistía en la autorización o licencia de poder seguir endeudándose, imponerse nuevas sisas o *vectigales*, a las que siguen peticiones, y concesiones, de poder disponer de carnicería, panadería y taberna, a veces también hostel o posada, que pasaban a poner en arrendamiento anual, con lo que disponer de unos ingresos seguros. Otras veces vemos cómo se establece el regimiento orgánico de la universidad, que, si no lo solicita la comunidad, es el rey, o sus lugartenientes, quienes disponen que sea según el régimen insaculatorio y, finalmente, la presentación de terna de baile. Esto parece haber sido la norma general. Si en un primer momento, alrededor de 1564, el rey y los funcionarios reales se muestran menos proclives a las concesiones: con negativas, como la no admisión a la bailía de Ullastret de tener síndico en cortes, que también se repite, en 1587, para la bailía de Verges,¹⁶ o la negativa de tener almotacén en Palau-sator por considerar que era una atribución del baile, y aun, la de tener notaría propia, otras veces son dilaciones: “que el lugarteniente general se informe y provea”; en cambio, en 1585 y 1599, la magnanimidad parece haber sido la norma.

Asistimos, en los casos analizados, a la implantación de un consejo general reducido. Algunos síndicos, en el preámbulo, exponen los motivos, coincidentes en disminuir el número para evitar los alborotos que se ocasionaban cuando era en régimen abierto, con lo que algunos asistían sin estar interesados en los debates. Por otra parte, el intento de representación es apreciable cuando se distribuyen las bolsas de las que se extraerán los nombres asignados al consejo y al consulado, que se corresponden con las tres manos en que se divide la sociedad agraria: mayor, mediana y menor, al tiempo que también se hace extensible, en la presentación de terna para baile, a que estén los nombres del núcleo cabeza de la bailía y también de las otras localidades, hasta el punto de hacerlo rotativo, un año serán extraídos los representantes de la villa, y el otro lo serán los residentes en el término o foráneos, o villa y valle. En Sant Feliu de Pallerols, la bolsa quinta, de la que se extrae el tercer cónsul, queda reservada a los extranjeros, con lo que serán mayoritariamente occitanos o gascones asentados en la población desde inicios del siglo XVI, cuando se había hecho una llamada a la repoblación, ofreciendo quince años de franquicia a los que se establecieran.¹⁷ A costa de reducir el número de los presentes en el consejo, por el contrario, se aseguran su presencia, con multas de 10 a 25 sueldos a los que se ausentaren. E incluso para los reticentes a jurar el cargo, también se contemplan multas, de 25 libras en Corçà (1599) o hasta el de alejamiento de la bailía por un año a los que no aceptasen el cargo en Ullastret (1593).

En previsión de la negativa a desempeñar el cargo, es especialmente significativo que se haga expresa referencia al salario que debe percibir el baile. En estas poblaciones, ya está establecido que el baile salga de una terna de la comunidad, excepto en Verges, que lo obtiene el 1587, y en la medida en que sus atribuciones van en aumento, y no es un cargo gratificante, se recurre a aumentarles el sueldo. Es destacable esta previsión y penalización a los que no quieran acceder a la representación de la comunidad.

¹⁶ Que tanto está relacionado con la limitación de los síndicos en cortes por parte de la monarquía, como por la ciudad de Girona, que lo llevaban en las instrucciones sus síndicos, en la corte de 1585 (Eva SERRA, coord., 2010: 462), que se repite en las instrucciones a los síndicos de la corte general de 1599 (Josep CAPDEFERRO, 2003: 9 y nota 58).

Privilegio concedido por Felipe II, el 22 de febrero de 1585, en que ratifica el que fuera otorgado por Juan II, el 23 de octubre de 1474, y más tarde ratificados por el emperador Carlos y aún por Felipe II el 1571, Archivo de la Corona de Aragón (ACA). Cancillería. Registro: 4311, f. 130r.

¹⁷ Privilegio concedido por Felipe II, el 22 de febrero de 1585, en que ratifica el que fuera otorgado por Juan II, el 23 de octubre de 1474, y más tarde ratificados por el emperador Carlos y aún por Felipe II el 1571, Archivo de la Corona de Aragón (ACA). Cancillería. Registro: 4311, f. 130r.

Tabla 2. Privilegios concedidos a universidades reales del obispado de Girona con predominio de población campesina, en número de capítulos (1564-1599)

Temáticas de los capítulos	Palau-sator			Ullastret			Verges		Pals		St Feliu Pallerols (1585) ¹⁸	Corçà (1599) ¹⁹	Crespià (1599) ²⁰	Monells (1599) ²¹	Viladasens (1599) ²²	Total
	1564 ²³	1585 ²⁴	1599 ²⁵	1564 ²⁶	1599 ²⁷	1599 ²⁸	1587 ²⁹	1599 ³⁰	1585 ³¹	1587 ³²						
Baile	1	2	2	6		1	7			1	3	1		1	1	26
Juez	1					1	2			1	1					6
Regimiento de la universidad	10		3		33	2	5	2	8		12	8	1			84
Imposiciones y ingresos	2		1			2	2					7	4	2		20
Comunales	1	1	2				3		12			1				20
Orden público	1				1		3		1							6
Otros	1				2		10						2			15
Denegado	1			2			1									4
Total	18	3	8	8	36	6	33	2	21	2	16	17	7	3	1	181

TABLA 2
Privilegios concedidos a universidades reales del obispado de Girona con predominio de población campesina, en número de capítulos (1564-1599)

¹⁸ ACA. Cancillería. Registro: 4312, f. 74v-83v. Sant Feliu de Pallerols, Sant Iscle de Colltort, Sant Miquel de Pineda, Sant Cristòfor de Cogolls, Santa Maria de les Ensies, Sant Cristòfor de les Planes y Sant Pere Sacosta formaban la bailía de la Vall d'Hostoles y Sant Feliu de Pallerols.

¹⁹ ACBE. Ayuntamiento de Corçà. 1.1.1.

²⁰ ACA. Cancillería. Registro: 4879, f. 161r-164v.

²¹ ACA. Cancillería. Registro: 4884, f. 116v-121v.

²² ACA. Cancillería. Registro: 4879, f. 4v-7r. Viladasens y Fellines formaban una bailía, era "calle y brazo" de la ciudad de Girona.

²³ ACA. Cancillería. Registro: 4303, f. 93r-98r. La bailía de Palau-sator la formaban: Palau-sator, Sant Feliu de Boada, Font-clara, Pantaleu, Boada y Sant Sadurní.

²⁴ ACA. Cancillería. Registro: 4310, f. 105r-107v.

²⁵ ACA. Cancillería. Registro: 4884, f. 86v-92v.

²⁶ ACA. Cancillería. Registro: 4303, f. 89v-93r. ACBE. Ayuntamiento de Ullastret. 1.1.1. La bailía de Ullastret la formaban: Ullastret, Sant Iscle, Llabià, Fonolleres, Matajudaica, Castell d'Empordà y Vulpellac.

²⁷ ACBE. Ayuntamiento de Ullastret. 1.1.1.

²⁸ ACA. Cancillería. Registro: 4884, f. 96v-101v.

²⁹ ACA. Cancillería. Registro: 4317, f. 75r-93r. Salvador VEGA, 2010: 149-160.

³⁰ ACA. Cancillería. Registro: 4885, f. 211r-213v. Verges era cabeza de la bailía del mismo nombre, con La Tallada, Bellcaire, Canet, Jafre, Vilopriu, Camallera, Saus, Garrigoles, Marenyà, Tor i Colomers.

³¹ ACA. Cancillería. Registro: 4313, f. 33v-35v, 64r-71v.

³² ACA. Cancillería. Registro: 4316, f. 170v-173v.

Una comunidad que, poco a poco, se define como cuerpo político.

Las universidades consiguen una renta fija a través del arrendamiento al mayor postor de la panadería, la taberna y la carnicería. Cubren las necesidades de la población, y con el uso exclusivo y privativo, se aseguran el suministro de la población. En el caso de Ullastret se dispone además de silo de trigo. La universidad de Corçà consigue asegurar durante tres días una feria, de la cual percibe de compradores y vendedores una pequeña asignación. También la encontramos en Crespià, la universidad asegura el salvoconducto a los que acudan a la feria sin tener que pagar derechos de peaje a la villa de Besalú. Eso obliga a que aparezcan otros oficios de la universidad, el almotacén, para precisar los pesos y medidas, y también los clavarios que, junto con los oidores de cuentas, aseguran la contabilidad de la universidad, que dispone de una deuda acumulada del pleito de reversión a la corona. Algunos privilegios contemplan que puedan hacerse imposiciones de hasta cincuenta libras de pensión anual, con un capital censal de mil libras (Palau-sator, 1585), hecho que no es habitual, porque las imposiciones pasan por licencias por un período de tiempo determinado.

Tabla 3. El regimiento orgánico de la universidad: consejo, cónsules o jurados y bailes			
Poblaciones	Composición del consejo	Cónsules o jurados	Salario anual del baile, en libras
Corçà (1599)	18	3	20
Palau-sator (1564, 1585)	25	2	6 (1564) – 12 (1585)
Pals (1585)	20	3	--
Sant Feliu de Pallerols (1585)	15	3	30
Verges (1587)	14	3	--
Ullastret (1593, 1599)	18	3	25 (1599)

TABLA 3

El regimiento orgánico de la universidad: consejo, cónsules o jurados y bailes

Fuente: las de la tabla 2.

Las particularidades de cada universidad hacen que los privilegios sirvan para afrontar de manera específica cada realidad. La universidad de Pals, por ejemplo, situada en un medio inundable, en que la principal misión consiste en asegurar que el agua corra con facilidad y no se encharque, hace necesario que surja una figura específica, que tenga a su cargo la vigilancia del agua y el desempeño de las obras necesarias para asegurar su curso. Establecen, en 1585, que los jurados salientes se conviertan en jueces de aguas por un año; función que en Palau-sator corre a cargo del baile. En Palau-sator, también en zona de humedales, se obtienen sendos capítulos en sus privilegios para que los propietarios acudan obligatoriamente a limpiar el canal de desagüe que atraviesa la población. En la bailía de Verges, en 1587, se delimitan las zonas de pasto comunitario en los humedales y en la montaña de Montgrí y, por el contrario, se prohíbe en las motas del río Ter para mantener seguro el cauce del río. De manera terminante, la bailía prohíbe el cultivo del arroz por considerarlo nocivo a la salud.

Caso aparte merecen las poblaciones reales consideradas “brazo y calle” de una ciudad o villa real. Disponemos del privilegio de presentación de terna para baile de la bailía de Viladasens y Fellines, de 1599, cuya solicitud es presentada por el síndico de la ciudad de Girona.³³ Los dos síndicos de Girona en cortes, en las instrucciones que tienen encargadas, son instados a procurar que no se amplíe la representación en el brazo real, con explícitas referencias a las poblaciones recién incorporadas a la corona, pero, en cambio procuran por “sus” poblaciones.

8. Universidades bajo jurisdicción señorial

Cronológicamente, y de manera general, las universidades bajo jurisdicción señorial emulan las de jurisdicción real. No son pocas las universidades que inician procesos de luición de la jurisdicción y, porque no consiguen que el pleito prospere, o por las concesiones que les puede ofrecer el barón, obtienen privilegios que suponen mejoras en el regimiento de la autonomía comunitaria. El pleito ante la Audiencia, con sus costes, también debe ser interpretado como una estrategia de presión. Ante todo, cabe contemplar como el rey, pero también los brazos militar y eclesiástico en cortes, y también algunas de las ciudades representadas en cortes, como Barcelona y Girona, se mostraban reacias a nuevas luiciones de la jurisdicción señorial (Núria Sales, 2002: 202-203, 209-210).³⁴ En otras ocasiones, el rey se muestra interesado en que se resuelva el pleito y a ello insta al lugarteniente.³⁵ Pero no prospera.

9. La negociación entre los de abajo, el obispo como árbitro

El obispo de Girona era señor jurisdiccional de diferentes parroquias y universidades, algunas de las principales eran Bàscara, Ullà y la primera, La Bisbal, la tercera en número de población del obispado, según el fogaje de 1553. En las dos primeras, el obispo concede diferentes privilegios que establecen el regimiento orgánico de las poblaciones, y se establece la insaculación para la elección de los oficios. En Bàscara, según privilegio de 1594, se eligen tres cónsules, clavario y almotacén, si bien el obispo establece que no se puedan dictar ordenanzas sin su beneplácito. En Ullà es un poco más tardío: data de 1614, y se pueden elegir dos jurados y un consejo estrecho de doce miembros, y establece una pena de diez libras a los que no acepten ejercer el oficio.

El caso de la Bisbal ofrece otra casuística, ya que se trata de una población compuesta por dos cuerpos distintos: la villa y barrios, y la parte foránea, formada básicamente por campesinos, de los lugares de Sant Pol y Fonteta. De fondo, la universidad de la Bisbal intenta, sin éxito, un proceso para librarse de la

³³ Privilegio de 30 de junio de 1599, ACA. Cancillería, registro, 4879, f. 4v-7r.

³⁴ Puede verse la prorrogación del sobreseimiento de los procesos de luición baronial, y, por consiguiente, la política favorable a la jurisdicción señorial, en las cortes de 1599, 1702 y 1706 en: Josep M. BRINGUÉ, Pere GIFRE, Gerard MARÍ, Miquel PEREZ, Joan PONS, Eva SERRA, 2007: 204-207; también en Eva SERRA, 2014: L-LI.

³⁵ En 1572, el rey se interesa por el pleito de reversión a la corona de Vilanant contra Benito de Vallgornera, iniciado en 1556, proceso acabado sin que el síndico obtuviese el despacho de la Audiencia, y reitera su interés en 1581 (ACA. Cancillería. Registro: 4305, f. 272v; 4308, f. 135v-1436r).

condición señorial y convertirse en villa real. El proceso en la Audiencia se inicia en 1544³⁶ y no se resuelve a pesar de la insistencia de la población, sus síndicos y abogados.³⁷ Pero las diferencias entre la desigualdad impositiva entre los vecinos del núcleo urbano, con un número importante de artesanos, y los campesinos, lleva a la parte foránea, dirigida por sus síndicos, representantes de los mansos, a obtener la separación de la villa. En tal estado se encuentran dos universidades con su regimiento interno independiente entre 1567 y 1644: cada una, por separado, aumentan sus cuotas de autonomía y consiguen nuevos privilegios del obispo.³⁸ Pero han debido repartirse la deuda acumulada. Conocemos cómo se la repartirá la parte foránea en 1620, de acuerdo a la división tripartita en brazos, la cual denota una enorme desigualdad en el conjunto de los vecinos, pero, según parece, hay una distribución que sigue las posibilidades de cada casa, no sabemos cómo se efectúa el cálculo.

	Casas	Asignación	%	Promedio	Mediana
Brazo mayor	22	5.000	66,71	227,27	200
Brazo mediano	23	1.800	24,02	78,26	80
Brazo menor	33	695	9,27	21,06	10

TABLA 4

Repartición de la deuda censal entre los vecinos de la universidad foránea de la Bisbal, 1620, en libras

Fuente: Libro de privilegios de la universidad foránea de la Bisbal. Propiedad particular.

No obstante la autonomía de cada núcleo de población, si bien la villa conserva la panadería, la taberna y la carnicería, las diferencias y los pleitos abundan, hasta el punto que en 1644, en pleno secuestro de las rentas del obispo de Girona por parte de la administración francesa, las dos universidades acuerdan retornar a la unidad,³⁹ para la cual disponen una composición del regimiento de la universidad de la Bisbal en una proporción de dos a uno; dos jurados de la villa, uno de la universidad foránea; y ocho consejeros de la villa y cuatro de la foránea forman el consejo estrecho; mientras que de las treinta y seis personas del consejo general no se establece ninguna relación. En general, se estipula que haya una participación de la villa y de la foránea en términos proporcionales en materia fiscal, con la posibilidad del recurso al obispo como árbitro, pero, y aquí nacerá el problema, a la hora de repartir las tallas o alojamientos de soldados se establece una norma general: que se distribuya según el poder de cada cual. La presencia militar constante, en que se encontrará el obispado de Girona durante la segunda mitad del siglo XVII, provoca numerosos conflictos por la distribución de la imposición. La foránea alega que sobre ellos recaen indiscriminadamente los alojamientos. La villa, por su parte, alega excesiva carga de tallas, con lo cual, las dos personas, una en representación de cada conjunto de habitantes de la población, encargadas de la distribución de la carga fiscal difícilmente se ponen de acuerdo. En 1704, después de sentencia arbitral

³⁶ Arxiu Diocesà de Girona (ADG). 1.1.1. C15, núm. 98.

³⁷ El 22 de setiembre de 1585, el rey se refiere al pleito, que llevaba cuarenta años en la Audiencia, listo para sentencia y se interesaba para que se resolviera (ACA. Cancillería, registro, 4309, f. 227r-228r).

³⁸ Arxiu Comarcal del Baix Empordà (ACBE). La Bisbal. 1.1. Los privilegios obtenidos por la villa en 1588, 1591, 1609. La concordia de separación de 1567, en f. 39-61. El libro de privilegios de la universidad foránea se encuentra en posesión de un particular.

³⁹ ACBE. La Bisbal. 1.3. s.p. 23 de mayo de 1644.

del obispo, que impone una estimación de la riqueza de la villa y de la parte foránea, y que llega a la conclusión de que la riqueza de la foránea dobla la de la villa, es contestada por los síndicos de la foránea cuando discuten la forma de cálculo efectuado en la riqueza de los artesanos, calculada una vez deducida la subsistencia, mientras el cálculo sobre los campesinos se hace sobre la propiedad y la producción.⁴⁰ Con todo, y no sin el recurso a la Audiencia, finalmente, el 25 de noviembre de 1704, se llega a una concordia por la cual las partes acuerdan una distribución de la fiscalidad, tallas y alojamientos de tropas. El 55% recae sobre la universidad foránea y el 45% sobre los residentes en la villa y barrios, y esta proporción también afecta la manera como deberá hacerse frente a la deuda acumulada, aun habiendo llegado a una concordia con los acreedores censalistas el 18 de abril de 1666, en que estos se avienen a la luición de censales un año de cada dos, mientras el otro se destina al pago de los intereses caídos, como era fórmula habitual (Pere Gifre, 1996, 2005). Lo que sí establece la concordia es quiénes tienen acceso a las cuatro llaves del arca de los ingresos, de la cual se extraerá el dinero para hacer frente al pago de la deuda en censales, habrá una para el jurado de la universidad unida, otra para el jurado de la villa, otra para el jurado de la universidad foránea y, finalmente, una llave para el acreedor de la concordia de 1666. El resultado es evidente: las dos universidades funcionan de manera independiente, las unen las finanzas y la fiscalidad; pero, el arca única está intervenida por los acreedores censalistas.

Tabla 5. Distribución de la deuda acumulada en la Bisbal, 1567, 1704		
Universidades de La Bisbal	1567	1704
Universidad de los campesinos, foránea	56,25%	55%
Universidad de los hombres de la villa	43,75%	45%

TABLA 5

Distribución de la deuda acumulada en la Bisbal, 1567, 1704

Fuente: Concordia de 21 de junio de 1567 y de 25 de noviembre de 1704 (ACBE. Ayuntamiento de la Bisbal)

El caso de las dos universidades de la Bisbal se asemeja al pleitear general de muchas comunidades que quieren reducirse a la jurisdicción real, hecho que cohesiona a sus habitantes. También encontraremos otros momentos de cohesión frente a los excesos de los oficiales del obispo. Pero, por el contrario, cuando debe repartirse entre los vecinos la carga fiscal derivada de las necesidades de la universidad, por pleitear para luir la jurisdicción consiguen licencia real, pero para hacer frente a la fiscalidad de guerra, se establecen las diferencias en la repartición entre la villa y los barrios, artesanos en su mayoría, y la parte foránea, con una marcada presencia de masías, sobre cuyos propietarios pesa la mayor parte de la carga fiscal. Ante las diferencias, el obispo y señor jurisdiccional actúa de mediador. La fiscalidad separa, la fiscalidad une.

⁴⁰ ACBE. Fondo patrimonial Bonet de Fonteta, por la sentencia arbitral. ADG. 1.1.1. C15, núm. 158bis, 233.

10. El vizcondado de Cabrera y de Bas bajo la casa de Aitona, finales s. XVI-inicios s. XVII

Volvamos a las universidades del vizcondado de Cabrera y de Bas. Mientras la capital Hostalric sigue con una dinámica propia en relación al vizcondado, como lo hace Castelló d'Empúries, obteniendo licencias reales para imponerse contribuciones para la construcción y mantenimiento de las murallas,⁴¹ también debe acudir al rey para asegurarse privilegios como, en 1547, el de poder construir en el camino real.⁴² La geografía del vizcondado presenta dinámicas distintas. Con todo, es a partir de la entrada de la casa de Montcada al frente del vizcondado, cuando se contabilizan un número importante de privilegios, hecho que coincide con la necesidad de ingresos de la familia vizcondal, ahora marquesal. La universidad de Bas, en 1595, negocia la proposición de la terna de baile surgida de la comunidad, a cambio de quinientas libras y la licencia para imponerse un rediezmo sobre la cosecha.⁴³ Blanes, que se consolida, en el litoral, ve cómo el rey concede licencia tras licencia para nuevas imposiciones con el fin de asegurar las defensas marítimas ante el peligro turco,⁴⁴ que por otra parte asegura que puedan fondear las embarcaciones comerciales.⁴⁵ Sin seguridad, no hay comercio posible. Realidad que se repite en otras poblaciones del litoral, como Rosas, Palamós, Sant Feliu de Guíxols, Lloret o Calella⁴⁶ ... Blanes obtiene de Gastón de Montcada el privilegio en 1593, de tener feria y mercado.⁴⁷ En 1599, obtiene otro, por el cual ve como el laudemio y foriscapio queda reducido del 30% al 10% en las sucesiones de familiares directos y al 20% en toda transacción, pidiendo gracia al señor. Por otra parte, otros privilegios hacen referencia a que los delincuentes, en causas leves, no sean encarcelados y que no deban salir del término de la villa; que el baile no pueda ser hostelero; que se puede nombrar notario como escribano del consejo de la universidad; que la casa de la villa deje de pagar censo y que se pueda trasladar el mercado y la feria de la plaza a la Calle Amplia, lo que denota un crecimiento de los intercambios.⁴⁸ Y, en 1603, el consejo se reduce a cuarenta personas, con la posibilidad de poder disminuir su número.⁴⁹ La universidad de Blanes señala el camino a otros núcleos del litoral.

En las poblaciones marineras, sobresale la separación de Arenys en dos universidades: la que queda situada en el interior, con predominio de población campesina, y la parroquia litoral, con predominio de la

⁴¹ Lo que supone una carga continuada para sus pobladores. En 1471 obtiene licencia para imposiciones durante treinta años; el 1493, la renueva por veinticinco años más; nueva renovación en 1519 por veinticinco años; en 1542, es por veinte años, y vuelve a serlo el 1562 (ACA. Cancillería. Registro: 4298, f. 49v-58r). El 15 de marzo de 1572, el síndico pide una nueva prórroga (ACA. Cancillería. Registro: 4304, f. 220v-221v), y el rey se interesará por ello al cabo de diez años, en 1584 (ACA. Cancillería. Registro: 4309, f. 139r y v).

⁴² AHH. ADM, doc. 3353.

⁴³ AHH. ADM, doc. 1001, 4749.

⁴⁴ En 1562, se prorroga por veinte años la licencia dada por Fernando II, ACA. Cancillería. Registro: 4297, f. 217r-222v). En 1585, se le prorroga la licencia por veinte años para nuevas imposiciones: "*impositiones sive sisas*" sobre las vendas en el castillo de Blanes, tanto de los vecinos, como de los forasteros (AHH. ADM, doc. 4144; ACA. Cancillería. Registro: 4314, 13r-15r).

⁴⁵ Así lo manifiesta el síndico de Lloret en 1569 cuando solicita licencia para imposiciones durante cincuenta años para construir murallas a sus costas: "sin muralla padecemos muchos daños y desasosiegos, así por las incursiones de los moros, como porque por la poca seguridad no aportan allí tantos vaxelles como harían si la tuviesen", ACA. Cancillería. Registro: 4302, f. 284r).

⁴⁶ Privilegio real, de 13 de julio de 1599, para imposiciones sobre todo lo que se comprare y vendiere en Calella por veinte años para destinarlo a la construcción de las torres de la villa, transcrito en Josep M. Pons Guri, Jesús Rodríguez Blanco, 1988: 85-87.

⁴⁷ AHH. ADM, doc. 4146.

⁴⁸ AHH. ADM, doc. 4147.

⁴⁹ AHH. ADM, doc. 4148.

marinería.⁵⁰ Es de destacar, en lo que avanzábamos al principio, que la delimitación parroquial esté en la base de la separación de las dos comunidades. Será como resultado de la visita pastoral del obispo, en 9 de octubre de 1574, cuando se producirá la separación en dos parroquias. A partir de esta decretación del obispo de Girona, del 18 de marzo de 1575, vendrá la organización de la comunidad. En un primer momento, se dispone que sea una iglesia sufragánea, más tarde iglesia parroquial, que se empieza a construir en 1583, hasta el regimiento de la universidad, cuando se aprovecha la toma de posesión del vizcondado por Gastón de Montcada, el 1599. Es en pocos días de enero de 1599, que el vizconde de Cabrera y de Bas y marqués de Aitona fija los límites entre Arenys de Mar y Arenys de Munt⁵¹ y otorga el regimiento de la universidad de Arenys de Mar, a cambio, deberán pagar mil quinientas libras (Josep M. Pons, 1999). En Arenys de Mar, los jurados deberán muy pronto pedir una reducción del quórum del consejo, dado que en una población marinera, con gran parte de la población faenando en el mar, les era difícil de convocar el consejo, de manera que en 1605, pedían que se redujera de treinta a veinte, y Gastón de Montcada concede que mientras haya la mitad más uno de los treinta, puede darse por válida la convocatoria (Josep M. Pons, 199: 147-150).

El año de 1599, cuando Gastón de Montcada toma posesión de sus estados, es el momento que aprovechan las poblaciones para concretar nuevos privilegios. Además de Arenys, los obtuvieron Calella, Canet, Santa María de Pineda y Sant Pol de Mar. De manera que el término del castillo de Palafolls, las poblaciones marítimas, y Arenys de Munt, obtuvieron el regimiento de sus respectivas universidades, mientras, las poblaciones situadas en el interior: Sant Iscle, Sant Cebrià de Vallalta, Hortsavinyà, Sant Pere de Riu y Valmanya, rurales, se quedaron en el sistema de la asamblea general con presencia de los cabezas de familia, y con la representación de los obreros parroquiales, y, eso sí, con su baile señorial, y en algunos casos, como en Arenys de Munt, era baile natural, y así hasta la implantación del sistema borbónico de los ayuntamientos (Josep M. Pons Guri, 1999bis: 10-11).

En el interior de las posesiones del vizcondado de Cabrera, también en la coyuntura de final del siglo XVI, y con Gastón de Montcada como protagonista, queremos destacar la situación de Anglès. Gastón de Montcada, el 14 de febrero de 1599, vende a carta de gracia a la familia Olmera los derechos sobre la universidad de Anglès, que eran los bailes naturales del lugar, por 12.560 libras.⁵² Ante esta situación, la universidad de Anglès acude a Gastón de Montcada, en 1603, para revertir la venta y mantenerse dentro del condado, a cambio de un privilegio con veinticuatro capítulos, con los cuáles la población gozaría de un elevado grado de autonomía. Primero, la constitución del regimiento orgánico de la universidad, con un consejo de dieciocho personas, a razón de seis de la villa de Anglès, seis de la riera de Osor para arriba y seis de la riera de Osor para abajo, en lo que es una representación geográfica, pero en la que los campesinos representan la mayoría del consejo. De las dieciocho personas del consejo se extraen tres jurados, clavario, tres oidores de cuentas, almotacén y el responsable del granero o pósito. Con un baile trienal, que deba purgar tabla, y que pueda entender en causas hasta veinticinco libras. Con esto y con que no pueda encerrarse en la cárcel, a menos que sea en caso de delitos de sangre, vemos que se aseguran no depender de la justicia señorial, ni el traslado a Hostalric. Por otra parte, la universidad puede disponer

⁵⁰ Es de destacar el aumento de la marinería de Arenys de Mar, resultado del cambio que se experimenta en la segunda mitad del siglo XVI, cuando el litoral entre Sant Feliu de Guíxols y Mataró ve aumentar el número de marineros, en un proceso de reorganización económica y de especialización entre Barcelona y estas poblaciones del litoral, Albert García Espuche, 1998: 96-107.

⁵¹ AHH. ADM, doc. 3302.

⁵² AHH. ADM, doc. 3456.

de la asignación de salarios a los oficios de la universidad, así como disponer de la posibilidad de nuevas imposiciones, de comprar censales, y aun, de organizarse, en materia de orden público, como en caso de peste, etc. Y dispone de la facultad de construir nuevas torres de defensa. Sin duda, el caso de Anglès es llamativo de llevarse a efecto en relación a las diferentes casuísticas que se presentan, del nivel de autonomía de sus señores.⁵³ En todo caso, es el objetivo para retornar a la jurisdicción del marqués de Aitona.

11. La presentación de terna de baile: algunos casos del vizcondado de rocabertí y del condado de empúries

Que el baile sea propuesto por las universidades supone un avance cualitativo para las comunidades. El nombramiento queda siempre para el señor. Pero supone un paso importante que quien desempeñe el cargo lo haga dos o tres años y que vuelva a ser un integrante más de la comunidad. Algunos han considerado que el privilegio de presentar terna de baile representa una disminución de la coerción señorial (Llorenç Ferrer, 1986: 95). Sin duda es así, y más cuando pasa de ser baile natural (Jesús Lalinde, 1966: 253-254), que lo obtiene para sí y sus sucesores, a ser baile temporal y a propuesta de la comunidad.

En Sant Llorenç de la Muga asistimos a un conflicto entre el vizconde de Rocabertí y la universidad derivado del nombramiento por parte del vizconde de un baile, bajo pena de cincuenta libras si no aceptaba el cargo, cosa que iba contra el juramento prestado al acceder al vizcondado por su señor Onofre de Rocabertí. El conflicto será seguido ante la Audiencia, en que también se dirime sobre si la universidad puede tener libre acceso a los pastos salvajes. Francesc Dalmau de Rocabertí, su hijo, llega a una concordia, el 4 de agosto de 1568, por la cual, en el primer punto se establece que la universidad propondrá una terna para baile, y que, en una cuestión de ceremonial significativa del cambio, el baile saliente cederá el bastón a los cónsules y el baile entrante lo recibirá de los cónsules de la universidad. El simbolismo es importante. La universidad propone, el señor nombra y recibe el bastón de mando de la universidad.⁵⁴ Con negociación, y a veces sin llegar al pleito, otras universidades seguirán la misma tónica. El pendón de Rocabertí, compuesto por las poblaciones de la Jonquera, con los lugares de Canadal y Rocabertí, Agullana con el lugar de la Estrada, y Cantallops con el de Requesens, había obtenido en 1447 el privilegio de presentar terna de baile, hasta ese momento había un baile natural (Antoni Cobos, Pere Gifre, 2004: 60-61). En 1597, el lugar de Agullana pide y obtiene privilegio de presentar terna de baile. Alega que su población es más numerosa que la de la Jonquera. Ya en 1553, Agullana tiene 34 fuegos, por 22, la Jonquera. Y también alega que es territorio montañoso. Además de esta concesión, en 1602, el baile de la Jonquera y Agullana puede imponer penas de hasta sesenta sueldos, lo que esto pone de manifiesto es la continuidad de la propuesta de baile y, al mismo tiempo, cómo se adapta a las nuevas necesidades de sus pobladores.⁵⁵

⁵³ Arxiu Nacional de Catalunya (ANC). Marquesos de Castelludosrius. 1222.2.2. Y la negociación AHH. ADM, doc. 1.396.

⁵⁴ AHG. Notaría de Peralada: 1012, f. 179v-183v.

⁵⁵ AHG. Notaría de Peralada: 401, f. 2r-2v y Archivo Municipal de la Jonquera, caja 68.

Fijémonos en una muestra, tomada de una relación de la situación en el condado de Empúries en 1660. Aun cuando no están representadas las poblaciones en las que el conde de Empúries no dispone del mixto imperio, que faculta para nombrar baile, puede servir de ejemplo de lo que para las universidades bajo jurisdicción señorial supone una meta importante, el hecho de poder proponer para el nombramiento de baile. Hemos añadido la columna de casas de que consta la población, con lo cual se aprecia que, a partir de veinticinco casas, las universidades se organizan para obtener, en forma de privilegio, la facultad de proponer terna de baile. Cuando disponemos de la fecha de la decretación del privilegio, como pasa en el vizcondado de Cabrera y Gastón de Montcada, también se repite una cronología aproximada, en este caso 1601-1602. Y no podemos olvidar que en 1599, al acabar la corte general, las poblaciones reales también

Tabla 6. Bailes del condado de Empúries: de nombramiento señorial y a propuesta de la universidad, según la relación del asesor general del condado, 1660, ordenadas por número de casas				
Universidades	Población	Casas	Privilegio	No tienen privilegio / Observación
Sant Tomàs de Fluvià	Lugar	7		Está a disposición de VE nombrar persona
Valvaralla	Lugar	9		Puede nombrar el que fuere servido
Vilajuïga	Lugar	15		Lo es durante la mera voluntad de SE
Marzà, Pedret y la Serra	Lugar	22		Jurisdicción civil mixta con St Pere de Roda
Rabós	Lugar	22		El más a propósito para el tiempo de su voluntad
Torroella de Fluvià	Lugar	25	10/01/1602	Terna de la universidad
Banyuls	Lugar	28		Con la guerra se ha perdido
Fortià	Lugar	30	29/04/1506	La universidad propone dos nombres
El Far	Lugar	32		Jurisdicción civil mixta con St Pere de Roda
Ventalló	Lugar	33		Puede nombrar la persona que pareciere
Vilsacra	Lugar	33		Jurisdicción civil mixta con St Pere de Roda
Sant Miquel de Fluvià	Lugar	35		Elije la persona más benemérita
Viladamat	Lugar	50	26/02/1601	No se explicita
Garriguella	Villa	58	1464	Terna de la universidad
Sant Climent Sescebes	Lugar	59	05/08/1601	Terna de la universidad
Empúries	Villa	82	04/08/1602	Terna de la universidad
Sant Pere Pescador	Villa	128	11/05/1486	La universidad propone dos nombres
Cadaqués	Villa	172	06/04/1602	La universidad propone dos nombres
Castelló d'Empúries	Villa	424	12/10/1602	Terna de la universidad

TABLA 6

Bailes del condado de Empúries: de nombramiento señorial y a propuesta de la universidad, según la relación del asesor general del condado, 1660, ordenadas por número de casas

Fuente: AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc.: 11129; el número de casas de 1617, Relación del estado del condado de Empúries, AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc.: 9065.

obtuvieron la decretación de nuevos privilegios. La presencia de los respectivos señores en sus estados es aprovechada por sus vecinos para solicitar y conseguir nuevos privilegios.

Los “lugares”

En las pequeñas comunidades la presencia de los oficiales señoriales, o la del mismo señor, hace que en los capítulos de los privilegios sean abundantes las referencias a la corte señorial, a las dietas y a los salarios de sus oficiales, y a la demanda por parte de las universidades de que la cárcel sea solo para delitos de sangre, como vemos repetido en Santa Pau en 1619 (Francisco Monsalvatje, 1891: 265-270), no muy diferente al privilegio de 1524 del vizcondado de Cabrera. Por otra parte, la baronía de Llers, con el lugar de Molins, dentro de la jurisdicción del conde de Peralada, establece el regimiento de la universidad por el sistema de la insaculación, cuando hasta aquel momento se regían por el sistema a más voces. Primero dedica ocho capítulos al clavario y sus funciones (1628)⁵⁶ y diez más a establecer el consejo general de veintiuna personas, el consejo reducido, los dos cónsules, uno de Llers, otro de Molins, y la extracción del almotacén y clavario (1634).⁵⁷ Una ordinación de Gaspart Berart de Cortiada, señor y barón del castillo, lugar y término de Esponellá, población con muchos diseminados, que figura con 73 fuegos el 1553, dispuesta al hacerse cargo de la baronía, en 1702, más tardío que Llers, para el buen gobierno de la baronía, incide, también en el regimiento de la universidad, que sale de una bolsa de 18 nombres, de la que se extraen dos jurados y dos oidores de cuentas. Sobre todo, destaca el orden que establece: deberán llevar un libro de resoluciones de la universidad y otro de las cuentas anuales, a fin de poder revisarlos y perseguir a los deudores, es más establece que deban guardarse en un armario cerrado en la iglesia parroquial, junto con el “armario de la plata”. La imbricación de la iglesia y la universidad sigue siendo total en los pequeños y no tan pequeños lugares aun en 1702. Al lado, establece cómo deberá convocarse al consejo general de cabezas de familia: con una hora de antelación, al toque de campana, con multas de tres libras a los que no asistan. Finalmente, el barón que es, al mismo tiempo, señor directo de parte del término, a fin de perseguir el cobro de laudemios, obliga a los vecinos a escriturar ante el notario de la baronía.⁵⁸

Que la participación de la comunidad es una realidad, a falta de verificarlo en los libros de resoluciones consulares, lo vemos en la concordia que se firma, en 1671, entre Josep d’Ardena i de Darnius y las universidades de la baronía de Darnius, en que comparten la señoría con el conde de Peralada, con el cual la comunidad ya había llegado a un acuerdo en 1615. La concordia parte de la problemática del endeudamiento de la baronía con 3480 libras de capital censal y la dificultad del cobro de las rentas por parte de Josep d’Ardena, que desde 1652 ha pasado al reino de Francia. El tema era importante, por cuanto se establece que durante seis años, la baronía de Darnius se encargará del cobro de las rentas que su señor percibe en otra parte del pendón de Rocabertí, Agullana, la Jonquera y Canadal, que, junto con un rediezmo sobre las cosechas, ha de permitirles luir los censales. A cambio de este esfuerzo, compartido, la universidad de Darnius obtiene de su señor, junto con el conde de Peralada, con quien ya

⁵⁶ AHG. Notaría de Peralada: 560, 5 de mayo de 1628.

⁵⁷ AHG. Notaría de Peralada: 660, 14 de octubre de 1634.

⁵⁸ Arxiu Nacional de Catalunya (ANC). Arxiu de la família Fortuny, barons d’Esponellà. Patrimoni. Llinatge Berart. 1217.

han llegado a un acuerdo, la presentación de terna de baile, que pueda disponer de hostel, panadería, taberna, gabela y carnicería, con lo que poder asegurar unos ingresos para el sostenimiento del regimiento de la universidad. La universidad de contribuyentes aparece plenamente diáfana. Será por esto, por lo que la presencia de los cabezas de familia de los diferentes lugares de la baronía es muy representativa. Por Darnius comparecen los dos cónsules, seis personas del consejo reducido y 43, del consejo general. De Montroig, los dos cónsules y cuatro más. De Torts, cuatro. De Buscarós, ocho. De La Bajol, el baile, dos cónsules, cinco consejeros y doce del consejo general. En total son 89 los presentes en la firma de la concordia.⁵⁹ La presencia, notable, asegura y obliga el cumplimiento de lo acordado, aun para los ausentes.

El privilegio a la universidad de Sant Jordi Desvalls, de 1631, previa donación de quinientas libras, nos permite entrar en la resolución de problemáticas diferentes a las vistas hasta ahora, ya que son muy pocos los capítulos dedicados al regimiento de la universidad, en buena medida atribuidos al señor, Miquel d'Oms y de Biure, y a su baile. En cambio, la mitad de los quince capítulos hacen referencia a libertades para con los de la universidad. Fijémonos en algunas: pueden hacer las obras que precisen en sus casas sin necesitar permisos, tienen plena libertad para comprar y vender animales, por lo cual quedan remitidos del denominado derecho de castillo (*"dret de castellatge"*) que se pagaba por la compraventa de cada animal, tampoco deben denunciar el paso de mercancías por el término. Tienen, además, el derecho de caza, podrán decidir si acaban las obras del campanario, y podrán disponer de la madera que arrastre la avenida del río Ter. En cuanto a los usos comunitarios, se establece la libertad de pastar los ganados, si no son territorios vedados, y también el bosque del señor de Sant Jordi, donde también podrán poner en explotación parte de sus tierras, y usar de la madera, con el consentimiento señorial.⁶⁰ Este último capítulo es muy parecido al que establece el conde de Peralada con los vecinos de Cantallops, en 1616, en la montaña de Requesens: que puedan tomar la leña que precisen para su uso, pero que si quieren usar de la madera para otros usos, como vigas o aros para las tinajas, deberán pedir permiso al señor.⁶¹ Los usos están permitidos (*"ad emprivium"*), no lo está la comercialización, reservada al señor.

Para hacernos una idea aproximada de cuál sería la situación de los pequeños lugares, "lugar y término" según la documentación, lo ejemplificamos con Pau, un pequeño lugar dentro del condado de Empúries, con veinte fuegos el 1553, el castillo y trece casas en 1617,⁶² en que la jurisdicción es compartida: el conde de Empúries tiene el mero imperio, mientras el señor de Pau, de una rama de la familia Rocabertí, ejerce el mixto imperio, con lo cual nombra baile. Sea por el hecho que el señor de Pau vivía inicialmente en la población, sea por el escaso número de habitantes, la población de Pau, hasta 1708, no se constituye en universidad, y lo hace cuando el señor de Pau figura, desde hace algún tiempo, domiciliado en Barcelona, y el castillo, convertido en una heredad y cedida en explotación en régimen de masovería. El regimiento de la población corresponde, por delegación, al baile, de nombramiento señorial, talmente responden negativamente los dos obreros parroquiales el 1670, cuando se les pide dar posesión a la duquesa de Cardona y condesa de Empúries, alegando que ellos no representan al gobierno político.⁶³ En 1708, previa

⁵⁹ AHG. Notaría de Figueres: 470, f. 532r-541r.

⁶⁰ AHG. Notaría de Sant Jordi Desvalls: 2: 12 de marzo de 1631.

⁶¹ Según el traslado de 31 de diciembre de 1815, ACAE. Notaría de Figueres, 9, f. 20r-22r.

⁶² AMCE. ADM, comtat d'Empúries, doc.: 9065.

⁶³ AHG. Notaría de Castelló d'Empúries, 1452: 4 de febrero de 1670.

solicitud del síndico, y de seiscientas libras, el señor concede el privilegio de constitución de universidad. Se dispone que sean diez los nombres introducidos en las dos bolsas; en la primera: propietarios de heredades de más de dos pares de animales de tiro; en la otra, los demás. De las diez bolsas deberán extraerse: dos cónsules, y la dupla, que será presentada al señor para que escoja baile. Los cónsules salientes se convierten en jueces rústicos o estimadores de daños, el cónsul segundo asume la función de almotacén. Concede a los cónsules la facultad de convocar el consejo general.⁶⁴ Antes de 1708 dependían exclusivamente del baile, y, en todo caso, de la asamblea general, convocada por los dos obreros parroquiales. Así es como, en general, se gobernaban los “lugares y términos” y sus representantes eran los obreros de la fábrica de la parroquia, como aparece explicitado en el privilegio de la bailía de Verges de 1587, cuando se dispone del regimiento con consejo y jurados en Verges, la Tallada y Belcaire, las restantes diez poblaciones de la bailía, menos pobladas, son representadas al consejo general de bailía por sus obreros.

Con todo, en algunas poblaciones, como el lugar de Ordis, en la bailía de Navata, que forma parte del vizcondado de Rocabertí y que dispone de baile natural residente en Navata, previa cesión de rediezmos sobre las cosechas, aumentará su autonomía y su posición dentro de la bailía, con privilegios de 1631, 1634 y 1666,⁶⁵ disponiendo de dos cónsules, los cuales ejercen funciones de gobierno y de justicia en causas rurales y rusticales, y pueden suplir al baile en su ausencia, y procuran dotarse de instrumentos, como la panadería y la taberna, la última, con los juegos de cartas, sirve para dotar la obra de la iglesia parroquial. Asimismo, por privilegio de 1666, sabemos que el término estaba abierto al pasto comunitario, excepto cuatro vesanas de tierra, poco menos de una hectárea, por familia que podían ser acotadas. De manera que, aun dependiendo del baile señorial, y no ser cabeza de la bailía, algunos lugares se dotaban de instrumentos que les permitían un cierto grado de autonomía.

12. Conclusiones

Hemos planteado que detrás de los privilegios constitutivos de las universidades hay una negociación, más o menos larga, entre quien detenta la jurisdicción y quienes forman parte del cuerpo de la universidad o parroquia. Que los acuerdos, los privilegios o las concordias, lleguen a ponerse por escrito obedece a dinámicas distintas. Con todo, en la segunda mitad del siglo XVI, en Catalunya, los privilegios de las poblaciones reales marcan pautas para las poblaciones señoriales. En todos los privilegios hay procesos de negociación, y en todos participan, para su redacción final, representantes de las comunidades, nombrados y con mandato del consejo general de la universidad, que deberán acabar de concretar con los representantes señoriales. El pleito, habitual, ha acostumbrado a contar con abogados. Y detrás de estos privilegios están los abogados. La corte del condado de Empúries los tiene en Castelló, en Girona y en Barcelona, ante todas las instancias judiciales, y lo mismo la del vizcondado de Cabrera y marquesado de Aitona. Lo que vale la pena señalar es que esta negociación se lleva a cabo con todos los medios a su alcance. Teniendo el señor, el conde de Empúries, por ejemplo, recursos judiciales y también extrajudiciales. Sólo cuando las poblaciones, organizadas y unidas, hacen llegar sus peticiones ante los oficiales señoriales, o ante la Audiencia, pueden conseguir sus objetivos.

⁶⁴ AHG. Notaría de Pau: 11: 3 de marzo de 1708.

⁶⁵ AHG. Notaría de Peralada: 1015, 7 de agosto de 1631; 602: 7 de mayo de 1634; 754: 20 de junio de 1666.

Durante el siglo XVI, asistimos a la concreción del regimiento orgánico de las villas y cabezas de bailía o baronía del obispado de Girona. Los privilegios que obtienen de sus respectivos señores les conceden los mecanismos de representación política: consejo general, consejo reducido, la representación permanente, consulado o jurado, que además pueden acompañarse de clavario y almotacén. La elección, con diferentes ritmos, pasa por el proceso de insaculación y la extracción a suertes. El regimiento de la universidad suele acompañarse de la concesión del corte de carnes, panadería, taberna, hostel o posada que, en régimen de exclusividad, y cedida en arriendo, aseguran una renta anual. Una dotación que es insuficiente para hacer frente a necesidades superiores, con lo cual deberá acudir al rey o a su señor para imponer, sisas, rediezmos sobre las cosechas o tallas sobre la población. El cuerpo político de la universidad, así definido, implica la decisión de repartir la población entre las tres manos en que se divide la sociedad campesina, de manera que haya una representación de sus diferentes componentes, siempre y cuando sean naturales. Excepción hecha de Sant Feliu de Pallerols, donde se incluye una bolsa para extranjeros. Por otro lado, también, en este objetivo de reflejar la representatividad del colectivo, se hace preciso incluir representantes del núcleo urbano, la villa, y también del sector diseminado. Hemos visto cómo lo proponen en Anglès, y hemos visto cómo las grandes diferencias en la Bisbal llevarán a la escisión de la universidad foránea. En ese caso hemos apreciado también como la universidad, además de como un cuerpo político, que lo era, se convierte sobre todo en una unidad de contribuyentes a la hora de repartir la deuda acumulada, objeto, por otra parte de las diferencias entre la villa y la universidad foránea. Es en torno a la figura del baile en que estas universidades centran buena parte de sus esfuerzos para reducir el peso señorial ante la comunidad. Algunas, conseguirán reunirse en convocatoria del consejo general sin la autorización señorial o baronial. Pero el principal objetivo de la comunidad en su lucha por la autonomía, o lo que es lo mismo, la soberanía de la comunidad, pasa por conseguir que el baile salga de una propuesta de la comunidad y que a través de la figura de la purga de tabla, al acabar su mandato, generalmente trienal, rinda cuenta de sus actuaciones. Sin duda, de conseguirlo, la comunidad se verá con mayores cuotas de libertad.

En estas poblaciones, entre los capítulos de los privilegios, la gestión de los recursos comunitarios no tiene una elevada presencia porque no se cuestiona el acceso, ni la gestión. El mantenimiento de la organización comunitaria de los recursos por parte de la universidad queda incluida en la jura que el señor hace al entrar en posesión de sus estados, villas y lugares, cuando jura respetar los privilegios, usos y costumbres. En el siglo XVI, los usos y costumbres y los accesos colectivos a los usos comunitarios no están en cuestión, con lo que no precisan, en general, de capítulos específicos. Se preservan los cultivos de la entrada de animales, de ahí la figura de los jueces rusticales, estimadores de daños y la pena de bando de que se valen para evitar las intromisiones y otras actuaciones contra el patrimonio. También hemos visto que esta figura puede ser indispensable en lugares donde las cosechas dependen del uso colectivo del agua, como en Pals o Palau-sator, pero en otras poblaciones, sobre todo en las de menor número, este ejercicio corresponde a los cónsules o jurados o al mismo baile señorial. En general, cosa que no era objeto de este estudio, las ordenanzas regulaban los accesos a los bienes colectivos, reafirmados con pregones por todo el término.

Los términos y lugares, es decir, las pequeñas comunidades campesinas, tienen poca presencia documental. Pero, como decía Marc Bloch (1978: 420), que no tengan presencia, no quiere decir que no existan. Seguirán, mayoritariamente, rigiéndose a partir del consejo de cabezas de familia y a menudo tienen en los obreros de la fábrica de la iglesia parroquial a los representantes permanentes de la

comunidad. Hemos dicho que la parroquia precede a la universidad, y es la parroquia constituida la que se convierte en representación de la comunidad. En estas pequeñas poblaciones, el baile de nombramiento señorial es la representación jurisdiccional, sin contrapesos que delimiten sus funciones, a no ser, cuando haya extralimitaciones a su competencia, que se ejerza el derecho de presentar letras de pleito ante la Audiencia. Es en estos casos que la documentación procesal nos permite ver su existencia, su organización y su cohesión y también sus problemáticas.

Bibliografia

BELENGUER, Ernest; DANTÍ, Jaume; GUAL, Valentí, coords. (1998). *Els béns comunals a la Catalunya moderna (segles XVI-XVIII)*. Barcelona: Rafael Dalmau, editor.

BELENGUER, Ernest; DANTÍ, Jaume; GUAL, Valentí (1999). *La comunitat pagesa catalana a través dels documents (1349-1871)*. Barcelona: Rafael Dalmau, editor.

BRINGUÉ PORTELLA, Josep M. (1993). "Comunitats, senyors i societat rural al Pallars Sobirà (segles XV-XVIII)", *Mélanges de la Casa de Velázquez. Époque moderne*, p. 135-151.

BRINGUÉ PORTELLA, Josep M. (1996). "Comunitats i béns comunals al Pallars Sobirà, segles XVI-XVIII", *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*, 7, p. 115-128.

BLOCH, Marc (1930). "La lutte pour l'individualisme agraire dans la France du XVIIIe siècle". En: Marc BLOCH. *La terre et le paysan. Agriculture et vie rurale aux 17e et 18e siècles*. París: Armand Colin, 1999, p. 257-349.

BLOCH, Marc (1978). *La historia rural francesa: caracteres originales*. Barcelona: Crítica. [La primera edició es de 1931].

BOSCH, Mònica; CONGOST, Rosa; GIFRE, Pere (1996). "L'assalt als comunals. Tres universitats empordaneses (segles XVII-XVIII)". En: Joan Josep BUSQUETA, Enric VICEDO (curadors). *Béns comunals als Països Catalans i a l'Europa contemporània. Sistemes agraris, organització social i poder local als Països Catalans*. Lleida: Institut d'Estudis Ilerdencs, p. 123-147.

BOSCH, Mònica; CONGOST, Rosa; GIFRE, Pere (1997). "Els bans. La lluita per l'individualisme agrari a Catalunya". En: Ramon ARNABAT (ed.). *Moviments de protesta i resistència a la fi de l'Antic Règim*. Barcelona: Coordinadora de Centres d'estudis de Parla Catalana/Publicacions de l'Abadia de Montserrat, p. 137-156.

BOSCH, Mònica; CONGOST, Rosa; GIFRE, Pere (1999). "Els bans. La lluita per l'individualisme agrari a Catalunya. Primeres hipòtesis (segles XVII-XIX)". En: Rosa CONGOST, Lluís TO, (coord.). *Homes, masos, història. La Catalunya del Nord-est (segles XI-XX)*. Barcelona: ILLCC de la Universitat de Girona/Publicacions de l'Abadia de Montserrat, p. 299-328.

BRINGUÉ, Josep M.; GIFRE, Pere; MARÍ, Gerard; PÉREZ, Miquel; PONS, Joan; SERRA, Eva (2007). "Els comuns a les corts generals del segle XVIII". En: *L'aposta catalana a la Guerra de Successió, 1705-1707. Actes del congrés celebrat a Barcelona del 3 al 5 de novembre de 2005*. Barcelona: Museu d'Història de Catalunya. Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació i Centre d'Història Contemporània de Catalunya, p. 203-215.

BURGUEÑO, Jesús; GRAS, M. Mercè (2014). *Atles de la Catalunya senyorial. Els ens locals en el canvi de règim (1800-1860)*. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, Rafael Dalmau, Editor.

CAPDEFERRO PLA, Josep (2003). "La participació de Girona a la cort general de Catalunya de 1599". En: *El món urbà a la Corona d'Aragó del 1137 als Decrets de Nova Planta. XVII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó*, vol. III. Barcelona: Oficina de Congressos - Universitat de Barcelona, p. 109-132. Cito per el exemplar y la paginació llibrada durante el Congreso, no por las actas.

CASAS ROCA, Jordi (2021). "L'endeutament dels municipis catalans en l'edat moderna (segles XVII i XVIII)", *Revista de Dret Històric Català*, 20, p. 11-85.

CONGOST, Rosa; FERRER, Llorenç; GIFRE, Pere (2003). "Els masos a l'època moderna. Continuitats i canvis". A: CONGOST, Rosa; JOVER, Biel; BIAGIOLI, Giuliana, (eds.). *L'organització de l'espai rural a l'Europa mediterrània. Masos, possessions, poderi*. Girona: CCG edicions, Associació d'Història Rural de les Comarques Gironines i Centre de Recerca d'Història Rural (ILLCC-Secció Vicens Vives) de la Universitat de Girona, p. 65-96.

COBOS, Antoni; GIFRE, Pere, eds. (2004). *Llibre de Privilegis del Penó de Rocafort (1356-1490)*. La Jonquera: Ajuntament de la Jonquera.

- ELLIOTT, John H.** (1966). *La revolta catalana (1598-1640). Un estudi sobre a decadència d'Espanya*. Barcelona: Editorial Vicens Vives. La primera edició en anglés es de 1963.
- FARÍAS, Víctor** (2009). *El mas i la vila a la Catalunya medieval*. València: Publicacions de la Universitat de València.
- FERRER I ALÒS, Llorenç** (1986). "La diferenciació social pagesa". En: Antoni SEGURA, et alii. *Orígens del món català contemporani*. Barcelona: Fundació Caixa de Pensions, p. 81-100.
- FERRER I ALÒS, Llorenç** (2014). "Pagar les guerres. Una càrrega fiscal sobre els ajuntaments catalans en els segles XVII i XVIII". Narcís FIGUERAS, Josep SANTESMASES (dirs.). *Després de les Noves Plantes: canvis i continuïtats a les terres de parla catalana. Actes del IX Congrés de CCEPC (Cervera, 21 i 22 de febrer de 2014)*. Valls: Coordinadora de Centres d'Estudis de Parla Catalana, Institut Ramon Muntaner, Fundació Pública Institut d'Estudis Ilerdencs, Cossetània Edicions, 49-91.
- FERRER MALLOL, Maria Teresa** [1973]. "El patrimoni reial i la recuperació dels senyories jurisdiccionals en els estats catalano-aragonesos a la fi del segle XIV", *Anuario de Estudios Medievales*, 7 (1970-1971), p. 351-491.
- FERRO, Víctor** (1987). *El Dret Públic Català. Les Institucions a Catalunya fins al Decret de Nova Planta*. Vic: Eumo Editorial.
- FONT RIUS, Josep Maria** (1961). "Ordenanzas de reforma orgánica en municipios rurales catalanes: siglos XVI-XVIII", *Anuario de Historia del Derecho Español*, 31, p. 569-610.
- FONT RIUS, Josep Maria** (1985). "Orígenes del régimen municipal de Cataluña". En: *Estudis sobre els drets i institucions locals en la Catalunya medieval. Col·lecció de treballs del professor Dr. Josep Ma. Font Rius amb motiu de la seva jubilació acadèmica*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, p. 281-560. [Publicado inicialmente en 1945 y 1946, en *Anuario de Historia del Derecho Español*].
- GARCÍA ESPUCHE, Albert** (1998). *Un siglo decisivo. Barcelona y Cataluña, 1550-1640*. Madrid: Alianza Editorial.
- GIFRE RIBAS, Pere** (1996). "Universitats endeutades i fiscalitat comunitària. Les universitats del comtat d'Empúries, 1659-1705", *Recerques*, 33, p. 53-75.
- GIFRE RIBAS, Pere** (2005). "Guerra en terra de frontera: la vegueria de Girona (1640-1713)". En: *Enfrontaments civils: postguerres i reconstruccions. Segon congrés Recerques, Lleida, 10-12 d'abril 2002*, III, Lleida: Recerques/Pagès ed., p. 11-26.
- GIFRE RIBAS, Pere** (2012). *Els senyors útils i propietaris de mas. La formació històrica d'un grup social pagès (vegueria de Girona, 1486-1730)*. Barcelona: Fundació Noguera.
- MALLORQUÍ, Elvis** (2011). *Parròquia i societat rural al bisbat de Girona, segles XIII-XIV*. Barcelona: Fundació Noguera.
- LALINDE ABADÍA, Jesús** (1966). *La jurisdicción real inferior en Cataluña ("Corts, veguers, batlles")*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, Museo de Historia de la Ciudad.
- MONSALVATJE FOSAS, Francisco** (1891). *Noticias históricas III. Santa Pau y lugares que componían su antigua baronía*. Olot: Imprenta de Juan Bonet.
- OBIOLS PEREARNAU, Lluïis, edr** (2019). *El govern de la ciutat d'Urgell al segle XVI. Jeroni Grau i el seu tractat per al govern municipal*. La Seu d'Urgell: Anem editors.
- OLIVARES PERIU, Jordi** (2000). *Viles, pagesos i senyors a la Catalunya dels Àustria. Conflictivitat social i litigació a la Reial Audiència (1591-1662)*. Lleida: Pagès editors.
- PELLICER VILALTA, Montserrat** (2007). "Los cercamientos de tierras en Cataluña. Fuentes para el estudio de una "revolución silenciosa" (1714-1785)". En: Rosa CONGOST, José Miguel LANA (ed.). *Campos cerrados, debates abiertos. Análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX)*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra/Nafarroa Unibersitate Publikoa, p. 249-292.
- PELLICER VILALTA, Montserrat** (2008). "Para que nadie pueda alegar ignorancia. Els usos de la informació en el procés de tancament de terres: els bans al segle XVIII". En: Rosa CONGOST (ed.). *Dels capbreus al registre de la propietat. Drets, títols i usos socials de la informació a Catalunya (segles XIV-XX)*. Girona: Associació d'Història de les Comarques Gironines, Centre de Recerca d'Història Rural (Institut de Recerca Històrica) de la Universitat de Girona i Documenta Universitària, p. 211-240.
- PÉREZ LATRE, Miquel** (2003). *Entre el rei i la terra. El poder polític a Catalunya al segle XVI*. Vic: Eumo Editorial.
- PONS GURI, Josep Maria** (1969). *Llibre de la universitat de la vila de Blanes*. Blanes: Ajuntament de Blanes.
- PONS GURI, Josep Maria; RODRÍGUEZ BLANCO, Jesús** (1988). *Dels privilegis al règim municipal de Calella*. Calella: Ajuntament de Calella.
- PONS GURI, Josep Maria** (1999). *Quan nasqué, s'emancipà i organitzà una vila. Arenys de mar, 1574-1720*. Arenys de Mar: Ajuntament d'Arenys de Mar.

- PONS GURI, Josep Maria** (1999 bis). "Introducció". En: *Origen del municipi de Canet de Mar (versió tramesa per Marià Serra)*. Canet de Mar: els 2 Pins.
- PONS GURI, Josep Maria** (2001). "Les jurisdiccions dels vescomtats de Cabrera i de Bas, l'any 1527", *Revista de dret històric català*, 1, p. 155-224.
- PONS GURI, Josep Maria** (2006). "Possessió del comtat d'Osona i dels vescomtats de Cabrera i de Bas en nom de Gastó de Montcada l'any 1594". En: Josep Maria PONS GURI. *Recull d'estudis d'història jurídica catalana*. Barcelona: Fundació Noguera, vol. IV, p. 289-315.
- PUIGVERT, Joaquim M.** (2001). *Església, territori i sociabilitat als segles XVII-XIX*. Vic: Eumo.
- PUIGVERT, Joaquim M.** (2008). "Les universitats i les parròquies rurals". En: Eva SERRA (coord.). *Història agrària dels Països Catalans*, vol. 3. Barcelona: Fundació Catalana per a la Recerca i la Innovació, UB, UAB, UdG, UIB, Univ. Jaume I, UdL, UPF, URV i UV, p. 585-606.
- PUIGVERT, Joaquim M.** (2013). "Los párrocos y las redes de sociabilidad parroquial en el mundo de la Cataluña moderna: historiografía e historia", *Obradoiro de historia moderna*, 22, p. 167-206.
- ROIG, Marisa** (2021). "La presa de possessió del comtat d'Empúries per Joana Folch de Cardona el 1599", *Annals de l'Institut d'Estudis Empordanesos*, 52, p. 241-260.
- ROCA FABREGAT, Pere** (2006). "¿Quién trabajaba en las masías? Criados y criadas en la agricultura catalana (1670-1870)", *Historia agraria. Revista de agricultura e historia rural*, 35, p. 49-92.
- SALES, nùria** (2002). *De Tuïr a Catarroja. Estudis sobre institucions catalanes i de la Corona d'Aragó (segles XV-XVIII)*. Catarroja: Editorial Afers.
- SANLLEHY SABI, M. Àngels** (1996). *Comunitats, veïns i arrendataris a la Val d'Aran (s. XVII-XVIII): dels usos comunals a la dependència econòmica*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- SERRA PUIG, Eva** (1984). "Pròleg". En: Jordi VIDAL, *Guerra dels Segadors i crisi social*. Barcelona: Edicions 62, p. 9-20.
- SERRA PUIG, Eva** (1986). "Pròleg". En: Joaquim M. PUIGVERT, *Una parròquia catalana del segle XVIII a través de la seva consuetud (Riudellots de la Selva)*. Barcelona: Fundació Salvador Vives Casajuana, p. 13-23.
- SERRA PUIG, Eva** (1988). *Pagesos y senyors a la Catalunya del segle XVII. Baronia de Sentmenat, 1590-1729*. Barcelona: Crítica.
- SERRA PUIG, Eva** (1999). "Constitucions i Redreç: Corts de Montsó-Barcelona (1563-1564) i Corts de Montsó (1585)". En: Ernest BELENGUER (coord.). *Felipe II y el Mediterráneo. Vol. IV, La monarquía y los reinos (II)*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, p. 159-189.
- SERRA PUIG, Eva** (2000). "Perpinyà a les corts catalanes del 1599". En: Louis ASSIER ANDRIEU, Raymond SALA (dir.). *La Ciutat i els Poders. Actes del Col·loqui del 8è Centenari de la Carta de Perpinyà. 23/25 d'octubre de 1997*. Perpinyà: Universitat de Perpinyà - Institut Català de Recerques en Ciències Socials, p. 333-345.
- SERRA PUIG, Eva** (2003). "Ciutats i viles a corts catalanes (1563-1632): entorn de la força municipal parlamentària". En: *El món urbà a la Corona d'Aragó del 1137 als Decrets de Nova Planta. XVII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó*, vol. III. Barcelona: Oficina de Congressos - Universitat de Barcelona, p. 873-900. Cito per el exemplar y la paginació llibrada durante el Congreso, no por las actas.
- SERRA PUIG, Eva** (2014). "Introducció". En: *Cort general de Barcelona (1705-1706). Procés familiar del braç eclesial*. Barcelona: Parlament de Catalunya, Generalitat de Catalunya - Departament de Justícia, p. XI-LVII.
- SERRA PUIG, Eva** (2018). *La formació de la Catalunya moderna (1640-1714)*. Vic: Eumo Editorial, Institut d'Estudis Catalans.
- SERRA PUIG, Eva, coord.** (2010). *Cort general de Montsó (1585)*. Montsó-Binèfar. Annexos i índex. Barcelona: Parlament de Catalunya, Generalitat de Catalunya, Departament de Justícia.
- TORRAS i RIBÉ, Josep M.** (1983). *Els municipis catalans de l'Antic Règim, 1453-1808*. Barcelona: Curial.
- VEGA, Salvador** (2010). "La creació de la batllia reial de Verges. Dos privilegis de Felip I d'Aragó, dit el Prudent (1587)", *Estudis del Baix Empordà*, 29, p. 108-160.
- VIDAL PLA, Jordi** (1984). *Guerra dels Segadors i crisi social*. Barcelona: Edicions 62.

5.6 - Usos do solo e intensificación agrícola: prácticas de fertilização orgânica para produç o de bens alimentares (1750-1900)

[08.09.2023 Sala/Room 3.1]

Fertilización org nica del suelo e intensificación agropecuaria: producción de nuevas plantas y alimentación campesina en Galicia, siglos XVII-XIX

Hortensio Sobrado Correa | Universidade de Santiago de Compostela, Espanha | hortensio.sobrado@usc.es

El objetivo del trabajo es analizar la interrelación entre los procesos de intensificación agropecuaria que supuso en Galicia la introducción de nuevas plantas (maíz y patata) y las necesidades crecientes de abono orgánico (estiércol hecho con tojo, y otros como argazo, *patexo*, *escamallo*, etc.), así como los cambios que provocaron en el sistema agrario gallego entre los siglos XVII y XIX, a fin de incrementar la productividad agraria para garantizar la alimentación de una creciente población campesina. Para ello entrecruzaremos fuentes fiscales, notariales, judiciales, etc., que nos permitirán aplicar una combinación de metodologías de carácter tanto cualitativo como cuantitativo.

FERTILIZACIÓN ORG NICA, INTENSIFICACIÓN AGRARIA, ALIMENTACIÓN, GALICIA, EDAD MODERNA

1. Introduction

En la Galicia de la Edad Moderna la mayoría de los campesinos practicaban una agricultura y ganadería tradicionales de producción básicamente extensiva y con un grado de mercantilización bajo, apoyadas en pequeñas explotaciones autosuficientes dedicadas mayoritariamente al cultivo de cereales y a la cría de ganado doméstico, complemento indispensable de las labranzas. Un sistema agropecuario orgánico sustentado en métodos naturales para mantener y recuperar la fertilidad de los suelos, en el que los terrenos no cultivados —montes fundamentalmente— constituían la principal fábrica de nutrientes para las áreas cultivadas, pues la racionalidad de la agricultura gallega se apoyaba en el equilibrio entre espacio inculto (*bravo*) y espacio de cultivo (*manso*), hasta el punto de poder considerar al monte como un auténtico «soporte tradicional» del conjunto del sistema agrario (Bouhier, 2001: 757).

Con todo, la historiografía modernista ha constatado que en la Galicia del Antiguo Régimen la agricultura era una actividad econ mica sujeta a notables contrastes comarcales que permit an la coexistencia de diferentes formas de organización agraria, de sistemas de cultivo, y de paisajes agrarios, así como de ritmos evolutivos variados. Asimismo, se ha ido comprobando cómo el sistema agrario gallego, lejos de comportarse como una estructura inmóvil y falta de innovaciones, no se mantuvo est tico y supo combinar factores de estabilidad y tradicionalismo, con cierto dinamismo, experimentando algunas transformaciones que se hicieron efectivas en el transcurso de los siglos XVI al XIX a medida que la población aumentaba, a través de la ampliación de la superficie cultivada, de la introducción de nuevas plantas, así como de la intensificación agropecuaria mediante modificaciones en los sistemas de cultivos y de irrigación, y una creciente estabulación del ganado (Saavedra, 2015). En todo caso, hay que tener

presente que, toda transformación en la rotación de cultivos, especialmente la introducción de nuevas especies exige modificaciones en el proceso de fertilización (momento, cantidad, nutrientes aportados), y, además, que dichos cambios estaban condicionados, entre otras cosas, por la capacidad de abono disponible (Balboa y Fernández, 1996: 217).

Por lo tanto, compartimos con otros estudiosos de la historia agraria la idea de que no es posible comprender el desarrollo del sector agrario de estos siglos «sin conocer en profundidad cómo se ha manejado la fertilidad del suelo» (Garrabou y Naredo, 1996; Garrabou y González, 2010). Conscientes de la importancia del proceso de fertilización de los suelos en las transformaciones experimentadas por el sistema agrario gallego del Antiguo Régimen, entre los objetivos de este trabajo está aproximarnos a la interrelación entre los procesos de intensificación agropecuaria que supuso en Galicia la introducción de nuevas plantas como el maíz y la patata, y las necesidades crecientes de abono orgánico, así como los cambios que provocaron en el sistema agrícola gallego entre los siglos XVII-XIX, a fin de incrementar la productividad para garantizar la alimentación de una creciente población. Para ello haremos un entrecruzamiento de fuentes fiscales, notariales, judiciales, etc., que nos permitirá aplicar una combinación de metodologías de carácter tanto cualitativo como cuantitativo.

Aunque los resultados obtenidos en la fertilización de la tierra fuesen más modestos que los alcanzados en otras zonas de Europa, en las que se lograron importantes procesos de intensificación agropecuaria que, en ocasiones, llegaron al nivel de auténtica Revolución Agrícola (Slicher, 1974: 374-385; Allen, 1992 y 2000; Overton, 1996; Clark, 2002; Lains y Pinilla, 2009; Burnette, 2014), sin embargo, en la Edad Moderna Galicia también experimentó cambios en el proceso de fertilización de las tierras, paralelos a las mutaciones de su sistema agropecuario. De hecho, la transición hacia el policultivo intensivo que vivieron algunas zonas del territorio gallego entre 1630-1850 no hubiera sido posible sin una paralela intensificación en el uso de los abonos orgánicos.

2. Los sistemas de abonado en la Galicia de la edad moderna

En zonas de clima lluvioso, como Galicia y otras áreas de la España atlántica, la fertilización de las tierras se hacía especialmente necesaria pues, a la pobreza de los suelos ácidos del norte hay que añadir el lavado que producían las abundantes precipitaciones, y la veloz actividad de los microorganismos, que hacían que la fertilidad tuviese que ser renovada muy a menudo para garantizar un adecuado rendimiento de las tierras (García, 1975: 225-227).

En el transcurso de la Edad Moderna los campesinos gallegos recurrieron a diversos sistemas para abonar sus campos (Sobrado, 2004). Uno de los métodos más simples para renovar la fertilidad de las tierras era dejarlas en barbecho, a fin de que el suelo descansase y recuperase los nutrientes perdidos. En amplias zonas de la geografía gallega, todavía en el XVIII regían los sistemas tradicionales de barbecho, especialmente allí donde los suelos eran más pobres. Hacia 1753 existía una clara diferencia entre las antiguas provincias de Santiago, A Coruña, y Tuy, en las que ya no se practicaba el barbecho anual, las de Betanzos y Mondoñedo, en donde sólo descansaban las tierras en enclaves aislados y, por otro lado, las provincias interiores de Lugo y Ourense, en las que el descanso de año y vez todavía constituía una práctica tradicional, y sólo las *cortiñas* daban una cosecha anual (Saavedra, 1991: 239).

Otro de los métodos elementales de fertilización al que recurrían los campesinos era el de las quemas. Las tierras de monte solían abonarse con la propia quema de los matorrales y tojos. En las rozas o *estivadas* hechas en los montes cada varios años, el uso del fuego era habitual para fertilizar las tierras, en las que luego se sembraba el cereal. En ellas se procedía a cavar un trozo de monte, reuniendo los terrones y la broza o maleza en montones, que se quemaban convirtiéndose en «*borralleiras*» o «*brozas*», montículos de ceniza que luego se extienden para utilizar como abono del propio terreno, en el que se sembraba centeno, el denominado «trigo de monte», o bien en ocasiones cebada, mijo menudo, avena o nabos (Sobrado, 2023: 73).

El Catastro de Ensenada (1752) refleja como en muchas parroquias gallegas en las que se practicaban las rozas en los montes bajos, la broza y tojo que éstos producían se consumía en el mismo terreno, quemándose y sirviendo para fertilizar la tierra. De este modo, las estivadas adquirían una doble función al proveer al campesinado de una cosecha de cereales a la vez que el uso del fuego contribuía a restaurar el ciclo productivo del monte, renovando el tapiz vegetal al posibilitar la reposición del matorral, fundamentalmente de los tojales, que se regeneraban después de la quema, creciendo con más vigor, adquiriendo un papel fundamental como esquilmo para elaborar la cama del ganado y como abono orgánico necesario para fertilizar los cultivos.

Precisamente, dentro de las especies vegetales que crecían espontáneamente en los montes de Galicia, destacaba, sin duda, el tojo, uno de los elementos más característicos del paisaje rural gallego, coexistiendo varias especies. La variedad de mayor tamaño era el tojo gigante, arnal o albar (*ulex europaeus*), que convivía con otras de menor tamaño, como el tojo hembra (*ulex galii*), el tojo gateño, manso o enano (*ulex minor*) y, el tojo brañego (*ulex michratus*), endémico del sur de Galicia y norte de Portugal. Se trataba de una leguminosa que se adaptaba mejor que otras especies que crecían en los montes gallegos como los helechos (*fentos*), las retamas (*xestas*) y los brezos (*uces*) o las carpazas (*carqueixas*) para hacer la cama del ganado, y contaba con una mayor facilidad de descomposición de sus restos permitiendo obtener mayores cantidades de estiércol. Por ello, los campesinos gallegos privilegiaron la explotación de tojos, llegando incluso a sembrarlos como un cultivo más —en ocasiones en la última cosecha en las rozas—, con el fin de contar con materia prima suficiente para la confección de fertilizante, al igual que ocurre en otras zonas de Europa (Bouhier, 2001; Antoine, 2000: 91).

La documentación refleja que tradicionalmente, desde la Edad Media, el abono comúnmente empleado en Galicia era el estiércol, bien formado a base de excrementos animales sobre las propias tierras de labor o sobre el «estrume» (de paja, hojas, tojo y otras retamas, principalmente) que servía de cama al ganado (Portela, 1976: 129; Rodríguez Galdo, 1976: 102; Mariño, 1983: 286). Dicho predominio de los fertilizantes orgánicos se mantiene durante toda la Edad Moderna y aún en la Contemporánea. Algunos testimonios del XVIII nos hablan sobre la abundancia de formaciones vegetales de matorral denso de tojos y retamas (*xestas*) en el paisaje agrario de diversas comarcas gallegas; así, en 1773, en tierras de Órdenes, Antonio Felipe Rodríguez, eclesiástico residente en Cardama (Oroso) en un informe que le remite al cartógrafo Tomás López para la elaboración de un diccionario Geográfico de España destacaba que en este territorio la tierra «la mayor parte de ella está a monte de toxo, pero bajo, de una bara en alto» (Sandoval, 2022: 38-39). Paisaje agrario que, en esta zona del interior coruñés, al igual que en muchas otras áreas de la geografía gallega, parece mantenerse en el tiempo con escasas alteraciones, tal y como refleja la descripción que nos ofrece la *Geografía General del Reino de Galicia* en las primeras décadas del

siglo XX: «Todo lo no cultivado es monte bajo que produce toxos (aliaga) y esquilmo para combustible y para cubrir el piso de los establos a fin de producir abono» (Carré, 1980: 642).

No cabe duda de que el inculto constituía el soporte básico tradicional del modelo agrario gallego. En un sistema agrícola orgánico como el que caracterizaba a la Galicia del Antiguo Régimen, existía una auténtica simbiosis entre el mundo rural y el monte, y sus diversos aprovechamientos constituían un recurso fundamental para la subsistencia de los campesinos, al tiempo que contribuían al equilibrio de todo el sistema agropecuario (Balboa, 1990: 23; Sobrado, 2022: 261 y 2023: 83). Además, la armonía entre agricultura y ganadería era básica, tal y como defienden en sus escritos Vicente del Seixo, José de Cornide o Pedro Antonio Sánchez, quien en su *Memoria sobre los ganados de Galicia* (1802), destaca como:

la cría de ganado, unido a la labranza, como por fortuna está en Galicia, lejos de ofenderla, se enlazan íntimamente con ella, y la socorre de un modo admirable. En efecto, si estas tierras montuosas y ligeras rinden dos o tres cosechas al año, se debe a los estiércoles que hacen los ganados: sin ellos quedarán incultas, porque no pagarán el trabajo. Las viñas, árboles, los prados, todo recibe aumento con los estiércoles (Sánchez, 1973: 119).

Además del estiércol de establo, los campesinos también utilizaban el abono verde o *estrume* crudo, elaborado con el esquilmo, broza, malezas, hojas secas, ramaje y despojos vegetales en verde, según se recogían en el monte, bosques y sotos o en los campos, y además se aprovechaban los restos de la vendimia o el bagazo de las uvas para abonar las viñas (Lorenzo, 1962: 185). A fines del XVIII Vicente del Seixo cuando los campesinos no contaban con suficiente estiércol bien curtido, recomendaba la utilización de otras materias como «las cenizas, hojas de árboles, tronchos de coles, berzas, y otras verduras y legumbres hechas pedazos» (Seixo, 1795). A menudo se combinaba el estiércol de establo y el de *cañeira*, que el cura párroco de San Mamed de Salgueiros, describe en 1799 como el que se hace «en la entrada de la casa [...] o en un camino [...] que sea húmedo, tienden los labradores algunos carros de toxo (aliaga) [...] y otras brozas, que con las aguas, escremento de animales transeúntes, y paso de gentes y carros se desmenuza y pudre» (Sánchez, 2002: 116).

Debido a la carencia de esquilmo y ganado, en las áreas costeras de Galicia, al igual que ocurre en otras de Europa (Desert, 1971: 51; Arzel, 1994: 115; Bourdon, 2000: 115), una parte importante del abono que empleaban los campesinos para fertilizar sus tierras era «estiércol marino», elaborado con algas, conchas, restos de pescado y crustáceos (*escamallo*, *galdrucho*, *patexo*)¹, e incluso arena de mar (Sobrado, 2009; Rodríguez Ferreiro, 2003: 63). Así, en 1640, los vecinos de Santa María de Argalo y Santa Marina del Obre, jurisdicción de Muros, recogían argazo «para aprovechamiento de sus labranças y lugares en que viven por seren los dichos lugares tierra pobre y esteril donde ay poco ganado para aser estiércol para poder aser sus sembrados y hortalizas [...] y, que sin ello no pueden granxear dicha tierra y legumbres»². Igualmente, en 1797 los de Fazouro, en la antigua provincia de Mondoñedo, indicaban que en los meses de enero y febrero aguardan «de día en día que el mar arroxé el abono para ella, que burgalmente llaman Olga, que por ser contingente suele deferirles asta mediados de marzo [...] y admás en todo el año con el mayor cuidado, en alguna entereza, recojen broza para los estiércoles» (Saavedra, 1985: 225).

¹ *Galdrucho*: cabezas, tripas y aletas de pescado. *Escamallo*: escamas de sardina. *Patexo*: especie de cangrejo pequeño.

² ARG, Vecinos, 10216/8.

En zonas de marismas y pantanos también se empleaban los juncales para el abonado de las tierras, tal y como se constata en el valle bajo del Limia, en donde el presbítero Pedro González de Ulloa en un Informe presentado en 1765 ante la Real Academia de Agricultura del Reino de Galicia, señala que en dichas tierras «todo está lleno de una especie de Junco falso, que sirve solo para estiércol»³. O como ocurre en las marismas de Betanzos, en las que el junco «que se corta, deja pudrirse y sirve de abono para las tierras de las cercanías» (Sánchez, 2002: 155).

En áreas próximas a las ciudades también se constata el aprovechamiento de los desechos urbanos por parte de los campesinos de los alrededores⁴, tal y como sucedía en Santiago de Compostela desde el XVI, en donde dicha actividad de recogida de «estiércol» de las calles llegó a generar cierta conflictividad entre los vecinos de localidades próximas como ocurre, en 1567, a los de Sar y Arines y, en 1691, a los de San Payo de Sabugueira⁵. Todavía en el XVIII el Ilustrado Pedro Antonio Sánchez destaca la recogida diaria de las inmundicias que generaba la ciudad, que luego utilizaban los labradores para fertilizar sus campos, consiguiendo «por este camino unos abonos muy superiores a los que hacen en las cuadras de sus casas» (Sánchez, 1973: 227). A pesar de las recomendaciones de agrónomos como Cónsul Jove o Vicente del Seixo, el uso de fertilizantes mecánicos como la marga, greda y arcilla era escaso por parte de los campesinos gallegos (Sobrado, 2004).

En los siglos XVII y XVIII, la introducción y progresiva implantación de dos plantas indianas como el maíz y las patatas, había diversificado y enriquecido la dieta de los gallegos, en momentos en los que la escasez crónica de subsistencias apremiaba a los campesinos, generando importantes transformaciones en el sistema agropecuario de muchas comarcas de Galicia, mejorando la alimentación y posibilitando un notable incremento demográfico. Pero dichos cambios en el sistema agrario gallego precisaron de una serie de modificaciones en los procesos de abonado, introduciendo mejoras e incrementos en el aporte de fertilizantes orgánicos, lo que a la postre influirá notablemente en la reordenación de las explotaciones agrícolas y en los usos del monte.

3. El maíz y la intensificación agropecuaria (1630-1850)

En algunas áreas de la Galicia sur occidental, ya se habían producido en la Baja Edad Media pequeños progresos y atisbos de intensificación con la diversificación de la superficie cultivada, que parecían indicar una cierta racionalización de las explotaciones agrarias, con la introducción en las rotaciones de cereales de primavera (mijo y cebada), de algunas leguminosas y plantas forrajeras (nabos), o la extensión del viñedo, en zonas como el Bajo Miño (Pallares y Portela, 1971: 110; Portela, 1976: 125; López, 2007). Aunque en el XVI, un régimen previo de alternancia de cereal de invierno/cereal de primavera, con el cultivo del mijo menudo, favoreció en diversas zonas del territorio gallego la eliminación del barbecho y su sustitución por un sistema de cultivo continuo, —lo que confirma que el sistema agrario gallego no permaneció inmóvil—; sin embargo, no cabe duda de que la planta que jugó un papel decisivo en la

³ ARG, Papeles de Cornide, Leg. 5, nº 88

⁴ Práctica que también se pudo observar en otras zonas de Europa (Antoine, 2000: 150).

⁵ ARG, Vecinos, 744/52 y 2499/24.

intensificación agropecuaria de la Galicia occidental desde el XVII fue el maíz, ampliando y reforzando de forma sustancial las posibilidades abiertas con anterioridad por el mijo, al que tiende a sustituir ante su superior productividad y mejor asociación entre agricultura y ganadería (Pérez, 1990: 89; Fernández Cortizo, 2001: 247).

A diferencia de lo que ocurre en otras zonas de la Península o de Europa (Piqueras, 1992; Riera, 2007; Arias, 2012; Levi, 1979; Cazzola, 1992; Finzi, 1992), en Galicia tanto la introducción y difusión inicial del maíz como, más tarde de las patatas, fue fruto prácticamente exclusivo de la iniciativa campesina, determinada por las necesidades de una población rural en crecimiento y mal nutrida, sin que la administración, las instituciones de fomento agrícolas gallegas o los grupos rentistas hayan tenido protagonismo alguno (Saavedra, 2018: 51; Sobrado, 2018: 152)⁶.

Con la introducción del maíz en el XVII —que alcanza su verdadera difusión en la Galicia costera occidental tras la crisis agraria de 1628-1632— (Pérez, 1981 y 1990), el sistema agropecuario vigente en muchas comarcas de Galicia experimentó transformaciones decisivas. Las exigencias de carácter altitudinal, climático y edáfico de la planta americana condicionaron sus posibilidades de aclimatación, marcando ritmos de introducción y de difusión distintos según los territorios, desplazando al mijo y en ocasiones a los cereales de invierno y afectando a las diferentes piezas del viejo complejo agrario gallego que caracterizaba la economía rural, desde los usos del monte comunal hasta la estructura y niveles de la cabaña ganadera (Pérez, 1981 y 1990; Saavedra, 2018).

En la Galicia litoral, con la continua progresión del maíz las tierras descansaban cada vez menos, con lo que la expansión de un sistema de rotaciones más complejas —de policultivo intensivo de altos rendimientos por unidad de superficie, que incluía asociaciones del maíz con otros como las habas, cultivos intercalares (lino) y forrajeros (nabos, *ferraña*)—, a la búsqueda de una mayor racionalización de la producción, acaba determinando una creciente necesidad de estercolado de las tierras, convirtiéndose en un importante problema que influirá notablemente en la reordenación de las explotaciones agrícolas. Así, en la segunda mitad del XVIII, en su *Discurso apologético por los Montes comunes*, presentado por Joseph Jaspe ante la Real Academia de Agricultura, señalaba que, frente a lo que ocurría en Castilla, «en Galicia se cultiva sin yntermisión los Campos y por eso necesitan mucha basura, para Abitarlos en su continua producción». Del mismo modo, Manuel Antonio Avalle en su *Informe sobre el cultivo de los Montes de Galicia* constata que hacia 1767 en la provincia de Tuy «apenas ay parte de ella sin cultivo [...] y tanto que se experimenta falta de abonos, y maderas para con ellos nutrir las tierras cultivadas y que puedan sostener tan continuado producir»⁷.

En este nuevo sistema agrario de carácter intensivo las explotaciones campesinas han de lograr un equilibrio entre superficie cultivada e inculca que les permita el cultivo del cereal de primavera sin llegar al agotamiento del suelo, lo que exige al campesinado una mayor atención a las tierras de monte bajo —retamales (*xesteiras*) y tojales⁸—, que les garanticen materia prima suficiente de fertilizante orgánico.

⁶ Para el caso catalán ver (Congots, 2018).

⁷ ARG, Papeles de Cornide, Leg. 5, nº 91 y 90.

⁸ En Galicia el terreno dejado a matorral para el aprovechamiento de esquileo y leña presenta diferentes denominaciones en la documentación (*toxal* y *xesteira*, *trepeza*, *poula*, *touza*...) (Bugallo, 1979; Quiroga, 1988; Rodríguez González, 1961, t.III: 178; Lorenzo, 1962, t. II: 176).

Por lo que las parcelas de tojales se convierten en un bien cada vez más necesario para las explotaciones campesinas.

Entre 1600-1750 en las áreas de fuerte densidad de población y de agricultura intensiva, como el sureste y los valles fluviales, las crecientes necesidades de tojo para aumentar las reservas de abono indispensables para mantener los rendimientos en las tierras de cultivo permanente animan una reordenación de las explotaciones agrícolas, y en los usos del monte, limitando las rozas y estivadas para el cultivo de cereal, que tienden a ir desapareciendo en beneficio de esquilmo para cubrir las crecientes necesidades de abonado de las tierras (Pérez, 1981 y 1990; Saavedra, 2018: 50). De este modo, en 1752 en la Galicia occidental el cultivo periódico de los montes ya se encontraba en regresión y se reducía a zonas de interior, conservándose solo en alrededor del 35% de las parroquias de la antigua provincia de Santiago y en torno al 15% de las de Tuy. Asimismo, las rozas en los montes tenían una incidencia muy escasa en Ourense (6% de las parroquias) (Rey, 1995: 77, 98). Así, en las Comprobaciones del Catastro de 1763, en Celanova se confirmaba que «aunque anteriormente consta se rompen dichos montes de tantos en tantos años y se siembran de centeno, ahora dicen no hai ni se observa semejante orden en lo que comprende esta villa y su termino sirviendo unicamente para el fin de dar el dicho toxo o estrumen para el abono de las tierras»⁹.

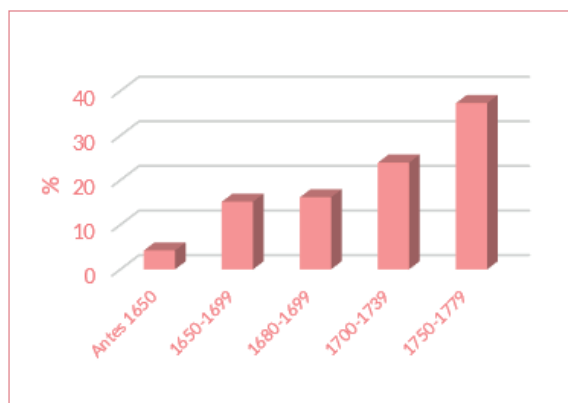
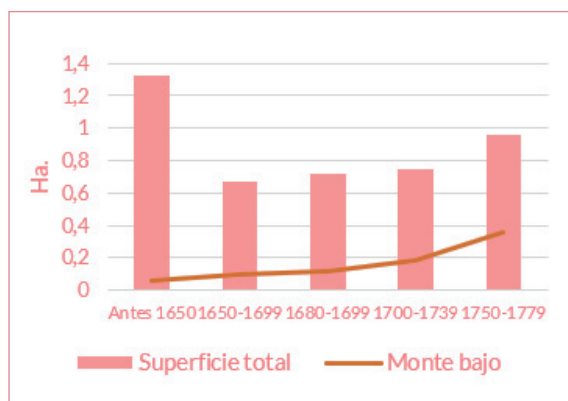
Según las estimaciones de Cornide en su *Memoria sobre el cultivo de los montes comunes* (1767), cada tres años, un ferrado de monte cerrado producía dos carros de tojo y, con todo, eran necesarios ocho ferrados de monte abierto o comunal para recoger un solo carro¹⁰, y Pedro Antonio Sánchez opinaba que los montes, una vez cercados «producirán doble yerba, doble tojo dobles uces» (Sánchez, 1973: 219). Dado que los rendimientos del tojo eran sensiblemente superiores en parcelas privadas, ello explica un creciente avance de la privatización de los montes.

Con anterioridad a la difusión del maíz, en la Galicia occidental las tierras incultas estaban abiertas y su explotación era colectiva para todos los vecinos, que hacían un aprovechamiento común de sus recursos, pastando el ganado en ellas, y recogiendo la leña y el esquilmo que necesitaban. Tras los cambios agrarios introducidos con el cultivo de la nueva planta americana y el desarrollo demográfico que estimula, en el XVIII el interés por las tierras de monte bajo aumenta notablemente, iniciándose un progresivo proceso de privatización por el que el comunal se va parcelando, cerrando y añadiéndose a las explotaciones agrarias familiares a título particular, en las denominadas *tapadas*, *chousas* o *curros*, acotadas para siembra de cereal, tojo, pasto de ganado, etc.

De este modo, cuando se realiza el Catastro de Ensenada, en la Galicia occidental más de un tercio de los montes estaban cerrados, fundamentalmente en sus áreas más meridionales, (Salnés y Bajo Miño), en donde el fenómeno de apropiación de los espacios comunales en 1752 ya parece que estaba plenamente consolidado y los montes cerrados particulares alcanzaban casi la mitad de la superficie inculta (Pérez, 1979: 162 y 2000: 81). Este progreso de la individualización de los montes se constata igualmente en la comarca del Morrazo, en la que, si bien en la primera mitad del XVII el monte de uso individual (monte bajo de *xesteira* y tojal) únicamente representaba el 4% de la superficie en las explotaciones campesinas, asciende hasta más del 37% en la segunda mitad del XVIII (gráficos 1 y 2).

⁹ AGS, DGR, 1RE, 1088-11.

¹⁰ ARG, *Papeles de Cornide*, 44813/94, fols. 9-10.



GRÁFICOS 1 Y 2

Evolución de la importancia del monte bajo dentro de la explotación media campesina en la comarca del Morrazo, según los inventarios de bienes (1650-1779). Fuente: Elaboración propia con datos de (Rodríguez Ferreiro, 2003, t. II: 26)

Por tanto, en áreas del litoral occidental (Salnés, Morrazo y Bajo Miño), el monte cerrado se convierte en el soporte fundamental para elaborar abono, mientras que de los comunales cada vez procedía un menor porcentaje del esquilmo necesario para fertilizar las labranzas (Pérez, 2000: 89, 2007: 107; Rodríguez Ferreiro, 1995: 92, 2003). Dicha tendencia es experimentada asimismo en áreas de transición, en los valles medios-altos de la Galicia occidental (Tierra de Montes, jurisdicción de Caldevergazo), aunque con algo más de retraso —pues el maíz no se introduce hasta la década de 1650, y no lo hace de forma generalizada hasta 1670 en las áreas de menos de 500 metros de altitud—. En las que se hace evidente cierta intensificación agropecuaria, con una acentuación del abonado a partir de la práctica de una mayor estabulación ganadera (Fernández Cortizo, 2004: 1077; Bugallo, 1979: 258).

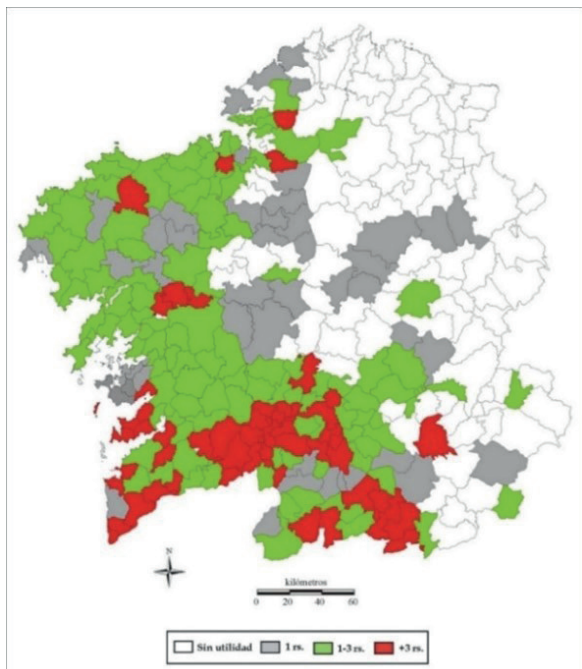
Igualmente, en algunas zonas de Ourense que han intensificado el sistema agrícola se observan niveles altos de privatización de los bienes comunales. Así, en Monterrey en 1752 entre los terrenos incultos se constata algo más del 54 % de montes particulares (González, 2010). En la comarca de Celanova el espacio inculto de uso individual también va adquiriendo progresivamente una mayor importancia, hasta el punto de que pasa de suponer un 19% del total a fines del siglo XVII y comienzos del XVIII, a representar casi el 40% en la primera mitad del XIX. En Celanova tanto el Catastro de

Ensenada (1752), como los patrimonios eclesiásticos (1718-1790) y las escrituras notariales (inventarios *post-mortem* y partijas) (1730-1779) coinciden en destacar un claro predominio del monte bajo entre el espacio inculto de uso individual, que supondría del orden del 50-70% (Rodríguez Fernández, 2016: 293 y 333).

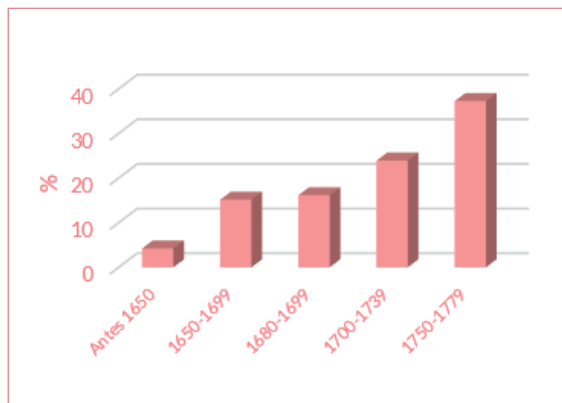
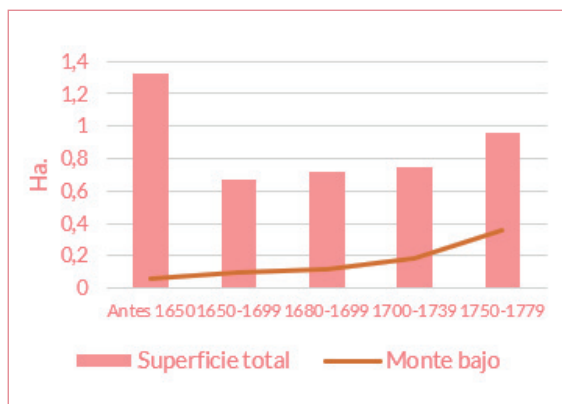
Los gráficos 3 y 4 reflejan la evolución del peso del monte bajo en las explotaciones campesinas celanovesas según los inventarios *post-mortem*, caracterizada por la duplicación de su presencia porcentual desde fines del XVII a mediados del XIX. Las heredades de monte bajo pasaron de suponer menos del 10% del espacio declarado en una explotación media de 2,2 hectáreas de tierra hacia 1680, a reunir casi un 30% del mismo en una explotación de 1,4 ha en la primera mitad del XIX.

En áreas en las que se desarrolla una agricultura intensiva, de alta rentabilidad, apoyada en el maíz, aproximadamente la mitad de la superficie productiva quedaba sin cultivar, dedicándose al pasto y monte bajo, pues su papel era imprescindible en dichas economías agrícolas para la fabricación del fertilizante orgánico necesario para abonar las tierras cultivadas. Dada la importancia de los recursos extraídos del

monte bajo para el sistema agrario, la mayoría de los vecinos contaban con este tipo de superficie inculta. Así, en 1752 en el Morrazo, en las parroquias de Hío y Bueu el 56% y 79% respectivamente de los vecinos poseían parcelas de monte bajo a *xesteira*, mientras que el 88% y 49% respectivamente, tenían en sus explotaciones tierras incultas dedicadas a tojal. Además, en esta zona de la Galicia meridional, a mediados del XVIII el Catastro refleja como la tierra productiva se reparte, casi a partes iguales, en dos grandes bloques, la cultivada, que representa casi el 45 %, y la no cultivada, donde el monte bajo de *xesteira* o *xestal* y tojal suponen otro tanto (Rodríguez Ferreiro, 2003: 22). Tratando de lograr dicho equilibrio, en las áreas de agricultura intensiva de la Galicia occidental entre 1700-1850 los recursos que proporcionaba el monte bajo en forma de esquilmos conocen una creciente revalorización, tal y como refleja la propia evolución de los precios del tojo.



MAPA 1
Distribución geográfica de los precios del carro de tojo según las Respuestas Generales del Catastro de Ensenada (1752). (Precios en reales de vellón). Elaboración propia. Fuente: AGS, CE, RG.



GRÁFICOS 3 Y 4
Evolución de la importancia del monte bajo dentro de la explotación media campesina en la comarca del Morrazo, según los inventarios de bienes (1650-1779). Fuente: Elaboración propia con datos de (Rodríguez Ferreiro, 2003, t. II: 26)

El mapa 1 recoge la distribución geográfica de los precios medios en reales de vellón del carro de tojo en las parcelas de monte bajo según las Respuestas Generales del Catastro de Ensenada (1752). En la Galicia interior, en buena parte de las antiguas provincias de Mondoñedo y de Lugo, y en menor medida en el área oriental de la de Ourense, el Catastro no ofrece la utilidad del carro de tojo pues, aunque los montes producían broza y tojos, solían ser beneficiados, quemándose en las propias *rozas* o *estivadas* hechas en los montes para cultivar cereales, por lo que «no se les considera tojo respecto de quemar y refundirse en beneficio de la propia

tierra»¹¹. Así, en Barreiros los montes «producen algo de argoma al que no se le considera valor por ser para beneficio de las mismas heredades», y en otras zonas del interior los montes bajos producen «broza que se quema y consume en el monte sirviendo de abono», con lo que «la leña del toxo y xestar por ser muy pequeña y de ninguna utilidad sino para sazonar la tierra cuando se rompe para que produzca dicho centeno»¹².

En la Galicia septentrional y oriental, el predominio de una agricultura extensiva apoyada en el empleo bastante generalizado del barbecho, y de la práctica de *estivadas* en los montes, así como una gran fortaleza de los comunales y todavía escasa privatización de los montes, que apenas alcanzaba a un 10-20% del total, e incluso menos en las montañas orientales (Saavedra, 2014: 183), aún no generaban excesiva presión sobre el inculto, determinando que la fertilización de las tierras no plantease un problema acuciante para los campesinos, por lo que la valoración de los tojos para emplear como abono era prácticamente nula o muy reducida por parte del Catastro. Igualmente, en el centro de la antigua provincia de Lugo (Castroverde, Baleira, Guntín, Lugo, Puertomarín, Palas de Rei) e interior de la de Santiago (tierras de Mellid, Silleda) y de la de Betanzos, así como en algunos reductos de la de Ourense (Viana do Bolo, Laza, Vilar de Barrio, Celanova, Vereia, Trasmirás), según el Catastro, el valor del carro de tojo también era muy modesto, siendo regulado en 1 real. De este modo, en San Salvador de Río Freixo «cada carro de estrumo para el abono» estaba valorado en 1 real¹³.

En contraste con dicha tendencia a la casi nula o muy baja utilidad, en buena parte de la Galicia occidental el tojo alcanzaba una mayor estimación por parte del Catastro de Ensenada; así, en las antiguas provincias de A Coruña y Santiago, el carro de tojo estaba valorado entre 1 y 3 reales, aunque en algunos casos alcanza los 4 rs., como ocurre en las comarcas de Bergantiños (Coristanco) o en la Depresión Meridiana, en los valles bajos occidentales de la de Santiago (Teo, Vedra, Boqueixón). Con todo, las zonas con los precios más altos del tojo a mediados del XVIII se situaban en la Galicia meridional, en el sur de la antigua provincia de Santiago y en la de Tuy, coincidiendo con aquellas áreas que han experimentado procesos de intensificación agropecuaria y de privatización de los montes, que cuentan con una mayor presión sobre el inculto, como las comarcas del sudoeste del Bajo Miño (La Guardia, El Rosal, Tomiño, Tuy), con un valor de 3-4 rs. por carro de tojo, la del Morrazo (Bueu, Cangas, Marín, Moaña), con 4 rs., o la de Vigo (Bayona y Nigrán), con una media de 4-5 rs., llegando a superar en ocasiones los 6 rs. en las comarcas del Condado y Paranda, como se constata en el concejo de Crecente, en las parroquias de Albeos, Angudes, Freeixo, Sendelle o Quintela, en las que el «carro de toxo o de broza» alcanza una utilidad de 8 reales¹⁴. Igualmente, en zonas de Ourense que también han vivido progresos de intensificación agraria y de cierre de los comunales, como el Ribeiro (en Ribadavia o Beade) el carro de tojo llega a un valor de 6 rs. y en las de Celanova, Xinzo de Limia y Verín de 4 rs. Es significativo que en Ribadavia, a pesar de observarse un notable incremento de la productividad de la tierra, gracias a la difusión del maíz asociado con habas y forraje, y a la especialización del viñedo —lo que permite una mejor integración de la ganadería con las prácticas agrícolas—, sin embargo, todavía hacia 1860 se constata una insuficiencia de esquileo para abono (Corbacho, 2019: 110). Déficit que, a buen seguro contribuyó al incremento del precio del tojo.

¹¹ AHPL, Hacienda, 4489.

¹² AGS, CE, RG, L206-223 y L244-332.

¹³ AGS, CE, RG, L221-407.

¹⁴ AGS, CE, RG, L268-038; L268-129; L269-670; L272-561; L272-044.

Por lo tanto, parece ser que el valor de los tojos ya presentaba hacia 1752 una gran dicotomía en el territorio gallego —que se habría de acentuar más tarde—, dependiendo en gran medida del grado de intensidad de los procesos de intensificación agropecuaria experimentados en cada zona, y de las disponibilidades de esquilmo y la consiguiente presión ejercida sobre el monte. De hecho, es en las áreas meridionales del litoral gallego en las que la evolución del precio del carro de tojo experimenta un notable incremento, llegando a duplicarse y hasta triplicarse entre mediados del XVIII y las primeras décadas del XIX. Así, en la comarca del Bajo Miño pasaría de alrededor de 5,7 rs. en 1752, a 9,5 rs. en la primera década del XIX (gráfico 5). En las zonas del sudoeste occidental, si el Catastro de Ensenada (1752) refleja unos precios medios de entre 3-5 reales el carro de tojo, los patrimonios eclesiásticos de la década de 1760 sitúan su precio en 6 rs. y en la de 1770, en torno a 10-11 rs., cotización que a finales de siglo y principios del XIX ya alcanza los 15-16 rs., y en torno a 1820-1830 superaba los 20 rs. (Pérez, 1983: 97). No cabe duda de que la escalada de precios es, sin duda, importante, y reveladora de la creciente valoración alcanzada por los tojos para las explotaciones agrarias.

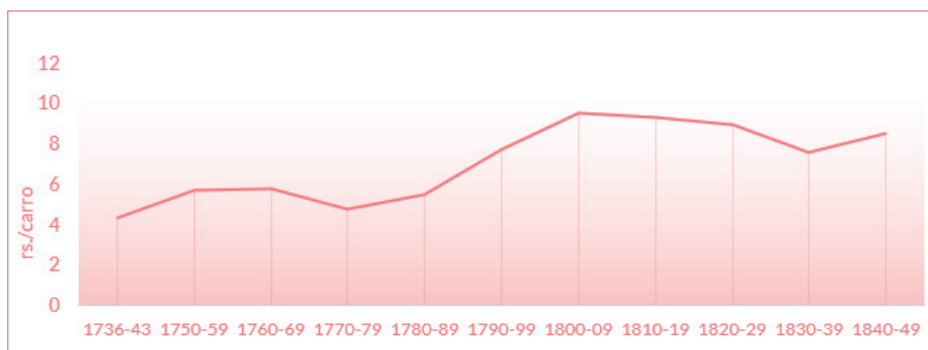


GRÁFICO 5
Evolución del precio del tojo en la comarca del Bajo Miño según los patrimonios eclesiásticos (1736-1849). Rs./carro
Fuente: Elaboración propia con datos de (Pérez, 1999: 233).

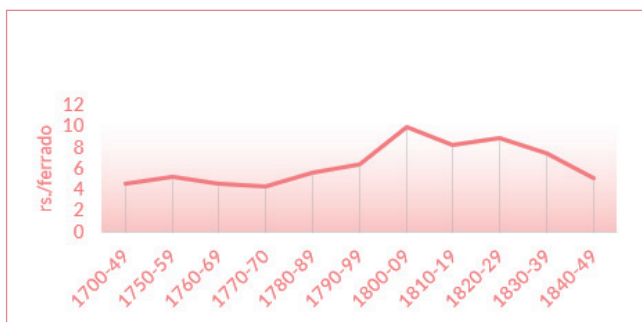


GRÁFICO 6
Evolución de la valoración del tojal/monte en la Galicia occidental según los patrimonios eclesiásticos (en rs./ferrado)
Fuente: Elaboración propia con datos de (Pérez, 1983: 88)

Pero si el precio de los esquilmos se ve incrementado sensiblemente a fines del Antiguo Régimen, también la estimación de las parcelas dedicadas a tojar lo hace, de forma clara. De este modo, el gráfico 6 refleja una evolución alcista de la valoración del tojar en la Galicia occidental, sobre todo entre 1770-1850. Lo que a priori también constituye un indicador indirecto de la intensificación agraria experimentada en áreas del litoral de las Rías Bajas, valles bajos occidentales y zonas de transición al interior.

Es, pues, el ascenso de los precios de las parcelas de tojar y el propio tojo el que señala la fuerte

presión a la que por aquel entonces debieron de estar sometidos los esquilmos, y que acentúan las situaciones de tensión. Esta creciente revalorización de los recursos que proporciona al campesino el monte bajo lleva consigo un mayor control de su aprovechamiento, lo que genera un notable aumento de la litigiosidad en torno al uso del monte. La dependencia de las explotaciones campesinas del aprovisionamiento de esquilmo en los montes era tal, que entre 1700-1850 se suceden los esfuerzos de reglamentación para gestionar un mayor control de su aprovechamiento y prevenir su agotamiento, así como a fin de evitar usurpaciones por parte de localidades vecinas. Por ejemplo, en Tierra de Montes, en 1750 el juez merino ordena que «ninguna persona de este lugar (Soutelo), ni de otro afuera corten, talen ni destruyen la deesa de robles, leña y ttoxos que se dize Rio de Sangunedo, como ni tampoco corten, talen ni destruyen los ttoxos, los alechos bulgo fentos, y oxa que produze dicha dehesa, sino en los días miércoles y sábados de cada semana con dos personas de cada casa y de sol a sol» (Fernández Cortizo, 2001: 200).

A fin de aproximarnos a la conflictividad generada en torno a la explotación de esquilmo en los montes hemos indagado en diversas secciones del Archivo del Reino de Galicia (Ejecutorias, Montes y comunales, Particulares, Vecinos, Pleitos y Causas de la justicia ordinaria), seleccionando más de medio centenar de pleitos en los que el origen del conflicto gira en torno a la explotación del tojo y broza en los montes, ya sea por su aprovechamiento, la perturbación de posesión en su uso, la extracción de esquilmo, o por robo, e intrusión de vecinos de otras parroquias y jurisdicciones en la corta de tojos en los comunales, etc.

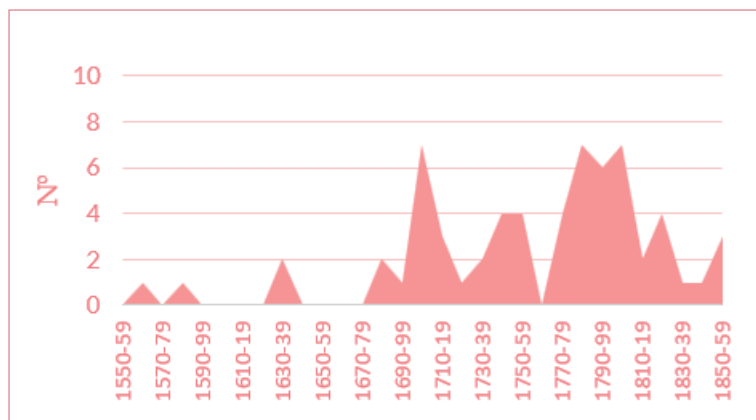


GRÁFICO 7

Evolución decenal del número de pleitos sobre aprovechamiento de tojos y *estrume* en los montes litigados ante la Audiencia del Reino de Galicia (1550-1860).

Fuente: ARG, Ejecutorias, 527/40; 7200/1. Expediente de solicitud, 5306/20. Montes y comunales, 336/39; 4097/15; 4843/84; 5884/62; 5912/1; 8990/37; 9520/53; 9924/42; 10673/36; 11517/25; 12420/12; 12870/12; 13781/80; 14873/18; 15162/54; 17085/19; 17140/56; 17261/16; 17616/23; 17666/68; 18012/9; 19802/12; 25289/17. Justicia ordinaria, causas, 4963/11. Particulares, 5760/79; 10434/13; 11190/64; 11966/30; 13285/34; 13621/16; 13833/7; 16445/1; 17768/27; 19709/43; 23819/58; 25242/57; 25814/68. Pleitos, 4978/8; 5010/25; 5166/18. Vecinos, 744/52; 2499/24; 3168/1; 8438/2; 8990/37; 9015/10; 9144/28; 12805/20; 13975/55; 14648/6; 14881/1; 16191/24; 16308/37; 16591/25; 17469/49; 1793/34; 19945/9; 22431/36; 24049/25; 27268/1.

En el gráfico 7 se puede observar un incremento de la conflictividad en torno al aprovechamiento de tojos y broza para elaborar abono en la segunda mitad del XVII, sobre todo a fines de siglo, y principios del XVIII, así como en el último tercio del XVIII y comienzos del XIX, momentos en que las tensiones se acentúan coincidiendo con fases de intensificación agraria; lo que también muestra coincidencias con los ciclos de acentuación de la conflictividad rural general, sobre todo en torno a la que genera la explotación de los montes (Rey, 1995: 258; Saavedra, 2012: 178). En este contexto de intensificación agraria la presión sobre el monte hace que señores y campesinos, así como parroquias vecinas choquen a menudo en sus intereses, desembocando en enconados pleitos (Pérez, 2000: 99; Saavedra, 2003: 151-176). Si agrupamos los litigios sobre aprovechamiento de tojos en períodos más amplios, de 50

años (gráfico 8), comprobamos que los momentos de mayor acentuación de la conflictividad se sitúan entre 1750-1860, coincidiendo con una mayor presión generada sobre los recursos del monte de una población en continuo crecimiento.

La distribución geográfica de los pleitos sobre aprovechamiento de tojos y *estrume* en los montes litigados ante la Audiencia del Reino de Galicia entre 1550-1860 (mapa 2), refleja una mayor concentración de conflictos entre los vecinos por la explotación de dichos recursos, en zonas con creciente presión sobre el inculto por procesos de intensificación agraria, como las comarcas del sudoeste occidental (Bajo Miño, Morrazo y Salnés), así como algunas de Ourense (Celanova, Xinzo de Limia, Allariz, Ourense, o Viana do Bolo). También cabe observar una destacada concentración de pleitos en áreas del interior de las antiguas provincias de Santiago y A Coruña, en las

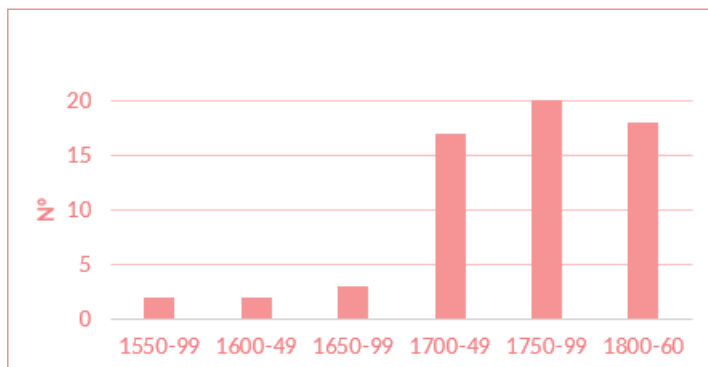
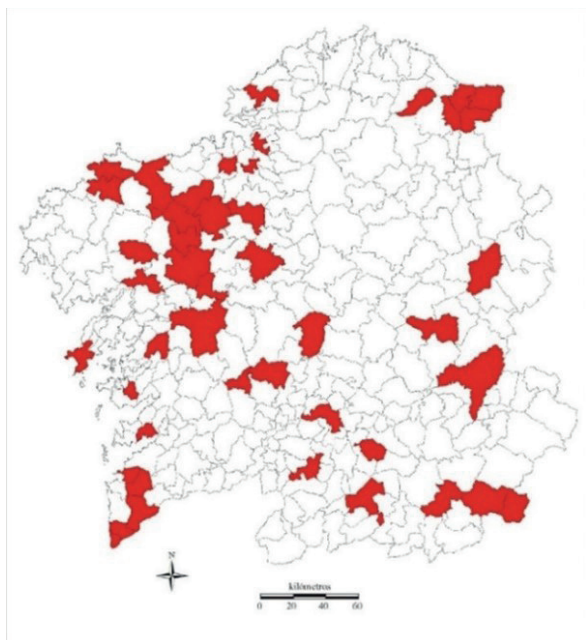


GRÁFICO 8
Evolución del número de pleitos sobre aprovechamiento de tojos y *estrume* en los montes litigados ante la Audiencia del Reino de Galicia (1550-1860). Análisis por decalustros.
Fuente: Documentación citada en el gráfico 1.

que la presión sobre el monte aumenta entre 1700-1850. Así como en las comarcas litorales de Ferrol, Bergantiños y el Barbanza.

En la antigua provincia de Mondoñedo, los desencuentros entre vecinos por la explotación de los tojos se concentran fundamentalmente en su zona más nororiental, como Alfoz, Barreiros y Ribadeo. Mientras que, en la antigua provincia de Lugo, en donde la disponibilidad de comunales es mayor, y las necesidades de abono de una agricultura más extensiva son inferiores, la presión sobre el inculto disminuye, con lo que el nivel de conflictividad por el aprovechamiento de *estrume* parece menor.

Asimismo, a lo largo del XVII, coincidiendo con fases de crecimiento demográfico y agrícola derivados del ciclo expansivo del maíz, y por tanto con mayores necesidades de abonos, en la Galicia litoral se observa una mayor tenacidad en la defensa de los recursos de «estiércol marino», por lo que se constatan superiores restricciones en el aprovechamiento del argazo, y la aparición de algunos conflictos entre



MAPA 2
Distribución de los pleitos sobre aprovechamiento de tojos y *estrume* en los montes litigados ante la Audiencia del Reino de Galicia (1550-1860).
Elaboración propia con documentación citada en el gráfico 1.

convecinos (Sobrado, 2009). Así, en 1629 el merino de la jurisdicción de Oya se querella contra los vecinos de Mougás, por incumplimiento de los usos y costumbres que regulaban el aprovechamiento del argazo, y que establecían que «la gebra y argaço que echa la mar todos los vecinos ansi pobres como ricos se proveyesen del para estercolar sus huertas y heredades»¹⁵. Poco después, en 1630 los de Caleiro, también litigan con los de Leiro sobre el aprovechamiento de la broza que arroja el mar¹⁶. En 1640 los vecinos de San Cosme de Outeiro, San Juan de Sabardés y Santiago de Tal demandan a los de Obre y Argalo, jurisdicción de Muros, por impedirles los primeros «que fuesen con sus varcos a recoger el argazo que echa el mar en la rivera que confina con sus feligresías para aprovecharse del para sus labranças [...] juntándose para ello armados con piedras y ondas palos y oçes maltratando a mis partes»¹⁷. Nuevamente, en 1701 los vecinos del Rosal entran en conflicto con el merino ordinario de la jurisdicción de Oya ante la intención de impedirles que se lleven el argazo que arroja el mar¹⁸.

En el primer decenio del XVIII cada vez son más corrientes los pleitos referidos al aprovechamiento de la retama, tojo, uces y demás manto vegetal que puebla los montes bajos. De este modo, en 1706, el capitán D. Juan Álvarez, de Queixas (Cerceda), se querella con varios vecinos que se habían llevado de sus montes, más de 200 carros de tojo y leña. En ese mismo año, el capitán D. Lorenzo Álvarez, de Barbaos (Tordoia), litiga contra quienes se habían llevado de sus montes unos 50 carros de tojo (Rey, 1995: 140). Asimismo, a lo largo del XVIII se generan conflictos de gran violencia entre los vecinos de jurisdicciones o de parroquias limítrofes, en torno al aprovechamiento del esquilmo de los montes, como ocurre en el Bajo Miño en 1718, cuando el fiscal de montes de la parroquia de Tallo, jurisdicción de Tomiño, acude en compañía de otro vecino a una cachada en donde encuentran a un grupo de vecinos de la jurisdicción de La Guardia cortando tojo «con exsaciones, cargándolo en carros a los cuales porque se les quiso reprehender dicho fiscal le agarraron y aporrearon y en mi han hecho lo mismo y aun mayor atrocidad pues llegaron a romperme la cabeza»¹⁹.

En 1732 estalla un conflicto entre los vecinos de San Miguel de Tabagón y los del Rosal por el aprovechamiento de las «tonas, esquilmos y extrumen» de las islas Canosa, Torroeira y Morageira, en la desembocadura del Miño, pues los del Rosal, habían ido a cortar «tonas y esquilmo» a las islas, y se encontraron con la oposición de los de la parroquia de Tabagón, que les impidieron que «acabasen de cargar cascándoles algunos aparejos de dichos carros», alegando que dichas islas se encuentran en los términos de su feligresía, y es práctica común «el mantenerse para pastar, extrumar, cortar y mas que se ofrece en ellas y sus términos sin propasarse en las de otra por estar como están cada una divididas»²⁰.

En 1751 en Mesía (A Coruña) la corta de tojos suscita riñas y violencia cuando, Tomás Botana acusa a su hermano convecino Matías de malos tratamientos al recoger con el carro de bueyes el tojo que había cortado y atado en una parcela de monte de su propiedad «con la hoz que trahía en las manos y con que componía el carro y tojos le dio diferentes golpes y porrazos con que le maltrató todo su cuerpo y con la

¹⁵ ARG, Vecinos, 2497/16.

¹⁶ ARG, Vecinos, 4472/42.

¹⁷ ARG, Vecinos, 10216/4 y 10216/8.

¹⁸ ARG, Vecinos, 16194/8.

¹⁹ ARG, Montes y comunales, 13.781/80.

²⁰ ARG, Vecinos, 27.268/1.

que le hizo varias heridas en él, de que estuvo bastante indispuesto»²¹. En 1799 en las montañas del Caurel, Blas Martínez, de Villamor denuncia a su vecino Jacinto da Fonte, pues llevando un carro de estiércol para abonar sus tierras, se le volcó esparciendo el valioso abono en su heredad, que aprovechando la ocasión se propasó a apropiarse de él para su uso. Ante la reclamación de Blas, el denunciado trabó pendencia con él, mostrando una gran violencia, pues «levantó a ambas manos una axada de cavar de bastante peso, y con ella me descargó un fuerte golpe en la cabeza, que me atolondró y causó una copiosa efusión de sangre y dio admas un puñetazo en las narizes y otro en el pecho, con que también me lastimó bastante»²².

En el primer tercio del XIX, a medida que la población crece, y las explotaciones agrarias aumentan, los montes abiertos pierden terreno por los cierres llevados a cabo, y las necesidades de tojo y de otras materias para el abonado de las tierras se hacen más acuciantes, momento en el que las comunidades campesinas emplean todos los recursos a su alcance para impedir que los forasteros menoscaben el producto de sus montes, por lo que la conflictividad en torno a la explotación del tojo se recrudece (Saavedra, 1982: 215; Velasco, 1999), surgiendo varios conflictos intervecinales por la explotación de *argoma*, como el que enfrenta en tierras mindonienses, en 1816, al alcalde mayor del valle de Cabarcos con los vecinos de Riomourelle, que iban a coger tojos a los montes de su jurisdicción²³. O el que tiene lugar en 1824 entre los vecinos de S. Pedro de Mor y los de Castrodouro, por la misma razón²⁴. Igualmente, de los pleitos litigados en el Bajo Miño entre 1764-1847 por los aprovechamientos de pastos y esquilmos, alrededor del 60 % se concentran en las primeras décadas del XIX, lo que indica una creciente presión de la población sobre este tipo de recursos cada vez más estimados (Pérez, 1999: 235).

Pero, la conflictividad cotidiana en torno a la explotación de los esquilmos reflejada por las querellas dirimidas ante la Real Audiencia de Galicia, también se puede rastrear a través de la infrajudicialidad o de pleitos en primera instancia. De este modo, en los protocolos notariales de la antigua Provincia de Mondoñedo de la segunda mitad del XVII se conservan numerosos poderes y concordias entre los vecinos por el aprovechamiento de tojos para el abono (Saavedra, 1985: 227). Asimismo, a finales del XVIII y primeras décadas del XIX abundan los choques entre aldeas o parroquias por cuestiones relacionadas con *argoma* para abono, a menudo litigados en primera instancia en los juzgados de varias zonas de Galicia. Así, Pegerto Saavedra, constata en la sección de *Juzgados* del Archivo Municipal mindoniense varios pleitos entre vecinos, como el que enfrenta en 1794 a los de Cabarcos con un hidalgo de Barreiros que se propasó arrancando tojos en un monte situado en el límite de las dos parroquias, o el que tiene lugar en 1796, en la jurisdicción de Mondoñedo entre un presbítero y varios campesinos por propasarse en los montes anexos a la capellanía de San Carlos a «cojer los tojos, roza y braña que producen con azadón y otros instrumentos prohibidos, arrancándolos de vez, y moviendo la tierra, impidiendo absolutamente la producción» (Saavedra, 1985: 206). No cabe duda, por tanto, de que el aprovechamiento de tojos para el abono dio lugar a grandes tensiones en el mundo rural gallego de Antiguo Régimen, generando importantes conatos de violencia verbal y física (Iglesias, 2007: 148).

Por lo que respecta a las disponibilidades de esquilmo y de estiércol por parte de las explotaciones

²¹ ARG, Particulares, 13.833/7.

²² AHPL, Protocolos, 6985-40.

²³ ARG, Vecinos, 1793/34.

²⁴ ARG, Montes, 11.517/25

campesinas, y su relación con las necesidades de las tierras, aunque las fuentes de la época no permiten grandes precisiones, sí nos ofrecen una idea aproximada de dichas realidades. El análisis comparativo de los rendimientos medios de carros de tojo por hectárea de monte bajo según el Catastro de Ensenada (1752) refleja que en el Bajo Miño los tojares de parcelas privadas se cortaban cada 3, 4 o 5 años según las calidades y producían alrededor de 15 carros anuales por ha y 23 carros según los patrimonios eclesiásticos entre 1736-1860 (Pérez, 2000: 86). En 1690 los vecinos de Refoxos (Celanova) declaran que «según la labranza de cada labrador pueden tener necesidad de quince en quince días de un carro de estrume para hacer estiércol para sus heredades»²⁵, lo que supondría alrededor de 24 carros anuales. En Celanova el Catastro muestra una gran ocultación de los rendimientos de los montes de uso individual, que sólo cifran en 8,23 carros de tojo por ha, mientras que los patrimonios reflejan 18,5 carros (Rodríguez Fernández, 2016: 294).

Teniendo en cuenta que en la época las tierras no se abonaban cada año, sino en la cabecera de las rotaciones, según el Catastro, en el Salnés cada hectárea de tierra recibía del orden de unos 21 carros de abono anuales, mientras que en el Bajo Miño se precisarían unos 25 carros al año (Pérez, 2000: 87-88). En el Morrazo también se empleaban unos 17-21 carros anuales de estiércol por ha para fertilizar viñas y huertas (Rodríguez Ferreiro, 2003: 64). Los inventarios *post-mortem* reflejan que las existencias de estiércol en las explotaciones campesinas variaban mucho según el mes en que se realice el recuento de bienes, así como de unas zonas a otras de Galicia, dependiendo del volumen de ganado y del grado de intensificación agropecuaria e integración entre agricultura y ganadería. Así, en la Galicia sur occidental, en áreas de explotación agrícola intensiva como la costero-litoral (Bajo Miño), o de transición (Tierra de Montes) la disponibilidad de estiércol era de una media de 20-23,5 carros/explotación, superiores a los constatados en la Galicia cantábrica (12,1) y oriental (interior lucense) (13,4), aunque estas áreas eran más ganaderas (Pérez, 1981: 150; Fernández Cortizo, 2001: 262; Saavedra, 1985: 226; Sobrado, 2001: 262).

A pesar de la reducción de los efectivos ganaderos y del tamaño de las explotaciones, como fruto de la intensificación que supone el cultivo del maíz (Pérez, 1982; Rodríguez Ferreiro, 2003; Rozados, 1986; Fernández Cortizo, 2001; Saavedra, 1984; Rodríguez Fernández, 2016), los campesinos disponían de un stock más importante de abono, consecuencia del proceso de estabulación y mejora de la alimentación del ganado y también como resultado de la evolución privatizadora de los comunales, que permitió una explotación más intensiva del espacio inculto. Así, en la Galicia cantábrica las disponibilidades de estiércol por explotación se ven incrementadas en un 15% en un siglo (Saavedra, 1999: 88). Y gracias a dicha mejora en las reservas de abono se logra una alta productividad por hectárea, que en las Rías Bajas llega a pasar de los 20,6 hl/ha en la primera mitad del XVIII a los 28,6 hl/ha en 1820-1849 (Pérez, 1983: 68). No cabe duda de que allí donde prosperó y se consolidó el cereal americano, las condiciones de vida de los campesinos mejoraron sustancialmente, explicando el elevado crecimiento demográfico experimentado por la Galicia litoral en el XVII y parte del XVIII (Pérez, 1979; Saavedra, 1993).

²⁵ AHPOu, Clero, Lib. 260, fol. 19.

4. Las patatas y el esfuerzo intensificador del interior gallego (1769-1850).

Aunque la patata se conocía con mucha anterioridad y ya se había expandido en algunas zonas altas de Galicia, sin embargo, —de forma similar a lo que había ocurrido en el XVII con el maíz—, serán las dificultades que acucian a los campesinos en la crisis de 1769-1770, y la consiguiente hambruna, las que actúan como acicate definitivo, apremiando a los más desfavorecidos a cultivar un tubérculo, que en principio choca con bastantes trabas y sólo destinaban a cebar los cerdos. Su difusión prospera desde el último tercio del XVIII, primero en áreas montañosas y centeneras de las antiguas provincia de Lugo y Mondoñedo —en las que el maíz apenas se había introducido—, y con mucha más lentitud en el interior de Ourense, y sobre todo en la Galicia occidental (Sobrado, 2018).

No cabe duda de que las patatas fueron las verdaderas protagonistas de la renovación de la agricultura del interior gallego, al contribuir al esfuerzo intensificador y a la reducción progresiva del barbecho y de la monotonía del binomio centeno-castañas²⁶. Su cultivo tuvo una gran repercusión en las economías campesinas, al propiciar reajustes en el sistema de rotaciones, así como procesos de reordenación de las explotaciones agrícolas (aumento de *cortiñas* y prados), que en algunos casos llevaron implícita cierta intensificación agropecuaria. La patata, cultivo de alto potencial productivo, exigía terrenos bien abonados, por lo que su implantación da impulso al proceso de *acortiñamiento de agras*²⁷, es decir, de transformación de tierras de labradío barbechas, por parcelas cercadas sin intermisión (*cortiñas*), que podían dar más de una cosecha anual sembrando patatas o nabos con forraje, intensificando las rotaciones con un mayor riego y abonado. Algo que destaca a mediados del XIX, Antonio Salgado de Monterroso:

Las cortiñas requieren ser abonadas todos los años con buen estiércol, cada vez que se les echan frutos nuevos, y por lo menos una vez al año, porque si no se cansan de producir. El deseo impremeditado de tener muchos frutos ha hecho que muchos campos se reduzcan a cortiñas, lo que se llama acortiñar un campo²⁸.

El creciente cultivo intensivo y las mayores exigencias de abono para cubrir las nuevas necesidades agrícolas llevaron al campesino a iniciar una paulatina estabulación del ganado a fin de poder aumentar su suministro de estiércol, para lo cual se hizo necesario incrementar la superficie dedicada a prado y tener zonas permanentes de pasto próximas a las explotaciones. Así, entre 1750-1850, sobre todo en Mondoñedo, la meseta y área meridional de Lugo, o en la Alta Limia ourensana la superficie dedicada a prados tiende a duplicarse y hasta triplicarse, llegando a suponer entre el 25-35% del total cultivado (Villares, 1982: 194; Saavedra, 1985: 188 y 2008). El mayor interés de los campesinos por las tierras dedicadas a pasto, hace que los prados pasen a constituir las parcelas más apetecibles y objeto de compraventa, llegando a triplicar su cotización entre 1760-1850 en tierras lucenses (Sobrado, 2001: 263). Además, el avance de las praderías provoca una intensificación de la litigiosidad por problemas de servidumbres colectivas, conducción de aguas, cercamientos o diezmos de la hierba (Candal, 1993: 92;

²⁶ Para otras zonas próximas como Portugal (Monteiro 1995; Sobral, 1994 y 2018; Tavares, 2021; Tavares y Lopes, 2020).

²⁷ En tierras de la montaña e interior lucense los espacios de cultivo intensivo en *cortiñas* se cuadruplican entre 1790-1849, elevándose a más del 20% (Villares, 1982: 193; Cardesín 1992: 75; Saavedra, 1999: 94; Sobrado, 2001: 261).

²⁸ AHN, codex 1054-B.

Pérez, 2004; Saavedra, 2009: 70; Rey, 2012: 60).

Dicho esfuerzo intensificador permitió afrontar las carestías de granos, con mayor seguridad, amortiguando las hambrunas y favoreciendo, doblemente la nutrición de los campesinos del interior: tanto por vía indirecta (a través de la mejora de la ceba de ganado, y menor gasto de grano y castañas), como de forma directa, diversificando la dieta por medio del creciente consumo humano del tubérculo. Lo que seguramente contribuyó a mejorar las condiciones de vida del campesinado, convirtiéndose en uno de los principales factores responsables del vigoroso crecimiento demográfico experimentado desde el último cuarto del XVIII en zonas como el interior mindoniense, la meseta y montaña lucense, o la Alta Limia orensana, en donde se confirma un aumento intenso de los bautizados entre 1770-1850, del orden del 60-70 % (Sobrado, 2018).

A pesar de dicho aumento de la población, en la Galicia interior las explotaciones experimentan una reducción del orden del 20% de sus dimensiones, así como del número de cabezas de ganado fruto de una creciente estabulación, aunque aumenta su rentabilidad, tal y como reflejan tanto el incremento de la productividad agraria como el peso medio de las reses y de los derivados cárnicos (untos y tocinos) (Saavedra, 1999: 95; Sobrado, 2018: 159). Lo que parece indicar cierto proceso de intensificación agropecuaria, por el que las tierras reclaman cada vez más abono, que los campesinos han de aportar ampliando la producción de abonos. Algo que se constata en tierras de Mondoñedo, cuyos stocks de estiércol por explotación aumentan alrededor del 15%, o en el interior lucense, en donde el porcentaje de explotaciones con existencias de abono pasa del 11% al 37% entre 1640-1699 y 1760-1850, incrementándose también la media de carros/explotación (Saavedra, 1999: 88; Sobrado, 2001: 266). Igualmente, en las montañas de Fonsagrada las estimaciones de disponibilidad media de estiércol necesario en las superficies fertilizadas (huerta y cereal) aumentan entre 1752-1852, pasando de 1,4 t/ha a 4,6 t/ha, lo que supone un alza de hasta un 620% (Corbacho, 2019: 157).

En Galicia el cultivo de las patatas tropezó con la oposición de los perceptores de diezmos, que veían erosionados sus rentas, debido, entre otras causas, al problema de la competencia por el abono entre el tubérculo americano y el cereal. Así, en 1797 al Abad de Santa Eulalia de Pradeda, San Martiño y San Ciprián de Monte de Meda, Guntín (Lugo), litiga con varios vecinos, porque: «habiendo desde ahora de próximo en ocupar dichas tierras con la siembra de castañas que llaman batatas, no sólo han detenido la paga de su diezmo, sino que invirtiendo para ellas muchos carros de abono, defraudan por su falta las otras tierras y frutos que en ellas se solían coger de las insinuadas especies» (Sobrado, 2001: 636).

En los abundantes pleitos litigados entre finales del XVIII y las primeras décadas del XIX con los campesinos, abundan las referencias a que «las tierras donde se hayan de sembrar las batatas, necesitan las dos tercias más de abono que para el más fruto» (Meijide, 1984: 68), por lo que, dado que aquellas tierras «necesitan de mucho abono para su producción, consumen dichos vecinos lo más y mejor, y quedan las otras tierras poco abonadas» (Sobrado, 2001: 637). Sin embargo, a pesar de que, tal como apuntaba en 1824 el párroco de Santiago de Pousada (Lugo), los campesinos dedicaban a la cosecha de la patata «gran parte del sudor de su rostro y más de la mitad de los estiércoles con que solían fomentar sus tierras» (Meijide, 1984: 47), hay que tener presente que el abono empleado en estercolar las patatas dejaba la tierra «en condiciones de producir una mejor cosecha de cereales sin necesidad de un nuevo abonado», a lo que habría que añadir que «la patata devuelve a la tierra parte del abono que consume» en forma de «abono verde» al quedar sobre los campos sus hojas y tallos (Eiras, 1998: 71). Asimismo, la patata tiene la

cualidad de contribuir a la producción del abono que consume, a través de su aportación a la alimentación de la cabaña ganadera del campesinado, fuente esencial de aprovisionamiento de los estiércoles que fertilizaban sus tierras. Las crecientes necesidades de abono entre 1760-1850 exigían mantener el equilibrio entre zonas cultivadas y áreas complementarias de monte y tojal, de donde salía el esquilmo necesario para la confección de los abonos:

Los Labradores de Monterroso y otras montañas de Lugo nunca podrán adelantar todo cuanto les conviene en sus cosechas, hasta tanto que no vuelvan a restablecer el equilibrio observado por sus mayores; a saber: restituir terrenos poco a propósito para la labranza a castañares, tojares, retamares y los arbolados que mejor se adapten al suelo respectivo para tener combustible necesario de que escasean hoy, esquilmos y hojas para las camas de los ganados y elaboración de estiércoles: hacer otro tanto con los terrenos que se conozca producirán más a pasto seco y a prados con el fin de que puedan mantener ganado suficiente al cultivo de los labrantíos, que contribuyan a la confección de estiércoles, y aliviarles de sus penalidades por medio de las ganancias que les proporcionan al tiempo de venderse²⁹.

No cabe duda, por tanto, que la transición hacia el policultivo intensivo que experimentaron algunas zonas del territorio gallego entre 1630-1850, con la difusión del maíz y la patata, no hubiera sido posible sin una paralela intensificación en el uso de los abonos orgánicos. En todo caso, aunque las disponibilidades de estiércol crecen notablemente, sobre todo en el XVIII y primera mitad del XIX, no obstante, dicho aumento no parece ser suficiente para abastecer las crecientes necesidades de las explotaciones, tal y como se constata en diversas zonas del territorio gallego. En la montaña lucense de Fonsagrada, antes de 1752 el abono aplicado a los cultivos parece ser bastante para mantener la fertilidad del suelo de forma sostenible. Pero hacia 1852, tras el aumento de la superficie cultivada e intensificación de las *estivadas* y la aplicación de rotaciones más complejas e intensivas, aunque la cantidad de estiércol se incrementa fruto de una mayor presión sobre el inculto y la estabulación ganadera; no obstante, las necesidades de fertilizantes para reponer la fertilidad en los suelos cultivados, acaban por superar a las disponibilidades del agroecosistema, generando un desequilibrio que acaba por agotar los nutrientes (Corbacho, 2019: 155), tendencia observada en otras regiones españolas y europeas tras procesos de intensificación agraria y aumento de la presión demográfica (Garrabou y González, 2010; McNeill *et al.*, 2006).

A medida que los sistemas de cultivo se fueron intensificando, y las exigencias de abono se incrementaron para obtener el estiércol necesario, también se fue haciendo preciso explotar más intensivamente el monte por lo que, a fin de lograr unos rendimientos más altos, e incrementar el volumen de estiércol, muchos campesinos además de explotar el tojo que crecía espontáneamente en el monte, también hacen plantaciones de esta leguminosa. No obstante, será a mediados del siglo XIX y principios del XX, cuando la siembra de semillas de tojo adquiera plena difusión, y los tojares se conviertan en «verdaderos campos de cultivo» (García, 1975: 227). En 1860, el escritor Antonio María de la Iglesia destacaba para las tierras de Órdenes (A Coruña) que «los labradores que después quieren tener tojo van a comprar su simiente a Bergantiños y con el trigo que siembran en la estivada, la mezclan, y de recogido el trigo, queda el tojo tan verde y lozano» (Iglesia, 1860).

²⁹ AHN, codex 1054-B.

Ante la falta o disminución de materias para la elaboración de abonos, en algunos casos se ven obligados a comprar esquilmo a otros vecinos³⁰, y en varias comarcas gallegas surgen circuitos comerciales de tojo, desde zonas bien provistas de este tipo de materia vegetal, hacia otras con menos excedentes. Así, en 1742 en la jurisdicción de Celanova, los vecinos de Portela declaran que «se valen para sus preciosas urgencias y sacan algunos carros de leña y toxo que van a vender a la villa de Celanova y a la de Villanueva de los Ynfantes»³¹. De igual forma, en las Comprobaciones del Catastro de Ensenada de 1763 en dicho término de Vilanova se afirma que «lo que dan dichos montes se refunde en las viñas y tyerras labradías a que con larga distancia no llegan y se ven precisados a comprarle en la Plaza pública según en ella se vende y beneficia de otras poblaciones inmediatas»³². En el XIX en el Ribeiro las explotaciones eran deficitarias de abono por lo que parecen frecuentes las compras de carros de estrume (Domínguez, 1991: 222). En 1860 en Ribadavia el esquilmo disponible era insuficiente y sólo cubría alrededor del 46% de las necesidades de estiércol en las rotaciones fertilizadas (huerta, cereales y viñedo), por lo que resultaba necesario importar tojos de otras áreas próximas (Corbacho, 2019: 110). Igualmente, varias parroquias del municipio de Portomarín que disponían de montes con abundancia de tojares, vendían a sus vecinos de Monterroso carros enteros de tojo, al precio de 10 rs. cada uno (Bouhier, 2001).

A medida que el XIX avanzaba se hacía más evidente la insuficiencia de estiércol en las explotaciones, lo que va creando el contexto necesario para una posterior introducción en Galicia de los fertilizantes inorgánicos (Balboa y Fernández, 1996).

Bibliografía

- ALLEN, Robert** (1992). *Enclosure and the Yeoman: The Agricultural Development of the South Midlands 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press.
- ALLEN, Robert** (2000). Economic Structure and Agricultural Productivity in Europe, 1300-1800. *European Review of Economic History*, (3), 1-25.
- ANTOINE, Annie; BOEHLER, Jean-Michel; BRUMONT, Francis** (2000). *L'agriculture en Europe Occidentale à l'époque moderne*. Paris: Belin.
- ARZEL, Pierre** (1994). L'exploitation des algues en Bretagne, *Etudes Rurales*, (133-134), 113-126.
- ARIAS DE SAAVEDRA ALÍAS, Inmaculada** (2012). Las sociedades económicas de amigos del país: proyecto y realidad en la España de la Ilustración. *Obradoiro de Historia Moderna*, (21), 219-245.
- BALBOA LÓPEZ, Xesús** (1990). *O monte en Galicia*. Vigo: Xerais.
- BALBOA LÓPEZ, Xesús y FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo** (1996). Evolución de las formas de fertilización en la agricultura atlántica entre los siglos XIX y XX. Del toxo a los fosfatos. En Ramón GARRABOU y José Manuel NAREDO (eds.), *La fertilización en los sistemas agrarios. Una perspectiva histórica* (pp. 211-235). Madrid: Fundación Argentaria.
- BOUHIER, Abel** (2001[1979]). *Galicia. Ensaio xeográfico de análise e interpretación dun vello complexo agrario*. Santiago: Xunta Galicia.
- BOURDON, Jean Paul** (2000). Littoral peut-il rimer avec rural?. La mer dans le Journal de Gouberville. *Enquêtes Rurales*, (7), 115-134.

³⁰ En 1769 Baltasara Daponte, viuda, de S. Martín de Salcedo, declara haber comprado a un vecino «unos pedacitos de tojo en el monte cerrado [...] en precio de seis reales». AHPP, Pleitos civiles, 6120/43.

³¹ AHPOu, Clero, caja 9833.

³² AGS, DGR, 1144/13.

- BUGALLO VIDAL, Elisa** (1979). *La antigua Jurisdicción de Caldevergazo. Un estudio socioeconómico*. Memoria de Licenciatura, Santiago: Universidad.
- BURNETTE, Joyce** (2014). Agriculture, 1700-1870. En Roderick FLOUD *et al.*, *The Cambridge Economic History of Modern Britain, 1700 to 1870* (pp. 89-117). Cambridge: Cambridge University Press.
- CANDAL GONZÁLEZ, Xosé Manuel** (1993). Pleitos de aguas en la Audiencia coruñesa durante el XVIII. *Obradoiro de Historia Moderna*, (2), 85-103.
- CARDESÍN DÍAZ, José María** (1992). *Tierra, trabajo y reproducción social en una aldea gallega (XVIII-XIX): muerte de unos, vida de otros*. Bilbao: Ministerio Agricultura, Pesca y Alimentación.
- CARRÉ ALDAO, Eugenio** (1980). La Coruña. En Francesch CARRERAS CANDI (dir). *Geografía General del Reino de Galicia*, VII, T. 4°. Barcelona: Alberto Martín. (ed. fac).
- CAZZOLA, Franco** (1992). L'introduzione del mais in Italia e la sua utilizzazione alimentare (sec. XVI-XVIII). *Pact*, (26), 109-127.
- CLARK, Gregory** (2002). *The Agricultural Revolution and the Industrial Revolution: England, 1500-1912*. Unpublished manuscript.
- CONGOST, Rosa** (2018). El proceso de difusión de la patata en Cataluña. Una revisión de las tesis elitistas o institucionalistas. *Obradoiro de Historia Moderna*, (27), 177-207.
- CORBACHO GONZÁLEZ, Beatriz** (2019). *Labrando nutrientes. Intensificación agraria e manexo da fertilidade do solo na agricultura galega dos séculos XVIII-XIX*. Pontevedra: Concello de Valga.
- DESERT, Gabriel** (1971). *Une société rurale aux XIXe siècle. Les paysans du Calvados, 1815-1895*, Paris.
- DOMÍNGUEZ CASTRO, Luis** (1991). *Transformación agrarias na comarca do Ribeiro nos séculos XIX e XX* (tesis doctoral). Santiago: Universidade.
- EIRAS ROEL, Antonio** (1998). Los productos alimentarios de ultramar en la Agricultura de los países Mediterráneo. *Obradoiro de Historia Moderna*, (7), 27-88.
- FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo** (2001). *La Tierra de Montes en el siglo XVIII. Estructura demográfica y sistema familiar en una sociedad rural* (tesis doctoral). Santiago: Universidad.
- FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo** (2004). Los montes vecinales "en mano común" en la tierra de Montes (Galicia): los aprovechamientos agrícolas (siglos XVI-XVIII). En Francisco José ARANDA PÉREZ (eds.). *El mundo rural en la España Moderna* (pp. 1065-1078). Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha.
- FINZI, Roberto** (1992). La diffusion du maïs en Italie du Nord du XVIe au debut du XIXe siècle. En *Flaran 12; Plantes et cultures nouvelles en Europe Occidentale, au Moyen Age et à l'époque moderne* (pp. 103-113). Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, Auch.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Jesús** (1975). *Organización del espacio y economía rural en la España Atlántica*. Madrid: Siglo XXI.
- GARRABOU SEGURA, Ramón y NAREDO, José Manuel (eds.)** (1996). *La fertilización en los sistemas agrarios. Una perspectiva histórica*. Madrid: Fundación Argentaria.
- GARRABOU SEGURA, Ramón y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (eds.)** (2010). La reposición de la fertilidad en los sistemas agrarios tradicionales. Barcelona: Icaria.
- GONZÁLEZ ABELLÁS, Isaac César** (2010). *La comarca de Monterrei en el Antiguo Régimen. Economía, Demografía y familia*. Santiago: Andavira.
- IGLESIA, Antonio María de la** (1860), Galicia Rural. Ordenes, 20 de noviembre de 1860. *Galicia: revista universal de este Reino*, (10), 153-154.
- IGLESIAS ESTEPA, Raquel** (2007). Violencia física y verbal en la Galicia de finales del Antiguo Régimen. *Sémata. Ciencias Sociales e Humanidades*, (19), 135-157.
- LAINS, Pedro y PINILLA, Vicente (eds.)** (2009). *Agriculture and Economic Development in Europe Since 1870*. London-New York: Routledge.
- LEVI, Giovanni** (1979). Innovazione técnica e resistenza contadina: il mais nel Piemonte nel '600. *Quaderni storici*, (42), 1092-1100.
- LÓPEZ SABATEL, José Antonio** (2007). Cultivos agrícolas en la Ribeira Sacra durante los siglos XIV y XV. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III. Historia Medieval*, (20), 183-198.
- LORENZO FERNÁNDEZ, Xoaquín** (1962). Etnografía. Cultura material. En Ramón OTERO PEDRAYO (dir.), *Historia de Galiza*.

Buenos Aires: Nós.

MCKEILL, John R. y WINIWARTTER, Verena (2006, eds.), *Soils and societies: perspectives from environmental history*, Isle of Harris: White Horse Press.

MARIÑO VEIRAS, Dolores (1983). *Señorío de Santa María de Meira (s. XII-XVI)*. La Coruña: Nós.

MEIJIDE PARDO, Antonio (1984). *Testimonios Históricos sobre la antigüedad del cultivo de la patata en Galicia*. A Coruña: edicións do Castro.

MONTEIRO, J. R. (1995). Recursos agrícolas (e agricultura) no Trás-os-Montes de século XVIII. *Brigantia. Revista de Cultura*, 15(1), 15-37.

OVERTON, Mark (1996). *Agricultural Revolution in England: The Transformation of the Agrarian Economy 1500-1850*. Cambridge: Cambridge University Press.

PALLARES MÉNDEZ, Mari Carmen y PORTELA SILVA, Ermelindo (1971). *El Bajo Valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*. Santiago: Universidad.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1979). *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera: la Península del Salnés*. Santiago: Universidad.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1981). Aproximación al estudio de la penetración del maíz en Galicia. En Antonio EIRAS ROEL et al., *La historia social en sus fuentes de protocolos* (pp. 117-159). Santiago: Universidad.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1982). Niveles y transformaciones de la ganadería de Galicia en el siglo XVII. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, t.33 (98), 87-177.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1983). La agricultura gallega y sus rendimientos. Un estudio evolutivo (1700-1859). *Revista de Historia Moderna*, (3), 63-98.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1990). Le mais dans le Nord-Ouest de la péninsule ibérique durant l'ancien régime. En Marie-Pierre RUAS et al. (eds.), *Plantes et cultures nouvelles en Europe Occidentale, au Moyen Age et à l'époque moderne* (pp. 81-102). Flaran: Centre Culturel.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (1999). En los límites del virtuosismo agrario tradicional: la fertilidad de la comarca del Bajo Miño (1730-1860). *Ler História*, (36), 221-245.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (2000). Las utilidades del inculto y la lucha por sus aprovechamientos en la Galicia meridional (1650-1850). *Obradoiro de Historia Moderna*, (9), 79-107.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (2004). Entre regar y no regar: la intensa disputa por unos recursos hídricos colectivos escasos en la Galicia Meridional (1600-1850). En José ARANDA (eds.), *El mundo rural en la España Moderna* (pp. 555-572), Cuenca: Universidad Castilla-La Mancha.

PÉREZ GARCÍA, José Manuel (2007). La España agraria septentrional durante el Antiguo Régimen (1500-1850). *Studia Histórica. Historia Moderna*, (29), 83-129.

PIQUERAS HABA, Juan (1992). La difusión de la patata en España (1750-1850): el papel de las sociedades económicas y del clero rural. *Éria*, (27), 80-89.

PORTELA SILVA, Ermelindo (1976). *La región del obispado de Tuy en los siglos XIII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis*. Santiago: El Eco Franciscano.

QUIROGA BARRO, Gabriel (1988). *Evolución dunha estrutura agraria na Galicia interior: A Terra de Viana do Bolo, 1600-1820*, Boletín Avriense. Anexo 15, Ourense: Museo Arqueolóxico.

REY CASTELAO, Ofelia (1995). *Montes y política forestal en la Galicia del Antiguo Régimen*. Santiago: USC.

REY CASTELAO, Ofelia (2012). La lucha por el agua en el país de la lluvia (Galicia, XVI-XIX). *Vínculos de História*, (1), 45-72.

RIERA CLIMENT, Luis y RIERA PALMEIRO, Juan (2007). Los alimentos americanos en los Extractos de la Bascongada (1768-1793): El Maíz y la Patata. *ILUIL*, (30), 319-332.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Delfina (2016). *Demografía, familia y reproducción social en tierras de Celanova durante el Antiguo Régimen*. Vigo: Universidad (tesis doctoral).

RODRÍGUEZ FERREIRO, Hilario (1995). Economía y población rural en la Galicia atlántica: El Morrazo en los siglos XVII y XVIII. *Minus*, (IV), 89-98.

RODRÍGUEZ FERREIRO, Hilario (2003). *A Xurisdicción do Morrazo. Séculos XVII-XVIII*. Vigo: Diputación de Pontevedra.

- RODRÍGUEZ GALDO, María Xosé** (1976). *Señores y campesinos en Galicia. Siglos XIV-XVI*. Santiago: Pico Sacro.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Eladio** (1961). *Diccionario Enciclopédico Gallego-Castellano*. Vigo: Galaxia.
- ROZADOS FERNÁNDEZ, María Ángeles** (1986). *Campo y ciudad. Niveles materiales y mentalidades en el S. XVII a través de los inventarios post-mortem*. Memoria de Licenciatura, Santiago: USC.
- SAAVEDRA, Pegerto** (1982). Los montes abiertos y los concejos rurales en Galicia en los siglos XVI-XVIII: aproximación a un problema. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, (XXXIII), 179-236.
- SAAVEDRA, Pegerto** (1984). Evolución de una agricultura de autoconsumo a través de los inventarios post-mortem: la Galicia cantábrica. 1600-1800. En Antonio EIRAS ROEL (coord.), *La documentación notarial y la historia* (vol. 1, pp. 317-334), Santiago: USC.
- SAAVEDRA, Pegerto** (1985). *Economía, política y sociedad en Galicia: la provincia de Mondoñedo, 1480-1830*. Madrid: Xunta Galicia.
- SAAVEDRA, Pegerto** (1991). *La Galicia de Antiguo Régimen*. Economía y sociedad. La Coruña: Hércules.
- SAAVEDRA, Pegerto** (1993). Las grandes tendencias comarcales en la evolución de la población gallega (de comienzos del XVII a mediados del XIX). *Studia Histórica*, (XI), 11-59.
- SAAVEDRA, Pegerto** (1999). Petite exploitation et changement agricole à l'intérieur d'un vieux complexe agraire. Les campagnes de la Galice entre 1550 et 1850. *Histoire et sociétés Rurales*, (12), 63-108.
- SAAVEDRA, Pegerto** (2003). *Señoríos y comunidades campesinas. Aportaciones a la Historia rural de la España Moderna*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- SAAVEDRA, Pegerto** (2008). Les prairies dans les systèmes agraires de l'Ibérie humide. En Francis BRUMONT (dir.), *Prés et pâtures*. Presses universitaires du Midi.
- SAAVEDRA, Pegerto** (2009). El agua en el sistema agropecuario de Galicia. En Alberto MARCOS MARTÍN (coord.), *Agua y sociedad en la época moderna* (pp. 49-72). Valladolid: Universidad/Instituto Universidad de Historia Simancas.
- SAAVEDRA, Pegerto** (2012). El mundo rural. En Isidro DUBERT (ed.), *Historia de la Galicia Moderna* (pp. 151-216). Santiago: USC.
- SAAVEDRA, Pegerto** (2014). *Le pan de monte*. La culture des montagnes communales en Galice (XVIIe-XXe siècle). En Roland VIADER y Christine RENDU (dir.), *Cultures temporaires et féodalité: Les rotations culturales et l'appropriation du sol dans l'Europe médiévale et moderne* (pp. 168-200). Toulouse: Presses universitaires du Mirail. <https://doi.org/10.4000/books.pumi.9745>
- SAAVEDRA, Pegerto** (2015). El paisaje desde 1500 a 1850: la creación por los campesinos de un «viejo complejo agrario». En Gerardo PEREIRA MENAUT y Ermelindo PORTELA SILVA (eds.), *El territorio en la historia de Galicia. Organización y control*. SS. I-XXI (pp. 153-250), Santiago: USC.
- SAAVEDRA, Pegerto** (2018). El maíz en el sistema agrario y en la alimentación en Galicia, ss. XVII-XIX. *Obradoiro de Historia Moderna*, (27), 49-80. <https://doi.org/10.15304/ohm.27.5523>
- SÁNCHEZ, Pedro Antonio** (1973 [1802]). *La economía en los escritos de...*, ed. de Xosé Manuel BEIRAS, Vigo: Galaxia.
- SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Ana** (2002). *La Agricultura gallega en la crisis del Antiguo Régimen: tentativas modernizadoras*. Memoria de Licenciatura, Santiago: USC.
- SANDOVAL VEREA, Francisco M.** (2022). *Unha vella sociedade rural do interior coruñés: a comarca de Ordes entre o Antigo e o Novo Réxime (séculos XVIII-XIX)*. Santiago: USC (tesis doctoral).
- SEIXO, Vicente del** (1795), *Lecciones prácticas de agricultura y economía, que da un padre a su hijo, para que sea un buen labrador en cualquier país...*, Madrid: Pantaleón Aznar.
- SLICHER VAN BATH, Bernard Hendrik** (1974). *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*. Barcelona: ed. 62
- SOBRADO CORREA, Hortensio** (2001). *Las Tierras de Lugo en la Edad Moderna. Economía campesina, familia y herencia, 1550-1860*. A Coruña: Pedro Barrié de la Maza.
- SOBRADO CORREA, Hortensio** (2004). La fertilisation des terres dans la Galice de l'Ancien Régime (XVIIe-XIXe siècle). *Histoire et sociétés Rurales*, (21), 39-72. <https://doi.org/10.3917/hsr.021.0039>
- SOBRADO CORREA, Hortensio** (2009). Actividades agromarítimas en el noroeste peninsular. El aprovechamiento agrícola del «estiércol marino» en la Galicia de los siglos XVI-XIX. En Isidro DUBERT y Hortensio SOBRADO CORREA (coords.): *El Mar en los siglos modernos*. vol I, Santiago-Ferrol, pp. 569-582.

SOBRADO CORREA, Hortensio (2018). Algunas precisiones en torno al alcance de las consecuencias económicas, sociales y demográficas del cultivo de la patata en la Galicia de finales del Antiguo Régimen. *Obradoiro de Historia Moderna*, (27), 139-176. <https://doi.org/10.15304/ohm.27.5516>

SOBRADO CORREA, Hortensio (2022). Antiguamente no se estimaban mucho los montes, mas hoy es la mejor hacienda. Os aproveitamentos do monte comunal en Galicia, séculos XVI-XIX. En Isidro DUBERT y Hortensio SOBRADO CORREA (eds.), *Os traballos da vida. Estudos sobre o mundo rural, séculos XVI-XX*. Santiago: USC, pp. 255-285. <https://dx.doi.org/10.15304/op.2023.1675>

SOBRADO CORREA, Hortensio (2023). Rozas, estivadas y pan de vedro. El cultivo temporal del monte en la Galicia de la Edad Moderna. *Historia Agraria. Revista de agricultura e historia rural*, (89), 61-94. <https://doi.org/10.26882/histagrar.089e01s>

SOBRAL NETO, Margarida (1994). Introdução e expansão de cultura da batata na região de Coimbra (secs. XVII-XIX). *Revista portuguesa de História*, (XXIX), 55-83.

SOBRAL NETO, Margarida (2018). La difusión del cultivo de la patata en Portugal, siglos XVI-XIX. *Obradoiro de Historia Moderna*, (27), 113-138.

TAVARES, Pedro Mota (2021). Produção, circulação e consumo: usos do solo e evolução da paisagem na área de fronteira em Trás-os-Montes (1750-1860). En Ana CABANA et al. (org.), *IX Seminario Anual de la SEHA*.

TAVARES, Pedro Mota y LOPES, Ana Isabel (2020). Cultivo e consumo da batata em Trás-os-Montes: impactos socioeconómicos nos séculos XVIII-XIX. *População e Sociedade*, 33, Porto: CEPES, 65-78.

VELASCO SOUTO, Carlos Francisco (1999). Conflictos sobre montes en la Galicia de la primera mitad del s. XIX: una etapa en la larga lucha contra la privatización. En *IX Congreso de Historia agraria* (pp. 511-521). Bilbao.

VILLARES PAZ, Ramón (1982). *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1836*. Madrid: Siglo XXI.



Marlisco
1970



CÂMARA MUNICIPAL
COIMBRA



**Escola Superior
Agrária**

Politécnico de Coimbra



**Politécnico
de Coimbra**

CAVES S^{ÃO} JOÃO 
FUNDADAS EM 1920



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

**PATRIMONIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural



**MUSEU NACIONAL
DE MACHADO DE CASTRO**